

ANAIS



VII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FARN

DIREITOS HUMANOS, ÉTICA E CIÊNCIA:
NOVOS TEMPOS! NOVOS PARADIGMAS!

NATAL / RN - 29 a 31 de outubro de 2008.

Volume 1 - Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

ANAIS



VIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FARN

DIREITOS HUMANOS, ÉTICA E CIÊNCIA:
NOVOS TEMPOS! NOVOS PARADIGMAS!

NATAL / RN - 29 a 31 de outubro de 2008.

Volume 1 - Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

Catálogo na Publicação – Biblioteca da FARN
Setor de Processos Técnicos

C759 Congresso de Iniciação Científica da Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (8: 2008: Natal, RN).

Anais do VIII Congresso de Iniciação Científica da FARN: Direitos
Humanos, Ética e Ciência: novos tempos! Novos paradigmas!, Natal (RN),
29 a 31 de outubro de 2008. – Natal: FARN, 2008.

2 v. (I, 311 f.; II, 197 f.)

(Ciências Sociais, Exatas e da Terra; v.1, Ciências da Saúde; v.2)

1. Direitos Humanos – Resumos. 2. Ética e Ciência – Resumos. 3. I.
Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte. II.
Título.

RN/FARN/BC

CDU 001(063)

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE

CONSELHO DIRETOR E CHANCELARIA

Presidente da Liga de Ensino do RN - Dr. Manoel de Medeiros Brito
Chanceler da FARN - Prof^a Noilde Pessoa Ramalho

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA FARN
DIREÇÃO GERAL, ASSESSORIA E APOIO ESTRATÉGICO

Direção Geral da FARN - Prof. Daladier Pessoa Cunha Lima
Direção Geral Adjunta - Prof^a Ângela Maria Guerra Fonseca
Assessoria de Planejamento - Prof. Alcir Veras da Silva
Assessoria de Comunicação - Jornalista Graciêma Maria Carneiro
Secretaria Geral - Rosana Karla Pereira Caldas
Prefeitura do Campus - José Mendes Pinheiro Filho
Biblioteca - Maria de Lourdes Teixeira da Silva

ÁREA ACADÊMICA

Diretoria Acadêmica – Prof^a Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Controle Acadêmico – Patrícia Falcone Pessoa
Núcleo Didático-Pedagógico – Prof^a Ângela Maria Guerra Fonseca
Coordenação dos Cursos de Administração e
Administração com Habilitação em Marketing – Prof^a Catarina da Silva Souza
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis – Prof^a Yara Magaly Albano Soares
Coordenação dos Cursos de Bacharelado em Sistema de Informação e
Licenciatura em Computação – Prof^a Lívia Maria Martins da Silva
Coordenação do Curso de Direito – Prof^a Walber Cunha Lima
Coordenação do Curso de Enfermagem – Prof^a. Juçara Machado Sucar
Coordenação do Curso de Fisioterapia – Prof. Robson Alves da Silva
Coordenação do Curso de Nutrição – Prof^a Nila Patrícia Freire Pequeno
Coordenação do Curso de Psicologia – Prof. Antônio Alves Filho
Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação – Prof. Aluísio Alberto Dantas
Núcleo de Extensão Universitária – Prof^a Ângela Maria Guerra Fonseca

ÁREA ADMINISTRATIVA

Diretoria Administrativa – Prof^a Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Setor de Informática – Francisco das Chagas da Silva
Setor de Recursos Humanos – Talita Câmara de Medeiros Lima
Setor de Contabilidade – Edson Luiz Amaral de Oliveira
Setor de Compras, Material e Patrimônio – Edson Luiz Amaral de Oliveira
Setor de Serviços Gráficos – Wantoilton Albuquerque

COMISSÃO ORGANIZADORA DO VII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação

Aluísio Alberto Dantas
Carlos Alberto Nicolete da Silva

Representante da Direção Geral

Alcir Veras da Silva

Assessoria de Comunicação

Graciêmia Maria Carneiro

Biblioteca

Maria de Lourdes Teixeira da Silva

Curso de Administração e Marketing

Catarina da Silva Souza
Karina de Oliveira Costa Bezerra

Curso de Ciências Contábeis

Yara Magaly Albano Soares

Curso de Direito

Walber Cunha Lima

Curso de Enfermagem

Juçara Machado Sucar
Cléa Maria da Costa Moreno

Curso de Fisioterapia

Robson Alves da Silva
André Luiz Silva Davim

Curso de Informática

Lívia Maria Martins da Silva
Bartira Paraguaçu Falcão Dantas Rocha
Joseane Alves Pinheiro

Curso de Nutrição

Nila Maria Freire Pequeno
Everlane Ferreira Moura

Curso de Psicologia

Antônio Alves Filho
Katie Moraes de Almondes

Diretório Central dos Estudantes

Rômulo Lima Silva de Góis

SECRETARIA EXECUTIVA

Ana Maria da Costa Rodrigues
Ana Paula Silva do Nascimento
André Souza da Silva
Daniela Quaresma de Souza
Edna Amorim Fernandes
Gislaine Maria da Costa Leôncio
Graciana Dias de Araújo
Juliana Mara Cordeiro de Oliveira
Ludymilla Maria Teixeira Pereira
Magnólia de Carvalho Andrade
Maria da Glória Queiroz Bezerra de Melo
Maria do Socorro Silva
Mychelle Machado Lopes
Niciania Maria da Silva
Reinaldo Teófilo de Souza
Rosana Karla Pereira Caldas
Simone dos Santos Dantas
Talita Câmara de Medeiros Lima

EDITORAÇÃO GRÁFICA

Maria Luzia Alexandre de Oliveira

Apresentação

Na FARN, a Iniciação Científica integra o próprio Projeto Pedagógico da Instituição. É atividade com absoluta prioridade, no sentido de estimular o uso da metodologia científica pelo alunado. Essa prática é capaz de quebrar a monotonia que pode existir no ensino, de forma a fazer florescer no aluno um interesse maior pelos estudos. Há, portanto, um incentivo muito grande da Direção, das Coordenações e do corpo docente, para que todos os estudantes se envolvam na Iniciação Científica. Este ano (2008), o VIII Congresso de Iniciação Científica obteve enorme sucesso, com a apresentação de várias centenas de trabalhos, os quais contaram com a participação de mais da metade do corpo discente.

O Congresso é o coroamento de vários meses de dedicação, de pesquisa e de estudos, envolvendo os alunos autores e os professores orientadores. Esta publicação é o registro de um projeto vitorioso da FARN, o qual contribui bastante para o sucesso que a Faculdade tem alcançado.

Assim, é com alegria que apresentamos os Anais do VIII Congresso de Iniciação Científica da FARN, com os parabéns para o Presidente do evento, Prof. Aluísio Alberto Dantas, para todos os que colaboraram com o Congresso, e, especialmente, para os principais atores deste cenário, os autores e os orientadores dos trabalhos.

Prof. Daladier Pessoa Cunha Lima
Diretor-Geral da FARN

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DOS TRABALHOS

ÁREA DE CONHECIMENTO	PROFESSORES AVALIADORES	
ADMINISTRAÇÃO E MARKETING	Adriano Henrique O. da Motta Alídia Hernandes Ribeiro Ana Maria da Silva Souza Carlos Antônio de L. Moreira Fábio Couto Ferrer Fabrícia Abrantes F. da Rocha Flávio Emílio Cavalcante Franklin Marcolino de Souza	Jannes de Freitas Valente José Padilha Chrispim Karina de Oliveira Costa Marcílio Rodrigues de Oliveira Rasland Costa de Luna Freire Ronaldo Mendes Neves Thereza Angélica B. de Souza Waldemir Galvão
CONTABILIDADE	Adilson de Lima Tavares Afonso Martinez Florentin Carlos Eduardo Marinho Diniz Cícero Luiz Alves da Silva Cleverson Luiz Fontas Dinarte Paiva dos Santos Jr.	Édson Luiz Amaral de Oliveira Erasmio Euler Melo Batista Jorge Alberto Peres Ribeiro Maria do Rosário de Oliveira Renkel Aladim de Araújo Yara Magaly Albano Soares
DIREITO	Ana Paula Cacho Andréa Gersósimo Mussato Carlos Alberto Nicolete da S. Carlos Wagner Dias Ferreira Daniel Monteiro da Silva Dijosete Veríssimo da Costa Jr Gilmar dos Santos Melo Ivanaldo Bezerra dos Santos José Eduardo Moura Karina Smith Chaves Seidl	Lenice Silveira Moreira Lincoln José Rufino Luciana Flávia N. Casimiro Luiz Eduardo Marinho Costa Maria Aparecida S.F. Trindade Maria Danielle Simões Veras Maria do Socorro Azevedo Nicholas Alexandre Morais C. Noemi Favassa Alves Queiroz Patrícia Carla de F. Teixeira Vânia de Vasconcelos Gico
INFORMÁTICA	Aluizio Ferreira da Rocha Neto Bartira Paraguaçu Falcão Dantas Rocha Edgar de Farias Correia Gleydson de Azevedo Ferreira Lima	Josué Vitor de Medeiros Jr. Livia Maria Martins da Silva Nilda Maria Teixeira de Cerqueira Ytalo Rosendo do Amaral

SUMÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTRATEGIAS DE MARKETING DE RELACIONAMENTO PARA A TOYONORTE.....	23
A IMPORTÂNCIA DA AGÊNCIA DE FOMENTO PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	24
A IMPORTÂNCIA DE EMPRESAS DE GRANDE PORTE PARA A ESTRUTURA ECONÔMICA DO ESTADO.....	25
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA REALIDADE DE EMPRESAS DO RAMO DE PUBLICIDADE, COM ÊNFASE NO ATENDIMENTO PESSOAL E CONTROLE FINANCEIRO.	26
A INDÚSTRIA DE CERÂMICA VERMELHA E SUAS RELAÇÕES COM A QUALIDADE AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CARNAUBA DOS DANTAS-RN.....	27
A INFLUENCIA GERENCIAL DA FAMÍLIA NO SUCESSO EMPRESARIAL DE PEQUENOS E MÉDIOS EMPREENDEDORES.....	28
A ROTATIVIDADE FUNCIONAL NO RESTAURANTE TÁBUA DE CARNE REFERÊNCIA NA CULINÁRIA TIPICA POTIGUAR DA CIDADE DO NATAL.....	29
A TECNOLOGIA COMO SUPORTE AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NOS CORREIOS: UM ESTUDO DE CASO DO SISTEMA PTC (PLANO DE TRABALHO CORPORATIVO) NOS CORREIOS - ECT/RN.....	30
A VIABILIDADE DE USAR O GESTOR ONLINE DA OPERADORA CLARO COMO E-BUSINESS DE CONTROLE DE CELULARES.....	31
ACOMPANHAMENTO DE UMA CAMPANHA ELEITORAL PARA O CARGO DE PREFEITO NA CIDADE DE SEVERIANO MELO.....	32
ANALISAR A VIABILIDADE ECONÔMICA PARA A ABERTURA DE UMA FÁBRICA DE CONFECÇÃO FEMININA NA CIDADE DE PARNAMIRIM/RN.....	33
ANÁLISE COMPARATIVA DA MOTIVAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DE SHOPPING DAS DOCELÂNDIAS.....	34
ANÁLISE DA LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO DO PROJETO RAPIDÃO COMETA/NATURA.....	35
ANÁLISE DE ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NO BRASIL E DE UMA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE.....	36
ANÁLISE DO NÍVEL DE SATISFAÇÃO E FIDELIZAÇÃO DA AUTOBRAZ COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. NO SETOR DE VEÍCULOS NOVOS.....	37
ANALISE DOS PRINCIPAIS EFEITOS SOCIOECONOMICOS DECORRENTES DO FUNCIONAMENTO DA FÁBRICA DE BARRILHA EM MACAU-RN.....	38
ANÁLISE FINANCEIRA NA GESTÃO DE CUSTOS NUMA EMPRESA DO SETOR DE MATERIAIS DE COSTRUÇÃO.....	39
ANÁLISE ORGANIZACIONAL DA NOVA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE: BORA.....	40
ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA INDÚSTRIA GRÁFICA EM NATAL – RN.....	41

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA VIABILIDADE EMPRESARIAL DA CARCINICULTURA NO RIO GRANDE DO NORTE.....	42
APLICAÇÃO DE MAPAS CONCEITUAIS PARA ANÁLISE DE ESTRUTURA DE PLANO DE NEGÓCIO.....	43
AS VANTAGENS DA TERCEIRIZAÇÃO NOS SHOPPING CENTERS NA CIDADE DO NATAL.....	44
ATENDIMENTO E SERVIÇO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.....	45
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE SERVIÇOS DA EMPRESA HSBC - BANCO MÚLTIPLO, NO SETOR AUTO FINANCEIRO.....	46
AVALIAÇÃO SISTÊMICA DA FRANQUIA PORTOBELLO SHOP: UM ENFOQUE NA MAXIMIZAÇÃO DOS RESULTADOS.....	47
BENEFÍCIOS DO PROGRAMA DO LEITE PARA A SOCIEDADE POTIGUAR.....	48
CARCINICULTURA NO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA.....	49
CLEAN UP LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.....	50
CLIENTE MISTERIOSO:UM ESTUDO EM LOJAS DE MODA INFANTIL.....	51
CONTRIBUIÇÕES DA ATUAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MERCADO IMOBILIÁRIO NATALENSE PARA A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE.....	52
CROCANTE: UM NOVO CONCEITO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO RAMO ALIMENTÍCIO EM NATAL.....	53
DIAGNÓSTICO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE UMA INDÚSTRIA DE CERÂMICA VERMELHA.....	54
DIAGNÓSTICO DA UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE UMA EMPRESA DE SERVIÇOS MÉDICOS: UM PARADGMA COM AS ATUAIS PRÁTICAS GERENCIAIS.....	55
DIAGNÓSTICO DE UMA EMPRESA DO RAMO ATACADISTA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA FAMILIAR.....	56
DIAGNÓSTICO DE UMA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA CRR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.....	57
DISTRIBUIÇÃO DO BIODIESEL: A REALIDADE BRASILEIRA.....	58
ESTRATÉGIAS DE MARKETING DE RELACIONAMENTO APLICADAS A CLIENTES DA LOJA COLEZIONE.....	59
ESTRATEGIAS DE MARKETING DE RELACIONAMENTO PARA A TOYONORTE.....	60
ESTRATÉGIAS DE MARKETING PARA EMPRESA HIDRAUNAT.....	61

ESTRATÉGIAS PROMOCIONAIS UTILIZADOS PELA FILIAL DA REDE CINEMARK EM NATAL.....	62
ESTRATÉGIA DE MARKETING PARA UMA EMPRESA DE JÓIAS.....	63
ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO RAMO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EM NATAL/RN.....	64
ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA PARA A IMPLANTAÇÃO DE UMA DOCERIA EM NATAL.....	65
ESTUDO SISTÊMICO SOBRE MOTIVAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DE UMA ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	66
ESTUDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS NO GRUPO ÁGUIA TELECOM.....	67
ESTUDO SOBRE O COMÉRCIO INFORMAL NA PERIFERIA DO BAIRRO DE FELIPE CAMARÃO.....	68
FATORES LIMITADORES DA ADOÇÃO DA FERRAMENTA PREGÃO ELETRÔNICO NO PROCESSO DE COMPRA DA EMPARN.....	69
GAIA – VESTINDO ATITUDE:ANÁLISE DA VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UMA MARCA DE PRODUTOS “ECOLOGICAMENTE CORRETOS”	70
GESTAO DA QUALIDADE NO CONTROLE DE TRAFEGO AEREO.....	71
LIDERANÇA – ESTUDO DE CASO NA PISCINA & CONSTRUÇÃO.....	72
MENSURAÇÃO DO NÍVEL DA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA: UM ESTUDOCOM ALUNOS DE 3º GRAU.....	73
MERCHANDISING E VISUAL MERCHANDISING: O CASO DA LOJA RIACHUELO DO SHOPPING MIDWAY MALL.....	74
NOVOS INVESTIDORES, TALENTO E CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE DO MERCADO DE CAPITAIS SOB A ÓTICA UNIVERSITÁRIA.....	75
O IMPACTO DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO NA SATISFAÇÃO DOS CLIENTES DA AGÊNCIA CENTRO DO BANCO SANTANDER NA CIDADE DO NATAL.....	76
O IMPACTO DA QUALIDADE NO ATENDIMENTO NA SATISFAÇÃO DOS CONSUMIDORES DA LOJA RIO CENTER MATRIZ.....	77
O LUXO DO LIXO: UM ESTUDO DE CONVERSIBILIDADE DOS DEJETOS ORGÂNICOS EM RECURSOS ECONÔMICO-FINANCEIROS – UMA POTENCIALIDADE ECONÔMICA PARA O RIO GRANDE DO NORTE.....	78
O ORÇAMENTO EMPRESARIAL COMO MODELO DE UMA ANALISE FINANCEIRA DOMÉSTICA, O ESTUDO DE CASO DE LETÍCIA MARIA.....	79
PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS USUÁRIOS DE UM RESTAURANTE MILITAR EM NATAL/RN.....	80
PERFIL DAS OUVIDORIAS VINCULADAS AO GOVERNO DO ESTADO DO RN.....	81
PLANO DE MARKETING DA EMPRESA KANTINA DO ENCANADOR.....	82

"PRIMEIRA EXPORTAÇÃO": UM DESENVOLVIMENTO COMERCIAL EXPORTADOR DO RN.....	83
PROMOEX - UM ESTUDO DE CASO NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO/RN.....	84
PROPOSTA METODOLÓGICA DE MODELAGEM DOS PROCESSOS DO SEBRAE/RN.....	85
QUALIDADE NO ATENDIMENTO: UM ESTUDO NO BANCO ITAÚ S/A.....	86
REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL NO SETOR FINANCEIRO DA EMPRESA MULTIPACK EMBALAGENS DO NORDESTE LTDA.....	87
SUCESSÃO ENTRE COMPANHEIROS.....	88
UM ESTUDO ANALÍTICO DA UTILIZAÇÃO DO GÁS NATURAL VEICULAR COMO ALTERNATIVA DE COMBUSTÍVEL VIÁVEL NO RIO GRANDE DO NORTE.....	89
UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO RAMO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EM NATAL/RN.....	90
UM ESTUDO DO IMPACTO DA BILHETAGEM ELETRÔNICA NA GESTÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DO RIO GRANDE DO NORTE.....	91
UM ESTUDO QUALITATIVO NA AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO DE UM RESTAURANTE NA ZONA NORTE DE NATAL.....	92
UM ESTUDO SOBRE A SATISFAÇÃO E A FIDELIZAÇÃO NA AUTOBRAZ COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. NO SETOR DE VEÍCULOS NOVOS.....	93
UM ESTUDO SOBRE CLIMA CORPORATIVO NA CAPUCHE EMPREENDIMENTO.....	94
UM ESTUDO SOBRE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE LAGOA SECA.....	95
UMA ABORDAGEM PRÉ-MOLDADA SOB A ÓTICA ADMINISTRATIVA DE UM PLANO DE NEGÓCIO PARA A IMPLANTAÇÃO DE UMA FÁBRICA DE PRÉ-MOLDADOS EM NATAL/RN.....	96
UMA ANÁLISE DA GESTÃO FINANCEIRA NUMA EMPRESA DO 3º SETOR: UM ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE NATAL).....	97
UMA REFLEXÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA SOBRE A VIABILIDADE ECONÔMICA DE UM CENTRO AUTOMOTIVO EM NATAL.....	98
USO DO MAPA ESTRATÉGICO COMO FERRAMENTA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DA JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE.....	99
UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DE ESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL EM UMA EMPRESA DE LEILÕES.....	100
VIABILIDADE DO PROJETO RAPIDAO COMETA/NATURA.....	101

SUMÁRIO DE CONTÁBEIS

A IMPORTÂNCIA DA MINERAÇÃO NA ECONOMIA DO RN.....	103
A IMPORTÂNCIA DO PETRÓLEO NA ECONOMIA DO RN.....	104
A NECESSIDADE DO MARKETING PARA A CONTABILIDADE.....	106
A RELEVÂNCIA DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA AS TOMADAS DE DECISÕES GERENCIAIS: ESTUDO EM UMA DISTRIBUIDORA DE GLP DE GÁS DE COZINHA DE 13 KG DO RIO GRANDE DO NORTE NOS ANOS DE 2004.....	107
ASPECTOS CONTÁBEIS DA TOMADA DE CONTAS ANUAL: UM ESTUDO DE CASO.....	108
AUDITORIA INTERNA E O CUMPRIMENTO DAS NORMAS INTERNAS.....	109
ECONOMIA FISCAL X REGIME TRIBUTÁRIO SIMPLIFICADO: UM ESTUDO DA CARGA TRIBUTÁRIA DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA NA CIDADE DO NATAL.....	110
GESTÃO BASEADA EM VALOR: UM ESTUDO SOBRE SUA APLICABILIDADE NO HOSPITAL DA LIGA NORTE-RIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER.....	112
IMPACTOS DA TECNOLOGIA DE BANCO DE DADOS NA SUBSTITUIÇÃO DE PLANILHAS DE DADOS PARA O CONTROLE INTERNO.....	113
INDICADORES DE DESEMPENHO: UM ESTUDO DE CASO NO SETOR DE CULTIVO DE CAMARÃO.....	114
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS PELOS GESTORES PÚBLICOS NO FINAL DA LEGISLATURA.....	115
PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO: UMA OPÇÃO PARA O MERCADO IMOBILIÁRIO DA CIDADE DE NATAL/RN.....	116
UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DA CIDADE DO NATAL.....	117
UMA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA DOS ELEMENTOS QUE DEVEM SER CONSIDERADOS PARA A ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA DE UMA ORGANIZAÇÃO.....	118
VALOR ECONÔMICO AGREGADO: ANÁLISE DA GERAÇÃO DE VALOR DA GUARARAPES CONFECÇÕES S.A NO PERÍODO DE 2001 A 2007.....	119

SUMÁRIO DE DIREITO

A ADOÇÃO E SEUS ASPECTOS JURÍDICOS, HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS.....	121
A AMPLIAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO E A CONTROVÉRSIA NO QUE TANGE O DISSÍDIO COLETIVO A PARTIR DA EMENDA CONSTITUCIONAL N°45/2004.....	122
A ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO EM TOULMIN	123
A APLICAÇÃO EFETIVA DO DIREITO INTERNACIONAL NOS CRIMES DE PEDOFILIA PELA INTERNET.....	124
A COLISÃO DE INTERESSES ENTRE A LIBERDADE DE IMPRENSA E PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.....	125
A CRISE NO MERCADO FINANCEIRO MUNDIAL E AS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS DO CRÉDITO NO DIREITO BRASILEIRO: ASPECTOS MATERIAIS E PROCESSUAIS.....	126
A CULTURA MILITAR DO FUZILEIRO NAVAL: A CONSTITUIÇÃO DA VIRTUAL MILITAR?.....	127
A DEMOCRACIA GREGA E LOCKE, O PAI DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA.....	128
A DISCRIMINAÇÃO DOS EX-PRESIDIÁRIOS NO MERCADO DE TRABALHO.....	129
A ESTRUTURA ARGUMENTATIVA DAS CONTESTAÇÕES SOB O ENFOQUE DA LEI 9.099/95 – LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVIS.....	130
A EVOLUÇÃO DA ADOÇÃO: DO DIREITO ROMANO AO ATUAL.....	131
A EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE ADOÇÃO DESDE O SEU PERÍODO HISTÓRICO EM ROMA ATÉ OS DIAS ATUAIS NO BRASIL.....	132
A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER, EM ROMA E NO SÉCULO XXI: REFLEXÕES EM FACE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA.....	133
A FUNDAMENTAÇÃO DAS ESCOLAS FILOSÓFICAS DO DIREITO BASEADAS NAS CONCEPÇÕES VALORATIVAS DA NORMA JURÍDICA.....	134
A HISTORICIDADE DO DIVÓRCIO: REFLEXÕES À LUZ DO DIREITO ROMANO E DO DIREITO CONTEMPORÂNEO	135
A IMPORTÂNCIA DO CORPUS JURIS CIVILIS NA HISTÓRIA.....	136
A INCONSTITUCIONALIDADE DA "GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA" COMO FUNDAMENTO DA PRISÃO PREVENTIVA.....	137
A INEFICÁCIA SOCIAL DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE (SOBRE A NECESSIDADE DE UMA REFORMULAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO).....	138
A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NO DIREITO ROMANO E NA CONTEMPORANEIDADE PARA A FORMAÇÃO DA FAMÍLIA.....	139

A INFLUÊNCIA DE BECCARIA, KANT E FOUCAULT NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO.....	140
A LEGALIDADE DO USO DAS ALGEMAS Á LUZ DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	141
A LEI DE BIOSEGURANÇA E A UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS-TRONCO DE EMBRIÕES PARA PESQUISA: ANÁLISE E PERSPECTIVAS.....	142
A LEI DE RECURSOS REPETITIVOS (LEI Nº 11.672/08): REFLEXÕES A LUZ DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE, DA AMPLA DEFESA E DA CELERIDADE.....	143
A LEI Nº 11.079/04 (LEI DE PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS) COMO ALTERNATIVA VIÁVEL PARA A HUMANIZAÇÃO DA EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL.....	144
A LEI Nº 11.441 DE 2007 COMO INSTRUMENTO DE DESOPRESSÃO DO JUDICIÁRIO E A CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA.....	145
A LEI Nº 11.770/2008: O PROGRAMA DA EMPRESA CIDADÃ E A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE NO BRASIL.....	146
A MENTE ASSASSINA – COMPLEXIDADE DA MENTE.....	147
A NECESSIDADE DE SE EFETIVAR O RECONHECIMENTO ANTECIPADO DA PRESCRIÇÃO RETROATIVA NO PROCESSO PENAL.....	148
A NOVA POSTURA DO STF E A SUPREMA CORTE AMERICANA.....	149
A PLURALIDADE CULTURAL E O ORDENAMENTO JURÍDICO: REFLEXÕES SOBRE A RECUSA DE TRANSFUSÃO DE SANGUE POR MOTIVAÇÕES RELIGIOSAS.....	150
A PRISÃO CIVIL E A PROBLEMATICA CONSTITUCIONAL FRENTE A TRATADO INTERNACIONAL.....	151
A REFORMA AGRÁRIA COMO DIREITO HUMANO ESSENCIAL E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA.....	152
A REGULAMENTAÇÃO DO USO DE ALGEMAS CONSIDERANDO A SÚMULA VINCULANTE NÚMERO ONZE E O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE.....	153
A SEGURANÇA PÚBLICA DA ANTIGUIDADE ATÉ OS DIAS ATUAIS.....	154
A TUTELA DO “PATRIMÔNIO” CULTURAL E A DIMENSÃO ANTROPOÉTICA DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA NA PÓS-MODERNIDADE.....	155
ABORDAGEM CRÍTICA AO ARTIGO 7º, XXXIII, CF À LUZ DA EC N. 20/98.....	156
O ABORTO E A ANENCEFALIA: UMA ANÁLISE JURÍDICA.....	157
ABORTO NOS DIAS ATUAIS.....	158
ACESSO À JUSTIÇA INTERNACIONAL NA GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS.....	159
ACESSO À JUSTIÇA: UMA BUSCA PELA EFETIVIDADE DOS DIREITOS.....	160

ADOÇÃO INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE CONSTRUTIVA.....	161
ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS: REFLEXÕES SOBRE NOVAS CONCEPÇÕES DE FAMÍLIA.....	162
ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS.....	163
ÁFRICA: UM CONTINENTE EM CHAMAS.....	164
ÁLCOOL, LESÃO CORPORAL E HOMICÍDIO NO TRÂNSITO: COMO DAR UMA RESPOSTA À SOCIEDADE DENTRO DO DIREITO?.....	165
AMPLA DEFESA X CELERIDADE PROCESSUAL: ALGUNS ASPECTOS DAS LEIS QUE ACELERAM OS JULGAMENTOS.....	166
ANÁLISE ACERCA DOS LIMITES E POSSIBILIDADES DO DIREITO PARA EFETIVAR OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS.....	167
AS DIFERENTES PERSPECTIVAS EM RELAÇÃO AO CASAMENTO DESDE A ROMA ANTIGA ATÉ O BRASIL ATUAL: UM MERO ACORDO PATRIMONIAL OU UM ENLACE SÓCIO-AFETIVO?.....	168
ASPECTOS DO POSITIVISMO JURÍDICO.....	170
ASPECTOS HODIERNOS DA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: PARCERIA OIT E GOVERNO BRASILEIRO	171
ASPECTOS SÓCIO-JURÍDICOS DO CUMPRIMENTO DE PENAS ENGLOBALANDO A ANÁLISE ESTRUTURAL E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO SISTEMA PRISIONAL.....	172
ASSÉDIO MORAL E A PRESERVAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	173
BREVE APANHADO SOBRE A QUESTÃO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL, VISTA SOB O ASPECTO HISTÓRICO E LEGAL.....	174
BREVE APANHADO SOBRE A QUESTÃO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL, VISTA SOB O ASPECTO HISTÓRICO E SOCIAL.....	175
BREVE REFLEXÃO SOBRE O AFETO NO ENSINO SUPERIOR E SUA RELAÇÃO COM O APRENDIZAGEM DO ALUNO.....	176
CASAMENTO: UNIÃO DIVINA CODIFICADA EM ROMA.....	177
CÉLULAS -TRONCO: RAZÕES DE ESTUDO E SEUS LIMITES NA ESFERA JURÍDICA.....	178
COLISÃO DE DIREITOS: APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE SEGUNDO ALEXY.....	179
COMO OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS SÃO TRATADOS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ATUALIDADE.....	180
COMPARAÇÃO ENTRE O SENADO ROMANO E O ATUAL SENADO BRASILEIRO E SUA DECADÊNCIA: UMA REFLEXÃO CRÍTICA.....	181
CONSTITUIÇÕES IMPERIAIS E PROCESSO DE CODIFICAÇÃO.....	182

CONTROVÉRSIAS DOS DIREITOS HUMANOS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	183
CRISE DIPLOMÁTICA NOS ANDES: ANÁLISE DO CONFLITO SOB A ÓTICA DA SOBERANIA INTERNACIONAL.....	184
DANO MORAL: A VALORAÇÃO DE UM DIREITO SUBJETIVO.....	185
DIGNIDADE HUMANA E PROSTITUIÇÃO.....	186
DIREITO A TER DIREITO: UM ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PRATICADA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE NA CIDADE DE NATAL-RN.....	187
DIREITO DE IMAGEM: ATÉ ONDE PODE SER RESPEITADO.....	188
DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA PÓS MODERNIDADE.....	189
DIREITO NATURAL E DIREITO MODERNO: INFLUÊNCIAS DA FILOSOFIA ARISTOTÉLICA.....	190
DIREITOS AUTORAIS E PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	191
DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE: COMO O DIREITO PENAL CHEGOU À DISTINÇÃO ETÁRIA.....	192
DIREITOS FUNDAMENTAIS, EFETIVIDADE E LIMITAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: UMA PERSPECTIVA PÓS-POSITIVISTA.....	193
DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DE SUA EVOLUÇÃO PELA HISTÓRIA.....	194
DO DIREITO ROMANO AO NOVO CÓDIGO CIVIL	195
DOENTES MENTAIS: A IMPLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇAS JUNTO AOS HOSPITAIS DE CUSTÓDIA.....	196
FLEXIBILIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO.....	197
FLEXIBILIZAÇÃO TRABALHISTA E SUAS IMPLICAÇÕES: REFLEXÕES EM FACE DO FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO E DA PRECARIZAÇÃO DO EMPREGO.....	198
GEOGRAFIA DA FOME A LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA: HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DE JOSUÉ DE CASTRO.....	199
GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E SEUS IMPACTOS NO MEIO AMBIENTE: UMA REFLEXÃO SOBRE A ADOÇÃO DE POLÍTICAS SUPRANACIONAIS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	200
INICIATIVA POPULAR: CONCRETIZAÇÃO DO PRÍNCIPIO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA.....	201
INTERRUPÇÃO DE GRAVIDEZ DE FETO ANENCEFÁLICO: DESCRIMINALIZAÇÃO E ASPECTOS PROCESSUAIS DA ADPF Nº 54.....	202

JUSTIÇA VIRTUAL: O AVANÇO DA TECNOLOGIA NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO, E SEUS EFEITOS DENTRO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL DO RN.....	203
LEI MARIA DA PENHA: A CONSOLIDAÇÃO DA CONQUISTA DOS DIREITOS DA MULHER.....	204
LEI MARIA DA PENHA: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E APLICABILIDADE.....	205
LEI SECA: ÁLCOOL X DIREÇÃO.....	206
LIMITAÇÃO DO USO DE ALGEMAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA DIGNIDADE HUMANA.....	207
PLURALISMO JURÍDICO COMO FORMA DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO NA CONTEMPORANEIDADE.....	208
MANDADO DE INJUNÇÃO: INSTRUMENTO PÓS-POSITIVISTA DE CONCRETIZAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	209
“O MANDADO DE SEGURANÇA NO ÂMBITO DO DIREITO DO TRABALHO”.....	210
MOVIMENTOS SOCIAIS: O DIREITO DE PROPRIEDADE E A FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA – MST.....	211
MULHERES ENCARCERADAS EM DELEGACIAS: DESRESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS.....	212
NORMA E SANÇÃO: A OMISSÃO DO ESTADO COMO OBSTÁCULO À CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO.....	213
NOVA LEI DE DROGAS: DESCRIMINALIZAÇÃO, LEGALIZAÇÃO OU DESPENALIZAÇÃO DO CONSUMO PESSOAL?.....	214
NOVO CONSTITUCIONALISMO: FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO.....	215
O ABORTO E A ANENCEFALIA: UMA ANÁLISE JURÍDICA	216
O CASAMENTO ENTRE CASAIS HOMOAFETIVOS: REFLEXÕES HISTÓRICAS DESDE À ANTIGUIDADE ROMANA À CONTEMPORANEIDADE.....	217
O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E OS PLANOS PRIVADOS DE SAÚDE NO BRASIL: UM OLHAR JURÍDICO SOBRE A QUESTÃO.....	218
O CONTRATO DE EMPREITADA NA CLT E A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO À LUZ DA EC 45/04.....	219
O CUSTO DA VIDA: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO NO ÂMBITO DO JUDICIÁRIO NORTERIOGRANDENSE.....	220
O DIREITO COMO CIÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE A HISTORICIDADE DO FENÔMENO JURÍDICO.....	221
O DIREITO DAS MULHERES: REFLEXO DA HISTORICIDADE DOS DIREITOS HUMANOS.....	222
O DIREITO DO TRABALHO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO REFLEXÕES A LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA.....	223

O DIREITO E A CONDIÇÃO JURÍDICA DOS FILHOS HAVIDOS FORA DO MATRIMÔNIO.....	224
O DIREITO SUCESSÓRIO NO DIREITO ROMANO EM PARALELO COM O DIREITO ATUAL.....	225
O IMPACTO DAS CHUVAS NA CARCINICULTURA E AS POSSÍVEIS PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PARA A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA NO SETOR.....	226
O INSTITUTO DA ARBITRAGEM APLICADO À INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL E SUA UTILIZAÇÃO NO CASO DE JAZIDAS CONTÍGUAS.....	227
“O MANDADO DE SEGURANÇA NO ÂMBITO DO DIREITO DO TRABALHO”.....	228
O (NEO)CONSTITUCIONALISMO E SUA COLABORAÇÃO PARA A EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	229
O NOVO CONSTITUCIONALISMO: FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO.....	230
O PANORAMA ATUAL DO MENOR TRABALHADOR NO BRASIL.....	231
O PAPEL DO SENADO NO CONTROLE CONSTITUCIONAL DIFUSO.....	232
O PLURALISMO JURÍDICO E O "ESTADO PARALELO": UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A CRISE DE LEGITIMIDADE DO ESTADO.....	233
O PORTADOR DE DEFICIÊNCIA E A ABERTURA DO ESPAÇO PROFISSIONAL NAS EMPRESAS.....	234
O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL NA ATUALIDADE	235
O USO DE ALGEMAS À LUZ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO	236
O USO DE ALGEMAS E A SUMULA VINCULANTE 11.....	237
O USO DE CÉLULAS-TRONCO SOB A ÉGIDE DOS DIREITOS HUMANOS..... OS PARÂMETROS SOCIAIS E JURÍDICOS QUE FUNDAMENTAM A CRIMINALIZAÇÃO	238
DO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS.....	239
OS REFLEXOS DA NOVA LICENÇA MATERNIDADE NA INICIATIVA PRIVADA.....	240
PANORAMA HISTÓRICO DOS DIREITO FEMININOS: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	241
PEDOFILIA-UMA EMERGÊNCIA DO SÉCULO XXI.....	242
PESQUISAS COM CÉLULAS-TRONCO: VISÃO JURÍDICA, CIENTÍFICA E RELIGIOSA.....	243
PLATÃO DE ATENAS: INFLUÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE ATUAL.....	244
PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E O NOVO CÓDIGO CIVIL.....	245
PÓS-POSITIVISMO E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL.....	246

POSITIVISMO JURÍDICO: BREVE ESTUDO SOBRE A TEORIA IMPERATIVISTA DA NORMA JURÍDICA.....	247
PÓS-POSITIVISMO E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL.....	248
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO.....	249
PREVIDÊNCIA PRIVADA: SOLUÇÃO COMPLEMENTAR PARA O PROBLEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO.....	250
REFLEXÃO SOBRE O DIREITO A DIFERENÇA.....	251
REFLEXÕES SOBRE A HISTORICIDADE DO SISTEMA VINDICATIVO E SUA INFLUÊNCIA NO DIREITO PENAL CONTEMPORÂNEO.....	252
REFLEXÕES SOBRE O DIREITO A DIFERENÇA DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.....	253
REFLEXÕES SOBRE O DIREITO A DIFERENÇA.....	254
REFLEXÕES SÓCIO-JURÍDICA SOBRE O FENÔMENO “SERIAL KILLER”.....	255
RESPONSABILIDADE CIVIL DAS EMPRESAS QUE ATUAM NO SETOR PETROLÍFERO POR DANOS AMBIENTAIS.....	256
RETÓRICA: DOS SOFISTAS AOS POLÍTICOS MODERNOS, ARMA DE PERSUASÃO DAS MASSAS À COOPTAÇÃO DE FALÉCIAS IDEOLÓGICAS.....	257
SANÇÃO PENAL.....	258
SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: TEORIA X REALIDADE.....	259
A ETERNA BUSCA DO CONHECIMENTO.....	260
SOBRE A TEORIA DOS CASTIGOS OU DAS PENAS LEGAIS.....	261
SUCESSÃO ENTRE COMPANHEIROS.....	262
TENDÊNCIA DE ABSTRAÇÃO NO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE À LUZ DO STF.....	263
TEORIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO.....	264
TRÁFICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL.....	265
TRÁFICO DE ÓRGÃOS: MECANISMO DE COMBATE COM VISTAS À DIGNIDADE HUMANA.....	266
TRANSEXUALISMO E DIREITO: POSSIBILIDADES E LIMITES JURIDICOS DE UMA NOVA IDENTIDADE SEXUAL (NOVOS PARADIGMAS)	267
TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO - ASPECTOS JURIDICOS E SOCIAIS.....	268
TURISMO RELIGIOSO: EXPRESSAO DE FÉ, HISTÓRIA, CULTURA E ECONOMIA.....	269

TURISMO SEXUAL: REFLEXÕES EM FACE DO DIREITO À CIDADANIA.....	270
TURISMO SEXUAL, UMA ABORDAGEM ECONÔMICA.....	271
TURISMO SEXUAL.....	272
TURISMO SEXUAL:REFLEXÕES EM FACE DO DIREITO À CIDADANIA.....	273
UM PAÍS DE CONTRASTES	274
UMA ABORDAGEM ECONÔMICA DAS POTENCIALIDADES DO RN –A IMPORTÂNCIA DOS ROYALTIES PARA A ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE PETRÓLEO.....	275
UMA ANÁLISE ÉTICA SOBRE A PRÁTICA DE CRIME DE RESPONSABILIDADE	276
UMA ANALISE SOBRE CRIME DE RESPONSABILIDADE.....	277
VAQUEJADA: MANIFESTAÇÃO CULTURAL, ESPORTIVA, ECONÔMICA E JURÍDICA.....	278
VIGÊNCIA PLENA DE LEGISLAÇÃO EFETIVA PARA A PROTEÇÃO DE TODAS AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES CONTRA PUNIÇÃO E VIOLÊNCIA FAMILIAR.....	279
VIGIAR PARA PUNIR: UMA ABORDAGEM FOUCAULTIANA PARA O PROBLEMA PENAL.....	280
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES.....	281

SUMÁRIO DE INFORMÁTICA

ACESSO AO DIREITO ATRAVÉS DA INTERNET.....	283
ADOÇÃO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO PELOS VAREJISTAS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA NA CAPITAL DO RN.....	284
ANÁLISE DAS INTERFERÊNCIAS SOBRE REDES SEM FIOS.....	285
AVALIAÇÃO DA USABILIDADE DO SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS “TEBAS” NA JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE.....	286
AVALIAÇÃO DE USABILIDADE DO SOFTWARE EDUCACIONAL: APRENDENDO COM O COMPUTADOR.....	287
CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS QUE COMERCIALIZAM E PRESTAM SERVIÇO DE ERP DE CÓDIGO LIVRE NO BRASIL.....	288
RICHFACES: INTEGRAÇÃO DE JAVA SERVER FACES E AJAX.....	289
CLUSTER DE SERVIDOR WEB: PERFORMANCE REDUNDÂNCIA.....	290
CLUSTERIZAÇÃO DE DADOS ATRAVÉS DA LÓGICA FUZZY.....	291
COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO MÉDICAS ONLINE ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE METAVERSOS TRIDIMENSIONAIS VIRTUAIS VIA INTERNET.....	292
CONSTRUÇÃO VIRTUAL DE UMA RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR: REPRESENTAÇÃO GRÁFICA EM ARQUITETURA.....	293
CONSTRUÇÃO GRÁFICA DA IGREJA MATRIZ DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN.....	294
DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA PARA GERENCIAMENTO DE CURSOS E EVENTOS UTILIZANDO A TECNOLOGIA JAVA.....	295
DISPOSITIVOS MÓVEIS: DESENVOLVIMENTO E COMUNICAÇÃO.....	296
DOCÊNCIA E O USO DA INFORMÁTICA.....	297
ESTUDO DA QUALIDADE, SATISFAÇÃO E PERFIL DOS USUÁRIOS DA TECNOLOGIA DE CONEXÃO BANDA LARGA MÓVEL PARA COMPUTADORES 3G.....	298
ESTUDO DE ESTRUTURAS ANATÔMICAS RELACIONADAS AO OSSO ESFENOÍDE ATRAVÉS DO USO DE RECURSOS AVANÇADOS DE COMPUTAÇÃO GRÁFICA.....	299
ESTUDO DO IMPACTO DA UTILIZAÇÃO DO LINUX NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS E ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE NATAL.....	300
ESTUDO SOBRE O PERFIL DO PROFISSIONAL DA ÁREA DE INFORMÁTICA E A CAPACIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS INTERPESSOAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO.....	301
FRAMEWORKS PHP: UM ESTUDO COMPARATIVO.....	302

IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROTÓTIPO DE REDE NEURAL RBF (FUNÇÃO DE BASE RADIAL) UTILIZANDO JAVA PARA ANÁLISE DA VARIAÇÃO ARQUITETURAL E COMPORTAMENTAL.....	303
IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROTÓTIPO DE UM SISTEMA WEB PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM A UTILIZAÇÃO DO FRAMEWORK JPA.....	304
IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROTÓTIPO DO JOGO PONG DISTRIBUIDO COM A UTILIZAÇÃO DE SWING, JAVA 2D E SOCKET'S.....	305
REDES DE COMPUTADORES BASEADAS EM TERMINAIS LEVES.....	306
RICHFACES:INTEGRAÇÃO DE JAVA SERVER FACES E AJAX.....	307
SEGURANÇA EM APLICAÇÃO WEB.....	308
SISTEMAS OPERACIONAIS SERVIDORES : O GERENCIAMENTO DE TAREFAS NO WINDOWS NT, UM ESTUDO DE CASO.....	309
TELERADIOLOGIA: A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA MELHORA DO DIAGNOSTICO MÉDICO.....	310
TESTE DE SOFTWARE: METODOLOGIAS, APLICAÇÕES E FERRAMENTAS	311

ADMINISTRAÇÃO

ANAIS



VIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FARN

DIREITOS HUMANOS, ÉTICA E CIÊNCIA:
NOVOS TEMPOS! NOVOS PARADIGMAS!

29 a 31 de outubro de 2008

Volume 1 - Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTRATEGIAS DE MARKETING DE RELACIONAMENTO PARA A TOYONORTE

Hédyla Luanna Oliveira Dos Santos

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Franklin Marcolino

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O aumento da concorrência no ambiente econômico mundial vem forçando as empresas a aumentar a produtividade, a reformular processos empresariais, criar alianças estratégicas centradas em novos mercados e tecnologias e, principalmente, a buscar maneiras mais eficiente de encantar os clientes. Ser capaz de atuar num mercado em que as regras do jogo mudam continuamente é um grande desafio. Mas não basta ser flexível. É necessário ter pensamento empreendedor e consciência de que a vantagem estratégica não diz respeito a uma única iniciativa e sim a um conjunto de ações inter-relacionadas, porque o mercado é impulsionado pela escolha do consumidor, sendo hoje um foco para o qual convergem todos os esforços da cadeia produtiva. Torna-se necessário, cada vez mais, um bom relacionamento com os clientes, primando pelo foco individual, certos benefícios, privilégios e diferenciais de importância para o cliente.

(METODOLOGIA) Devido a isso, foram criados os tipos de programa de fidelização, que proporcionarão como resposta à lealdade. É preciso reexaminar os conceitos e premissas das empresas que hoje vencem o jogo. Não há mais espaços para erros, somente para decisões seguras e ousadas. É preciso antecipar-se aos movimentos do mercado e necessidades do consumidor. Empresas que têm boas reações perdem espaço para aquelas que criam as ações motivadoras dessas reações. No passado, a revolução representada pela qualidade começou no setor de produção em que nasceu o conceito “defeito zero” – a aspiração de se ter sempre produtos perfeitos. A idéia foi estendida aos clientes – com “decepções zero” isto é, não perder um único cliente.

(RESULTADOS) Essa filosofia vem sendo pregada em todas as distribuidoras Toyota, que por sua vez, tem obrigação de tornar essa filosofia uma cultura nas empresas. Um dos slogans do pós-venda da Toyota Motor Corporation é “We always put ourselves in the customer position”, ou seja, “Nós sempre nos colocamos no lugar do cliente”. A distribuidora Toyota do Rio Grande do Norte – Toyonorte – vem se esforçando para estabelecer um bom relacionamento com seus clientes, entretanto, o setor de relacionamento ao cliente se limita a estratégias corretivas e não a medidas preventivas e nem estabelecem estratégias de fidelização, devido à maioria dos seus clientes optarem pela credibilidade do produto e não pelo bom atendimento que a mesma presta. Entretanto com o aumento do mercado nesse setor, principalmente no Rio Grande do Norte, que obteve esse ano o maior índice de vendas de veículos, segundo o jornal Tribuna do Norte do dia 12 de fevereiro de 2008, o crescimento foi de 49,35%; os resultados foram considerados os melhores da história do setor. Conseqüentemente, a exigência dos consumidores também aumentou o que fez com que a concessionária repensasse seu relacionamento com seus clientes. Em face deste contexto e problemática, surge então a seguinte questão: Quais as estratégias de marketing de relacionamento necessárias para aumentar o nível de qualidade percebida dos clientes em relação ao atendimento da Toyonorte?

(CONCLUSÕES) O marketing de relacionamento já se tornou um dos conceitos-chaves do marketing nos dias atuais, tornando-se vital para a sobrevivência das empresas, sendo elas de pequeno, médio ou grande porte. O cliente está muito exigente e já está acostumado a ser bem tratado, e qualquer atitude contrária a sua vontade, pode gerar uma insatisfação que poderá ocasionar na migração do cliente para a concorrência. Desenvolver um bom relacionamento com os clientes é uma premissa básica das empresas que desejam se manter cada vez mais competitivas no mercado, entretanto, é um desafio, pois existem inúmeras estratégias, é preciso escolher qual a melhor que se aplica dentro do seu nicho comercial. É necessário encontrar as necessidades específicas de cada consumidor para, assim, formar uma estratégia diferenciada.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

A IMPORTÂNCIA DA AGÊNCIA DE FOMENTO PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO NORTE

Moacyr Duarte Milfont

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Alúcio Alberto Dantas

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A presente pesquisa tem por objetivo analisar a importância socioeconômica da AGN no que se refere a operações de linhas de créditos para financiamentos prestando serviços de gestão financeira e de consultorias, acompanha setores da economia como do turismo, indústria, agricultura irrigada, fruticultura turismo, indústria, agricultura irrigada, fruticultura, pecuária, carcinicultura e minérios, fomentando o comércio interno e externo e estimulando a difusão de tecnologia no Estado. Justificando-se o estudo, considerando que o investimento empresarial constitui a base de geração da produção e da renda conseqüentemente o crescimento do PIB de qualquer localidade.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi desenvolvida mediante estudo documentado e com a análise de relatórios e documentos oficiais publicados pela AGN, Governo do Estado, Instituições vinculadas, relatórios técnicos descrevendo importância da AGN no desenvolvimento do RN. As informações coletadas em relatórios da instituição foram devidamente classificadas com vistas à obtenção dos resultados compatíveis com os objetivos propostos.

(RESULTADOS) O estudo relatado mostra a importância da AGN para o Estado, onde a AGN promove a criação de empregos e renda, estimulando a modernização das estruturas econômicas e sociais. Tende como mercado principal empresas instaladas ou que pretendem instalar-se no Estado, empreendimentos considerados prioritários e que explorem potencialidades locais, realização de estudos e pesquisas, seleção e captação de novos investimentos, concessão e intermediação de financiamento e a prestação de serviços empresariais. As estatísticas informam que a política de fomento empresarial, conduzida e executada através da AGN, tem obtido favoráveis resultados econômicos e sociais, principalmente no que se refere à criação de novas empresas e crescimento das empresas existentes. Essa atuação empresarial fez com que a produção empresarial fosse ampliada, o que resultou no aumento do PIB e no crescimento econômico do estado; a pesquisa constata ainda os resultados do emprego e da renda da população estadual.

(CONCLUSÃO) A pesquisa mostra que a AGN trata-se de Instituição financeira com alto conhecimento junto as fontes de recursos para financiamento. A AGN apresenta grande potencial de contribuição a ação governamental e privada, pela aplicação de novos critérios operacionais, contando com equipe técnica qualificada, enfim, trazendo com sua meta principal o fomento do RN.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

A IMPORTÂNCIA DE EMPRESAS DE GRANDE PORTE PARA A ESTRUTURA ECONÔMICA DO ESTADO

*Milena Carla Campos Da Silva
Elione Campos De Freitas
Marycélia Pópilla Guedes
José Carlos Barros Dos Santos
Sulânia De Medeiros Dantas*

Discentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Ana Maria Da Silva Souza
Carlos Eduardo Marinho Diniz
José Padilha Chrispim Neto
Josué Vitor De Medeiros Junior*

Docentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A importância dos métodos de administração nos dias atuais eleva o fortalecimento de empresas, solidificando-as e garantindo permanência no mercado. Essa estrutura gera emprego direto e indireto, e agrega valores a rentabilidade do país. O presente trabalho objetivou desenvolver um diagnóstico de uma empresa de grande porte que atua no ramo de telefonia móvel no Brasil, usando os dados do balanço patrimonial como ferramenta principal para análise no processo de decisão.

(METODOLOGIA) Quanto aos objetivos, propostos a metodologia utilizada consistiu de uma pesquisa exploratória qualitativa-descritiva. Os dados foram coletados com aplicação de um instrumento de coleta de dados do tipo questionário composto por 50 questões abordando tópicos de gestão financeira, administração da produção, sistema de informação e pesquisa mercadológica. O instrumento foi respondido pelo gerente. Para análise dos dados foram utilizadas técnicas qualitativas e ferramentas de gestão financeira.

(RESULTADOS) A organização estudada tem 10 anos de fundação, sua localização está distribuída em vários pontos da cidade com os postos de atendimento visando maior facilidade ao acesso. O presente trabalho, ainda em fase de desenvolvimento, contextualiza que se trata de uma empresa íntegra, com tecnologia de ponta que investiu maciçamente no nordeste com os seus pacotes de serviços promocionais para todos os públicos e empresas. Fortemente instalada, gera emprego e assume um papel crescente na economia do país. Mantém uma gestão transparente fundamentada na melhoria contínua da qualidade dos seus serviços de rede e busca atingir a excelência, que são retorno aos acionistas, satisfação dos clientes e mercado, eficiência e eficácia dos processos e satisfação dos colaboradores. No que se diz respeito às questões financeiras, a empresa apresenta uma estrutura bem definida na avaliação dos custos, dos preços e dos resultados. Mas deixa a desejar quando se trata de atendimento a clientes. São inúmeras reclamações diárias por motivo de demora excessiva no atendimento via telefone.

(CONCLUSÃO) A empresa que foi analisada, caracteriza-se por sua clareza e seriedade pela qual são tratadas todas as fases de seus processos. Os métodos de administração utilizada, com base nas suas premissas, são suficientes para o resultado positivo do balanço patrimonial. Porém observa-se uma deficiência na qualidade do atendimento a cliente, apesar de buscar melhoria contínua, no ambiente interno. Para que a empresa modifique e melhore a sua imagem com os consumidores e o mercado, sugere-se que a empresa faça uma pesquisa de marketing para identificar as possíveis falhas. Com essa providência tomada, a empresa passará a ter conhecimento dos problemas enfrentados no ambiente externo com base nos dados obtidos. Aonde esses dados servirão para possíveis tomadas de decisões referentes ao atendimento, decisões essas, que poderão provocar mudanças na imagem da empresa perante os consumidores, trazendo assim, um crescimento no seu faturamento e expansão no mercado.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA REALIDADE DE EMPRESAS DO RAMO DE PUBLICIDADE, COM ÊNFASE NO ATENDIMENTO PESSOAL E CONTROLE FINANCEIRO

*Marcelo Medeiros De Paula
José Lidérzio Ferreira De Vasconcelos Neto
Agenor Ferreira De Lima Júnior
Arthur José De Carvalho Paiva
Duílio Medeiros Cruz*

Discentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Ana Maria Da Silva Souza
Carlos Eduardo Marinho Diniz
José Padilha Chrispim Neto
Josué Vitor De Medeiros Júnior*

Docentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O planejamento vem se tornando o foco das atenções da alta administração das organizações baseando em um maior conhecimento possível do ambiente empresarial, essa medida visa à tomada de decisões de uma forma organizada e sistemática e preparo para as situações de crises e ameaças. Além desses fatores, é possível obter-se um diferencial frente aos concorrentes, visto que em um mercado competitivo e de mudanças rápidas, essa prática se torna fundamental. A empresa estudada é de Publicidade e Comunicação Corporativa que atua em Natal no Estado do Rio Grande do Norte. A pesquisa tem o objetivo de analisar a situação organizacional, financeira e tecnológica com base em informações estratégicas.

(METODOLOGIA) A metodologia adotada para a pesquisa foi do tipo exploratória, objetivando entender situações através de métodos qualitativos, envolvendo visitas aos sócios da empresa. O processo de coleta de dados foi desenvolvido mediante aplicação de um questionário composto por questões abertas e fechadas, acompanhado de um roteiro de discussão.

(RESULTADOS) A empresa de publicidade está atuando há 4 anos no mercado tendo market-share em torno de 4%. Seus sócios, com experiência de 8 anos na atividade, definiram estratégias de diferenciação na abertura do negócio, com a meta de atrair clientes de seus concorrentes, aumentando o faturamento a cada ano. A política da empresa consiste em ser participativa e sua remuneração é feita de forma fixa com variáveis, esta recebida pelos colaboradores de acordo com sua produção (criação). Os sócios da empresa têm uma filosofia de que para se obter excelentes resultados tem que se trabalhar em um ambiente que atenda as necessidades dos colaboradores, para isso dispõe de uma tecnologia bastante avançada em seus hardware e software para a execução das tarefas. Assim a empresa consegue maior produtividade e melhores trabalhos realizados, sendo de grande importância, pois nessa atividade criatividade é essencial. Os serviços prestados são as criações de campanhas e peças publicitárias específicas, ações de marketing direto e criação de identidades visuais para empresas, atendendo em sua maioria ao segmento varejista (farmacêutico, automotivo, construção civil, educação e etc.). Os sistemas de informações utilizados aperfeiçoam a execução de tratamento das imagens dos materiais produzidos, aumentando a qualidade dos trabalhos finais, além de contar com um sistema de controle financeiro, analisando relatórios e sua situação financeira. Em relação aos aspectos financeiros a empresa obtém uma reserva de caixa para imprevistos com um valor para se manter por no mínimo 3 meses sem receitas.

(CONCLUSÕES) Com o estudo realizado chegou-se à conclusão que a empresa analisada está bem posicionada no mercado em que atua, e consegue atingir uma satisfatória fatia deste competitivo mercado. Foi analisado que a empresa está buscando a cada dia investir em novas tecnologias para atender as exigências do mercado e dos clientes. A política de remuneração foi vista pelo grupo como um fator positivo, fazendo com que a produção sempre supere as expectativas, satisfazendo os sócios, clientes e colaboradores. Outro fator positivo é que os proprietários fazem uma reserva financeira de prevenção para os meses seguintes, mostrando-se ser capaz de superar quedas do mercado. Porém, ela tem como fator negativo sua estrutura física, visto que esta não corresponde ao padrão utilizado no segmento. Diante do constatado, foi levada à direção desta organização uma sugestão de melhoria, esta que, prontamente foi aceita e que em breve será posta em prática. Levando em consideração todas as análises abordadas, chegamos à conclusão que a empresa estudada é rentável e que adota uma ótima política de crescimento pessoal e de mercado.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

A INDÚSTRIA DE CERÂMICA VERMELHA E SUAS RELAÇÕES COM A QUALIDADE AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS-RN

Jessicleide da Guia Dantas Fernandes

Discente do Curso de MBA GESTÃO E PERÍCIA AMBIENTAL da FARN

Anna Jacinta Dantas de Medeiros

Discente do Curso de FARMÁCIA da UFRN

Aluisio Alberto Dantas

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O meio ambiente vem sendo destruído e suas conseqüências para a vida da sociedade têm gerado inúmeras discussões a respeito dos métodos de avaliação e gestão ambiental e dos meios disponíveis para amenizar os efeitos das ações do homem sobre a natureza. Este trabalho tem por objetivo diagnosticar e avaliar a qualidade ambiental do município de Carnaúba dos Dantas-RN em relação à implementação da Indústria de Cerâmica Vermelha ou Estrutural que é produzida utilizando processos tradicionais, tendo a queima da lenha como principal fonte de calor e que vem contribuindo ao longo dos anos para a devastação dos recursos naturais e conseqüentemente o comprometimento da qualidade ambiental.

(METODOLOGIA) A preocupação desse estudo esteve centrada basicamente nas implicações ambientais que foram surgindo na referida cidade, a partir do advento da indústria de cerâmica vermelha ou estrutural em substituição ao declínio da triologia gado-algodão-agricultura de subsistência que outrora fora o suporte socioeconômico local e que perdeu expressividade, nos últimos tempos, com o surgimento desse novo segmento econômico, que é responsável por aproximadamente 25% dos empregos diretos na cidade. O desenvolvimento desta atividade ceramista tem-se dado por meio de um processo produtivo bastante complexo e que envolve algumas fases, como: a extração da matéria prima (a argila e o barro vermelho), a mistura/moldagem, a secagem/queima, bem como o destino final dos produtos cerâmicos. O processo de produção é bastante arcaico, destacando como produtos geradores de energia, a lenha para queima dos produtos. A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse trabalho, consistiu basicamente em levantamentos bibliográficos, pesquisas em fontes documentais e pesquisa empírica realizada in locu.

(RESULTADO) Observou-se que o consumo mensal de lenha de todas as cerâmicas do município se aproxima de 14.437,5 m³, o que de acordo com FIERN/SENAI corresponde a uma área devastada de 277,64 ha mensal, caracterizando a partir desses dados o impacto do desmatamento que devasta de forma irresponsável os solos do município sem pudor algum, não havendo nenhuma área reflorestada ou em reflorestamento para atender a demanda dessa produção. Como não há reflorestamento, o desmatamento das áreas devastadas torna-se muito grave, alimentando cada vez mais e de forma decisiva a desertificação na região. A falta de acompanhamento técnico repercute também sobre a extração da argila e do barro vermelho, uma vez que não é feito nenhum estudo da disponibilidade de tais jazidas. Pode ser observado que a extração de tais minerais é feita informalmente e sem licenciamento ambiental.

(CONCLUSÃO) Relacionando ainda a “simplicidade” dada ao processo produtivo, vê-se uma formação de apreciável número de resíduos sólidos depositados nas áreas das cerâmicas. Sendo assim, pode-se concluir que as relações natureza-sociedade implementadas no processo de produção de cerâmicos vermelhos vêm agonizando os já existentes problemas sócio-ambientais do território carnaubense, colocando-se em destaque os de ordem ambiental.

Palavras-chave: Qualidade ambiental. Cerâmica Vermelha. Carnaúba dos Dantas

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

A INFLUENCIA GERENCIAL DA FAMÍLIA NO SUCESSO EMPRESARIAL DE PEQUENOS E MÉDIOS EMPREENDEDORES

Hipólita Maria Pereira Menezes

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Analisar e discutir empresas familiares tem sido uma constante nos moldes que balizam as disciplinas eminentes em gestão nos cursos de graduação. Todavia, ultrapassar este nível de percepção e objetivar identificar o nível de influência que a família exerce nas organizações não de forma intrínseca no sentido de compor a sociedade e sim de forma indireta e subjetiva é o propósito desta pesquisa. O sucesso ou fracasso de muitas pequenas e médias empresas perpassam pelo apoio e influencia das famílias dos empreendedores, embora não se consolide numa ação direta e constante é perceptível em diversas organizações que este fenômeno existe e estudá-lo se consolida numa reflexão pertinente ao discente de administração.

(METODOLOGIA) Com relação aos fins, a presente pesquisa é do tipo exploratória, pois objetiva entender determinado problema que impactua em diversos ramos e setores e a análise será através de uma abordagem qualitativa (analisando o problema a partir da elaboração de base de dados na forma de tabelas e gráficos) que envolveram entrevistas com os empreendedores. Quanto aos procedimentos, a pesquisa pode ser classificada como pesquisa de campo se consolidando numa coleta de dados nas empresas e em alguns membros das famílias.

(RESULTADOS) Empreender se relaciona a ousar, considerando os riscos que são minimizados através do universo de informações, análises e ferramentas como o intuito de diminuí-los. A pesquisa responde que a família enquanto agente social e dinâmico exerce uma influencia exagerada nas tomadas de decisões, segundo os dados. Ainda a imagem do primogênito e do papel dos homens e mulheres, foram destaques neste trabalho. Um dado relevante é a questão do papel da segunda geração e dos conflitos que estes passam em função da não quebra de paradigmas por parte de alguns. O dado mais alarmante é o fato de que os familiares mais “fortes” se apropriam de decisões muitas vezes sem conhecimento de causa e efeito, ocasionando perdas e prejuízos.

(CONCLUSÃO) O conceito de família é alicerçado desde a formação do homem. A influencia desta na tomada de decisões é mais acirrada no caso das pequenas e médias empresas visto a relação mais estreita e ainda a má formação acadêmica por parte dos gestores, tudo isso contribuindo para um conjunto de decisões empíricas na grande maioria. Desfazer esse papel não é o objeto nem propósito deste estudo e sim tornar claro que a família enquanto base e estrutura emocional é fundamental para o equilíbrio dos gestores-empreendedores, entretanto esta base deve ser estruturada em moldes de comportamento e emoções, permitindo que o gestor por conhecimento de causa em relação ao negócio tome as melhores decisões e assim contribua com o sucesso das empresas. Palavras chaves: Empreendedorismo, Famílias, Gestão Financeira.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

A ROTATIVIDADE FUNCIONAL NO RESTAURANTE TÁBUA DE CARNE REFERÊNCIA NA CULINÁRIA TIPICA POTIGUAR DA CIDADE DO NATAL

Alessandro Lustosa Machado de Oliveira Gomes

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Jannes Valente

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A motivação para esse trabalho surgiu da percepção da flutuação da força de trabalho num dado período de cada ano no restaurante Tábua de Carne na cidade do Natal. Em verdade, controlar, reduzir, prevenir a rotatividade funcional tem sido ainda um grande desafio para as empresas e os gestores de recursos humanos. Com o Tábua de Carne não tem sido diferente, pois a empresa tem enfrentado fortes impactos do fenômeno da rotatividade funcional. Diante disso, a pesquisa extraiu informações relevantes sobre o processo de seleção e treinamento, assim como a identificação do melhor perfil de cada candidato a cargos funcionais. Foi possível estudar as principais causas do fenômeno da rotatividade funcional a no Tábua de Carne. Os dados coletados e analisados pela pesquisa podem trazer para a comunidade acadêmica uma visualização dessas organizações e a experiência prática desse seguimento. O estudo pode contribuir para os funcionários ajudando a tornar o clima organizacional mais satisfatório e favorável para a equipe atingir seus objetivos e metas. Orientando a força de trabalho a pensar administrativamente, será possível gerar maior satisfação para os consumidores.

(METODOLOGIA) A pesquisa realizada foi exploratória descritiva através de um estudo de caso. O instrumento utilizado foi questionário estruturado com perguntas fechadas, aplicado a uma amostra de 100 funcionários, dentro de um universo de 120 trabalhadores retirados. O tratamento dos dados foi apoiado por tabelas de frequência e gráficos ilustrativos do Microsoft Excel e Microsoft Word.

(RESULTADOS) A pesquisa realizada elucidou importantes aspectos do fenômeno da rotatividade funcional no restaurante Tábua de Carne. Um resultado importante é que a sazonalidade contribui para a ocorrência da rotatividade funcional pois os períodos de alta e baixa estação interferem diretamente na incidência de admissões e demissões na empresa. A pesquisa também demonstrou que o processo de seleção da empresa seleciona os candidatos mais apropriados para trabalhar no restaurante, uma vez que os funcionários demonstram ter conhecimento técnico e domínio das tarefas que realizam no Tábua de Carne. Outro resultado que se destaca é que apesar dos treinamentos serem avaliados positivamente, os funcionários revelaram significativos problemas disciplinares. Em verdade, os funcionários ficaram em dúvida quanto ao seu sentimento de ser reconhecido pelo restaurante.

(CONCLUSÃO) A pesquisa revelou não haver uma causa primária do fenômeno da rotatividade funcional. Porém, foram identificados importantes fatores que operam grande influência e contribuição para a sua ocorrência. Com o estudo, fica claro por exemplo, que os problemas disciplinares dos funcionários representam um fator de forte contribuição para a freqüente entrada e saída de trabalhadores na empresa. Do mesmo modo, os períodos de alta e baixa estação também representam um fator muito intenso que favorece a contratação de novos funcionários, assim como a demissão de funcionários da empresa. Em relação ao perfil dos funcionários a grande maioria é composta por jovens adultos do sexo masculino que recebe mensalmente até 4 salários mínimos, trabalham menos de 2 anos na empresa e possuem o ensino médio. Portanto pode-se concluir que apesar de ser atingido pelos efeitos da freqüente entrada e saída de funcionários, o restaurante Tábua de Carne tem conseguido minimizar o fenômeno da rotatividade funcional em sua força de trabalho.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

A TECNOLOGIA COMO SUPORTE AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NOS CORREIOS: UM ESTUDO DE CASO DO SISTEMA PTC (PLANO DE TRABALHO CORPORATIVO) NOS CORREIOS - ECT/RN

Francisco Fernandes de Oliveira Junior

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Josué Vitor De Medeiros Junior

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O Sistema PTC - Plano de Trabalho Corporativo é um sistema de informação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que foi desenvolvido para permitir a gestão e o acompanhamento do planejamento anual da Empresa em todos os níveis, tendo por base o Plano Estratégico, a construção do Plano Tático e o cadastramento dos Indicadores Estratégicos, Projetos, Ações e Atividades. Para explicitar a relação entre este sistema e a estratégia da organização localmente, no estado do Rio Grande do Norte- RN, este trabalho tem como objetivo principal identificar qual a relação de suporte gerada pelo PTC ao planejamento estratégico da ECT/RN. Para tanto, buscou-se compreender o funcionamento do sistema, identificar como o PTC compactua dentro desse ambiente gerencial da ECT e detalhar as diretrizes estratégicas que ele atua.

(METODOLOGIA) O tipo de pesquisa deste trabalho é de caráter descritiva com base em um estudo de caso realizado na ECT/RN, especificamente no prédio localizado no bairro da Ribeira onde se encontra a sua agência central. O universo da pesquisa é composto por 120 gestores, sendo realizada uma amostra de 17 gestores composta pelos chefes de seções e gerências que são os usuários envolvidos diretamente com o processo. Foi realizado um questionário fechado com questões de múltipla escolha, visando obter dados que respondessem a eficiência do Sistema PTC e que identificassem seu aspecto de suporte ao processo de planejamento estratégico.

(RESULTADOS) Os resultados obtidos estão em fase inicial de análise e o que pode se notificar até agora foi a percepção dos envolvidos no processo com relação ao sistema PTC. Houve uma dualidade na percepção dos gestores, onde 29% dos entrevistados identificaram o sistema como uma ferramenta de apoio a tomada de decisão e formulação de estratégias, mesmo percentual que atribuíram como principal orientação do PTC, o compartilhamento das metas e objetivos da organização. Este primeiro resultado demonstra uma orientação inicial e fortifica a linha de pesquisa quanto à idealização do sistema. Foi um primeiro respaldo a viabilidade da pesquisa, se a identidade do sistema está sendo compatibilizada com o que busca a pesquisa e com o que a empresa busca orientar. Outro resultado relevante foi quanto ao nível de interação que o PTC propicia aos níveis estratégico, tático e operacional. Segundo os resultados, 47% afirmaram existir um alto grau de interação através do PTC. **(CONCLUSÃO)** Os resultados obtidos têm sido condizentes com os objetivos propostos. No entanto, as limitações encontradas com a aplicação dos questionários relacionam-se ao retorno de uma parcela de amostra inferior ao esperado. Para contornar esta limitação, pretende-se intensificar a compreensão da relação pretendida com o objetivo através da entrevista com gerente da Assessoria de Planejamento e Qualidade da instituição.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

A VIABILIDADE DE USAR O GESTOR ONLINE DA OPERADORA CLARO COMO E-BUSINESS DE CONTROLE DE CELULARES

Marclio Imbatssahy Rodrigues Barreto

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

José Padilha Chrispim Neto

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O Objetivo deste estudo é verificar a viabilidade de usar o Gestor Online da operadora de telefonia celular Claro como exemplo de E-Business para controle de Celulares. Neste novo cenário empresarial, levar os modelos tradicionais de negócios para a Internet, comumente chamados de Negócios Eletrônicos ou E-Business, junto com o avanço da informática e tecnologia de comunicação, em especial a celular, vem provocando novas formas de ofertar produtos e serviços, além de formentar à vantagem competitiva. Neste contexto, algumas perguntas surgem como problemática de pesquisa como: Como está o mercado de celular no Brasil? As empresas podem ajudar nas decisões dos clientes, fazendo uso de sistemas que tragam informações especializadas? Há um controle efetivo dos celulares de uma empresa utilizando esta ferramenta, o Gestor Online? A disponibilização desta ferramenta on line pode conferir vantagem competitiva? Os clientes podem ser beneficiários desta opção? As respostas a estes problemas podem pegar de surpresa muitos empresários e gerente dos mais diversos tipos de empresa que precisam ter um sistema de comunicação prático e confiável, mas, que esteja dentro em uma previsibilidade de custo. Então para atender ao objetivo geral deste estudo e proporcionar uma reflexão melhor sobre o tema serão apresentados informações sobre o mercado de telefonia celular no Brasil, as características de um sistema especialista e as funcionalidades, que pode ou não resultar em vantagem competitiva tanto para os clientes como para a operadora Claro.

(METODOLOGIA) O tipo de pesquisa utilizado é o método indutivo, exploratório e pesquisa aplicada com ênfase no estudo de caso, no qual foi feita uma observação e descrição dos fenômenos de mercado com base em uma situação específica. Também foi feito um levantamento bibliográfico e documental sobre o tema. Para a análise dos resultados, utilizaram-se uma abordagem quantitativa que considera que tudo pode ser quantificável, ou seja, opiniões e informações podem ser analisadas e classificadas.

(RESULTADOS) O mercado de telefonia celular no Brasil, em agosto deste ano, já consta 138 milhões de assinantes de telefonia celular, apresentava uma teledensidade de 70 aparelhos para um grupo de 100 pessoas e do total de assinantes de celulares 80% corresponde aos pré-pagos. Foi verificado que o Gestor Online preenche os pré-requisitos estabelecidos por estudiosos para ser validado como um sistema especialista, logo, permite auxiliar o poder de decisão dos clientes. Algumas funcionalidades como estabelecer limites por ligação para cada linha contratada, lista de permissões e restrições total, estabelecer limites de acordo com dias e horários e aviso de saldo por mensagem de texto confere a esta ferramenta gerencial um melhor controle de celulares de uma empresa. É possível obter vantagens competitivas para a operadora Claro, pois esta ferramenta satisfaz requisitos como poder de respostas, oferecer novos produtos e serviços, e redução de custo, consequentemente, fidelização dos clientes. Por fim, os próprios clientes também são beneficiários deste produto porque satisfaz necessidades como velocidade, customização e redução de custos.

(CONCLUSÃO) A telefonia celular vem quebrando recordes a cada mês, pois há uma possibilidade real de utilizar esta tecnologia em favor das empresas, desde que faça bom uso no controle dos celulares. Para resolver este paradigma, o Gestor Online da Claro, corresponde as expectativas e oferece boas soluções no controle dos telefones das empresas, não apenas favorecendo os clientes, mas também a própria operadora de telefonia celular permitindo está a frente da concorrência. Embora o que hoje é diferencial competitivo, amanhã pode-se tornar pré-requisito, enquanto este ciclo permanecer, espera-se trazer vantagens competitivas para os clientes e a operadora.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ACOMPANHAMENTO DE UMA CAMPANHA ELEITORAL PARA O CARGO DE PREFEITO NA CIDADE DE SEVERIANO MELO

Carlos Deogenes Morais de Lima

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ana Maria da Silva Souza

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Este ano todas as cidades do país passaram por um processo eleitoral para que então viessem a escolher seus respectivos representantes para que venham defender seus interesses e melhorar cada vez mais a administração de suas cidades. Em um ambiente competitivo, o candidato requer conhecimentos sobre todas as áreas do marketing, desde o composto de marketing “4ps” até a aplicação das técnicas do marketing eleitoral. Neste estudo, foram analisadas as pesquisas realizadas pelo um candidato a Prefeito para acompanhamento da campanha em uma pequena cidade do interior do /RN.

(METODOLOGIA) Com relação aos objetivos, a presente pesquisa é do tipo exploratória com aplicação de métodos quantitativos. A fonte utilizada para coleta de dados foi do tipo secundária, compreendida pelas pesquisas quantitativas realizadas pelo candidato. Foram desenvolvidas duas pesquisas, a primeira em agosto de 2008 e a outra em setembro de 2008. Tais estudos foram realizados, com o objetivo de entender a opinião dos eleitores e a partir dos resultados obtidos trabalhar o perfil do candidato, para que o mesmo viesse conhecer seus pontos fracos e fortes.

(RESULTADOS) De acordo com o TRE (tribunal regional eleitoral do RN) o município de Severiano Melo-RN tem 7.000 eleitores aptos a votar nas eleições de 2008. As pesquisas que foram realizadas com o intuito de saber a opção de voto de cada eleitor; uma dessas pesquisas foi realizada no dia 14/08/2008 e a outra no dia 20/10/2008, ambas foram do tipo estimulada, a pesquisa do dia 14/10 teve os seguintes dados: Doutor Dagoberto obteve 27,54% das intenções de votos, o senhor Elano Ferreira obteve 3,97% das intenções e o atual prefeito o senhor Silvestre Monteiro que obteve 52,85% das intenções, votos brancos ou nulos formaram o valor de 1,74% e eleitores indecisos somaram o valor de 13,90% na pesquisa do dia 20/10 obteve os seguintes dados. Doutor Dagoberto 35,30% dos votos, Elano Ferreira 2,33%, Silvestre Monteiro 57,35%, brancos e nulos somaram 0,90% e indecisos 4,12%, nas pesquisas também foram feitas perguntas a respeito da rejeição de cada candidato, a pesquisa do dia 14/08 Doutor Dagoberto tinha 25,00% de rejeição, Elano 11,36%, Silvestre Monteiro 12,27% e sem rejeição 51,37%, já na pesquisa do dia 20/10 obteve os seguintes dados Doutor Dagoberto 18,46% de rejeição, Elano Ferreira 27,78%, Silvestre Monteiro 17,18% e sem rejeição 36,58%.

(CONCLUSÃO) Ao fazer uma análise desses dados foi possível observar a vantagem do candidato Silvestre Monteiro para os seus dois concorrentes, na segunda pesquisa foi feita uma estimativa que dava 1.544 votos de vantagem do candidato Silvestre Monteiro para o segundo colocado, um número bastante considerável tratando-se de uma cidade de 7.000 eleitores, também foi possível observar um crescimento muito grande do Doutor Dagoberto que subiu de 27,54% para 35,30% um aumento de 7,76% em quanto Silvestre Monteiro cresceu apenas 4,5%, foi possível observar também as rejeições dos candidatos onde Elano Ferreira obteve um aumento na sua rejeição de 16,42%, em quanto Doutor Dagoberto teve uma queda de 6,54% e Silvestre Monteiro um aumento de 4,91%, apesar de todos esses resultados não foi o suficiente para impedir do candidato Silvestre Monteiro ser reeleito no município sendo o primeiro prefeito a conseguir este feito.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ANALISAR A VIABILIDADE ECONÔMICA PARA A ABERTURA DE UMA FÁBRICA DE CONFECÇÃO FEMININA NA CIDADE DE PARNAMIRIM/RN

Maria Adriana Salviano da Silva

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Alúcio Alberto Dantas

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A crescente do segmento industrial no Nordeste onde comporta um grande número de empresas dos mais variados tamanhos e segmentos, através desse aumento onde pelo qual motivou a presente pesquisa a qual tem como objetivo analisar a viabilidade econômica para a abertura de uma fábrica de confecção feminina na cidade de Parnamirim/RN. O estudo aborda a ascensão do mercado local onde através dos indicadores analisam a demanda, concorrência e os possíveis fornecedores.

(METODOLOGIA) A pesquisa estabelece relações entre variáveis e indicadores, com isso utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica. O estudo foi também desenvolvido mediante a pesquisa direta exploratória, tendo em vista a necessidade da coleta de dados junto aos sujeitos (atuantes) no mercado local.

(RESULTADOS) Com o desenvolvimento do segmento industrial na cidade de Parnamirim, permitindo que o comércio local também alavancasse. Frente ao exposto a pesquisa apresenta dois pontos agregativos entre produção e comércio, cujo processo contribui para o crescimento econômico e as demais atividades. De acordo com a Secretaria de desenvolvimento da cidade de Parnamirim (2008) obteve um crescimento de 5% num período de 05 anos em abertura de empresas de vários segmentos e tamanhos. Conseqüentemente ocorreu aumento no volume de lojas do mercado local e o fornecimento de alguns produtos como (roupas femininas) apresenta-se defasado, de acordo com 74,63% dos lojistas entrevistados, confirmam que não existe uma fábrica que possa oferecer produtos a população de lojistas, ou seja, a aceitação para a abertura da fábrica foi de 73,13%, uma vez que a demanda tem sua representatividade crescente com relação ao consumo desses produtos.

(CONCLUSÕES) A pesquisa confirma positivamente a viabilidade para a abertura de um novo empreendimento (fábrica de confecção feminina), complementando também no crescimento econômico para a cidade de Parnamirim, uma vez que, com a abertura de uma fábrica conseqüentemente aumentará os números de vagas de empregos, para a população local.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ANÁLISE COMPARATIVA DA MOTIVAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DE SHOPPING DAS DOCELÂNDIAS

Thiago De Lima Barros

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho está sendo desenvolvido na Docelândia na necessidade de gerir seus problemas de motivação em relação dos funcionários de lojas de shoppings, já que atualmente de acordo com o ponto de vista do trabalho a empresa provoca diferentes graus de motivação e satisfação no trabalhador, principalmente quanto a forma e do meio no qual desempenha sua tarefa. Motivação dos funcionários de uma empresa é o tema que vem sendo constante mente debatida, de especialista a colaboradores, pois detecta o problema e buscar soluções para removê-lo é a forma mais eficiente de saber o que o acontece na sua empresa e o que motiva os seus funcionários de maneira que possa proporcionar bem estar aos mesmos e um ambiente mais agradável de trabalhar. As lojas do shopping têm que cumprir metas, bater valores para que o funcionário tenha comissão isso provoca desmotivação para muitos por valores muito altos quase sempre não alcançado, só em final do ano ou páscoa. Os funcionários podem informar o que os motivam em seu ambiente de trabalho, com isso o seu superior poderá saber quais as necessidades de se melhorar, ou ainda de cessar os problemas que estão acontecendo para torna-los motivados em sua organização, mais o próprio sente medo de falar algo comendo da demissão. Nesse sentido, o objeto de estudo desse projeto é: qual o nível de motivação dos funcionários de shopping da empresa Docelândia e escolher as melhores práticas na busca do atendimento as necessidades observadas na organização.

(METODOLOGIA) O trabalho contempla quanto aos objetivos que se propõe aspectos de pesquisa exploratória, que servira para avaliar o grau de motivação dos funcionários da docelândia de shopping e descritiva observando e analisando os fenômenos sem, entretanto, entrar no mérito do seu conteúdo. O instrumento utilizado para coleta de dados do método quantitativo foi o questionário, estruturado com questões fechadas .

(RESULTADOS) O analise comparativo da motivação será à ferramenta de gestão utilizada para planejar e definir metas a respeito do setor de motivação da empresa. Tendo como base a situação atual da empresa em relação aos seus funcionários sabendo o grau de satisfação deles. As lojas de shoppings onde será implantada possui um grau de motivação relativa por parte dos funcionários de diferentes lojas, por este motivo. Com essa analise a empresa espera saber os motivos de satisfação dos seus colaboradores.

(CONCLUSÃO) O analise comparativo tem fundamental importância para a empresa, pois serve como um direcionamento ou roteiro que deverá ser seguido por toda organização. O analise comparativo da motivação proporciona que os gestores e diretores saibam quais os pontos que possam ser mudados para a melhoria das lojas, sabendo o grau de motivação dos seus colaboradores para que as lojas aumente cada vez mais as suas vendas, principalmente das lojas de shopping.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ANÁLISE DA LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO DO PROJETO RAPIDÃO COMETA/NATURA

Petronio Rodrigues De Lima Rocha

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Fabília Abrantes Figueiredo Da Rocha

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A Logística é uma área que vem ganhando maior representatividade nos resultados organizacionais devido ao fato de contribuir significativamente na redução de custos, sobretudo diante de um controle mais efetivo acerca do transporte e dos níveis de estoques. O objetivo geral deste estudo consiste em prover uma análise acerca do Projeto Rapidão/Natura, envolvendo, especificamente, os processos que se relacionam ao fluxo dos materiais e da informações existentes na cadeia de suprimento, isto é, Natura-Rapidão-Revendedora. Para tanto, se teve o mapeamento dos processos existentes, concedendo uma atenção especial à análise do controle desenvolvido para a realização das entregas, em termos da monitoração do tempo de entrega, vislumbrando aspectos que poderão comprometer a prestação do serviço e, nesse direcionamento, teve-se o desenvolvimento de ações que poderão ser tomadas para que se consiga obter a qualidade na prestação do serviço.

(METODOLOGIA) A pesquisa pode ser considerada como um Estudo de Caso, tendo em vista a análise de uma situação específica vivenciada em uma empresa, diante da parceria formalizada junto a um fornecedor. Logo, apresenta como área de abrangência a Logística, mais especificamente a distribuição física, no sentido de levantar o fluxo envolvendo a Natura e o Rapidão, de maneira mais externa, e, posteriormente, a definição das rotas de entrega, junto com o acompanhamento do serviço prestado. Dessa maneira, os funcionários que apresentam-se vinculados a este processo serão considerados na coleta de dados. Para tanto, teve-se a realização de entrevistas informais, observação direta e análise documental. Os dados foram analisados com base na teoria da Logística, segundo a abordagem de Ballou (2006) e Bowersox e Closs (2001).

(RESULTADOS) No Brasil são realizadas 186 mil entregas mês sendo 8.454 mil por dia. Em Natal, são realizadas 16 mil entregas mês e 727 entregas dias, abrangendo capital e Interior. De acordo com a sazonalidade e suas oscilações, ocorre um crescimento de 25% a 30% no volume de entregas com 4.800 volumes. Foi verificado que a Cometa possui uma ferramenta de gestão chamada de PDA, de origem Americana, capaz de visualizar todas as mercadorias do cliente. Logo, informa dados por clientes, cidade, data de chegada, romaneio, nota fiscal, volumes, conhecimento e várias informações. Focalizando no cliente específico como Natura, puderam ser observadas diversas opções como armazém, sendo entregue, descarregando, previsto, retido, falta descarregar, dentre outros. Logo, através dessa ferramenta, pode ser feito um planejamento de controle operacional de suas entregas.

(CONCLUSÃO) Em linhas gerais, o projeto Natura/Rapidão tem a finalidade de efetuar a entrega das mercadorias provenientes da fábrica aos consumidores finais, que no caso são as revendedoras, mediante a prática do cross docking, com o intuito de acelerar o fluxo dos produtos até o consumidor final. A complexidade encontra-se direcionada a alguns fatores, a exemplo do volume de entregas e sua frequência, o nível de controle necessário diante do fluxo de mercadorias, bem como a garantia da integridade destas. Logo, tem-se a metodologia usada, os processos existentes e os resultados obtidos. Portanto, o estudo pode ser considerado viável, devido à empresa conceder acesso às informações, o que permitiu expor o projeto, os caminhos seguidos, os resultados obtidos, bem como as barreiras que aconteceram durante a execução e implantação.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ANÁLISE DE ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NO BRASIL E DE UMA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE

*Marianny Patrícia Dias
Marcel Lima Ribeiro Dantas*

Discentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O Brasil é hoje o oitavo consumidor e o quinto maior produtor mundial de medicamentos. Em 2002, o faturamento do setor no país foi de US\$ 5,2 bilhões, tendo sido vendidas cerca de 1,6 bilhão de unidades de medicamentos. As farmácias e drogarias constituem-se no principal canal de distribuição desses medicamentos para a população brasileira, movimentando cerca de US\$ 8 bilhões anuais. Observa-se que as farmácias de manipulação, que comercializam medicamentos de produção própria, estão registrando um crescimento significativo dentro do varejo farmacêutico. De 1998 a 2001, o setor aumentou em 40 % suas receitas em moeda nacional. Esse segmento faturou US\$ 560 milhões em 2001, empregando 14.560 farmacêuticos em 4,9 mil estabelecimentos. O presente trabalho compara índices de endividamento, rentabilidade e liquidez de 42 indústrias farmacêuticas no Brasil a uma farmácia de manipulação no Rio Grande do Norte. Por fim, analisa a saúde financeira dessas organizações considerando os dados existentes.

(METODOLOGIA) Este estudo utiliza metodologia descritivo-exploratória para analisar de forma qualitativa e quantitativa a situação econômica e financeira da indústria farmacêutica no Brasil nos anos compreendidos no intervalo entre 1998 a 2003, além de analisar economicamente e financeiramente uma farmácia de manipulação no Rio Grande do Norte nos anos compreendidos entre 2005 a 2007. A análise se baseia em índices de estrutura de capital, liquidez e rentabilidade formulados através de informações contidas nos balanços patrimoniais e demonstrações do resultado do exercício.

(RESULTADOS) A farmácia de manipulação apresentou índices financeiros mais expressivos que a indústria de medicamentos no Brasil, como liquidez geral 5,93 (2007) contra 1,18 em (2003). Ao mesmo tempo demonstrou menor grau de endividamento, 9,9 % (2007) versus 122,3 % (2003). Em relação ao grau de imobilização do patrimônio líquido, a farmácia apresentou índices levemente superiores, tais quais 50,8 % (2007) enquanto a indústria apresentava 59,0 % (2003). Entretanto, a indústria farmacêutica alcançou índices econômicos superiores, como margem líquida 0,5 % (2003) contra (35,8 %) da farmácia (2007). Do mesmo modo, a indústria apresentou maior rentabilidade do capital próprio, 1,2 % (2003) contra (29,8 %) da farmácia (2007). Em alguns exercícios ambas obtiveram prejuízo, como os (4,7%) alcançados pela indústria em 2003 e a farmácia (29,7 %) em 2007. Por fim, a indústria se mostrou mais eficiente em relação ao giro do ativo, 1,15 (2003) versus 0,7 obtidos pela farmácia (2007)

(CONCLUSÃO) A Farmácia de manipulação apresenta índices financeiros mais robustos que a indústria farmacêutica no Brasil, possuindo maior liquidez, menor grau de endividamento e menor grau de imobilização do patrimônio líquido. A indústria farmacêutica no Brasil demonstrou indicadores econômicos superiores aos da farmácia, maior margem líquida e rentabilidade do capital próprio, além de superior retorno do capital empregado e mais eficiente giro do ativo. É necessário uma análise sempre mais apurada e constante e ainda uma observação do macro-setor. As farmácias estão no setor terciário e as indústrias no setor secundário. Entretanto é pertinente que as avaliações sejam de níveis de maximização de lucratividade o quanto maior, configurando na premissa básica do gestor financeiro nas empresas.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ANÁLISE DO NÍVEL DE SATISFAÇÃO E FIDELIZAÇÃO DA AUTOBRAZ COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. NO SETOR DE VEÍCULOS NOVOS.

Anna Paula Medeiros De Araújo

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Karina De Oliveira Costa Bezerra

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) As empresas prestadoras de serviços estão se deparando com diversos fatores neste processo, tais como a globalização da economia, onde as mesmas são obrigadas a sair do antigo estado de acomodação, quebrando paradigmas da empresa em relação ao consumidor, a fim de buscar novas vantagens competitivas que possa garantir a própria sobrevivência, consumidores cada vez mais exigentes e uma concorrência preparada e informada sobre o mesmo mercado produto/consumidor. O mercado automobilístico de Natal promove um ambiente de concorrência, contendo neste, várias concessionárias e logistas atuantes, deste modo, a Autobraz comércio de veículos Ltda em Natal, também faz parte do mercado participativo local em crescimento. Onde é o responsável pela atuação de vendas de veículos e serviços, deseja acentuar a qualidade do atendimento, e para isto, deverá analisar a compatibilidade entre as expectativas dos clientes, como também suas satisfações. A empresa está na busca contínua de alternativas, e formas para firmar este conceito. Diante desta conclusão, pressupõe-se estudar o seguinte problema de pesquisa: “Que estratégias deveriam ser adotadas pelo setor de vendas, para fidelizar e satisfazer os clientes externos da Autobraz?”. Afim, de entender melhor este problema de pesquisa serão ressaltados os objetivos, geral e específicos, para desenvolver com clareza o estudo a ser proposto para pesquisa. Objetivo geral: “Analisar quais estratégias deveriam ser adotadas pelo setor de vendas, para fidelizar e satisfazer os clientes externos da Autobraz. E os objetivos específicos como: conhecer o perfil dos clientes da empresa; analisar o nível de fidelização dos clientes no setor de venda de veículos novos em relação aos serviços prestados; sugerir para a empresa como fazer para manter a fidelização e satisfação dos clientes; verificar os procedimentos que podem otimizar a qualidade dos serviços.

(METODOLOGIA) Diante do problema de pesquisa em estudo, será coletada informações a respeito da empresa, pesquisas do tipo descritiva e exploratórias. A pesquisa descritiva proporcionará ao estudo as descrições de mercado e seus fenômenos. Já a pesquisa exploratória, conduzirá nos estudos com hipóteses e explicações demonstrando aspectos mais aprofundados em relação ao assunto. A amostra será composta pelos clientes externos no setor de vendas, tendo margem de erro de 7% do universo e tamanho correspondente a 82 questionários atribuído a satisfação e com uma porcentagem de 10% no questionário de fidelização que corresponde a 20 questionários. O instrumento contará com auxílio de questionário semi-abertos. Através desta estrutura de coleta dos dados a pesquisa realizará o tratamento feito com tabulações da análises quantitativos e qualitativos, com a colaboração de tabelas, gráficos de forma a facilitar a tabulação dos dados.

(RESULTADOS) Os resultados obtidos serão realizados nos presentes meses restantes do semestre do ano 2008 que só terão o término com o trabalho monográfico concluído. Porém, as expectativas com relação aos estudos têm grande probabilidade de se confirmarem positivamente para os padrões de qualidade oferecidos pela empresa, mas contudo, na fase de conclusão podem ser evidenciados alguns aspectos a serem estudados e analisados para direcionar o planejamento estratégicos relevantes, que produzam superação da qualidade no atendimento, atingindo o principal objetivo da empresa que é cada vez mais ter excelência em serviços.

(CONCLUSÃO) Toda empresa deve considerar a satisfação e a fidelização de seus clientes importante para se manter no mercado, e conhecer os desafios para se apresentar com qualidade. Pois, a qualidade é uma ferramenta primordial para sobrevivência e competitividade da empresa no mercado. Enfim, o estudo provido desenvolverá mais oportunidades de contribuir para o crescimento humano e profissional, como também ressaltar a capacidade de ser um administrador de disseminar fatos, sabendo correlaciona-los com visão ampla dos acontecimentos futuros para os novos cenários.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ANALISE DOS PRINCIPAIS EFEITOS SOCIOECONOMICOS DECORRENTES DO FUNCIONAMENTO DA FÁBRICA DE BARRILHA EM MACAU-RN

Danilo Cesar Dantas Silva

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Aluisio Alberto Dantas

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo tem por objetivo analisar os contextos socioeconômicos de implantação da fábrica de barrilha, localizada na cidade de Macau-RN. Justifica-se a pesquisa, considerando a importância que a oferta de matérias-primas, em abundância no estado, exercem para a implantação do referido empreendimento, considerando a abrangência de mercado que é suprida pela fabricação da barrilha. A mesma constitui insumo principal na aplicação de produção de vidro, detergente, celulose, tintas, solventes, cimento e sabão. Tratando-se de elevado investimento industrial, justifica-se ainda a pesquisa, considerando os seus impactos socioeconômicos, no que se refere à geração de emprego e renda para a população do estado.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi desenvolvida mediante estudo exploratório e descritivo, onde os dados foram coletados em artigos de jornais, relatórios técnicos e monografias que descrevem os diversos fatos relacionados à implantação da fábrica de barrilha no estado do Rio Grande do Norte.

(RESULTADOS) O estudo comprova que a fábrica de barrilha em Macau-RN sempre apresentou viabilidade técnica e econômica para a sua implantação. A pesquisa comprova que a fábrica nunca funcionou, gerando dívidas que inviabilizaram a sua implantação. Confirma-se que, mesmo estando parada há mais de 25 anos, as auditorias técnicas indicam a possibilidade de utilização de cerca de 56% do maquinário atualmente instalado no empreendimento, o qual pode ser reaproveitado apesar da idade em que se encontra. A pesquisa mostra que a fábrica tem a capacidade de produzir 400 mil toneladas de barrilha por ano, sendo 250 mil na primeira etapa e 150 mil na segunda; e pensando na produção de barrilha é inegável a abundância de matéria prima que nosso estado possui, que é (sal, calcário e gás natural), o que fez com que a unidade que ainda fabrica a barrilha no Brasil localizada no estado do Rio de Janeiro, parasse de funcionar por que estava sendo inviável sua produção, pois os seus principais insumos estavam escassos, elevando seus custos e não podendo competir o preço da barrilha importada que estava custando bem menos. No estado do RN existe uma reserva próximo ao município de Macau com 21 milhões de metros quadrados e que dá para ser explorada durante 300 anos, bem como da grande reserva de sal existente na região salinosa do estado. O estudo constata que o não funcionamento produtivo da empresa resultou em enormes dívidas financeiras que foram se acumulando junto aos bancos credores. A empresa antes era estatal e foi privatizada no início dos anos 90; e quem a adquiriu foi o empresário Carlos Fragoso Pires, que apesar do dinheiro que conseguiu para investir na Alcanorte.

(CONCLUSÃO) A pesquisa que se a fábrica de barrilha de Macau venha realmente a funcionar geraria inicialmente cerca de 1.100 empregos diretos; e que na sua consolidação produtiva chegaria a cerca de 2.300 novos postos de trabalho, criando salários e poder de compra para a população trabalhadora do estado. Isso resulta ainda que várias outras empresas serão instaladas na região, promovendo o crescimento econômico e contribuindo para a implantação do pólo metal-químico no estado

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ANÁLISE FINANCEIRA NA GESTÃO DE CUSTOS NUMA EMPRESA DO SETOR DE MATERIAIS DE COSTRUÇÃO

José Eduardo Alves Nunes

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Inúmeras são as circunstâncias que desafiam o mercado comercial atualmente, visto a competitividade, a diversidade dos produtos e o abundante crescimento populacional, bem como a construção civil. Visto isso, é essencial que a empresa apresente uma administração financeira eficaz para manter-se consolidada no mercado atual, mostrando-se capaz de acompanhar as mudanças existentes no comércio varejista. Para uma boa administração é necessário que se tenha uma visão ampla do negócio, buscando reduzir ao máximo os custos, controlando o fluxo de caixa, sem afetar na qualidade do serviço e das mercadorias oferecidas, É importante que toda organização busque melhorias nas diversas áreas da administração, visando o apoio de seus fornecedores e a satisfação de seus gestores e clientes, bem como o sucesso dentro do mercado ao qual ela está inserida. Este estudo objetiva analisar o impacto da gestão de custos nos resultados da empresa. **(METODOLOGIA)** O projeto de pesquisa foi realizado através do método de estudo de caso. A metodologia foi exploratória e descritiva, desenvolvida na área específica do setor de materiais de construção, apresentando um diagnóstico detalhado acerca da gestão de custos, no que diz respeito à administração financeira. A pesquisa teve como foco coletar informações através de um questionário estruturado com perguntas abertas aplicadas aos gestores da empresa. **(RESULTADOS)** Nos últimos anos o comércio do setor de material de construção vem crescendo gradativamente, o que acarretou num crescente aumento da demanda por esses produtos. Permanecendo no mercado há mais de duas décadas, verificou-se através do estudo de caso a necessidade de estar se adequando aos novos formatos impostos pelo mercado. Com uma excelente localização no bairro do Alecrim, estacionamento amplo e privativo e oferecendo produtos e serviços de qualidade a empresa pretende se consolidar no mercado fixando ainda mais a sua marca. A gestão eficiente dos custos é uma obrigação contemporânea dos gestores e na empresa estudada isso se torna uma prática constante. **(CONCLUSÃO)** Diante dos dados coletados, verificou-se que uma administração financeira bem aplicada a uma empresa é ponto de partida para o sucesso. As informações obtidas nos mostram claramente os benefícios trazidos para a empresa bem como para o mercado. Pode-se dizer que a gestão de custos é uma forma de investimento e lucratividade para os empresários varejistas. O trabalho apresentou uma importância relevante para a empresa, uma vez que trata-se de propriedade do concluinte. A partir da incorporação das propostas impostas pela administração financeira e a sua aplicabilidade, o conseqüente resultado é a maximização dos mesmos e satisfação dos clientes.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ANÁLISE ORGANIZACIONAL DA NOVA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE: BORA

*Marianny Patricia Dias
Isabele Miranda Do Nascimento
Gabriela Benfica Alves Kubrak
Fernanda Helena Silva Benevenuto
Thyago Guerra Galvao*

Discentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Carlos Eduardo Marinho Diniz
Josué Vitor De Medeiros Júnior
Ana Maria Sousa Silva
José Padilha Chrispim Neto*

Docentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A Análise sistemática é uma ferramenta de gestão do administrador e por sua vez fortalece a premissa de que um bom diagnóstico pode antever a mortalidade de empresas. No Brasil, o setor de serviços vem crescendo e fortalecendo a economia, com grande percentual de geração de emprego e lucro nas diversas áreas de prestação de serviços, dentre os quais os serviços de propaganda e publicidade, que é o foco deste trabalho. A atividade de prestação de serviços de uma agência consiste na elaboração de campanhas de propaganda para serem veiculadas em diversos meios: TV, rádio, jornal, revistas, Internet, outdoors etc. O principal insumo nesta atividade é a mão-de-obra humana, que é regida pela criatividade e pelo talento. O objetivo do presente trabalho foi analisar a agência de publicidade e propaganda Bora Comunicação LTDA, enfatizando as áreas que envolvem os processos organizacionais, desde captação, planejamento, criação, apresentação, aprovação, finalização, veiculação e controle de resultado. Propondo assim, melhorias no desempenho da empresa. **(METODOLOGIA)** Trata-se de uma pesquisa exploratória, por meio de estudo de caso. Fez-se uso do método qualitativo tomando como base os dados fornecidos pelos administradores, questionamentos e entrevistas. Os questionários envolveram temas de Sistemas de Informações Gerenciais, Administração da Produção, Gestão Financeira e Pesquisa Mercadológica. Os dados foram analisados qualitativamente de forma a atender os objetivos propostos.

(RESULTADOS) Sendo um trabalho em fase de desenvolvimento, pode-se observar até esta fase da pesquisa que a agência citada utiliza recursos de um sistema de informação que interliga todos os setores desde o atendimento até os resultados financeiros. Desta forma, os gestores possuem um melhor conhecimento e controle sobre o andamento do processo interno das campanhas, permitindo uma re-análise das diretrizes do processo, tendo assim uma melhor possibilidade de cumprir seus objetivos perante o cliente. Observou-se que apesar da agência possuir um sistema de informação completo existem outras vertentes que não foram consideradas: foi identificada a falta de uma missão que defina valores e objetivos claros para a organização; bem como foi constatada a inexistência de um organograma fixado e estabelecido. Com o desenvolvimento eminente da agência, torna-se claro a necessidade de uma estrutura organizacional definida para que não haja um crescimento desordenado comprometendo sua estrutura.

(CONCLUSÃO) Conclui-se com fundamentação nos resultados obtidos, que a empresa apresenta os seguintes pontos fortes: uma agência que começou muito bem estruturada, possuindo uma boa localização, funcionários bem qualificados e com experiência de mercado, equipamentos de alta tecnologia, sistema operacional completo e a implementação de um novo modelo de arranjo físico; e pontos fracos: a falta de uma missão, visão e valores definidos, inexistência de um organograma, ausência de uma análise do ambiente externo definindo oportunidades e ameaças para a agência. Assim recomenda-se que haja a criação de um organograma para uma melhor definição da estrutura formal da agência, evidenciando a disposição e hierarquia dos colaboradores. Bem como a concepção da missão, visão e valores da agência pois estas declarações proporcionam aos colaboradores um senso único de propósito e direção. Por não serem formuladas tais declarações, não se pode fazer uma análise de oportunidades e ameaças, devido ao fato de que estas definições norteiam o administrador para fazer uma melhor avaliação e monitoração do ambiente externo podendo alcançar suas principais metas.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA INDÚSTRIA GRÁFICA EM NATAL – RN

Amanda Bonfim De Brito

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Alúcio Alberto Dantas

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A pesquisa tem por objetivo analisar o desempenho socioeconômico das indústrias gráficas instaladas e em funcionamento em Natal-RN, no que se refere ao comportamento do mercado, em termos de demanda, oferta e preço dos serviços gráficos de diversas naturezas.

Justifica-se o estudo, considerando a evolução e dinâmica tecnológica do referido setor, cujos fatores vêm exigindo investimentos por parte das principais empresas que atuam no setor em Natal.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi desenvolvida mediante coleta direta realizada junto às principais empresas que atuam no setor em Natal; bem como através de coleta indireta feita em relatórios e publicações diversas sobre a indústria gráfica do estado. O universo da pesquisa é constituído pelo total de gráficas existentes no estado, cuja amostra é de 3 gráficas em Natal.

(RESULTADOS) O estudo confirma a existência de 215 indústrias gráficas no estado, com 147 unidades em pleno funcionamento, sendo que cerca de 80% desse universo está localizado em Natal. Do total de indústrias pesquisadas, observa-se que 88,6% são empresas formais e apenas 11,4% atuam na informalidade. A indústria gráfica emprega cerca de 1.300 profissionais, com 74,4% das pessoas na condição de empregados; os sócio-proprietários representam 12% e 9% são familiares dos mesmos. As demais pessoas que atuam no setor são classificadas como terceirizadas (1,8%), trabalhadores temporários (1,7%) e estagiários (1,5% do total). Um outro resultado da pesquisa refere-se à produção média das indústrias, onde 30% refere-se à produção de impressos promocionais; os impressos comerciais representam 18,3% e a confecção de talonários ocupam 15,7% da produção total. Os demais serviços desenvolvidos pelo setor refere-se à editoração de livros, revistas e demais publicações do gênero, o que representa 11,9% das atividades; os demais serviços gráficos refere-se a embalagens (6,4%), copiadora (5,9%), artigos de papelaria (5,2%), serigrafia (3,9%) e demais serviços que representam 12% do total. A pesquisa destaca, finalmente, que o faturamento mensal da metade das indústrias chegam a dez mil reais; 24% faturam entre dez a vinte mil reais por mês; 21% tem a sua receita bruta entre vinte e cem mil reais mensais; somente 9,3% das indústrias faturam mais de cem mil reais por mês.

(CONCLUSÕES) A pesquisa conclui que as indústrias gráficas de Natal exercem atividades de relevante importância socioeconômica, considerando que as mesmas são essenciais para a produção e distribuição de todo o material gráfico demandado pela empresas, órgãos públicos e pela população do estado, enquanto consumidores finais dos referidos serviços gráficos. Confirma-se ainda a atuação do setor na geração de emprego, renda, tributos e demais fatores necessários ao desempenho da economia estadual. A pesquisa confirma ainda a necessidades de relevantes investimentos em tecnologia e qualificação profissional, cujos retornos são decorrentes das exigências do mercado consumidor, no que se refere à qualidade dos impressos e dos preços cobrados pelos referidos serviços.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA VIABILIDADE EMPRESARIAL DA CARCINICULTURA NO RIO GRANDE DO NORTE

Francileuza Macário De Medeiros

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Aluísio Alberto Dantas

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A presente pesquisa tem objetivo analisar os contextos socioeconômicos que viabilizam a carcinicultura empresarial no estado. Justifica-se o estudo, considerando que a carcinicultura destaca-se como uma das mais importantes atividades econômicas no Estado do Rio Grande do Norte e para sua sustentabilidade como tal depende de vários fatores, tais como a queda das exportações, que diminuíram devido ao aumento da desvalorização cambial; a ação antidumpin; e também ao condicionamento das empresas à legislação ambiental; e também aos incentivos das esferas governamentais, dos órgãos ambientais e da eficiente gestão dos empresários. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo analisar a viabilidade da carcinicultura no Estado do RN.

(METODOLOGIA) Foi realizada uma pesquisa de caráter exploratória e descritiva onde os dados foram coletados em livros, artigos científicos e na associação brasileira de criadores de camarão.

(RESULTADOS) Os dados coletados mostraram que existem vários desafios a serem superados por esta atividade, para que seja permitida a sua viabilidade socioeconômica. Por um lado um grande entrave que afetou o setor, foi a crise que se iniciou a partir de 2004. Até o ano de 2007, a produção de camarão foi continuamente reduzida a cada ano. O destino da produção em 2005 foi de 34,6% para o mercado interno, passando para 53,1% em 2006 e para 75% em 2007. A mudança do mercado reorientou os investimentos do setor, a fim de que as inconstâncias mercadológicas, no que se refere aos mercados internos e externos. O contexto atual da carcinicultura está sendo caracterizado pela sua insustentabilidade e inviabilidade, indicando que é preciso maior investimento nesse setor e que os empresários voltem a exportar, principalmente pela desvalorização do real em relação ao dólar. E atualmente um dos grandes incentivos para a exportação é a lei Kandir, que tem como objetivo incentivar a venda de produtos nacionais no mercado externo pois isenta os exportadores do ICMS mediante compensação efetuada pelos Estados e previu que parte dessas perdas de arrecadação deveria ser compensada pela União. e uma grande surpresa foi o aumento da moeda americano, o dólar, que é um fator positivo para o mercado de camarão busque sua viabilidade socioeconômica.

(CONCLUSÃO) A pesquisa conclui que o Rio Grande do Norte tem um grande potencial para o desenvolvimento da viabilidade da carcinicultura. Contudo é necessário priorizar ações neste setor para fortalecimento do mercado, tanto interno como também voltar a exportar, para que essa atividade consiga em fim a sustentabilidade setorial e que os empresários possam voltar a ver esta atividade como uma atividade promissora com grande viabilidade econômica. Recomenda-se o maior apoio às exportações, com a doção de políticas subsidiárias e o financiamento creditício apoiado no câmbio

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

APLICAÇÃO DE MAPAS CONCEITUAIS PARA ANÁLISE DE ESTRUTURA DE PLANO DE NEGÓCIO

Marcílio Imbassahy Rodrigues Barreto

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Josué Vitor De Medeiros Júnior

Karina De Oliveira Costa Bezerra

Docentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Embora não tão recente, o Plano de Negócio, vem conquistando atenção e respeito por parte de empresários, bancos e investidores. Com relação aos Mapas Conceituais, seu surgimento remonta a década de 1970, e sua definição é de uma ferramenta para organizar e representar o conhecimento. É sabido que o plano de negócios agrupa alguns conceitos e áreas de uma empresa, ou seja, é um documento que faz menção de como ela será gerenciada. Contudo, não raro é encontrar definições que não estejam em consonância com sua respectiva área, ou mesmo ausência de conceitos. O presente trabalho objetiva verificar: “A viabilidade de aplicação dos mapas conceituais para análise da estrutura de planos de negócios”. Para atingir este objetivo, é necessário percorrer algumas etapas que permitirão atender a este objetivo. Portanto, os objetivos específicos são: Definir um modelo estrutural de plano de negócio condizente com as disciplinas integradas da grade curricular do curso; Definir um modelo estrutural de plano de negócio parcial condizente com os principais modelos existentes no Brasil; Construir um modelo final de plano de negócio, resultante dos modelos definidos nos objetivos anteriores, como sugestão de adoção pela FARN.

(METODOLOGIA) O tipo de pesquisa utilizado é o método descritivo e exploratório, com ênfase a Pesquisa de Campo. Foi necessário estabelecer uma amostra caracterizada por não probabilística, seguindo critério de acessibilidade e tipicidade, devido à grande magnitude de autores e ferramentas de planos de negócios. Esta amostra é composta de quatro autores especialistas do tema e quatro ferramentas de software para elaboração de planos de negócios. Também foi feito um levantamento bibliográfico, documental e aplicação de entrevista. Para a análise dos resultados, utilizou-se uma abordagem qualitativa através do software gratuito CMap Tools após serem coletados.

(RESULTADOS) Para os modelos teóricos escolheu-se os autores: Degen, Dolabela, Dornelas e Salim. Para cada autor foram criados mapas conceituais dos sub-grupos do plano de negócios, em seguida foram compilados em um mapa geral. Da mesma forma, elegeu-se quatro ferramentas de software: Make Money, SP Plan, Sebrae/PB e Sebrae/MG, para serem mapeados e compilados. Com relação ao terceiro objetivo específico, ainda não foi concluído, pois é resultado da validação de professores especialistas e pesquisadores dos mapas resultantes dos objetivos anteriores; Contudo, espera-se que o resultado seja um mapa que mais se aproxime da realidade, fechando as lacunas percebidas nos modelos analisados, e que permita identificar que alguns conceitos não estão organizados da forma mais adequada. Outros ainda, apresentaram redundância, embora no geral, foi notório a tendência por certa(s) área(s) do plano, como por exemplo a área financeira, que caracteriza-se por ser bem mais complexa que outras áreas, em termos de quantidade de variáveis, com por exemplo o plano operacional e gerencial.

(CONCLUSÃO) O uso de mapas conceituais na análise da estrutura de Plano de Negócios mostrou-se satisfatório, principalmente fundamentado em seus pilares mestres: organização e representação do conhecimento. Outro aspecto que só foi possível notar com o uso deste instrumento é a diferença significativa de conceitos, quando se compara os autores com os softwares de elaboração destes documentos. Aqueles não aprofundam de forma significativa, enquanto os programas abordam diversas definições em cada área do plano. Portanto, há um refinamento maior no questionamento por partes dos softwares, isso em parte pode ser explicado pela maior capacidade de processamento de informação destes. Este estudo atingiu o objetivo proposto, concluindo a importância de uma análise visual de cada plano como forma de identificar diferenças, falhas e distorções. Espera-se que num futuro próximo esta ferramenta gráfica tenha maior aceitação e uso, e, conseqüentemente, melhore de forma significativa a elaboração de um importante instrumento do empreendedor: O Plano de Negócios.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

AS VANTAGENS DA TERCEIRIZAÇÃO NOS SHOPPING CENTERS NA CIDADE DO NATAL

Fábio Nunes Rebouças De Mello

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Franklin Marcolino De Souza

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A terceirização da operacionalização de bens e serviços não traz algo completamente novo. Como prática de administração empresarial, ela se consolidou no E.U.A, a partir da década de 50, com o desenvolvimento acelerado da indústria. Um pouco mais tarde foi introduzido no Brasil, fábricas de automóveis que adquiriam as peças de outras empresas, guardando para si a atividade fundamental de montagem dos veículos. Nas relações de trabalho, com a terceirização, o mérito de cada profissional passa a ser medido pela sua qualificação, pelo domínio intelectual que tem de sua especialidade, quando colocado em prática. Ambos os lados CONTRATANTE E CONTRATADA – devem estar conscientes de que o sentimento de parceria sempre irá nortear as relações como uma bússola. Como a terceirização, ao contrário do que se verifica na maioria dos contratos clássicos, todos os lados devem ganhar, na prática realmente ganham. É o chamado ganha – ganha, com as empresas contratantes posicionando-se lado a lado. A terceirização é um processo de gestão pelo qual se repassam atividades secundárias para terceiros, com os quais se estabelece uma relação de parceria - ficando a empresa concentrada apenas em tarefas essencialmente ligadas ao ramo de negócios em que atua. Os Shoppings Centers são um cliente em potencial dos processos de terceirização, pois a quase todas as atividades que são executadas nele podem ser terceirizadas, facilitando dessa forma que a sua administração possa focar em resultados, lucratividade, busca de clientes, campanhas promocionais, etc.

(METODOLOGIA) Para o desenvolvimento deste estudo será realizada a pesquisa tipo exploratória descritiva nos Shopping Center da cidade de Natal, visando demonstrar as vantagens da terceirização de serviços para a economia das empresas, isso pelo fato de melhor adequar-se aos objetivos propostos. O estudo será realizado com os shoppings centers localizados na cidade do Natal. Que tem sua maior atividade em mão de obra do próprio quadro da empresa. Os dados serão ordenados através da utilização do programa de edição de texto Word, por que se trata de um aplicativo de fácil manuseio e de atender às necessidades do estudo proposto. Os dados do estudo serão analisados seguindo dois aspectos principais: tanto quantitativamente e qualitativamente.

(RESULTADOS) A partir das pesquisas realizadas nos shopping centers , será traçado um diagnóstico da real situação da empresa com relação a terceirização de mão de obra. Assim, será possível definir quais as alternativas futuras para o negócio e colaborar com a construção de estratégias para a maximização dos resultados. Essa metodologia poderá servir de referencia para os demais shoppings centers que tenham o objetivo de implantar ou melhorar a qualidade de sua terceirização.

(CONCLUSÕES) Espera-se que os shoppings centers da cidade do Natal possam perceber, através desse estudo, nos dias de hoje que as boas parcerias se tornam cada vez mais imprescindível para os shopping que optaram pela terceirização de algumas de suas atividades, para que não resulte em desastres por causa da má escolha . Está é uma espécie de sustentáculo, uma maneira de se estabelecer uma relação proveitosa que garanta o êxito da contratação. Logo, a parceria figura como condição para terceirização. Assim, os gestores interessados em avaliar o negócio tomando por base essa metodologia, podem usar como referencial o presente estudo que fornecerá caminhos de como alcançar esse objetivo.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ATENDIMENTO E SERVIÇO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

*Dalliany Alves De Souza
Débora Renata Amaral Barbalho Da Silva
Marcela Maria Barreto Barbosa
Raiane Mikaele Dos Santos Carvalho*

Discentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Franklin Marcolino De Souza

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Com um número cada vez maior de empresas nascendo no mundo, a concorrência muitas vezes é cruel, com isso, as empresas perceberam que precisavam ter um diferencial, visto que o mix de produtos, a qualidade e o preço são muitas vezes iguais aos seus concorrentes. Atualmente, as empresas têm buscado cada vez mais conquistar e fidelizar clientes, pois com tanta concorrência, é cada vez mais difícil atraí-lo, afinal, o cliente é, sem dúvida, a parte mais importante do processo. A instituição financeira em análise é líder em seu segmento e tem credibilidade junto à sociedade, prestando serviços bancários, mantendo instituições de ensino gratuitamente e com ações de responsabilidade sócio-ambiental. Seus funcionários são treinados por meio de treinamento virtual a prestar um bom atendimento e preocupar-se com as mesmas causas com as quais a instituição se preocupa. A pesquisa tem como objetivo principal mostrar a satisfação do cliente perante o atendimento e os produtos oferecidos pela referida instituição e oferecer melhorias para que o serviço ao cliente melhore a cada dia.

(METODOLOGIA) A metodologia aplicada foi exploratória e descritiva através de um estudo de caso. Foi aplicado um questionário semi-estruturado com perguntas abertas e fechadas, em uma amostra de 300 pessoas no período de 07 a 10 de outubro de 2008 na própria instituição. O tratamento dos dados foi realizado mediante o software Microsoft Excel.

(RESULTADOS) Atualmente, observa-se uma grande concorrência entre as instituições financeiras, no entanto, é preciso ter diferenciais para atrair e fidelizar o cliente. A instituição em questão preocupa-se com isso. Com mais de 65 anos de história, a instituição possui milhares de agências e postos de atendimento espalhados por todo o país. Por ser um banco bastante tradicional, não tem definido um público-alvo, visto que está preparado a atender a todos que o procuram, não fazendo distinção de renda, cor ou qualquer outra característica. É possível observar que ela ainda enfrenta um grande problema: as filas. De acordo com a pesquisa realizada, essa é uma deficiência que mais desagrade o cliente, e o faz ficar insatisfeito com o processo. No entanto, na maior parte dos atendimentos é possível que se observe que existe, sim, um grau de satisfação elevado no que diz respeito aos produtos e serviços oferecidos. Em relação aos serviços, podemos destacar que a instituição tem seu maior fluxo nos caixas, dando condições para que o atendimento em outros setores seja feito de forma tranqüila, por ser menos corrido. Devido às filas, o banco recebe reclamações quase diárias com relação ao atendimento, visto que normalmente as filas demoram em torno de 1 hora. Em alguns casos, o cliente procura o PROCON, ou em um caso extremo, o Banco Central, portanto a instituição bancária poderá ser notificada para audiência podendo ser penalizada.

(CONCLUSÕES) O maior problema da maioria das instituições bancárias são, sem dúvida, as filas, parte mais desconfortável em um ciclo de serviços, segundo os clientes entrevistados. De qualquer forma, observamos que na maioria dos serviços prestados e produtos oferecidos, os clientes mostram-se satisfeitos, havendo reclamações somente na questão supracitada. Para isso, sugerimos que as filas apresentem algumas formas de distração para amenizar o tempo de espera e tornar esse momento mais confortável ao cliente, como por exemplo, televisão na sala de espera, música ambiente, espaço climatizado etc, pois, para que a empresa obtenha o tão buscado diferencial competitivo, se faz necessário designar mais atenção à qualidade dos serviços oferecidos e do atendimento prestado para que, durante o ciclo de serviços, o cliente tenha vários momentos da verdade positivos e, dessa forma, tenha suas expectativas não só atendidas, mas também, superadas. Esse tem que ser o objetivo de toda e qualquer organização.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

AVALIACAO DA QUALIDADE DE SERVICOS DA EMPRESA HSBC - BANCO MULTIPLO, NO SETOR AUTO FINANCE

Aline Pessoa De Barros

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ana Maria Da Silva Souza

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A qualidade na prestação de serviços é um tema muito discutido atualmente, sendo um ponto decisivo no momento da compra. Esse artigo será bastante relevante visto que mostrará a importância do tema e como melhor ele pode ser trabalhado na instituição. O artigo busca avaliar qual a percepção dos clientes em relação à prestação de serviço prestada pelo banco HSBC, no setor Auto Finance nas concessionárias, correlacionados à qualidade de serviços.

(METODOLOGIA) A pesquisa é do tipo descritiva, seu universo será constituído de todas as concessionárias de Natal que o HSBC – Auto Finance atende. Será empregado para coleta de dados, entrevistas pessoais, através de um questionário estruturado, adaptado do modelo Servqual, que serve para medir a satisfação dos clientes através das cinco dimensões da qualidade de serviço (Confiabilidade; Responsabilidade; Segurança; Empatia e Tangibilidade). Este questionário será composto de dezenove questões ligadas a qualidade de serviço e quatro questões sócio - demográfica. Os dados serão analisados com a utilização de técnicas de estatísticas descritivas e exploratória de dados, tais como: distribuição de frequências, representações gráficas, medidas de tendência central e variabilidade.

(RESULTADOS) Os resultados apresentados possibilitaram ver a percepção que os clientes do HSBC – Auto Finance possui da empresa. Foram entrevistados em sua maioria pessoas do sexo masculino, sendo apenas 20% do sexo feminino, todos exercendo a função de Gerente nas concessionárias e em sua maioria com 3º grau completo. O que se percebeu é que nas cinco dimensões que são apresentadas pelo modelo Servqual (Confiabilidade; Responsabilidade; Segurança; Empatia e Tangibilidade) o HSBC - Auto Finance apresentou um índice de respostas concordo plenamente de mais de 60% nas dezenove questões apresentadas relacionadas as dimensões da qualidade de serviço. E não houve respostas consideradas insatisfatórias, já que nenhum dos entrevistados não foram indiferentes ou discordaram das afirmações feitas.

(CONCLUSÃO) Sendo assim concluímos que o setor Auto Finance do banco HSBC, oferece aos seus clientes uma boa qualidade de serviço, visto que não houve respostas insatisfatórias no presente questionário.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

AVALIAÇÃO SISTÊMICA DA FRANQUIA PORTOBELLO SHOP: UM ENFOQUE NA MAXIMIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Francisco Eugênio De Lára Spíndola Rodrigues

Jonathan Soares De Azevedo

Leandro Dos Santos Gutierre

Moisés Jesus Ribeiro Carvalho

Thais Helena Oliveira Elias De Farias

Discentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ana Maria Da Silva Souza

Carlos Ediarado Marinho Diniz

José Padilha Crispim Neto

Josué Vitor Júnior

Docentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Nos últimos anos, a indústria de revestimentos cerâmicos tem sofrido os efeitos da globalização da economia que, ao mesmo tempo em que mostra novas oportunidades de mercado, também apresenta ameaças às empresas participantes de um dado mercado nacional. Somam-se a esse fato outros aspectos como nível de atividade da economia dos países, o desenvolvimento de produtos substitutos, o desempenho da indústria da construção civil de cada país, entre outros. Em conjunto, esses fatores têm favorecido o crescimento da produção mundial de revestimentos, que se deve também a significativos avanços tecnológicos. Estes têm permitido às empresas aumentar a produtividade dos seus recursos e melhorar a qualidade dos produtos, atendendo às demandas do mercado. O presente estudo tem como objetivo avaliar as habilidades e competências administrativas da Portobello Shop no Rio Grande do Norte. Como também, identificar e desenvolver maneiras funcionais, como técnicas operacionais, conhecimento do produto e operações financeiras para melhoraria da empresa.

(METODOLOGIA) Para o desenvolvimento do trabalho foi realizada uma pesquisa do tipo exploratória. O processo de coleta de dados foi desenvolvido mediante entrevista pessoal com os Administradores da franquia Portobello Shop através de um questionário composto por 50 (cinquenta) questões. O questionário era composto por questões que abordavam os temas das disciplinas Gestão Financeira I, Administração da Produção, Pesquisa Mercadológica e Sistema de Informações Gerenciais.

(RESULTADOS) A pesquisa encontra-se na sua fase final de desenvolvimento. Entretanto, deseja-se que os pontos abordados sejam satisfatórios. Dentre os resultados que se deseja alcançar, estão o aumento em sua atual participação de 10% no mercado local com uma pesquisa de mercado, onde a empresa poderá obter informações de seus concorrentes, uma vez que ela não tem nenhuma informação a respeito dos tipos de estratégias, políticas de preço e créditos, produtos e fornecedores; a implementação de um programa de qualidade, melhorando o treinamento aos novos contratados e facilitando o atendimento à clientes potenciais; além da implantação de um sistema de atendimento personalizado.

(CONCLUSÃO) As empresas que buscam a melhoria de seus processos tendem a se aprofundar cada vez mais nas diversificações mercadológicas, trabalhando não apenas no cenário em que atuam, mas também, encontrando formas e criando cenários onde elas possam estar sempre à frente de seus concorrentes. Ser a primeira ou ter o processo “perfeito” nem sempre é sinônimo de qualidade ou de melhoria, as empresas que visam a verdadeira melhoria devem ter seus conceitos organizacionais modificados de acordo com as exigências do próprio mercado no qual ela está inserida. Uma pesquisa de mercado seria de extrema importância para a empresa. Uma vez que a Portobello Shop desconhece seus concorrentes, bem como suas estratégias, políticas de preço e mão-de-obra. O treinamento, a capacitação, o incentivo a integração, são peças importantes para que as empresas retirem de seus colaboradores não apenas o esforço braçal, mas o esforço emocional e social de cada um, assim, terá boas chances de estar sempre à frente e com a qualidade “percebida” desejada, proporcionando, assim, a maximização dos resultados.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

BENEFÍCIOS DO PROGRAMA DO LEITE PARA A SOCIEDADE POTIGUAR

Gabriella Lucena Vasco

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Karina De Oliveira Costa Bezerra

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A pobreza no Brasil e no Estado do Rio Grande do Norte está inserido num contexto preocupante dentro de vários problemas existentes para o Governo. Obrigando a estes criarem estratégias em curto prazo que venham minimizar ou até mesmo maquiagem esses problemas. Criaram-se então os Programas Assistencialistas com o intuito de promover mudanças na vida da população de baixa renda. Então diante do exposto dentro desta temática abordou-se um Programa Social considerado uma Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional o Programa do Leite, de efeito político, econômico e social que visa promover o apoio nutricional à população menos favorecida do Estado, identificando assim qual o perfil dos beneficiários e do gestor responsável, quais os critérios pré-estabelecidos para se tornar um usuário do programa e acima de tudo identificar quais os benefícios que esse Programa pode proporcionar para a Sociedade Potiguar.

(METODOLOGIA) A referida pesquisa consiste em uma pesquisa exploratória descritiva e explicativa. Ainda, segundo os objetivos da pesquisa, caracteriza-se como estudo de caso e pesquisa de campo ao mesmo tempo. Para colher os dados utilizou-se uma coleta documental e pesquisa bibliográfica, como também, um questionário do tipo não estruturado com perguntas fechadas e abertas dirigidas aos beneficiários do Programa do Leite e uma entrevista do tipo informal ou aberta realizada com a Coordenadora de Assistência Social responsável pelo Programa do Leite na SETHAS. A abordagem para análise dos resultados foi qualitativa e quantitativa.

(RESULTADOS) Pôde-se observar com os dados colhidos que os beneficiários estão satisfeitos com o Programa em relação aos diversos tipos de variáveis como, por exemplo, Qualidade, Atitude do Governo, Benefícios, Pontualidade na Entrega. Contudo observou-se dados significativos e relevantes na pesquisa como o fato dos usuários considerarem importante para melhoria significativa do Programa, a fiscalização intensiva nas usinas, como também levantamentos a cerca do perfil dos beneficiários para identificar aqueles que não se enquadram no perfil, onde este dado foi citado por cerca de 40% dos respondentes. Entretanto outro dado importante a ser ressaltado é o interesse destes em agilizar os processos através da informatização dos cadastros citados por 31% dos beneficiários. Percebeu-se que apesar do pouco grau de escolaridade destes, os mesmos estão preocupados e conscientes em relação aos fatores que possibilitaram melhorias no Programa, contudo esta informatização já foi planejada mais não posta em prática por parte da SETHAS.

(CONCLUSÕES) Mediante o estudo realizado, conclui-se que, apesar do assistencialismo ser um tema bastante discutido e criticado por causar dependências em seus usuários, esses programas têm beneficiado de maneira positiva seus usuários, como também minimizado as carências nutricionais da população menos favorecidas e vulnerabilizadas pela pobreza. Em relação aos benefícios, identificou-se também que o Programa tem possibilitado um crescimento na economia local, com a utilização da cadeia leiteira do Estado, trazendo valorização ao homem do campo. Contudo, percebe-se atualmente que a maioria destes programas assistencialistas possui falhas em sua funcionalidade e falta de planejamento dificultando assim a acessibilidade por parte da população. Deve-se despertar assim uma maior preocupação por parte dos gestores a cerca desses Programas já que eles têm sido destaque de críticas na Administração Pública.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

CARCINICULTURA NO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA

Gabriel Nuno Da Silva

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Aluísio Alberto Dantas

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A presente pesquisa aborda a importância econômica e social da carcinicultura para o estado do Rio Grande do Norte. Para o entendimento dessa pesquisa, é necessário um conhecimento prévio do conceito de carcinicultura, que segundo Meireles (2001, p. 64), corresponde à criação de camarões em viveiros, chegando a aproximadamente, um metro de profundidade e localizado nas proximidades de manguezais, para proporcionar a fluência das águas. A carcinicultura começou no Rio Grande do Norte, na mesma época em que começava no Brasil, confundindo-se as vezes, as histórias das duas. **(METODOLOGIA)** Essa pesquisa é um estudo exploratório, a coleta de dados foi realizada por fontes secundárias e bibliográficas e documentais em meio eletrônico.

(RESULTADOS) A carcinicultura no Rio Grande do Norte é um dos carros chefes da economia. Sendo há mais de trinta anos uma das mais rentáveis alternativas econômicas do estado, o camarão é hoje o segundo produto mais comercializado com o exterior, chegando a vender mais de 7 toneladas ao ano, todo esse camarão é exportado principalmente para EUA e Europa, tendo como principais compradores, França e Itália. No ano de 2001, o Departamento de Pesca do Ministério da Agricultura concluiu que 50% do camarão produzido no país tiveram como destino, os EUA, enquanto os outros 50% foram pra Europa. Além de influenciar a economia em um aspecto comercial de exportações, a carcinicultura também move a economia de outras maneiras, como por exemplo, gerando empregos. A atividade de criação de camarão gera cerca de 3,75 empregos, diretos e indiretos, por hectare de viveiro em produção, o que resulta em boa parte da população local, empregada. Apesar de boa parte dessa mão de obra não ser realmente qualificada, e ser composta em sua maioria por pessoas sem escolaridade acima do ensino médio. Apesar de todas as vantagens econômicas e sociais, o campo ambiental não supera as expectativas. Por isso, pode-se dizer que na maioria das vezes, o processo de cultivo de camarão em viveiros perto de mangues, não são sustentáveis. E atualmente, a maior parte das fazendas de camarão no nosso estado, estão perto de mangues, fazendo com que todas as vezes que os camarões são retirados e postos à transporte, os dejetos sejam despejados no mangue, que é protegido por lei, já que é considerado um berçário marítimo. Com a proibição da criação de camarão perto de mangues, alguns produtores alegam usar mangues já degradados pela indústria salinera, apesar de nem sempre isso ser verdade. Essa é, contudo, uma saída para as fazendas de camarão que pretendem ser sustentáveis. Algumas de fato, usam áreas de antigas salinas, onde o mangue não pode mais crescer, para estabelecerem suas fazendas. Algumas outras produtoras usam apicuns ou salgados, que são grandes clareiras naturais onde o mangue não pode crescer devido a alta concentração de sal no solo

(CONCLUSÃO) A pesquisa mostra que a carcinicultura é um setor bem organizado, e bastante promissor, observando sempre os fatores ambientais e sociais. Cujas lucratividade e produção são de grande importância para o estado do Rio Grande do Norte. Vemos também que a questão da sustentabilidade é um fator em discussão pelos produtores e exportadores de camarão, ou seja, crescimento econômico por meio da carcinicultura sem a degradação do meio ambiente, é do interesse deles.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

CLEAN UP LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA

*Adriana Carla Da Silva
José Araújo Dos Santos Júnior
José Heimar Pinheiro Júnior
Thaiane Tharine De Oliveira Pacheco
Leonardo Veras Tavares*

Discentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Carlos Eduardo Marinho Diniz
Josué Victor De Medeiros Júnior
Ronaldo Neves
Fabrícia Abrantes
Jannes Valente*

Docentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Baseado no crescimento econômico potiguar, sua explosão imobiliária e no aumento da necessidade de corte de custos fixos por parte das empresas, tanto de grande quanto de médio e pequeno porte, o presente estudo objetiva analisar a viabilidade de implantação de um empreendimento de prestação de serviços de limpeza e conservação de ambientes condominiais e empresariais de alta qualidade, referência de mercado, visando à obtenção de lucro, a geração de empregos diretos e indiretos e a realização da melhoria da qualidade de vida e do bem estar de nossos clientes e colaboradores. Justifica-se a pesquisa, considerando a importância que os serviços de limpeza e conservação exercem na atividade empresarial, a qual permitiu a elaboração de um plano de negócio.

(METODOLOGIA) O estudo foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica e exploratória, com coleta direta, com vistas a conhecer os assuntos referentes ao tema em questão. Os dados foram coletados através de formulário fechado, aplicado de forma direta aos concorrentes e fornecedores desta pesquisa de campo.

(RESULTADOS) O mercado institucional de limpeza e conservação é um segmento da economia que pode ser considerado bastante novo no Brasil e ao observar o mercado, percebe-se que a maioria das empresas prestadoras deste tipo de serviço possui menos de 20 anos de experiência. Com a estabilidade econômica apresentada pelo Brasil e o surgimento da grande entrada de capital externo, observa-se a elevação do índice de desenvolvimento econômico local e também a existência de uma explosão imobiliária, onde se vê a cada dia o surgimento de vários empreendimentos na cidade e conseqüentemente, o aumento na necessidade de contratação de mão-de-obra neste ramo. Segundo a ABRALIMP (Associação Brasileira do Mercado Institucional de Limpeza), o mercado de limpeza e conservação cresce a uma taxa entre 5% a 10% acima do PIB, dado que demonstra a força do setor. Através das demonstrações de resultados mensais projetadas, e de seu investimento inicial de R\$ R\$ 117.806,14 verificou-se que o resultado líquido de R\$ 12.803,35 correspondente a 15,09% de toda a receita bruta, na avaliação econômico-financeira o ponto de equilíbrio girou em torno de R\$ 34.461,67 em percentual foi 40,62, a rentabilidade do negócio percentualmente foi de 16,40% o que representa em valores R\$ 13.912,21 e a lucratividade é de 15,09% , representando R\$ 12.803,35. O VPL mostrou que no primeiro ano o retorno do investimento é realizado através do pay-back simples que ficou em torno de 9,2 meses e no Pay-back descontado foi de 10,3 meses. Após essa análise verifica-se que a abertura da empresa é viável.

(CONCLUSÃO) O plano de negócio abriu caminho para uma nova visão de mercado até então não percebida pelos futuros sócios da empresa de terceirização de serviços de limpeza e conservação. Este mercado tem crescido apresentando uma solidez invejável de 12% a.a., devido à tendência mundial do repasse dos serviços secundários a empresas especialistas e a focalização de todos os esforços em estratégias que proporcionem um aumento tanto na produtividade quanto na sua carteira de clientes. Os indicadores analisados pelo plano de negócio mostraram que a abertura da empresa poderá ser viável, sua DRE apresentou uma disponibilidade positiva de aproximadamente 16%, isso mostra que ao começar suas atividades a empresa hipoteticamente conseguirá honrar suas obrigações e ainda gerar lucro a seus sócios.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

CLIENTE MISTERIOSO: UM ESTUDO EM LOJAS DE MODA INFANTIL

*Alcimar Cortez
Andrea De Melo Soares
José Laurir Ferreira Da Silva Filho
Juliana Perez Ruggiro Jacobini
Marcello Gentil De Araújo Filho
Thiago Teotonio Da Silva*

Discentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ana Maria Da Silva Souza

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O cliente misterioso é uma técnica de investigação baseada em processos de observação participativa, a partir de abordagens simuladas definidas previamente em um roteiro a ser discutido e aprovado junto ao cliente. Essas abordagens têm como ponto de partida a apresentação de situações de compra, atendimento ou solicitação de serviço, em que serão levantados os aspectos críticos de conformidade, satisfação e percepção de qualidade. Os relatórios de Cliente Misterioso estipulam os aspectos positivos do negócio, bem como identificam as áreas que necessitam de atenção adicional. O presente trabalho consiste na aplicação desta técnica em três lojas do setor de vestuário infantil localizadas no Shopping Midway Mall (Natal-RN).

(METODOLOGIA) Quanto aos objetivos, a presente pesquisa é do tipo exploratória, analisada a partir de uma abordagem qualitativa. Com relação aos procedimentos técnicos, ela é considerada um estudo de caso. A visita às lojas foi realizada no dia 22 de novembro de 2007, no período das 20h30 às 22h00, sendo às seguintes lojas escolhidas aleatoriamente: New Kin, Batom com Bola e PUC. Para a coleta de dados, os componentes do grupo (seis pessoas) foram subdivididos em duplas, cada uma com um roteiro diferente de compra simulada (tipo de produto e situação), que tinha que ser aplicado em todas as lojas. Três aspectos principais foram avaliados: comunicação interna e externa da empresa; atendimento e preço, além de outros aspectos como qualidade dos produtos e diferenciais.

(RESULTADOS) No que tange a apresentação das lojas, destaca-se a New Kin por fazer uso adequado do seu espaço físico criando um layout favorável à visualização dos produtos, e a PUC, que também utilizou de forma satisfatória o seu espaço físico e o incrementou (ainda que de forma excessiva), utilizando cores vivas, transformando o ambiente em um local atrativo ao público infantil. A Batom com Bola está em desvantagem, uma vez que sua apresentação de loja é pouco atrativa. Quanto aos preços, a New Kin apresentou a melhor combinação de preço com qualidade. A PUC oferece uma boa qualidade em seus produtos, porém seus preços estão mais elevados, enquanto na Batom com Bola os preços são elevados e os produtos ainda apresentam qualidade inferior aos dos concorrentes. Com relação aos produtos, a linha oferecida pela PUC apresenta maior qualidade, além de diferenciais que agradam ao consumidor. A New Kin dispõe de boa qualidade em seus produtos, mas não atende de forma satisfatória a todas as faixas etárias. A Batom com Bola consegue atender a uma faixa etária maior que seus concorrentes, embora seus produtos não apresentem diferenciais significativos como os demais. A New Kin e a PUC apostaram na criação de um espaço lúdico para crianças, enquanto a Batom com Bola pode estar perdendo mercado por não ser sensível à necessidade desses pequenos consumidores.

(CONCLUSÃO) A técnica do Cliente Misterioso permitiu a identificação dos pontos fortes e fracos das lojas analisadas, a partir da percepção do consumidor e das suas reais necessidades. Essas informações são altamente valiosas, pois muitas vezes não correspondem ao que o gestor idealizou. E no segmento de artigos infantis, é necessário criar meios que busquem a satisfação tanto dos pais, quanto a das crianças, que estão cada vez mais conscientes e criteriosas com relação às suas decisões de compra.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

CONTRIBUIÇÕES DA ATUAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MERCADO IMOBILIÁRIO NATALENSE PARA A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Lara Renna De Sousa

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Aluísio Alberto Dantas

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A ascensão do mercado imobiliário potiguar, caracterizado pelo ritmo acelerado do crescimento e evolução do setor, motivou a presente pesquisa, a qual tem como objetivo diagnosticar as contribuições da atuação e funcionamento do mercado imobiliário Natalense para a economia do Rio Grande do Norte. O estudo aborda o crescimento econômico do estado ligado ao mercado imobiliário de Natal, através dos indicadores de geração de emprego, infra-estrutura, empreendimentos e energia, destacando a participação da indústria de cimento na cadeia produtiva do setor imobiliário.

(METODOLOGIA) A pesquisa estabelece relações entre variáveis e indicadores do setor imobiliário. Utilizou-se a pesquisa indireta de caráter bibliográfico e documental. O estudo foi também desenvolvido mediante pesquisa direta, tendo em vista a necessidade da coleta de informações junto aos sujeitos e agentes básicos da pesquisa, principalmente os dirigentes de empresas e de organizações que atuam no mercado imobiliário.

(RESULTADOS) O mercado imobiliário tem se constituído como um dos principais agentes econômico da cidade de Natal, considerando o dinamismo evolutivo e características de mudanças no perfil de construções da cidade. Trata-se de um segmento econômico de elevado valor agregativo de produção, renda e emprego, cujo processo contribui para o crescimento econômico e para todas as atividades de produção, comércio e serviços da localidade. O Ministério do Trabalho e Emprego apontou que, no primeiro semestre de 2008, a construção civil, um dos segmentos que compõe o mercado imobiliário, foi o setor que apresentou o maior incremento no número de empregados formais no Rio Grande do Norte: 15,8% a mais em relação ao mesmo período do ano passado, com 3.763 vagas criadas nestes seis primeiros meses. A infra-estrutura é descrita no presente estudo pelos investimentos em equipamentos públicos e obras de apoio ao desenvolvimento de ações de suporte às diversas atividades econômicas, sociais, culturais, políticas, demográficas e para as diversas demandas individuais, coletivas, privadas e públicas. Sendo assim, para a análise do crescimento do setor imobiliário, o referido insumo é utilizado no presente estudo como um dos fatores de referência específica. O volume de produção de cimento, de 2004 a 2006, aumentou 13%; e o consumo, no mesmo período, apresentou um acréscimo de 30%, passando de 404.604 t para 526.789 t em 2006.

(CONCLUSÕES) A pesquisa confirma que o setor imobiliário vem exercendo papel preponderante no crescimento econômico do estado, tendo em vista a sua forte participação na formação do PIB estadual, bem como na geração de novas demandas de bens e serviços. Constata-se ainda, que a geração de emprego, salários e renda tem sido beneficiada pelo crescimento da produção e comercialização de imóveis em Natal, permitindo que outros setores que compõe a cadeia de produção e comercialização da cidade sejam também beneficiados pela atividade imobiliária.

CROCANTE: UM NOVO CONCEITO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO RAMO ALIMENTICIO EM NATAL

*Welgra Maria Coelho Cruz
Heryka Waneska Oliveira Dos Santos
Marcelo Henrique Viana Varella
Matheus De Andrade Malheiros
Túlio Oliveira Costa*

Discentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Ana Maria Da Silva Souza

Josué Victor De Medeiros Junior

Jose Padilha Chrispim Neto

Docentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O ambiente altamente competitivo observado nos últimos anos tem sido um dos principais fatores que levaram as empresas a buscar qualificações e conhecimentos capazes de transformarem-nas em organizações sólidas e saudáveis. Os fatores como inovação, controle de custo entre outros, vem sendo utilizados em larga escala, com a finalidade de obter a liderança de mercado. Dentro deste contexto, procura-se através desta pesquisa, obter um diagnostico da empresa, a fim de fornecer aos seus gestores informações que irão auxiliar no processo decisório em busca de uma maior sustentabilidade e desenvolvimento contínuo. Considerando que competitividade pode ser compreendida como a competência para competir, e para competir neste mercado seletivo com características mutantes, o gestor deve estar cada vez mais atento ao ambiente em que está inserida, a qualidade de seus produtos, a melhoria continua de seus processos, a imagem de sua empresa e a todas as variáveis que influenciam seu negócio.

(METODOLOGIA) Realizamos pesquisa exploratória descritiva e qualitativa a fim de obter maior aprofundamento sobre os dados coletados, além do levantamento de informações sobre a organização, usamos como ferramenta um formulário, contendo inicialmente trinta e cinco questões abertas abordando as diversas áreas, no intuito de desenhar um perfil, o mais fiel possível, da organização para elaboração do estudo de análise.

(RESULTADOS) A empresa analisada está no mercado há aproximadamente doze anos de forma informal, porém, em 2001 estabeleceu-se formalmente, inicialmente tratava-se de uma doceria, mas, com um conhecimento mais aprofundado do mercado, descobriu um nicho, ainda pouco explorado na época, e começou então a especializar –se em eventos estritamente direcionado a executivos. Seu diferencial é conciliar a excelência no atendimento, a diversidade e qualidade dos produtos ofertados a qualquer evento, por menor que ele pareça. A empresa busca adaptar a necessidade de seu cliente ao próprio local de trabalho, o que minimiza o custo, harmoniza o ambiente de trabalho, e reduz o tempo dispensado ao evento, além de evitar o deslocamento da equipe do local de trabalho. Essa forma de fazer evento inovou o processo de lançamentos de campanhas de vendas, lançamentos de livros, “coffeebrack”, entrega de prêmios, confraternizações e auxilia a gerar um melhor clima de ambiência dentro das organizações. A empresa é pequena e ainda passa por algumas dificuldades administrativas que objetiva-se direcionar a resolver durante esse processo de estudo, como por exemplo: as estratégias ainda não estão bem definidas, a empresa não elaborou o seu plano de visão e missão, não possui sócio apenas um proprietário que se divide entre várias funções, e por esse motivo o organograma também é deficitário, apesar de tudo isso passa por um processo de transição, inicialmente localizada em Fortaleza-Ce, onde conseguiu um excelente grupo de clientes. Agora A CROCANTE, tenta adquirir conhecimento do mercado Natalense para instalar-se aqui.

(CONCLUSÕES) O presente trabalho está em processo de conclusão, pois a pesquisa está em andamento e conseqüentemente as recomendações poderão sofrer mudanças futuras. Dentro do contexto apresentado, Espera-se que as empresas de uma forma geral e através de seus gestores foquem suas organizações na formação de capacidades superiores no que toca a percepção dos desejos dos clientes e dos produtos que os podem satisfazer, e no desenvolvimento da eficiência em todo o seu processo, afim tornar-se verdadeiramente diferenciada e competitiva.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

DIAGNÓSTICO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE UMA INDÚSTRIA DE CERÂMICA VERMELHA

Caio André Fernandes Batista

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Sandely Fernandes De Araújo

Catarina Da Silva Souza

Docentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A importância da administração nas empresas tornou-se unânime quando, a partir de 1911, as empresas do setor fabril americano apresentaram uma significativa vantagem comparativa sobre as empresas estrangeiras, tornando a sua eficiência industrial alvo de inveja mundial ao começarem a utilizar os métodos administrativos de Taylor em suas empresas, consolidando a administração como área de estudo específica. No Brasil, embora apresente uma das populações mais empreendedoras do mundo, onde mais se iniciam empresas, também apresenta um alto índice de mortalidade empresarial. Grande parte dessas novas empresas são criadas por necessidade, o que sugere um despreparo administrativo, causando a falência de várias empresas nos seus primeiros anos de vida. As empresas que conseguem sobreviver podem, ainda assim, apresentar características de uma administração empírica e desorganizada. Este trabalho visou um caso específico de uma empresa de cerâmica vermelha, que possui uma administração com características semelhantes às citadas acima, com uma administração empírica, passou por um crescimento sem base, não planejado e desorganizado. O objetivo desta pesquisa foi diagnosticar a estrutura organizacional da empresa, baseando-se nos seis elementos fundamentais da estrutura organizacional de Robbins (2002), a fim de possibilitar futuras melhorias administrativas, tornando-a capaz de enfrentar o competitivo mercado potiguar.

(METODOLOGIA) A pesquisa é descritivo-exploratória, essencialmente qualitativa. O estudo baseou-se em três formas de coleta de dados: entrevista, questionário e observação. As entrevistas foram aplicadas ao nível estratégico da empresa, que neste caso, envolve o diretor presidente, o vice-diretor e o diretor financeiro. Os questionários foram utilizados para traçar o perfil, utilizando dados quantitativos, e coletar informações no nível tático da empresa, os entrevistados foram (utilizando os termos citados pelos entrevistados): o auxiliar administrativo financeiro, o responsável pelas compras, o gestor de recursos humanos, o responsável pelo atendimento ao cliente e vendas, o auxiliar administrativo, o coordenador de qualidade e o office-boy, totalizando dez pesquisados. A terceira forma de coleta de dados, a observação, foi feita através do acompanhamento diário de meio-expediente da empresa, de segunda-feira a sexta-feira. Com as informações coletadas, foi possível diagnosticar a atual estrutura organizacional da empresa.

(RESULTADOS) Com a análise do perfil dos funcionários, foi possível perceber uma baixa capacitação dos funcionários, uma vez que a pesquisa foi realizada nos níveis tático e estratégico, onde se espera um maior nível de escolaridade, e metade dos entrevistados não possuem ensino superior. A parte qualitativa da pesquisa baseou-se nos seis elementos da estrutura organizacional de Robbins (2002): departamentalização, especialização do trabalho, centralização e descentralização, cadeia de comando, margem de controle e formalização. De forma geral, foi encontrado um quadro administrativo falho na empresa, a administração apresenta características de empirismo; não há uma divisão clara de departamentos e divisão do trabalho; a empresa tenta descentralizar, mas há uma falta de treinamento e supervisão eficiente; não há definição de cadeia de comando e margem de controle, todos os subordinados são controlados por todos os superiores; não existe formalização clara quanto aos processos e métodos utilizados na empresa.

(CONCLUSÃO) O caso da organização estudada retrata a situação de várias empresas que surgem sem nenhuma base teórica em administração. Muitas vezes são fundadas por necessidade, sem nenhum planejamento prévio. Está claro que a cerâmica em questão precisa passar por uma reestruturação organizacional completa. Nas décadas passadas talvez fosse possível se manter com poucas mudanças, mas no mundo globalizado e competitivo atual, qualquer empresa que queira crescer, ou até mesmo sobreviver, precisa extrair o máximo de eficiência de suas estruturas, em busca incessante pela produtividade, pela qualidade, pela rapidez na concepção, criação e produção de um novo bem ou serviço.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

DIAGNÓSTICO DA UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE UMA EMPRESA DE SERVIÇOS MÉDICOS: UM PARADGMA COM AS ATUAIS PRÁTICAS GERENCIAIS

Alisson Nóbrega De Moraes

Monique Barreto Dantas

Márjory Rosse Ferreira Barbosa

Camille Revel Correia Santos

Tiago Cavalcanti Bezerra De Medeiros

Discentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ana Maria Da Silva Souza

Carlos Eduardo Marinho Diniz

José Padilha Chispim

Josué Vitor De Medeiros Júnior

Docentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho se limita a fazer um diagnóstico estratégico e gerencial de uma empresa de serviços médicos especializados e de alta complexidade. Baseou-se em conceitos de teorias administrativas, as quais se destacam na busca pela excelência, em sua mais restrita apreciação. Utilizou-se de diversos componentes das várias teorias administrativas desde a clássica até a discussão da administração estratégica. Deve-se observar a baixa dinamicidade do segmento. De fato, se analisar esse mercado de modo a enxergar sua real situação, dificilmente considerar-se-ia como uma oportunidade de negócio viável. Por isso, é indispensável assinalar os mais de 30 anos da empresa. Carece observar também alguns fatores relevantes para o diagnóstico, o mercado em que se insere, para ser mais específico. A quantidade restrita de empresas que caracteriza a princípio um oligopólio não é suficiente para amparar tal particularidade, pois a parcial determinação de preços foge a tal caracterização, tal como, o pouco poder de barganha junto aos parceiros comerciais, os planos de saúde e o SUS – Sistema Único de Saúde, aproximando-se de uma concorrência perfeita, mesmo assim, esta propriedade não é o bastante para sustentar esta tipologia de mercado. Portanto, a imprecisão quanto à distinção de mercado em que se insere domina o ambiente de tomada de decisões da empresa. Outras especificidades do setor se destacam nesta análise: A regulação por parte da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária e das associações da especialidade na qual se insere. Esses fatores fazem deste mercado um ambiente complexo para a análise e a busca das informações necessárias para a conclusão do estudo.

(METODOLOGIA) Esta é uma pesquisa não estruturada de caráter exploratório, cuja coleta de dados se deu através de entrevista baseada em um questionário com 65 questões abertas relacionadas aos seguintes temas: administração financeira, marketing, sistemas de informação e administração da produção; as quais foram respondidas pelo assistente administrativo da empresa em questão.

(RESULTADOS) Se percebeu um desalinhamento com o conceito de estratégia. Apresentou-se, apenas, uma versão semi-elaborada de uma missão. Aparentemente a cultura corporativa sugere ser fortemente disseminada, pelo menos nos níveis gerencial e de diretoria. Apesar da empresa se preparar para um processo expansivo, não possui qualquer planejamento nem estudo de viabilidade para assegurar o norteamento das ações. Existem algumas idéias que pretendem ser implementadas baseadas no bom senso, adquirida em mais de 30 anos de experiência dos proprietários, todavia sem nenhum recurso de planejamento. Mais do que isso, os controles gerenciais são desenvolvidos manualmente em ilhas de informação. Não se pode afirmar que a empresa opera sem controles, essa é uma preocupação constante do setor administrativo. Também não se pode afirmar que a empresa trabalha sem nenhum sistema de informação, em nível operacional para acompanhamento de pacientes, adotou um módulo de um ERP – Sistemas Integrados de Gestão vertical. No geral a empresa, há algum tempo, trabalha próximo ao ponto de equilíbrio, decorrente de uma decisão tomada apressadamente sem as informações necessárias.

(CONCLUSÃO) De forma geral, a empresa tem dificuldades para lidar com seus problemas e planejar seus passos seguintes. O despreparo para administrar por parte dos sócios revela esta realidade de forma constante dentro do ambiente empresarial. As barreiras para a aceitação de mudanças é um entrave ao desenvolvimento da organização, que demorou a observar mudanças nos padrões do mercado e agora, atrasada, busca recuperar o tempo perdido, incorrendo nos erros do passado que ainda hoje prejudicam as contas da empresa.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

DIAGNÓSTICO DE UMA EMPRESA DO RAMO ATACADISTA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA FAMILIAR

*Ana Carolina Costa
Camila Mayara Lopes Mariano
Iwry Magnum Silva Do Nascimento
Jennefer Luize Marinho Mouzallas*

Discentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Carlos Eduardo Marinho Diniz
Ana Maria Da Silva Souza
José Padilha Crispim Neto
Josué Vitor De Medeiros Junior*

Docentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Nas economias capitalistas, a maioria das empresas se inicia com idéias, o empenho de empreendedores e seus parentes. Com a globalização e a competição acirrada, a administração das empresas familiares passa a necessitar de padrões mais profissionais e dinâmicos, para se vencer dificuldades e aproveitar oportunidades oferecidas por suas características. Neste estudo analisou-se uma empresa familiar do ramo atacadista situada na cidade de Natal (Rio Grande do Norte), que atua no segmento de cesta básica, mercearia, material de limpeza, higiene pessoal e bebidas, com o objetivo de avaliar a situação organizacional, financeira, produtiva e tecnológica da mesma.

(METODOLOGIA) Com relação aos objetivos, a presente pesquisa é do tipo exploratória, pois objetiva entender determinada situação, através de métodos qualitativos (analisando uma situação a partir de dados descritos), que envolveram visitas a empresa, e entrevistas com o gestor financeiro e o gestor administrativo. Quanto aos procedimentos, a pesquisa pode ser classificada como pesquisa de campo, considerando que as fontes de dados são basicamente as pessoas, funcionários da empresa analisada, e como estudo de caso.

(RESULTADOS) A empresa pesquisada atua a 10 anos no mercado atacadista localizando-se na Ceasa-RN, ponto estratégico de abastecimento dos comércios, restaurantes e lanchonetes da cidade de Natal. A empresa conta com sua matriz na Ceasa e dois depósitos fechados externos, contando com 55 colaboradores, tendo a missão de diminuir a distância do pequeno comerciante com a indústria, oferecendo produtos com preços justos. Sua estratégia é vender produtos fracionados, beneficiando os comerciantes com menor poder de compra, que preferem adquirir volumes menores de mercadoria, porém diariamente. Com a meta de crescimento programado, a qual visa para os próximos anos reunir recursos próprios para a compra de mais um depósito de mercadoria, assim possibilitando o crescimento nas vendas, já que com mais um depósito (estoque) o problema de falta de mercadoria no dia-dia diminuirá. A empresa possui um mix variado com cerca de 2.200 itens, sendo seus principais fornecedores escolhidos estrategicamente de acordo com a necessidade do mercado. O sistema de informações é utilizado em todos os processos realizados na empresa, desde o controle de estoques, entrada e saída de mercadorias, contas a pagar, contas a receber e no setor de vendas. Em relação aos aspectos financeiros, a empresa encontra-se em uma situação financeira estável, consegue cumprir com suas obrigações em dia, obtendo um bom relacionamento com todos os seus fornecedores e tendo seu lucro líquido sendo reinvestido na própria empresa, a fim de cumprir suas metas.

(CONCLUSÃO) Na empresa estudada é notório que o processo de tomada de decisões entre os gestores apresenta dificuldades na separação entre o que é intuitivo/emocional e racional, tendendo mais para a escolha de decisões intuitivas. Foi constatada uma resistência na utilização dos relatórios gerados pelo sistema de informações, no setor de estoques, ocasionando compras desnecessárias e/ou falta de mercadoria. Porém o comando único e centralizado permite reações rápidas em situações de emergência. A segurança dos gestores possibilita que a empresa já possua sua missão, estratégia e meta definidas, permitindo o crescimento uniforme desta organização, já que cabe a eles criar condições para que os planos estratégicos sejam alcançados.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

DIAGNÓSTICO DE UMA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA CRR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

*Maria Jerlani De Lucena Alves
Bruna Galvão Domingues Silva
Marina Teodoro Da Trindade
Larissa Rafaella Carvalho Silva
Luiza Mesquita De Araújo*

Discentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Ana Maria Da Silva Souza
Carlos Eduardo Marinho Diniz
Josué Vitor De Medeiros Junior
Jose Padilha C. Neto*

Docentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Administrar é planejar, organizar, dirigir e controlar pessoas para atingir de forma eficiente e eficaz os objetivos de uma organização. A terceirização é o processo de transferência a terceiros da responsabilidade na prestação de alguns serviços. Atualmente vivemos em um ambiente bastante competitivo, exigindo cada vez mais uma melhor preparação dos administradores na tomada de decisões para que possa ser atingido os objetivos organizacionais. Foi realizado neste estudo um diagnóstico empresarial com o objetivo de analisar os processos financeiros, tecnológicos, mercadológicos e produtivos de uma empresa no ramo de terceirização de mão de obra, na cidade de Natal no Rio Grande do Norte.

(METODOLOGIA) Com referência ao objetivo, tratou-se de uma pesquisa do tipo exploratória, com utilização do instrumento de coleta de dados do tipo questionário, semi-estruturada (questões abertas e fechadas) composta por 50 (cinquenta) questões aplicadas com o gerente da empresa, abordando os temas objetos do estudo.

(RESULTADOS) A empresa analisada atua no mercado há 09 (nove) anos, sendo hoje considerada uma das grandes empresas no seu ramo de atividade no Estado, com um total de 1.535 funcionários e escritórios representativos nas cidades de Fortaleza e Salvador. A Organização atende a clientes, na sua maioria, órgãos Públicos, através de contratos provenientes de processos licitatórios, tendo como prioridade e diferencial a qualificação dos seus profissionais; A empresa possui a missão de desenvolver um trabalho de bom atendimento para atender a sociedade em geral, tem como ação buscar clientes das mais diversas áreas; e os valores são de destacar no mercado competitivo com ética. Os sócios tem como habilidade uma desenvoltura em realização de negócios. A escolha dos seus fornecedores é feita de acordo com a viabilidade em preços e qualidade que possa atender as suas necessidades. Foi desenvolvido um plano de metas baseado na expansão constante no seu ramo de negócios. Em se tratando de sistema de informação utilizado, a empresa possui programas de controle de estoques, folha de pagamento, controle de RH e programas bancários para pagamentos de funcionários. No tocante aos aspectos financeiros, encontra-se em uma situação econômica estável, tendo a sua disposição linhas de créditos para investimentos, e com parte do seu lucro líquido reinvestido na própria empresa. **(CONCLUSÃO)** De acordo com os resultados obtidos, conclui-se que a empresa objeto desta pesquisa mesmo encontrando-se em uma boa situação no mercado, deveria investir na área tecnológica, no sentido de atualização, tendo em vistas os avanços constantes sofridos nesta área, e o seu ramo fazer parte de um mercado extremamente competitivo, bem como investir mais em treinamentos de seus funcionários; poderia também distribuir de uma melhor forma o seu organograma, como por exemplo a criação de mais um cargo na empresa descentralizando as responsabilidades e facilitando as tomadas de decisões.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

DISTRIBUIÇÃO DO BIODIESEL: A REALIDADE BRASILEIRA

Fabiane Gonçalves Da Silva

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Fabírcia Abrantes Figueredo Da Rocha

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A Logística é uma área que abrange subsistemas complexos, desde o suprimento físico até a distribuição física. Dessa forma, apresenta um relacionamento com o deslocamento do produto ou serviço ao longo dos canais de distribuição em direção aos clientes. Assim, para que ocorra agregação de valores de lugar, tempo, qualidade e informação à cadeia produtiva, a mesma utiliza a participação de elementos humanos, materiais, tecnológicos e de informação, demonstrando a necessidade da avaliação contínua dos processos. O Biodiesel, de uma forma mais específica, é um combustível biodegradável, derivado de fontes renováveis, que podem ser animais ou vegetais, possuindo importância significativa para os aspectos econômicos, ambientais e sociais do Brasil, já que proporciona o desenvolvimento regional por meio da geração de empregos e de renda. Com passar dos anos, a exploração intensiva do petróleo para ser utilizado como combustível, o tornou uma fonte de energia esgotável, contribuindo também densamente para a destruição da camada de ozônio, o que tornou o efeito estufa uma grande preocupação mundial. Hoje o Biodiesel é um dos meios pelo qual as empresas, governos, buscam como solução para estes problemas. Logo, o Brasil possui grandes chances de ser um dos maiores produtores de Biodiesel, uma vez que apresenta vasta área agricultável, como também diversidade de oleaginosas e clima favorável. O presente trabalho tem como objetivo geral apresentar a realidade brasileira quanto à distribuição de Biodiesel no Brasil. Logo, para conseguir atingir a pretensão geral se fez necessário levantar os pontos de exploração de Biodiesel; identificar os canais de distribuição e a respectiva necessidade do mercado; e levantar fluxo de distribuição do Biodiesel;

(METODOLOGIA) A presente pesquisa, em linhas gerais, apresenta uma natureza exploratória, face abordar a Logística de Distribuição do Biodiesel, ou seja, uma área que ainda não teve um aprofundamento de estudo. Para a realização da pesquisa tornou-se necessário conceber o mapeamento do fluxo de distribuição, o que permitiu o desenvolvimento de uma análise para avaliar o processo atual vinculado a movimentação ao longo dos canais de distribuição. Dessa forma, teve-se como população alvo as fábricas produtoras do Biodiesel, bem como os canais de distribuição utilizados para que o mesmo chegue aos consumidores finais. Quanto ao instrumento de coleta de dados, este esteve voltado a pesquisas bibliográficas. Portanto, a partir dos dados levantados, se teve uma abordagem centrada na distribuição física do biodiesel.

(RESULTADOS) Através dos dados pesquisados pôde-se perceber que, atualmente, um dos maiores problemas encontrados pelo PNPB (Programa Nacional de Produção do Biodiesel), está relacionado à sua logística de distribuição, bem como a própria exploração da matéria-prima, evidenciado os entraves associados a prática da Agricultura Familiar, devido a falta de incentivos, além da elevação do preço da matéria-prima usada na produção do combustível. De forma mais específica, tem-se a proibição da comercialização direta do Biodiesel (produtor para distribuidor), atualmente quase 95% do Biodiesel comercializado é comprado pela Petrobrás, que revende o produto para as distribuidoras e diz de quais usinas as mesmas farão a retirada do produto, já que isto é de responsabilidade destas. Como consequência disto, existe um grande dispêndio por parte das distribuidoras e transportadoras.

(CONCLUSÃO) Ao analisar os dados e informações obtidas durante a pesquisa, conclui-se que o Biodiesel apesar das dificuldades encontradas, é um combustível novo e emergente no mercado, que desperta grandes interesses por parte do governo e empresas como uma fonte de desenvolvimento e sustentabilidade para o Brasil. Por isso, torna-se necessário que este combustível tenha um programa de Logística de distribuição bem adequado, onde se defina de maneira específica e clara a melhor maneira de se fazer este processo para que se evitem custos desnecessários.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTRATÉGIAS DE MARKETING DE RELACIONAMENTO APLICADAS A CLIENTES DA LOJA COLEZIONE

Isabelle Nataly Da Fonseca Xavier

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Franklin Marcolino De Souza

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Na cidade de Natal, o segmento de lojas de calçados e acessórios femininos é bastante explorado, havendo um grande número de lojas espalhadas por toda a cidade, com produtos para os mais diversos tipos de públicos. Conseqüentemente, a concorrência também é grande, aumentando, assim, a necessidade de se desenvolver estratégias de marketing para que essas lojas possam manter-se em posição privilegiada perante o mercado. A Colezzione, hoje, no auge de seus vinte e um anos, tem duas lojas localizadas no CCAB Norte, onde disponibiliza produtos exclusivos para um público seletivo e exigente, interessados sobre moda e tendências e, acima de tudo, qualidade, procurando, assim, evidenciar o que eles têm de melhor. A Colezzione trabalha exclusivamente com sapatos e bolsas, e alguns tipos de acessórios como cintos e carteiras sociais, voltadas exclusivamente para o público feminino que procuram acima de tudo beleza, sofisticação, qualidade e conforto para seu bem-estar. Os objetivos deste estudo serão desenvolver estratégias de marketing de relacionamento para a Colezzione; Identificar os pontos fortes e os pontos fracos da empresa na visão dos clientes; Identificar o significado da marca Colezzione entre os clientes da loja; Identificar as motivações e expectativas que levam os clientes a escolherem a Loja Colezzione; Identificar o perfil dos clientes da Loja Colezzione.

(METODOLOGIA) Dois tipos de pesquisas foram escolhidos para a realização do presente trabalho, a pesquisa exploratória e a pesquisa descritiva. A amostra será do tipo não probabilístico, pois as informações serão obtidas através de questionários aplicados aos clientes aos qual o acesso será mais direto, portanto a amostra será composta por 100 clientes. **(RESULTADOS)** A Pesquisa indicou que os clientes da loja Colezzione têm uma boa impressão da empresa desde antes de se tornarem clientes da mesma. Os mesmos afirmaram que têm um bom relacionamento com os funcionários da loja e aspectos como cortesia, interesse, disponibilidade e estrutura física da loja foram classificadas como positivas pela maioria dos entrevistados. Outro aspecto importante é que os entrevistados consideram a sofisticação e a qualidade dos produtos características fortes da empresa.

(CONCLUSÕES) Concluiu-se que a Colezzione tem um grau positivo de satisfação entre seus clientes, e que se forem implantadas estratégias de marketing de relacionamento entre esses consumidores, a empresa poderá aumentar o nível de retenção e fidelização dos mesmos expandindo seus negócios e destacando-se nesse mercado tão competitivo.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTRATEGIAS DE MARKETING DE RELACIONAMENTO PARA A TOYONORTE

Hédyla Luanna Oliveira Dos Santos

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Franklin Marcolino De Souza

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

O aumento da concorrência no ambiente econômico mundial vem forçando as empresas a aumentar a produtividade, a reformular processos empresariais, criar alianças estratégicas centradas em novos mercados e tecnologias e, principalmente, a buscar maneiras mais eficiente de encantar os clientes. Ser capaz de atuar num mercado em que as regras do jogo mudam continuamente é um grande desafio. Mas não basta ser flexível. É necessário ter pensamento empreendedor e consciência de que a vantagem estratégica não diz respeito a uma única iniciativa e sim a um conjunto de ações inter-relacionadas, porque o mercado é impulsionado pela escolha do consumidor, sendo hoje um foco para o qual convergem todos os esforços da cadeia produtiva. Torna-se necessário, cada vez mais, um bom relacionamento com os clientes, primando pelo foco individual, certos benefícios, privilégios e diferenciais de importância para o cliente. Devido a isso, foram criados os tipos de programa de fidelização, que proporcionarão como resposta à lealdade. É preciso reexaminar os conceitos e premissas das empresas que hoje vencem o jogo. Não há mais espaços para erros, somente para decisões seguras e ousadas. É preciso antecipar-se aos movimentos do mercado e necessidades do consumidor. Empresas que têm boas reações perdem espaço para aquelas que criam as ações motivadoras dessas reações. No passado, a revolução representada pela qualidade começou no setor de produção em que nasceu o conceito “defeito zero” – a aspiração de se ter sempre produtos perfeitos. A idéia foi estendida aos clientes – com “decepções zero” isto é, não perder um único cliente. Essa filosofia vem sendo pregada em todas as distribuidoras Toyota, que por sua vez, tem obrigação de tornar essa filosofia uma cultura nas empresas. Um dos slogans do pós-venda da Toyota Motor Corporation é “We always put ourselves in the customer position”, ou seja, “Nós sempre nos colocamos no lugar do cliente”. A distribuidora Toyota do Rio Grande do Norte – Toyonorte – vem se esforçando para estabelecer um bom relacionamento com seus clientes, entretanto, o setor de relacionamento ao cliente se limita a estratégias corretivas e não a medidas preventivas e nem estabelecem estratégias de fidelização, devido à maioria dos seus clientes optarem pela credibilidade do produto e não pelo bom atendimento que a mesma presta. Entretanto com o aumento do mercado nesse setor, principalmente no Rio Grande do Norte, que obteve esse ano o maior índice de vendas de veículos, segundo o jornal Tribuna do Norte do dia 12 de fevereiro de 2008, o crescimento foi de 49,35%; os resultados foram considerados os melhores da história do setor. Conseqüentemente, a exigência dos consumidores também aumentou o que fez com que a concessionária repensasse seu relacionamento com seus clientes. Em face deste contexto e problemática, surge então a seguinte questão: Quais as estratégias de marketing de relacionamento necessárias para aumentar o nível de qualidade percebida dos clientes em relação ao atendimento da Toyonorte? O marketing de relacionamento já se tornou um dos conceitos-chaves do marketing nos dias atuais, tornando-se vital para a sobrevivência das empresas, sendo elas de pequeno, médio ou grande porte. O cliente está muito exigente e já está acostumado a ser bem tratado, e qualquer atitude contraria a sua vontade, pode gerar uma insatisfação que poderá ocasionar na migração do cliente para a concorrência. Desenvolver um bom relacionamento com os clientes é uma premissa básica das empresas que desejam se manter cada vez mais competitivas no mercado, entretanto, é um desafio, pois existem inúmeras estratégias, é preciso escolher qual a melhor que se aplica dentro do seu nicho comercial. É necessário encontrar as necessidades específicas de cada consumidor para, assim, formar uma estratégia diferenciada.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTRATÉGIAS DE MARKETING PARA EMPRESA HIDRAUNAT

Raphael Jeferson Lima Costa

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Franklin Marcolino De Souza

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Hoje em dia, um dos principais fatores que levam as empresas a conseguir conhecimento cada vez mais dos seus produtos e serviços, é a exigência e, também, a busca constante de informações dos consumidores. Eles estão cada vez mais informados sobre produtos e serviços e vão às empresas atrás de respostas com relação a alguma dúvida que possa surgir na venda ou na prestação de um serviço. Com a inserção desse novo modelo de cliente mais exigente e informado, observa-se que o mercado de assistência técnica em direção hidráulica na cidade do Natal ainda se encontra restrito. Diversos fatores fazem com que isso ocorra, dentre eles destaca-se a falta de mão de obra especializada no ramo. Em razão desse contexto, o presente trabalho busca identificar as estratégias de marketing necessárias para que a Hidraunat passe a se destacar nesse mercado, localizando os pontos fortes e fracos da empresa, possíveis oportunidades e ameaças, analisando a concorrência, os hábitos de compra dos entrevistados e seu perfil.

(METODOLOGIA) O tipo de pesquisa utilizado foi o exploratório-descritivo. A pesquisa foi composta por uma amostra de 48 clientes, pessoas físicas, cadastradas na empresa. O instrumento utilizado para a obtenção de dados foi um questionário estruturado não-disfarçado, e a análise dos dados foi realizada através da utilização da planilha eletrônica Excel. **(RESULTADOS)** Os resultados obtidos com a aplicação do questionário indicam que 75% dos entrevistados são do sexo masculino e 25% do sexo feminino; 30% têm entre 26 a 35 anos; 30%, o que representa a maioria dos entrevistados possuem renda mensal entrem R\$ 830,00 a R\$ 1.245,00; 55% são casados enquanto 28% são solteiros; 21% possuem 2º grau completo e quanto a profissão 36% dos entrevistados são empregados de empresas privadas. Quanto ao conhecimento da existência da empresa 40% dos entrevistados afirmam que não conheciam, apesar de já terem precisado do serviço, dentre os quais 55% tomaram conhecimento através de indicação de clientes e 44% por meio de cartão de visitas. Em relação aos itens mais importantes que devem existir em uma oficina de direção hidráulica a qualidade no serviço tem o maior destaque com o percentual de 53%, o prazo de entrega do serviço foi considerado excelente com 42% de aprovação, bem como o atendimento prestado pelo os funcionários foi considerado ótimo com 65%.

(CONCLUSÃO) Com base na análise dos dados pode-se verificar que a Hidraunat, com seus dez anos de existência no mercado tem atendido de forma satisfatória as necessidades de seus clientes, através de um serviço e atendimento de qualidade. Em contrapartida verificou-se que ainda não há uma estratégia de marketing aplicada de forma positiva na empresa, no intuito de levar a marca Hidraunat para todas as pessoas que necessitarem do serviço.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTRATÉGIAS PROMOCIONAIS UTILIZADOS PELA FILIAL DA REDE CINEMARK EM NATAL

Flavio Porpino De Souza

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ronaldo Mendes Neves

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

O presente trabalho visa identificar as estratégias promocionais que são dirigidas à filial da rede CINEMARK em Natal. A estratégia promocional tem um alto valor para a rentabilidade nos cinemas que arrastam dezenas de milhões de pessoas em poucas semanas das mais variadas nacionalidades é hoje um fato que o cinema tem força para estabelecer influência tanto nos espectadores quanto na indústria. O estudo mostrará uma investigação sobre as estratégias utilizadas pelo CINEMARK no mercado cinematográfico da cidade do Natal pelo fato de haver poucas pesquisas sobre o assunto estudado, na forma de estudo de caso e levantamento dos dados do mercado cinematográfico de Natal com análise documental e entrevistas com os profissionais responsáveis pelos setores de atuação. O universo da pesquisa se dá por meio de investigação da situação específica para tentar descobrir o que existe em suas características em buscas documentais por dados concretos da funcionalidade de suas estratégias, como objetivo descrever e analisar situações são favoráveis ou não. Foi realizada uma entrevista com perguntas que buscavam entender mais a fundo as medidas tomadas em relação ao setor promocional visto que houve restrições feitas pelos entrevistados e a omissão de dados fundamentais para o entendimento do problema da pesquisa. Os resultados obtidos estão em fase inicial de análise e que pode se notificar até agora foi que o modelo de gestão do marketing que é utilizado e feito pelo CINEMARK e feito de forma centralizada na matriz, que estuda as propostas de ações promocionais, e toda e qualquer veiculação promocional da rede que transmite as informações que devem ou não veiculadas pelas mídias de comunicação isso para que haja uma padronização entre as filiais e adequação com o público. A rede CINEMARK utiliza os principais meios de comunicação eletrônico e impresso que ficam a cargo da agência de publicidade kinomaxx que é a responsável pela comercialização da mídia de cinema e ações promocionais. Grande parte das propagandas veiculadas é feita em parcerias com as distribuidoras e empresas de ramo diferente, mas que buscam o mesmo público alvo. E esperado dados contundentes sobre o merchandising visto que a restrições impostas pela organização. No geral, os resultados almejados com a conclusão do trabalho foram que através de uma pesquisa aqui mostrada identificou barreiras impostas pela própria empresa limitando o acesso de informações cruciais para o entendimento do tema. Mesmo pelas dificuldades da pesquisa percebesse que o fato da rede CINEMARK dominar o mercado cinematográfico brasileiro em especial o natalense lhe dá grande vantagem competitiva por possuir maior poder para que sejam realizadas alianças, e grande abrangência em ações promocionais que chegam até o público alvo de várias maneiras. Vendo suas estratégias promocionais de dentro para fora a organização tenta não generalizar a visão das informações transmitidas e sim adequar ao consumidor.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTRTÉGIA DE MARKETING PARA UMA EMPRESA DE JÓIAS

Andrèia Silva Da Fonseca

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Franklin Marcolino De Souza

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O Brasil é o maior produtor mundial de gemas coloridas, possui reservas de ouro calculadas em 30 mil toneladas e é responsável por 1 a 2% da produção de diamantes de qualidade da Terra. Antigamente, apenas safiras, esmeraldas, rubis e diamantes eram considerados pedras preciosas. As demais pedras eram chamadas de semipreciosas. Porém não existe pedra semipreciosa; elas são preciosas ou não. Hoje, as pedras brasileiras são valorizadas internacionalmente, como exemplos, a água-marinha, as turmalinas existentes em tons verde, vermelho e rosa, e o topázio imperial que é raríssimo. Existe uma única mina em atividade no mundo, localizada no estado de Minas Gerais. O país também é o maior produtor mundial de ametistas, cuja cor varia do lilás ao violeta. Com base nisto, este trabalho tem como objetivos desenvolver estratégias do mix de marketing para a empresa Luandagan, especializada em criação de jóias, além de identificar o perfil dos consumidores de jóias, identificar os hábitos e preferências dos consumidores destes produtos, avaliar os aspectos da concorrência e propor um plano de marketing. É importante a aplicação desta análise, em virtude da empresa pesquisada ter a possibilidade de estudar o mercado através de embasamento acadêmico, trazendo oportunidade não só para o crescimento da empresa como também para a pesquisadora que obterá maior conhecimento na área, proporcionando o seu crescimento profissional.

(METODOLOGIA) A pesquisa utilizada para a realização deste trabalho foi exploratória com análise descritiva, e aplicação de questionário estruturado com perguntas fechadas, tendo como universo 200 clientes que fazem parte do cadastro da loja, sendo que a amostra foi composta de 82 clientes.

(RESULTADOS) Os resultados alcançados com a pesquisa quanto ao perfil dos entrevistados mostram que 96% é do sexo feminino e 4% masculino, 63% são casados e 24% são solteiros, a maioria dos entrevistados são jovens com 31% na faixa etária de 26 a 35 anos, quanto ao grau de instrução 48% tem pós graduação. Quanto aos hábitos do consumidor o maior destaque é o designer 79%, peça que exerce maior fascínio são os brincos com 63% e anéis 27%. O maior destaque para avaliação dos aspectos da concorrência o atendimento 46% consideram a Luandagan superior e 38% muito superior. Quanto ao produto, 52% acham superiores e 28% muito superior.

(CONCLUSÃO) Com base no exposto pode-se concluir que a Luandagan, apesar do pouco tempo no mercado, tem alcançado a satisfação dos clientes com suas criações e designer inovador, primando sempre pela exclusividade e garantia do produto e excelência no atendimento. Sendo alvo de comentário quanto à qualidade do produto se comparado a empresas de âmbito nacional e com mais tempo de mercado, já que as mesmas têm sua marca reconhecida como produto de alta qualidade. Diante dos resultados obtidos recomenda-se a elaboração de um plano de marketing e o desenvolvimento de estratégias como: desenvolver anéis com design mais arrojado, promover ações que agreguem valor aos clientes em outros tipos de datas, não muito valorizadas, investir mais em promoção e comunicação de marketing como forma de atrair o público consumidor de jóias.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO RAMO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EM NATAL/RN

Danilo Matias Marinho De Mendonça

Marcos Paulo Tavares Medeiros

Bruno Cavalcante Ribeiro

Arthur Alecrim Ferreira

Sergio Marconi Prazim Da Silva Junior

Discentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Jose Padilha C. Neto

Ana Maria Da Silva Souza

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Josue Vitor De Medeiros Junior

Docentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Diante da dificuldade de obter sucesso dentro do mercado, frente à competitividade cada dia mais acentuada, é cada vez mais importante o papel do administrador na empresa, pois a utilização de métodos para analisar a empresa do ponto de vista financeiro, produtivo e tecnológico, visa a fixação, o crescimento da mesma em relação à concorrência. Sendo assim, por meio desta pesquisa, observou-se fazer um estudo que permitisse diagnosticar pontos fortes e fracos de maneira de encontrar a tão almejada vantagem competitiva.

(METODOLOGIA) Com a utilização de pesquisa de campo com caráter exploratório e bibliográfico, foram coletadas as informações sobre a organização estudada, aplicou-se um formulário, e realizou-se entrevista com a gerência, abordando áreas financeiras, de produção e sistemas de informação, áreas estas, que foram estudadas e analisadas, com base nas melhores fontes de conhecimento sobre o assunto.

(RESULTADOS) A empresa JVC comercial LTDA (Posto Cidade Natal), tem como especialidade a revenda de produtos derivados de petróleo como combustíveis e lubrificantes, fornecendo serviços de abastecimentos, troca de óleo, dentre outros bem como uma loja de conveniência. Os produtos e serviços da empresa procuram sempre estar em um patamar de qualidade elevado para que a mesma tenha a confiabilidade dos clientes. Todos os processos da empresa é monitorado por um software chamado Tecsoft que gera relatórios indicando as necessidades, como a de repor mercadorias, por exemplo, facilitando assim o processo de tomada de decisões. Em parceria com os fornecedores a empresa busca sempre o melhor para os clientes fazendo sempre uma associação de custo/benefício procurando otimizar seu crescimento. Prezando sempre pela qualidade ao JVC comercial LTDA tem uma parceria com a renomada distribuidora ALESAT, procurando colher frutos positivos. A seleção dos funcionários é feito pela gerência, que busca sempre manter um nível alto de qualidade dentro do corpo funcional, não só selecionando bem, mas como também realizando processos de treinamentos com seus funcionários. Dentro do mercado os principais concorrentes do posto são os postos 1002, Rui Barbosa, Nova Dimensão, Abrantes, Cirne, São Luiz e Shell (Midway).

(CONCLUSÕES) Com a pesquisa ainda em andamento, o trabalho ainda não foi concluído, e é passivo de mudanças posteriormente, mas baseado nas informações coletadas até agora, o grupo recomenda a empresa, a criação de um site para facilitar a interação com os clientes, e uma melhor personalização do ambiente, explorando também o lado visual como uma vantagem de marketing.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA PARA A IMPLANTAÇÃO DE UMA DOCERIA EM NATAL

Daniele Gomes Da Silva

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Alúísio Alberto Dantas

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Nos últimos anos o segmento de alimentação vem apresentando crescimento, e se destacando entre outros setores da economia. Vários motivos impulsionam o crescimento desse segmento, pode-se salientar o ritmo e o estilo de vida moderna, onde muitos consumidores procuram alimentos prontos ou elaborados sobre forma de encomenda. Com a presente pesquisa, objetiva-se analisar o mercado de docerias em Natal, com vistas à formulação de plano de negócio que viabilize o investimento empresarial nesse ramo de atividade comercial. Justifica-se a pesquisa, considerando que, para a implantação de um empreendimento de doceria, há a necessidade da adoção de estudos e pesquisas que confirmem a viabilidade econômica e financeira do investimento a ser realizado. Os estudos elaborados mediante pesquisa de mercado e plano de negócio, tornam adequados instrumentos de orientação técnica para a execução do investimento e funcionamento do empreendimento proposto.

(METODOLOGIA) O estudo de mercado foi desenvolvido através de pesquisa descritiva exploratória, apoiada em coleta direta de informações, obtidas mediante a aplicação de questionário, junto a consumidores que fazem parte da amostra estratificada, cujo plano amostral é definido em função da localização geográfica a qual resulta na identificação de famílias residentes nas regiões sul, leste e centro de Natal, com base também na classe média de renda.

(RESULTADOS) A pesquisa confirma que a demanda de produtos de docerias é representada em sua maioria por mulheres (88,4%), onde a faixa etária de maior frequência é de 31 a 40 anos, representada por 34,62%. A maioria dos consumidores pesquisados é casada com 53,85%. A maior incidência, quanto a renda familiar mensal, acima de R\$ 6.500, ficou representada em 33,33% dos pesquisados. A demanda depende basicamente da falta de tempo para elaborar os produtos em casa; bem como da falta de conhecimento das pessoas na confecção desses produtos, razões essas que representam 92,59% do total das pessoas pesquisadas. O principal motivo que justifica esse comportamento da demanda está relacionado à comemoração de aniversários e de datas representativas para os consumidores e familiares. Essa demanda apresenta uma periodicidade média variando da encomenda quinzenal à mensal, cuja frequência é diversificada, considerando que as pessoas preferem, em sua maioria, conhecer novos produtos, principalmente salgadinhos, docinhos, tortas doces, tortas salgadas e bolos. Observa-se na pesquisa que a despesa média dos consumidores desses produtos circula em torno de R\$ 50,00, cujos fatores que influenciam a escolha da loja comercial é a propaganda "boca-boca", com 74% das respostas; seguida de panfletos, com 18% das respostas e outdoor com 9%. A aquisição dos produtos ocorre normalmente de forma presencial e por meio de telefone, atividades essas que representam 90% do consumo. Na opinião de 34,38% dos consumidores, a qualidade dos produtos se destaca como item mais favorável na escolha de uma boa doceria, seguido de variedade de produtos com 26,56% e localização com 15,63%. Quanto aos itens desfavoráveis das docerias de Natal, destaca-se a falta de entrega em domicílio com 22,03%, preço cobrado pelos produtos, com 20,34% das respostas, e estacionamento representando 18,64%. Para 75% dos consumidores o mercado de docerias natalense apresenta produtos competitivos, enquanto 72% das pessoas pesquisadas concordam que a cultura alimentar pode influenciar no momento da escolha de uma doceria. A principal sugestão dada por 48,28% das pessoas pesquisadas foi apresentar variedades de produtos, enquanto 34,48% sugeriram atendimento personalizado.

(CONCLUSÃO) A pesquisa constatou que a implantação de uma doceria em Natal é viável em função da existência da demanda atual e potencial dos produtos e serviços comercializados. A viabilidade de mercado resulta do crescimento populacional e da renda dos consumidores, associados à mudança de cultura e do perfil profissional e ocupacional da população feminina da cidade.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTUDO SISTÊMICO SOBRE MOTIVAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DE UMA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Wilton Alves Pequeno

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Josué Vitor De Medeiros Junior

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Atualmente, a participação de funcionários dispostos a empenhar esforços físicos e mentais na busca de resultados para a empresa é desafiador para seus gestores. Para tanto, alguns gestores se utilizam de meios para motivar seus funcionários a atingirem resultados. Nos cenários organizacionais, os complexos problemas tornam ainda mais necessária a inter relação dos envolvidos, atitudes baseadas em fatos ou em análises localizadas não proporcionam conhecimentos para detectar complexos problemas. É necessário analisar as situações complexas, traçando modelos que expõem seus papéis, a pesquisa está sendo realizada em uma empresa de assistência técnica da cidade do Natal, prestadora de serviços na área de aquecedores elétricos e a gás, pisos laminados, louças e metais sanitários, atuando no mercado a 20 anos. Por ser uma organização que trabalha com profissionais responsáveis diretamente na resolução de problemas, surgiu o interesse de conhecer os fatores sistêmicos influenciam na motivação dos funcionários de uma assistência técnica.

(METODOLOGIA) A pesquisa segue padrões científicos, quanto aos fins esta pesquisa é classificada como exploratória e descritiva, quanto aos meios é classificada como estudo de caso. Caracterizada como uma pesquisa censitária, coletando dados com todos os representantes do universo (população), a coleta de dados se fez através de entrevistas abertas e informações quantitativas de sistemas de informação. Foi identificado um problema complexo de interesse para ser estudado, a estruturação do problema foi apresentado por meio de eventos percebíveis pelos envolvidos. Com a listar de eventos influenciadores, foi possível a identificação das variáveis presentes no problema que proporcionaram a visualização de padrões de comportamento graficamente. Oferecendo o desenho do mapa sistêmico e a identificação de caudas e efeitos entre os fatores.

(RESULTADOS) Para a compreensão deste trabalho, foram realizadas entrevistas com os funcionários da empresa, essas informações foram distribuídas em escalas de tempo que identificaram as percepções que constroem o mapa causal. O levantamento dos eventos possibilitou conhecer momentos marcantes durante todo o histórico na empresa de assistência técnica, surgindo questionamentos traduzidos como variáveis, como: o tempo médio de atendimento, a complexidade do serviço realizado, comissão e clima organizacional, estas variáveis foram distribuídas no mapa causal e ligadas através das relações de causa e efeito. Compreendendo que o número de atendimentos por funcionário técnico pode ocasionar um maior valor de comissão, mas conseqüentemente uma menor qualidade do serviço e satisfação do consumidor, diminuindo nessa relação o número de atendimentos e o valor de comissão. Outro enlace presente no mapa é a importância do controle organizacional, evitando falhas de comunicação, melhorando o clima organizacional e a motivação dos funcionários. **(CONCLUSÃO)** Atualmente, a pesquisa busca a validação do mapa causal pelos entrevistados, e o levantamento de dados quantitativos, para concretizar graficamente a análise do modelo mental dos envolvidos na pesquisa. Como perspectiva futura, pretende-se oferecer propostas de melhoria na política organizacional analisando o mapa causal. O objetivo principal da pesquisa ainda está sendo construído, suas etapas foram cruciais para conhecer as estruturas da realidade e aprofundar a percepção para os níveis mais complexos do conhecimento sistêmico. A dificuldade de uma pesquisa com forte caráter qualitativo é desenvolver meios que coletem dados baseados na realidade do entrevistado, quantificar sensações e expor em gráficos, desafiar o pesquisado a forçar seus conhecimentos e acompanhar esse mergulho para outros níveis da realidade, validar comportamentos com os entrevistados que naturalmente passam despercebidos aos olhos. E para o pesquisador a dificuldade de compreender os modelos mentais que interferem na resolução de problemas.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTUDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS NO GRUPO ÁGUIA TELECOM

Kelle Ana Cardoso Silva Do Monte

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Karina De Oliveira Costa Bezerra

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como objetivo avaliar se a forma atual de implantação dos processos organizacionais do Grupo Águia Telecom está devidamente coerente com os objetivos da empresa, que é o fortalecimento interno para a expansão no mercado. Isso foi possível, quando se identificou os objetivos da organização para servir como base para o levantamento dos dados, apontar uma área para utilizar como investigação e análise dos processos existentes, identificando os gargalos que impedem a continuação e conclusão desses processos, observando em que nível de integração encontra-se as filiais, suas áreas e departamentos, para então sugerir a melhor forma de implantação dos processos e procedimentos operacionais padrão no contexto atual da empresa.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada na pesquisa foi do tipo exploratório-descritiva e teve como base inicial um levantamento de dados realizados através de pesquisas bibliográficas, e nas etapas seguintes um estudo de caso através da observação participativa e aplicação de questionários estruturados com perguntas fechadas aos 21 gestores da referida empresa. Esta etapa possibilitou o levantamento de informações necessárias para as análises, servindo como parâmetros para a apresentação das sugestões que serão aplicadas na solução do problema encontrado.

(RESULTADOS) Trabalhou-se com dados informativos para se conhecer o perfil sócio-econômico dos gestores, e com dados avaliativos que possibilitaram as informações necessárias para o andamento do trabalho. Esses dados revelaram que o maior número de gestores é do sexo masculino, a faixa etária fica entre 20 e 30 anos, com nível superior incompleto e estado civil solteiro, percebendo uma remuneração que varia entre 1.500,00 a 2.500,00. Nos dados avaliativos os gestores afirmaram que o grupo Águia Telecom está preparado para expandir, pois conhecem os processos da empresa, das suas áreas de atuação, e que tem equipes envolvidas e auto-gerenciables. Em contrapartida também afirmaram que as causas percebidas nos gargalos são provocadas por indefinição nesses processos. Esses fatos foram analisados e estruturados através dos dados coletados na observação participativa e pesquisas bibliográficas.

(CONCLUSÃO) Durante a elaboração do trabalho pode-se perceber que o gerenciamento dos processos é um dos assuntos menos discutidos e considerados nos projetos de sistematização das organizações. O assunto ainda é novo no mercado brasileiro, falta mais conhecimento, um melhor direcionamento e o uso de metodologias mais consistentes. É necessário que as pessoas que são os principais ativos para esse fim sejam capacitadas de forma a entender que o processo não é estático, é uma definição momentânea e que vai sendo ajustado ou até modificado em conformidade com as contingências internas e externas a organização. O presente trabalho proporcionou um conhecimento mais aprimorado do que seja modelo de processo organizacional, suas etapas, e as metodologias que poderão ser aplicadas na sua implantação e gerenciamento. Conforme os dados levantados, identificou-se a necessidade de aplicação de uma metodologia eficaz para o gerenciamento dos processos do Grupo Águia Telecom.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTUDO SOBRE O COMÉRCIO INFORMAL NA PERIFERIA DO BAIRRO DE FELIPE CAMARÃO

Rosiane Rocha Rafael

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Josué Vitor De Medeiro Júnior

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Com o crescimento do bairro de Felipe Camarão, em Natal-RN, o comércio local também se expandiu, possibilitando a abertura de empreendimentos de pequeno a grande porte, muitos de natureza informal, levando-os a abrirem seus empreendimentos até mesmo na sua própria casa. Diante disso, faz-se necessário um estudo para avaliar as razões para a presença do Comércio Informal no Bairro de Felipe Camarão, na Periferia da Cidade do Natal/RN. Para tanto, apresenta-se os seguintes objetivos específicos: o levantamento do perfil dos empreendedores informais do bairro; das motivações que levaram os empreendedores iniciarem o seu próprio negócio; das dificuldades encontradas pelos empreendedores no Comércio Informal e a análise da caracterização dos empreendimentos existentes e de seus empreendedores.

(METODOLOGIA) O tipo da pesquisa escolhida é a quantitativa, tendo como universo 419 empresas locais e uma amostra aleatória de 137 empresas, com 7% de possibilidade de erros e 95% de nível de confiabilidade, sendo utilizado como instrumento de coleta de dados, o questionário composto por 12 perguntas tanto fechadas como abertas. O questionário aplicado foi utilizado através das abordagens pessoais com os empreendedores informais no bairro. Após a aplicação do instrumento, foi realizada a tabulação dos dados obtidos e a análise dos mesmos, resultando na construção de gráficos voltados para o resultado.

(RESULTADOS) Como resultado, percebeu-se que o comércio informal do bairro é administrado por mais da metade de pessoas do sexo feminino. Os administradores apresentam-se principalmente entre a faixa etária de 41 à 50 anos, com escolaridade ensino médio, voltados para a prestação de serviço e para o comércio, atuando do mercado mais de 6 anos, onde mais da metade dos empreendimentos existentes são informais, e tendo como principal motivo para o seu surgimento, a experiência que os mesmos já possuem na área e a busca pela independência financeira. Atualmente, 52,63% das empresas planejam sair da informalidade, buscando a legalização e meios que os possibilitem enfrentar as dificuldades, como a falta de recursos financeiros e a burocracia. Outras 5,26% ainda informais, não planejam se formalizarem, devido a falta de visão e estratégias para se posicionarem no mercado, de forma, que possam competir de forma leal.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que a existência do comércio informal, é resultado da falta de planejamentos e de interesses de órgãos e empresas em oferecer apoio aos empreendedores, fazendo com que os mesmos, não adquiram ferramentas necessárias para a administração do negócio. Essas ferramentas vão desde incentivos financeiros, reestruturação dos empreendimentos, capacitação e orientações empreendedoras para atuarem no mercado. Percebe-se que os empreendedores buscam meios de sobrevivência, mas que por outro lado, possuem ainda uma visão limitada, em relação a formalização do negócio e das expectativas futuras. Então, é necessário, o apoio tanto dos órgãos, como empresas privadas, ONGs e profissionais na área, em ajudá-los a terem a formação de um futuro, baseado em conhecimentos voltados para área, uma projeção de uma missão, visão e de objetivos reais, para que possam enfrentar riscos incalculáveis e inesperados, estabelecendo metas e objetivos, levando a empresa ao sucesso de forma concreta diante da concorrência em das dificuldades enfrentadas.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

FATORES LIMITADORES DA ADOÇÃO DA FERRAMENTA PREGÃO ELETRÔNICO NO PROCESSO DE COMPRA DA EMPARN

Magdarégia Borges Soares Mariz

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ana Maria De Souza

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A sociedade cada vez mais ciente de seus direitos, e do que acontece na gestão pública, vem cobrando mais transparência nas ações do governo, pois desta maneira a qualidade do serviço público tornará mais eficiente sua gestão administrativa. Neste contexto, os procedimentos licitatórios estabelecidos pelas leis 8666/93, 10520/2002 e decreto 5450/2005 visam estabelecer normas e critérios para realização de licitações e contratos no âmbito da Administração Pública. Desta forma, este trabalho tem como objetivo verificar quais são os fatores limitadores que impossibilitam a utilização da modalidade pregão na forma eletrônica no processo licitatório na Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio Grande do Norte (EMPARN).

(METODOLOGIA) A pesquisa adotada para realização desse trabalho é classificada como exploratória e foi operacionalizada mediante utilização de fonte de informações primária e secundária. A fonte primária foi uma entrevista realizada com o pregoeiro da referida entidade. Para condução da entrevista foi aplicado um roteiro completamente não estruturado, composto por 20 questões abertas. Quanto aos dados secundários foram utilizadas as informações relacionadas aos certames realizados no período de jun/2006 a out/2008.

(RESULTADOS) Como esta pesquisa encontra-se em fase de elaboração serão apresentados os resultados da coleta de dados primários. Para efetuar um processo de compra, é necessária uma solicitação com autorização da diretoria da empresa, para que o mesmo seja efetuado. A função do pregoeiro consiste em coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração, dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação. Os produtos mais solicitados são ração, insumos agrícolas, adubos, defensivos, equipamentos de irrigação, pivot central, veículos, equipamentos de laboratório, medicamentos veterinários. Os fornecedores locais não estão preparados para utilização da TI, pois é necessário que a entidade invista nesta área para obter um resultado satisfatório. O provedor utilizado pela EMPARN é o do Estado, contudo, por questões de ordem econômica, o pacote de internet contratado pela EMPARN foi o menor apresentado pela empresa prestadora do serviço, o de 512 k para a sede e 256 k para o prédio do Laboratório. Assim, a baixa velocidade da INTERNET impossibilita a utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico. Portanto a melhor forma de realizar um pregão será na forma presencial.

(CONCLUSÃO) Com base no exposto pode-se concluir que a EMPARN não está preparada para efetuar um pregão na forma eletrônica, já que não possui uma equipe preparada como também os meios de informação digital estão ultrapassados, e seus fornecedores não estão adaptados à tecnologia necessária para a realização do pregão eletrônico.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

GAIA – VESTINDO ATITUDE: ANÁLISE DA VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UMA MARCA DE PRODUTOS “ECOLOGICAMENTE CORRETOS”

*Adriano De Moura Caetano
Andrea De Melo Soares
Hiólita Maria Pereira De Menezes
José Laurir Ferreira Da Silva Filho
Juliana Perez Ruggiro Jacobini
Marcello Gentil De Araújo Filho*

Discentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Carlos Eduardo Marinho Diniz
Karina De Oliveira Costa Bezerra
José Padilha Chrispim Neto*

Docentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Em um mundo com pessoas cada vez mais preocupadas com questões globais, a consciência ambiental está cada vez mais em pauta. Preocupada com esta temática, a presente pesquisa tem por objetivo, o desenvolvimento de uma marca de produtos “ecologicamente corretos”, aliando estilo, conforto, qualidade, design diferenciado e responsabilidade sócio-ambiental. Neste estudo se traça a análise da viabilidade da implantação de produtos sustentáveis, desenvolvidos a partir de matéria-prima reciclável (garrafas Pet) e algodão orgânico naturalmente colorido.

(METODOLOGIA) Com relação aos objetivos, a presente pesquisa é do tipo exploratória, pois objetiva analisar determinadas situações, através de métodos quali-quantitativos. Utilizaram-se como instrumentos de coleta de dados, visitas técnicas a empresas de segmentos semelhantes, através de formulários com questões abertas a gerentes e gestores, focando no Composto de Marketing dessas organizações (produto, preço, promoção e ponto), além do desenvolvimento de uma pesquisa demográfica. Para testar a viabilidade da empresa, foi elaborado um Plano de Negócio baseado no modelo desenvolvido pelo Sebrae da Paraíba.

(RESULTADOS) Com o desenvolvimento do Plano de Negócios, comprovou-se uma mudança sócio-cultural quanto ao consumo de produtos ecologicamente corretos, bem como o não aproveitamento satisfatório por parte dos concorrentes desta oportunidade de negócio. Os principais produtos comercializados pela Gaia são camisetas, “ecobags”, bonés e bottons, direcionados ao público jovem, com um design diferenciado e com mensagens críticas relacionadas a temas sociais e ambientais. A empresa será aberta com capital próprio dos sócios/funcionários (um investimento inicial de R\$ 43.031,28) e terá como principal canal de distribuição a internet, bem como algumas revendas, displays em pontos estratégicos e participação em alguns eventos e feiras da cidade. Os fornecedores, pelo menos em princípio serão empresas locais. O faturamento previsto da empresa para o primeiro ano é de R\$ 195.236,40, e o sistema de tributação adotado é o Simples Nacional. Além das demonstrações de resultados para o primeiro ano, foram feitas simulações para os próximos cinco anos, considerando algumas variáveis, como inflação, aumento de vendas e novos investimentos. Este estudo mostrou que a empresa apresenta uma viabilidade econômico financeira com uma TIR de 107%, um VPL de R\$ 263.470,86 e um pay-back descontado de 15 meses.

(CONCLUSÃO) Com o desenvolvimento deste plano de negócio, observou-se após análises mercadológicas, demográficas, bem como econômico-financeiras, que a empresa criada mostra-se apta a abrir suas portas. A empresa abraça um nicho de mercado potencialmente promissor. O Plano de Negócio permitiu uma visão mais realista de todas as etapas envolvidas na criação de um novo negócio, sendo uma ferramenta importante na abertura de qualquer empreendimento.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

GESTÃO DA QUALIDADE NO CONTROLE DE TRÁFEGO AEREO

Douglas Maycon De Araujo Vitor

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Josué Vitor De Medeiros Junior

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O Trabalho que está sendo realizado, tem o intuito de fazer uma análise de como uma torre de controle um aeroporto pode ter um sistema de Gestão da Qualidade, com a finalidade de fazer a utilização de maneira fácil e ágil e com isso fazer com que todos os envolvidos tenham a possibilidade de sentir uma melhora em seus próprios meios de trabalho. Este é um trabalho de caráter científico, tendo como base documentos e pesquisa feita com os próprios operadores, na pesquisa foi questionado entre 8 processos, instrução, RELPREV, suporte administrativo, supervisão operacional, gestão da qualidade, inspeção de saúde, biblioteca da torre. E eles tiveram a possibilidade de escolher entre as mais importantes. **(METODOLOGIA)** Estar-se usando métodos de pesquisa realizada com os próprios operadores, e pesquisas feitas em regulamentação que são regulamentos que já estão em vigor e que ajudam, sendo realizada em um torre de controle de um aeroporto. Para a base científica, optou-se por utilizar a Espinha de Peixe de ISHIKAWA, onde pode-se observar que ao se levantar causas e efeito no âmbito de Instrução, que divide-se em 3 tipos: regulamentos, estágio e reciclagem, pois depois de uma pesquisa realizada, o que mais preocupa os operadores é a parte de instrução que engloba desde regulamentos que estão em vigor e que tem por vezes mudanças em sua estrutura até processos de reciclagem, onde é possível analisar situações que não acontecem corriqueiramente, porém que precisam ser vistos pois estão previstos acontecerem no dia-dia.

(RESULTADOS) Dos 21 operadores da torre de controle do Aeroporto Internacional Augusto Severo, 17 foram diretamente entrevistados, 12 enfatizaram que a instrução está entre os 3 principais processos que fazem parte da operação. E sobre isso, foi feito um escopo de causas e efeitos e descobriu-se que dos 3 tipos de processos de uma instrução, estágio, reciclagem e regulamentação, apenas a instrução de estágio é feita conforme prevista, ela é a única que existe regulamentado no local, ou seja, cada localidade tem que ter pois com a chegada de novos operadores, eles tem que passar por um fase de estágio, e isso é o que ocorre em todas os locais de tráfego aéreo.

(CONCLUSÃO) Todas os processos são de grande importância, pois locais de controle de tráfego aéreo, são de grande versatilidade, porém, alguns tem mais importância no dia-dia dos controladores, e com o apoio deles foi feito o processo mais importante para a conclusão deste trabalho. a conclusão principal é a de que existe a necessidade deste tipo de reformulação, pois existe a necessidade de montar uma reciclagem que ajudará e muito a situações que não acontecem corriqueiramente e com isso o melhorias de procedimentos já existentes. A instrução de regulamentos é de importância para mudanças que existam em regulamentação e que sejam de interesse da operação.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

LIDERANÇA – ESTUDO DE CASO NA PISCINA & CONSTRUÇÃO

Anna Clara De Aguiar Garcia

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O líder deve prevalecer em todas as ocasiões, incentivando, apoiando, exercendo a própria ação de agente condutor das mudanças, levando sua equipe para o sucesso e possibilitando o crescimento dos talentos. Deve ainda buscar conhecer cada dia mais a sua equipe, ficando atento as suas expectativas de crescimento e suas necessidades. Um dos fatores do sucesso é o próprio exemplo e incentivo que o líder dará a sua equipe. No caso da Piscina e Construção, o proprietário como líder possui estratégias eficientes em relação ao mercado, prova disso é o seu crescimento atual, mas, infelizmente possui estratégias inadequadas, muitas vezes falha, na liderança de seus subordinados. O presente estudo tem como principais objetivos estudar o perfil e o comportamento do proprietário da Piscina & Construção em relação a seus subordinados, buscando a auto-avaliação do líder, avaliar o processo de liderança da empresa segundo seus subordinados, identificar pontos em comum e discrepâncias entre as visões do líder e do seu grupo, propondo soluções para aprimorar as relações entre líder e equipe. Justifica-se o presente estudo, em função da necessidade de se obter líderes cada vez mais capacitados no mercado, tornando-se uma nova fonte de conhecimento para aprimoramento de liderança que vem atuando com seus colaboradores. Em especial a empresa Piscina & Construção, matriz na Prudente de Moraes.

(METODOLOGIA) No que se refere ao tipo de pesquisa, foi realizado um estudo do tipo exploratório e descritivo. Foi aplicado questionário estruturado entre os funcionários da Piscina & Construção e o proprietário. O universo da pesquisa totalizou 09 funcionários da qual foi calculada amostra com uma estimativa de erro de 2% a 10% de confiabilidade, totalizando 10 questionários a serem aplicados junto aos funcionários e o proprietário da Piscina & Construção.

(RESULTADOS) Quando questionados sobre sua realização de ir trabalhar e seu relacionamento pessoal com os demais 10% afirmam que gostam e que possuem ótimo relacionamento e outros 10% afirmam que não gostam e que não possuem um bom relacionamento com os demais. No que diz respeito ao perfil de liderança do líder para com os colaboradores 100% dos funcionários que responderam, afirmam que o mesmo não atendem as expectativas e necessidades necessárias. E 100% dos colaboradores, afirmam possuir desvio de função e sentem-se desgastados por isso.

(CONCLUSÃO) Com base no exposto, conclui-se que nem todos os colaboradores encontram-se satisfeitos com o trabalho e um dos fatores de maior importância é o desvio de função que ocorre dentro da empresa e a postura do líder. Observa-se, portanto, que há uma necessidade de aprimoramento numa auto-avaliação do líder e no perfil de liderança do proprietário da empresa em relação aos seus colaboradores, buscando sempre a motivação e a melhora dos mesmos.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

MENSURAÇÃO DO NÍVEL DA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA: UM ESTUDO COM ALUNOS DE 3º GRAU

Waustir Lucas Da Silva

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ana Maria Da Silva Souza

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) As questões ambientais vêm sendo discutidas em todas as esferas da sociedade, pois os efeitos da deterioração dos recursos naturais já são sentidos no país e no planeta. Neste contexto, as instituições de ensino superior têm um papel crucial na educação, investigação, formação de políticas e troca de informações necessárias, de forma que respondam a este desafio urgente. Diante dessa situação, esse trabalho tem como objetivo mensurar o nível de consciência ecológica dos alunos da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

(METODOLOGIA) Para mensuração da consciência ecológica foi utilizado um modelo, adaptado por Lages e Vargas Neto em 2002 da escala desenvolvida por Robert D. Straughan e James A. Roberts (1999). Lages e Vargas Neto agrupou as 26 variáveis em 6 dimensões. As seis dimensões foram nomeadas como: produto, reciclagem e reutilização, alimentação e saúde, hábitos domésticos, ação de mudança e consumo de energia. Contudo, através dessas dimensões esse trabalho tem a relevância de identificar os perfis e os hábitos ecológicos. A tipologia utilizada, neste estudo, assume a condição descritiva. O universo ou população escolhido para o desenvolvimento do estudo foi a FARN. A amostra definida, para realização da pesquisa, foi do tipo estratificada por cursos, com 95% de confiança e 5% de erro, composta por 325 sujeitos. Para a coleta de dados foi utilizado um instrumento denominado questionário estruturado, composto por duas seções: a primeira relativa às questões relacionadas à mensuração da consciência ecológica e a segunda composta pelas variáveis sócio-demográficas.

(RESULTADOS) No que se refere ao perfil dos entrevistados, 52% são do sexo feminino, quanto ao estado civil dos entrevistados, mais de 70% afirmaram serem solteiros e tem idade igual ou inferior a 25 anos (59,75%). Quanto à consciência ecológica referente ao produto, podemos extrair que a preocupação em punir as empresas que prejudicam o meio ambiente, não é tão praticada entre os entrevistados. Mas, quando o assunto é em relação à compra de produtos que custam menos, mas que de alguma forma é prejudicial ao meio ambiente, a maioria dos entrevistados afirmam que preferem não comprar esse produto. A reutilização e reciclagem foram abordadas na pesquisa com intuito de saber se essas práticas são adotadas pelos pesquisados, a variável que teve o maior percentual no que se refere à reutilização foi: "utilizar o verso da folha de papel", onde apenas 5% afirmaram não praticar essa ação. Em relação aos hábitos domésticos, foi observado que a maioria das pessoas evita deixar lâmpadas acesas em locais desocupados. Quando o assunto foi "uso eletrodomésticos fora do horário de pico", os entrevistados, na sua maioria (36%), ficaram neutros sobre o assunto, nem concordando nem discordando. Na dimensão ação e mudança, os entrevistados são conscientes que não é só o governo que tem condições de garantir o equilíbrio da sociedade e direcionar questões como eliminação da pobreza e proteção ao meio ambiente. Quanto ao consumo de energia, a maioria afirmou que compra lâmpadas mais caras, mas que economizam energia elétrica.

(CONCLUSÃO) Com base nos dados apresentados nos resultados, observamos que os entrevistados apresentam graus distintos entre as dimensões, ou seja, têm variáveis que os entrevistados apresentam uma consciência ecológica satisfatória, porém há outras nas quais o nível de consciência sobre o assunto não é satisfatório. Assim, para que a consciência ecológica fosse significativa em todas as dimensões, deveria haver maiores informações sobre o assunto de forma a proporcionar mudanças de atitudes diante dos problemas ambientais.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

MERCHANDISING E VISUAL MERCHANDISING: O CASO DA LOJA RIACHUELO DO SHOPPING MIDWAY MALL

Marcela Costa De Garcia Maia

Maria Clara Pignataro Soares

Gabriela Carvalho Raimundi

Elaine Dantas Leal

Discentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Franklin Marcolino De Souza

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O conceito mais difundido e aceito no nosso meio define Merchandising como técnicas, ações ou qualquer material promocional utilizado em pontos-de-venda, que informam o consumidor e dão mais visibilidade a produtos, marcas ou serviços, influenciando na decisão de compra. O objetivo do trabalho foi de fazer uma análise sobre as ações de merchandising executadas pela Loja Riachuelo do shopping Midway Mall, onde foi possível identificar a influência que esta ferramenta possui sobre o mercado e sobre o consumidor, ficando clara a importância de sua aplicação nos diversos tipos de varejo.

(METODOLOGIA) A pesquisa apresenta, quanto aos objetivos a que se propõe, o método exploratório, pois busca uma melhor familiaridade com o tema, além de uma análise bibliográfica das abordagens inerentes ao conjunto de conceitos interligados aos aspectos produtivos. Este suporte bibliográfico está sustentado em livros. Também foi realizada uma entrevista com o responsável pelo setor de merchandising da empresa.

(RESULTADOS) Através da análise realizada, pode-se observar que a Riachuelo possui um departamento de marketing que trabalha com muito afinco em prol de montar as lojas, organizar os produtos, distribuir seus materiais, pondo em destaque sempre os produtos certos para o público alvo indicado. As informações a respeito das campanhas vêm da matriz e o visual merchandiser deve montar a loja de acordo com o que a proposta pede, isso inclui o aroma, a iluminação, a disposição de peças, a arrumação das vitrines e a distribuição dos materiais promocionais. O calendário é sempre levado em conta pela loja, porque eles investem muito em datas comemorativas, como o Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças, inclusive, neste último, foram realizadas várias ações interessantes, como o aroma de loja que foi alterado para chiclete, foi criado um espaço da criança destinado a distribuição de brindes, teve presença de palhaços etc. Como possui marcas próprias e bons parceiros, a Riachuelo sempre tem seu mix de produtos atualizado, conseguindo oferecer o que há de melhor no mercado para os seus clientes, e utiliza muito bem o merchandising como aliado nestas atividades. Outra ação muito bem realizada pela loja são as parcerias, como as existentes com o canal de desenhos à cabo Cartoon Network para a comercialização de peças de vestuário infantis com seus personagens, e com a Paramount para a comercialização de personagens da Disney, além de possuir marcas próprias segmentadas, como a Anne Kanner para cama, mesa e banho e vestuário.

(CONCLUSÃO) De acordo com os resultados obtidos na pesquisa, pode-se concluir que a Riachuelo consegue liderar o mercado de forma responsável, ética e leal aos seus princípios. Ficou claro que o gestor é um profissional bem preparado, munido de conhecimentos técnicos, o que o auxilia no comando da empresa, o cuidado em relação à formação da equipe é um dos pontos principais na sua gestão, assim como, sua visão em relação às tendências do mercado. Consideramos, ainda, que a loja deveria contar com profissionais que auxiliassem mais os clientes no momento de suas compras; que as placas que sinalizam os valores das peças que se encontram em promoção fossem colocadas de forma mais visível para que os clientes pudessem identificá-las mais facilmente.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

NOVOS INVESTIDORES, TALENTO E CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE DO MERCADO DE CAPITAIS SOB A ÓTICA UNIVERSITÁRIA

Mara Virgínia Fagundes De Brito

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem por finalidade analisar a importância dos investimentos dos universitários na composição da carteira de investimentos. Partindo-se da realidade de que quanto mais desenvolvida é uma economia, mais ativo é o seu mercado de capitais, o que se traduz em mais oportunidades para as pessoas, empresas e instituições aplicarem suas poupanças. Ao abrir seu capital, uma empresa encontra uma fonte de captação de recursos financeiros permanentes. A plena abertura de capital acontece quando a empresa lança suas ações ao público, ou seja, emite ações e as negocia nas bolsas de valores. Milhares de novos investidores chegam, mensalmente, ao mercado acionário, sendo a maioria jovem, que usam o Home Broker, o sistema de negociação para pequenos aplicadores feito pela internet, ou entram em clubes de investimentos, que permitem começar aos pouquinhos a formar uma carteira para o futuro. O conhecimento de alguns conceitos básicos do mercado financeiro promoveu uma melhor visualização, minimizando na mesma proporção, o medo e a insegurança existentes para os iniciantes nesse novo mercado. **(METODOLOGIA)** O problema abordado é uma análise do mercado de capitais sob a ótica de estudantes universitários. A escolha do tema foi baseada pelo fato de ser atual e totalmente inter-relacionado ao ambiente de estudo em administração. Trata-se da importância do investidor financeiro conhecer sobre o mercado de ações, compreenderem também o princípio financeiro da proporcionalidade entre o risco e retorno, bem como suas alternativas de rentabilidade. A coleta de dados se deu através de entrevistas, utilizando como instrumento questionário estruturado com questões fechadas, aplicado com os alunos do quarto ano do curso de Administração nas instituições de ensino superior de Natal (FARN, UNP e UFRN). **(RESULTADOS)** O presente trabalho está voltado especificamente à análise do mercado de capitais sob a ótica de pequenos investidores, no caso estudantes universitários em Natal/RN e tem como objetivo de identificar, por meio de estudos e aplicações, das teorias estudadas, a importância do investidor financeiro conhecer sobre o mercado de ações, compreender também o princípio financeiro da proporcionalidade entre o risco e retorno, bem como suas alternativas de rentabilidade.

(CONCLUSÕES) Uma vez que o número de jovens investidores vem em constante crescimento, espera-se que os mesmos possam adquirir conhecimento para que os seus recursos disponíveis possam proporcioná-los bons rendimentos financeiros. Porém, essa realidade de investir é relativamente recente a nível Brasil, devido à cultura da população, que não está condicionada a tal ousadia aliada à falta de conhecimento por parte dos “futuros investidores em potencial”. No momento atual este tema é discussão obrigatória nos debates acadêmicos e uma boa análise deste setor e a melhor escolha com vistas a projeções de futuro pode ser o grande diferencial para o profissional em fase de crescimento.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

O IMPACTO DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO NA SATISFAÇÃO DOS CLIENTES DA AGÊNCIA CENTRO DO BANCO SANTANDER NA CIDADE DO NATAL

Mabilene Rodrigues Da Costa

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Jannes De Freitas Valente

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Em função do grande crescimento do mercado financeiro e de sua concorrência, as instituições financeiras buscam satisfazer cada vez mais seus clientes. Percebe-se que a geração de satisfação nos clientes se revela como um constante desafio enfrentado pelo Banco Santander. Investimentos altos são feitos para aprimorar cada vez mais a qualidade no serviço prestado. Com o objetivo de entender qual a percepção dos clientes quanto à qualidade no atendimento prestado na agência Centro no banco Santander na cidade de Natal, este estudo poderá proporcionar benefícios para a sociedade em que o Santander atua fazendo com que as pessoas conheçam, comparem, entendam os serviços oferecidos pela empresa e opinem sobre o assunto estudado. Contribuições teóricas também enriquecerão o conhecimento acadêmico e através da sua atualização de dados, deixando os interessados mais coesos com o mercado atual.

(METODOLOGIA) Para estudar o nível de atendimento da organização, foi realizada uma pesquisa de opinião do tipo exploratória descritiva com estudo de caso, procurando identificar as atitudes e preferências dos clientes com relação ao tema estudado. O universo é composto de 2.500 clientes da carteira clássica do banco Santander na agência Natal. Os dados foram coletados através de um questionário com perguntas fechadas do tipo estruturadas, aplicado a 189 clientes no segmento clássico com renda de R\$ 0,00 a R\$ 1.999,99, do banco Santander na agência da cidade de Natal. Foi utilizado nessa pesquisa o método de análise quantitativa, por meio de um conjunto de procedimentos apoiados em tabelas de frequência e gráficos ilustrativos. Os recursos utilizados para o registro e armazenamento serão o Microsoft Excel e Microsoft Word. Também serão realizadas análises percentuais dos resultados apresentados pela pesquisa.

(RESULTADOS) Através dos dados coletados os clientes do Santander se revelam com um sentimento positivo em relação ao atendimento oferecido pelo banco. Porém, ao serem questionados se recomendariam os serviços do banco Santander para outras pessoas os clientes se mostraram indecisos. Ficou notório que o atendimento do banco se caracteriza por um auxílio com eficiência e rapidez. Os resultados da pesquisa apontam que a maior força do banco são seus funcionários e a maior fraqueza são as filas. Os dados coletados revelam que os clientes do banco acham os serviços e o atendimento não se diferenciam dos oferecidos pelos seus concorrentes. O perfil dos consumidores do Banco Santander ficou bem equilibrado entre o público do sexo e masculino, com renda de dois a quatro salários mínimos. Esse público se caracteriza por serem correntistas a menos de 3 anos, realizando transações bancárias toda semana.

(CONCLUSÃO) A pesquisa realizada pode esclarecer importantes aspectos da qualidade do atendimento oferecido pelo banco. Quanto ao grau de satisfação dos clientes em relação ao atendimento ficou notório que a empresa obtém um resultado significativo junto a seus correntistas, visto que, seus clientes se sentem satisfeitos com o atendimento oferecido pelo banco. As principais manifestações de reclamações oriundas dos clientes do banco se direcionam para os terminais de auto-atendimento, uma vez que estes não obtiveram uma avaliação positiva. Com relação a sua eficácia, o serviço de atendimento por telefone e as tarifas dos serviços bancários oferecidos pelo Santander aos seus correntistas não pôde ser considerado satisfatório. No que diz respeito à análise do ambiente interno e externo da empresa o banco Santander deve investir no seu maior ponto fraco que são as filas. Por outro lado, a empresa deve cada vez mais valorizar e incentivar seus funcionários, pois, são eles sua maior força. Utilizando essas ferramentas o banco Santander poderá obter a satisfação de seus clientes, um diferencial competitivo e o sucesso desejado.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

O IMPACTO DA QUALIDADE NO ATENDIMENTO NA SATISFAÇÃO DOS CONSUMIDORES DA LOJA RIO CENTER MATRIZ

Adrielle Gomes Pinheiro

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Jannes De Freitas Valente

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Em razão do mercado no ramo de comércio varejista se expandir cada vez mais, é gerada uma concorrência acirrada entre as organizações. Com isso, a inclusão de estratégias de atendimento cada vez mais eficientes e eficazes em uma empresa, ajuda a obter um bom relacionamento entre funcionário e cliente, além de maximizar as vendas e o lucro da organização. Tendo como objetivo o estudo da qualidade no atendimento aos clientes, a presente pesquisa analisa a percepção dos clientes quanto à qualidade no atendimento prestado pela Rio Center. A importância desse estudo para a organização é que esta será beneficiada com um diagnóstico dos dados, assim como com importantes informações sobre ferramentas de atendimento de qualidade aplicadas na empresa. Dessa forma, este estudo contribuirá para uma melhoria significativa no clima organizacional, cultura, gerenciamento de informações, englobando todo o serviço de atendimento prestado pela organização.

(METODOLOGIA) O método adotado para a pesquisa empregou pesquisa de natureza exploratória, descritiva e estudo de caso. O processo de coleta de dados foi realizado no mês de Julho de 2008, mediante a utilização de um questionário estruturado com 20 perguntas fechadas direcionadas a uma amostra composta por 250 clientes da Rio Center.

(RESULTADOS) A pesquisa possibilitou a identificação dos aspectos que são considerados satisfatórios e insatisfatórios para os clientes da Rio Center, no que concerne à qualidade no atendimento e dos serviços prestados pela referida loja. Quanto ao grau de satisfação dos clientes da loja Rio Center em relação ao atendimento foi visto que sua percepção do atendimento oferecido na empresa revela-se positiva. Quanto às principais fontes de reclamações dos clientes da loja é evidenciada uma freqüente insatisfação em relação aos terminais de pagamento na empresa. Quanto aos preços praticados pela loja foi denotado que os clientes estão divididos. Convém ressaltar que com freqüência os funcionários se mostram despreparados para oferecer as informações necessárias quando vendem os produtos da loja. Quanto à análise do ambiente interno e externo da empresa é visto que a maior força da Rio Center são seus produtos e a sua maior fraqueza são suas estratégias de preço. Destaca-se que a loja apresentou uma vantagem positiva em relação aos seus concorrentes com as marcas e os produtos utilizados na empresa, sendo bem vista pelos clientes quanto à atualização a novas tendências da moda. Entretanto, nota-se que o atendimento da loja pouco se destaca do atendimento oferecido pelos seus concorrentes. Quanto ao perfil dos consumidores denota-se que o maior público é de clientes do sexo feminino e que os mesmos estabelecem um vínculo de consumo duradouro com a loja. E em relação à renda mensal dos clientes variam entre 2 a 10 salários.

(CONCLUSÕES) A pesquisa desenvolvida proporcionou um aprendizado contínuo, no qual se pode constatar a importância da qualidade no atendimento dentro do contexto empresarial. Os resultados da pesquisa mostraram que a empresa em estudo deve explorar a qualidade dos produtos e sua sintonia com a moda, pois esses representam suas maiores forças. Com relação ao atendimento, foi revelado que apesar da empresa conseguir promover atendimento satisfatório, ainda há uma forte necessidade de aprimoramentos e aperfeiçoamentos. Desta forma, sugere-se à empresa, a inclusão de estratégias de atendimento com qualidade, através de um investimento nos colaboradores, e dessa forma melhorar seu desempenho empresarial, aumentando os níveis de competitividade e culminando num aumento das vendas e dos lucros da empresa, além de gerar satisfação aos clientes, com o intuito de fidelizá-los.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

O LUXO DO LIXO: UM ESTUDO DE CONVERSIBILIDADE DOS DEJETOS ORGÂNICOS EM RECURSOS ECONÔMICO-FINANCEIROS – UMA POTENCIALIDADE ECONÔMICA PARA O RIO GRANDE DO NORTE

Maria Clara Azevedo De Araújo

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Para contribuir com o desenvolvimento econômico-financeiro do Estado do Rio Grande do Norte se tem como objetivo identificar o valor do lixo orgânico, apresentando e analisando as empresas coletoras do lixo orgânico, a quantidade de lixo gerada no período de um ano da população da grande Natal, identificando o preço da tonelada deste lixo, propondo ações públicas de gestão em relação à economia ambiental, descrevendo o valor econômico-financeiro do lixo reaproveitado. Com o propósito de contribuir à sociedade, amenizando os problemas causados pela má gestão desses dejetos, reduzindo as doenças, melhorando a qualidade de vida da população, contribuindo também, na ampliação do acervo de conhecimento da Instituição de Ensino agregando valor ao curso de Graduação em Administração e proporcionando realização pessoal e aperfeiçoamento profissional do autor é que se faz necessário estudo nessa área.

(METODOLOGIA) A metodologia adotada para a consecução deste estudo tem por objetivo delimitar o cenário em que esse caso está inserido. Assim sendo, quanto à natureza, o estudo foi conduzido por um resumo de assunto, abordando referências sobre o tema; quanto aos objetivos foi baseado no estudo de pesquisas descritiva, documental e observação direta no Aterro Sanitário da Braseco S.A. em vista da necessidade do aprofundamento da análise dos dados; quanto aos procedimentos, foram realizados estudos bibliográficos e documentais sobre o tema, onde foram utilizados documentos cedidos pela URBANA e pelo IDEMA; por fim, no que diz respeito à execução, foi realizada entrevista com o Gerente de Planejamento, Controle e Fiscalização da URBANA gravada em fita cassete.

(RESULTADOS) Sabe-se que atualmente existem três empresas responsáveis pela coleta do lixo domiciliar no RN que são a Marquise, a Líder e a URBANA, tendo a Braseco S.A como responsável pelo tratamento final do lixo domiciliar na Região Metropolitana de Natal; Sabe-se também, que o aumento na produção do lixo nos últimos 30 anos nessa região foi de 2.588%, podendo ser explicado pela industrialização e pelo aumento populacional; e que o reaproveitamento do lixo orgânico pode ser feito de três formas: combustível, energia e adubo. Espera-se que com estudos aprofundados sobre o reaproveitamento do lixo orgânico, tomemos conhecimento do valor econômico-financeiro gerado por esses dejetos.

(CONCLUSÕES) Espera-se que as organizações e a sociedade, de uma forma geral, vislumbrem a relevância do estudo deste tema como ferramenta fundamental para desenvolvimento econômico-financeiro do Estado, bem como uma forma de melhorar a qualidade de vida da população. Se realizado uma Gestão Competente e colocado em prática o reaproveitamento adequado dos dejetos orgânicos, diminuirá significativamente a problemática do lixo e aumentará a geração de renda para o Estado.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

O ORÇAMENTO EMPRESARIAL COMO MODELO DE UMA ANÁLISE FINANCEIRA DOMÉSTICA, O ESTUDO DE CASO DE LETÍCIA MARIA

Hipólita Maria Pereira Menezes

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Estudos recentes demonstram a mensuração dos custos dos filhos de casais de classe média nos principais centros urbanos do Brasil. Estudar este montante sob a ótica do orçamento empresarial é o propósito desta pesquisa que visa personalizar os montantes aplicados a uma realidade local e ainda considerar os hábitos regionalizados em relação aos níveis de consumo. O orçamento global é à base do estudo e os demais orçamentos foram construídos com base nos pressupostos teóricos e ainda com base em níveis de consumo. Esta reflexão não objetiva a retração em níveis de natalidade e sim como o propósito do orçamento em construir um elemento norteador de custos que os pais estejam preparados para este fim.

(METODOLOGIA) Com relação aos fins, a presente pesquisa é do tipo exploratória, pois objetiva entender determinado problema que reflete em todas as famílias, principalmente de classe média. A análise foi através de uma abordagem quantitativa e qualitativa. A construção da pesquisa se dividiu em 4 fases por idade, sendo do 0 aos 4 anos, de 5 aos 10 anos, de 11 aos 16 anos e dos 17 aos 22 anos. Data que foi estipulada como sendo o fim dos dispêndios em função da formatura. Os custos foram mensurados desde a concepção da criança até o baile de formatura. A proposta metodológica foi construída com base em padrões locais e de níveis de classe social B, segundo padrões do IBGE.

(RESULTADOS) Os resultados foram analisados em função dos grupos de idades definidos por procedimento metodológico. Todos os dispêndios foram considerados e tudo foi objeto de gasto particular, desde o plano de saúde até custos com medicamentos, e enxovais. Letícia efetivará gastos dentro dos padrões de consumo balizados em escolas particulares, plano de saúde particular, esportes, gastos com vestuário, festas infantis, dentre outros. Na segunda fase destaca-se uma festa de aniversário de 10 anos e já os custos com escolas de idiomas. Na terceira fase os gastos com adolescência são significativos e além da festa de 15 anos, já iniciam gastos comuns a esta fase como por exemplo de participação em shows e do carnaval. Na última fase foram contabilizados dispêndios com cursos pré-vestibular e ainda de faculdade particular considerou-se as instituições da rede de ensino como base de toda a formação educacional.

(CONCLUSÃO) Em tempos globais e atuais, ter filhos corresponde a um elevado nível de comprometimento social e financeiro. A pesquisa apresenta dados que tornam pais de classe média quase milionários em tratando-se de custos dos filhos. O Orçamento Global de Letícia Maria foi orçado em R\$ 782.000,00, o que representa um elevado nível. Considerando dados regionais e perfis de consumo personalizado. A pesquisa fez uma análise comparativa em relação aos custos de se evitar filhos que vão desde a uma cirurgia feminina de laqueadura de trompas a uma cirurgia vasectomia masculina, ou ainda a um tratamento anti-conceptivo de prevenção de filhos de foram orçados entre R\$ 5.000,00 e R\$ 400,00 e tem ainda o custo de uma camisinha a R\$ 1,00. Obviamente ter filhos é muito mais que a elaboração de um orçamento. É muito mais que todas as quantificações definidas em qualquer projeto orçamentário. A felicidade em perpetuar-se e ainda a alegria gerada por estes não tem preço. A reflexão final desta pesquisa é que estes rebentos devam ser gerados em função de uma estrutura de planejamento a fim de evitar-se problemas financeiros comuns às famílias, assim certamente mesmo milionários em função dos recursos aplicados, os pais são ricos de felicidade.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS USUÁRIOS DE UM RESTAURANTE MILITAR EM NATAL/RN

Naiara J.D.H. Barcelos

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Alídia Ribeiro

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A degradação do meio ambiente está vinculada às atividades econômicas praticadas no planeta, e para conter esse problema são necessárias mudanças no atual modelo de desenvolvimento econômico capitalista, considerado predatório, visto que normalmente está fundamentado nas teorias de sustentabilidade fraca. O conceito de desenvolvimento sustentável forte tem como fundamento elaborar sistemas de utilização mais racional dos recursos naturais, que preservem o equilíbrio ecológico, reduzindo os danos ao meio ambiente. Sendo assim, verifica-se no mundo inteiro uma preocupação generalizada com as questões ambientais, pois a população já percebe as mudanças climáticas no dia-a-dia, como o aumento de temperatura e das marés. E é preciso mudar essa situação, para que as próximas gerações não sofram com a falta dos recursos naturais, sejam eles renováveis ou não. Para melhorar e quem sabe mudar essa situação, devemos incentivar atitudes ambientalmente corretas que beneficiem o planeta, como reciclar, economizar água, entre outros. Nesse sentido, pesquisar acerca da sensibilidade das pessoas frente às questões ambientais é fundamental para que ações em gestão ambiental sejam bem sucedidas. O objetivo desta pesquisa é verificar o nível de conscientização dos usuários de um restaurante militar localizado em Natal/RN, para que ações de gestão ambiental eficazes possam ser orientadas dentro desse sistema.

(METODOLOGIA) Foi realizada uma pesquisa amostral através da aplicação de 64 questionários semi-estruturados junto a uma população de militares que almoçam diariamente num restaurante (rancho) militar de um quartel localizado na cidade de Natal/RN, entre agosto e setembro de 2008.

(RESULTADOS) Após a tabulação dos dados obtidos, verificou-se que a maioria dos entrevistados possuía entre 16 e 25 anos de idade, ensino médio, e do sexo masculino. Quando questionados, a maioria alegou conhecer os conceitos “Gestão Ambiental”, “Resíduos Alimentares”, embora menos da metade tenha declarado saber que nesta unidade militar várias ações de Gestão Ambiental são praticadas no restaurante. Também foi analisado que a maioria dos entrevistados não pratica nenhum tipo de Gestão Ambiental em casa, embora a maioria tenha conhecimento de ações de reciclagem, como a fabricação de sabão a partir do óleo de cozinha usado, por exemplo. Observou-se também que os entrevistados expressaram interesse em aprender mais sobre meio ambiente e Gestão Ambiental.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que existe interesse entre os militares desta unidade do Exército pelas questões ambientais, e que esse potencial pode ser aproveitado pelos gestores, para que os usuários possam se tornar multiplicadores de noções sobre as questões e ações ambientais, e assim contribuir para uma melhora na qualidade de vida de suas famílias e comunidades no qual estão inseridos.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

PERFIL DAS OUVIDORIAS VINCULADAS AO GOVERNO DO ESTADO DO RN

Themis Machado Cavalcanti Pacheco

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) De acordo com um levantamento inicial, foi constatado que existem 10 ouvidorias vinculadas ao governo do estado do Rio Grande do Norte, um número ainda pequeno, porém que tende a crescer devido sua importância e os resultados positivos que estão sendo obtidos. A pesquisa tem o objetivo de conhecer cada uma destas ouvidorias, verificando suas dificuldades e suas melhorias para a população, como também os benefícios que elas trazem ao próprio órgão, porém ainda não se tem como definir o perfil dessas ouvidorias, que estão sendo estudadas. Ainda como um dos objetivos da pesquisa, ela pode servir como idéia nessas melhorias, uma vez que há interesse do órgão em divulgar e melhorar seus serviços.

(METODOLOGIA) A metodologia adotada para o presente estudo, é do tipo exploratória descritiva. A pesquisa está sendo elaborada através de entrevistas estruturadas, que segue roteiro de perguntas pré-elaboradas igualmente para cada um dos ouvidores, que estão sendo feitas através de contatos pessoais para o melhor aproveitamento dos dados coletados. **(RESULTADOS)** Como principal característica, as ouvidorias pesquisadas tem em comum alguns resultados de satisfação obtidos após a sua criação, como a satisfação na maior interação entre o consumidor / cliente, e a empresa referente; Uma diminuição de reclamação em casos mais graves; Está havendo também uma redução na procura aos órgão de defesa do consumidor para resolver estes casos; Antes da existência das ouvidorias, alguns casos demoravam muito mais tempo para serem resolvidos e concluídos. Um dado de tamanha importância que foi coletado, é que a maior parte destas ouvidorias, foi criada há menos de 3 (três) anos, isso mostra que é um setor ainda em crescimento no estado. Como dado completamente atípico, verifica-se que há órgão que ainda não tem ouvidor.

(CONCLUSÃO) Pode-se concluir que os dados indicam uma necessidade de maior investimento nas ouvidorias existentes. Há também a necessidade de ampliação no número de ouvidorias vinculadas ao governo do estado, uma vez que é um setor que está trazendo resultados positivos para a população. Uma boa divulgação nos serviços oferecidos pelas ouvidorias é um fator que necessita de apoio do governo, fazendo com que o público possa procurá-las cada vez mais e exercendo assim suas funções.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

PLANO DE MARKETING DA EMPRESA KANTINA DO ENCANADOR

Marcela Alves De Medeiros

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Muitas empresas de pequeno porte fecham suas portas diariamente e de acordo com pesquisas feitas pelo Sebrae, mais ou menos metade dos novos empreendimentos abertos no Brasil não passam do primeiro ano e apenas 20% chegam ao quinto ano de vida. Desde a mudança de ramo da empresa, tornando-se especializada, a empresa vem se consolidando no mercado e seu crescimento evidente nos últimos anos com a expansão da loja na Zona Sul de Natal vem sendo evidenciada pela sua variedade e pelo bom atendimento, entretanto o empreendimento não possui um plano de marketing que permitirá definir estratégias para obtenção e manutenção dos clientes. Com o aumento da concorrência e o cliente cada vez mais exigente é de grande importância a elaboração e implantação de um plano de marketing, pois este servirá como peça fundamental para o crescimento e melhoramento da empresa, além de dar direcionamento as metas e objetivos. O objetivo deste trabalho é propor um plano de marketing para a loja filial

(METODOLOGIA) O trabalho contempla quanto aos objetivos que se propõe aspectos de pesquisa exploratória, pois adotou-se o estudo de caso em função da necessidade de conhecer de forma mais detalhada o processo de gestão do setor de marketing da empresa Kantina do Encanador e descritiva observando e analisando os fenômenos sem, entretanto, entrar no mérito do seu conteúdo. Além disso, utilizou-se a abordagem intervencionista porque o plano de marketing vai interferir no dia a dia do negócio.

(RESULTADOS) O plano de marketing será a ferramenta de gestão utilizada para planejar e definir metas a respeito do setor de marketing da empresa, tendo como base a situação atual da empresa em relação ao mercado, aos clientes e à concorrência. A zona sul da Natal onde será implantado o plano de marketing possui um público potencial em crescimento devido ao aumento de construções de condomínios, comércios, hotéis e pousadas, e, além disso, não existe ainda um concorrente direto. Com isso, a empresa espera um aumento significativo das suas vendas atendendo sua clientela cada vez mais exigente e os gestores terão uma visão a longo prazo.

(CONCLUSÕES) O plano de marketing tem fundamental importância para as empresas, pois serve como um direcionamento ou roteiro que deverá ser seguido por toda organização. Para que o plano se viabilize na prática é preciso que os setores e as pessoas responsáveis por sua implementação estejam devidamente orientado e supervisionado e que é de fundamental importância o acompanhamento, devido às mudanças ambientais freqüentes que podem torna o plano obsoleto. Com o plano de marketing a empresa vai conquistar mais cliente, aumentar suas vendas e ter um visão a longo prazo.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

"PRIMEIRA EXPORTAÇÃO": UM DESENVOLVIMENTO COMERCIAL EXPORTADOR DO RN

Otomar Lopes Cardoso Junior
Discente do Curso de DIREITO da FAL-FACULDADE DE NATAL
Elisangela Cabral De Meireles
Discente do Curso de COMERCIO EXTERIOR da CEFET-RN

Otomar Lopes Cardoso Junior
Docente da FAL - Faculdade De Natal
Elisangela Cabral De Meireles
Docente do CEFET-RN

(INTRODUÇÃO) Primeira Exportação é o projeto que já está sendo desenvolvido no Rio Grande do Norte tendo como objetivo fomentar o acesso das micro e pequenas empresas às exportações. Com atividades desenvolvidas desde 2007 e articulado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior–MDIC, o Projeto mobiliza um conjunto de organismos de apoio ao comércio exterior no RN, a exemplo do Sebrae, do Cefet e da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (integrantes, dentre outras organizações, da Central Fácil de Comércio Exterior, localizada no Sebrae). São 23 empresas de pequeno porte que estão participando ativamente deste Projeto que envolve as mais diversas atividades econômicas e setores produtivos do Estado: frutas frescas, castanha, doces, água de coco, cereais, biscoito, queijo, camarão, confecção, flores e elevador. No intuito de viabilizar as exportações as empresas contam, além do apoio dos órgãos e profissionais de comércio exterior, com o apoio de 20 alunos do curso de Tecnologia em Comércio Exterior do CEFET que estão desenvolvendo iniciativas nas empresas, desde o diagnóstico empresarial à efetiva comercialização dos produtos com mercados importadores, estando para isso em contato direto com os empresários e sob a supervisão do Comitê Gestor, integrado pelos parceiros do Projeto. O “Primeira Exportação” constitui-se em um trabalho longo por diversas razões: pela sua própria natureza, estruturado em etapas bem definidas; por acompanhar de perto pequenas empresas, iniciando-as na prospecção de mercados estrangeiros como forma de expansão dos negócios; por estar incentivando a inserção de novos profissionais no mercado; por estar ajudando a construir uma nova “mentalidade exportadora” que conduza a maiores resultados quali-quantitativos para as balanças comerciais do RN e do Brasil. Sem dúvida, as exportações brasileiras e do Rio Grande do Norte vêm crescendo ano a ano graças à abertura comercial e aqui, particularmente, ao impressionante fluxo de turistas e investimentos estrangeiros, mesmo frente às adversidades cambiais, causadas pela desvalorização do dólar norte-americano. Mas, por outro lado, não estamos observando o mesmo crescimento em se tratando do número de empresas, principalmente, pequenas e médias no cenário exportador. Precisamos crescer também nesse sentido! Empresas desses portes, em países como os Estados Unidos, Itália ou Alemanha, são exemplos de sucesso no comércio exterior. **(METODOLOGIA)** Optou-se, para a pesquisa, pelo tipo exploratório-descritivo concentrado em dados secundários quali-quantitativos obtidos em diversas referências. **(RESULTADOS)** Do resultado parcial já se pode destacar a avaliação do MDIC que, coordenando o mesmo projeto em outros estados, reconhece o excelente desempenho no Rio Grande do Norte. Esse satisfatório resultado pode ainda ser evidenciado pelas negociações que algumas empresas integrantes do Projeto já estão realizando com importadores de Cabo Verde, na África, advindas da missão comercial aquele país, no mês de maio passado. **(CONCLUSÃO)** O projeto “Primeira Exportação” no RN poderá ser justamente, esse propulsor, aproveitando-se da conjuntura atual. A próxima etapa do Projeto (que será a pesquisa de mercado) já nos mostrará, pelo perfil avaliado e acompanhado até o momento, um resultado esperado mais concreto em termos de realização de novos negócios e na inclusão de novas empresas norte-riograndenses no cenário internacional.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

PROMOEX - UM ESTUDO DE CASO NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO/RN

Maria Da Conceição Silva Do Amaral

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Karina De Oliveira Costa Bezerra

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O atual cenário sócio-econômico e cultural brasileiro, vem passando por transformações macro-institucionais que afetam o papel do estado, exigindo transformações nas organizações públicas em todas as esferas do poder. Neste contexto, torna-se imperativo a implantação de programas focados na ampliação e fortalecimento do controle externo, no âmbito dos Tribunais de Contas, para contribuir nas atribuições da organização possibilitando maior eficiência e transparência nas ações de controle dos recursos públicos. Dada à relevância da matéria e por ser um tema bastante atual, está pesquisa pretende contribuir para publicações acadêmicas voltadas para gestão e controle dos recursos públicos e ainda, desenvolver um pensamento crítico a respeito do tema que sirvam como base de discussão para os estudantes acadêmicos, futuros profissionais de Administração e a sociedade como um todo. Nesta perspectiva, inicia-se no TCE-RN, a implementação do Programa de Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (PROMOEX). Diante do exposto, pretende-se verificar: De que forma o PROMOEX pode contribuir com a otimização dos resultados e o fortalecimento do TCE no controle dos recursos públicos no Estado do Rio Grande do Norte?

(METODOLOGIA) O referido estudo consiste em uma pesquisa exploratória descritiva ou explicativa, para coleta de dados utilizou-se à técnica censitária, aonde todos os elementos do universo foram pesquisados, através de entrevista com o corpo gerencial do Promoex-TCE/RN, representado por 06 (seis) gestores que compõem a Unidade Executora Local-(UEL). Ainda, segundo os objetivos da análise, caracteriza-se em um estudo de caso. A abordagem para análise dos resultados foi qualitativa.

(RESULTADOS) Os dados analisados ressaltam que a proposta de implementação do programa Promoex surgiu após diagnóstico de pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo – FIA/USP em todas as Cortes de Contas do Brasil. Pôde-se observar também que a equipe de gestores do programa Promoex-TCE-RN está representada de forma adequada e apta para alavancar às ações propostas pelo programa. Percebe-se, ainda que no Tribunal de Contas do RGN; algumas ações oriundas dos recursos do Promoex já foram consolidadas entre elas a implementação da Ouvidoria, que significa grande avanço para o fortalecimento da cidadania, implantação do planejamento estratégico, criação de Auditoria Operacional no âmbito do TCE-RN, investimento em capacitação profissional para o corpo funcional do TCE-RN, possibilitando aos mesmos exercerem com maior eficiência e eficácia as atividades de controle externo, aquisição de equipamentos para melhor estrutura da organização e equipamentos de tecnologia com vistas à ampliação do uso efetivo das ações de tecnologia da informação, entre outras, que estão em andamento visando contribuir de forma efetiva na melhoria das ações do controle dos recursos públicos em benefício da sociedade.

(CONCLUSÃO) De acordo com o referente estudo, conclui-se que o Programa Promoex está promovendo significativas mudanças no ambiente interno da organização e desenvolvendo um processo de modernização que representará uma evolução no sistema de atuação no controle externo dos recursos públicos pelo Tribunal de Contas do RN. Os avanços previstos permitirão, não apenas o simples acompanhamento da regularidade das operações de receita e despesa, mais também a implantação e consolidação de um moderno conceito da função de fiscalização financeira e orçamentária. Calcado na análise de custos e benefícios atribuídos pelo programa Promoex, na busca efetiva por melhorias na gestão dos recursos públicos.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

PROPOSTA METODOLÓGICA DE MODELAGEM DOS PROCESSOS DO SEBRAE/RN

Bruno Gustavo De Medeiros Silva

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Josué Vitor De Medeiros Júnior

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho está sendo desenvolvido no SEBRAE/RN na necessidade de gerir seus processos internos, já que atualmente a organização tem problemas relacionados a falta de padronização e controle dos mesmos. Esse problema traz conseqüências comprometedoras aos resultados operacionais como atrasos, distorções nos fluxos e redundância em suas etapas. Diante disso, o trabalho objetiva propor uma metodologia de mapeamento e modelagem dos processos do SEBRAE/RN, para tanto, os seguintes objetivos específicos são propostos: pesquisas em fontes fidedignas a respeito de metodologias de modelagem de processos, para compreensão dos conceitos gerais; caracterizar a gestão por processos, seus objetivos e suas vantagens; identificar as técnicas para mapeamento e modelagem, utilizando-as nas ações de mapeamento e modelagem; pesquisar sobre notações para documentar processos e adquirir conhecimento dos formatos existentes utilizando-os na representação de fluxos; identificar softwares existentes no mercado para mapeamento e modelagem de processos; mostrar a importância da participação dos agentes no mapeamento e na modelagem; e escolher as melhores práticas na busca do atendimento as necessidades observadas na organização.

(METODOLOGIA) Esse trabalho busca através da pesquisa exploratória na bibliografia, na internet e nas demais fontes fidedignas, identificar conceitos sobre o referido tema. O estudo de caso está presente na abordagem intervencionista, onde será feita observação e descrição dos fenômenos existentes com base na situação atual. O universo a bibliografia existente e as demais fontes do assunto.

(RESULTADOS) Os resultados estão ligados diretamente a metodologia deste trabalho, ou seja, o que se pretende com os estudos é obter um formato metodológico, que combinando as técnicas e conceitos identificados nos objetivos específicos, possam integradamente chegar a um modelo adequado a realidade da organização. Identificar de forma eficiente e eficaz, os processos chave da organização, os processos de apoio, os sub-processos, através da técnica de cadeia de valor, atendo-se ao mapeamento e modelagem também das atividades e tarefas de nível operacional de acordo com as necessidades de detalhamento, através de reuniões participativas, notações adequadas e acessíveis, o uso de softwares para mapeamento e modelagem. Promover ainda um padrão bem definido e o direcionamento dos processos ao negócio da empresa.

(CONCLUSÃO) O SEBRAE/RN e a sociedade como um todo recebe um modelo que quando aplicado, proporcionará referência e benefícios como: agilidade, padronização, conhecimento organizacional, direcionamento de processos para o foco estratégico, além de reduzir custos. Deve-se enfatizar a necessidade de adaptação à diversidade de organizações e suas necessidades e realidades, principalmente onde os seus resultados se estiverem bem definidos, explícitos e apresentáveis, podem sim, se aliadas a tecnologia da informação, transformar a esfera da organização num modelo de eficácia e eficiência.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

QUALIDADE NO ATENDIMENTO: UM ESTUDO NO BANCO ITAÚ S/A

Gustavo Almeida Trigueiro

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Antônio De Lima Moreira

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) No mercado mundial percebe-se, cada vez mais, a busca das empresas por qualidade. Hoje a qualidade faz parte da maioria das organizações, independentemente do seu ramo de atividade ou atuação. A qualidade no atendimento é de fundamental importância para a sobrevivência de qualquer negócio, uma vez que, o mercado volta sua atenção ao cliente e a sua satisfação. Com uma colocação bastante destacada no mercado financeiro, o Banco Itaú S/A tem como forma de gerenciamento a qualidade total em seus produtos e serviços. A busca por padrões de excelência no atendimento de seus clientes constitui um dos seus principais objetivos. Os funcionários da empresa possuem uma visão de mercado bastante voltada para a qualidade. O presente estudo tem como principais objetivos: analisar se o cliente do Banco Itaú S/A, agência Prudente de Moraes, encontra-se satisfeito com a qualidade no atendimento por parte dos funcionários; identificar o perfil do cliente que faz uso dos produtos e serviços do banco; conhecer a opinião do cliente sobre diversos aspectos relacionados a qualidade no atendimento. Justifica-se, o presente estudo, em função da grande mudança que os serviços vêm atravessando no atual contexto econômico, tornando-se uma nova fonte de conhecimento relacionado ao atendimento que os bancos vêm dispensando a seus clientes. Em especial o banco Itaú agência Prudente de Moraes.

(METODOLOGIA) No que concerne à tipologia de pesquisa, foi realizado um estudo do tipo descritivo-exploratório, estudo de caso. Foi aplicado questionário estruturado com perguntas fechadas entre os clientes externos do banco Itaú S/A. O universo da pesquisa totalizou 5.280 clientes da qual foi calculada amostra com uma estimativa de erro de 7% e 95% de confiabilidade, totalizando um total de 197 questionários a serem aplicados junto aos correntistas do banco Itaú S/A. A análise dos resultados utilizou uma abordagem quantitativa, com o uso do Excel para elaboração dos gráficos.

(RESULTADOS) Quando questionados sobre o tempo de espera para serem atendidos pelo banco, 40% dos clientes responderam que levam em média de 6 à 10 minutos para serem atendidos, 27% no entanto responderam que levam em torno de 11 à 15 minutos para serem atendidos e os demais 33% variaram as respostas de 16 à 20 e 21 à 25 minutos. O nível de escolaridade apontou uma margem de 94% de clientes com curso superior incompleto. No que diz respeito à satisfação dos clientes após o atendimento 40% responderam que estão satisfeitos, 34% afirmaram que estão parcialmente satisfeitos, enquanto 26% totalmente satisfeitos. No que diz respeito a qualidade no atendimento dispensado por parte dos funcionários, 53% classificarão o atendimento como bom, 33% classificarão como sendo ótimo e 6% classificarão como sendo regular.

(CONCLUSÃO) Com base no exposto, conclui-se que o tempo de espera por atendimento no banco Itaú S/A agência Prudente de Moraes, é um dos fatores de maior importância dentre os entrevistados e está diretamente ligado aos níveis de satisfação explicitados pelos correntistas. Observa-se ainda que o estudo mostra o perfil dos clientes e o nível de conhecimento por parte dos correntistas acerca de diversos fatores relacionados a qualidade no atendimento. Evidencia-se que o banco Itaú S/A agência Prudente de Moraes preza pelo bom atendimento ao cliente e deve constantemente aprimorar as suas ações para que o atendimento venha sempre a melhorar.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL NO SETOR FINANCEIRO DA EMPRESAMULTIPACK EMBALAGENS DO NORDESTE LTDA

Heloiza Guimarães Torquato Fernandes

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Sandely Fernandes De Araújo

Catarina Da Silva Souza

Docentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) As organizações estão inseridas em um ambiente dinâmico e competitivo, sendo, muitas vezes, forçadas a acompanhar as evoluções e mudanças estruturais, para que não venham a ter desvantagem frente à concorrência. Com isso, os gestores precisam reavaliar a estrutura organizacional e promover ajustes, quando necessário, determinando os objetivos que se deseja alcançar, através da utilização de recursos. Todos os departamentos da organização devem estar bem estruturados para que o fluxo de informações e de processos ocorra com eficácia e eficiência, e no departamento financeiro, foco deste estudo, não é diferente, é necessário que haja essa estrutura adequada, o que não vem ocorrendo. A pesquisa objetivou investigar e apresentar quais ferramentas de reestruturação organizacional podem ser utilizadas para propiciar eficiência operacional nas atividades do setor financeiro da empresa estudada.

(METODOLOGIA) Diante do problema de pesquisa foram coletadas informações a respeito dos processos e das atividades desenvolvidas no setor financeiro da empresa pesquisada. Trata-se de uma pesquisa exploratória em forma de estudo de caso, sendo seu caráter qualitativo. Foram entrevistados dois profissionais, um responsável pelo departamento financeiro e outro pelo departamento de compras da empresa, aplicando-se um roteiro de entrevista. E por fim, foram observados os processos no setor financeiro, através de um roteiro de observação. Os dados coletados foram analisados com base na teoria estudada, confrontando o que os teóricos apresentam com o que a empresa pratica.

(RESULTADOS) Foi constatado que na empresa estudada há uma alta centralização por parte do diretor geral, o que dificulta a eficiência e a eficácia no setor financeiro. O fluxo de informações entre o setor financeiro, demais setores, clientes e fornecedores ocorre de maneira quase informal. Deveria ser criados formulários para transportar e armazenar as informações dos processos entre pessoas e unidades e deveria existir um sistema de informações que interligue os setores para que haja uma melhor comunicação, além de um sistema que processe as informações inseridas no computador para gerar relatórios para a análise financeira, pois apenas há relatórios feitos em planilhas do Excel. Outros problemas de comunicação com os clientes, é que a empresa não os remete datas para pagamentos de títulos e não há um processo de cobrança bem definido então deveria existir um fluxograma e manuais que ensinem ao funcionário como deve ser feito esse processo, remetendo aos clientes essas informações. Não há divisão de trabalho bem definida no setor, devido a isso deveria existir um organograma para demonstrá-la, então foi criado um organograma funcional da empresa de como ela está no momento e não há análise de distribuição de trabalho, com quadros que verifiquem fatores como qualidade, eficiência, eficácia e produtividade do trabalho. Nesse caso, deveria existir o quadro de distribuição simplificado.

(CONCLUSÃO) A estrutura das organizações deve estar de acordo com suas necessidades para que os processos ocorram de forma eficiente e dessa forma alcancem seus objetivos organizacionais. Quando as organizações não estão tendo esses resultados, elas precisam passar por um processo de reestruturação. A elaboração de um estudo sobre reestruturação organizacional tornou-se relevante para a empresa, principalmente porque, a partir do diagnóstico, ela pôde se conhecer mais profundamente e identificar as falhas que eram sentidas, contudo não eram descritas com facilidade, dada a complexidade do fluxo de processos e informações existentes no setor financeiro. Dessa forma, sabia-se que falhas existiam, e com o estudo realizado, a empresa poderá reestruturar os pontos mais problemáticos apontados pelo diagnóstico, facilitando o trabalho e os processos interna e externamente. Adotando as seguintes ferramentas: fluxogramas, organogramas, estudo de layout, departamentalização, quadro e distribuição do trabalho, sistemas de informação e manualização.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

SUCESSÃO ENTRE COMPANHEIROS

*Emanuele Cavalcante Pessoa
Larissa Nobre Cordeiro De Farias
Milenna Paiva Nicoletti
Pâmella Sarah De Carvalho Campos
Raquel Dantas Revorêdo
Sheyla Duarte Gomes Dos Santos*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Assis Rogério Maia Fernandes

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho visa a uma abordagem descritiva a respeito da atual polêmica sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da norma jurídica que disciplina a sucessão entre companheiros, qual seja, o art. 1.790, do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002). Observa-se que o dispositivo legal citado trata de maneira diferente a sucessão entre os companheiros, se comparada a sucessão entre cônjuges. Todavia, a regra sucessória inculpada no art. 1.790 do Código Civil contrapõe-se ao art. 226, §3º da Constituição Federal, que equipara a união estável entre homem e mulher à entidade familiar, tal qual a que decorre do casamento. Objetiva-se, outrossim, apresentar os mecanismos processuais para arguição da inconstitucionalidade da norma legal em comento, seja através do controle concentrado de constitucionalidade, com o ajuizamento de uma Ação Direta de Constitucionalidade (ADIn) perante o Supremo Tribunal Federal (STF), seja incidentalmente por meio do controle difuso de constitucionalidade, o qual pode ser exercido pelos diversos órgãos do Poder Judiciário.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa de nível exploratório e descritivo, de caráter teórico e eminentemente bibliográfico, na qual foram levantadas, junto à literatura especializada, a “sites” jurídicos na rede mundial de computadores e à base da legislação brasileira disponível no banco de dados da Presidência da República – em especial a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) e a Constituição Federal de 1988-, referências teóricas a respeito da polêmica em foco.

(RESULTADOS) Com base no art. 226, §3º da Constituição Federal, “é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”. Porém, o art. 1.790 do Código Civil discriminou os companheiros quando se trata de sucessão, pois, enquanto o cônjuge sobrevivente está classificado em terceiro lugar na linha de sucessão, o companheiro sobrevivente, de acordo com as regras estabelecidas pelo artigo citado, está em notável desvantagem. O Código Civil em vigor tratou de maneira diferente a união estável e o casamento. No tocante ao casamento, nenhum prejuízo sofreu o cônjuge que, inclusive, passou a ser herdeiro necessário. No tocante à união estável, o companheiro continua sendo herdeiro facultativo, podendo ser afastado da sucessão por simples testamento. Destarte, o companheiro não mais concorre sobre a totalidade da herança, como ocorria anteriormente, mas apenas quanto aos bens adquiridos onerosamente na constância da união estável. Por fim, o companheiro que anteriormente receberia a totalidade da herança se o falecido não deixasse descendentes nem ascendentes, passou a dividir a herança com os colaterais (1/3 para o companheiro e 2/3 para os colaterais). Em situações como essa, faz-se necessária a utilização dos mecanismos de controle de constitucionalidade da norma jurídica, o qual pode se dar tanto através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade com efeitos erga omnes, a ser ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal por qualquer dos legitimados ativos consagrados no art. 103 da Carta Magna, quanto através do controle difuso de constitucionalidade, exercido incidentalmente em cada caso concreto e com efeitos inter partes, pelos diversos magistrados do país.

(CONCLUSÃO) Vê-se, pois, que o art. 1.790 do Código Civil, diante das normas estabelecidas pelos artigos 1.829, 1.838 e 1.845, do mesmo diploma legal, os quais versam sobre a sucessão do cônjuge, malferiu diversas normas e princípios constitucionais, dentre os quais o princípio da isonomia. Embora oficialmente a inconstitucionalidade do dispositivo legal em análise ainda não tenha sido reconhecida em controle concentrado, a jurisprudência e a doutrina entendem que a união estável é reconhecida como casamento, além de ser uma prática culturalmente arraigada. Assim, conclui-se pela inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UM ESTUDO ANALÍTICO DA UTILIZAÇÃO DO GÁS NATURAL VEICULAR COMO ALTERNATIVA DE COMBUSTÍVEL VIÁVEL NO RIO GRANDE DO NORTE

Diego Maia De Araújo

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A partir da metade da década de 90 o gás natural foi inserido definitivamente no mercado, sendo usado inclusive para consumo veicular devido ao preço de venda atrativo. A partir de então o Brasil alterou o comportamento dos proprietários de automóveis, os quais, tiveram a possibilidade de avaliar a viabilidade em utilizar veículos movidos a álcool, gasolina ou em optar pela conversão do motor de seus carros ao gás natural veicular (GNV), oferecida nos postos desde 2002. Diante desta realidade o objetivo geral deste estudo é comprovar que a utilização do gás natural veicular, em veículos automotores de pequeno porte, permanece sendo uma alternativa viável para seus consumidores. Atrilados a estes, seus objetivos específicos são: a) Fazer análise histórica da utilização do GNV no Brasil; b) Analisar estratégias do Governo e da Petrobrás quanto às tentativas de estímulo e controle da demanda do gás natural veicular; c) Identificar qual o consumo de GNV no Rio Grande do Norte, analisando sua relação com os demais combustíveis disponíveis no mercado; d) Criar uma ferramenta para análise de viabilidade de utilização do GNV, e; e) Elaborar simulações baseadas em cenário diversos. A importância deste estudo está atrelada a necessidade em se avaliar a viabilidade de um investimento antes de fazê-lo, de forma a não se desperdiçar recursos em um investimento inviável.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada neste estudo baseou-se em pesquisa exploratória, bibliográfica e quantitativa. Para a elaboração dos cenários, os quais verificam a viabilidade de utilização do GNV em situações distintas, foi criada a ferramenta denominada Simulador de Análise da Viabilidade de Utilização do Gás Natural Veicular, o qual considera as seguintes variáveis: quilometragem média percorrida diariamente, período de tempo (o qual simula até 60 meses), rendimento do veículo utilizando gasolina e/ou álcool, preço do litro e m³ do combustível e depreciação do kit de conversão. Nestes cenários foram fixadas todas as variáveis aumentando-se apenas o valor do m³ do GNV em 10% a cada simulação, em relação ao preço inicial.

(RESULTADOS) Os resultados da pesquisa são compostos pelos dados gerados nas simulações, as quais fornecem os dados a seguir. Na primeira simulação, onde são considerados os preços atuais dos combustíveis, a utilização do GNV torna-se viável a partir do vigésimo terceiro mês, e em relação ao álcool no quadragésimo terceiro mês. Na segunda simulação, o mesmo torna-se viável a partir do vigésimo oitavo mês, em relação a gasolina, e não é mais viável em um universo de 60 meses em relação ao álcool. Na terceira simulação o Gás torna-se viável em relação a gasolina a partir do trigésimo sexto mês. Na quarta simulação o GNV torna-se viável a partir do quinquagésimo primeiro mês enquanto que na quinta simulação o mesmo não é mais uma opção viável no período de 60 meses.

(CONCLUSÃO) Neste estudo pode-se concluir que a utilização do GNV não é mais uma opção vantajosa para condutores que percorrem pequenas quilometragens diariamente, apesar de continuar sendo uma alternativa viável para profissionais como taxistas, que percorrem grandes distâncias diariamente. Sendo assim o GNV é uma opção interessante principalmente para usuários que pretendam permanecer um considerável período de tempo com o veículo, em vista que na maioria dos casos um usuário que faz este tipo de investimento permanece facilmente com o veículo por 60 meses, tempo máximo utilizado nas simulações. Além dos aspectos financeiros também foram levados em consideração a abordagem ambiental predominante atualmente na indústria automobilística. Considerando este aspecto o Gás Natural é um dos combustíveis mais adequados para a utilização veicular atualmente, por ser o que menos agride a atmosfera terrestre com emissão de gases poluentes.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO RAMO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EM NATAL/RN

Danilo Matias Marinho De Mendonça

Marcos Paulo Tavares Medeiros

Bruno Cavalcante Ribeiro

Arthur Alecrim Ferreira

Sergio Marconi Prazim Da Silva Junior

Discentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ana Maria Da Silva Souza

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Josue Vitor De Medeiros Junior

Jose Padilha C. Neto

Docentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Diante da dificuldade de obter sucesso dentro do mercado, frente à competitividade cada dia mais acentuada, é cada vez mais importante o papel do administrador na empresa, pois a utilização de métodos para analisar a empresa do ponto de vista financeiro, produtivo e tecnológico, visa a fixação, o crescimento da mesma em relação à concorrência. Sendo assim, por meio desta pesquisa, observou-se fazer um estudo que permitisse diagnosticar pontos fortes e fracos de maneira de encontrar a tão almejada vantagem competitiva.

(METODOLOGIA) Com a utilização de pesquisa de campo com caráter exploratório e bibliográfico, foram coletadas as informações sobre a organização estudada, aplicou-se um formulário, e realizou-se entrevista com a gerência, abordando áreas financeiras, de produção e sistemas de informação, áreas estas, que foram estudadas e analisadas, com base nas melhores fontes de conhecimento sobre o assunto.

(RESULTADOS) A empresa JVC comercial LTDA (Posto Cidade Natal), tem como especialidade a revenda de produtos derivados de petróleo como combustíveis e lubrificantes, fornecendo serviços de abastecimentos, troca de óleo, dentre outros bem como uma loja de conveniência. Os produtos e serviços da empresa procuram sempre estar em um patamar de qualidade elevado para que a mesma tenha a confiabilidade dos clientes. Todos os processos da empresa é monitorado por um software chamado Tecsoft que gera relatórios indicando as necessidades, como a de repor mercadorias, por exemplo, facilitando assim o processo de tomada de decisões. Em parceria com os fornecedores a empresa busca sempre o melhor para os clientes fazendo sempre uma associação de custo/benefício procurando otimizar seu crescimento. Prezando sempre pela qualidade ao JVC comercial LTDA tem uma parceria com a renomada distribuidora ALESAT, procurando colher frutos positivos. A seleção dos funcionários é feito pela gerência, que busca sempre manter um nível alto de qualidade dentro do corpo funcional, não só selecionando bem, mas como também realizando processos de treinamentos com seus funcionários. Dentro do mercado os principais concorrentes do posto são os postos 1002, Rui Barbosa, Nova Dimensão, Abrantes, Cirne, São Luiz e Shell (Midway).

(CONCLUSÕES) Com a pesquisa ainda em andamento, o trabalho ainda não foi concluído, e é passivo de mudanças posteriormente, mas baseado nas informações coletadas até agora, o grupo recomenda a empresa, a criação de um site para facilitar a interação com os clientes, e uma melhor personalização do ambiente, explorando também o lado visual como uma vantagem de marketing.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UM ESTUDO DO IMPACTO DA BILHETAGEM ELETRÔNICA NA GESTÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Ana Maria Costa Campos De Lima

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Os centros urbanos estão crescendo de forma avassaladora e por diversas vezes de forma desordenada. Assim nasce a necessidade das pessoas se locomoverem e assim necessitando de um meio para chegar ao seu destino, daí surgiram, os transportes urbanos que se destina a acessibilidade das pessoas nos locais que elas desejam chegar. No momento econômico atual a competitividade entre as empresas está muito acirrada, buscando sempre novas formas de aperfeiçoar os processos administrativos e operacionais e assim as organizações estão se modificando e cada vez mais buscando novas estratégias para se manterem no mercado, mesmo considerando alguns mercados. A presente pesquisa tem por objetivo averiguar o impacto da bilhetagem eletrônica em Empresas de Transportes Intermunicipal do Estado do Rio Grande do Norte, e avaliar as conseqüências que podem trazer à população e as empresas, visto que visam diagnosticar como a automação trará uma redução de custo as empresas. Entretanto através desse sistema as organizações vão poder utilizar a ferramenta da gestão gerencial a fim de ganhar vantagem competitiva, reduzindo custos, diferenciar produtos e serviços, desenvolver alianças no mercado e outras ações que possam agregar valor os usuários e ao mesmo tempo gerar valor econômico ao setor.

(METODOLOGIA) O presente trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo. Quanto ao universo de pesquisa foi o setor de Transporte Intermunicipal do rio Grande do Norte, tendo como amostra 04 empresas do setor (Transpasse Transv transporte Ltda., Oceano, Empresa Barros). A coleta de dados foi através de entrevistas composta por perguntas abertas e por fim o tratamento e a análises dos dados e uma interpretação dos dados estatísticos através de análises quantitativas e qualitativas.

(RESULTADOS) As empresas pesquisadas utilizam em média 03 anos a bilhetagem eletrônica, com esse sistema as empresas estão tendo um gerenciamento completo de suas atividades através de profissionais qualificados e seus produtos. Quanto à expectativa de aumento da receita das empresas de transporte com esse sistema, é que com o passar do tempo o comércio ilegal de vales irá acabar. O motivo pelo qual as empresas de transporte programaram a bilhetagem eletrônica foi combater a atividade ilegal de venda de vale transporte, pois os mesmos vendiam mais barato que a tarifa normal. O objetivo da implementação da bilhetagem eletrônica é que as empresas tenham maior controle de suas informações para que essas possam ter os resultados financeiros e operacionais que almejam tornando-se cada vez mais competitivas. Como todo projeto que está sendo adotada a bilhetagem trouxe um custo aproximadamente de R\$ 10.000,00(Dez mil reais) por veículo, onde as empresas que investiram nesse projeto esperam um retorno (pay-back) em torno de 90 a 120 dias e já apareceram os resultados.

(CONCLUSÕES) No cenário competitivo do mundo atual, as tecnologias junto com a agilidade em buscar sempre o melhoramento continuam dos produtos ou serviços é um fator que irá diferenciar as empresas em sua abordagem estratégia junto ao mercado. Mesmo considerando que havia dificuldades no início do processo pro quebra de paradigmas, a bilhetagem trouxe avanços sob a ótica gerencial e contribuiu significativamente na maximização dos resultados das empresas, seja em forma de lucros seja na forma de banco de dados a fim de contribuir na tomada de decisões.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UM ESTUDO QUALITATIVO NA AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO DE UM RESTAURANTE NA ZONA NORTE DE NATAL

Maria Gabriela Pereira De Araújo Costa

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Nos tempos modernos a vida se torna avassaladora em administração do tempo para a maioria das pessoas. A melhor utilização do tempo pode se consolidar numa melhor performance profissional. Efetivar as refeições fora dos lares tornou-se uma prática constante para muitos, a busca pela qualidade de vida faz com que as pessoas procurem otimizar seu tempo. É neste contexto que se inserem os serviços de alimentação do tipo self service, hoje, entretanto, esse ramo se aprimora e algumas pessoas que desejam um padrão de restaurante executivo com uma refeição de boa qualidade, com opções variadas, também já podem almoçar nestes empreendimentos. A pesquisa analisou a compatibilidade entre as expectativas dos clientes e suas satisfações, com a preocupação voltada para evolução do serviço de qualidade.

(METODOLOGIA) Diante do problema de pesquisa foram coletadas informações a respeito do restaurante comida.com localizado na Zona Norte de Natal, como pesquisa do tipo exploratória. A amostra foi composta pelos os clientes do restaurante, tendo uma estimativa de erro calculados em 7% e uma confiabilidade de 95%, que corresponderam a 188 pessoas a serem estudadas. Com relação ao instrumento o tratamento foi realizado através de auxílio de questionários de perguntas preferencialmente fechadas, mas com alternativas suficientemente exaustivas para abrigar a ampla gama de respostas possíveis. Conforme esta estrutura a coleta de dados de pesquisa realizou um tratamento feito com tabulação de análises quantitativas e qualitativas, através de gráficos e tabelas que proporcionam a fácil compreensão das informações dos dados obtidos.

(RESULTADOS) Quanto a percepção dos clientes foram identificados no ambiente no qual existe um relacionamento que correspondem as necessidades solicitadas, a satisfação é evidenciada pelos clientes de forma positiva e significativa para o restaurante. No entanto foi identificado uma certa insatisfação por parte dos entrevistados em relação a variedade do cardápio. Em relação ao perfil dos clientes foi constatado que se dividem em pessoas de faixa de renda média, e de grande maioria faixa etária adulta acima de 30 anos. Afim de, responder a pesquisa em estudo foram indagados tais respostas do mercado de acordo com o problema de pesquisa e objetivos, geral e específicos. O problema como: "Qual o nível da qualidade de atendimento necessário no restaurante no ramo de self service na zona norte de natal?". Objetivo geral: "identificar os fatores responsáveis pela qualidade no atendimento do restaurante self service comida.com localizado na zona norte de Natal. E os objetivos específicos como: Identificar o perfil da demanda e sua análise sobre a qualidade considerando os clientes já existentes, identificar os principais concorrentes na região em que a empresa se estabelece, analisar o perfil dos clientes, propor melhorias e soluções.

(CONCLUSÃO) A qualidade nos serviços são de suma importância. O setor de bar e restaurante cresce mais a cada dia, e com isso aumenta também as exigências de seus clientes. Toda empresa deve considerar a qualidade de serviços importante para se manter no mercado. Pois, a qualidade é uma ferramenta primordial para sobrevivência e competitividade da empresa no mercado. É evidente que a empresa em estudo carece de um bom trabalho pautado nos moldes qualitativos, a formação acadêmica permite que a reflexão deste tema se consolide numa meta a ser atingida e certamente os aprendizados adquiridos com esta pesquisa se concretizarão em resultados positivos na organização.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UM ESTUDO SOBRE A SATISFAÇÃO E A FIDELIZAÇÃO NA AUTOBRAZ COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. NO SETOR DE VEÍCULOS NOVOS

Anna Paula Medeiros De Araújo

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Karina De Oliveira Costa Bezerra

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) As empresas prestadoras de serviços estão se deparando com diversos fatores, tais como a globalização da economia, onde as mesmas são obrigadas a sair do antigo estado de acomodação, quebrando paradigmas da empresa em relação ao consumidor, a fim de buscar novas vantagens competitivas que possa garantir a própria sobrevivência, consumidores cada vez mais exigentes e uma concorrência preparada e informada sobre o mesmo mercado produto/consumidor. O mercado automobilístico de Natal promove um ambiente de concorrência, contendo neste, várias concessionárias e logistas atuantes. Deste modo, a Autobraz comércio de veículos Ltda em Natal, também faz parte do mercado participativo local em crescimento, onde é o responsável pela atuação de vendas de veículos e serviços, desejando acentuar a qualidade do atendimento, e para isto, deverá analisar a compatibilidade entre as expectativas dos clientes, como também suas satisfações. A empresa está na busca contínua de alternativas, e formas para firmar este conceito. Diante deste contexto, a pesquisa propõe como objetivo geral: Analisar quais estratégias devem ser adotadas pelo setor de vendas, para fidelizar e satisfazer os clientes externos da Autobraz. E como objetivos específicos, pretende: conhecer o perfil dos clientes da empresa; analisar o nível de fidelização dos clientes no setor de venda de veículos novos em relação aos serviços prestados; sugerir para a empresa como fazer para manter a fidelização e satisfação dos clientes; verificar os procedimentos que podem otimizar a qualidade dos serviços.

(METODOLOGIA) A pesquisa é do tipo descritiva-exploratória, bem como estudo de caso. O universo corresponde a 200 clientes pesquisados. A amostra é composta pelos clientes externos no setor de vendas, tendo margem de erro de 7% do universo e tamanho correspondente a 82 questionários atribuídos a satisfação e com uma porcentagem de 10% no questionário de fidelização que corresponde a 20 questionários. O instrumento contou com auxílio de questionários semi-abertos. Através desta estrutura de coleta dos dados, a pesquisa realizou o tratamento com a colaboração de tabelas, gráficos de forma a facilitar o entendimento dos resultados. Para a análise a pesquisa fez uso de abordagens quantitativas e qualitativas.

(RESULTADOS) De acordo com a pesquisa, 55% dos clientes são do sexo masculino, onde 80% dos clientes pesquisado após conhecer a empresa, não procurou outra do mesmo ramo. Sugere a empresa que mantenha o mesmo padrão de atendimento melhorando nos aspectos de treinamento dos funcionários para uma maior satisfação dos clientes, melhorando também na segurança e no estacionamento para otimizar a qualidade nos serviços.

(CONCLUSÃO) Através do que foi coletado, conclui-se que a Autobraz é uma empresa com um bom padrão de atendimento na opinião dos clientes pesquisados, de boa localização e preços acessíveis mediante o mercado e que busca constatemente a satisfação e a fidelização de seus clientes. Isso é importante para se manter no mercado, e conhecer os desafios para se apresentar com qualidade, pois a qualidade é uma ferramenta primordial para sobrevivência e competitividade da empresa no mercado. Em fim, o estudo provido desenvolve mais oportunidades de contribuir para o crescimento humano e profissional, como também ressaltar a capacidade de ser um administrador de disseminar fatos, sabendo correlacioná-los com visão ampla dos acontecimentos futuros para os novos cenários.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UM ESTUDO SOBRE CLIMA CORPORATIVO NA CAPUCHE EMPREENDIMENTO

Erika Roberta Domingos Da Silveira

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Antonio De Lima Moreira

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) As empresas cada vez mais precisam de colaboradores que estejam motivados em suas tarefas, sendo assim estas buscam fatores motivacionais, para conseguir que seus funcionários desempenhem suas tarefas. Por sua vez, o clima organizacional constitui o meio interno de uma organização, a atmosfera psicológica e característica que existe em cada empresa. O clima é o ambiente humano dentro dos quais as pessoas de uma organização fazem seu trabalho que pode se referir ao ambiente, dentro de um departamento, de um fábrica ou de uma empresa inteira. Para isso as empresas devem dispor de ambientes de trabalhos “saudáveis” para que as pessoas que nele trabalham sintam-se “em casa” e despertar-lhes uma das grandes buscas das organizações e a motivação das pessoas, que através disso os objetivos da organização vão se aliar aos dos funcionários. Esta pesquisa tem como objetivo até que ponto o clima organizacional exerce influência sobre a motivação dos funcionários da Capuche. Através de teoria, conceitos que vão justificar a pesquisa. **(METODOLOGIA)** O presente trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa exploratória-descritiva, através de um estudo de caso realizado na Capuche Empreendimentos, onde o instrumento de coleta de dados foi um questionário que foi constituído por uma serie ordenada de perguntas fechadas, e o tratamento para análise do dados foram tabulados e organizados em tabelas.

(RESULTADOS) Quanto aos resultados obtidos através da coleta de dados 38,50% consideram o ambiente de trabalho bom, e quanto 33,16% consideram ótimo. Quanto a respeito a motivação dos funcionários para trabalha na empresa 43,85% consideram-se quase sempre estarem motivados e 27,27% sempre estão motivados. Analisando-se a valorização que a Capuche tem sobre o trabalho de seus funcionários 43,32% quase sempre sente-se valorizados e já 24,60% sentem-se sempre valorizados.

(CONCLUSÕES) Conclui-se que pode-se constatar que o relacionamento interpessoal nos setores particularmente entre superior e subordinado é considerado bom, contribuindo para um clima satisfatório no ambiente de trabalho. Por sua vez, os colaboradores demonstraram satisfação em trabalhar na empresa, como também pelo salário que percebem mensalmente, considerando-o compatível com as atividades realizadas com relação aos benefícios oferecidos pela empresa, a maioria dos funcionários concorda que estes atendem às suas necessidades. identificou-se que a empresa sempre realiza investimentos em treinamento. Bem como ouve seus colaboradores, além de lhes oferecer oportunidades de crescimento na organização. Por fim conclui-se que o clima predominante na empresa é favorável o qual proporciona aos seus colaboradores um bom desempenho de suas funções a um sentimento de realização profissional.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UM ESTUDO SOBRE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE LAGOA SECA

Bernardo Pereira Teles

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Antonio De Lima Moreira

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Possuir colaboradores satisfeitos é uma das principais preocupações que as empresas apresentam nos dias atuais. Um bom caminho para a organização aumentar, gradativamente, a satisfação dos seus clientes internos é através de políticas de qualidade de vida no trabalho. Ações voltadas para a satisfação do colaborador podem aumentar consideravelmente sua motivação, com o trabalho e com o ambiente onde desempenham suas funções, resultando em uma maior produtividade. Com base no exposto, este trabalho tem como objetivo analisar até que ponto a qualidade de vida no trabalho dos funcionários da Unidade de Básica de Saúde de Lagoa Seca – UBSLS afeta o desempenho na assistência a saúde da população. O estudo de QVT se justifica pela busca de melhores condições de trabalho e, no caso da UBSLS, o presente trabalho pode vir a se tornar uma poderosa ferramenta a ser usada para aumentar a motivação dos colaboradores dentro da Unidade. **(METODOLOGIA)** A pesquisa utilizada para a realização deste trabalho foi exploratória – descritiva. No que diz respeito à estratégia metodológica, foi realizado um estudo de caso uma vez que a pesquisa foi voltada para uma entidade (UBSLS). Foram aplicados questionários estruturados com todos os funcionários da Unidade, totalizando 41 pessoas e, como consequência, um censo foi realizado.

(RESULTADOS) De acordo com a pesquisa, 26 entrevistados afirmam que as condições de trabalho oferecidas pela Unidade são boas, enquanto 15 apontaram como sendo razoáveis. Quando questionados sobre a segurança no ambiente de trabalho, 28 pessoas decidiram-se por respostas positivas e 13 por negativas. O quesito reconhecimento por parte da chefia teve respostas bem divididas, onde, 3 entrevistados afirmam serem muito reconhecidos, 26 responderam que são reconhecidos e 12 afirmam não saber a resposta.

(CONCLUSÃO) Pode-se perceber uma preocupação por parte da UBSLS no que diz respeito ao ambiente de trabalho, uma vez que, fazendo uma correlação entre a condição de trabalho e a segurança no ambiente, 66% dos entrevistados classificou de forma positiva a Unidade. Contudo, a chefia da UBSLS não está conseguindo abranger boa parte dos seus colaboradores no quesito reconhecimento, a pesquisa mostra que, 30% dos entrevistados simplesmente não sabem se são reconhecidos. Uma análise mais minuciosa faz-se necessária a fim de desenvolver ações específicas que levem a um melhoramento na qualidade de vida observada entre os funcionários da UBSLS.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UMA ABORDAGEM PRÉ-MOLDADA SOB A ÓTICA ADMINISTRATIVA DE UM PLANO DE NEGÓCIO PARA A IMPLANTAÇÃO DE UMA FÁBRICA DE PRÉ-MOLDADOS EM NATAL/RN

Laizze Anne Araújo Guerra

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Em razão da necessidade apresentada pelo mercado e do grande crescimento no setor da construção civil decorrente do aumento populacional pelo qual se passa. Uma ferramenta importante para se analisar a implantação e o conseqüente crescimento em uma empresa já existente é consolidado no plano de negócio como uma ferramenta essencial para reduzir os riscos decorrentes da falta de planejamento. A elaboração do plano de negócio na Jencil Material de Construção contempla a análise da viabilidade para a implantação de uma fábrica de pré-moldados dentro da própria empresa em busca de aumentar a rotatividade nas vendas, gerar um maior lucro, fomentar a competitividade no mercado para suprir a demanda imposta pelo setor.

(METODOLOGIA) O presente trabalho de pesquisa, delineará a elaboração de um Plano de Negócio, segundo o modelo do SEBRAE / PB. O método de pesquisa utilizado para análise foi uma pesquisa exploratória-descritiva, com base no estudo de mercado. A pesquisa teve como foco coletar informações que permitiram analisar a viabilidade do negócio sob a ótica financeira. Foi realizada a coleta de dados através de um questionário estruturado com perguntas abertas direcionadas aos sócios.

(RESULTADOS) O estudo resultou na criação e implantação da fábrica de pré-moldados, com atuação no ramo varejista, abrangendo produtos para base da construção como vigas, nervuras, colunas e demais produtos do mesmo gênero. A pesquisa comprova a viabilidade de implantação devido aos resultados positivos e da demanda elevada de serviços de reformas e construções. Localizada na Av. Leão Veloso, nº 746, no bairro do Alecrim, a empresa atenderá ao mercado local e demais regiões, oferecendo ótimas condições de atendimento e serviços, além de um amplo estacionamento e excelente localização. A demanda dessa localidade é crescente, considerando que trata-se do crescimento de uma empresa já atuante no mercado há mais de 20 anos e visando uma maior variedade de produtos para atender aos seus clientes atuais e potenciais.

(CONCLUSÃO) Diante dos dados obtidos com o Plano de Negócio elaborado pela pesquisa e considerando as barreiras e necessidades que exigem a concepção deste negócio, pode-se inferir que a implantação é viável sob a ótica da Rentabilidade, Lucratividade, Análise do Tempo de Retorno (PAY-BACK) e do Valor Presente Líquido. Uma vez analisada a crescente demanda do mercado na construção civil natalense. É relevante a abordagem que o plano de negócios foi o marco temporal na tomada de decisão da empresa em ampliar este serviço. O sucesso do empreendimento passa prioritariamente pelo planejamento e este pode ser a base do sucesso.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UMA ANÁLISE DA GESTÃO FINANCEIRA NUMA EMPRESA DO 3º SETOR: UM ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE NATAL)

Doralice Barreto De Melo

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O terceiro setor é dominado pelas instituições sem fins lucrativos as chamadas ONGs, cuja existência se justifica devido a vários problemas sociais e pela busca de suas soluções. Além disto este setor apareceu para cobrir “uma lacuna vazia da sociedade” deixada pelas falhas nos demais setores, principalmente no tocante ao 1º setor, o Governo. O 3º setor é composto por: igrejas, fundações, associações e cooperativas, empresas que não possuem o resultado como elemento embasante mais o tem como uma peça fundamental para que elas possam se desenvolver e prestar seus serviços a sociedade. Elas necessitam de um gerenciamento de seus recursos, pois precisam de um controle rígido de suas finanças (gastos e despesas) para que seu capital que por hora é escasso e se não for bem administrado poderá se acabar. Esta pesquisa tem por objetivo analisar a gestão financeira de uma empresa do 3º setor, analisando os resultados e expectativas de ações sob a ótica financeira. Este estudo foi bem embasado através de teorias e conceitos.

(METODOLOGIA) A metodologia adotada para a consecução deste estudo tem por objetivo delimitar o cenário em que esse caso está inserido. Esse estudo foi realizado por meio de uma pesquisa de caráter exploratório, onde se desenvolveu um estudo de caso na APAE NATAL (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). O método utilizado para a coleta dos dados foi uma pesquisa documental e também uma observação direta dentro do setor analisado da empresa. A análise dos dados foi uma abordagem quantitativa a qualitativa.

(RESULTADOS) Foi realizada uma análise parcial dos balanços patrimoniais e das demonstrações de resultados da empresa e também como uma observação direta do setor pesquisado da empresa, tudo com intuito de traçar um diagnóstico da situação financeira da empresa para partir daí traçar objetivos desenvolver seus projetos com os recursos escassos da instituição. Essa metodologia servirá para as demais organizações sem fins lucrativos do 3º setor enxergar a importância do gerenciamento financeiro de seus recursos. Pode-se perceber a necessidade evidente de um bom gestor financeiro na empresa estudada. Análise parcial de resultados, índices financeiros, gestão do fluxo de caixa, planejamento financeiro, são dentre outros, pontos fundamentais das ações deste gestor na organização..

(CONCLUSÕES) Estima-se que as organizações sem fins lucrativos de um modo geral compreendam a importância da gestão financeira de seus recursos, com intuito de controlar seus recursos seus recursos a aumentar seus resultados para que elas possam cumprir com seu propósito, onde isso será justificado devido a análise de suas demonstrações financeiras e contábeis para poder justificar a problemática da pesquisa. A continuidade da existência da empresa pode ser passiva da ação deste gestor, objeto do estudo. NO caso analisado uma organização já consolidada no mercado pode ter um resultado ainda maior e, por conseguinte alavancar suas ações. E assim oferecendo os seus serviços as crianças excepcionais e aos seus familiares e a sociedade como um todo, e com certeza todos agradecem.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UMA REFLEXÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA SOBRE A VIABILIDADE ECONÔMICA DE UM CENTRO AUTOMOTIVO EM NATAL

Nicolas Ramon Trigueiro De Oliveira

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A viabilidade econômica é importante para todo empreendedor, como forma de conhecer melhor seu empreendimento e o mercado no qual ele será inserido, agregando valores para o negócio e diminuindo os riscos evidentes de morte súbita. Na atualidade, vive-se num tempo, onde as pessoas estão começando a se preocupar também com as questões ligadas ao meio ambiente. Haja vista que a natureza já não agüenta mais tantos desmatamentos, rios poluídos, lençóis freáticos contaminados. Surge também uma nova preocupação, com a provável escassez da água. E por sua vez, percebe-se que não se pode mais desperdiçar água, dentre outros na lavagem de veículos, com isso, nasce uma nova oportunidade para as empresas do setor que enxergam isso como um diferencial de mercado. Observa-se que no mercado local, não existem empresas no ramo de lavagem automotiva que utilize esse, que para os dias de hoje, seria um diferencial. As pessoas ficam obrigadas a lavar seus carros em locais que não são ecologicamente corretos.

(METODOLOGIA) A metodologia adotada para a consecução deste estudo tem por objetivo balizar o cenário em que esse caso está inserido, com isso, o estudo será conduzido por uma síntese de diversos assuntos sobre o tema; quanto aos objetivos será um estudo exploratório, pois será feita uma pesquisa de mercado, de fornecedores, clientes e concorrentes; quanto aos procedimentos para a obtenção de dados, serão realizados através de um plano de negócio, com dados primários e secundários.

(RESULTADOS) De acordo com o estudo realizado, onde, foram calculados diversos índices. A DryTech apresentou um índice do ponto de equilíbrio, de 71,49 %, um índice alto, mas que pode ser considerado normal, pois quando se trata de um setor de serviços, os índices do PE geralmente são altos. Em compensação, o índice de lucratividade é de 21,98 %, o de rentabilidade de 6,2% a.m e um retorno, considerando a correção do dinheiro no tempo, de aproximadamente 19 meses.

(CONCLUSÕES) De acordo com os aspectos econômicos, a avaliação da DryTech se configura como sendo um negócio viável, no qual chega à cidade do Natal como um empreendimento atrativo para qualquer empreendedor interessado em investir no ramo de embelezamento automotivo, onde apresenta uma grande demanda de consumidores exigentes. Depois de uma análise criteriosa, detectou-se que os concorrentes possuem estruturas de níveis inferiores e que não são compatíveis com a pretendida pela DryTech, para atender a grande demanda existente na cidade. Levando em consideração todas as análises realizadas, o mercado do Natal oferece oportunidades favoráveis para a implantação do empreendimento que oferecerá serviços não existentes na cidade, sendo uma grande e importante novidade, que buscará também a conscientização da preservação do meio ambiente.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

USO DO MAPA ESTRATÉGICO COMO FERRAMENTA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DA JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

César Augusto Barreto Da Silva

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Josué Vitor De Medeiros Júnior

Karina De Oliveira Costa Bezerra

Docentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN
(INTRODUÇÃO) A humanidade vivencia hoje um momento sócio-histórico crítico, onde valores e opiniões dividem reflexões sobre o desenvolvimento da humanidade e a preservação dos recursos naturais. Atenta a estas evidências, a Justiça Federal do Rio Grande do Norte, em setembro de 2007 empenhou-se em dar início à implementação do Programa de Responsabilidade Ambiental (PRA) da instituição. Porém, durante a pesquisa, verificou-se que ainda não existe um instrumento, tampouco documentos, que destaquem o planejamento/ação estratégico do PRA. A fim de possibilitar o direcionamento e esclarecimento estratégico de aspectos tangíveis e intangíveis, esta pesquisa teve como objetivo desenvolver o mapa estratégico do Programa de Responsabilidade Ambiental na Justiça Federal do Rio grande do Norte, a fim de explicitar a estratégia deste programa e possibilitar o desenvolvimento de ações orientadas estrategicamente que possibilitem o desenvolvimento sustentado de tal organização.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa é classificada quanto aos meios como estudo de caso, e quanto aos fins como exploratória e descritiva. Trata-se ainda de uma pesquisa censitária, sendo a coleta de dados realizada com todos os integrantes do universo, num total de 19 pessoas entre os membros do Grupo Gestor e Gestores Educadores do PRA. Durante o desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas reuniões e identificados pontos relevantes como oportunidades, ameaças, forças e fraquezas do programa, além da definição de missão e visão a fim de possibilitar a construção do mapa estratégico. Durante estas reuniões eram estimulados momentos de brainstorm onde os servidores, participantes do grupo gestor e membros dos gestores educadores do PRA expunham seus pontos de vista e definições sobre aos quesitos questionados. Após o brainstorm os principais conceitos de cada idéia exposta eram organizados em uma idéia principal, possibilitando a definição de um denominador comum para cada elemento pesquisado.

(RESULTADOS) Após o desenvolvimento da fase inicial da pesquisa, foi possível realizar a construção do mapa estratégico a partir das informações coletadas. Como resultado, os objetivos estratégicos foram definidos em 4 perspectivas: financeira, relacionada ao apoio financeiro ao programa; processos internos, relacionada ao controle e planejamento das ações, bem como definição e aprovação das idéias; desenvolvimento e comunicação, relacionada a divulgação interna e externa de aspectos importantes do programa; e participação, relacionada ao envolvimento dos servidores com ações concretas do programa de responsabilidade ambiental. Foram definidos ainda os indicadores de desempenho para cada objetivo estratégico, bem como recomendadas algumas iniciativas básicas que possibilitem o alcance dos objetivos proposto no mapa.

(CONCLUSÃO) A presente pesquisa demonstrou a possibilidade e a importância do direcionamento e esclarecimento estratégico de aspectos tangíveis e intangíveis demonstrados através do mapa estratégico resultante, partindo do apoio financeiro necessário ao PRA e resultando no envolvimento dos servidores em ações relacionadas ao programa. Foram identificadas algumas dificuldades no desenvolvimento desta pesquisa, como as restrições de tempo dos servidores que participaram da pesquisa devido às suas atribuições diárias. É importante ressaltar ainda que atualmente o programa se sustenta em dois objetivos estratégicos relacionados ao apoio financeiro do mesmo, não havendo verbas institucionalizadas para tal (através de regulamentação por exemplo). Isso mostra o desafio na continuidade do desenvolvimento e execução da estratégia explicitada no mapa. Contudo, foram alcançados os objetivos da pesquisa, desde a construção do mapa até a identificação de indicadores de desempenho. Recomenda-se que sejam definidas metas e responsáveis para cada iniciativa proposta, a fim de quantificar de forma ainda mais concreta os aspectos tangíveis e intangíveis do programa. Como perspectiva futura, espera-se que o mapa seja comunicado e detalhado para que possa tornar-se referência na instituição, constituindo os demais passos a que se propõe a utilização da ferramenta resultante desta pesquisa.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DE ESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL EM UMA EMPRESA DE LEILÕES

Gabriella De Andrade Nepomuceno

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Sandely Fernandes De Araujo

Catarina Da Silva Souza

Docentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Hoje, as empresas estão em constante crescimento externo e interno que vêm ocorrendo de acordo com os surgimentos de novas tecnologias, das exigências dos fornecedores e consumidores que cada vez mais estão procurando conforto, comodidade, facilidade na hora da compra e, principalmente, na hora do pagamento. As empresas que querem continuar atuando no mercado devem buscar cada vez mais diferenciais que as tornem únicas e eliminem a concorrência. Esses diferenciais podem estar nos pequenos detalhes como um ambiente mais bonito, um atendimento personalizado, aos mais notáveis como preços mais acessíveis, formas de pagamentos facilitados, comodidade, segurança, entre outras. Com isso, a pesquisa buscou analisar quais ferramentas de estruturação organizacional podem contribuir para melhoria da eficiência operacional em uma empresa de leilões **(METODOLOGIA)** Tendo em vista o problema de pesquisa, foram coletados dados sobre os processos e atividades desenvolvidas em toda a organização. Quanto ao tipo, a pesquisa é classificada como exploratória, onde buscou informações detalhadas através de uma análise qualitativa da situação atual da empresa, tendo como base as teorias que versam sobre as ferramentas de estruturação. O universo da pesquisa foi o leiloeiro, e proprietário da empresa, e o gerente administrativo. Os dados foram coletados por meio de entrevistas estruturadas e observação diária do fluxo de trabalho e rotinas administrativas da empresa. Foram tratados a partir da teoria já mencionada de acordo com as técnicas de estruturação e suas ferramentas. **(RESULTADOS)** A pesquisa teve como objetivo verificar quais ferramentas de estruturação organizacional pode contribuir para melhoria da eficiência operacional em uma empresa de leilões. Constatou-se que: A empresa possui uma estrutura física de médio porte, onde seu maior problema está no armazenamento dos bens, pois, não há um acondicionamento adequado para alguns objetos. A divisão do trabalho e dos processos ocorre na prática, uma vez que a empresa não possui organograma nem fluxograma para esclarecer respectivamente as divisões hierárquicas e os fluxos dos processos.. A preparação do leilão ocorre de forma desorganizada uma vez que não há uma sequência de atividades a serem realizadas, tornando o processo mais lento e cansativo. **(CONCLUSÃO)** Sabe-se que as organizações devem estar estruturadas física e funcionalmente para que consigam atingir as necessidades tanto de seus funcionários como, principalmente, de seus clientes, dessa forma a empresa tende a alcançar seus objetivos e metas de forma eficiente. Para que a organização continue sempre tendo esses resultados ela precisa passar por um estudo, que mostrará o que deve ser mudado dentro da organização, passará por um processo de reestruturação. O estudo sobre a estrutura da organização torna-se importante, pois a empresa pode verificar os pontos fortes e fracos que nela existe. Assim sendo, podemos dizer que a empresa deve sempre buscar o melhor de seus processos garantindo a seus clientes qualidade, eficiência e praticidade em seus serviços, buscando adotar as seguintes ferramentas de estruturação: fluxograma dos processos, organograma estrutural e layout adequado.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

VIABILIDADE DO PROJETO RAPIDAO COMETA/NATURA

Petronio Rodrigues De Lima Rocha

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Fabília Abrantes Figueiredo Da Rocha

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O Objetivo deste estudo é mostrar a viabilidade do Projeto Rapião/Natura para contribuir para o segmento da distribuição física. Desfragmentando esse objetivo podemos destacar a importância desse projeto, os processos que integram a distribuição física, avaliar as ferramentas de controles usadas para a realização de entregas e por fim análise dos pontos de eficiência nesse projeto. O estudo em desenvolvimento apresenta-se importante para contribuição que irá acarretar na área de Logística, diante da análise de um caso prático e considerado como uma solução de sucesso, ou seja, o projeto Rapidão/Natura. Em linhas gerais, o projeto Natura/Rapidão tem a finalidade de efetuar a entrega das mercadorias provenientes da fábrica aos consumidores finais, que no caso são as revendedoras, mediante a prática do cross docking, com o intuito de acelerar o fluxo dos produtos até o consumidor final, através de cinco centros de distribuição situados no país. A complexidade encontra-se direcionada a alguns fatores, a exemplo do volume de entregas e sua frequência, o nível de controle necessário diante do fluxo de mercadorias, bem como a garantia da integridade destas. Logo, tem-se a metodologia usada, os processos existentes e os resultados obtidos. Contextualizando o que foi mencionado, surge como problemática de pesquisa: que aspectos podem ser apresentados como viáveis, diante do Projeto Natura/Rapidão?

(METODOLOGIA) O tipo de pesquisa utilizado caracteriza-se por ser do tipo exploratório por aprimorar as idéias, tornando mais explícito, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas e análise de exemplos que possam estimular a compreensão.

(RESULTADOS) No Brasil são realizadas 186 mil entregas mês sendo 8.454 mil por dia. Em natal são realizadas 16 mil entregas mês e 727 entregas dias sendo capital e Interior. De acordo com a sazonalidade e suas oscilações, ocorre um crescimento de 25% a 30% no volume de entregas com 4.800 volumes. Foi verificado que a Cometa possui uma ferramenta de gestão chamada de PDA de origem Americana utilizada que pode ser visualizado todas as mercadorias do cliente. Informa dados por clientes, cidade, data de chegada, romanão, nota fiscal, volumes, conhecimento e várias informações e focalizando no cliente específico como Natura pode ser observada diversas opções como armazém, sendo entregue, descarregando, previsto, retido, falta descarregar, dentre outros. Logo, através dessa ferramenta pode ser feito um planejamento de controle operacional de suas entregas.

(CONCLUSÃO) Em linhas gerais, o projeto Natura/Rapidão tem a finalidade de efetuar a entrega das mercadorias provenientes da fábrica aos consumidores finais, que no caso são as revendedoras, mediante a prática do cross docking, com o intuito de acelerar o fluxo dos produtos até o consumidor final. A complexidade encontra-se direcionada a alguns fatores, a exemplo do volume de entregas e sua frequência, o nível de controle necessário diante do fluxo de mercadorias, bem como a garantia da integridade destas. Logo, tem-se a metodologia usada, os processos existentes e os resultados obtidos. Portanto, o estudo pode ser considerado viável, devido à empresa conceder acesso às informações, o que permitirá expor o projeto, os caminhos seguidos, os resultados obtidos, bem como as barreiras que aconteceram durante a execução e implantação.

CONTABILIDADE

ANAIS



VIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FARN

DIREITOS HUMANOS, ÉTICA E CIÊNCIA:
NOVOS TEMPOS! NOVOS PARADIGMAS!

29 a 31 de outubro de 2008

Volume 2 - Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

A2 – CONTABILIDADE

A IMPORTÂNCIA DA MINERAÇÃO NA ECONOMIA DO RN

Leandro Batista Do Nascimento

Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Adriana Isabel Backes Steppan

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docentes do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo tem como objetivo central verificar o impacto econômico da exploração mineral no Estado do Rio Grande do Norte. Com a finalidade de chegar a uma análise satisfatória desta questão de pesquisa foram designados os seguintes objetivos a serem alcançados: Identificar a movimentação de recursos relacionados à mineração; Analisar a geração de emprego e renda, no RN, pela mineração; Verificar a participação da mineração no PIB do estado do RN.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada refere-se a uma pesquisa bibliográfica. Fundamentada na revisão bibliográfica e no levantamento de informações em sítios da rede mundial de computadores (Internet). Trata-se de uma pesquisa descritiva. A coleta dos dados foi realizada através de informações extraídas em relatórios publicados pelo IBGE, IDEMA e DIEESE, além de livros e artigos.

(RESULTADO) Os resultados encontrados mostram que o PIB do RN tem a participação no PIB do País de aproximadamente 0,82% em 2002, de 0,79% em 2003, 0,80% em 2004 e de 0,83% em 2005 mostrando assim a importância do estado na economia do país. Evidenciou-se também que a participação da mineração no PIB no estado do RN é de 14,87% em 2000, 14,74% em 2001 e de 15,20% em 2002, mostrando assim a importância da atividade para a economia do estado e do país. A pesquisa revela que, do total do valor adicionado ao RN bruto, a atividade extrativa mineral tem a parcela de 8,5% em 2002, 7,4% em 2003, 8% em 2004 e de 10,2% em 2005, demonstrando assim o volume de recursos atribuídos à mineração. A participação da mineração do RN no valor adicionado bruto do Brasil que é de 4,5% em 2002, 3,5% em 2003, 3,4 em 2004 e de 3,5 em 2005. Com base em dados do DIEESE, constatou-se que do total de empregos formais em todas as atividades do RN, que é de 475.257, a atividade extrativa mineral tem uma parcela de 1,68 %. E, no Brasil, onde sua totalidade tinha em 2006 35.155.249 empregos formais em todas as suas atividades, a parcela da atividade de extração mineral é de 0,52%. Por fim, observou-se que a média de remuneração (renda) tanto no estado quanto no País, quando se trata da atividade extrativa mineral é superior à média da totalidade das atividades.

(CONCLUSÃO) O objetivo do referido trabalho foi analisar e demonstrar o crescimento da mineração no estado do Rio Grande do Norte, através da extração, geração de emprego e renda. Verificou-se que a participação da atividade mineradora na economia do RN e do Brasil, feita através da análise de participação da mineração no PIB do estado e do País é bastante significativa. O estudo mostra o impacto na criação de empregos e renda, onde ficou evidenciado que a atividade mineradora tem uma importante parcela na geração de emprego e renda, sendo a média geral de remuneração é maior que a média das outras atividades. No que tange a parcela que a mineração exerce no volume adicionado de recursos do estado e do país, a pesquisa revela um impacto significativamente positivo.

A2 – CONTABILIDADE

A IMPORTÂNCIA DO PETRÓLEO NA ECONOMIA DO RN

Marcelo Miranda De Albuquerque

Adriana Matias

Judy Loo A. Cypriano

Tereza Cristina Menezes Dantas de Oliveira

Discentes do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Adriana Isabel Backes Steppan

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docentes do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho tem por objetivo principal verificar a importância dos Royalties no desenvolvimento das cidades do RN, determinando o grau de influência da referida receita no crescimento socioeconômico dos municípios produtores de petróleo, localizados no Rio Grande do Norte. A pesquisa apresenta a literatura relacionada aos aspectos físicos e socioeconômicos do estado do RN, bem como, faz uma análise mostrando a evolução das receitas dos royalties, no período de 2006 e 2007. Aponta, ainda, as principais cidades que recebem royalties da Petrobrás. Os resultados do estudo revelam que 93 municípios participam do rateio dos royalties, uma vez que se situam na região potiguar e sob a influência geoeconômica da atividade de petróleo no Rio Grande do Norte, sendo a mesma bastante representativa para os municípios.

(METODOLOGIA) Conforme consta nos objetivos do estudo, a presente pesquisa diz respeito à análise dos Royalties recebidos pelas cidades do RN. Para tanto, foram analisados os dados e apresentados através dos quadros e gráficos. O estudo revela o repasse dos royalties das 15 principais cidades do RN. Do total dos resultados recebidos, a pesquisa revela que, em média 20% dos mesmos concentram-se em apenas três cidades (Macau, Mossoró e Guamaré). O desenvolvimento do presente trabalho compõe a base principal da temática sobre os royalties e do petróleo e sua influência na economia do RN. O petróleo é uma atividade geoeconômica no território potiguar. A partir de dados pesquisados em diversas revistas e livros, como: Conheça o RN, (2008), onde nos fornece dados quanto à população do RN, a situação geográfica, De acordo com Santos (2003, p.6); A primeira descoberta de petróleo em campo terrestre no Rio Grande do Norte, 1979, na cidade de Mossoró, De acordo com a Tribuna do Norte (2008), dados referentes aos valores dos royalties repassados aos municípios, Buscou-se amparo na Fundamentação Teórica, onde se passou pela Economia Clássica, com diversos conceitos de economia e sua etimologia, conforme Lajugie (19964, p. 7), com seu conceito de Sistema econômico, passando pela Macroeconomia, com os autores Dornbusch e Stauley (1991, p. 5), estudando os indicadores econômicos, como a inflação, PIB e balança comercial, verificando os indicadores rumo ao futuro. Buscando também apoio na Economia no Brasil, onde se observou que o Brasil tem uma economia livre e exportadora, conforme Brum, (2003, p. 15), em 3 de outubro de 1953, foi assinado a lei intensa 2004, pelo então Presidente Getúlio Vargas, a qual instituiu o monopólio estatal da pesquisa e lavra refino e transporte do petróleo e seus derivados e criou o Petróleo Brasileiro S.A. Destacou-se também a Economia Regional, onde tem a fundamentação teórica para o entendimento do presente trabalho sobre o estudo da importância do petróleo para a economia do RN e a influência dos royalties nos municípios do Rio Grande do Norte está sustentada pela seqüência de abordagens conceituais sobre o espaço, o território e sua dinâmica geográfica. Para isso, contamos com as pesquisas de Santos (1999, p. 51), Souza (1996, p. 16), onde conceituam e dão subsídios para o trabalho ora em questão.

(RESULTADOS) Conforme consta nos objetivos do estudo, a presente pesquisa diz respeito à análise dos Royalties recebidos pelas cidades do RN. Para tanto, foram analisados os dados e apresentados através dos quadros e gráficos abaixo descritos. O estudo revela o repasse dos royalties das 15 principais cidades do RN. Do total dos recursos recebidos, a pesquisa revela que, em média, 20% dos mesmos concentram-se em apenas três cidades (Macau, Mossoró e Guamaré). Dos R\$283.480.892,00 dos Royalties do Petróleo destinado ao Estado do RN, 56, 29% foram repassados aos municípios. Somente 15 municípios apresentam Royalties expressivos em termos percentuais. Esses municípios equivalem a 16, 13% de um total de 93. Como podemos observa eles somam

A2 – CONTABILIDADE

33,77% do valor repassado aos municípios R\$159.570.892,00, no ano de 2007. Podemos observar o quadro abaixo: Macau (Município Produtor), valor pago em 2007 R\$ 19.064.039,41 (6,73%), do total acima exposto. Mossoró(Município produtor), valor pago em 2007 R\$ 18.813.270,08 (6,64%), do total acima exposto Guamaré(Município produtor) valor pago em 2007 R\$ 18.142.093,51 (6,40%), do total acima exposto Serra do Mel (Município produtor) valor pago em 2007 R\$1.357.915,49 (0,48%), do total acima exposto Como podemos observar 93 municípios do RN, recebem repasse dos Royalties da Petrobrás, dos quais somente 15 são produtores de Petróleo e Gás. Os três acima expostos são os mais expressivos indo até o menor expressão monetária. **(CONCLUSÃO)** O presente trabalho tem como objetivo o estudo sobre a importância do Petróleo e a distribuição dos Royalties na economia do RN. Nesse estudo, considerou-se como aspecto do crescimento, a evolução dos Royalties no território potiguar. Por sua vez, a evolução da dinâmica socioeconômica dos setores produtivos. Percebeu-se que este setor produtivo está voltado para o mercado nacional, hoje mais do que nunca sob os reflexos do processo de globalização. A Petrobrás, no RN, é uma empresa que está funcionando sob a lógica da acumulação do Capital e dos Fluxos da globalização. Por fim, as receitas dos royalties beneficiam 93 municípios do Estado. Ao se comparar o ano de 2006 e 2007, o estudo mostra um crescimento do repasse dos recursos dos royalties. No entanto, a pesquisa revela que ainda são baixos os percentuais transferidos para os investimentos em infra-estrutura nas cidades que são beneficiadas pela referida receita. Sendo assim, é imprescindível e de vital importância que os gestores municipais sejam atentos quanto aos destinos destes recursos dos royalties e de sua eficaz aplicação.

A2 – CONTABILIDADE

A NECESSIDADE DO MARKETING PARA A CONTABILIDADE

Maria Isabela Raika Oliveira

Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Adriana Isabel Backes Steppan

Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Em um mundo globalizado, as mudanças são constantes e, para a contabilidade não poderia ser diferente, pois a profissão vem passando por grandes transformações. Contudo, no Brasil, essas mudanças nem sempre são vistas com competência. Um dos motivos está ligado à imagem que se tem da contabilidade no país. Sabe-se que o público, em geral, não conhece a contabilidade ou as funções de um contador, pois quando se fala em contabilidade à imagem que vem, imediatamente, à mente das pessoas que não trabalham com a contabilidade é de uma pessoa voltada para imposto de renda, com procedimentos voltados à burocracia, apuração de impostos e outros. Com base nesses fatos, verifica-se a necessidade de um maior posicionamento da “marca” contabilidade no Brasil.

(METODOLOGIA) Foi realizada uma pesquisa de levantamento (surveys) através do envio de questionários por meio de correio eletrônico. Sendo seu universo composto pelos escritórios de contabilidade da cidade do Natal/RN, e amostra representada por 570 escritórios de contabilidade existentes na grande Natal/RN, conforme dados apresentados pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, ano base 2007. Os dados coletados foram organizados e tabulados em planilhas eletrônicas, sendo analisados, posteriormente, através da estatística descritiva.

(RESULTADOS) O perfil dos escritórios, bem como a visão do profissional a respeito da contabilidade demonstraram que algumas ferramentas são utilizadas para manutenção dos clientes e que os escritórios fazem algum tipo de publicidade para se manter no mercado. Apenas 18 questionários coletados, ou seja, 3% da população total, descrito na metodologia. Dos escritórios analisados, 28% tem até 5 anos de existência, 22% entre 6 e 10 anos, 22% de 11 a 15 anos e 28% acima de quinze anos. Outro ponto formador do perfil dessas empresas é o seu número de funcionários, que estão representados por 50% de até 5 funcionários, 28% com 6 a 10, 11% de 11 a 15 e 11% acima de 15 funcionários. Viu-se que os escritórios consideram os serviços de folha de pagamento com 20% e os serviços de contabilidade com 19%, os serviços mais importantes. Para manutenção dos clientes, 40% acreditam que o cumprimento dos prazos é um dos principais meios de manter os clientes, 35% política de relacionamento e 25% serviços inovadores. Em relação a investimentos em publicidade 67% não utilizam esse tipo de serviço e apenas 39% tem a pretensão de investir.

(CONCLUSÕES) Os escritórios de contabilidade analisados não apresentam as mudanças que o mercado atual está exigindo, uma vez que os resultados obtidos mostram que a maioria dos escritórios não oferece serviços inovadores, como também não têm a pretensão de investir em publicidade. Nesse sentido, o estudo analisado sugere que exista uma maior observância para as novas oportunidades que o mercado de contabilidade oferece, bem como investimentos por parte dos órgãos normatizadores, com divulgações de cursos que ofereçam uma educação continuada, o que acarretará aos escritórios a possibilidade de maiores conhecimentos, conseqüentemente, uma maior valorização da marca contabilidade oferecida nos escritórios de contabilidade em Natal/RN.

A2 – CONTABILIDADE

A RELEVÂNCIA DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA AS TOMADAS DE DECISÕES GERENCIAIS: ESTUDO EM UMA DISTRIBUIDORA DE GLP DE GÁS DE COZINHA DE 13 KG DO RIO GRANDE DO NORTE NOS ANOS DE 2004;

Dayve Clemente Da Silva

Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Thereza Angélica Bezerra De Souza Santos

Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A contabilidade é uma ciência concebida para coletar, registrar, resumir e interpretar dados e fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer entidade. Segundo o historiador, Aristóteles a Ciência Contábil, é uma das mais antigas que se conhece, a qual refletia acerca do controle patrimonial de indivíduos e de empresas. Apreciar essas revelações faz refletir que para entender a contabilidade, é necessário saber a fundo sua história; sua origem e, como ele orientou aos povos antigos a controlarem suas riquezas e os seus patrimônios. Esse estudo tem como principal objetivo demonstrar como a análise das demonstrações contábeis pode fornecer informações relevantes à tomada de decisão da empresa Alfa revendedora de GLP gás de cozinha de 13 Kg da cidade do Natal no período de 2004 a 2007. Fazer análise horizontal e vertical, de liquidez, rentabilidade e endividamento calculando os indicadores econômicos e financeiros para uma demonstração dos resultados obtidos.

(METODOLOGIA) A tipologia de pesquisa quanto ao procedimento do estudo se caracteriza como estudo de caso em uma empresa distribuidora de GLP de 13 Kg gás de cozinha no período de 2004 a 2007. Com relação aos objetivos traçados, a pesquisa é classificada como descritiva, pois estuda características de certo grupo. E com relação à abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa. Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental nas seguintes fontes primárias: relatórios contábeis publicados pela entidade (Balanço Patrimonial e DRE) e documentos internos fornecidos pela entidade.

(RESULTADOS) A análise dos resultados mostram que a empresa Alfa Revendedora de GLP não possui folga financeira (CCL), e que os índices avaliados continuaram a cair, atingindo no ano de 2007 o valor de 0,01 referente à liquidez imediata da empresa. A partir dos indicadores de rentabilidade pode-se observar que o Retorno Sobre o Ativo (ROA) sofreu variação entre 7,03% a 10,90%, o Retorno Sobre o Investimento (ROI) sofreu uma variação entre 9,47% a 14,74%, e o Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE) sofreu variação entre 23,89% a 28,69% , indicando que a empresa toma recursos emprestados no mercado a uma taxa de juros inferior ao retorno da aplicação desse capital. A Rentabilidade das Vendas foi calculado através da Margem Operacional que sofreu variação de 12,76% a 13,04%, e a Margem Líquida que sofreu variação de 7,58% a 9,15%. Essas Margens encontradas medem a eficiência da empresa em produzir lucros por meio de suas vendas. Com relação aos cálculos de endividamento, a empresa está utilizando mais capital de terceiros que o capital próprio para financiar suas atividades, revelando o nível de dependência que a empresa passa no momento. A Relação de Capital de Terceiro/Capital Próprio serve para demonstrar quanto dos recursos totais da empresa é financiada por capital de terceiros, tendo assim uma variação de 74% a 72%.

(CONCLUSÕES) O estudo vem a deixar evidente a importância da análise das demonstrações contábeis, já que transparecem fatos importantes sobre as entidades, especialmente sobre as empresas, e são esses importantes fatos que os usuários se baseiam para a tomada de importantes decisões que afetam o bem estar das empresas e a saúde geral da economia. Mas esses fatos devem ser analisados em conjunto. Com base nos resultados obtidos, pode-se constatar uma melhora nos seus indicadores. A empresa continua em aperto financeiro, mas gradativamente esse indicador vem melhorando devido o aumento da receita líquida. O nível de endividamento financeiro vem caindo a cada ano em virtude da diminuição da dívida financeira.

A2 – CONTABILIDADE

ASPECTOS CONTÁBEIS DA TOMADA DE CONTAS ANUAL: UM ESTUDO DE CASO

Heder Azevedo Da Rocha

Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Juliana Rocha De Azevedo Da Costa

Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O ordenamento jurídico brasileiro prevê em seu bojo uma série de normas regulamentadoras que versam acerca da fiscalização dos recursos públicos manuseados por seus administradores. A Tomada de Contas Anual desponta com proeminência nesse contexto, pois é a materialização processual de forma compilada dos atos referentes a todas as entradas e saídas de numerários dos cofres públicos; o que a torna um instrumento, por excelência, de exercício dos controles orçamentário, financeiro, patrimonial e operacional desses recursos. O presente estudo tem como escopo empreender uma breve análise crítica dos principais demonstrativos contábeis integrantes da Tomada de Contas de um órgão da administração pública estadual, esculpido na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, observando critérios dos dispositivos legais contidos no ordenamento jurídico atinentes ao Direito Financeiro, dos quais se podem citar a própria Lei Federal nº. 4.320/64, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

(METODOLOGIA) Desta feita, para que o presente trabalho fosse viabilizado buscou-se um aporte teórico-metodológico em livros, artigos científicos e manuais de procedimento de auditoria governamental de renomados especialistas e instituições.

(RESULTADO) O Balanço Orçamentário trouxe uma previsão de receita de R\$ 33.804.000,00, dos quais R\$ 33.168.000,00 oriundos de Receitas Correntes e R\$ 636.000,00 de Receitas de Capital, apesar disso a execução orçamentária foi de apenas R\$ 17.576.968,64. Ressalta-se que a incorrência dessa execução se deu integralmente por meio das Receitas Correntes, sem embargo haver um registro de uma Despesa de Capital R\$ 3.902.430,00 no Comparativo de Despesa Autorizada e Realizada, evidenciando, pois, um mau planejamento pela inexecução completa de algumas receitas previstas, como a Capital; bem como uma insuficiência de arrecadação, que pode ter produto de uma superestimação da capacidade de arrecadar, ou do não-exercício da capacidade tributária. Verificou-se ainda uma fixação de despesa de R\$ 59.267.416,78, que corresponde a 1,7 da receita prevista, desobservando, pois, o Princípio do Equilíbrio Orçamentário que é um dos axiomas que deve permear a confecção da Lei Orçamentária Anual; além disso, a realização da despesa de R\$ 36.742.967,64 demonstrou ter havido uma economia orçamentária de mais de 38% que pode ter comprometido a concretização de programas e atividades do órgão, e assim refletido negativamente na arrecadação tributária. Segundo o Balanço Financeiro, o déficit orçamentário foi coberto pelo superávit da Receita Extra-orçamentária, que é caracterizada pelo seu caráter extemporâneo ou transitório nos orçamentos, por isso, não deve constituir renda para o Estado; e do Saldo do Exercício Anterior, que para alguns especialistas deve integrar no orçamento do exercício seguinte. O Balanço Patrimonial, por sua vez, trouxe um Ativo Compensado de R\$ 325.588.979,73, ou 20,28 vezes o valor do Ativo Real, que é a soma do ativo financeiro e permanente do órgão; a Secretaria de Tesouro Nacional – STN – entende que as contas que o compõem têm função precípua de controle dos bens, direitos e obrigações que não afetaram o patrimônio, mas que demonstram animus, potencialidade de afetá-lo no futuro.

(CONCLUSÃO) Diversas foram as impropriedades detectadas nos demonstrativos contábeis, desde desobservâncias a princípios orçamentários básicos até falhas na confecção do projeto orçamentário; contudo, todas perpassando pela mesma problemática: a não-adoção de boas práticas contábeis. Com a preocupação de eliminar essa infeliz realidade, e promover a convergência das práticas contábeis inclusive com as normas internacionais, a STN iniciou em 2007 um projeto de Padronização de Procedimentos Contábeis que abarcará todas as unidades da federação – União, Estados e Municípios. O propósito final é que já em 2011 dar efetividade a prática desses procedimentos por toda administração pública brasileira, o desafio é de proporções épicas, pois terá, assim como a Lei de responsabilidade Fiscal, que alcançar os quatro cantos do Brasil.

A2 – CONTABILIDADE

ATUAÇÃO DO PERITO CONTADOR E PERITO CONTADOR ASSISTENTE NAS VARAS DA JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Yaani Villar Matos

Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Joana Dar’c Medeiros Martins

Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A contabilidade é uma ciência social e tem como objeto o patrimônio de pessoas físicas e jurídicas. A ciência contábil está ramificada em diversas áreas, sendo a perícia contábil uma técnica inserida entre elas. A perícia contábil foi instituída no Brasil em 1946 através do Decreto-lei nº 9.295/1946, que criou o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que disciplinou a profissão e em 1999 publicou as Resoluções 857 e 858, que normatizam sobre o profissional perito e a perícia contábil. A resolução nº 857/99, NBC P2 – Normas Profissionais do Perito, fala que o perito contador deve ser devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e deve exercer a sua função de maneira imparcial e possuir o conhecimento da matéria. A perícia contábil é um instrumento técnico e científico que tem como finalidade dar suporte ao tomador de decisão. A justiça brasileira admite a perícia como um instrumento de prova, sendo assim, este trabalho profissional é muito utilizado para subsidiar os juizes em suas decisões. O objetivo principal dessa pesquisa é identificar como se dá a atuação do perito contador e perito contador assistente nas varas da justiça Federal do Rio Grande do Norte.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada foi bibliográfica, onde se buscou informações contidas em livros, revistas científicas, artigos, dentre outros, seguida de uma pesquisa de campo. Para se alcançar os objetivos pretendidos, foi aplicado um questionário elaborado com perguntas fechadas, junto aos juizes e diretores de secretaria que compõem as 7 Varas da Justiça Federal da cidade do Natal.

(RESULTADOS) Os resultados obtidos através dos questionários que foram aplicados evidenciaram que a freqüência de solicitação de perícias contábeis se dá quando as partes requerem e o juiz entende necessário, ou quando este determina de ofício, essas perícias são solicitadas ou pelo juiz ou pelas partes; a definição dos honorários contábeis do perito contador nos processos em que foi concedida justiça gratuita, o juiz arbitra com base em valores determinados por Resolução do Conselho da Justiça Federal, nos demais casos, o perito contador apresenta a proposta a qual será submetida à manifestação das partes e, por último, o juiz a homologa ou reduz o valor pedido. Na opinião dos juizes e diretores de secretaria, o trabalho executado pelos peritos contadores e peritos contadores assistentes servem como suporte para a tomada de decisão; com relação a eficácia da perícia na solução de litígios, os resultados geralmente atendem às expectativas dos juizes; já a entrega do laudo pericial pelo perito é feito dentro do prazo estabelecido pelo juiz e a entrega do parecer pericial pelo perito contador assistente é feita dentro do prazo estabelecido pelo Código de Processo Civil e por fim, só há participação dos peritos nas audiências quando estes forem necessários para prestarem maiores esclarecimentos.

(CONCLUSÕES) Diante dos resultados obtidos, conclui-se que o trabalho executado pelo perito contador e perito contador assistente, são de grande importância para a solução de litígios, dando suporte aos juizes na tomada de decisão. Observa-se que a Justiça Federal do Estado do Rio Grande do Norte, utiliza com freqüência a opinião técnica do profissional contábil, e este tem atuado nos processos, observando o que preceitua o Código de Processo Civil e as Normas Brasileiras de Contabilidade no que diz respeito a perícia contábil.

A2 – CONTABILIDADE

AUDITORIA INTERNA E O CUMPRIMENTO DAS NORMAS INTERNAS

Danielle Gonçalves De Menezes

Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Thereza Angélica Bezerra De Souza Santos

Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) As empresas antigamente, por sua maioria ser de grupos familiares, eram vistas de forma positiva, os investidores confiavam nas informações apresentadas por essas entidades. Mas com a expansão do mercado e acirrada concorrência, houve a necessidade de comprovar as informações fornecidas, por um profissional independente da empresa e de reconhecida capacidade para fazê-lo, o auditor externo. Esse profissional trabalhava de acordo com a necessidade das empresas, analisando processos internos no contexto geral e emitindo seu parecer sobre tal análise. Mas com a expansão dos negócios, a administração da empresa, sentiu necessidade de dar maior ênfase às normas e procedimentos internos, objetivando o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controle, surgindo assim o auditor interno. E no intuito de analisar como está o controle interno da Amora Ltda, esse estudo tem como principal objetivo verificar como a auditoria interna poderia minimizar, ou até acabar, com o descumprimento dos procedimentos internos da Cia, impactando positivamente no controle dos ativos da empresa.

(METODOLOGIA) A pesquisa será realizada em uma empresa no ramo de bebidas, sendo considerada um estudo de caso, já que será analisado os dados obtidos, no intuito de conseguir resultados satisfatórios que possam atender o objetivo do trabalho. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário, aplicado a 40 funcionários da área administrativa da empresa, de onde foram extraídos os índices que deram condições de analisar o nível de cumprimento das normas e procedimentos internos, para assim sugerir de como poderá ser resolvida tal situação encontrada.

(RESULTADOS) O resultado auferido com a aplicação dos questionários, evidenciou que a empresa Amora Ltda. apresenta bons índices, no que diz respeito a elaboração e exposição aos colaboradores das normas e procedimentos internos, já que 90% afirmaram terem sido informados da existência das normas, como também, 100% disseram ser muito importante o cumprimento dessas. Mas em contrapartida os laços de comprometimento em cumpri-las são insatisfatórios, evidenciados pelo fato de os colaboradores afirmarem que utilizam de outras vias para realização de um processo interno, sendo 70% os que dizem consultar um colega de trabalho pra realização de processos, seja por falta de hábito a leitura, falta de cobrança do gestor, por falta de acesso a norma ou por simplesmente não entender a forma que vem nela exposta. Ficando o sentimento de que tem algo que não está sendo realizado de forma adequada para permitir que esse fato ocorra, podendo aí entrar a auditoria interna para reativar esse comprometimento e fazer com que a política da empresa seja cumprida, afirmado por 95% dos entrevistados.

(CONCLUSÕES) A pesquisa permitiu compreender que os colaboradores avaliados afirmam ter conhecimento das normas internas, mas em contrapeso também asseguram que preferem se utilizar de outras vias para realizar os processos internos, seja consultando um colega de trabalho, ou seja fazendo da forma que acha devido, mas sem consultar a norma. Apesar disso, o resultado obtido no final da análise também pode constatar algumas formas de minimizar o descumprimento das normas, tais como, aplicação de treinamento sobre os processos internos por alguém capaz, realização de revisões nos procedimentos, em um período determinado, pela auditoria interna da empresa, melhorar a forma textual exposta na norma, para que seja melhor entendida, como também desenvolver uma ação para conscientizar os colaboradores da necessidade e importância de cumprir com as normas. Portanto pode-se concluir que há necessidade de implantar novas políticas internas na empresa. Novas medidas devem ser colocadas em prática para que possa preservar melhor seus ativos, e em consequencia melhorar seu resultado.

A2 – CONTABILIDADE

ECONOMIA FISCAL X REGIME TRIBUTÁRIO SIMPLIFICADO: UM ESTUDO DA CARGA TRIBUTÁRIA DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA NA CIDADE DO NATAL

Soraya Melo De Saboia Dantas

Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Thereza Angélica Bezerra De Souza Santos

Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Por ser a Contabilidade uma Ciência Social, acompanha o desenvolvimento da sociedade, para tanto, é desejável que a classe Contábil esteja sempre atualizada, acerca das Leis e suas alterações. A legislação federal traz opções tributárias diversas para que as empresa escolham, dependendo do seu porte e atividade, a melhor forma de pagar seus tributos e contribuições. A carga tributária aplicada para as empresas ocasiona impacto diretamente no seu resultado, relacionado ao fluxo de caixa, indicadores de desempenho e até mesmo a sua permanência no mercado. Através da Lei Complementar 123/06 e 127/07, o governo aprovou a nível nacional, o regime simplificado destinado as micro e pequenas empresas. Dessa forma, percebe-se a importância do Planejamento Tributário, verificando a viabilidade em as empresas, em particular as do segmento de vigilância, optarem pelo melhor regime tributário. Diante do exposto, o estudo tem por objetivo analisar se o regime tributário simplificado proporciona economia fiscal para as empresas do segmento de vigilância na cidade do Natal.

(METODOLOGIA) Para que os objetivos propostos fossem atingidos, realizou-se uma revisão bibliográfica, tendo como finalidade levar o pesquisador ao conhecimento dos estudos já feitos nas literaturas especializadas. Seguida de um estudo de caso, onde procedeu-se uma análise nos documentos da empresa estudada, como Balanço e DRE do exercício 2007. Os dados coletados foram processados através de planilhas eletrônicas em Excel, efetuando-se assim as análises dos dados, para a obtenção dos resultados do trabalho.

(RESULTADO) A empresa Roland Vigilância Ltda, em 2007, fez opção por tributar na forma do Lucro Presumido, mas poderia ter optado pelo Lucro Real ou Simples Nacional, esse último, a partir de julho de 2007. Após analisadas formas tributárias, notou-se que, apesar de a empresa ser optante pela apuração dos impostos, pelo Lucro Presumido, essa não foi a melhor forma tributária para ela. Na comparação da apuração dos impostos entre formas tributárias, observou-se uma diferença considerável entre o montante que seria recolhido caso se optasse por uma ou outra forma tributária. A tributação pelo Lucro Presumido, no exercício de 2007, resultou em um consumo de 17,69% de suas receitas anuais, com impostos federais e municipais. Caso tivesse optado em tributar pelo Lucro Real representaria um aumento de 2,23% em impostos, comparados a apuração pelo Lucro Presumido, que consumiria 18,08% das receitas anuais, por outro lado se a empresa, tivesse optado pelo regime tributário do Simples Nacional ela teria economizado cerca de 40% em impostos, isso representaria 10,61% de suas receitas, no mesmo período. Ressalta-se que a opção pelo Simples Nacional se deu a partir de julho de 2007, mas, para efeito de análise, retroagiu-se para janeiro de 2007, comparando-se períodos iguais, nas três formas tributárias. Os resultados obtidos poderão ser estendidos a empresas do mesmo segmento, que tiverem mesmo porte e características similares as da empresa estudada.

(CONCLUSÃO) O estudo analisou as formas de tributação federal, em particular a aplicação da Lei Complementar 123/06 e 127/07. Na análise de resultado observou-se que o planejamento tributário deve ser compreendido como uma ferramenta gerencial de análise tributária. Dessa forma as empresas poderão, de forma lícita, diminuir a carga tributária, maximizando assim seus lucros. No caso da empresa Roland Vigilância Ltda, a melhor forma tributária, para 2007, seria a opção pelo Simples Nacional.

A2 – CONTABILIDADE

GESTÃO BASEADA EM VALOR: UM ESTUDO SOBRE SUA APLICABILIDADE NO HOSPITAL DA LIGA NORTE-RIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER

Tereza Angélica De Moura Sidrim

Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Adriana Isabel Backes Stepan

Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Diante de recentes mudanças no mundo empresarial, mais especificamente na gestão de seus ativos, as Organizações passaram a adotar posturas de gerenciamento mais eficientes. Como é o caso da Gestão Baseada em Valor (GBV): um novo modelo de gestão que está sendo adotado por empresas voltadas para a geração de valor. Sabe-se que, devido à globalização, a gestão das empresas vem procurando novas formas de atuar, procurando sair do conceito convencional de busca de lucro e rentabilidade e se direcionando na criação de valor para o acionista. Por isso, com as mudanças que estão ocorrendo no cenário econômico e social, torna-se cada vez mais importante a preocupação com o meio ambiente e com as causas sociais. Em virtude disso, surgem várias organizações com finalidade de defender tais causas, como por exemplo, o Terceiro Setor, o qual é constituído por organizações sem fins lucrativos e não-governamentais que têm como objetivo gerar serviços de caráter público, promovendo benefícios à sociedade. Pode-se afirmar que a principal característica das organizações do Terceiro Setor é a sua finalidade social. Porém, a geração de lucro não elimina, a princípio, a possibilidade de existir sobra financeira, obrigando, assim, que essa sobra seja reinvestida integralmente na própria organização. Mas as organizações do Terceiro Setor, em muitas regiões, sofrem a falta de uma coerência gerencial e de um planejamento estratégico adequado à sua realidade. As dificuldades são muitas, salientado, principalmente, a financeira, que apesar da criatividade em atrair recursos, tem mostrado um diferencial positivo na manutenção de muitas organizações. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é avaliar uma nova ferramenta de gestão aplicada ao Terceiro Setor.

(METODOLOGIA) A tipologia de pesquisa quanto ao procedimento do estudo se caracteriza como estudo de caso na Liga Norte-Riograndense Contra o Câncer no ano de 2007. A pesquisa é classificada como descritiva, pois estuda características de certo grupo. Com relação à abordagem do problema, a pesquisa é quantitativa. Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental nas seguintes fontes primárias: relatórios contábeis publicados pela entidade (Balanço Patrimonial e DRE) e documentos internos fornecidos pela entidade. **(RESULTADOS)** A análise demonstrou que o Valor Econômico Agregado Ajustado (EVA□ Ajustado) encontrado na Liga Norte-Riograndense Contra o Câncer foi negativo, evidenciando a necessidade de mudanças na gestão da empresa. O Custo Médio de Ponderado de Capital (CMPC) encontrado representa um percentual de 31,22%, que é bastante alto, pois foi baseado na média ponderada capital terceiros mais representativo da liga, que são os empréstimos e financiamentos obtidos, já que o cálculo do custo do capital próprio é de difícil mensuração por ser uma entidade sem fins lucrativos. O cálculo do Retorno sobre o Investimento (ROI), todavia, foi encontrado de -14,36%, mas ao se fazer o ajuste, abatendo o resultado financeiro, o valor encontrado ficou -3,16%, evidenciando a onerosidade do capital de terceiros.

(CONCLUSÕES) De acordo com os resultados obtidos, pode-se afirmar que a possibilidade, bem como a necessidade de uma implementação de um sistema estratégico nas organizações sem fins lucrativos se faz preciso. Nesse sentido, a ferramenta Gestão Baseada em Valor (GBV) atende a essa necessidade, dando também suporte às decisões operacionais. A alteração de foco do acionista para a comunidade não se torna inviável à ferramenta, tornando possível à adequação ao Terceiro Setor. Diante de um setor tão complexo e pouco estudado muitas questões podem ser debatidas, como por exemplo, a captação de recursos de forma eficiente e com baixo custo.

A2 – CONTABILIDADE

IMPACTOS DA TECNOLOGIA DE BANCO DE DADOS NA SUBSTITUIÇÃO DE PLANILHAS DE DADOS PARA O CONTROLE INTERNO

Moab Santos De Farias

Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Thereza Angélica Bezerra De Souza Santos

Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Em virtude das facilidades na elaboração de planilhas de dados, empresas utilizam-nas como ferramentas de controle nos mais diversos setores. Tomando como referência esta realidade, este trabalho tem como objetivo identificar os impactos de controle quando estas planilhas são substituídas por Sistemas baseados em Tecnologia de Banco de Dados no gerenciamento de estoque de café em grau crú. A relevância científica encontra-se no fato de que o controle deve ser cada vez mais qualificado e melhorado com base nas novas tecnologias disponibilizadas no mercado. Empresas Dessa forma os resultados obtidos serão mais confiáveis para a tomada de decisão.

(METODOLOGIA) Para a realização deste projeto foram necessários os seguintes tipos de pesquisa: Bibliográfica, devido a utilização de um conjunto de materiais contendo informações já elaboradas e publicadas por outros autores; Qualitativa, por buscar situação específica, em que no caso foi o controle de estoque de matéria-prima de uma indústria de café, para se obter conhecimento mais específico; Exploratória, por buscar informações de fontes secundárias e realizar uma observação informal; Estudo de Caso, devido o objeto da pesquisa ser algo restrito.

(RESULTADOS) Através dos questionários enviados para os setores ligados diretamente com o controle de matéria-prima, abordando as conseqüências da utilização do Sistema de Tecnologia de Banco de Dados frente às planilhas de dados, foram identificadas diversas mudanças como aumento no grau de importância do inventário; maior segurança nos resultados disponibilizados nos relatórios; menor abertura para erros na entrada dos dados e maior segurança sobre as informações de estoque. Assim, a distância entre os benefícios na utilização de Sistema de Banco de Dados frente às planilhas de dados é bem significativa. Detalhe que percebe quando se busca informações de períodos distintos com o objetivo de construir resultados para tomada de decisões.

(CONCLUSÃO) Os resultados deste trabalho mostraram que os Sistemas de Tecnologia de Banco de Dados trazem grandes impactos na realização do controle por parte da administração de uma empresa possibilitando a identificação das falhas quase que de imediato. Foi percebido que, por mais que a utilização de planilhas de dados seja hábito comum em muitas empresas, seus resultados ao longo do tempo não são dos melhores. Isto porque os maiores atrativos na utilização de planilhas são as facilidades em sua construção. Mas foi percebido que as facilidades, com o passar do tempo, vão reduzindo e de forma proporcional aumentam as dificuldades de gerenciamento devido o volume de arquivos e o fato de juntos não formarem um sistema integrado.

A2 – CONTABILIDADE

INDICADORES DE DESEMPENHO: UM ESTUDO DE CASO NO SETOR DE CULTIVO DE CAMARÃO

Rosemary Batista Da Silva

Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Joana D'arc Medeiros Martins

Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O contemporâneo ambiente econômico, onde a internacionalização dos mercados tem direcionado para sensíveis mudanças em termos organizacionais, tem se destacado pelo aumento da exigência por parte dos consumidores, assim como pela crescente competitividade do mercado. Diante disso, as entidades enfrentam o dilema de detectar as melhores formas de se destacarem no mercado e não se defrontarem com possíveis descontinuidades. Torna-se então, essencial por parte dos gestores, o estudo das melhores formas de administrar, identificando maneiras que possam contribuir para a maximização dos resultados almejados pelos mais diversos interessados na situação empresarial, e ainda promover a racionalização de recursos. O objetivo do trabalho é analisar se a utilização de indicadores de desempenho contribui ao processo decisório das empresas do setor de cultivo de camarão. Para tanto, verificou a participação da contabilidade no fornecimento de informações para a utilização dos indicadores de desempenho, identificando quais são os indicadores de desempenho financeiro e não financeiro utilizado no processo decisório deste setor.

(METODOLOGIA) A pesquisa se classifica como bibliográfica que foi sistematizado e desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, artigos, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Seguida de uma pesquisa de campo onde foi feita uma investigação empírica através de entrevista estruturada, realizada em uma empresa com atividade de cultivo de camarão localizada na cidade do Natal/RN. **(RESULTADO)** Através das respostas foi possível identificar o perfil do respondente, que é proprietário da empresa, tem vinte e seis anos de experiência no mercado, possui formação de nível superior e declara que o seu estilo de gerenciamento está focado em descentralizar bastante as decisões. A empresa está exercendo a atividade de cultivo de camarão no mercado natalense por mais de 10 anos; possui mais de quinhentos funcionários devidamente registrados, tem contrato de assessoria contábil e jurídica mensalmente e possui certificado/selo de controle de qualidade sobre os produtos produzidos em seu estabelecimento. O proprietário declara que não possui nenhum tipo ou modelo de avaliação de desempenho. No entanto, faz comparações em relação ao que foi planejado e executado, mas não divulga as diretrizes e estratégias (missão, visão, estratégias e metas). Afirma que as principais barreiras para implantação de um sistema de medição de desempenho são: o tempo para coletar os dados e as dificuldades de analisá-los. Com relação aos aspectos relativos à utilização dos Índices Financeiros e Não Financeiros o estudo demonstrou que a empresa afirma ser muito importante utilizar o índice de liquidez imediata e liquidez corrente, porém, para efeito de tomada de decisões não utiliza os índices de liquidez seca, liquidez geral e os resultados obtidos pelo capital circulante líquido. Com referência aos indicadores de desempenho relacionados com recursos humanos, a empresa considera importante e utiliza do custo com pessoal. Com relação aos indicadores de atendimento, horas de treinamento, acidente de trabalho e índices de hora extra não acha importante, por este motivo não utiliza nas tomadas de decisões.

(CONCLUSÕES) O trabalho objetivou analisar a utilização dos indicadores de desempenho na tomada de decisões, o resultado da pesquisa demonstra que o gestor da empresa em estudo utiliza muito pouco os indicadores de desempenho, estando concentrado nos índices financeiros especificamente os de liquidez corrente e nos não financeiros utiliza apenas os indicadores com custo com pessoal.

A2 – CONTABILIDADE

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS PELOS GESTORES PÚBLICOS NO FINAL DA LEGISLATURA

Raimundo Alves Maciel Filho

Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Marise Magaly Queiroz Rocha

Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A administração pública brasileira há alguns anos vem passando por constantes transformações, no tocante a legislação varias leis e dispositivos foram publicados para com o intuito de fiscalizar e coibir administrações danosa ao patrimônio público. Diante disso trabalho tem o propósito de detectar os principais pontos que o gestor municipal deve observar para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Desta forma é de fundamental importância destacar as principais vertentes que fazem com que a administração pública alcance o equilíbrio financeiro e reduza suas obrigações em restos a pagar. Com o propósito do bom uso da máquina pública e continuidade da prestação de serviços à população, surgiu no Brasil a Lei de Responsabilidade Fiscal (lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000), dispositivo criado pelo governo para tentar evitar com que prefeitos e governadores endividem as cidades e estados mais do que conseguem arrecadar. Tal medida procura o equilíbrio das finanças públicas através de uma gestão orçamentária transparente almejando assim o equilíbrio financeiro. A Lei de Responsabilidade Fiscal é amparada nas normas constitucionais sobre as finanças públicas no capítulo II do Título VI da Constituição Federal. A LRF introduz conceitos de responsabilidade e transparências resguardando assim a viabilidade fiscal. Esta lei é um verdadeiro código de boas condutas fiscais aplicável a todos os entes da Federação União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obrigando de que as finanças sejam detalhadas aos Tribunais de Contas.

(METODOLOGIA) Quanto ao instrumento de pesquisa, trata-se de uma investigação de caráter exploratório, tendo em vista a busca de maiores informações sobre o que deve ser observado pelos gestores no final do mandato com o intuito de ampliar o conhecimento existente sobre o tema proposto. Assim, para o delineamento do trabalho foi aplicada a pesquisa documental utilizadas em levantamento bibliográfico de dados. A coleta dos dados foi feita através do Sistema Integrado de Auditoria Informatizada – SIAI, idealizado em 2000 pelo Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte. O universo para estudo empírico devido sua disponibilidade e acessibilidade foi executado no Município de Poço Branco / RN, no período de 2004-2005.

(RESULTADOS) Através da análise dos dados obtidos através da coleta por meio do Sistema Integrado de Auditoria Informatizada – SIAI e com o auxílio de legislação correlata foi possível identificar as regras que o gestor deve observar no ultimo ano de mandato como: não aumentar a despesa total com pessoal nos últimos cento e oitenta dias de mandato; vedação da contratação de Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentaria; observar o limite da dívida consolidada; não contrair obrigações nos últimos dois quadrimestres de gestão que não apresente disponibilidade financeira para seu pagamento. No tocante as penalidades identificadas nesse estudo vão de detenção mínima de seis meses a dois anos para o gestor que deixar de adotar as medidas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, quando a despesa total com pessoal exceder o limite de noventa e cinco por cento. A penalidade máxima identificada é de três anos e três meses para o chefe do executivo que não liquidou as Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentaria, bem como seus juros e encargos até o encerramento do exercício financeiro, esta penalidade tem reflexo na inabilitação para a função pública.

(CONCLUSÕES) O trabalho objetivou analisar em consonância com a LRF, quais os principais aspectos que devem ser observados pelos gestores no final da legislatura. O resultado da pesquisa demonstra que gestor do executivo do município atentou para o limites da legislação vigente bem como a inscrição de restos a pagar com disponibilidade financeira para seu pagamento e de outros obrigações.

A2 – CONTABILIDADE

PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO: UMA OPÇÃO PARA O MERCADO IMOBILIÁRIO DA CIDADE DE NATAL/RN

Emanuela Carla Da Silva Dias

Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Adriana Isabel Backes Steppan

Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Em razão do grande crescimento do mercado e da globalização, novas empresas estão surgindo em diversos ramos e áreas, fazendo com que a atividade imobiliária se expanda cada vez mais. A contabilidade, por ser uma ciência social que tem como objetivo a sistematização das informações de natureza econômica, física e produtiva, termina por influenciar normas e práticas contábeis, no sentido de acompanhar as mudanças de vários segmentos. Como é o caso da Atividade Imobiliária, que se apresenta como o foco deste estudo. Com o crescimento do mercado imobiliário surgiu uma preocupação com a segurança, especificamente, no momento da compra de uma unidade de um empreendimento. Foi pensando nisso que em 2 de agosto de 2004, o governo criou a lei nº 10.931, denominada de Patrimônio de Afetação. Quer dizer quando o terreno e as suas acessões, assim como os demais bens e direitos do empreendimento, deverão se manter apartados do patrimônio do incorporador, consistindo na adoção de um patrimônio próprio para cada empreendimento, o qual passará a ter a sua própria contabilidade, com sua escrituração separada, sendo apenas os saldos dos empreendimentos incluídos no balanço da Construtora/Incorporadora. Por essa razão, este trabalho responde a seguinte questão: Quais as características da adoção do Patrimônio de Afetação nas empresas imobiliárias?

(METODOLOGIA) Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, como uma simulação sobre o faturamento no período de 12 meses, comparando a utilização do Regime Especial de Tributação (RET) com as demais formas de tributação que podem ser utilizadas nas incorporadoras e imobiliárias.

(RESULTADOS) A análise constatou que o faturamento da empresa Lindos Mares Incorporadora Imobiliária Ltda demonstrou como se aplica o patrimônio de afetação no mercado Northeriograndense e como o RET funciona. A empresa teve seu faturamento anual de R\$ 26.700.000,00, considerada de médio porte, cujo faturamento anual ultrapassa o limite do Lucro Presumido que é de R\$ 24.000.000,00, estipulados pela Receita Federal. Caso a empresa fosse optante por essa forma de tributação, seria automaticamente obrigada a calcular seus tributos pelo Lucro Real. Percebe-se, portanto, a vantagem do RET, o qual não possui limite específico às alíquotas que são fixas, nem correndo risco de mudanças nas formas de tributações. Quanto às vantagens ao comprador, pode-se afirmar que o mesmo teve seguridade quanto à iniciação e execução da construção das unidades, como já previsto na Lei 10.931/2004, cujo objetivo maior é proteger o cliente que compra unidades imobiliárias na planta.

(CONCLUSÕES) Pode-se concluir que, em relação ao Regime Especial de Tributação, este só é viável quando a empresa possuir um faturamento alto, chegando a ultrapassar o limite estipulado da Receita Federal, para as empresas que optam pelo Lucro presumido que é de R\$ 24.000.000,00 anual, ou seja, caso a empresa opte pelo Lucro Presumido para cálculo de impostos, automaticamente, seria obrigada a passar ao Lucro Real, já que seu faturamento anual chegou à R\$ 26.700.000,00. Os cálculos dos tributos mensais e trimestrais foram analisados e comparados, facilitando o entendimento do desempenho do RET diante das demais formas de tributação. Percebeu-se que, em relação à adoção pelo Patrimônio de Afetação, houve uma maior confiabilidade para o comprador, sendo importante salientar que o Patrimônio de afetação não é, apenas, mais uma forma de tributação.

A2 – CONTABILIDADE

UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DA CIDADE DO NATAL

Givanilda Florencio Da Silva

Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Adriana Isabel Backes Steppan

Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Com a globalização e a aceleração do crescimento da informatização percebe-se a necessidade de acompanhar inovações atuais que o mercado impõe a todos os profissionais. E não poderia ser diferente para o profissional de contabilidade, o qual passou de um período manuscrito para a era da informática. Essa transformação na área se intensifica a cada dia. Portanto, é de fundamental importância que o contador esteja atualizado e especializado com os sistemas de informações. Assim sendo, para que o profissional contábil possa melhor atender os usuários da contabilidade de forma eficiente e eficaz, deve dispor de sistemas contábeis que dêem condições de gerar informações em tempo hábil e relevante. A Tecnologia de Informação, por sua vez, exerce um papel importante ao fornecer a informação necessária para dar suporte a processos decisórios; auxiliando os usuários da contabilidade na geração de informações e gestão de dados, pois o excesso de informações pode causar conflitos. Por essa razão, deve-se utilizar métodos eficazes para armazenar, acessar, navegar e manusear adequadamente todo conhecimento e informação.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa de levantamento (surveys), com utilização de entrevistas com questões abertas e fechadas para a obtenção dos dados, os quais são analisados através da estatística descritiva. O seu universo é representado pelos escritórios de contabilidade da cidade do Natal/RN, a amostra, todavia, levou em consideração os critérios da conveniência e oportunidade.

(RESULTADOS) Os escritórios de contabilidade se mostraram impactados com a implantação da Tecnologia da informação. Pode-se dizer que 30% desse impacto está relacionado a resistência por parte dos funcionários, bem como a falta de suporte técnico. Verificou-se que houveram grandes benefícios alcançados pelas empresas, em razão da utilização da TI como facilitadora para agilizar os resultados de suas atividades, ou seja, a análise mostrou que 73% das empresas utilizam a Internet em seus trabalhos. Observou-se que a informação agrega valor a uma empresa e/ou indivíduos; que 50% das empresas consultadas entendem a necessidade de utilizar ferramentas apropriadas para garantir informação, em tempo hábil, para os usuários da contabilidade.

(CONCLUSÕES) A dificuldade encontrada na utilização da TI está relacionada a resistência dos funcionários e a falta de suporte técnico. Sabe-se, que os benefícios são de grande valia para a continuidade e melhoria nos controles, o que facilitaria a compreensão das funções produtivas, tendo em vista agilizar as atividades da empresa e prover as informações em tempo hábil. Pode-se concluir que as empresas agregam valores e ampliam o leque de oportunidades gerando um diferencial competitivo no mercado de trabalho, com forte influência, ao se utilizarem de ferramentas apropriadas ligadas a TI.

A2 – CONTABILIDADE

UMA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA DOS ELEMENTOS QUE DEVEM SER CONSIDERADOS PARA A ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA DE UMA ORGANIZAÇÃO

Bruno César De Medeiros

Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Diogo Henrique

Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Muitos são os interessados pelos demonstrativos e relatórios produzidos pela contabilidade, utilizados para dar suporte adequado para a tomada de decisão dos usuários da informação contábil. Com isso, verifica-se a importância da informação contábil como fator fundamental para o processo decisório, evidenciando e explicando de forma clara, segura e confiável os fatos ocorridos dentro de uma entidade e que afetam o seu patrimônio. A análise de balanços propicia as avaliações do patrimônio da empresa e das decisões tomadas, tanto em relação ao passado retratado nas demonstrações financeiras como em relação ao futuro espelhado no orçamento financeiro. A análise financeira das demonstrações contábeis é uma ferramenta poderosa à disposição das pessoas físicas e jurídicas relacionadas à empresas, como acionistas, dirigentes, bancos, fornecedores, clientes e outros. A importância das Demonstrações Contábeis está intimamente ligada à sua divulgação junto aos sócios, acionistas, investidores, credores e interessados em geral, de forma clara e objetiva, possibilitando o entendimento e, conseqüentemente, a avaliação da situação em que se encontra uma determinada sociedade e os riscos que essa possa oferecer.

(METODOLOGIA) A análise dos elementos que devem ser considerados para a determinação da situação econômico-financeira de uma organização se dará nas sociedades anônimas de capital aberto do estado do Rio Grande do Norte. Utilizar-se-á essa estratégia pelo fato desse tipo de empresa primar pela qualidade da divulgação de informações contábeis, haja vista a captação de recursos através da emissão de ações no mercado realizada por essas organizações. Com isso, essa pesquisa se restringirá a análise da situação econômico-financeira da Guararapes Confecções S/A, classificando-se, assim, em um estudo de caso.

(RESULTADOS) Com base nos índices Econômico-Financeira obtidos através da análise das demonstrações contábeis da Guararapes Confecções S/A nos períodos de 2002 à 2007 podemos relatar vários índices encontrados e emitir parecer sobre os índices encontrados. Podemos relatar alguns índices por indicadores como o índice de liquidez onde mais em específico a Liquidez Geral revela o quanto a empresa possui no curto e longo prazo para saldar suas dívidas, nesse caso o resultado foi igual em média 1,63 significa que para cada R\$ 1,00 de dívida, a entidade possui R\$ 1,63 de recursos para quitar essa dívida, proporcionando uma sobra de R\$ 0,63. Já no índice de endividamento revelam a dependência Financeira da empresa com relação as suas exigibilidades, mostrando a participação do capital de terceiros com relação ao montante investido em ativos O resultado em média que obtemos foi de 0,34 esse indicador mostra o percentual do ativo financiado pelos recursos de terceiros. Obtemos também o índice de atividade que são usados na análise financeira de uma empresa e servem para medir a rapidez com que várias contas são convertidas em vendas ou caixa. Já no que diz respeito ao índice de rentabilidade esse grupo de índices permite analisar as taxas de retornos obtidas pela empresa sob diversos aspectos dentre esses obtemos a margem líquida que foi em média 69,34 isso evidencia qual foi o retorno que a empresa obteve frente ao que conseguiu gerar de receitas, um índice excelente pra cada 100,00. E por fim foi feito tanto a análise vertical quanto a análise horizontal da empresa.

(CONCLUSÕES) Por tanto podemos concluir que apartir das demonstrações contábeis os usuários dessa pode detectar possíveis problemas e traçar soluções baseadas nos índices econômico-financeiros obtidos. Com relação à empresa Guararapes Confecções S/A nos períodos de 2002 à 2007, podemos entender que a folga financeira dela é considerada boa e que a tendência é de crescimento contínuo, pois essa disponibilidade financeira permite a empresa continuar investindo no seu crescimento.

A2 – CONTABILIDADE

VALOR ECONOMICO AGREGADO: ANALISE DA GERAÇÃO DE VALOR DA GUARARAPES CONFECÇÕES S.A NO PERIODO DE 2001 A 2007

Dulcilene Vieira Moreira

Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Orientador:

Diogo Henrique Silva De Lima

Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O fenômeno da globalização determinou o aumento da competitividade e dela a necessidade das empresas em atender eficientemente sua demanda interna que são os investidores e externa que são os consumidores de seus produtos e serviços. As empresas são compreendidas como tomadoras de decisões financeiras de investimento e financiamento, tendo como principal objetivo a maximização de riqueza dos proprietários. Assim, a contabilidade torna-se o maior sistema de informações disponível dentro das organizações e tais informações devem permitir avaliar a geração de valor das entidades, e dessa forma auxiliar os usuários no processo de tomada de decisão, fornecendo informações úteis, relevantes e em tempo hábil. Diante da concepção de maximização de riqueza, taxas de rentabilidade e custo de capital das empresas como forma de torná-las economicamente atraentes, em um mercado cada vez mais competitivo, esse estudo tem como principal objetivo analisar se o grupo Guararapes Confecções S/A gerou valor para seus investidores no período de 2001 a 2007?

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo de caso por tratar-se de uma pesquisa de estudo e interpretação de dados reais de uma única empresa: a Guararapes Confecções S/A, no período de 2001 a 2007. A coleta de dados utilizada foi a do tipo documental, feita através de publicações no site da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo) e da própria Guararapes Confecções S/A, de onde foram extraídos os relatórios contábeis (Balanço Patrimonial, DRE e DOAR), dentre outros, disponibilizados, objetivando a devida verificação por meio de estudos e aplicações de teorias, se a empresa gerou valor para seus investidores.

(RESULTADOS) O cálculo do EBITDA do período analisado que foi baseado na própria DRE do Grupo Guararapes Confecções S/A, evidenciou de forma positiva a capacidade operacional de geração de caixa futura da empresa. Quanto a estrutura de capital o grupo manteve uma política de financiamento direcionada para maior utilização de capital próprio que variou entre 59,6% e 71,3% e a participação de capital de terceiros variou entre 28,6% e 40,4%. O cálculo do custo médio ponderado de capital da Guararapes Confecções S/A, teve como base para o custo de capital próprio o resultado do ROE (retorno para os acionistas) e para o custo de capital de terceiros foi feito a média ponderada da TJLP de cada período em análise. Pode-se observar que o WACC variou entre 5,17% e 12,88%. Com relação ao EVA, destaca-se o ano de 2003 em que a empresa apresentou um relevante decréscimo de 7,1%, conseguindo em 2004 retomar o crescimento em 2.320%. Já o MVA (GOODWILL), apresentou no ano de 2003 um decréscimo de 12,1% e em 2004 houve um aumento de valor de mercado de 1.090%.

(CONCLUSÕES) Com base nos resultados obtidos através do cálculo do EBITDA, observou-se que o grupo Guararapes Confecções S/A, apresentou resultados positivos quanto a sua capacidade de geração de caixa futura. No tocante a análise da estrutura de capital, foi identificado que a empresa utiliza em sua composição mais capital próprio do que capital de terceiros. Quanto a aplicação do EVA e do MVA, foi detectado que com exceção do ano de 2003 em que o grupo sofreu grandes impactos negativos, devido ao cenário desfavorável da conjuntura econômica do país, a empresa agregou valor econômico e aumentou seu valor de mercado nos demais períodos. Para estudos futuros propõe-se estender a pesquisa a empresas do mesmo ramo de atividade, bem como a outras empresas de porte semelhante, ampliando o leque de oportunidades para profissionais de contabilidade no que diz respeito a assessoria contábil, de forma a enfatizar que mais importante do que lucro, as empresas devem gerar riqueza para seus proprietários.

DIREITO

ANAIS



**VIII CONGRESSO DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FARN**

DIREITOS HUMANOS, ÉTICA E CIÊNCIA:
NOVOS TEMPOS! NOVOS PARADIGMAS!

29 a 31 de outubro de 2008

Volume 2 - Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

A3 – DIREITO

A ADOÇÃO E SEUS ASPECTOS JURÍDICOS, HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS

*Aline Alves De Barros
Raissa Gomes Cabral
Sarah Melo Rodrigues De Souza
Viviane Kely Da Silva Moura*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Ana Paula Cacho
Lenice Silveira Moreira De Moura*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como objetivo expor a importância da adoção, principalmente em países como o nosso, onde há tantas crianças e adolescentes que foram abandonados por seus pais biológicos e precisam de um novo lar para receber carinho e educação. A adoção é o ato jurídico que estabelece o vínculo de filiação, oferecendo a quem não tem ou não pode ter filhos e aos menores desamparados, ou ainda àqueles jovens que já são maiores de idade, um recurso para instituir uma família. Além do campo moral, esse ato se insere no campo ético. Em algumas legislações efetua-se a adoção pelo simples consentimento dos interessados, solenemente declarado, enquanto em outras, exige-se a intervenção judicial, através de homologação ou decreto. O Direito Romano conheceu duas formas de adoção, a *datio in adoptionem* e a *arrogatio*. Além do campo material, a adoção se insere no campo filosófico, da indagação, das incertezas, da vontade de adotar e da dúvida da escolha.

(METODOLOGIA) A metodologia empregada para a realização deste trabalho teve como base referências bibliográficas específicas no assunto, documentos eletrônicos e uma entrevista ao juiz Sérgio Maia, de competência da 2ª Vara da Infância e Juventude, caracterizando esse estudo como descritivo.

(RESULTADOS) A adoção teve seu prenúncio na Antiguidade, como forma de perpetuar o culto doméstico, sendo obrigação daquela família que não gerasse uma prole adotar uma criança, mas foi a partir do Direito Romano que essa instituição se difundiu e sistematizou. Atualmente, de acordo com o juiz Sérgio Maia, a adoção caminha para o bem-estar do adotado, para a asseguaração dos seus direitos. Existem três tipos de adoção, a intuito *persona* ou direta, a de criança exposta e a de destituição do poder familiar, as duas primeiras são de jurisdição voluntária e, portanto, mais rápidas, a última é mais demorada por ser de jurisdição contenciosa. Adotar já foi um processo muito complicado em nosso país, mas com o atual apoio da legislação e o advento dos Juizados da Infância e da Juventude, ficou mais fácil adotar um filho. O Direito, ao ser um dos mecanismos de asseguaração dos direitos do indivíduo, regula a adoção. O Estatuto da Criança e do Adolescente, consubstanciado no princípio da proteção integral, considera seus destinatários como sujeitos de direito, diferentemente do Código de Menores, que os considerava como objetos do Direito.

(CONCLUSÃO) A adoção está inserida em um cenário de impossibilidades, bem como no direcionamento da ética social, envolvendo interesses e direitos. Os filhos adotivos são a resultante da impossibilidade de pais biológicos de ficarem com os filhos que geraram, mas são, também, a consequência do poder de outras pessoas que, não podendo ou não querendo gerar seus próprios filhos, buscam, no poder gerar e não poder criar de outros, a realização do desejo de procriação. Logo, quando decidimos adotar um filho, estamos implicitamente assumindo as mesmas responsabilidades de quem gera seu próprio filho, sendo que a adoção nos leva à confrontação com a revelação da forma pela qual ele se tornou filho. A direção dada a essa questão vai influir em aspectos importantes na formação de sua personalidade, bem como da auto-estima, auto-imagem e reconhecimento de seu valor como pessoa. Isto posto, leva-se a concluir que a adoção não é somente um ato jurídico, mas sim, um ato de compaixão perante o próximo, no qual prevalece a necessidade árdua de querer plantar a semente do amor e da família.

A3 – DIREITO

A AMPLIAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO E A CONTROVÉRSIA NO QUE TANGE O DISSÍDIO COLETIVO A PARTIR DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº45/2004

*Clésio José de L. Freire Filho
Igor Leonardo Bandeira Lopes
Karina Cândida Oliveira
Renato Pinho De Souza*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Marcelo De Barros Dantas

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Após a promulgação da Emenda Constitucional nº 45 no ano de 2004, várias mudanças e ampliações passaram a vigorar na Justiça do Trabalho. Devido ao fato dos inúmeros benefícios que a mesma trouxe aos litigantes no âmbito trabalhista, faz-se mister a importância do trabalho apresentado. Cujo objetivo central é focalizar um estudo na análise da competência trabalhista e a (in)constitucionalidade do termo "de comum acordo", abordando a controvérsia doutrinária, no que tange essa expressão, a respeito dos dissídios coletivos impetrados por grupo de trabalhadores, de forma a nos fornecer informações também de natureza exemplificativa, do que seria essa controvérsia. Inicialmente apresentaremos alguns posicionamentos doutrinários sobre o tema, analisando, posteriormente princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional e as formas de controle de constitucionalidade possíveis diante dos dissídios coletivos ajuizados na vigência da Emenda Constitucional n.º 45. Ao final, apresentaremos a forma como entendemos que a questão deve ser solucionada pelos tribunais.

(METODOLOGIA) Para a realização da pesquisa em apreço, necessário se fez um levantamento bibliográfico, lançando-se mão dos aspectos concernentes ao tema na Emenda Constitucional 45/2004. Outrossim, realizamos uma pesquisa exploratória para identificar a controvérsia, traçada pela doutrina, da expressão no novo texto constitucional que passou a disciplinar os dissídios coletivos (art. 114, § 2º da CF/88).

(RESULTADOS) Com o advento da EC 45/04, a Justiça do Trabalho tornou-se competente para processar e julgar ações decorrentes de relações de trabalho, não mais se limitando a dirimir os conflitos decorrentes da relação de emprego. Cuidou-se aqui de distinguir tais relações no Direito do Trabalho, observando as peculiaridades próprias desta seara jurídica. Além disso, como já exposto, foi explorada a controvérsia que diz respeito ao requisito do "comum acordo" para o ajuizamento dos dissídios coletivos. Pois bem, entre os direitos e garantias fundamentais declarados pela Constituição Federal, encontra-se a garantia de acesso à jurisdição, prevista pelo art. 5º, inciso XXXV. Trata-se, pois, do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, da ubiqüidade ou indeclinabilidade da jurisdição. Desta forma, é evidente que, ao estabelecer a obrigatoriedade de anuência da parte contrária para o ajuizamento do dissídio coletivo, a Emenda Constitucional n.º 45 violou o princípio da indeclinabilidade da jurisdição. Porém, tal questão foi analisada com maior ênfase no curso do trabalho em tela.

(CONCLUSÕES) Com isso, foi possível observar que, com as modificações trazidas pela EC 45/04, houve uma demanda maior para a Justiça Trabalhista. Tais mudanças são todas ações oriundas da relação de trabalho (espécie de relação) e não mais de emprego (gênero de relação) que eram limitadas; já nas relações de trabalho, por serem das mais diversas, seria natural e juridicamente aceitável que a Justiça Trabalhista tivesse sua competência abrangida, devido a sua importância para o Direito Brasileiro. Assim sendo, verificamos também que o requisito do "comum acordo" é inconstitucional e cuja motivação foi desenvolvida no corpo do trabalho.

A3 – DIREITO

A ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO EM TOULMIN

*Guilherme Gatto Azevedo Cabral
Sandra Araújo Da Silva*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*José Eduardo Moura
Noemi Favassa*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Um dos traços característicos do comportamento humano é a prática da argumentação. Certos pensamentos ou idéias que expomos exigem, também, a apresentação das razões que temos para afirmá-los. Isso ocorre, em especial, quando usamos uma linguagem argumentativa. O argumento, entendido como o conjunto das razões que apresentamos para sustentar uma alegação e essa alegação, em seu estado bruto, muitas vezes pode ser composto por muitas paginas de texto, dentro destas, teremos parágrafos com suas principais idéias, ou seja, temos como que uma visão anatômica do argumento. Quando enxergamos as sentenças individuais, e podemos analisar uma por uma, percebendo sua função na estrutura argumentativa ou refutando-a, chegamos ao ponto de estudo dos lógicos, à estrutura fina, ou fisiológica do argumento. Aristóteles, em sua filosofia, relata que essa microestrutura do argumento é simples, formada por três proposições “premissa menor, premissa maior, portanto conclusão”. Quando Toulmin, em 1958, publica “The uses of argument”, apresenta um novo modelo de análise do argumento, que foge dos padrões da lógica dedutiva (formal), e questiona a respeito da suficiência do silogismo categórico como modelo para um argumento jurídico.

(METODOLOGIA) Este trabalho foi desenvolvido avaliando diversos textos, com base na teoria da argumentação de Toulmin e suas formas de argumentação. É um estudo bibliográfico e qualitativo.

(RESULTADOS) Percebe-se que o layout dos argumentos, o modelo que Toulmin nos apresenta como a forma comum de argumentação mais completa, exige uma elaboração mais sofisticada de um argumento, do que a que se obtém com base nas duas premissas e uma conclusão de um silogismo. Os elementos que compõem esse layout, que podem passar mais coerência e confirmar a pretensão argumentativa independente dos questionamentos que possam ser levantados, são: Dados (D), que representam as razões apresentadas em favor de uma Conclusão (C), a Garantia (W), que autoriza a passagem dos dados para a conclusão, constituem os elementos básicos de um argumento. O Respaldo (B) que são o que dá apoio a uma Garantia, os Qualificadores modais (Q), que representam a força (lógica) com que se afirma a conclusão e a Refutação (R), circunstâncias que forcem o abandono da garantia. Estes elementos cumprem funções relacionadas entre si, e compõem o pano de fundo sobre o qual será analisada a força do argumento. Cada um destes componentes é utilizado intencionalmente com objetivos específicos, que são os de fazer com que o proponente confirme sua pretensão inicial. Passamos, assim, a utilizar assim métodos críticos que nos capacitam a avaliar de forma qualificada e imparcial os pontos fortes e fracos dos argumentos.

(CONCLUSÕES) Através da teoria de Toulmin obtém-se um método simples para superar a análise habitual do silogismo categórico, aplicável a todos os campos da argumentação. É possível utilizar-se de maneira técnica o layout, para evitar a ambigüidade que aparece no modelo tradicional de análise lógica. Conseguir uma representação funcional, permitindo a visão da estrutura dos argumentos com maior clareza, e mais próximo do uso real do que os habitualmente usados na lógica formal.

A3 – DIREITO

A APLICAÇÃO EFETIVA DO DIREITO INTERNACIONAL NOS CRIMES DE PEDOFILIA PELA INTERNET

Ana Virgínia Cabral De Oliveira

Leocádia Silva De Almeida

Marcela Freire Oliveira Da Costa

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Vânia Vaz Barbosa Cela

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Com a popularização e expansão do acesso ao espaço virtual através da rede mundial de computadores (a Internet), milhões de indivíduos no mundo inteiro obtiveram uma ferramenta de interligação que permite o acesso a uma quantidade de informações praticamente inesgotáveis, relativizando os conceitos de distância, tempo e lugar. Mas se fronteiras foram vencidas, não se pôde evitar o surgimento de problemas legais inerentes à tecnologia da informatização, notadamente a expansão do crime de pedofilia, criando o que se convencionou chamar de “rede internacional de pedofilia”. O delito potencializou-se, ocorrendo agora através de salas de bate-papo, comércio e troca de fotos por correio eletrônico e divulgação em sites. A utilização da internet como meio para a prática do ilícito é ainda mais inquietante em virtude da dificuldade na coleta de evidências e identificação dos criminosos. Em assim sendo, o combate a rede internacional de pedofilia configura um desafio de escala global, cujo sucesso depende de um esforço internacional conjunto.

(METODOLOGIA) Como fonte de pesquisa, foi utilizada a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, maior instrumento jurídico internacional que fundamenta o combate à pedofilia. Foi analisada também a Convenção Européia sobre Crimes Cibernéticos, instrumento que oferece soluções ponderadas e fundamentadas sobre como lidar com crimes cometidos dentro do ciberespaço e através da internet, que leva em conta a soberania dos Estados e as divergências de legislações, e vem sendo aplicado com sucesso na Europa.

(RESULTADOS) Partindo-se da necessidade de buscar a maneira mais eficiente de concretizar uma colaboração entre Estados utilizando-se dos instrumentos de cooperação jurídica internacional, depreendeu-se que a assinatura de tratados com outros países, visando auxílio e colaboração mútuos, uma agilização no diálogo entre as autoridades de diferentes países e menor burocracia na efetivação de instrumentos de cooperação, tal qual o auxílio direto, seriam um primeiro passo em direção a uma evolução na luta contra a rede internacional de pedofilia.

(CONCLUSÕES) Percebeu-se desta maneira que, se as leis nacionais têm sua aplicação limitada a território específico, fronteiras não mais representam um empecilho às ações criminosas graças a Internet. Portanto, faz-se necessária a adoção urgente de adequados instrumentos internacionais para coibi-las. Acordar acerca da determinação de preservação de dados armazenados em sistemas de computadores por um certo período de tempo, realizar comunicação entre autoridades via fax ou e-mail, evitando os meios diplomáticos tradicionais mais demorados, designar autoridades para receber e enviar pedidos de assistência mútua, bem como executar tais requisições e transmiti-las as autoridades competentes, são apenas algumas das possíveis soluções a serem tomadas a nível internacional, que já são adotadas por outros Estados e que auxiliariam no combate a esta vergonhosa violência contra a criança que é a pedofilia.

A3 – DIREITO

A COLISÃO DE INTERESSES ENTRE A LIBERDADE DE IMPRENSA E PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.

*Érida Cecy M. V. Varella
Renata De Medeiros Ramos
Paula Serrano Rocha P. Gaspar*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Rita De Cássia De Andrade Silva
Alexandro Gomes Bezerra Dos Santos*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Episódios recentes no Brasil têm mostrado que o Poder Judiciário é um dos alvos preferidos dos jornalistas que buscam escândalos ou matérias sensacionalistas, portanto, diante disso esse trabalho científico tem por objetivo pesquisar acerca da influência dos meios de comunicação em crimes hediondos, ressaltando principalmente a importância da informação e a inutilidade do exacerbado sensacionalismo midiático. A experiência por que passou o Brasil, de repulsiva censura à imprensa terminou criando nos meios de comunicação um clima de aversão a tudo que se denomina Poder. Nesse sentido e de modo muito específico, a tudo que se refere à Justiça. E, como fruto desse passado, mostra-se crescente, em nossos dias, a tendência para um diálogo tenso entre a Justiça e a Imprensa, ainda mais quando vêm à tona situações em que esta se vê ameaçada em seus direitos e aquela, em sua competência.

(METODOLOGIA) A pesquisa é realizada segundo um ambiente jurídico, ou seja, a influência da imprensa em crimes hediondos e seu conseqüente reflexo no mundo jurídico e social, em dimensão nacional. A análise de casos concretos será método indispensável para tal pesquisa, pois como o tema é complexo, buscaremos exemplos reais para uma melhor exploração, o procedimento então, irá ocorrer segundo a leitura de algumas matérias informativas de principais meios e sua repercussão no desfecho do caso. Como base o trabalho terá a Lei de imprensa, incluindo a responsabilidade civil e penal, a Constituição Federal, bem como aspectos sociológicos.

(RESULTADO) Visto que estamos tratando de tema flexível a cada situação, é preciso estabelecer que, quando uma postura parcial e verídica dos fatos, é requisito da informação, temos produtivas repercussões no mundo jurídico, tais como: celeridade, criação de novas leis e etc. Porém, não é correto que a notícia leve a coletividade a concluir a culpabilidade do acusado antes do pronunciamento judicial ou fazendo com que o poder judiciário seja encarado por grande parte como injusto.

(CONCLUSÃO) Grande sensacionalismo por parte da imprensa gera escândalo e uma conseqüente manipulação das massas, tornando muitas vezes as pessoas de pouco conhecimento, alienadas, isto é, dessa forma os meios de comunicação atuam de forma negativa, colocando os réus como culpados e o poder judiciário como injusto. Não é justo que se inverta na mente das pessoas, a ordem das coisas, e a sentença seja “passada” antes mesmo da instauração do procedimento preliminar ou preparatório de ação penal, a cargo da autoridade policial. Até por que, entre os direitos e garantias fundamentais de nossa Constituição, encontra-se inscrito que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Portanto, sendo formadora de opinião, a imprensa deve mostrar apenas o que condiz com a realidade, sendo um dos mais poderosos instrumentos democráticos, e fazendo com que repercussões benéficas atuem no ambiente jurídico, contribuindo para evolução do nosso direito e fortalecendo a cidadania.

A3 – DIREITO

A CRISE NO MERCADO FINANCEIRO MUNDIAL E AS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS DO CRÉDITO NO DIREITO BRASILEIRO: ASPECTOS MATERIAIS E PROCESSUAIS

Alvaro Alberto Souto Barreto Rezende

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Anderson Leonardo De Oliveira Brito

Lenice Silveira Moreira De Moura

Luciana Flavia Nunes Casimiro

Vania Vaz Barbosa Cela

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O mercado financeiro mundial está passando pelo seu momento mais crítico desde a grande depressão vivida nos anos 30 do século passado. A enorme demanda pelo crédito imobiliário e sua crescente oferta, aliado a uma originação defeituosa do crédito e a existência de “bolhas imobiliárias” deram causa à crise atual no mercado financeiro. Noutro aspecto, com o advento do Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI, bem como com a instituição da Alienação Fiduciária de Bens Imóveis, o Brasil deu um passo significativo em seu sistema econômico, no entanto, alvo dos efeitos da globalização, não está imune às repercussões da atual crise no sistema financeiro. Diante desses aspectos, pretende-se, neste trabalho, apresentar os principais fatores que levaram os países que norteiam a economia global a entrarem em colapso financeiro, e, analisar, sob uma ótica global, dois dos principais sistemas assecuratórios do crédito incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro: o SFI e a Alienação Fiduciária de Bens Imóveis, com seus respectivos aspectos materiais e processuais.

(METODOLOGIA) Utilizamos, especialmente, o complexo de informações disponíveis na mídia como fonte de pesquisa, perfazendo, ademais, uma análise das deliberações dos Bancos Centrais das maiores economias globais que vêm realizando ações conjuntas nas últimas semanas. Por outro lado, refletimos sobre pareceres de especialistas na área, sobretudo os planos econômicos e as políticas adotadas pelos Estados Unidos da América, pela União Européia e pelo Brasil. No tocante às medidas assecuratórias no direito brasileiro, foi utilizada a legislação brasileira disponível no banco de dados do Senado Federal e da Presidência da República, em especial um estudo sobre a aplicação da Lei n. 9.514, de 20 de novembro de 1997, com redação modificada pelas Leis n. 10.931, de 02 de agosto de 2004 e 11.076, de 30 de dezembro de 2004. Os dados estatísticos foram obtidos por informações da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP), da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB).

(RESULTADOS) Tendo em vista a alta demanda pelo crédito imobiliário em todo o mundo, bem como o interesse das instituições financeiras em fornecer esse tipo de crédito, interesse gerado pela facilidade na circulação no mercado financeiro de créditos lastreados em hipoteca – com garantia real –, foi originado uma enorme quantidade de crédito desprezando fatores cruciais para garantir sua liquidez: fiel avaliação da garantia imobiliária e uma concisa análise jurídica nos aspectos que influem diretamente na capacidade de adimplemento da obrigação assumida e, o mais importante, nos aspectos jurídicos que atinjam diretamente a garantia da operação. Nesse contexto vieram os Subprimes – os créditos “podres”, sem liquidez – e a alavancagem financeira desordenada. Com o acúmulo de trilhões de dólares lastreados nesses créditos sem liquidez, logo o mercado financeiro entrou em séria crise. No que diz respeito ao Brasil nesse contexto global de pânico nos centros financeiros, importa analisar como o crédito está sendo originado aqui, especialmente no que se refere à alienação fiduciária de bem imóvel que possibilita ao fiduciário executar extrajudicialmente o objeto da garantia fiduciária e rever seu crédito em um prazo médio de 9 meses a contar do inadimplemento.**(CONCLUSÃO)** Conclui-se que, muito embora a crise esteja longe de seu fim, as medidas conjuntas entre diversos países, bem como a intervenção do Estado no setor privado e as políticas adotadas favorecem a uma contenção dos males gerados. E, quanto ao Brasil, as políticas e posturas jurídico-econômicas se mostram desenvolvidas, mas não ao ponto de serem satisfatórias nesse momento vivido. É necessária uma nova diretriz para a economia mundial, é preciso que se construa um “novo Bretton Woods”.

A3 – DIREITO

A CULTURA MILITAR DO FUZILEIRO NAVAL: A CONSTITUIÇÃO DA VIRTÚ MILITAR?

Danusa Regina Filgueira Beserra Souza

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

François De Oliveira

Rasland Luna

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Este trabalho irá estudar a formação histórica da cultura militar do Fuzileiro Naval no Brasil, a fim de compreendê-la em seus valores e representação institucional de acordo com considerações teóricas de Nicolau Maquiavel (principalmente as formuladas em o Príncipe e a Arte da Guerra, duas de suas obras). Os fatos que mais se destacaram na construção institucional dos Fuzileiros Navais serão abordados para que possa compreender dinamicamente dentro do decurso histórico esse processamento de uma cultura militar diferenciada, que representa e se auto-proclama uma “elite” dentre as próprias forças armadas, responsável pela segurança e ordem nacional. Este estudo visará, assim, lançar novas perspectivas sobre as questões que envolvem a formação de uma cultura militar específica a partir dessa compreensão histórica, utilizando para isso um olhar instruído pelos conceitos e considerações de Maquiavel (como a virtú, por exemplo).

(METODOLOGIA) Será feita uma pesquisa bibliográfica, na qual estarão descritos os fatos históricos dos fuzileiros navais relacionados ao desenvolvimento do Brasil. Para fazer a análise dessa história por um referencial histórico específico, serão usadas duas das obras de Maquiavel: o Príncipe e a Arte da Guerra.

(RESULTADOS) Trata-se de um trabalho de análise histórica sobre a formação de uma cultura militar específica, em que o objetivo é utilizar um referencial teórico clássico, Maquiavel, para adotar uma abordagem diferenciada desse objeto escolhido para estudo. Maquiavel, apesar de ter sido eminentemente associado à análise política, também se interessou por questões militares (em sua época, indissociáveis do debate de qualquer assunto de Estado). Por isso, pode-se realizar uma analogia entre seus preceitos teóricos de séculos atrás e aqueles que são (e habitualmente foram, através do tempo) passados e encontrados no discurso de formação específica de um fuzileiro naval. Será o fuzileiro um “Príncipe” ao estilo do que queria Maquiavel? Para responder a essa questão será preciso considerar a formação do caráter de “Príncipe” colocada por Maquiavel, seus princípios fundamentais, e como esses princípios norteiam uma certa conduta moral e ética. Depois, verificar a compatibilidade e semelhança entre essa herança teórica e os postulados que inspiram a Corporação dos Fuzileiros Navais na formação dos seus soldados.

(CONCLUSÃO) Com o término deste estudo, será possível observar que os Fuzileiros Navais construíram uma história diferenciada de cultura militar, em que a formação de integrantes de acordo com certos valores morais e éticos de conduta, voltada, por sua vez, para o êxito em combate e a manutenção de um respeito institucional, lembra a formação preteritamente defendida por Maquiavel, em sua época, para o “príncipe”, que deveria ser bem-sucedido e respeitado na condução do Estado. Com esse trabalho, esperamos tornar possível uma melhor compreensão da filosofia da Corporação dos Fuzileiros Navais.

A3 – DIREITO

A DEMOCRACIA GREGA E LOCKE, O PAI DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

*Ernesto Medeiros Teixeira De Araújo
Rodrigo Jasiello Fernandes De Oliveira Correa
Ailton Leandro Martins Da Silva*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Ana Paula Cacho
François De Oliveira Ferreira*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A democracia como concebemos hoje é fruto de milhares de anos de mudanças desde a democracia originalmente idealizada por Clístenes da Grécia Antiga. No entanto, com o passar dos séculos vários homens deram sua contribuição para aquilo que hoje definimos como democracia. Todavia, esta democracia praticada hoje, em muito difere daquela praticada pelos gregos quando da sua criação. Devemos isso a grandes homens, tais como Drácon, Sólon, Péricles, e a tantos outros de outras épocas como Rousseau e Locke. **(METODOLOGIA)** Nosso trabalho tem como método a análise de bibliografia referente ao assunto abordado no tocante ao aspecto social, histórico, bem como político. Nosso trabalho consistirá em uma exposição dos modelos democráticos em questão analisando seus aspectos sócio-históricos, bem como à vista do direito, além de tal exposição daremos uma explicação para a quase totalidade do uso do regime democrático lockeano no ocidente, sendo raras as oportunidades, em tempos atuais, em que a democracia original grega foi usada. **(RESULTADOS)** A democracia é fruto das relações humanas para melhor reger uma sociedade com base na satisfação das vontades desta sem violar, no entanto, os direitos de nenhum grupo pertencente à mesma. Originalmente a democracia era feita pelo povo, diretamente, no entanto, com o passar dos séculos, essa concepção de democracia foi mudando e a sociedade queria mais representação, tendo em vista que aquela restringia bastante os participantes dela. Mais tarde com a invenção da democracia representativa por Locke, a sociedade, teoricamente, passaria a poder contar com representantes dos mais variados grupos sociais, dando maior credibilidade a este tipo de governo. No entanto a sociedade era outra, havia outros interesses econômicos e sociais. **(CONCLUSÃO)** O trabalho visa explicar e, sobretudo, comparar as duas formas de democracias existentes. Também se vê necessário uma abordagem da democracia lockeana com o objetivo de demonstrar o porquê dela ser a mais utilizada nos dias de hoje, sendo raras as democracias modernas que se aproximem da democracia clássica. Além disso, o trabalho visa enriquecer nossos conhecimentos de mundo, sobretudo nesse período pós-eleitoral ao estudar como as democracias clássicas e modernas funcionam, já que vivemos num desses modelos.

A DISCRIMINAÇÃO DOS EX-PRESIDIÁRIOS NO MERCADO DE TRABALHO

*Gabrielle Santiago Gomes
Anna Kamilla Fernandes Da Cunha
Camila Café De Santana*

Lucianne Maria De Souza Valença E Silva

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Alexandro Gomes
Carlos Wagner*

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Ao bom legislador designamos o papel de cuidar em prevenir crimes a desafrontar a justiça, pois as leis humanas castigam com o fim de restabelecer a ordem social. Assim, a lei penal teria duas funções: reparar a perturbação causada pelo criminoso e impedir, através de uma coerção, que males semelhantes ocorram. Dentre as assertivas, destacamos para o nosso trabalho e estudo, o fato de que é o próprio sistema prisional o responsável pelo retorno dos ex-presidiários ao crime, pois se constata que a prisão, longe de ressocializar, tem em seu funcionamento um dos maiores motivos responsáveis pela reincidência penitenciária, como a manutenção de condenados encarcerados em celas minúsculas, expostos a situações degradantes, levando o sistema a ser chamado de escola da criminalidade. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo identificar o papel do Estado e as garantias que ele deve proporcionar, após o cumprimento da pena, ao egresso, promovendo condições mínimas para um retorno digno à sociedade sem qualquer forma de discriminação. **(METODOLOGIA)** Para atingir os objetivos inicialmente propostos, realizamos uma pesquisa de caráter exploratório, com base em estudos eminentemente bibliográficos, resultando num trabalho de natureza qualitativa. Nesta tarefa, consultamos, a doutrina majoritária entrelaçada ao Princípio da Dignidade Humana, evidenciando o art. 3º, IV, que ved a qualquer forma de discriminação, ainda mais para quem busca a reinserção na sociedade, enquadrando o direito à ressocialização do ex-presidiário como um direito fundamental, a partir da interpretação concretizante dos incisos XLV e XLVI, do art. 5º, da CF, destacando que a ressocialização dos presos tem o condão de resgatar a dignidade social do homem que se segrega da sociedade e com os denominados Princípios “garantidores” de Um Estado Democrático de Direito, e o Código Penal Brasileiro, ressaltando a previsibilidade de que o cumprimento da Pena Privativa de Liberdade será efetuado de forma progressiva. É o que dispõem os artigos 33 a 39 do Código Penal e o artigo 112 da Lei de Execução Penal, verificando se o Direito Penal vigente em suas categorias conceituais integra e traduz as ciências do homem e da sociedade. **(RESULTADOS)** Ressocializar é reeducar, ou seja, oferecer subsídios para o retorno do indivíduo à coletividade. O Direito Penal da ressocialização tem que cooperar de forma interdisciplinar com o tratamento penal dispensado aos sujeitos condenados, estabelecendo um diálogo com Ciências como a Psicologia, o Serviço Social e a Psiquiatria, passando a estudar o indivíduo em sua totalidade. Não é justo o Estado e a sociedade calarem-se e vendarem seus olhos para a relevante questão que é a reinserção dos egressos na sociedade depois de retirar-lhe a liberdade. A política adotada pelo Estado demonstra a preferência pela manutenção dos condenados expostos a situações desumanas, ao invés de investir em sua qualificação profissional, pois é através da socialização que o indivíduo aprende regras e atitudes que lhes são transmitidas e ao descobrir a sociedade, descobre a si mesmo. **(CONCLUSÃO)** Crê-se que o Estado e a sociedade pouco têm feito para que a realidade possa vir a ser modificada. A discriminação é o grande “abismo” que separa o egresso de pessoas que permanecem longe da criminalidade. O custo global para a sociedade é mais violento. Pode-se exigir do egresso uma conduta digna, mas para isso é necessário que antes se ofereçam benefícios para que ele possa escolher o caminho que pretende seguir. O que ocorre, na verdade, é que diante de possibilidade de retomar sua liberdade existencial na vida pós-retorno à sociedade, ao egresso restam poucas opções, dentre as quais destacamos o retorno à criminalidade e conseqüentemente ao encarceramento. Porém, com políticas simples como a educação e qualificação profissional o problema poderá ser solucionado.

A3 – DIREITO

A ESTRUTURA ARGUMENTATIVA DAS CONTESTAÇÕES SOB O ENFOQUE DA LEI 9.099/95 – LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Nathalie Caldas Simonetti

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

José Eduardo De Almeida Moura

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Partindo do pressuposto de que todo o profissional do direito necessita de uma argumentação rica e bem estruturada para obter êxito no trâmite processual, foi desenvolvido o presente estudo com o intuito de analisar a estrutura argumentativa das contestações, a fim de verificar se as mesmas condizem com os princípios que regem os Juizados Especiais Cíveis (oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade), bem como se as contestações, de fato, refutam os fatos alegados em uma petição inicial. Tal estudo busca demonstrar quais as características que a contestação apresenta quando ela é bem elaborada, bem como se tais características são determinantes no momento de análise do mérito pelo magistrado.

(METODOLOGIA) A pesquisa se respalda em material empírico, especificamente petições iniciais e contestações de advogados que atuam ou atuaram nos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Natal/RN. A coleta desses documentos foi realizada por alunos do 1º ano do curso de direito da FARN no ano de 2007. De tal coleta, depois de classificada e analisada preliminarmente, foram extraídas 22 contestações com suas respectivas petições iniciais. A cada contestação foi aplicado o “layout” de Toulmin e observados os elementos que representariam os dados (D), conclusões (C), garantias (W), refutadores (R) e qualificadores (Q), bem como foram observados os argumentos refutadores, por meio do auxílio das lições de Aristóteles.

(RESULTADOS) Da análise do material empírico, foi possível extrair dois diferentes tipos de contestações. No primeiro tipo, foi possível perceber a presença de uma estrutura bem organizada textualmente, refutando cada ponto alegado na petição inicial, como, também, apresentando de forma mais clara o direito do réu; já no segundo tipo, a estrutura argumentativa se apresentou de forma confusa, trazendo em algumas delas contrariedade, dificultando, por isso, a compreensão dos argumentos e podendo, possivelmente, prejudicar o direito pleiteado por conter contradições explícitas.

(CONCLUSÃO) Diante dos resultados apresentados, o estudo ora abordado merece destaque, pois procura chamar a atenção para a necessidade de se construir uma boa peça judicial (seja contestação, petição inicial ou demais outras peças) com uma estrutura argumentativa facilitadora de compreensão e condizente com a proposta criada pela Lei 9.099/95, em que se deve buscar uma linguagem simples e acessível, sem palavras estranhas que servem unicamente para embelezar o texto. Trata-se de uma estrutura formada somente por elementos necessários ao magistrado na análise do mérito, desenvolvidos numa organização lógica capaz de poupar tempo no momento de sua análise, por ser feita de forma simples, coesa, coerente e completa. Assim, é preciso, antes de tudo, que o profissional escreva o necessário e com qualidade, uma vez que dessa forma, facilitaria a compreensão do juiz, tornando mais claro o direito pretendido pelo cliente, bem como contribuiria com a proposta oferecida pelos Juizados Especiais Cíveis.

A3 – DIREITO

A EVOLUÇÃO DA ADOÇÃO: DO DIREITO ROMANO AO ATUAL

Érika Juliana Saraiva Gomes

Izabel Maria Caldas Xavier

Juliana Barbosa Gomes

Mariana Capistrano Sarinho Paiva

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ana Paula Cacho

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como objetivo traçar um paralelo entre a adoção na Roma Antiga e nos dias atuais. A adoção tem sua origem mais remota no dever de perpetuar o culto doméstico. Para os romanos, adotar era uma forma de zelar pela continuidade da religião doméstica e das oferendas fúnebres, pela salvação do lar e pelo repouso dos manes dos antepassados. Muito utilizada entre povos orientais, como dão notícia o código de Manu e o de Hamurabi, teve regular o seu uso na Grécia. Mas encontrou, porém, no Direito Romano, disciplina e ordenamento jurídicos sistemáticos. Atualmente, a adoção tem que se realizar em função do interesse da criança, assim a mesma já se sente amparada com este ato. Portanto já é considerada cidadã, pois a criança cresce em um lar, ou seja, possui direitos fundamentais e principalmente tem, de forma plena, uma convivência familiar. Na visão da ética e da moral, é possível que se levante um questionamento acerca do preconceito dos pais com as crianças adotadas e se este é nocivo ou não a elas. Uma vez que muitos pais temem a adoção, pelo fato de acharem que seus filhos serão frustrados ou rebeldes. Vale salientar que algumas crianças são abandonadas, ou deixadas nas portas das casas, que gera indiretamente uma adoção, seria um dos motivos para os pais não contarem aos filhos que são adotivos, o que pode vir a causar estas revoltas futuras.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi desenvolvida através de estudo bibliográfico e análise textual, tendo como base as aulas ministradas durante esse semestre. Foram realizadas ainda, pesquisas na internet, em sites relacionados ao tema em questão.

(RESULTADOS) No Direito Romano a adoção era vista como um interesse da família, onde a necessidade de perpetuar o culto doméstico foi o princípio para que este ato ocorresse. Este Direito admitia três formas de adoção: 1º. por testamento, 2º. adoção ab rogatio, 3º. datio in adoptionem. No que diz respeito à evolução da adoção no Brasil, esta adquiriu muitas feições. Foi inicialmente prevista no Código Civil de 1916, com o passar do tempo, porém, o legislador brasileiro percebeu a importância que a adoção poderia ter para proteção da criança e do adolescente. Com o advento das leis nº 3.133/57, 4.655/65, 6.697/79 (o chamado Código de Menores, com a adoção plena e a simples) do § 6º do artigo 227 da CF de 88 e, finalmente, da Lei nº 8.069/90 (que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), a adoção deixa de privilegiar a figura do adotante para passar a proteger, acima de tudo, os interesses do adotado. Assim, podemos perceber que na modernidade com a idéia de direitos fundamentais da pessoa humana, a criança tem uma proteção especial por parte do ordenamento jurídico. Em virtude disso a adoção tem que se realizar em função do interesse da criança, ao contrário do que ocorria na época do Direito Romano antigo quando ela se dava em função do interesse da linhagem familiar.

(CONCLUSÃO) Deixar a criança no total desamparo, sem proteção jurídica, é negar-lhe o direito à vida. Não se pode negar o direito de crianças e adolescentes à adoção, pois é dever da família, da sociedade e do Estado (art. 227 da CF) assegurar à criança, além de outros, o direito à dignidade, ao respeito e à liberdade. Portanto, percebemos a diferença entre adoção no direito romano para a adoção na atualidade, uma vez que este é feito através do interesse da criança e aquele é feito através do interesse da família, pois é tido como um dever. Palavras chaves: Roma, Direito, Adoção, Direitos Fundamentais, Ética, Atualidade.

A3 – DIREITO

A EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE ADOÇÃO DESDE O SEU PERÍODO HISTÓRICO EM ROMA ATÉ OS DIAS ATUAIS NO BRASIL

*Ana Carolina Fernandes De Medeiros
Débora Cristina E Silva Dantas
Laíce Farias Leite De Menezes
Thaiane Aline Cruz Aquino
Vitória Gurgel De Medeiros*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Ana Paula Oliveira Cacho
Maria Aparecida De Silva Fernandes Trindade
Pablo Moreno Paiva Capistrano
Noemi Favassa Alves Queiroz*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O Objetivo desse trabalho é demonstrar como o processo de adoção surgiu e se desenvolveu, além de enfatizar a sua importância para toda a sociedade, caracterizando o mesmo como um ato de amor. Em sua essência, a adoção se caracteriza como o ato jurídico solene pelo qual, obedecendo os requisitos legais, alguém estabelece, independentemente de qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afim, um vínculo fictício de filiação, trazendo para sua família, na condição de filho, pessoa que, geralmente, lhe é estranha. A adoção foi conhecida nas antigas civilizações como Grécia, Mesopotâmia e Roma. No Brasil, o processo de adoção ainda é muito demorado e burocrático, embora já tenha evoluído bastante. **(METODOLOGIA)** A presente pesquisa é do tipo exploratória, pois objetiva compreender determinada situação, através de métodos qualitativos que envolveram visitas à 2ª Vara da Infância e da Juventude. Quanto aos procedimentos, a pesquisa pode ser classificada como bibliográfica e de campo, considerando que as fontes de dados são basicamente as pessoas, livros e estudos divulgado na internet.

(RESULTADOS) O Brasil é um país onde se encontram diversas raças e culturas, e, apesar disso, na hora da adoção, algumas pessoas escolhem crianças com características específicas. Segundo dados divulgados pela ONG Associazione Amici dei Bambini (Ai.Bi), a maior parte dos interessados em adoção procura por bebês com pele clara, embora boa parte dos menores abrigados no Brasil seja formada por afro-descendentes (63,6%) e 61,3% deles tenham entre 7 e 15 anos. O estado de saúde da criança também interfere na hora de ser adotada. Muitos ainda preferem uma criança que não tenha complicações e tenha um estado de saúde perfeito. Mais importante que a idade, o sexo ou a etnia do adotado, é que os pretendentes estejam cientes das responsabilidades que a maternidade e a paternidade requerem e que um novo membro muda a dinâmica da família. Muitos dos pais adotivos fogem desse padrão, mas, infelizmente, o procedimento jurídico de adoção no Brasil ainda é muito demorado, burocrático e diferente em todos os Estados. De acordo com Marta Wiering Yamaoka (2007), psicóloga judiciária da Vara da Infância e Juventude de São Bernardo do Campo, um dos maiores temores é a possibilidade da mãe biológica requerer a guarda da criança. Ela afirma que, se o processo de adoção não for realizado sob as regras da lei, a mãe biológica poderá recuperar a guarda do filho. São por esses e outros motivos, que o número de pessoas com dúvidas vem aumentando. A adoção se torna tão importante, porque são mais de 80 mil crianças abandonadas em lares adotivos, e quando essas crianças completam a maioridade, elas vão encarar o mundo sozinhas.

(CONCLUSÃO) Quando se estuda a evolução histórica da adoção, é preciso ter em mente os diversos aspectos da sociedade em que se insere (aspectos religiosos, sociais, econômicos). Nas sociedades antigas de um modo geral, a adoção tinha como objetivo garantir a existência ou continuidade da família daqueles que não podiam gerar seus próprios filhos. No Brasil, inicialmente, o objetivo do instituto era o de dar a oportunidade aos casais estéreis de terem filhos. Com o passar do tempo, porém, o legislador brasileiro percebeu a importância que a adoção poderia ter para a proteção da criança e do adolescente, deixando de privilegiar a figura do adotante para passar a proteger, acima de tudo, os interesses do adotado.

A3 – DIREITO

A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER, EM ROMA E NO SÉCULO XXI: REFLEXÕES EM FACE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA

Alexsandra Menescal De Carvalho Luna

Kamila De França Queiroz

Marília Rangel Alves De Sousa

Monick Ezequiel Chaves

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ana Paula Cacho

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Os direitos da mulher passaram por significativas mudanças ao longo dos tempos. Na Roma Antiga, a mulher era subordinada a um Pater, o qual podia ser um pai, irmão, marido ou sogro. Estas mulheres eram desprovidas de qualquer tipo de direito e as decisões de sua vida eram tomadas por este tutor. Só no período de Justiniano a mulher passou a ter vida pública, social e política não se satisfazendo mais com suas funções exclusivamente familiares. Com o passar dos séculos, esse pensamento feminista foi consolidado e a mulher passou a lutar não só por um lugar na sociedade, mas por todos os seus direitos. E hoje, uma grande representação da consolidação dos direitos da mulher é a Lei Maria da Penha.

(METODOLOGIA) Este trabalho de cunho acadêmico foi baseado em pesquisas bibliográficas e documentais, assim como materiais informativos distribuídos pelo governo e artigos que, somados a uma base estatística, possibilitaram o levantamento de dados importantes para o desenvolvimento do Estudo.

(RESULTADOS) Em Roma, as relações pessoais entre esposos reduziam a mulher a *alieni iuri* : estava sempre sujeitada a um Pater. Porém, ocorreram transformações sociais na família romana que levaram ao enfraquecimento da subjugação da mulher. Esse enfraquecimento foi consolidado com o surgimento de leis que favoreciam a mulher, como: a *Lex Lulia* e a *Lex Papia Poppaea*, as quais estão atribuídas ao concubinato, que hoje possui valor de união estável. Como o direito brasileiro é baseado no direito romano, estes benefícios presentes na República romana superaram as barreiras do tempo e estão estabelecidas na Constituição do Brasil de 1988. Apesar destes direitos estarem garantidos pela Constituição, a cada 15 segundo uma mulher é espancada, e 700 mil mulheres são violentadas por ano; um total de 70% dos atos de violência acontecem dentro de casa, sendo o agressor o próprio marido ou companheiro; pelo menos 20% das mulheres já foram vítimas de violências físicas ou sexuais, segundo o Relatório da Anistia Internacional.

(CONCLUSÃO) Por fim, os direitos da mulher só foram consolidados a partir de uma atitude filosófica de reflexão e percepção do seu papel na sociedade. Observa-se claramente esses avanços no artigo 5º, inciso I da carta constitucional brasileira de 1988 o qual estabelece enfaticamente que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”. Hoje a mulher já chefia grandes empresas e vem se destacando em áreas antes dominadas apenas pelos homens, como nos cursos da área tecnológica. Percebemos uma clara mudança no papel da mulher e na sua condição, antes, de subjugação, e, agora, repleta de direitos e marcada por sua crescente valorização na sociedade moderna. Com o surgimento da Lei Maria da Penha, que tem como objetivo coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, percebe-se um gigantesco salto nos direitos femininos, porém, a luta ainda está só no início, o caminho a ser trilhado é extenso visto que foram séculos de subjugação e humilhação.

A3 – DIREITO

A FUNDAMENTAÇÃO DAS ESCOLAS FILOSÓFICAS DO DIREITO BASEADAS NAS CONCEPÇÕES VALORATIVAS DA NORMA JURÍDICA

Eduardo de Medeiros C. Ferreira

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Pablo Capistrano

Lenice Silveira Moreira De Moura

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem por finalidade analisar, na perspectiva de Norberto Bobbio, os valores da norma jurídica e os problemas decorrentes de sua conceituação, a independência desses valores e a questão do reducionismo, de modo a demonstrar a influência de tais concepções na fundamentação das escolas de filosofia jurídica. “A experiência jurídica é uma experiência normativa”. Nestes termos Bobbio inaugura sua obra sobre teoria geral do direito descrevendo a experiência jurídica como um conjunto de normas de conduta coercitivas que visam organizar a sociedade. Se compreendermos que as normas, historicamente, são responsáveis por manter as paixões, os interesses e os instintos dos homens dentro de determinados limites que permitiram a formação de sociedades estáveis que chamamos de civilização, perceberemos sua importância no desenvolvimento da humanidade.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que tem como pressuposto teórico fundamental as reflexões contidas na obra “Teoria da norma jurídica”, de Norberto Bobbio, especialmente no que tange à demonstração de que diante de uma norma jurídica podemos efetivamente nos colocar uma tríplice ordem de problemas: 1) se ela é justa ou injusta; 2) se ela é válida ou inválida; 3) se ela é eficaz ou ineficaz.

(RESULTADOS) A norma jurídica pode ser submetida a três aspectos valorativos distintos e independentes entre si: a justiça, a validade e a eficácia. O problema da justiça é o problema da correspondência ou não da norma aos valores últimos e finais que inspiram determinado ordenamento jurídico. O problema da validade é o problema da existência da norma enquanto tal, independente do juízo de valor sobre o fato de ela ser justa ou não. A validade de uma norma equivale à existência daquela norma enquanto regra jurídica. Já a questão da eficácia é o problema de se saber se essa norma é ou não seguida pelas pessoas a quem se destina, se estas apresentam um ânimo de cumprir com o determinado por aquela e, caso seja violada, se os meios coercitivos previstos pelo aparato estatal ou pelo poder judiciário tornarão impositivo o seu cumprimento.

(CONCLUSÃO) Quando se reduz dois desses valores em função de um primeiro, estamos diante de um problema, que Bobbio, chama de reducionismo da norma jurídica. Esse problema é fundamentado em três teorias, a saber: uma teoria que reduz a validade a justiça, afirmando que uma norma só é válida se for justa. O exemplo clássico seria a teoria do direito natural (jusnaturalismo); outra que reduz a justiça a validade, afirmando que a regra é justa simplesmente por ser válida, sendo exemplificada pela teoria positiva do direito (positivismo); e uma terceira teoria que reduz a validade à eficácia, afirmando que o direito real não é aquele postulado na Constituição ou nos códigos, mas aquele que os homens utilizam nas suas relações cotidianas, sendo exemplificado pelas correntes realistas norte-americanas que fazem parte das escolas pós-positivistas. Assim, constatamos que cada escola de filosofia do direito seguiu a tendência de exaltação de um dos valores da norma jurídica para fundamentar sua doutrina e modificar o espírito valorativo que compunha as sociedades modernas.

A3 – DIREITO

A HISTORICIDADE DO DIVÓRCIO: REFLEXÕES À LUZ DO DIREITO ROMANO E DO DIREITO CONTEMPORÂNEO

Márcia Gabriele De Araújo Melo

Thaís Maria Santos Cabral

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ana Paula Cacho

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O objetivo deste trabalho é abordar a evolução do divórcio ao longo dos tempos para uma melhor compreensão do seu conceito e aplicabilidade. O Divórcio é a dissolução de um casamento válido em virtude de um acordo de vontades ou pela vontade de apenas um dos cônjuges. Disciplinado pela Lei 6.515/77, vai além da simples separação judicial, pois põe fim ao casamento e aos efeitos civis do matrimônio religioso, determinando a extinção do vínculo conjugal, deixando as partes livres para uma nova união legal. Grande parte dos povos primitivos admitia a dissolubilidade do vínculo matrimonial. O Velho Testamento do povo hebreu e o Código de Hamurabi facultavam o divórcio ao marido e à mulher. Tanto no Código de Manu, como na Grécia antiga, a esterilidade fora considerada justa causa do divórcio. Em Roma, nos primeiros tempos, não se praticava o divórcio. No império, à medida que a opulência romana foi suscitando a dissolução dos costumes, o divórcio generalizou-se e atingiu todas as classes. No Brasil, até 1977, não se conhecia o divórcio. Atualmente, há duas modalidades de divórcio: o formulado por ambos (consensual) e o formulado por um só dos cônjuges (litigioso).

(METODOLOGIA) No trabalho acadêmico a metodologia utilizada foi baseada na pesquisa bibliográfica, bem como consultas a textos e artigos da internet.

(RESULTADOS) Em Roma, a dissolução do matrimônio tem caráter particular sem nenhuma intervenção do Estado, ou seja, o divórcio precisava ser considerado em dois tipos distintos de casamentos: cum manu e sine manu. A primeira intervenção direta do Estado foi realizada por Diocleciano através de uma constituição imperial, decidindo, o magistrado, a quem caberá a guarda dos filhos. No tempo de Justiniano, havia 4 tipos de dissoluções de casamentos: o divórcio por mútuo consentimento; o divórcio bona gratia; o repúdio ex justa causa; o repúdio sine justa causa. As penas eram classificadas em pecuniárias e corporais. Em nosso Direito, o divórcio consensual é formalizado por requerimento conjunto dos divorciandos; já no litigioso, quando requerido por apenas um dos cônjuges. O direito ao divórcio extingue-se por seu exercício, pelo perdão, pela renúncia ou pelo decurso de tempo.

(CONCLUSÃO) Fazendo um paralelo do surgimento do divórcio até os tempos atuais, é nítida a sua evolução. O Estado, que antes não intervinha, passou a intervir de forma definitiva, regulando os casos de dissolução matrimonial no que diz respeito às questões de posse dos bens, guarda dos filhos, alimentos, uso do sobrenome, dentre outras provenientes do instituto do divórcio. Assim, torna-se de suma importância o estudo dos aspectos históricos e jurídicos para a compreensão do conceito do divórcio, bem como, para a sua aplicabilidade.

A3 – DIREITO

A IMPORTÂNCIA DO CORPUS JURIS CIVILIS NA HISTÓRIA

Hannah Feitosa Da Cunha Xavier Soares

Jessica Thais Nascimento Santos Rufino

Karla Flathyana Pereira Ferreira

Rafaela Faria Collier De Oliveira

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ana Paula Cacho

Pablo Moreno Paiva Capistrano

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como escopo o estudo do Corpus Juris Civilis (Coletânea de Direito Romano) cuja denominação foi dada pelos glosadores da Escola de Bolonha, no século XII, para distinguir esse conjunto de outro, denominado Corpus Juris Canonici. Sua definição consiste em: o agrupamento, em uma única obra, das recolhas oficiais do Imperador Bizantino Justiniano- que ordenou a “construção” deste documento no século VI da era cristã, com o intuito de salvaguardar e preservar a herança representada pelo Direito Romano- composto por Código antigo; Digesto; Institutas; Código novo e Novelas, e aquele o publicou entre os anos 529 e 534. Essa obra reúne a revisão e codificação de antigas leis romanas, sob a forma de doutrina, inclusive a opinião de grandes juristas de Roma. Tal abordagem é de extrema importância, uma vez que, o tema abordado serviu como base para toda a jurisprudência latina, além do próprio direito civil moderno.

(METODOLOGIA) A metodologia do presente trabalho baseou-se em um levantamento através de livros, leituras de documentos diversos e pesquisa na internet sobre o tema, lançando-se mão do procedimento histórico para identificar os aspectos concernentes à origem e composição de tal documento criado nas sociedades antigas, particularmente no que diz respeito à sua importância e legado deixado para a o Direito ocidental. Quanto aos procedimentos, a pesquisa pode ser classificada como pesquisa bibliográfica, pois abrange a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, documentos xerocopiados e manuscritos.

(RESULTADOS) A importância do Corpus Juris Civilis para o Direito Moderno é indiscutível, visto que, seu maior legado foi ter sido a base, através do trabalho dos glosadores e da incorporação de seus institutos ao código de Napoleão(1804), para o nosso atual Código Civil, ao qual possui 1.400 artigos do antigo Corpus. É o único documento Romano ao qual relata a vida do Império Romano, tendo contido no mesmo os principais decretos e leis estabelecidas naquele tempo, como: As consultas senatoriais, as leis decretadas de fato, as interpretações dos juristas, os decretos imperiais. O merecimento dessa obra é notável, pois teve proporções consideráveis para a posteridade, além de registrar a cultura e a história de uma grande civilização da antiguidade, possibilitou a criação e a base do nosso Direito Civil, tal como o Direito Canônico, tornando-se nesse contexto uma das obras de maior repercussão e relevância da antiguidade para a Era Moderna.

(CONCLUSÃO) A principal conclusão da pesquisa consiste em afirmar que o Corpus Juris Civilis tem considerável importância no Direito Antigo que se estende principalmente ao Moderno no que tange à preservação do direito romano a ser incorporado pelo atual modelo neo-romano e, servir de base para o nosso Código Civil. Vale salientar, que o Corpus representou uma revolução jurídica, organizando o direito romano numa forma conveniente e sob um esquema orgânico, que se tornou a base do moderno Direito Civil pois, foi através do Corpus Juris Civilis, da obra dos glosadores e pós-glosadores, que o direito romano constitui-se no mais importante elemento de formação do nosso direito. Torna-se bastante perceptível essa notável influência supracitada, ao considerarmos algumas das instituições do Direito Romano, que existem no nosso Código Civil- guardando suas respectivas modificações com o tempo- que é o caso da tutela, da curatela, do casamento, do Hábeas Corpus, entre outros. Com isso, o Corpus é a fonte histórica por excelência dos Direitos anteriormente citados.

A3 – DIREITO

A INCONSTITUCIONALIDADE DA "GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA" COMO FUNDAMENTO DA PRISÃO PREVENTIVA

João Vitor De Sousa Gomes

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ivanaldo Bezerra Ferreira Dos Santos

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A presente pesquisa tem por escopo abordar tormentoso tema processual penal, qual seja, a decretação da prisão preventiva, tendo como fundamento a garantia da ordem pública. As diversas interpretações doutrinárias e jurisprudenciais conferidas pela demasiada abertura do conceito de “ordem pública” atentam contra os princípios constitucionais da presunção de inocência e da taxatividade e legalidade nas medidas de restrição à liberdade. Dessa forma, acumula o juízo prolator da decisão que determina os rumos da liberdade do acusado excesso de discricionariedade. As interpretações do conceito em questão, obtidas através da análise das obras de diversos doutrinadores, convergem para quatro pontos sobre os quais as decisões dos juízos prolores se assentam, quais sejam: o clamor social, o resguardo da credibilidade da Justiça, a gravidade do delito e a periculosidade presumida do agente. Tais critérios revelam-se potenciais geradores de insegurança jurídica, configurando-se como meios de antecipação dos efeitos da tutela no Processo Penal, negando o caráter cautelar da prisão preventiva.

(METODOLOGIA) Para tanto, a pesquisa utilizar-se-á do método dedutivo, baseando-se na análise do instituto da prisão cautelar preventiva, com suas características e requisitos e desaguando na constitucionalidade da prisão fundamentada na preservação da “ordem pública”.

(RESULTADOS) Dessa forma, analisar-se-á a ordem pública e suas interpretações mais controversas, tais como: o “clamor social” insuflado pela dramatização e até mesmo alteração da versão dos fatos pela imprensa; o resguardo da credibilidade da justiça, na tentativa de melhorar a imagem do Poder Judiciário e do ordenamento jurídico frente à população e combater a delinquência, representa a introdução de elementos estranhos à finalidade puramente cautelar e processual e que se demonstram questionáveis do ponto de vista jurídico-constitucional, como da perspectiva político-criminal; a gravidade do delito, ao estranhamente negar que qualquer delito produza abalo social e como tal seja tutelado no estatuto penal, por ser considerado grave e reprovável pela sociedade, e a periculosidade do agente que representa um grave ferimento à presunção de inocência e aos direitos constitucionais à liberdade e ao devido processo legal, além de se mostrar verdadeira pena antecipada. Tais interpretações demonstram a ilusória tentativa de se “fazer justiça”, constringendo a garantia do normal funcionamento da justiça através do respectivo processo penal de conhecimento.

(CONCLUSÃO) Por fim, oferecer-se-á refutação à tese de constitucionalidade do fundamento “ordem pública” com o assentamento da idéia de instrumentalidade qualificada das medidas cautelares no processo penal. Dessa forma, somente o que se manifestar como figura verdadeiramente cautelar merece ser constitucional. A amplitude hermenêutica do conceito de “ordem pública”, segundo Delmanto Júnior, configura-se um “inaceitável instrumento de justiça sumária”.

A3 – DIREITO

A INEFICÁCIA SOCIAL DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE (SOBRE A NECESSIDADE DE UMA REFORMULAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO)

*Bianca De Barros Bezerra
Michelly Shenna Almeida De Medeiros
Joanne Nair Alexandre Silva
Sílvia Raíssa Belo Torquato*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Alexandro Gomes Bezerra Dos Santos
Rasland Costa De Luna Freire*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Desde a antiguidade até o século XVIII as penas possuíam um caráter retributivo, cruel, de perecimento corporal como forma de punição. A pena de prisão surgiu durante a Idade Média: dentro dos mosteiros, os monges e clérigos faltosos eram enclausurados em suas celas para se dedicarem à meditação, em total silêncio e se arrependem da falta cometida, reconciliando-se assim com Deus. Foi essa a idéia inspiradora para a criação da primeira prisão voltada aos criminosos, no século XVI, em Londres: a “House of Correction”, que mantinha o mesmo caráter desumano das penas anteriores. Com o surgimento do iluminismo e das idéias de Beccaria (1764), o ser humano passou a ser mais valorizado e as penas cruéis começaram a causar indignação e repulsa. As punições deixaram de ser uma forma de vingança e ganharam a função social de ressocialização. No Brasil, entretanto, vivemos um paradoxo: enquanto nas leis os direitos humanos são garantidos aos condenados, na prática regredimos aos tempos da barbárie e do desrespeito. Diante do exposto, o presente trabalho objetiva realizar reflexões teóricas acerca da problemática do Sistema Carcerário Brasileiro, tendo como referência a concepção contemporânea de ressocialização.

(METODOLOGIA) Realizou-se um estudo retrospectivo, de caráter qualitativo e nível descritivo, por meio de um levantamento bibliográfico e documental, no qual se verificou que a crise do Sistema Carcerário Brasileiro se desencadeou devido à progressiva ineficácia das penas privativas de liberdade, cuja análise se deu a partir de diferentes enfoques literários e numa cronologia histórico-evolutiva.

(RESULTADOS) Verificou-se que o Sistema Carcerário Brasileiro encontra-se sucateado, sem a condição estrutural adequada para se fazer cumprir as penas. Os apenados são amontoados em selas sujas, escuras, pouco arejadas e pouco iluminadas; o ambiente é lúgubre e totalmente insalubre, o tratamento que recebem é desrespeitoso, a convivência não é pacífica e não há fiscalização quanto à possibilidade de progressão dos regimes. Portanto, o tema vem merecendo calorosas discussões doutrinárias na busca constante por melhorias para tal situação.

(CONCLUSÃO) Diante desta realidade, observou-se que, na situação lastimável em que as penitenciárias brasileiras se encontram, a ressocialização dos presos tornou-se um objetivo utópico. Não adianta simplesmente lançá-los dentro de um ambiente totalmente impróprio e atroz, esperando que eles saiam de lá mais humanos do que quando entraram. Em face disso, o presente estudo propõe que as penas privativas de liberdade sofram uma reformulação quanto à maneira como são executadas atualmente no Brasil. As celas precisam ser arejadas, com a devida iluminação necessária, bem como higienizadas e com a quantidade de presos compatível ao que se pode comportar; os apenados devem ser tratados com respeito pelos servidores dos presídios e por seus companheiros de cárcere, não podendo nenhum tipo de violência ser tolerado, assim como também o direito de progressão de regime não pode ser negligenciado. Entretanto, esse tipo de pena que priva a liberdade só deve ser aplicado quando não couber outra medida de punição, ou seja, nos casos de crimes graves e gravíssimos. Nos demais casos sugere-se a adoção de penas alternativas que, embora ainda sejam pouco aplicadas no Brasil (apenas 10%), demonstram-se mais eficazes em fatores como a diminuição da reincidência, dos gastos estatais e a maior utilidade social do preso. Em suma, conclui-se que, da maneira com a qual as penas privativas de liberdade vêm sendo aplicadas no Brasil, alcançar-se-á mais facilmente a marginalização do que a ressocialização e assim, o cárcere vem se tornando a cada dia uma eficiente “escola do crime”.

A3 – DIREITO

A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NO DIREITO ROMANO E NA CONTEMPORANEIDADE PARA A FORMAÇÃO DA FAMÍLIA

*Maria Nazaré Da Silva Pinheiro
Magali Rossana Fernandes De Araújo
Roberta Livia Marques Lucas De Araújo
Fellipe Iahweh Marques De Oliveira Andrade Silva*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Ana Paula Cacho
Pablo Moreno Paiva Capistrano
Maria aparecida f. Trindade
Noemi Favassa*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Em tempos remotos, numa época em que a filosofia ainda dava seus primeiros passos, a cosmogonia ocupava o papel da teoria que explicava a origem das coisas e seu lugar no tempo e no espaço. A partir disso surgiram os mitos, as crenças, e, com isso, o homem passou a ter algo em que se firmar passando a entender o seu lugar no universo. A religião desde os tempos de Roma tem um papel importante na formação da família. É através dela que surgem as concepções morais e os papéis de cada membro do grupo. Essa influência é bastante presente no Direito Romano, chegando a ser determinante nessa época e, atualmente, apesar de enfraquecida, ainda exerce uma grande influência na formação do pensamento em relação à concepção de família. Esta pesquisa tem o objetivo de analisar como a religião contribuiu para a formação da família romana e quais as consequências dessa influência tanto no Direito Romano como nos dias atuais.

(METODOLOGIA) Este trabalho de cunho acadêmico, foi baseado em pesquisas bibliográficas e documentais, assim como na leitura de textos virtuais, que serviram de base para o desenvolvimento do estudo em tela.

(RESULTADOS) A formação da família em Roma foi determinada, principalmente, pelos cultos e crenças da antiga religião privada dos ancestrais. A Religião Doméstica foi quem determinou a formação da família, atribuindo valores a cada membro e distribuindo os seus papéis perante aquele grupo. Foi ela também a determinante para a definição do conceito de moral atribuindo o caráter sério e sagrado da união conjugal, assim como a pureza que a família conservou durante muito tempo. Através disso, foi-se moldando o Direito e definindo conceitos importantes como o noivado, o casamento, a adoção, a emancipação, a dissolução do casamento, os dotes e as doações antenupciais, alguns desses conceitos preservados e transmitidos para a contemporaneidade. Foi nesse período que o papel do Paterfamilias se mostrou bastante importante, como também o papel do filho homem para a perpetuação da família que a partir destes conceitos surge a idéia da transmissão de bens só ser válida de varão para varão. A mulher exerce o papel apenas de procriação e sua submissão é bastante forte nesse período.

(CONCLUSÃO) A presente pesquisa demonstrou que muitas das crenças e dos costumes na época de Roma, determinadas pela Religião Doméstica, praticadas naquela época, ainda influenciam as relações familiares através do Direito de Família atual, como, por exemplo, a distinção entre o concubinato e o casamento. Esses são costumes antigos existentes até hoje que foram regulados pelo Direito e aceitos pela sociedade contemporânea. Parecendo um raciocínio *tatibitati* primitivo, nunca é demais frisar que uma coisa é o concubinato e a outra é o casamento apesar de hoje estarem equiparados, no casamento é necessário todo um processo ritualístico religioso para que seja consumada a união do casal. A religião antiga foi importante para a definição de seus valores e costumes, mas também influenciou o nosso Direito atual que, apesar de não manter todas as concepções, contribuiu bastante para a formação do conceito de família atual e a fixação de novos valores.

A3 – DIREITO

A INFLUÊNCIA DE BECCARIA, KANT E FOUCAULT NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

*Célia Maria Teixeira Monteiro
Cláudia Juliene De Lourenço Lima
Fátima Larisse De Farias Mascena
Ivanosca De Oliveira Maia*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Alexandro Gomes Bezerra Dos Santos
Pablo Moreno Paiva Capistrano
Rita De Cássia De Andrade Silva*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Este artigo visa ilustrar a evolução da aplicação da pena com o estudo da execução penal a partir das mudanças ocorridas no período conhecido como Iluminismo (ou esclarecimento), Pretende-se expor a evolução das idéias que influenciaram as normas de execução penal ocorridas nesta época pela inspiração das idéias de Beccaria e Kant, bem como a crítica posterior de Foucault. O objetivo primordial é demonstrar que a mudança defendida por Beccaria e posteriormente analisada por Foucault, tem relação com a aceitação do Princípio da Dignidade Humana no sistema penal. O presente trabalho nesse sentido visa equacionar o processo histórico de formação do sistema penal das masmorras ao suplício dos condenados até a formação dos estabelecimentos penitenciários nos dias atuais.

(METODOLOGIA) Pesquisa bibliográfica e documental, de cunho exploratório, com base no estudo das idéias de Beccaria, relacionando-as ao sistema penal brasileiro, tal como os pensamentos de Kant e Foucault. Abordaremos conceitos contidos, especialmente, nas obras: “Dos delitos e das penas”, “Vigiar e Punir”, “Kant e o Direito”, como na observação de preceitos normatizados na legislação penal do Brasil. Faremos uso dos diversos sites que versam sobre esse assunto, esmiuçando a essência do tema e a influência deste, para o Sistema Penal Brasileiro.

(RESULTADOS) A pesquisa é de relevante importância, tendo até mesmo sido as idéias de Beccaria aplaudidas pelos filósofos da época (como Diderot, Hume, Voltaire), pois colocavam um fim nos castigos atrozes que no corpo dos sentenciados. Como defendido também pelo filósofo Immanuel Kant, o homem não é uma coisa, que pode ser utilizada a maneira que convier às autoridades, o homem em si mesmo não é instrumento, em que se pode, sob meio de tortura, obter o que deseja outro homem. Este pensamento fez nascer legislações que trouxeram luz à escuridão que dominava as sanções aplicadas pelos juizes. O castigo, a partir de então, passa do corpo para a pessoa do preso. Foucault apresenta um estudo sobre as formas desumanas de punição ao condenado, traçando um perfil social do período inquisitório e demonstrando o desenvolvimento no âmbito penal.

(CONCLUSÃO) As idéias estudadas para o desenvolvimento deste projeto possibilitam, portanto, que tenhamos o entendimento e conhecimento mais claro sobre a sua importância no sistema penal brasileiro. E não apenas nele como em diversos outros no mundo, visto as transformações percebidas ao longo do percurso da evolução social, no que tange todo o contexto penal, desde o período da Inquisição até a formação dos estabelecimentos penitenciários modernos e todo o procedimento de reabilitação dos condenados para seu retorno à sociedade. Por fim, demonstra que, apesar de em seu conteúdo teórico o sistema penal brasileiro ter contemplado as idéias que modificaram os procedimentos e finalidades penais, visando atender ao princípio da dignidade humana (fortemente difundido pelos ideais iluministas), ainda percebemos que, na prática, não há verdadeiro alcance do principal objetivo das penas, o qual se constitui em ressocializar os indivíduos condenados por práticas delituosas, à medida que evita novas condutas criminosas. O que se observa, no entanto, é absorção das idéias de Beccaria pela nossa legislação, contrapondo-se ao primitivo desejo de vingança da sociedade frente aos crimes cometidos, inclusive aos que são considerados mais repulsivos, tal como os crimes hediondos.

A3 – DIREITO

A LEGALIDADE DO USO DAS ALGEMAS Á LUZ DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Sueldo Viturino Barbosa

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Flavio Freire

Alexandro G. B. Dos Santos

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Inicialmente, é imperativo ressaltar que o presente tema, em análise tem como escopo os temas atuais, bem como a relevante discussão que se desenvolveu. Assim, tem o presente a finalidade de com olhos críticos atentar aos fatores que levaram a Suprema Corte se manifesta de forma contundente acerca do uso das algemas, logo quando da realização tendo por base uma pesquisa profunda desde a própria "criação", do referido instrumentos, observamos que obsoleto se tem, data venia , a manifestação da Excelsa corte.

(METODOLOGIA) Empreendemos pesquisas aprofundadas, quanto ao tema, tendo por base toda a legislação atinente, bem como as decisões tomadas pelos E. Tribunais.

(RESULTADOS) Os resultados obtidos pelo presente artigo, se dá na forma de conhecimento obtidos, e um olhar crítico, levando em conta a sistemática com que deslançou o referenciado tema.

(CONCLUSÃO) Portanto, pela análise do tema em comento, a aplicação princípio da dignidade da pessoa humana, não poderá ser aplicado em sentido absoluto, ora por este pensamento nos esquecemos que a sociedade busca sempre em todo os seus meios chegar ao tão almejado bem comum.

A3 – DIREITO

A LEI DE BIOSEGURANÇA E A UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS-TRONCO DE EMBRIÕES PARA PESQUISA: ANÁLISE E PERSPECTIVAS

Ari Dos Santos De Azevedo Filho

Max Muller Barbosa

Laís Luz De Menezes

Suerda Veríssimo

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Lenice Silveira Moreira De Moura

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A polêmica envolvendo as pesquisas com células-tronco voltou a ser destaque em toda mídia nacional quando o STF (Supremo Tribunal Federal) julgou improcedente o pedido de inconstitucionalidade do artigo 5º da Lei Biossegurança a Lei de 2005 que permite o uso de células tronco para pesquisas. Na Lei de Biossegurança, o art. 5º permitia a utilização de células-tronco de embriões para pesquisas. A decisão do STF vai de encontro à tese daqueles que invocam o direito supremo à vida sem entrar em detalhe acerca da qualidade dessa vida e o que se está pagando, em termos de sofrimento, por ela. Há uma necessidade de se promover um diálogo entre os princípios constitucionais que garantem a vida e a dignidade humana. O uso das células-tronco está muito ligado a questões éticas, porque essas mesmas células, no caso das células-tronco embrionárias, podem originar seres humanos. Tudo isso enseja a seguinte reflexão: quando começa a vida? Na fecundação? Em caso afirmativo, a célula-tronco não poderia ser usada, em face da ocorrência de um homicídio. A Igreja Católica considera que a vida começa com a fecundação, de modo que a destruição de embriões é equivalente ao aborto.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa de caráter teórico e qualitativo, utilizando-se de estudos bibliográficos da literatura especializada sobre os métodos das pesquisa com células-tronco para fins terapêuticos, analisando-os através dos princípios Constitucionais da proporcionalidade, dignidade da pessoa humana e da supremacia do interesse público. **(RESULTADOS)** A nova legislação tirou o Brasil do atraso na área de pesquisas e reforçou a soberania nacional em ciência e tecnologia. Poderão ser utilizados para pesquisas apenas os embriões armazenados há três anos em clínicas de fertilização e considerados excedentes ou inviáveis. O comércio, a produção e manipulação de embriões, assim como a clonagem, seja para fins terapêuticos ou reprodutivos, foram proibidos estabelecendo uma série de condutas tipificadas como crime. O governo federal, já investiu, desde 2004, R\$ 24 milhões em ações relacionadas a pesquisas com células-tronco. Há forte esperança de encontrar tratamento, e, talvez, até mesmo a cura para doenças consideradas incontornáveis, como diabetes, esclerose, infarto, distrofia muscular, Alzheimer e Parkinson.

(CONCLUSÃO) A Lei de Biossegurança aprovada, deixou lacunas sobre as regras específicas a serem respeitadas para o uso de células-tronco embrionárias para fins científicos. Hoje, é pequeno o número de iniciativas que leva em conta o uso de células-tronco embrionárias em detrimento de células-tronco adultas justamente pelo debate em torno do embrião ser considerado ou não uma vida. Até hoje os cientistas brasileiros não têm uma legislação específica para esse tipo de terapia, baseando-se nas normas da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança). Um outro problema não solucionado é a falta de regulação das clínicas de fertilização in vitro. Mesmo a prática sendo adotada há décadas, não há lei no Brasil que trate do assunto. Com isso, essas clínicas não são fiscalizadas. Falta decidir o que será feito com os embriões vetados para pesquisas e que não forem usados para a reprodução. A lei define que apenas os embriões inviáveis ou congelados há mais de três anos, a contar de 2005, quando a legislação foi promulgada, podem ser usados para pesquisas. Assim, não há destino certo para um embrião obtido hoje por uma clínica de fertilização e não usado pelos pais. Em face do histórico religioso e cultural de nosso país, torna-se mister a formulação de um novo regramento sobre o tema, o qual discipline as especificidades no sentido de determinar o que pode ou não ser feito em termos de pesquisa para evitar exploração indevida.

A3 – DIREITO

A LEI DE RECURSOS REPETITIVOS (LEI Nº 11.672/08): REFLEXÕES A LUZ DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE, DA AMPLA DEFESA E DA CELERIDADE

Guilherme Gatto De Azevedo Cabral

Sandra Araújo Da Silva

Rafaela Monique Alves De França

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Lenice Silveira Moreira De Moura

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A escolha do tema se deu pelo interesse comum dos alunos em analisar a lei dos Recursos Repetitivos (lei nº 11.672/08), a qual introduziu alterações no código de processo civil brasileiro a fim de desafogar o sistema judiciário, garantindo que o processo tenha duração razoável de modo a contribuir para uma maior eficácia da prestação jurisdicional. Perfazemos uma abordagem do tema a partir da concepção pretoriana acerca da colisão de princípios fundamentais, especialmente o princípio da ampla defesa, da celeridade processual e da razoabilidade, a partir da vigência dessa nova lei. O objetivamos, com o presente estudo, problematizar a possível colisão de princípios, buscando-se a solução jurídica adequada através da ponderação entre bens e valores constitucionais a partir da aplicação do Princípio da Razoabilidade, procurando, ademais, observar quais as repercussões da aplicação da referida lei nos casos concretos.

(METODOLOGIA) O estudo foi realizado a partir de análises de dados qualitativos referentes ao sistema jurídico, seus reflexos no âmbito social através da aplicação da lei em face dos princípios constitucionais fundamentais do direito. Utilizamos, como fonte de pesquisa, dados bibliográficos e fatos sociais relevantes para a compreensão do tema.

(RESULTADOS) Foram constatadas as limitações do poder judiciário frente à grande quantidade de processos, que compromete a celeridade processual, ensejando a necessidade de implementação de um sistema processual capaz de evitar uma crescente acumulação de recursos repetitivos. Constata-se que a Lei nº 11.672/08 observa, de fato, o princípio da celeridade, contribuindo para a redução do problema dos recursos repetitivos, já que, segundo o presidente eleito do STJ, ministro Cesar Asfor Rocha, em encontro promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), estima que haja uma redução de aproximadamente 96.251 processos em um mês. Por outro lado, entretanto, observa-se a afetação do princípio da ampla defesa, pois a referida lei restringe a possibilidade de interposição de recursos para o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça.

(CONCLUSÃO) Em face do exposto, observa-se a necessidade da aplicação do Princípio da Razoabilidade, para, no caso concreto, aferir o equilíbrio entre a aplicação do Princípio da Celeridade Processual e a adequação ao Princípio da Ampla Defesa, como critério para a ponderação entre bens e valores constitucionais, já que, em caso de colisão entre direitos fundamentais, necessário se faz buscar-se a realização da justiça para o caso concreto. Em última análise, torna-se mister refletir se, efetivamente, a busca incessante pela celeridade processual não estaria gerando uma inadequada “aceleração processual”, a qual enseja restrição de direitos fundamentais, especialmente o direito à ampla defesa. A luz do princípio da razoabilidade, é de se questionar a adequação social desta lei em face da necessidade de uma prestação jurisdicional de qualidade, que implica na realização da justiça para o caso concreto, a qual pode ser comprometida pela “aceleração processual” promovida através da supressão de instâncias recursais.

A3 – DIREITO

A LEI Nº 11.079/04 (LEI DE PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS) COMO ALTERNATIVA VIÁVEL PARA A HUMANIZAÇÃO DA EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL

Gabriela Câmara De Góis
Discente do Curso de DIREITO da UNP

Orientador:
Vander Lima Silva De Góis
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A nova Lei de Parcerias público-privadas surgiu no ordenamento jurídico como alternativa para o desenvolvimento econômico do País; e na verdade para a implementação do Estado Gerencial Brasileiro. Muitas críticas foram e ainda são feitas quanto à aplicabilidade e ao verdadeiro sentido da lei. Há quatro anos que especialistas nos diversos ramos dos saberes discutem as PPPs, antes ainda mesmo de ser outorgada Lei Federal que disciplinasse a matéria; Muitos Estados Brasileiros já instituíram e normalizaram a Lei 11.079/04 em âmbito Estadual; como pioneiros no Brasil, neste aspecto, o Estado de Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal, Goiás, Bahia e Ceará foram os pioneiros. É propósito do presente trabalho discutir a importância de uma nova leitura hermenêutica a nova legis; Tendo em princípio que o Poder de Polícia do Estado é indelegável; só que a situação de desumanidade do Sistema Carcerário Brasileiro, merece soluções urgentes; seja ela como for; incluindo-se uma Parceria Público-Privada para solucionar o caos da execução penal do Brasil. O Princípio Constitucional basilar do Estado Democrático de Direito é o Princípio da Dignidade Humana; O Direito à vida deve ser resguardado sobre todas as coisas. Defende-se a idéia de que a lei visa instituir normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Art. 1º). Neste sentido, o diploma legal tem assento no Art. 22, XXVII, da Constituição Federal, que concede competência à União para legislar. A Lei de PPPs é uma alternativa viável para a solução definitiva ou amenização da crueldade que tem se configurado o sistema carcerário brasileiro. Seja com o desenvolvimento sustentável dos presídios; Através de implantação de projetos de alfabetização e trabalho para os apenados ou na criação de Empresas de Sociedade Mistas para gerenciar os presídios e desta forma, humanizar o sistema carcerário nacional. A experiência Americana e Britânica tem demonstrado que é possível a operação concreta de prisões privadas. O que é defendido no presente estudo, não é uma privatização das prisões; o que seria um retrocesso grande quanto às garantias constitucionais; de um Estado imparcial; Defende-se a implantação de um Estado Social, na garantia do Direito à saúde e da Vida nos presídios brasileiros.

(METODOLOGIA) Através de pesquisa exploratório-descritiva, analisou-se a nova lei à luz da doutrina jurídico-brasileira; partindo-se do positivismo jurídico e indo além de um positivismo dogmático, distante dos anseios sociais; Analisou-se o presente estudo através de uma transformação propedêutica e humanística. A análise transdisciplinar é tocada de forma contundente; o Direito associado à Sociologia nos transportam para novas reflexões. A Lei de PPPs foi analisada sob criterioso olhar jurídico-social e como solução de problemas vitais da atualidade. A Constituição Federal de 1988, Cidadã; foi utilizada como referencial maior. **(RESULTADOS)** Os resultados provisórios são de que a nova Lei é uma alternativa para solucionar o problema do sistema carcerário brasileiro; desta forma estaremos mudando a realidade desumana do sistema carcerário brasileiro. Apesar de não haver nenhum caso na atualidade brasileira da aplicação da Lei vinculada à execução penal brasileira; torna de fundamental importância a análise mais aprofundada das condições e implementações de Políticas Públicas, associadas às Privadas para tornar a Justiça retributiva em uma Justiça Restaurativa. Logo, haverá ressocialização e Dignidade carcerária neste País. Transformar-se-á esta triste realidade. O ciclo desumano, contraditório, que gera mais violência será rompido. **(CONCLUSÃO)** A Lei nº 11.074/94, seguramente, atenderá aos anseios da Dignidade Humana. A conexão de um Estado Gerencial levará humanismo aos presídios brasileiros e transformar-se-á o tédio em melodia. Transformaremos o “Estado de violência” em um “Estado Democrático de Direito”, parafraseando Norberto Bobbio, em A era dos Direitos.

A3 – DIREITO

A LEI Nº 11.441 DE 2007 COMO INSTRUMENTO DE DESOPRESSÃO DO JUDICIÁRIO E A CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA

Rodrigo Tavares Pinheiros De Medeiros
Discente do Curso de DIREITO da UFRN

Orientador:
Vander Lima Silva De Góis
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A nova Lei 11.441 de 04.01.2007- Inventário, Partilha, Separação e Divórcio Consensuais através de Escritura Pública deu prosseguimento à reforma processual com o intento de aliviar o Poder Judiciário das questões que possam ser resolvidas de forma direta e objetivamente pelas partes. Os jurisdicionados maiores e capazes, se assim optarem poderão através de procedimento administrativo, desde que previamente acordados e assistidos por Advogado, podem se ajustarem devidamente e livremente por intermédio de escritura pública lavrada perante o Cartório de Notas, com força de título hábil para se exigir o cumprimento das cláusulas e condições elencadas.

(METODOLOGIA) Através de pesquisa exploratório-descritiva, fundada no método positivista, buscou-se analisar a nova lei e associá-la ao sistema jurídico; fazendo-se uma relação com as reformas desencadeadas pela Emenda Constitucional quarenta e cinco (EC 45), que influenciou diretamente o rito processual brasileiro. A avaliação é feita através da Lei 11.441/2007 e das várias reformas introduzidas no Código de Processo Civil, como meio para concretizar o Princípio da Eficiência, como desopressão do Judiciário Brasileiro, que de tão lento e de estrutura não razoável, retarda a prestação jurisdicional e atenta contra o Princípio da Dignidade Humana.

(RESULTADOS) Procurou-se analisar a Lei associada à Constituição Federal, especialmente no tocante à EC de 45 e os Princípios da Dignidade Humana e da Eficiência; principalmente sob um olhar reflexivo de entender a intenção do Legislador em estabelecer esta Nova Lei e o papel do Poder Judiciário na compreensão e aceitação por parte dos operadores do Direito e da população civil em si. Tiramos eventuais dúvidas na aplicação do novel texto legal, inclusive quanto a intervenção do Advogado no processo extrajudicial e a não necessidade do Ministério Público intervir na escritura pública do inventário, vez que ausente a participação de incapazes. Outro ponto atacado é quanto ao aspecto multidisciplinar da lei que demandará um processo de aculturação desses personagens que, necessariamente, deverão ter uma visão prospectiva da decisão.

(CONCLUSÃO) A Lei nº 11.441/07, seguramente, atenderá com mais agilidade àqueles que se enquadram em seus requisitos, excluindo os Juizes da negociação firmada entre particulares, vez que o Poder Judiciário ficará desobrigado de homologar cerca de mais de 260 mil processos de separações e divórcios por ano. Os dados do IBGE no ano de 2005, traduzem a realização de 150.714 divórcios em todo judiciário brasileiro, sendo que deste total 68% foram consensuais; enquanto as separações correspondem a 77% do total pesquisado.

A3 – DIREITO

A LEI Nº 11.770/2008: O PROGRAMA DA EMPRESA CIDADÃ E A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE NO BRASIL

Gabriela Câmara De Góis
Discente do Curso de DIREITO da UnP

Orientador:
Vander Lima Silva De Góis
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Lei 11.770/2008 prorrogou por 60 (sessenta dias) a duração da licença maternidade no serviço público federal, tendo um caráter opcional para as empresas privadas que aderirem ao Programa Empresa Cidadã, deduzindo como incentivo do Imposto de Renda (IR) devido o valor bruto da remuneração da funcionária, paga nos 60 dias de prorrogação do benefício. Infelizmente os Profissionais autônomos e empregados domésticos não foram beneficiados pela novel lei. Fica claro que o objetivo prioritário da Lei 11.770/2008 é o de garantir um começo de vida saudável ao recém-nascido; A comunidade científica de Pediatria, destaca que a ampliação da licença - maternidade é importante para possibilitar um começo de vida saudável para a mãe e seu filho, com os cuidados adequados e na nutrição ideal, com o aleitamento materno. A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), demonstra que a prorrogação para 180 dias é uma recomendação da Organização Mundial da Saúde, alertando que as mães devem amamentar seus filhos por, no mínimo, seis meses; O leite materno é uma vacina, capaz de prevenir males como pneumonia, diarreia e doenças alérgicas.

(METODOLOGIA) Através de pesquisa exploratório-descritiva, analisou-se a nova lei à luz da doutrina jurídico-brasileira e complementando-a com bibliografia nas áreas de saúde e sociologia. Buscou-se na medida do possível; diante da publicação recente uma avaliação com setores da sociedade civil sob a receptividade da nova lei. Fez-se uma correlação da nova lei com a Constituição Federal de 1988, com a Lei 8.112/90- Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas e com a Consolidação das Leis Trabalhistas.

(RESULTADOS) Os resultados provisórios são de que a nova lei é justa, entretanto pelo Princípio Constitucional da Isonomia a licença maternidade deveria ser estendida a todas as mulheres da República Federativa Brasileira. É preciso também que o Empresário Brasileiro entenda a importância da legislação para a ampliação da dignidade da mulher e do recém-nascido, exercendo desta forma a Responsabilidade Social que humaniza a relação Empresa - Empregada e que atingirá, como reflexo o Consumidor; tendo em consonância que uma empregada feliz e saudável, com seu filho feliz e com saúde, atenderá sua função com maior felicidade e conseqüentemente trabalhará com mais afinco; além disso a Empresa Cidadã ainda terá os benefícios assegurados por Lei pelo Governo. Importante destacar que essa lei também foi fruto de um processo histórico de luta do Movimento Feminista, em uma garantia de liberdade e saúde para a mulher. Outro questionamento é quanto a eficácia da lei e a segurança no trabalho; O empresário tem a faculdade de optar ou não optar pelo Programa de Empresa Cidadã; Esta faculdade, faz com que o Empresário utilize-se da Boa Fé e realmente aja com lealdade para com a suas empregadas. Desta maneira; a empregada terá a sua licença de 180 dias e não ficará preocupada com o retorno ao trabalho e se a mesma continuará com o emprego garantido.

(CONCLUSÃO) A Lei nº 11.770/08, seguramente, atenderá a sua finalidade; podendo abrir precedentes para a ampliação da Licença Maternidade para as empregadas que foram excluídas pelo projeto. De certa forma a lei humaniza a relação de trabalho privado no Brasil e dá uma sustentação democrática ao Empresário que adotar o Projeto que assegura um pós - parto com maior tranquilidade; além de dar uma maior segurança à saúde do nascituro e do recém-nascido. A Empresa ao optar pela Lei, demonstra a sua Responsabilidade Social e o compromisso com uma Sociedade Justa, Livre e Solidária.

A3 – DIREITO

A MENTE ASSASSINA – COMPLEXIDADE DA MENTE

Amanda Melina Lima De Carvalho

Herika Vale G. Dos Santos

Gabriela Aracy Linhares Ferreira

Jorge Diego Pereira Rocha

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Pablo Moreno Paiva Capistrano

Ana Paula De Oliveira Cacho

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como objetivo a análise e o contexto em que se insere a mente assassina dentro da sociedade, buscando retratar como essa mente se desenvolve no próprio assassino e de que maneira ele se auto-reconhece, o modo como ele atinge suas vítimas e mobiliza a população em geral, incluindo órgãos públicos e de ordem jurídica. O tema aborda inicialmente a mente humana e os caracteres dos variados tipos de psicopatas, para isso, apontar-se-á a estrutura da personalidade dos mesmos, informando os distúrbios de que estes padecem, assim como a possibilidade de tratamento e reabilitação, bem como a relação entre autoria de psicopatas e direito penal.

(METODOLOGIA) Este estudo de cunho acadêmico, foi realizado através de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, a qual se analisou os relatos de fatos verídicos por meio de entrevistas com criminosos.

(RESULTADOS) Quando se fala sobre a mente assassina e psicopata torna-se necessário entender quais são as características que fazem com que uma pessoa seja considerada psicopata. Algumas das mais importantes são: ausência de culpa (não se arrepende nem tem dor na consciência; é mestre em botar a culpa nos outros por qualquer coisa; tem certeza que nunca erra), habilidade para mentir (não vê diferença entre sinceridade e falsidade; é capaz de contar qualquer lorota como se fosse a verdade mais cristalina), egoísmo (faz suas próprias leis; não entende o que significa “bem comum”), inteligência (o QI costuma ser maior que o da média; alguns conseguem se passar por médico ou advogado sem nunca ter acabado o colegial), charme (tem facilidade em lidar com as palavras e convencer as pessoas vulneráveis por isso, torna-se líder com frequência), ausência de sentimentos afetuosos (pessoas extremamente frias, do ponto de vista emocional), amoralidade (portadores de grande insensibilidade moral, bem como noção de ética), impulsividade (a ausência de sentimentos éticos e altruístas, unidos à falta de sentimentos morais, impulsiona o psicopata a cometer brutalidades), incorrigibilidade (difícilmente ou nunca aceita os benefícios da reeducação, da advertência e da correção). Partindo da conjuntura social brasileira e desequilíbrios sociais que a compõe, é perceptível que o psicopata e sua mente surgem de uma desestrutura social proveniente da má formação familiar, que pode decorrer de uma desestabilidade financeira como o desemprego, e também pela falta de uma relação familiar estável. Tendo em vista que essa falta de sociabilidade vem sendo gerada por uma base educacional escassa que não retrata a ética e a moral como prioridades, o direito surge, portanto, como objetivo de exercer sua função como “freio social”, de maneira a criar normas preventivas e punitivas que possam gerar esse freio, bem como fazendo valer a justiça dentro dos tribunais e instâncias em questão, no entanto, não podendo deixar de interagir com a medicina, esta que pode justificar as questões psicossomáticas que envolvem os psicopatas e os levam a cometer atos inconstitucionais, chegando a se tornar uma ameaça a sociedade ou até mesmo um assassino. **(CONCLUSÃO)** A partir das pesquisas realizadas chegamos a conclusão que a psicopatia possui uma classe muito à parte de pessoas com uma disfunção na estrutura da personalidade mais precisamente no superego, ou seja, esta psicopatologia estrutura-se como uma deficiência na formação da instância responsável pelo sensoriamento do comportamento humano, isto é o que impossibilita a formação de sentimentos ou mesmo de culpa nos indivíduos portadores desta patologia. O Direito surge como mediador entre esses indivíduos e a sociedade civil, de maneira a amenizar os danos causados por tais pessoas ao bem comum, buscando prezar pela isonomia e a ordem social.

A3 – DIREITO

A NECESSIDADE DE SE EFETIVAR O RECONHECIMENTO ANTECIPADO DA PRESCRIÇÃO RETROATIVA NO PROCESSO PENAL

*Gregory Victor Pinto De Farias
Hortênsia Fernandes Cavalcanti
Francisco Chagas De Araújo Júnior
Marcelo De Lima Brito*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ivanaldo Bezerra Ferreira Dos Santos

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O aforamento de um processo penal causa, na vida do acusado, resultados empíricos nefastos. Isso porque a sistemática penal é mantida por dois critérios basilares: pela seleção vitimizante e pela vulnerabilidade das pessoas desvaloradas pela sociedade. Com efeito, a criminalização secundária seleciona, sob orientação burocrática, o figurino social dos delinqüentes. Tendo tais ilações em vista, qual o sentido de instaurar-se um processo penal sabendo que, ao fim e ao cabo, será declarada a extinção da punibilidade do acusado com baldrame na prescrição retroativa? Subjaz ainda de tal problemática a tensão entre os princípios da obrigatoriedade da ação penal pública e da independência funcional do Parquet: qual desses cânones deve prevalecer in concreto? Nessa senda, quadra assinalar que o desígnio precípua do estudo em epígrafe é elucidar, à luz dos princípios alinhavados na Constituição Federal – mormente o da dignidade da pessoa humana, o qual é a verdadeira ratio essendi do Estado Democrático de Direito –, os pontos agitados acerca do reconhecimento antecipado da prescrição retroativa. Saliente-se que, para tanto, serão rebatidas as premissas acasteladas pelo Supremo Tribunal Federal, que, como se sabe, rechaça a utilização prática da tese em comento.

(METODOLOGIA) Buscou-se estudar os ensinamentos dos mais renomados doutrinadores do direito pátrio e do direito comparado, os quais, como se pôde notar, não detêm um posicionamento pacífico no que concerne ao tema em tela. Não houve limitação, todavia, ao estudo doutrinário: focou-se o posicionamento de diversos Tribunais brasileiros, encontrando-se uma similitude de pensamento com o extinto Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo e com o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. Dessarte, observa-se que o estudo se ateve ao uso da forma qualitativa no que atenta às informações a ele jungidas, dando prioridade, sobretudo, às questões que exsurtem no plano prático dos fatos. Todas as possíveis fontes de pesquisa foram exploradas para almejar uma fundamentação coerente e suscitar reflexões acerca do tema exposto.

(RESULTADOS) O resultado obtido a partir de uma leitura constitucional do processo penal não é difícil de ser vislumbrado. Isso porque a obrigatoriedade do prosseguimento da ação penal até a fase decisória cai por terra em face da relação de precedência dos princípios da independência funcional do Ministério Público – aqui se a prescrição for por ele reconhecida na fase pré-processual –, da economia processual, da economia material, da instrumentalidade do processo, da razoabilidade, da dignidade da pessoa humana, da duração razoável do processo, da preservação do prestígio da justiça, entre outros, aliado à falta de uma das condições da ação, qual seja, o interesse de agir – na vertente interesse-utilidade –. Sendo assim, e tão-somente tendo em vista os suso-explicitados princípios, não se faz necessário girar mundo para se dar conta de que a teoria que preleciona seja a prescrição retroativa conhecida unicamente em juízo – e na fase decisória – já é defasada nos dias atuais. Isso se deve, sobremaneira, à normatização de determinados princípios, bem como à mudança conceitual – nova leitura teleológica das normas jurídicas – pela qual necessita passar todos os ramos da seara jurídica.

(CONCLUSÃO) À guisa de conclusão, nota-se que o entendimento abraçado pelo Supremo Tribunal Federal é temporário. O processo penal não se pode ater às formalidades destituídas de concreta utilidade – isto é, formalidades inúteis –, as quais entram em colapso até mesmo contra princípios comezinhos acolhidos, seja explicitamente, seja tacitamente, pela Constituição Federal. Pode-se aduzir, por derradeiro, que mister se faz, para prestigiar o sistema acusatório instituído pela Lex Matter de 1988, a real efetivação do reconhecimento antecipado da prescrição retroativa no processo penal brasileiro, seja pelo Magistrado, seja pelo órgão do Parquet.

A3 – DIREITO

A NOVA POSTURA DO STF E A SUPREMA CORTE AMERICANA

*Gabriela Cristina Santos Líbera
João Antonio Rodrigues De Lima*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Pablo Moreno Paiva Capistrano

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) As novas posturas assumidas pelo STF têm sido destaque na Imprensa, e causado protesto na esfera dos Poderes Executivo e Legislativo que as acusam de ultrapassarem os limites constitucionais. Não resta dúvidas que após a reforma do Judiciário, onde foram incorporados as Súmulas Vinculantes e a inclusão entre os pressupostos de admissibilidade dos recursos extraordinários a exigência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, permitem um ativismo jurídico mais intenso do Supremo.

(METODOLOGIA) Para essa pesquisa foram consultadas a Constituição Brasileira, livros de direito comparado especialmente o norte-americano, sites especializados na Internet e artigos na Imprensa. O presente trabalho constitui-se em uma análise crítica das novas posturas do Judiciário á luz da atuação da Suprema Corte.

(RESULTADO) A Suprema Corte Americana atua em um sistema de direito jurisprudencial, baseado não na Lei, mas na regra do precedente, e sob uma Constituição secular interpretada como sendo compostas por Princípios. A Suprema Corte não está vinculada ás suas Jurisprudências anteriores podendo revê-las a qualquer momento quando achar que um Princípio superior ao que fundamentou a anterior decisão não foi considerado na sua plenitude. A Suprema corte decide em média 150 processos por ano quando os considera com interesse constitucional relevante. As Interpretações daquela Corte tem influenciado decisivamente a história do País. Vejamos a sua interpretação para o Princípio que todos têm direito à igual proteção da lei: em 1936 justificou a segregação entre brancos e negros – iguais, mas separados, em 1954 proibiu a segregação alegando, a lei deve ser cega para a cor, em 1989 condenou algumas ações afirmativas como a que destinava 30% das obras de uma prefeitura para construtoras de minorias, julgando-as discriminatórias ás maiorias, tudo isto com base no mesmo tópico constitucional.

(CONCLUSÃO) O sistema constitucional brasileiro difere do norte-americano. O STF não legisla positivamente, só pode se manifestar para decidir pela constitucionalidade ou não de uma lei quando provocado por qualquer um dos legitimados constitucionalmente ou em recurso extraordinário no controle difuso. Enquanto nos Estados Unidos qualquer processo de qualquer cidadão pode chegar a Suprema Corte. No julgamento do Mandado de Injunção apenas reconhecia a mora do Legislativo ou do Executivo, mas no caso do direito de greve do funcionalismo público mandou aplicar até que a lei específica exigida pela Constituição seja elaborada usar no que for aplicável a lei dos trabalhadores privados. Algumas súmulas vinculantes tiveram o efeito de disciplinar assuntos que vinham se arrastando há bastante tempo tais como: o sistema de consórcio sorteios e bingos, a utilização do salário mínimo como indexador de vantagens para outros salários, a taxa de juros de 12% ao ano, a utilização de algemas e o fim do nepotismo no Serviço Público. O pressuposto de admissibilidade de recursos além de diminuir a carga de trabalho do STF permitirá que apenas decida questões constitucionais relevantes. Esse início do ativismo jurídico do STF não o transformará numa Suprema Corte, mas está sendo bastante benéfico para o País. Esperamos que o Executivo, Legislativo e o Judiciário, atuando com harmonia e independência entre si, de acordo com o Princípio de Separação dos Poderes, cumpram o seu dever constitucional, consolidando assim a democracia em nosso País para que um dia quem sabe tenhamos também uma Constituição secular.

A3 – DIREITO

A PLURALIDADE CULTURAL E O ORDENAMENTO JURÍDICO: REFLEXÕES SOBRE A RECUSA DE TRANSFUSÃO DE SANGUE POR MOTIVAÇÕES RELIGIOSAS

*Marina Fernandes De Moura
Raquel Maria Da Costa Silveira
Liana Ramalho Silva
Silvana De Sena Patrício*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Pablo Moreno Paiva Capistrano
Lenice Silveira Moreira*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O Pluralismo Jurídico abrange diversas definições. Uma delas diz respeito a um conjunto de culturas conflitantes em um mesmo território e como deveria o Direito se comportar perante as disparidades. A cultura é o conjunto de hábitos e ações que identificam os indivíduos e se reflete em seu pensar e agir. Em uma sociedade complexa, coexistem diversas formas culturais, as quais apresentam seus próprios preceitos e regras, que, muitas vezes se chocam com os costumes de outras culturas, trazendo desequilíbrio à sociedade e uma sensação de estranhamento por parte daqueles que não comungam das mesmas idéias. Esse fato pode ser explicitado quando se pensa no problema da convivência de hábitos religiosos das Testemunhas de Jeová e a legislação brasileira em relação a constantes recusas perante transfusão sanguínea. Para os não adeptos à religião, isso soa, no mínimo, estranho e para o Direito, representa uma afronta ao Direito Fundamental à vida, inerente a todo e qualquer indivíduo. A recusa se dá porque receber frações de leucócitos numa transfusão é pecado, pois, para eles, é o mesmo que comer sangue, algo proibido pelo texto bíblico.

(METODOLOGIA) Este trabalho de cunho acadêmico foi baseado em pesquisas bibliográficas e documentais, assim como a leitura de textos virtuais e artigos que somados a decisões judiciais possibilitaram o levantamento de dados importantes para o desenvolvimento do estudo.

(RESULTADOS) Diante do pesquisado, verificou-se que, no caso de um maior capaz, o médico deve proceder consoante a vontade do paciente, o qual pode formalizar sua preferência através da assinatura de um documento assegurando ser testemunha de Jeová e se negando a receber o sangue. Porém, caso o maior esteja incapaz, a família responde por este, entretanto, se tratando de uma urgência, o médico deve agir de imediato. No caso de um menor, como a tutela dele é do Estado, a decisão fica por conta deste, contudo, tratando-se de uma urgência, o médico deve agir de imediato, tendo a seu favor a lei, caso ocorra processo posterior por parte da família do paciente. Tal fato também se aplica ao caso do maior incapaz. Na verdade, já existe uma associação de Testemunhas de Jeová anônimas, chamada “Associação das Testemunhas de Jeová para Reforma na Questão do Sangue”, que luta para que essa doutrina acabe e passe a ser questão de consciência aceitar ou não transfusões sanguíneas. Aparentemente a Torre de Vigia, entidade dirigente das Testemunhas, já não mudou sua doutrina a respeito do sangue por temer uma grande quantidade de processos judiciais, provenientes de indivíduos que perderam parentes devido à restrição imposta pela religião. Aliás, por eles pensarem exatamente no aspecto jurídico, tem-se a orientação de que não é a religião que proíbe receber sangue, mas sim “a consciência”.

(CONCLUSÃO) Diante da temática abordada, percebe-se uma colisão entre o direito à vida e a liberdade religiosa, ambos direitos fundamentais sem hierarquização. Entretanto, perante um caso concreto deve-se racionalizar em cima do peso ou importância relativa de cada princípio, recorrendo à Teoria da Ponderação dos Bens e Valores Constitucionais e ao Princípio da Razoabilidade, e priorizar o direito à vida, visto que esse se trata de um direito indisponível e sem o qual todos os outros perdem o sentido. Sendo assim, as decisões judiciais a respeito desses casos requerem uma apreciação minuciosa da situação. Todavia, como percebido, após análise da Jurisprudência, já existe um consenso entre os operadores do Direito no sentido de que assegurar o direito à vida é mais importante do que obedecer a uma vontade pessoal ou respeitar manifestações culturais.

A3 – DIREITO

A PRISÃO CIVIL E A PROBLEMATICA CONSTITUCIONAL FRENTE A TRATADO INTERNACIONAL

Pedro Lopes De Lima Neto

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Thiago Murilo Nóbrega Galvão

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A pesquisa em andamento visa mostrar os aspectos e características da prisão civil, seu surgimento e como se encontra na atualidade. Este tema é bastante polemico visto que a prisão civil é um meio de restrição da liberdade para que se cumpram decisões judiciais do âmbito civil. Abordarei a posição constitucional sobre o fato e o Tratado internacional de São Jose da Costa Rica, tratado este que vai de encontro a nossa Carta Magna. A problemática da pesquisa gira justamente da idéia de uma lei internacional se sobrepor a uma norma geral de uma nação.

(METODOLOGIA) A investigação está sendo desenvolvida com base em uma perspectiva histórica, utilizando-se como instrumentos indicações de pesquisas bibliográficas e análise de documentos oficiais. Além disso, as Constituições passadas de nossa história, também são focos de pesquisas.

(RESULTADOS) Nesta etapa inicial os resultados obtidos apontam para o esclarecimento de que o Direito tem de efetivamente servir como instrumento de asseguarção e efetivação dos direitos fundamentais inerentes ao homem. O artigo 5º, LXVII da nossa Carta Magna, determina como regra, a repugna à prisão do devedor estabelecendo duas únicas excepcionalidades: o inadimplemento inescusável das obrigações alimentares e a infidelidade do depositário. O Brasil, como signatário do Pacto de São José da Costa Rica já demonstra entendimento de que a prisão civil somente deve ser imposta em inadimplemento alimentar. Entretanto a previsão constitucional do depositário infiel se sobrepõe ao tratado que vigora como lei ordinária. Vemos, então, uma discrepância entre a lei constitucional e a tratado adotado no país. Então, qual norma devemos adotar?

(CONCLUSÃO) Conclui que os meios de efetivação do Direito têm de ser usados plenamente para que seja garantido o direito alheio. Então seja no caso da prisão por devedor de alimentos ou no depositário infiel, a norma constitucional tem de ser cumprida. Não devemos adotar o pacto de São José da Costa Rica neste caso, pois qual outro meio seria tão eficaz como a perda da liberdade? É certo que é uma norma de caráter penal, mas sem tal norma, o ordenamento jurídico civil passaria por momentos sombrios vistos não ter um meio coercitivo eficiente para cumprir decisões essenciais. A multa por si só não pode ser um meio de efetivação, pois como irão pagar a multa aqueles que pouco tem para cumprir suas obrigações? É certo de que é um assunto de largas interpretações, mas nossa Constituição tem de prevalecer sobre o tratado, neste ponto

A3 – DIREITO

A REFORMA AGRÁRIA COMO DIREITO HUMANO ESSENCIAL E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA

Rodrigo Tavares Pinheiro De Medeiros
Discente do Curso de DIREITO da UFRN

Orientador:
Vander Lima Silva De Góis
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A questão agrária no Estado do RN nunca foi analisado sob um aspecto jurídico contundente; No Estado do RN, falar de Reforma Agrária é discutir sobre a Dignidade Humana e da terra, que se configura como um Direito Humano Essencial. O Princípio da Função Social da Propriedade Privada deve ser analisado sob um olhar contributivo e restaurativo. O objetivo do presente trabalho é iniciar uma reflexão sobre o Direito Agrário e nessa correlação entender se os movimentos sociais rurais, bem como o Poder Estatal, através de seus órgãos competentes como INCRA; estão democratizando as terras destinadas aos assentamentos rurais. Entender a terra como Direito Humano é como entender o ser humano em sua essência. ser humano sem lar é parte de um Ser Humano; A terra dignifica e humaniza o ser humano; todos necessitam de um lar. O impasse que vive atualmente a Reforma Agrária no Brasil não encontra perspectiva favorável na atual estrutura do Poder. O Estatuto da terra, Lei nº 4.504/64 em seu artigo 2º versa que é assegurado a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta lei. Apesar da atualidade das lutas sociais no campo (trabalhadores rurais continuam sendo assassinados sempre que sua resistência fere interesses dos Donos de Terras, desde a derrota da Reforma Agrária na Constituinte de 1988).

(METODOLOGIA) Através de pesquisa exploratório-descritiva, analisa-se a correlação de forças que atuam nas questões ligadas à Reforma Agrária no Brasil; bem como se busca um entendimento Doutrinário e Jurisprudencial de como há uma associação entre Reforma Agrária e Direito Humano.

(RESULTADOS) Procurou-se aprofundar-se sobre o problema de pesquisa; partindo da premissa de que a terra é um dos Direitos Humanos Essenciais para a Dignidade Humana. Através da pesquisa exploratória, embasada nas Ciências Sociais e Humanas; chega-se a considerações como: A reforma Agrária é um Direito Humano Essencial e esta associada diretamente, inter partes, ao Princípio da Dignidade Humana, posto formalmente pela Constituição Federal de 1988; só que em concreto esta longe de se materializar, como bem diz o Douro Konrad Hesse, para toda a totalidade necessitante.

(CONCLUSÃO) É fundamental um aprofundamento teórico mais consistente para que se chegue a conclusões definitivas, entretanto, em conclusões provisórias, compreendemos que somente mediante uma reforma constitucional ampla e com a participação da classe proletária, ou na modificação da atual correlação de forças políticas, em modificação - promulgação de uma nova Constituição que realmente atenda aos interesses da classe trabalhadora, bem como concretize o Princípio da Dignidade Humana, associado diretamente e conjuntamente ao projeto de uma Reforma Agrária justa; Desta maneira será possível realizar mudanças na atual estrutura agrária, marcada pelo aumento da concentração fundiária e causadora da escalada violência no meio ambiente urbano e rural da República Federativa Brasileira. Palavras-chaves: Dignidade Humana; Direito Humano; Reforma Agrária.

A3 – DIREITO

A REGULAMENTAÇÃO DO USO DE ALGEMAS CONSIDERANDO A SÚMULA VINCULANTE NÚMERO ONZE E O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

*Mariana Cruz Firmino
Maria Luiza Castro Maia
Lorena Alves Tomaz Do Nascimento
Rayana Isis Galvao Vasconcelos*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Carlos Wagner Ferreira Dias
Rita De Cássia Andrade Silva
Alexandro Gomes Bezerra Dos Santos*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Esta pesquisa tem como finalidade investigar quais são os parâmetros a serem observados para a regulamentação do uso de algemas considerando a súmula vinculante número onze e o princípio da proporcionalidade. Tendo em vista que o uso das algemas é imprescindível apenas nos casos em que o paciente ofereça fundado receio de fuga, risco à sua integridade física e a de terceiros ou que, ante práticas anteriores, reste demonstrado alto grau de periculosidade, foi criado o instituto desta súmula. Diante da não observância do cumprimento de tais requisitos, o agente ou a autoridade serão responsabilizados civil e penalmente, podendo ocorrer a nulidade da prisão ou do ato processual que se refere, sem que haja prejuízo da responsabilidade civil do Estado. Além disto, recentemente a Lei 11.689/2008 alterou a redação do Código de Processo Penal, tornando estreme de dúvidas a excepcionalidade do uso de algemas no que se refere ao plenário do júri, não se permitindo que o acusado permaneça algemado, salvo se absolutamente necessário à ordem dos trabalhos, à segurança das testemunhas ou a garantia da integridade física dos presentes.

(METODOLOGIA) Realizou-se um estudo retrospectivo, de caráter qualitativo, bibliográfico e documental, fundamentado pelo Habeas Corpus 91.952-9/SP, no qual o paciente permaneceu algemado durante dezoito horas na sessão do júri, pelos informativos do Supremo Tribunal Federal acerca da edição da súmula vinculante número onze, bem como pela Constituição Federal e os Códigos Penal e de Processo Penal. Emoldurando o Princípio da Proporcionalidade nas constatações acima validadas, tem-se que este deve atender à ponderação de interesses fundamentais conflitantes entre meios e fins. Este princípio é regido por três requisitos objetivos, quais sejam, adequação, que indaga se a medida utilizada é adequada para atingir o fim almejado; necessidade, a qual questiona se existe algum outro meio, igualmente eficaz e menos oneroso ao direito fundamental; e proporcionalidade em sentido estrito, que investiga se o direito fundamental ambicionado no fim é compatível com o direito fundamental restringido.

(RESULTADOS) Verificou-se que a utilização do uso de algemas é adequado, pois tal medida apresenta aptidão para atingir o fim, que é o não rompimento da integridade física e moral do acusado. Entretanto não é necessária, pois há outros meios menos onerosos ao direito fundamental, como a implementação de autoridades policiais capacitadas para garantir a segurança, tanto dos pacientes, como de terceiros. A criação da súmula foi essencial para evitar que haja a inobservância do princípio da proporcionalidade. O uso indevido das algemas constitui desrespeito à integridade física e moral do preso, tendo em vista princípios constitucionais, como a dignidade da pessoa humana e a não culpabilidade, pois rege a Magna Carta que ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante. **(CONCLUSÃO)** A regulamentação do uso de algemas se faz necessária no tocante ao âmbito do Direito Penal, levando-se em consideração que a pessoa do acusado merece tratamento de forma que não tenha sua dignidade humana ferida, uma vez que este vive em um Estado Democrático de Direito.

A3 – DIREITO

A SEGURANÇA PÚBLICA DA ANTIGUIDADE ATÉ OS DIAS ATUAIS

João Paulo Vieira Costa De Aguiar

Thales Marques Da Silva

Iullius Panucci De Araújo

Carlos Gomes De Melo

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ana Paula Cacho

Lenice Silveira

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A segurança pública vem sendo, desde a antiguidade, fundamental para manter a ordem na sociedade, podemos dizer que sem ela, a população poderia estar em um completo caos. A segurança está prevista na constituição como um dos direitos fundamentais. No trabalho que será apresentado, mostraremos a utilidade da segurança pública, o problemas enfrentados pela polícia.

(METODOLOGIA) O estudo foi desenvolvido mediante pesquisa bibliográfica e análise textual, a qual teve como base teórica e metodológica referências bibliográficas específicas, tais como: “vigiar e punir” - Foucault, “segurança tem saída” – Luiz Eduardo Soares, entre outros autores . Foram ainda realizadas pesquisas refinadas em sites de buscas na Internet, além de análises de dados estatísticos.

(RESULTADO) Pelo levantamento de dados feito pelo grupo, a segurança pública, vista do prisma da sociedade, está ligada ao pensamento de que sua função é de somente prender ladrões e punir aqueles que descumprem as leis. Também vimos, que grande parte dos presos são pobre e negros, com isso observamos que, mesmo estando no século XXI, ainda existe um forte racismo, e vemos também que a justiça não é cega e que ela favorece, hoje em dia, para aqueles que o dinheiro pode pagar. Por que somente os pobres são presos? Isso ocorre por causa da falta de investimento do governo em educação e com isso, infelizmente, as pessoas que não tem condições de ter uma boa educação e se vêem excluída da sociedade tentam sobreviver da forma mais fácil que é roubando. Com todos esse dados estudados, vamos exemplificar e mostrar os defeitos da segurança pública e os meios para que ela possa ser bem aplicada.

(CONCLUSÃO) Por fim, concluímos que, a segurança pública não é “para todos” como diz o Caput do artº 5º da nossa constituição: segurança um direito fundamental; pois, a maioria dos presos hoje em dia são negros e pobres, e que para se resolver este problema teria que resolver todos os problemas de todos os órgãos públicos, pois um está ligado ao outro (diretamente ou indiretamente).

A3 – DIREITO

A TUTELA DO “PATRIMÔNIO” CULTURAL E A DIMENSÃO ANTROPOÉTICA DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA NA PÓS-MODERNIDADE

Vander Lima Silva De Góis

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Lenice Silveira Moreira De Moura

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A nova feição dada pela Constituição Federal de 1988 na tutela ao “Patrimônio” Cultural e as correlações entre as responsabilidades Administrativa, Civil e Penal à luz do Princípio da Dignidade Humana fazem com que tenhamos uma necessidade de pesquisar a real importância da proteção deste Direito Fundamental. Partimos da premissa da interligação desta tutela com a concretização e humanização da memória cultural do indivíduo e sua relação com a coletividade. Perfaz-se uma reflexão crítica sobre a historicidade dos avanços e retrocessos do movimento ambientalista mundial direcionados ao protecionismo dado ao Patrimônio Cultural e à Memória Coletiva dos Povos.

(METODOLOGIA) Através de pesquisa exploratório-descritiva, fundada no método transdisciplinar e dialógico da complexidade, busca-se analisar o panorama hodierno marcado pela dualidade do impasse entre o crescimento econômico e a degradação ambiental. Este trabalho trata do Meio Ambiente Cultural, situando a discussão sob o aspecto da tutela jurídica que lhe é dada pela Constituição Federal de 1988 analisando-se de forma suplementar o Direito Internacional, por meio de um sistema de proteção disposto no bojo desta Carta Cidadã e das Conferências que tratam do assunto na perspectiva da participação do Estado e da sociedade.

(RESULTADOS) Procurou-se a definição concreta do que se trata por Meio Ambiente Cultural e o “Patrimônio” Cultural à luz da Dignidade Humana. Sob a análise do referencial teórico metodológico escolhido chegou-se à conclusão de que o “Patrimônio” Cultural é um Direito Humano Fundamental e deve ser resguardado e concretamente protegido tanto pelo Direito Público quanto pelo Direito Privado. Analisando-o sob a articulação antropológica, indivíduo, sociedade e espécie estariam conectados e desconectados ao mesmo tempo; desta forma individual - social e social - individual, se dá a nova compreensão a ser analisada sobre o Direito Fundamental à cultura e a tutela do patrimônio cultural, que se reveste de uma nova versão multiculturalista sobre o problema discutido.

(CONCLUSÃO) É fundamental que tenhamos a real e concreta consciência de como é importante a união do Estado com a Sociedade Civil na Defesa do “Patrimônio” cultural em sua totalidade bem como dos instrumentos legais que instrumentalizam a defesa de tal desiderato. Entendendo que o Direito ao “Patrimônio” Cultural, deve estar associado diretamente ao Princípio da Dignidade Humana, já que se compreende através da dialógica que indivíduo, espécie e sociedade são um todo e que a cultura da parte individual, privada, pertence a memória coletiva do todo; coletividade.

A3 – DIREITO

ABORDAGEM CRÍTICA AO ARTIGO 7º, XXXIII, CF À LUZ DA EC N. 20/98

Murillo Victor Umbelino Machado

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Carlos Thompson Costa Fernandes

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente artigo tem como escopo central analisar a adequação da conjuntura hodierna em relação à delimitação etária mínima apta a promover o exercício das atividades laborais, após o advento da Emenda Constitucional n. 20/1998, que veio a conferir uma nova redação ao Artigo 7º, XXXIII, da CRFB. Tal elucidação mostra-se imperiosa em decorrência dos desdobramentos sociais e futuros causados pelo momento em que há a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Ademais, frisa-se que o parâmetro de 16 (dezesesseis) anos fora estabelecido pelos legisladores à luz de dados estatísticos, e potencialmente humanísticos, que demonstravam a relação de subordinação causal existente entre o trabalho precoce e o processo educacional como instrumento que viabiliza a aquisição de competências básicas para o mundo contemporâneo.

(METODOLOGIA) O trabalho fora estruturado segundo um procedimento teórico-reflexivo a partir de uma pesquisa bibliográfica de obras jurídicas, como também extrajurídicas, sobretudo aquelas relacionadas ao Direito do Trabalho e ao Direito Constitucional. Destaca-se, de qualquer sorte, a exploração de doutrinas, legislações, além de pesquisas bibliográficas e divergências jurisprudenciais. Por conseguinte, realizou-se um filtro das referidas informações para compor uma base teórica capaz de analisar os pontos benéficos e maléficos acerca da idade mínima para o trabalho no Brasil, fazendo-nos refletir sobre os sujeitos atingidos por essas medidas, e o poder aquisitivo desses jovens, para tecer conclusões precisas quanto à adequação de tal medida a realidade brasileira.

(RESULTADOS) O trabalho não se revela como a única, tampouco a melhor, alternativa apta a promover a inclusão social do adolescente. Destarte, o estabelecimento da idade mínima de 16 (dezesesseis) anos para trabalhar, no Brasil, não é apenas uma forma de inserir precipitadamente os jovens no mercado de trabalho, mas oferecer oportunidades de crescimento profissional desde as fases iniciais de sua construção intelectual. Ademais, não pretendemos negar a discrepância dos indicadores sociais e defender simplesmente a postura legislativa, apenas busca-se ressaltar que a legalização do trabalho no limite estabelecido é uma alternativa de formalizar os milhões de adolescentes que trabalham informalmente. E finalmente, cita-se que a deficiência profissional dos jovens, expressada pela existência concomitante do desemprego e de ofertas trabalhistas em aberto, dada à inexistência de mão-de-obra capacitada para preencher as referidas vagas, pode ser alcançada quando se congrega o trabalho à formação escolar, vez que se apresenta como a melhor alternativa a reunião dos conhecimentos teóricos e práticos pelos jovens.

(CONCLUSÕES) A problemática social existente no nosso país poderá ser minimizada através de políticas sócio-educativas paulatinamente aplicadas no seio social, com intuito de inserir na população civil a relevância da educação, apta a promover a construção de um Brasil socialmente justo, politicamente democrático e intelectualmente consciente. Doravante exposto, cita-se que o limite etário modificado pela Emenda ora em estudo veio a implementar um mecanismo capaz de propiciar aos jovens uma educação básica de qualidade, e somente desta forma, aliar os conhecimentos adquiridos no ensino médio as experiências adquiridas pelo labor. A referida Emenda Constitucional, por fim, revela-se como medida positiva vez que oportuniza a qualificação da classe jovem após havê-los instruídos a adentrar no exercício profissional de forma mais capacitada.

A3 – DIREITO

O ABORTO E A ANENCEFALIA: UMA ANÁLISE JURÍDICA

Mirielelem Miranda Leite

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Alan Dias Barros

Ana Paula Cacho

Anderson Leonardo De Oliveira Brito

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Diante de tantas transformações científicas e da evolução do Direito, o qual procura adequar-se conforme o desenvolvimento da sociedade, ainda existem questões a serem analisadas, repensadas e até mesmo, modificadas, para que haja uma melhor condição de vida. Então, diante do exposto, este trabalho pretende analisar a questão e sugerir caminhos, tendências, etc. para esse caso tão conflitante que é o aborto de anencéfalos, o qual acaba gerando uma colisão de direitos fundamentais, o direito à vida e o direito de livre escolha da gestante. Tentar perfazer uma solução absoluta é uma atitude imprudente. Pretende-se contribuir para a solução do tema, não trazer a própria solução.

(METODOLOGIA) Para a elaboração do trabalho, foram examinadas as doutrinas jurídicas mais recentes, principalmente nas esferas cível e penal. Na esfera cível, buscou-se observar a posição do nascituro para o Direito. No âmbito penal, as tendências com relação à criminalização do aborto e a possível descriminalização do aborto em caso de anencefalia. Com um resgate histórico, buscou-se analisar o aborto e o nascituro à luz do Direito Romano, por ser a base do nosso ordenamento jurídico. Além disso, foram realizadas pesquisas em livros de Direito Romano comparado, Introdução ao Direito, Direito Civil – Parte Geral, Direito Penal – Parte Especial e Direito Processual Civil. Também foi utilizada a internet como ferramenta para extrair dados estatísticos que demonstram a posição dos juristas e dos cidadãos a respeito do aborto, notadamente quando o feto é anencefálico. Consiste em uma análise situacional da legalização do aborto de anencéfalos, bem como a legislação e a consulta pública realizada recentemente pelo STF, onde tramita a ADPF-54, a qual tem como argüente a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde (CNTS).

(RESULTADOS) As doutrinas majoritárias defendem a legalização do aborto de fetos anencéfalos. No entanto, uma pesquisa recente de opinião pública realizada pelo Instituto de Pesquisas Datafolha, revela que 68% dos brasileiros considera que a lei que regulamenta o aborto no país atualmente deve continuar como está. Um estudo realizado em 2005 pelo Centro de Pesquisas em Saúde Reprodutiva de Campinas com os promotores de justiça revelou que 85,3% apontaram o diagnóstico de anencefalia como circunstância em que o aborto deve ser permitido. Em 2006, um estudo semelhante foi realizado com os magistrados, revelando que 79,2% apontaram a anencefalia fetal como circunstância excludente de ilicitude do aborto.

(CONCLUSÃO) Dos resultados obtidos, é clara a adesão à legalização, à descriminalização do aborto de fetos portadores de anencefalia, para evitar o sofrimento tanto da mãe como do feto. O feto tem o direito à vida, porém, quando o tempo de vida é abreviado, durando, no máximo uma semana, sendo inviável, é digno interromper essa gravidez, como forma de mitigar o sofrimento da mãe, que saberá que está gerando uma criança sem cérebro e que morrerá logo ao nascer, sendo uma flor que já nascerá murcha. Todavia, a gestante deve ter o direito de escolha. Sendo a anomalia diagnosticada por um médico, a mãe, de acordo com suas convicções, bases religiosas e psicológicas, optará por interromper a gravidez ou não. A descriminalização da interrupção de gravidez de feto anencefalo servirá como um amparo à mãe que escolher mitigar sua dor.

A3 – DIREITO

ABORTO NOS DIAS ATUAIS

*Igor Mesquita
Niederlan Araújo
Alexsandro Câmara
Flávio Miranda Rocha
Filipe Ribeiro Carlos*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Pablo Capistrano

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A realização desse trabalho consiste na elaboração, apresentação, e esclarecimento de um tema bastante polêmico e ainda muito discutido pelas sociedades nos últimos anos, que é o aborto. O objetivo do mesmo é trazer uma discussão sobre as duas vertentes do aborto, a legalidade e a ilegalidade, sobre o que a legislação brasileira trata nesses casos e até onde a religião influencia nesse tipo de assunto. Trabalhando dessa forma com casos discutidos pelo STJ e buscando chegar à jurisprudência que vem se formando nos últimos anos em nosso país.

(METODOLOGIA) Nosso estudo tem fontes teóricas, práticas e metodológicas. Referência de casos concretos da sociedade brasileira, os dois lados da moeda; casos os quais seriam de uma extrema covardia a mãe fazer o aborto e os casos os quais seriam extremamente necessários. Sempre se baseando nas decisões do STF e nas teses dos doutrinadores mais conceituados do país. Tal como: Rogério Grecco, Fernando Capez entre outros. Bem como, auxílio de doutores no assunto para só então indagamos uma reflexão comparativa de uma dúvida importante para desenvolvimento penal e constitucional do nosso País.

(RESULTADO) Os resultados obtidos durante e posteriormente a pesquisa é a informação das duas facetas do aborto. Analisar friamente o que pode ser positivo e negativo em ambas as situações: legalidade e ilegalidade. Procurando sempre ser imparcial na medida das análises, já que é impossível ser neutro, diante do conteúdo polêmico do tema.

(CONCLUSÃO) Diante da pesquisa realizada concluímos que um tema como o aborto nunca levará todos de uma sociedade a um censo comum. Tudo vai variar de acordo com os aspectos sociais, culturais, religiosos e também vai depender da forma como a sociedade encara essa prática. A legislação brasileira é contra, porém abre algumas exceções em certos casos específicos como o de estupro, por exemplo, que agem com a comoção da sociedade. Entretanto, ainda há muitas lacunas em relação à legalidade do aborto, tal como o caso de bebês com anencefalia, e os diferentes julgamentos dos magistrados faz com que cada vez mais não se tenha uma opinião sólida em relação a tais decisões. Essa condição de decisões torna-se cada vez mais inaceitável haja vista que as mulheres estão gradativamente gerando bebês anencéfalos aumentando o sofrimento dessas mães já que não podem abortá-los legalmente. O que lhes resta é esperar longos nove meses com a certeza de que seu filho (a) não viverá nove dias. Boa parte da influência que chega aos tribunais sem dúvida faz parte da pressão religiosa imposta pelo cristianismo. Assim, proibir o abortamento no caso de anencefalia por motivos puramente religiosos é inadmissível em um Estado laico. Com a permissão, cada um pode agir de acordo com suas crenças. Com a proibição, a fé de alguns é imposta a todos, constituindo tratamento desumano e inadmissível tortura psicológica.

A3 – DIREITO

ACESSO À JUSTIÇA INTERNACIONAL NA GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

Bárbara Pessoa Rêgo De Oliveira

Júlia Prado Galli Martins

Larissa Mara Salustino Trindade

Larissa Medeiros De Araújo

Priscilla Ferreira Mesquita Lopes

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Vânia Vaz Barbosa Cela

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O acesso à justiça relevante no que concerne a responsabilidade do Estado, parte do pressuposto de que os interesses dos indivíduos, sejam eles individuais ou coletivos, devem ser respeitados. Tal necessidade de se tutelar de forma eficaz esses direitos dos cidadãos, advém do conceito de que, partindo-se de uma reflexão fundada no contexto internacional, o acesso à justiça é um direito fundamental que deve ser assegurado pelo Estado. O objetivo principal deste trabalho é justamente centra-se nessa responsabilidade, envolvendo o Estado e o plano internacional, posto que, negar este acesso à prestação jurisdicional, está-se violando diretamente os Direitos Humanos. Através de reflexões, serão apresentados casos concretos em que a intervenção de órgãos internacionais repercutiu diretamente na solução de agressões aos direitos humanos na esfera nacional.

(METODOLOGIA) A pesquisa se desenvolveu a partir de levantamento feito em artigos científicos publicados em revistas eletrônicas e sites de organizações governamentais e não governamentais, em Tratados e Convenções internacionais e na legislação pátria.

(RESULTADOS) Existem organizações não governamentais (ONG's) que tratam dos direitos humanos, atuando em casos onde há omissão do país em salvaguardar tais direitos indisponíveis à vida do cidadão (integridade física, dever de prestar saúde e assistência médica...). Na medida em que tais violações ocorram, sendo o Brasil signatário de vários tratados de direitos humanos, surge a oportunidade para que Cortes Internacionais sejam provocadas a manifestarem em prol da proteção dos direitos humanos e o fortalecimento da sociedade civil e da democracia. Jurisprudências internacionais relacionadas a casos reais ocorridos no Brasil geram mudanças significativas na política local, pois, criam precedentes, e em muitos casos, provocam o Estado para que promova ações afirmativas e transformativas capazes de evitar futuras violações.

(CONCLUSÕES) Os benefícios que os casos referidos em pesquisa têm trazido para o direito internacional são relevantes por trazerem não apenas efeitos inter partes, mas também efeitos erga omnes; fazendo com que o Estado torne-se ainda mais responsável pela população não apenas no seu âmbito nacional, mas também no que tange o plano internacional. Nesse sentido, conclui-se que as ações das organizações visam denunciar a violação dos direitos humanos, impulsionar o fortalecimento das instituições democráticas, e exigir a garantia de direitos para os excluídos e vítimas dessas omissões.

A3 – DIREITO

ACESSO À JUSTIÇA: UMA BUSCA PELA EFETIVIDADE DOS DIREITOS

*Matheus Gomes Amorim
Thadeu Siqueira Paula
Wallace Da Silva Dantas
Jose Cledisney Cunha Falcao*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Rita De Cássia De Andrade Silva
Anderson Leonardo De Oliveira Brito*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Este trabalho tem como objetivo compreender as ondas de acesso à justiça, bem como os entraves que dificultam a busca pela tutela jurisdicional efetiva, descrevendo a evolução dos movimentos de acesso à justiça e realizando a análise pormenorizada de alguns dos entraves supracitados. Explanar e delinear os fundamentais princípios constitucionais que proporcionam o acesso à justiça. Objetiva ainda, o trabalho em tela, identificar as ferramentas estatais disponíveis que proporcionam o acesso ao poder judiciário, examinando a atuação dos sujeitos participantes no movimento de acesso à justiça. Tal pesquisa tem relevante valor social, pois contempla estudar a mais ampla segurança dos direitos fundamentais da sociedade. Tal segurança é juridicamente protegida pelo Poder Judiciário, pelas leis e principalmente pelos próprios cidadãos com destaque para os mestres em direito. Assim, a comunidade acadêmica - sentinela incondicional da proteção dos aludidos direitos - tem a obrigação de buscar, cada vez mais e melhor, o conhecimento necessário para exercer seu papel na sociedade. Acreditamos que esta pesquisa fornece, nem que seja por um pouco, subsídios para tal exercícios dos estudiosos e doutrinadores do direito.

(METODOLOGIA) Para a elaboração do presente trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo utilizando-se para tal diversas fontes como livros, revistas jurídicas, artigos acadêmicos e outros meios eletrônicos relacionados aos campos do conhecimento jurídico, sociológico e filosófico; delimitando-se ao âmbito nacional.

(RESULTADO) Desta forma, adquiriu-se através do desenvolvimento desse trabalho, um melhor entendimento sobre a evolução das ondas de acesso à justiça, o conhecimento mais detalhado sobre os obstáculos que impedem a efetivação dos direitos do cidadão, bem como a ciência dos princípios constitucionais que norteiam a busca pela concretização dos seus direitos e as ferramentas disponibilizadas pelo Estado na prestação jurisdicional que proporcionam uma justiça mais acessível aos menos favorecidos.

(CONCLUSÃO) A evolução proporcionada pelos movimentos de acesso à justiça tem estabelecido uma maior garantia na prestação judicial através da mudança nos mecanismos jurisdicionais e normativos baseados em princípios fundamentais elencados na Carta Magna. Ademais, as ferramentas existentes precisam ser aperfeiçoadas e disponibilizadas de forma mais abrangente para que possam atingir setores sociais menos privilegiados.

A3 – DIREITO

ADOÇÃO INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE CONSTRUTIVA

*Dulce Tindo Barbosa
Rosa De Lourdes Delgado Reis
Eliane Luci Carvajal
Valdecy gabriel campos jr.
Laise De Souza Martins*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Vânia Vaz Barbosa Cela
Renata Duarte De Oliveira Freitas*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem por escopo investigar o instituto da ADOÇÃO INTERNACIONAL, seu conceito, suas formalidades, seus procedimentos, legislações aplicáveis, enfim, considerar os pontos cruciais deste tema de uma maneira objetiva, que possibilite a compreensão tanto dos leigos como dos técnicos interessados. É uma preocupação trazer atualidades tanto na área doutrinária quanto jurisprudencial, além de enfocar as repercussões sociais deste tema que é certamente de extrema importância. **(METODOLOGIA)** A metodologia aplicada a este trabalho será uma pesquisa bibliográfica em livros e artigos doutrinários, bem como na jurisprudência dos tribunais brasileiros. Serão utilizados meios eletrônicos (internet, TV, etc.) para a coleta de tais dados, dando suporte à pesquisa física na comarca de Natal/RN, que será usada de parâmetro comparativo com as demais capitais do Brasil. O objetivo é observar se há uniformização do pensamento jurídico a respeito do tema, analisando as eventuais divergências na tentativa de ponderar as soluções de maior eficiência e substancialidade. Nessa linha de raciocínio, serão feitas sugestões e críticas a respeito do instituto em análise, a fim de se alcançar possíveis avanços na homogeneização do entendimento jurisprudencial nesta seara.

(RESULTADOS) Observou-se uma lacuna legislativa no que concerne a definições basilares a respeito da adoção internacional. No entanto, essas lacunas estão sendo, aos poucos supridas pelos doutrinadores e operadores do direito que militam na área da criança e do adolescente. Tais lacunas caracterizam um certo despreparo da legislação protecionista, mas não chegam a configurar perigo à estrutura jurídica do Estatuto da Criança e do Adolescente enquanto peça fundamental do ordenamento jurídico brasileiro. O judiciário tem se preocupado em uniformizar entendimentos e encontramos nesse sentido, fazendo a análise comparativa de nossa comarca (Natal/RN) com outras capitais de nosso país, pouca discrepância, o que é um sinal que essas antinomias exegéticas restarão em breve superadas. Em sede de sugestões sobre o tema, encontramos a recomendação de que os órgãos julgadores se acautelem para não permitir que a lei seja utilizada de forma subterfugiosa por criminosos e pessoas de má-fé, fiscalizando durante algum tempo a adoção mesmo após a sua homologação para evitar que haja tráfico de crianças ou venda de órgãos.

(CONCLUSÃO) A adoção internacional não é um corpo estranho no ordenamento jurídico do Brasil, mas deve ser observada sob a ótica protecionista e garantidora que possui o direito da criança e do adolescente, seguindo os ditames e alvos de toda legislação pátria. A chave para tanto não é apenas uma legislação moderna, mas meios eficazes para aplicá-la e fiscalizá-la, de forma a emprestar segurança e confiabilidades aos mecanismos jurisdicionais de nosso país, firmados em pilares de dignidade e cidadania.

A3 – DIREITO

ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS: REFLEXÕES SOBRE NOVAS CONCEPÇÕES DE FAMÍLIA

*André Pereira De Medeiros Cunha
Aline Mabel Barbosa Ramos Teixeira*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ana Paula Cacho

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A família é uma entidade natural, histórica, ancestral e mutável, na qual sua história se mescla com a história da humanidade. A homoafetividade sempre se encontrou presente nesta, pelo fato de ser considerada uma das orientações afetiva sexual humana, que caracteriza-se pela manifestação de desejo e atração por pessoas do mesmo sexo biológico. A partir dos anos 90, especialmente pela luta dos movimentos sociais, as unidades familiares apresentam as mais variadas formas possíveis, inclusive as formadas por homossexuais. A adoção é uma medida que insere uma pessoa, em um seio familiar pelo predomínio do afeto, que, de acordo com nosso ordenamento jurídico, não possui nenhuma norma específica que restrinja a referida por homossexuais. Portanto, este presente trabalho tem por objetivo, identificar os princípios constitucionais aplicados ao Direito de Família, apresentar a possibilidade jurídica do reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar e compreender os requisitos legais da adoção.

(METODOLOGIA) Os recursos metodológicos a serem utilizados para exposição do tema escolhido serão pesquisas bibliográficas e aplicação de um questionário, apresentando a pesquisa um caráter quantitativo.

(RESULTADOS) Os resultados para cada uma das questões são apresentados segundo cada uma das características individuais dos pesquisados: curso e apresentação ou não, do texto constitucional. Das 48 avaliações, 20 (41,67%) são estudantes de Direito, 14 (29,17%) de Administração, 12 (25%) de Psicologia e 2 (4,16%) de Ciências Contábeis. É possível verificar que mais da metade (64,58%) dos entrevistados consideram que um pedido de adoção não pode ser indeferido em razão de opção sexual, o percentual que respondeu positivamente foi de 35,42%. Quanto à avaliação se o pesquisado é ou não a favor da concessão de adoção em favor de homossexual, se verifica no grupo total que mais da metade (60,42%) era composta de pesquisadores favoráveis, aproximadamente 33,33% eram contrários e 6,25% indecisos. A apuração da questão sobre a concessão de adoção em favor de casal homossexual mostrou que 62,50% das respostas foram favoráveis, 29,17% contra e 8,33% indecisos. Quanto à questão da adoção se pode ou não ser indeferida em razão da opção sexual, na presença da norma constitucional, observou-se que o percentual dos entrevistados manteve-se inalterado comparando-se com o texto que não apresentava a norma. Em relação à concessão da adoção em favor do homossexual, com a presença do texto foi observado que o percentual dos entrevistados favoráveis foi 70,83% mais elevado do que sem a presença do texto e os que não eram favoráveis reduziu para 22,92% e os que eram favoráveis a concessão de adoção por casais homossexual com a presença do texto foi de 70,89%, ou seja, mais elevado do que sem a presença do texto constitucional, observando uma redução para os que não eram a favor para 20,84%.

(CONCLUSÃO) A partir do estudo feito, busca-se informar a sociedade de que não há nenhum impedimento para a participação dos homossexuais na adoção de crianças. A Constituição Federal de 1988 é bem clara no que tange ao direito de igualdade a todos, sem nenhuma distinção de sexo, como está presente nos artigos 3º e 5º. A partir de sse pressuposto se torna inconstitucional indeferir o pedido de adoção, quando o motivo é a opção sexual do casal, ferindo-se os princípios constitucionais. Cabe lembrar que a sociedade está em constante mudança, não é uma realidade estática, e a família vem apresentando cada vez mais diferentes formas de organização, de modo que ficar alheio a esse processo seria negar o incontestável, não alcançando, o Direito, o seu fim: a justiça.

A3 – DIREITO

ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS

*Laís Azevedo De Brito
Luíze Araújo Coutinho
Carlos Alberto Marques Neto
Carolina De Freitas Sindeaux
Felipe Dantas Leite*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ana Paula Cacho

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Destaca-se neste trabalho pesquisas sobre a adoção de crianças por casais homoafetivos, ressaltando os pontos positivos e negativos sobre este assunto. O presente trabalho tem por objetivo analisar a evolução ocorrida na sociedade desde os primórdios da humanidade até a contemporaneidade. No período romano a idéia da adoção surgiu com a necessidade de perpetuação do culto doméstico na qual as leis de Manu fixaram esse requisito. Nossa meta é levantar um assunto atual e bastante polêmico, e despertar em todos uma maior reflexão de seus preconceitos e de sua capacidade de aceitar o diferente, como base para mudanças na legislação, possibilitando, quem sabe, no futuro, a legitimação das adoções realizadas por pares homossexuais. Procurou-se, inicialmente, acompanhar a evolução do conceito de “família” até os tempos hodiernos, onde a mudança ocorre tanto sob o ponto de vista dos seus objetivos, ou seja, não mais exclusivamente procriação, quanto do ponto de vista da proteção que lhe é atribuída. Num segundo momento, conceituar e definir a adoção em todos os seus aspectos legais vigentes. Este trabalho enfoca também a adoção de crianças por pares homossexuais. Quais as conseqüências para a criança? A relação entre homossexuais pode ser considerada família? Qual a melhor alternativa para a criança?

(METODOLOGIA) O estudo foi desenvolvido mediante pesquisa bibliográfica e análise textual, a qual teve como base teórica e metodológica referências bibliográficas específicas. Foram ainda realizadas pesquisas refinadas em sites de buscas na Internet, além de análises de dados estatísticos.

(RESULTADOS) Pelo que se pode notar a regularização da parceria civil homossexual trilha ainda passos tortuosos como trilhou a união estável, a lei do divórcio, a questão do filho havido fora do casamento, que tiveram muitas dificuldades para serem aceitos pela sociedade que, em sua maioria, é conservadora e preconceituosa. O primeiro motivo a ser considerado é de que o casamento como instituição, surgiu com o fim precípua de criar, concepção esta determinada pela própria Igreja, fazendo-se necessário portanto que as uniões fossem heterossexuais. O homossexualismo já foi considerado inclusive doença mental ou crime. Seguindo esta lógica, a legislação brasileira considera casamento somente a união de caráter monogâmico e heterossexual, assegurando proteção estatal à união estável, também entre parceiros de sexos diferentes. Portanto, sejam de fatores religiosos, históricos ou jurídicos, resulta-se em uma sociedade de cultura excludente e preconceituosa com relação à união homoafetiva.

(CONCLUSÃO) A partir dos dados obtidos com nossa pesquisa, pudemos observar que a nossa sociedade apesar de se auto proclamar “evoluída”, não condiz com a realidade. O preconceito é algo que vem sendo combatido há séculos e que não há uma certeza se algum dia iremos extingui-lo. A adoção entre casais homossexuais vem sendo motivo de muito alarde para algumas pessoas que não conseguem entender que eles possuem direitos assim como qualquer outra pessoa, e que a união homoafetiva não é ilegal, não havendo nada na Constituição que a proíba, destacando que todos são iguais perante a lei, tendo o direito de liberdade. A adoção pode ser considerada uma proteção a criança desde que seja com amor, sendo os pais adotivos homoafetivos ou não, tenham a dignidade para dar uma boa educação, cuidado e afeto ao filho.

A3 – DIREITO

ÁFRICA: UM CONTINENTE EM CHAMAS

*Ana Luiza Tinoco
Beatriz Fernandes
Glenda Aguiar
Luciene Santana*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Ana Paula Cacho
Lenice Silveira*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Este trabalho visa explorar um continente vitimado por guerras civis, disputas políticas, pobreza, e epidemias, além de exibir os piores indicativos de vida no planeta. Abordaremos aspectos como o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana; o início do processo de exploração do continente africano, passando pela expansão do Império Romano e a "coisificação do ser humano"; as dificuldades para se estabelecer o poder político e um sistema democrático estáveis; a moralidade na sociedade africana e a visão internacional diante do continente; somado ao respeito aos direitos humanos e aos tratados dos quais a África é signatária.

(METODOLOGIA) Apresentaremos o tema em pauta a partir da exibição de imagens, através da utilização de banner, somado a exposição oral através dos componentes do grupo, os quais estarão embasados em pesquisas efetuadas em livros e na internet.

(RESULTADOS) A África subsaariana abriga os 23 países mais pobres do mundo, contendo quase 350 milhões de habitantes que possuem renda inferior a 1 dólar por dia, ou seja, abaixo da linha de miséria. Além desses problemas, o continente é marcado por disputas por territórios e recursos minerais, diferenças étnicas, culturais e religiosas. Tal situação se agrava ainda mais porque milhares de crianças e adolescentes são recrutados pela guerrilha, e dois terços dos infectados por AIDS no mundo inteiro encontram-se na África subsaariana, sendo a principal causa de morte prematura na região. Na conjuntura internacional países que lideraram o processo de colonização e exploração do continente analisado, prometem enviar auxílio financeiro, no entanto são acusados por ONGs de não cumprirem com as promessas feitas, estimulando portanto um sentimento de revolta fixado nesse povo.

(CONCLUSÃO) Ao término deste trabalho pudemos concluir que a maior parte dos problemas que assolam este continente são reflexos das políticas de colonização aplicadas do século 15 ao século 20, em que não foram respeitadas as diversidades culturais, étnicas e religiosas dos povos em questão, visto que ao definir a partilha do território foram criadas fronteiras artificiais. Fato que ocasionou guerras civis e conflitos, uma vez que as potências coloniais exploraram as riquezas naturais e escravizaram milhões de habitantes africanos. Em sua estratégia de dominação, tais senhores coloniais acirraram as lutas locais. Após essa dominação, na segunda metade do século 20, as nações africanas foram libertadas politicamente, todavia não houve desenvolvimento econômico após a emancipação capaz de elevar o padrão de vida da população, o que leva a África ao caos que se encontra nos dias atuais, marcada pela fome, morte, e miséria generalizada.

A3 – DIREITO

ÁLCOOL, LESÃO CORPORAL E HOMICÍDIO NO TRÂNSITO: COMO DAR UMA RESPOSTA À SOCIEDADE DENTRO DO DIREITO?

Rogério Maciel Nobre

Victor Hackradt Dias

Vivianne Medeiros Fernandes

Slavia Cristina De Medeiros Santos

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Rita De Cassia De Andrade Silva

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O trabalho em questão teve como mérito estudar o uso de bebida alcoólica álcool no trânsito, como causa indireta de crimes de lesão corporal ou de homicídio e tentar dar uma resposta à sociedade que fica indignada com relação à impunidade dos agentes, dentro do Direito. O que se procurou elucidar foi a diferenciação entre o dolo e a culpa e suas demais espécies, mais especificamente o dolo eventual e a culpa consciente, além de mostrar que a comprovação do dolo é necessária, mas difícil de ser feita; procurou-se ainda fazer alusão à lei seca e a algumas modificações nas leis do CTB (código de trânsito brasileiro), como no caso do artigo 276, além de mostrar o porquê que álcool e trânsito não são uma boa combinação, envolvendo critérios sociais, do Direito e da saúde com relação ao álcool no organismo. **(METODOLOGIA)** O material utilizado para a análise do tema em questão constou de artigos científicos, livros e revistas jurídicas que colocaram em questão o tema do trabalho juntamente com a lei. Levou-se em consideração ainda, a estatística dos crimes de trânsito, segundo o instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA), passando dados sobre mortes em acidentes de trânsito causados por embriagues ao volante. Esta avaliação foi feita dez anos após a entrada em vigor do CTB, e teve como fundamento dados do denatran e das polícias rodoviárias federais. A pesquisa é teórico-bibliográfica, em que se tentou chegar a uma decisão sobre como classificar o crime de trânsito que envolve o álcool.

(RESULTADOS) Foi observado que o dolo ou a culpa, os efeitos do álcool no organismo e a violência no trânsito estão muito interligados, sendo este conjunto a maior causa de crimes de trânsito que ocorrem no Brasil. Foi ainda visto quantas pessoas perdem a vida nas estradas brasileiras, vítimas da imprudência de quem bebe e dirige.

(CONCLUSÃO) Diante do que foi exposto, percebeu-se o porquê de ocorrerem tantos crimes de trânsito no Brasil; elucidou-se a dificuldade de se provar o dolo neste tipo de crime e a impunidade dos agentes, além da revolta da sociedade diante disto. Percebeu-se que embora tenham ocorrido mudanças nas leis do CTB, isso não significou facilitação na hora de punir o condutor do veículo de maneira dolosa ou culposa, apesar das intenções de tornarem as penas mais duras terem sido boas. Precisa-se de respeito ao próximo e de consciência pra perceber o perigo de se dirigir alcoolizado; perigo este por poder causar um homicídio, e pelas conseqüências dos atos do condutor que age com negligência. Percebeu-se o quanto é importante o respeito aos valores morais.

A3 – DIREITO

AMPLA DEFESA X CELERIDADE PROCESSUAL: ALGUNS ASPECTOS DAS LEIS QUE ACELERAM OS JULGAMENTOS

*Ana Paula Bezerra Costa
Cinthia Maria De Castro Ferreira
Danielle Abrantes De Aragão Mendes
Larissa Rêgo De Azevedo*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Rita De Cássia Andrade

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como objetivo ilustrar de que maneira as leis 11.689, 11.690 e 11.719, todas de junho de 2008, que aceleram os julgamentos dos processos penais, podem interferir no princípio constitucional da Ampla Defesa. A pesquisa tem como finalidade a análise das mudanças trazidas com as novas leis, assim como, enumerar as principais mudanças enunciadas. As novas legislações alteram significativamente os procedimentos penais. As medidas sancionadas nela atingem processos que já estão em andamento e tratam de mudanças no funcionamento do Tribunal do Júri, na produção de provas e nos procedimentos para condução de ações em varas criminais. Tais mudanças são bastante relevantes, uma vez que a sociedade vem há tempos clamando por um processo penal mais célere, mais efetivo, que evite a prescrição de crimes e promova a superação da sensação de impunidade. Insere-se a ampla defesa dentro daquelas garantias asseguradas ao acusado de um processo justo, como corolário do devido processo legal. Assim, mais que um direito, trata-se de verdadeira garantia ao acusado de se valer de todos os meios necessários à plenitude de sua defesa. O princípio do Contraditório e da Ampla Defesa é assegurado pelo artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988.

(METODOLOGIA) Realizou-se um estudo acerca das principais mudanças realizadas no processo penal a partir da sanção das leis referidas, de caráter qualitativo e nível exploratório, por meio de um levantamento bibliográfico no qual se abordou as reformas ocorridas no que tange a celeridade processual penal. O foco da pesquisa não é a quantificação, mas a identificação das principais mudanças e seus significados, em termos de reconhecimento dão que é valorado no atual ordenamento.

(RESULTADOS) Com as novas regras identificamos mudanças como: a) será reduzido de quatro para um o número de audiências de instrução, inquirição de testemunhas e produção de provas. b) Nos julgamentos envolvendo crime contra a vida, deixa de haver adiamentos por ausência do réu. E não será mais permitida a leitura de peças processuais depois da apresentação do relatório pelo presidente do Tribunal do Júri. c) Também deixa de existir segundo julgamento automático para quem receber pena superior a 20 anos. d) Outra modificação é quanto à votação pelos jurados. Antes, eles, que não têm formação jurídica, precisavam responder a perguntas em linguagem formal e sobre questões técnicas do Direito. Com a reforma, serão apenas três as perguntas básicas: se o crime ocorreu, se o réu foi o autor e se ele é inocente ou culpado. Dependendo do caso, pode haver mais dois quesitos: se há atenuantes ou qualificadoras. Vale destacar que, no novo formato, todos terão de chegar mais preparados à audiência porque a decisão sobre a pronúncia será tomada no mesmo momento. Ou seja, os promotores e os advogados não terão mais vários dias para ler o processo e escrever seus argumentos. Além disso, não haverá mais a necessidade da leitura de todo o processo, que só será feita em poucos casos. A idade mínima do jurado passa dos atuais 21 para 18 anos.

(CONCLUSÃO) Esse trabalho nos mostrou que a lei que acelera os julgamentos será muito benéfica para que a justiça possa ter uma melhora significativa em relação ao tempo em que os julgamentos das ações ocorrerão. O rito processual único dará mais rapidez aos processos, pelo fato de existir muita dificuldade de intimar testemunhas e deslocar réus, havendo assim a diminuição da espera por uma conclusão daquele. Concluímos nessa pesquisa que a nova lei, nada fere o princípio da ampla defesa visto que as pessoas que se sentirem atingidas poderão recorrer do resultado da sentença.

ANÁLISE ACERCA DOS LIMITES E POSSIBILIDADES DO DIREITO PARA EFETIVAR OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS

*Lídia Ana Gomes Brito Da Silva
Maa-Rara Ralliane Andrade Gurgel
Renata De Araújo Carvalho
Renata Duarte Gabriel*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Carlos Wagner Dias Ferreira
Pablo Paiva Capistrano
Rita De Cássia De Andrade Silva Advíncula*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Os direitos fundamentais sociais são elementos essenciais para a Constituição federal de 1988, além de propiciarem condição de existência e medida de legitimidade de um Estado Democrático e Social de Direito, incentivando o desenvolvimento das potencialidades do ser humano, independentemente de classe social, etnia e gênero, consubstanciando assim, os requisitos mínimos para a existência da democracia. Entretanto, há dificuldades na concretização de tais direitos, tornando-se primordial encontrar mecanismos e condições para revigorar o caráter de aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais sociais e tornar realidade aquilo que outrora já foi positivado e está garantido na Lei Maior da ordem jurídica brasileira. Esta pesquisa objetiva, assim, encontrar e analisar meios de ampliar o grau de efetividade da Constituição de 1988, juntamente com seus direitos e garantias fundamentais. **(METODOLOGIA)** O trabalho, está inserido, no âmbito acadêmico, baseado em referenciais bibliográficos. Sua abrangência dá-se em termo nacional, tendo em vista, a análise da Carta constitucional brasileira de 1988. Seu campo, exploratório bibliográfico, aborda as principais teorias que tratam das questões atinentes à efetivação dos direitos fundamentais sociais.

(RESULTADOS) A elaboração desta pesquisa revelou que a Constituição cidadã de 1988, que completou 20 anos no dia 5 de outubro do presente ano, estabelece um amplo rol de direitos e garantias individuais regulamentados. Portanto, não há o que se falar, em ausência de previsão constitucional, nem falta de fundamentação de tais direitos. O grande embate é em relação à elaboração de medidas protetivas, às quais culminem na efetivação dos direitos fundamentais sociais, visto que, verifica-se um evidente descompasso entre o plano fático do “ser” e o plano normativo do “dever ser”. Percebe-se ainda a existência de limitações com referência à efetividade desses direitos, que são: a) a limitação orçamentária do próprio Estado, levando-se em consideração que para a implementação dos referidos direitos, deve-se ater às condições econômicas vigentes; b) o problema do controle da discricionariedade administrativa, uma vez que, o maior grau de efetivação desses direitos será alcançado se a administração pautar a sua atividade no respeito aos direitos e liberdades públicas; c) a grande confusão existente entre as funções desempenhadas pelo Poder Executivo, Poder Judiciário e Poder Legislativo. **(CONCLUSÃO)** Deduz-se, então, que os instrumentos que possibilitarão a efetivação dos direitos fundamentais sociais aqui discriminados, estudados e visados são: a) elaboração do conteúdo contemporâneo de justiça; b) conscientização social, através de reformas educacionais e políticas; c) organização da sociedade com cada sujeito exercendo sua determinada função, como preconiza o ideal platônico de justiça. Desse modo, pode-se inferir que uma organização política que não disponibilize de forma eficaz os direitos fundamentais sociais aos seus cidadãos não pode ser considerada base de uma sociedade harmônica. Para solucionar tal questão, torna-se primordial estabelecer o poder de vinculação dos direitos fundamentais para com os três poderes: o Poder Executivo, que haverá de realizar as políticas públicas necessárias à satisfação dos direitos prestacionais. O Legislativo deverá legislar para proteger os direitos fundamentais sociais e, quando necessário, fiscalizar a atuação dos demais poderes. O Poder Judiciário, ao decidir, há certamente, de levar em conta os princípios, os objetivos e os direitos fundamentais. No entanto, o grande instrumento hábil a efetivar os direitos fundamentais sociais positivados no texto constitucional encontra-se na própria dinâmica social, além dos instrumentos de normatização. É fundamental que se consolide uma mudança cultural/educacional, rompendo com a concepção estática e individualista de cidadania, redefinindo-se seu significado, mediante uma participação ativa e direta do povo, buscando uma atuação mais democrática da Sociedade Civil, em relação às decisões que versem sobre a concretização dos direitos fundamentais sociais.

A3 – DIREITO

AS DIFERENTES PERSPECTIVAS EM RELAÇÃO AO CASAMENTO DESDE A ROMA ANTIGA ATÉ O BRASIL ATUAL: UM MERO ACORDO PATRIMONIAL OU UM ENLACE SÓCIO-AFETIVO?

*Euarda Bernardino Corrêa Sobral
Ludimila Silva Gondim
Jamille Mendonça Martins De Sá
Shandra Lucena Marques*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Ana Paula Cacho
José Eduardo De Almeida Moura
Noemi Favassa
Pablo Moreno Capistrano
Lenice Silveira Moreira*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O Direito Romano contribuiu bastante para a elaboração do Direito moderno. Muitos de seus institutos encontram-se presentes, inalterados ou com pequenas alterações, nos institutos modernos. Exemplo disso é o casamento. Muitas de suas tradições vigentes até hoje foram herdadas da cultura romana, desde o noivado até a legalização do matrimônio, e é por meio deste projeto que visa-se mostrar, das tradições romanas que englobam o ato do casamento, quais delas permanecem fazendo parte do ritual de celebração e concretização do matrimônio na sociedade moderna.

(METODOLOGIA) O método utilizado para a realização deste trabalho é baseado em revisões bibliográficas, pesquisas na internet, e no auxílio de docentes da FARN. Busca-se enfatizar a análise da mudança do rito social no qual está inserido o casamento desde os tempos remotos.

(RESULTADOS) A partir da análise científica dos aspectos que compunham o ritual do casamento, sua realização e cultivo na Roma Antiga, é possível destacar uma evolução no modo em que as pessoas começaram a considerar o casamento. De um caminho necessário para a reprodução, que tinha o intuito de passar o poder para seus descendentes, ou ainda, um acordo político/econômico nas civilizações antigas, hodiernamente, a relação marital se transformou numa união de duas pessoas com afinidades sentimentais e sexuais, baseada no livre exercício da vontade, nem sempre com o intuito de gerar filhos, mas, sim, de constituir família e dividir sua vida um com o outro. No entanto, não somente a idéia do casamento mudou, mas, também as obrigações deste com o Estado, atrelando deveres quanto à herança, divisão de bens e assistência aos eventuais filhos.

(CONCLUSÃO) O casamento na Roma Antiga era imposto às mulheres por suas famílias. Era uma obrigação, que consistia em um contrato unilateral, que levava em consideração as condições econômicas e as relações inter-familiares. O casamento era um meio de manter a linhagem da família e aumentar os dotes desta. Além disso, era mais um status para a família que iria se formar. Entretanto, a partir de uma evolução no pensar da sociedade provocada pelo movimento filosófico romântico dos séculos XVIII e XIX, o casamento passou a ser visto da forma como é hoje: não é mais uma obrigação casar-se com alguém por imposição dos pais ou por fatores econômicos. Existe a questão do livre arbítrio na decisão de querer casar, a escolha do cônjuge, além de existir o amor envolvido na escolha. O casamento, agora, é uma forma de contrato bilateral e solene, onde ambas as partes estão em consenso, não sendo obrigadas a participar deste, mas, caso aceite, terá obrigações e deveres para com o seu parceiro. O matrimônio institui deveres legais de natureza dessemelhantes: alguns de caráter claramente patrimonial que se emolduram perfeitamente no campo das obrigações, e outros não patrimoniais de cunho sócio-afetivo. O casamento só possui caráter sociológico quando é adequado pelo costume ou pela lei. Dado seu feitio religioso ou ritualístico, que dele fez um sacramento, e o seu caráter jurídico ou legal, que dele fez um contrato. Assim, com base nas pesquisas feitas, podemos concluir que a instituição do casamento sofreu uma revolução/evolução conceitual, todavia, ainda assim, não deixou de ser um fato de costumes herdados do rito de matrimônio da Antiga Roma.

A3 – DIREITO

ASPECTOS DO POSITIVISMO JURÍDICO

Raíssa De Magalhães Vieira

Andressa Cabral De Oliveira

Lara Miriam Costa Vieira

Larissa Soares Albuquerque Bezerra

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ana Paula Cacho

Maria Aparecida Da Silva

Noemi Favassa

Pablo Capistrano

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O Positivismo Jurídico é a vinculação do positivismo filosófico no Direito, ou seja, busca-se a objetividade científica, a observação da realidade social, a não preocupação com a moral e com valores transcendentais. De maneira geral é imperativo compreender que essa teoria define o Direito como um conjunto de comandos emanados pelo Estado que devem ser cumpridos, independentemente de seu conteúdo, uma vez que o seu descumprimento implica numa sanção por parte do Estado (dotado do poder de coerção). O tema abordado apresenta profunda relevância no cotidiano das faculdades de Direito e dos Tribunais. A questão do Positivismo Jurídico muito tem sido discutida nos últimos tempos, principalmente com a emancipação dos juízes orgânicos, que vieram a criar o movimento do Direito Alternativo. Este artigo tem o objetivo de estabelecer uma reflexão crítica a respeito do Positivismo Jurídico, no tocante ao seu processo de formação, suas considerações e suas aplicações.

(METODOLOGIA) No que tange à estrutura, este trabalho inicia-se com uma abordagem histórica do Positivismo a partir da apresentação da linha de pensamento elaborada por August Comte; em seguida é sugerido um entendimento acerca dos seus fundamentos principais e aplicações; e por fim, propõe-se a uma reflexão sobre as correntes positivistas e as críticas feitas a elas, tendo por referencial, nesse último ponto, a Escola Crítica (Escola de Frankfurt). A construção da argumentação apresentada nesse trabalho foi organizada a partir do levantamento e análise de dados em fontes secundárias, através de pesquisa bibliográfica, e fundamentada por autores e teóricos como: Kelsen, Bobbio, Wolkmer, Japiassu, entre outros. **(RESULTADOS)** O Positivismo Jurídico tem como tese básica o fato de que o Direito é produto da ação e da vontade humana e não da imposição de Deus, da natureza ou da razão como afirma o Jusnaturalismo. O Positivismo jurídico, portanto, é a doutrina segundo a qual não existe outro Direito senão o positivo que nasce do impulso histórico para a legislação e se consolida quando a lei torna-se a fonte exclusiva do Direito, sendo seu resultado último, representado pela codificação. O momento histórico do qual parte o Positivismo é o da formação do Estado Moderno no séc. XVI, quando o paradigma do Direito Natural começa a ser divulgado, colocando-se como instrumento teórico de luta contra a ordem medieval. Depois da derrocada de tal ordem, o paradigma do Direito Natural foi sendo abandonado nas discussões dos filósofos do Direito, à medida que o Estado Burguês se implantava após a Revolução Francesa. Na Idade Média a lei natural era revelada em conformidade com a lei divina e a lei positiva estabelecida de acordo com a lei natural, tornando-se óbvio, portanto, que, no cenário medieval, o que prevalecia era a lei natural fundada na própria vontade de Deus. O Direito nas sociedades primitivas, não era posto pelo Estado, mas pela sociedade civil. A esta época havia a figura do juiz que era nomeado pelo Estado ou árbitro escolhido pelas partes, que estabelecia uma regra e resolveria a controvérsia. Era através da intervenção deste terceiro que surgia o Direito. Com a formação do Estado Moderno, o Direito natural e o positivo deixam de ser considerados no mesmo nível. Desta forma, o Positivismo Jurídico surge da necessidade da desvinculação entre o Direito natural e o Direito positivo.

(CONCLUSÃO) Posto que o Estado é o único criador do Direito, de acordo com a doutrina positivista, as demais regras são descartadas e não mais aplicadas nos juízos. Conclui-se, portanto, que não há mais relevância da lei natural, passando-se a sustentar que a principal fonte do direito são as leis (strictu sensu): normas gerais e abstratas, escritas emanadas do Estado.

A3 – DIREITO

ASPECTOS HODIERNOS DA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: PARCERIA OIT E GOVERNO BRASILEIRO

*Lucas Augusto Lopes Camara
Laura Nataly Da Silveira Barbosa Soares
Amilton Roberto Barros De Lira
Jessica Louise Barata Moura*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Marcelo De Barros Dantas

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O trabalho infantil é uma chaga da sociedade moderna; logo, em todo o globo busca-se erradicar tal prática, visando a proteção dos menores sendo o Estado responsável por zelar e dar suporte. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), agência especializada da ONU (Organização das Nações Unidas), cuja finalidade principal reside na atuação legislativa internacional, atua humanitariamente com o intuito de diminuir e denunciar os abusos e irregularidades concernentes às condições de trabalho. Dessa forma, tal organização elabora Convenções que passam por um processo de internalização no nosso Direito, através de Decretos que, aprovados pelo Congresso Nacional, ganham o status de Tratado Internacional, passando a gerar efeitos em nosso ordenamento jurídico-social. O estudo ora apresentado tem como objetivo mostrar as principais Convenções da OIT, ratificadas pelo Governo Brasileiro e, conseqüentemente, ressaltar a importância da parceria entre a OIT e o Brasil na concretização e plena realização do disposto nas cláusulas de tais convenções. Pretendemos também expor alguns resultados de tais esforços conjuntos para proporcionarmos uma análise se tais atuações estão surtindo efeitos na erradicação do trabalho infantil em nossa sociedade.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada baseou-se em obras publicadas pelos mais diversos doutrinadores, bem como em Convenções da OIT. Também foi utilizado nuances de direito internacional para possibilitar uma melhor análise da atuação da OIT e, por fim, pesquisas que forneceram subsídios para análise dos resultados alcançados.

(RESULTADOS) A partir do estudo realizado tivemos como resultado a necessidade de preservar, acima de tudo, a dignidade da criança no âmbito do trabalho infantil. O Estado tem como suporte a cooperação da OIT, tornando realidade a efetivação de medidas essenciais tais como: Programas de ação para eliminar as piores formas de trabalho infantil; assistência para tirar as crianças das piores formas de trabalho infantil; garantir a reabilitação, a inserção social, o acesso ao ensino básico gratuito e, quando possível e adequado, à formação profissional a todas as crianças que tenham sido retiradas das piores formas de trabalho infantil; entre outros. As Convenções nº 138 e 182 são exemplos desse trabalho cooperativo que trouxeram resultados concretos, pois o relatório da OIT aponta queda de trabalho infantil em todo o mundo, inclusive no Brasil. É com a existência de diversos programas sociais que são distribuídos por todo o Brasil que há essa melhora. Em áreas específicas onde a situação é mais crítica existem trabalhos de intervenção direta, como no Maranhão, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul. Logo, com o advento dessas iniciativas deve ser ressaltado que a preservação dos direitos fundamentais das crianças deve ser feito pelo Estado, já que este detém a legitimidade constitucional necessária à manutenção do ideal de ordem e justiça, e também com a cooperação da OIT para que, dessa forma, os resultados sejam cada vez mais promissores.

(CONCLUSÃO) Constatamos que para erradicar o trabalho infantil é imprescindível tanto a ação do Estado como a ajuda de órgãos internacionais como a OIT. Mas para que esse combate de trabalho de crianças e adolescentes acabe não se pode focar unicamente na repressão dessa atividade, e sim criar condições para que ela seja descontinuada. Para tanto, é necessário que haja uma mobilização social do combate à pobreza, melhoria da educação e da saúde e a promoção dos direitos fundamentais, pois somente agindo em conjunto que será possível erradicar essa anomalia abusiva do trabalho infantil.

A3 – DIREITO

ASPECTOS SÓCIO-JURÍDICOS DO CUMPRIMENTO DE PENAS ENGLOBANDO A ANÁLISE ESTRUTURAL E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO SISTEMA PRISIONAL

*Bruno Henrique Cortez De Paula
Henio Ferreira De Miranda Júnior
Leonardo Moreira Lisboa
Marcos Eduardo De Almeida Brasil
Magda Fernanda Araújo Rêgo*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Rita De Cássia De Andrade Silva

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente estudo busca analisar, de uma forma mais aprofundada, a estrutura do sistema carcerário brasileiro, vislumbrando suas falhas e apontando as possíveis soluções e medidas que possam ser adotadas para que o cumprimento da pena preencha os requisitos mínimos de dignidade do preso, apontados em nosso Código Penal, estando essas medidas de acordo com a nossa realidade sócio-econômica e cultural, exigindo assim que o sistema penitenciário alcance sua finalidade máxima, a ressocialização.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada no presente estudo iniciou-se com pesquisas bibliográficas, em livros de direito penal, processo penal, ética jurídica, sociologia jurídica e revistas jurídicas, além de pesquisas de material online, nos sites do ministério da justiça, execução penal, em artigos de renomados autores que escreveram sobre o sistema prisional e a dignidade da pessoa humana. Também foram feitas entrevistas com apenados beneficiados com SURSIS, suspensão condicional da pena, em seu local de trabalho na cidade de Natal-RN. Quanto aos recursos tecnológicos, foram utilizados lap top e gravador mp4 para captação das entrevistas. A categoria de metodologia utilizada no trabalho é estudo do caso, análise da situação do sistema prisional e pesquisa bibliográfica.

(RESULTADO) Após a coleta de dados constatou-se que o principal defeito do sistema prisional brasileiro se dá na condição desumana a que são submetidos os apenados, passando por situações humilhantes que ferem diretamente a dignidade da pessoa humana, além de situações de extrema violência e injustiça que acabam por aumentar a revolta, tornando quase que impossível a ressocialização desses indivíduos após o seu retorno a sociedade. Outro problema constatado nas pesquisas realizadas aponta para a formação de gangues e grupos criminosos dentro do estabelecimento, o que faz com que criminosos de pequena periculosidade se aliem a bandidos de alta periculosidade tornando-se assim quase irrecuperáveis. Também foram apontados como problemas a desqualificação dos profissionais que trabalham dentro dos presídios, que abusam da violência e do poder que possuem, além da demora no andamento do processo, e a falta de casas de albergado e colônias agrícolas para progressões de regime.

(CONCLUSÃO) Analisados os resultados, pode-se concluir que o sistema carcerário brasileiro apresenta condições desumanas para os presidiários, uma vez que não possui a menor infraestrutura para uma ressocialização dos apenados. Concluí-se também que seria necessário haver uma divisão dos presos por grau de periculosidade, impedindo assim que a penitenciária se torne uma espécie de “Escola do crime”, evitando também que se formem novos grupos criminosos ou que presos de pequena periculosidade aliem-se a grupos já formados. Para que essas mudanças se tornem viáveis é necessário que haja um investimento por parte do Estado, não só na estrutura física dos presídios, mas também na qualificação dos profissionais, para capacitá-los a exercer tal função.

A3 – DIREITO

ASSÉDIO MORAL E A PRESERVAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

*Ilany Kathariny Costa De Andrade
Marcelino Trajano Da Silva
Carlos Eduardo Menezes
Priscila De Lima Cavalcanti
Amanda Karoline Souza De Moraes*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Carlos Wagner Dias Ferreira
Marcelo De Barros Dantas*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O Brasil é um Estado democrático de direito e tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana. Esta se refere à necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos. O assédio moral no trabalho é definido como uma conduta abusiva (gesto, palavra, comportamento, atitude) que atende, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade ou integridade física de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o ambiente de trabalho. A presente pesquisa tem como finalidade abordar os diversos aspectos desta conduta, do âmbito das relações de trabalho à sua oposição aos princípios constitucionais.

(METODOLOGIA) A metodologia adotada consiste em pesquisa bibliográfica na doutrina, jurisprudência e artigos publicados em revistas especializadas na área do Direito.

(RESULTADOS) A dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar. O assédio moral é uma das formas de representação social da degradação da relação de trabalho no mundo moderno onde se destaca o individualismo, a arrogância e a prepotência gerencial, que são atitudes inadequadas e envolvem relação de poder englobando a intenção de ofender, humilhar e constranger, para diminuir o trabalhador no exercício de suas funções. Fere, portanto, um dos principais fundamentos constitucionais, que é a dignidade da pessoa humana. Estima-se que no Brasil 40% dos trabalhadores sofrem violência moral. Não é um fenômeno recente, pois existe desde o surgimento das primeiras relações de trabalho. Entretanto as organizações modernas já estão se conscientizando da importância das políticas preventivas, uma vez que os prejuízos causados por essa prática são incalculáveis.

(CONCLUSÃO) O empregado não é apenas uma força de trabalho subordinada. Antes de tudo é um indivíduo detentor de direitos. A dependência econômica e a subordinação hierárquica não o obrigam a suportar prejuízos de ordem moral, física e mental. Todas as empresas têm o dever de fiscalizar a atuação de seus funcionários e zelar pela qualidade no ambiente de trabalho e pelo respeito à dignidade de seus colaboradores. O ambiente organizacional apresenta diversas condições que geralmente são confundidas com assédio, o que faz com que seja necessário distingui-lo dos demais problemas relacionados às relações de trabalho, pois só assim medidas eficazes de combate e prevenção poderão ser adotadas. O uso inadequado do termo pode levar a banalização e, conseqüentemente, ao descrédito da problemática vivida pelas vítimas do fenômeno. Portanto é necessário definir claramente o conceito de assédio que se deseja qualificar, pois este vocábulo pode ser usado em diferentes contextos.

A3 – DIREITO

BREVE APANHADO SOBRE A QUESTÃO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL, VISTA SOB O ASPECTO HISTÓRICO E LEGAL

Andressa Solon Borges

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ana Paula Cacho

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A questão da escravidão e sua influência no universo jurídico brasileiro da época do Império e da República nunca foi suficientemente explorada para a doutrina pátria. A problemática tem dimensões mais profundas quando analisada simultaneamente sob o aspecto legal e histórico, pois a existência de grande parcela socialmente excluída no Brasil foi o grande impasse para o direito brasileiro no que se refere à elaboração do Código Penal e Código Civil, já que legalmente figuravam ora como “coisas” ora como “pessoas”. O presente trabalho tem como objetivo básico analisar mais profundamente a questão da escravidão e esclarecer o quanto a questão dos escravos dificultou a confecção de leis no país.

(METODOLOGIA) O trabalho traçou-se a partir de uma cronologia histórica de fatos importantes a fim de mostrar a evolução legal pela qual passaram os escravos ao longo de anos de exploração e como atualmente essas mudanças são satisfatórias. Quanto aos procedimentos, a pesquisa pode ser classificada como pesquisa bibliográfica, sendo as fontes livros e artigos.

(RESULTADOS) Ao final do trabalho pôde-se constatar que apesar dos progressos pelos quais passaram os escravos no Brasil, constitucionalmente viu-se um avanço à medida que as Cartas Constitucionais foram sendo reformadas ao longo da história, porém o mesmo avanço não se verificou na prática, nesse caso, os dispositivos sentenciais não passaram de letra morta. No âmbito do Código Civil o atraso se configurou por haver no Brasil situação adversa que não possibilitou a inclusão dos negros na vida civil do país.

(CONCLUSÃO) Depois de muitos séculos o Brasil se consolidou no que se refere a sua legislação civil e penal. Analisando-se a letra da Constituição vê-se que o Brasil é um país democrático e pluralista, ou seja, de muita diversidade, porém do ponto de vista da efetivação dos direitos fundamentais isso não se verifica. Infelizmente apesar dos progressos a sociedade ainda conserva um misto de preconceito e discriminação trazidos pelos colonizadores portugueses que perduram atualmente quando a questão é preconceito e discriminação. A sociedade cristalizou costumes e concepções trazidas com a família real portuguesa que ficaram enraizados na cultura e conseqüentemente culminou nessa distinção feitas com relação às raças existentes no país. Na pesquisa concluiu-se que não se pode falar de raças num país plural como o Brasil. A população aqui existente é uma mistura de muitas cores que não se pode conferir classificação ou qualquer distinção porque se trata de um povo único na sua essência de formação.

A3 – DIREITO

BREVE APANHADO SOBRE A QUESTÃO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL, VISTA SOB O ASPECTO HISTÓRICO E SOCIAL

Andressa Solon Borges

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ana Paula De Oliveira Cacho

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A questão da escravidão e sua influência no universo jurídico brasileiro da época do Império e da República nunca foi suficientemente explorada para a doutrina pátria. A problemática tem dimensões mais profundas quando analisada simultaneamente sob o aspecto legal e histórico, pois a existência de grande parcela socialmente excluída no Brasil foi o grande impasse para o direito brasileiro no que se refere à elaboração do Código Penal e Código Civil, já que legalmente figuravam ora como “coisas” ora como “pessoas”. O presente trabalho tem como objetivo básico analisar mais profundamente a questão da escravidão e esclarecer o quanto a questão dos escravos dificultou a confecção de leis no país.

(METODOLOGIA) O trabalho traçou-se a partir de uma cronologia histórica de fatos importantes a fim de mostrar a evolução legal pela qual passaram os escravos ao longo de anos de exploração e como atualmente essas mudanças são satisfatórias. Quanto aos procedimentos, a pesquisa pode ser classificada como pesquisa bibliográfica, sendo as fontes livros e artigos.

(RESULTADOS) Ao final do trabalho pôde-se constatar que apesar dos progressos pelos quais passaram os escravos no Brasil, constitucionalmente viu-se um avanço à medida que as Cartas Constitucionais foram sendo reformadas ao longo da história, porém o mesmo avanço não se verificou na prática, nesse caso, os dispositivos sentenciais não passaram de letra morta. No âmbito do Código Civil o atraso se configurou por haver no Brasil situação adversa que não possibilitou a inclusão dos negros na vida civil do país.

(CONCLUSÃO) Depois de muitos séculos o Brasil se consolidou no que se refere a sua legislação civil e penal. Analisando-se a letra da Constituição vê-se que o Brasil é um país democrático e pluralista, ou seja, de muita diversidade, porém do ponto de vista da efetivação dos direitos fundamentais isso não se verifica. Infelizmente apesar dos progressos a sociedade ainda conserva um misto de preconceito e discriminação trazidos pelos colonizadores portugueses que perduram atualmente quando a questão é preconceito e discriminação. A sociedade cristalizou costumes e concepções trazidas com a família real portuguesa que ficaram enraizados na cultura e conseqüentemente culminou nessa distinção feitas com relação às raças existentes no país. Na pesquisa concluiu-se que não se pode falar de raças num país plural como o Brasil. A população aqui existente é uma mistura de muitas cores que não se pode conferir classificação ou qualquer distinção porque se trata de um povo único na sua essência de formação.

A3 – DIREITO

BREVE REFLEXÃO SOBRE O AFETO NO ENSINO SUPERIOR E SUA RELAÇÃO COM O APRENDIZAGEM DO ALUNO

Miriam De Araújo

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Lenice Moreira

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Este trabalho visa refletir sobre a importância do afeto enquanto elemento inerente aos sujeitos do processo ensino-aprendizagem, professor-aluno, e sua relação com a aprendizagem. Abordaremos, sob a luz dos conceitos desenvolvidos por alguns teóricos visando entender a significação do afeto, contextualizando-o no cotidiano do ambiente escolar, especificamente na interação professor-aluno, ressaltando sua relevância enquanto elemento determinante do fracasso ou sucesso acadêmico.

(METODOLOGIA) Para fundamentação do referido trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas, destacando-se alguns posicionamentos teóricos com relação ao tema, observação in loco do comportamento de professores e alunos e suas interações no cotidiano da prática educativa, bem como nossa própria vivência acadêmica na condição de aluna. **(RESULTADOS)** Segundo a conceituação de Monte-Serrat (2007) a palavra afeto designa o conjunto de atos e atitudes como a bondade, a benevolência, a inclinação, a devoção, a ternura, dentre outros sentimentos, que, no seu todo, podem ser caracterizados como a situação em que uma pessoa “se preocupa com” ou “cuida de” outra pessoa ou em que esta responde, positivamente, aos cuidados ou à preocupação de que foi objeto, concluindo-se, daí, que, o que comumente se chama de “necessidade de afeto” é a necessidade de ser compreendido, assistido, ajudado nas dificuldades, constituindo-se responsabilidade do professor, aprender esse olhar e ter disponibilidade para utilizá-lo no contato com o aprendiz. Segundo Monte-Serrat “não se pode falar em educação sem se levar em conta o fator afetivo, considerando que a dimensão afetiva não apenas afeta o processo educativo, mas é um sustentáculo desse processo”. Segundo o autor o afeto é aprendido durante o desenvolvimento da pessoa, constituindo-se a base para os demais desenvolvimentos pessoais, penetrando-os, podendo ser considerados, o afeto e a educação, dois pilares fundamentais que fazem parte de nossa experiência de vida, acadêmica e profissional, constituindo modelos de referência que nos ajudam a olhar o mundo de maneira subjetiva e nos fazem ser o que somos. Do ponto de vista legal esse desenvolvimento integral está previsto na Constituição Federal em seu artigo 205 que diz ser a Educação, um direito de todos e dever do Estado e da família, a qual será promovida e incentivada com a colaboração de toda sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa (grifo nosso). Edgar Morin (2003) afirma que o desenvolvimento da inteligência é inseparável do mundo da afetividade. Segundo ele as ocorrências emocionais podem oprimir o aprendizado, mas também fortalecê-lo, ou seja, a faculdade de raciocinar pode ser diminuída, ou mesmo destruída, pelo déficit de emoção. Abordando o tema da aprendizagem no ensino superior, a Bossa (2002) afirma que a afetividade sempre esteve e estará presente na relação pedagógica, pois não há relacionamento humano em que não esteja presente essa dimensão do ser. **(CONCLUSÃO)** Constata-se, a partir da análise do tema abordado por vários estudiosos e seus respectivos posicionamentos, o consenso com relação a relevância do afeto enquanto elemento facilitador da aprendizagem. Assim, considerando as implicações do afeto no processo de aprendizagem do aluno, urge colocar na pauta dos planejamentos educacionais, o tema em tela, elegendo-se um referencial pedagógico que privilegie a afetividade e que este se evidencie em procedimentos como a instituição de uma Política de Formação Docente, na qual a formação integral desse profissional seja o fio condutor dessa formação, levando-o a compreender sua constituição psíquica, onde os afetos e suas manifestações estão presentes, em sua maioria, de forma inconsciente. Que o professor perceba a si ao aluno como um ser em constante formação e que essa formação se dê integrando o intelectual, o emocional, o ético e o pedagógico.

A3 – DIREITO

CASAMENTO: UNIÃO DIVINA CODIFICADA EM ROMA

Emanuel Cavalcanti Do Nascimento Barbosa

Doralice Tavares Figueiredo

Bianor Francisco De Lima Júnior

Jonh Kennedy Bezerra Da Silva

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ana Paula Oliveira Cacho

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O instituto do Casamento está presente naturalmente na história da humanidade em todos os tempos e lugares, acompanhando a evolução humana. Este instituto foi convencionado pelas sociedades antigas, como a de Roma em especial, através da religião doméstica. Nesta civilização, para casar, a mulher e somente ela, abandona o lar antigo e é introduzida no lar do marido e no culto dos ancestrais deste, pois, em Roma, o parentesco não é concebido por cognação e sim por agnação. Há, portanto, uma sintonia do aspecto jurídico do casamento com a dimensão religiosa, haja vista, que o parentesco é concebido através da pertença a um determinado grupo religioso que, neste caso, é a família. Sendo possível a substituição da pertença familiar a partir do casamento ou da adoção, quando se deixa de cultuar os deuses de sua antiga família, assim como, de ser submisso ao antigo pater familias, uma vez que torna-se membro de uma nova instituição, tendo outros deuses e um outro pater familias como consequência. Essa transição distingue-se em duas formas: cum manu, onde “a mulher sai da dependência de seu pater familias para entrar na dependência do marido e do pater familias da família do marido” (Castro, 2008, p. 100) e o sine manu que “não oferecia a possibilidade de sujeição da mulher ao marido e esta podia continuar sob o poder de seu próprio pater familias” (Castro, 2008, p. 100)

(METODOLOGIA) Este trabalho é concebido através de pesquisa efetuada em bibliografias de História do Direito e Direito Romano, assim como mediante análise do Código Civil Brasileiro de 2002, para efeito de comparação com os institutos romanos e os atuais. Ademais, perfaz-se uma análise comparativa com o Código de Direito Canônico, Ritual do Matrimônio e Missal Romano, com isso, fazendo um confronto com a realidade em que se encontra o casamento em nossos dias.

(RESULTADOS) O casamento no mundo contemporâneo tem suas heranças no Direito Romano, o qual se fundamentava em atos solenes de cunho religioso e jurídico, onde o essencial não se caracterizava pela afetividade entre os cônjuges e sim pela junção do patrimônio desde o noivado. Ou seja, a troca de dotes entre os noivos. Note-se que, tanto na legislação civil como canônica, procura-se resguardar, ainda nos dias atuais, a importância do patrimônio como algo intrínseco à essência do casamento, merecendo leis que regulamentem o destino dos bens quando o vínculo matrimonial seja dissolvido. É tão característica a sintonia do casamento com os bens materiais que se procura adaptar a legislação para contemplar a união homoafetiva com o intuito de garantir que tenham os mesmos direitos de um casal heterossexual, possibilitando uma segurança jurídica, após o falecimento ou separação de um dos companheiros.

(CONCLUSÃO) A necessidade de um companheiro para compartilhar os afetos, dividir as despesas, adquirir bens e garantir a quem deixar a herança está na cultura do homem. Esta visão é notória em nossos dias através das leis positivadas pelo Direito Romano, que por sua vez são provenientes do costume em consonância com o jusnaturalismo. Portanto, o matrimônio é indubitavelmente de essencial importância para a sociedade, não podendo, ainda, ser encarado como uma mera união de patrimônio, uma vez que, o casamento está em uma instância social mais importante, na qual resguarda valores morais que norteiam a sociedade para a manutenção da ordem.

A3 – DIREITO

CÉLULAS -TRONCO: RAZÕES DE ESTUDO E SEUS LIMITES NA ESFERA JURÍDICA

*Geiza Tavares Da Costa
Daliane Renata Araújo Alexandre*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Alan Dias Barros
Anderson Leonardo De Oliveira Brito*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) As Células-tronco apresentam elevada capacidade de auto-renovação, ou seja, de se reproduzir diversas vezes sem diferenciar-se, dando origem a “células-mãe de transição” com potencialidade para proliferar uma grande variedade de células altamente diferenciadas. As pesquisas trouxeram esperanças a pessoas que estão aprisionadas a cadeiras de rodas ou a respiradores em hospitais. Para elas, a dignidade e o direito à vida, significam voltar a viver normalmente, em toda a sua extensão. A presente pesquisa propõe uma reflexão sobre a possibilidade jurídica da utilização de células-tronco na medicina, abordando seus pontos favoráveis e desfavoráveis, demonstrando qual a posição do Direito Brasileiro em relação a sua utilização, assim como os limites por ele impostos.

(METODOLOGIA) As bases teóricas do artigo provêm de revisão bibliográfica, através de artigos na Internet, da opinião de juristas, como também da recente decisão do STF, em relação à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3510), ajuizada para impedir as linhas de pesquisas com células-tronco, onde, pela primeira vez na história do Poder Judiciário brasileiro, realizou-se uma audiência pública para debater com a sociedade civil as implicações sociais da matéria. Na oportunidade, o STF decidiu pela constitucionalidade do artigo 5º da Lei nº 11.105/05 Lei de Biossegurança, posicionando-se favoravelmente às pesquisas com células-tronco embrionárias.

(RESULTADOS) O artigo 5º da Magna Carta consagra o direito à vida, como o mais importante de todos os direitos e garantias fundamentais. A cláusula constitucional não se limita à proteção somente daqueles que já nasceram, mas a lei os põe a salvo, desde a sua concepção. O grande dilema da Ciência é determinar em que momento do ciclo embrionário esse “ser” é considerado vida. Já para o Direito, está em estabelecer em qual instante esse ser é ou não considerado pessoa capaz de merecer a proteção legal. Segundo a Dra. Mayana Zatz, “Toda célula é vida, um coração a ser transplantado é vivo, mas não é um ser humano. Estamos defendendo que, da mesma maneira que um indivíduo em morte cerebral doe órgãos, um embrião congelado possa doar suas células”. A Lei de Biossegurança regulamenta o uso de embriões congelados, com no mínimo três anos de estocagem, devido à baixa viabilidade dos mesmos, mas veda a clonagem humana e a produção de embriões para a retirada de células-tronco com objetivo terapêutico, só sendo permitido o uso de embriões que seriam descartados por clínicas de fertilização.

(CONCLUSÃO) Em nosso sistema jurídico a vida é o bem mais importante a ser tutelado, para Alexandre de Moraes: “O direito à vida é o mais fundamental de todos os direitos, pois o seu asseguramento impõe-se, já que se constitui em pré-requisito à existência e exercício de todos os demais direitos. A Constituição Federal assegura, portanto, o direito à vida, cabendo ao Estado assegurá-lo em sua dupla acepção, sendo a primeira relacionada ao direito de continuar vivo e a segunda de se ter vida digna quanto à subsistência”. Ora, é em razão da vida e a serviço dela que a Ciência trabalha e evolui diariamente. Por isso para Aristóteles, o ser em ato – aquele já existente – deve ser escolhido, ao ser em potência, ou seja, aquele que ainda não nasceu. Seria a escolha de um médico quando prefere salvar a mãe ao feto, ante uma complicação na hora do parto. Ademais, somos favoráveis às pesquisas com células-tronco, pois acreditamos que não há inviolabilidade da vida, pois o pré-embrião não acolhido no útero não se classifica como pessoa, como também não se enquadra na condição de nascituro, pois a este, se pressupõe uma possibilidade de vir a nascer, o que não acontece com embriões inviáveis ou destinados ao descarte.

A3 – DIREITO

COLISÃO DE DIREITOS: APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE SEGUNDO ALEXY

Suedja Márcia Dos Santos Araújo

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Lenice Raimundo

Rita De Cássia Andrade

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Os direitos humanos surgiram há pouco mais de dois séculos, após as revoluções que se difundiram na Europa e América durante o século dezoito. O movimento Iluminista serviu de alicerce filosófico às novas idéias que vislumbravam a liberdade como uma garantia essencial. A partir de então, a evolução dos direitos humanos ou personalíssimos transformou toda a concepção jurídica existente na medida em que acolheu a noção de direitos fundamentais ao homem. As Constituições Modernas abrangeram o direito à vida, à intimidade, à honra, que por sua vez permitem a concretização do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. A colisão dos direitos fundamentais, por sua vez, produziu um problema que nem sempre encontra fácil solução nos casos concretos. Diante do exposto, as teorias de Robert Alexy serão analisadas à luz da aplicação do princípio da proporcionalidade àquelas querelas jurídicas.

(METODOLOGIA) Para tanto, realizou-se uma pesquisa de caráter teórico, qualitativo e eminentemente bibliográfico, com fins de diagnosticar a colisão de direitos fundamentais e a adaptação das teorias de Robert Alexy referentes ao Princípio da Razoabilidade aplicado ao caso concreto.

(RESULTADOS) Os direitos fundamentais são direitos heterogêneos, cujo conteúdo aparece muitas vezes aberto e variável, decorrendo que no mundo dos fatos sucede o choque de direitos fundamentais ou choque destes com outros bens jurídicos que são protegidos pela Constituição. Um dos debates mais conhecidos sobre a colisão de direitos ocorreu entre Hart e Dworkin, representantes do neopositivismo e neojusnaturalismo, respectivamente, o primeiro na defesa da discricionariedade do magistrado, enquanto o segundo refutava esta conduta. Robert Alexy retoma o debate sob uma nova perspectiva, sem aderir a nenhuma das concepções dos seus antecessores. Alexy, de forma sistemática, define a colisão de direitos como uma colisão de princípios, diferencia a razoabilidade formal da proporcionalidade material, sendo que esta última seria a ferramenta para solução da colisão de direitos. Em seus enunciados, o postulado da proporcionalidade exige uma adequação de meios a fins, a necessidade desse meio utilizado e a proporcionalidade em sentido estrito a ser aplicada ao caso particular. Propõe, assim, uma atribuição de valores a diferentes princípios, com a finalidade de introduzir uma interpretação axiológica no ordenamento jurídico. No Supremo Tribunal de Justiça brasileiro, um dos adeptos da proporcionalidade de Robert Alexy é o ministro Sepúlveda Pertence, que faz referência ao princípio na ADinMC 855 (1993) e HC 76070 (1998).

(CONCLUSÃO) As divergências do neopositivismo e neojusnaturalismo foram precursoras no debate acerca da solução da colisão de direitos. As teorias de Robert Alexy não defendem nem a visão dual nem a visão integral do Direito. Alexy sugere a ponderação máxima ou interpretação valorativa nos casos de colisão de princípios. Trata-se de atribuir um “peso” aos diversos direitos fundamentais sem negar-lhes a legitimidade. Alexy, autor das Teoria da Argumentação Jurídica e Teoria de los Derechos Fundamentales, aponta para a busca de uma hermenêutica valorativa pelos aplicadores do Direito, aproximando-se das propostas de Habermas sobre o discurso valorativo.

A3 – DIREITO

COMO OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS SÃO TRATADOS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ATUALIDADE

Gabriel Seabra De Freitas Medeiros

André Machado Do Monte

Danyel Freire Furtado De Mendonça

Robério Lima Do Nascimento

Daniel Câmara De Araújo Cruz

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Carlos Wagner Dias Ferreira

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O objetivo desse trabalho é de mostrar como se comporta o Supremo Tribunal Federal no trato dos direitos sociais, realçando como este se posiciona acerca das obrigações estatais em prestar aos cidadãos a garantia à saúde e, conseqüentemente, à vida. Dessa maneira, por análise de pesquisas bibliográficas e empíricas, ele tem como objetivo específico constatar, demonstrar e explicar como os direitos fundamentais sociais são tratados junto ao Supremo Tribunal Federal. Portanto, em síntese, abordar-se-ão os direitos fundamentais sociais e sua efetividade perante a Suprema Corte, demonstrando-se a idéia na qual se faz necessário o surgimento desses direitos, a forma pelo qual a Corte Suprema os trata; sua efetividade, eficácia e as questões filosóficas acerca de que se tratam tais direitos e sua respectiva necessidade social. Por essa razão, o trabalho será de extrema relevância para que uma banalização na identidade desses direitos seja evitada, auxiliando os juristas que navegam pelos mares do Direito Constitucional, assistindo-os, possivelmente, sobre como esse tema (em especial na ótica da saúde pública) vem se positivando jurisprudencialmente, fato que está em alta nas polêmicas jurídico-constitucionais atuais.

(METODOLOGIA) Os procedimentos e estratégias utilizadas na coleta de dados do trabalho em questão advieram de pesquisas em periódicos jurídicos, consultas à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e em revistas jurídicas eletrônicas; pondo os magistrados como sujeitos centrais e passivos do projeto *in casu*. O ambiente do qual provém a análise supracitada consiste na própria Suprema Corte Federal. O trabalho em questão está em forma de estudo de casos concretos (jurisprudências, súmulas, etc.), assim como análises bibliográficas de livros que dissecam o tema que ele aborda.

(RESULTADOS) O presente trabalho teve como resultado que o envolvimento do Ministério Público e dos Magistrados vem sendo aceitos como uma pretensão necessária a ser cumprida pelo Estado, que garantiu em sua Carta Magna o direito à saúde e, por conseqüência, o direito à vida dos seus cidadãos. Entretanto, far-se-á necessário maior envolvimento da população e maior inspeção por partes dos órgãos competentes sobre a ação do Estado que se mostra quase sempre frustrando a confiança dos que nele impuseram sua expectativa de justiça e de um bem-estar seguro que condicione um desenvolvimento pleno e digno como pessoas humanas.

(CONCLUSÃO) Diante dessas considerações constatamos que não basta apenas que haja o simples e formal reconhecimento dos direitos sociais prestacionais, nesse caso, referente ao direito à saúde e à vida, mas se faz necessário que exista a possibilidade de concretização real desses direitos por parte do Estado-Juiz. Ao mesmo tempo, a Suprema Corte também reconhece a inexorável limitação das riquezas estatais, dando guarda à exceção dos direitos fundamentais sociais prestacionais. Desse modo, faz-se necessário que se alie a razoabilidade da medida jurídica e a disponibilidade de recursos materiais, o que constitui, por sua vez, a incapacidade econômica financeira do Estado. O que foi constatado é que, o que não se admite é o obstáculo artificial que revela o ilegítimo, arbitrário e censurável propósito de fraudar, de frustrar e inviabilizar o estabelecimento e a prestação de condições materiais mínimas de existência, efetuando-se sob a égide do princípio da reserva do possível legal. Portanto, a necessidade de preservação, em favor dos indivíduos, da integridade e da intangibilidade do núcleo consubstanciado do já citado mínimo existencial, o que de fato assegura o cumprimento desses direitos sociais fundamentais prestacionais, remetendo ao julgador a um só possível posicionamento: garantir, de fato, os supracitados direitos.

A3 – DIREITO

COMPARAÇÃO ENTRE O SENADO ROMANO E O ATUAL SENADO BRASILEIRO E SUA DECADÊNCIA: UMA REFLEXÃO CRÍTICA

*Maria Da Conceicao Silva Dalama
Marco Aurelio Azevedo De Albuquerque
Margareth Costa De Oliveira*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Ana Paula Cacho
Francois De Oliveira Ferreira
Pablo Moreno Paiva Capistrano*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A pesquisa compara o Senado Romano com o Senado Brasileiro. Analisando desde a antiguidade a evolução dessas instituições. O Senado romano foi uma instituição responsável pelo equilíbrio de poder na cidade de Roma. Atualmente no Brasil, o senado representa os Estados federados, junto à Câmara dos Deputados forma o Órgão Legislativo da União cuja função principal é servir de esteio representativo da Federação.

(METODOLOGIA) Nosso estudo se fundamentou principalmente em obras bibliográficas de Paulo Bonavides em “Teoria do Estado” e do clássico de Fustel Coulanges “Cidade Antiga”. A partir da análise bibliográfica estabeleceu-se uma reflexão analítica e comparativa de uma instituição tão antiga e tão atuante em nossa contemporaneidade.

(RESULTADO) Traçando um paralelo entre os dois Senados, percebemos semelhanças estruturais entre a civilização Romana e Brasileira. Roma teve sua base política sempre submetida à vontade dos Senadores. Havia disputas políticas, traições e corrupção. No Brasil, este poder é representado pelos três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. A função do senado romano na Monarquia era consultiva e toda deliberação das leis deveriam ser validadas por ele. Na República, os senadores eram a magistratura suprema do Estado, exercendo os cargos com carácter vitalício e dominante. Na época do Império, em Roma, os principais deveres do senado consistiam na manutenção da religião oficial, na supervisão das propriedades e finanças do governo, no controle das chamadas províncias senatoriais, na ratificação, pelo legislativo, das decisões do imperador, na jurisdição sobre as quebras de contratos, nos casos de alta traição e ofensas dos senadores individuais, e, finalmente, no exercício do direito de nomear todos os magistrados, com a única exceção dos cônsules. No atual senado brasileiro, o Executivo propõe a agenda de políticas públicas, o orçamento, fixa as despesas e o Legislativo tem a função de cancelar ou não essa agenda, discutir sua viabilidade modificando-a ou mantendo-a e fiscalizando os abusos de poder existentes, votar projetos de lei, propor emenda a constituição e interferir nos demais poderes, inclusive no Executivo através de CPI's ou processar e julgar os representantes da nossa República nos crimes de responsabilidade. O senado está interligado a outros poderes existentes, os quais são independentes e ao mesmo tempo auto-reguladores. Como cita Montesquieu “Os três poderes devem ser independentes entre si, para se fiscalizarem mutuamente, coíbam os próprios excessos e impeçam a usurpação dos direitos naturais inerentes aos governados. O Parlamento faz as leis, cumpre-as o executivo e julga as infrações dela o tribunal”. Destacamos ainda a forma democrática de escolha dos senadores: através do voto popular, considerando-se aptos ao pleito os brasileiros natos maiores de 35 anos, que gozem de plenos direitos políticos e tenham seu nome indicado por algum partido (Constituição Federal/88 – art.14,§3º.) para mandatos de 8 anos.

(CONCLUSÃO) Concluímos que o nosso Senado herdou alguns aspectos estruturais de Roma. Tal evidência pode ser notada com a completa subversão dos valores intrínsecos à atividade política. Valores burlados por senadores no exercício de seu mandato, gerindo reais interesses da nação, hoje substituídos por mesa de negócios. Temos um caráter nacional democrático, cujos valores cristãos podem guiar-nos através de caminhos da justiça e liberdade. Estes, difíceis de serem trilhados enquanto não houver consciência política de direitos e deveres dos cidadãos. A população hoje é manipulada e ludibriada por “Imperadores”, mediante propaganda inflexível e práticas políticas questionáveis. Tal situação no Brasil ocorre devido à condição de letargia da população, possibilitando apenas que os ricos cheguem ao poder através da usurpação do direito ao voto livre, ferindo todo o ideal de democracia.

A3 – DIREITO

CONSTITUIÇÕES IMPERIAIS E PROCESSO DE CODIFICAÇÃO

Pedro Henrique Dantas De Araújo Motta

Victor Da Costa Reis

Nathalya Diandra De Sousa Carvalho

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ana Paula Cacho

Lenice Silveira

Pablo Capistrano

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O Objetivo específico do presente trabalho refere-se ao estudo das constituições imperiais e às codificações nos períodos do Alto Império (Principado) e Baixo Império (Dominato), especialmente no Baixo Império, período em que pode ser verificada a centralização do poder nas mãos do imperador através das recolhas oficiais patrocinadas pelos imperadores. Além disso, observamos os motivos que levaram o Direito a deixar de ser jurisprudencial e consuetudinário, para se tornar eminentemente doutrinário. Sendo assim, mister se faz a compreensão do tema para que entendamos como se desenvolveu o processo de codificação dos modernos sistemas de Direito.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada nos estudos faz referência às obras de Cretella Junior e Moreira Alves, perfazendo uma análise bibliográfica, calcada na evolução das codificações no Alto e Baixo Império.

(RESULTADOS) Percebemos que o processo de evolução da codificação do Direito se deu de forma lenta e gradual, processo esse que começou no Alto Império, quando não só havia as constituições imperiais como fonte do Direito, mas, também, os senatosconsultos, respostas dos juriconsultos, além do costume que por muito tempo foi a principal fonte do Direito na antiguidade. No Baixo Império, as demais fontes do Direito são deixadas de lado, restando somente as constituições imperiais. Dessa forma, o poder centralizou-se ainda mais nas mãos do imperador que passou a ser a fonte do Direito. Na era pré-justinianéia surgiram as constituições oficiais, que eram feitas pelos imperadores, tendo como exemplo o código de Teodósio, e também as particulares, elaboradas por pessoas comuns, e entre essas constituições podemos citar os códigos de Gregoriano, Hermogeniano e os fragmentos do Vaticano. A mais notável constituição do Baixo Império foi o Corpus Juris Civilis, elaborada a mando de Justiniano que tinha por intuito substituir os códigos anteriores, constituindo por assim dizer, o Direito Romano propriamente dito. A codificação do Direito na forma do Corpus Juris Civilis contribuiu para a uniformização do direito e também das sentenças dos juizes que antes se valiam do uso da equidade.

(CONCLUSÃO) Podemos concluir com esse estudo a importância das codificações, no que diz respeito a obtenção das garantias constitucionais, ou seja, segurança jurídica, uma vez que a partir das mesmas o Direito passou a ser universalizado, especialmente a partir do trabalho dos glosadores nos séculos XII à XIV, todas as pessoas passaram a conhecer o sistema jurídico da região em que vivem. Na atualidade, podemos constatar a influência das constituições imperiais através do modelo positivista do Direito, que visa a aplicação fria da lei, pois, assim como no passado, a jurisprudência não é hoje a principal fonte do Direito. Verificamos, com isso, que com o estudo das constituições imperiais se faz possível a compreensão mais aprofundada da evolução do Direito constitucional.

A3 – DIREITO

CONTROVÉRSIAS DOS DIREITOS HUMANOS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Igor Leonardo Bandeira Lopes

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

José Nicolau De Souza

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Pesquisa em andamento, centra-se em uma problemática importante para explicar o objeto de estudo em sua atualidade e tem como objetivo estudar as disfunções do Direito e das Instituições encarregadas de aplicar a lei na efetivação dos direitos humanos na atual fase constitucional do Estado Democrático de Direito. A relevância científica dessa investigação se expressa na necessidade de produzir conhecimentos acerca dos direitos humanos destinados socialmente às categorias mais necessitadas da população, organizadas, ou não, a partir das suas condições de trabalho e sobrevivência, evidenciando o caráter de cidadania destas. A abordagem histórica se apresentou como a mais adequada possibilidade de nortear o estudo em apreço dadas as conexões necessárias e importantes que ao longo do desenvolvimento da humanidade e das sociedades concretamente existiram. **(METODOLOGIA)** A investigação está sendo desenvolvida com base em uma perspectiva histórica, utilizando-se como instrumentos de coleta de dados indicações da pesquisa bibliográfica, análise de documentos oficiais e a entrevista junto à pessoas de diversas categorias populacionais, bem como de lideranças, coordenadores e técnicos de organizações oficiais e não-governamentais.

(RESULTADOS) Nesta etapa inicial os resultados obtidos apontam para o esclarecimento de que apesar do Direito servir de instrumento para assegurar e efetivar os direitos fundamentais inerentes ao homem, na prática o que se verifica é um descompasso entre a atuação do judiciário e as necessidades sociais, justamente porque se apresenta uma depauperação na atividade dos operadores do direito; embora o Direito Constitucional ser uma prerrogativa da sociedade capitalista moderna que com o advento da Revolução Francesa se fundamenta no Estado Laico, verifica-se que a fundamentação maior dessa proclamação dos direitos humanos advém da influência sutil da Igreja Católica, ainda reinante; historicamente tem sido afirmado que o Direito tem atuado muito mais para sonegar direitos do cidadão do que para salvaguardá-los.

(CONCLUSÃO) Conclui que os descompassos evidenciados precisam ser devidamente esclarecidos como parte da alardeada crise dos paradigmas do Direito e da Dogmática Jurídica expressos nos obstáculos que impedem a realização plena dos direitos humanos na nossa sociedade; que apesar da Igreja Católica ter perdido o seu privilégio de condutora da sociedade a partir da superação do feudalismo, a compreensão adequada de parcelas desses impasses evidenciados passa pela referência à influência ainda reinante dela na elaboração de alguns institutos jurídicos atinentes à questão.

A3 – DIREITO

CRISE DIPLOMÁTICA NOS ANDES: ANÁLISE DO CONFLITO SOB A ÓTICA DA SOBERANIA INTERNACIONAL

Lucas Augusto Lopes Camara

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Carlos Thompson Costa Fernandes

Vania Vaz Barbosa Cela

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Há alguns meses atrás, a mídia se voltou para uma crise diplomática entre três países sul-americanos: Colômbia, Equador e Venezuela. A principal queixa do lado equatoriano era a violação de sua soberania e integridade nacional. Já em Bogotá, a justificativa para os ataques era exterminar uma praga que assombrava os colombianos: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). E na Venezuela, o Presidente Hugo Chávez nunca negou sua admiração pelos guerrilheiros, e como maneira de afrontar diretamente os Estados Unidos (que têm a Colômbia como aliada), decidiu apoiar a causa equatoriana. Em um contexto que se falava até em guerra, a intervenção de um órgão internacional para dirimir o conflito fazia-se necessária. O estudo ora apresentado tem o condão de analisar tal conflito tomando por base um princípio presente em qualquer ordenamento jurídico de uma nação: o da soberania nacional. Analisaremos as peculiaridades deste instituto dentro de uma ordem jurídica internacional, bem como vamos enfatizar a necessidade da atuação de organizações internacionais na preservação do bem-estar e do bom funcionamento do Direito Internacional.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada baseou-se em obras publicadas pelos mais diversos doutrinadores, das mais diversas correntes acerca do tema, bem como em notícias veiculadas pela mídia referentes aos fatos ocorridos.

(RESULTADOS) A partir do estudo realizado percebemos que há uma diferença nos conceitos de soberania no âmbito nacional e internacional. No primeiro, apesar da polêmica e das divergências doutrinárias, fica claro que com o advento do pensamento democrático a soberania se distanciou da figura monárquica e se aproximou do povo. Hoje, esta soberania é exercida através do voto direto, onde escolhemos nossos representantes. Na doutrina internacionalista, a soberania reflete a igualdade de todos os Estados perante uns aos outros, e a submissão destes às regras e leis internacionais. Não existe eliminação de soberania, e sim, parcelas que vão sendo abdicadas à medida que um país une-se a um Bloco Econômico ou assina um Tratado. Após muita discussão sobre o conflito entre os países andinos, a Organização dos Estados Americanos (OEA) considerou que a ofensiva colombiana violou a soberania do Equador e feriu princípios do Direito Internacional. Entretanto, não condenou a Colômbia, pois afirmou que o país vivia há anos sob a sombra do terror provocado pelas FARC, e que tais fatos, que levavam a Colômbia a uma situação de extrema insegurança, teriam que ser combatidos no momento mais breve possível. Quanto à atuação dos organismos internacionais na solução de conflitos, a Comissão de Direito Internacional (CDI), concluiu que, quando um Estado sofre um ato ilícito, deve ser procedida a “proteção funcional” por parte de um organismo internacional. O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) encoraja os países a levar seus conflitos a organizações regionais (como foi procedido neste caso, com a solução da crise sendo tomada, inteiramente, na OEA) e busca cada vez mais soluções pacíficas, como a conciliação e mediação.

(CONCLUSÃO) Concluímos que o Direito Internacional tem alguns princípios polêmicos. Num mundo tão diferente, repleto de diferentes religiões, costumes e ideologias, é inevitável que surjam conflitos. A ONU e seus órgãos devem estar atentos para que essas discussões não gerem cada vez mais tensão na esfera global. Os Estados abdicam de uma parcela de sua soberania voluntariamente, ao assinar tratados e acordos. O que não pode ser feito é justificar ataques e conflitos por diferenças ideológicas. Como se trata de uma grande polêmica, que nunca deixou de existir, não há como impedir que surjam divergências, mas devemos cobrar o máximo de atenção da ONU e dos outros organismos internacionais, visando a manutenção da paz global, e que nenhum princípio do Direito Internacional seja violado.

A3 – DIREITO

DANO MORAL: A VALORAÇÃO DE UM DIREITO SUBJETIVO

Raphael Barbalho Penha Álvares

Ana Paula Mariz Medeiros

Ana Valeska De Araújo Guedes

Bruno Montenegro Ribeiro Dantas

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Carlos Thompson Costa Fernandes

Diego De Almeida Cabral

Kaleb Campos Freire

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A Constituição de 1988 tem como um de seus fundamentos do estado Democrático de Direito o princípio da dignidade humana e, por conseguinte, o reconhecimento do dano moral como sendo uma lesão a tal princípio. Assim, houve a criação de um aparato constitucional para a compensação da dor moral com dinheiro. Este trabalho enfoca um estudo sobre a tarefa de identificar, nessa questão, parâmetros que possam ser usados como diretrizes para a quantificação econômica do dano moral causado. Com isso, esperamos contribuir para o norteamento da forma mais correta e justa de se quantificar um dano, cuja essência é de grande subjetividade.

(METODOLOGIA) Para o desenvolvimento do projeto, a metodologia tomou como ponto de partida à utilização de diversas fontes de informações, tais como artigos, códigos e decisões que versam sobre a utilização de parâmetros para a indenização do dano moral, fundamentando-se em fontes confiáveis de instituições referendadas pela sociedade. Tais informações servirão para o posicionamento sobre a natureza do dano produzido à personalidade do sujeito e sobre o modo mais justo de aferir valores a este dano, utilizando-se como linha de raciocínio o método dedutivo.

(RESULTADOS) A análise das decisões que condenam ao pagamento de indenização por dano moral, revelou, no caso concreto, disparidades de parâmetros nas indenizações que garantam seus objetivos legais, que sejam de caráter repressivo e reparador, este para quem foi lesado e aquele para quem ocasionou o dano. O tipo de indenização em análise é tratado por muitos julgadores de maneira objetiva, tabelando valores para determinadas situações, sem verificar o real dano causado à pessoa lesada. Determinadas situações são uma prova cabal da falta de diretrizes, como é o caso da perda de um ente querido, afinal, quanto vale uma vida? Para alguns julgadores R\$ 3.000,00 (três mil reais) é uma quantia justa. Outra prova é que os causadores de dano não sofrem financeiramente com o que pagam de indenização, posto que os valores são ínfimos se observados seus patrimônios, como de muitas empresas reincidentes em causar dano moral, o que faz com que a indenização não cumpra com seu papel repressor, só aumentando o número de casos, não tendo sua finalidade, que seria o desestímulo ao lesando, atingida.

(CONCLUSÕES) Diante dos fatos obtidos, é notória a necessidade de que os julgadores observem de forma mais humana a situação das pessoas que sofrem o dano moral e que se leve em consideração também a situação econômica das partes envolvidas, para que se garanta uma medida repressora e justa, evitando também o enriquecimento sem causa do ofendido. Esses preceitos somados à observância dos princípios da equidade, razoabilidade e severidade, bem como a utilização do prudente arbítrio conseguirão atingir o equilíbrio para a valoração do dano. Assim, faz-se necessário a aplicação desses parâmetros para nortear os julgadores no momento de valorar o dano e quantificá-lo na indenização, fazendo com que os mesmos não hajam subjetivamente e sim com responsabilidade.

A3 – DIREITO

DIGNIDADE HUMANA E PROSTITUIÇÃO

*Ives Kleiton Da Silveira
Isabelle De Carvalho Rodrigues
Thaís Cruz Silva De Andrade*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Rita De Cássia De Andrade
Carlos Wagner Dias Ferreira
Pablo Capistrano*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem por finalidade mostrar se há ou não dignidade da pessoa humana para alguém que se prostitui, verificando se a prostituição viola diretamente o fundamento constitucional da dignidade humana ou se configura uma prática que reprime a expressão desta base da nossa carta magna. Observaremos se a prostituição reduz a mulher à condição de objeto, de instrumento de prazer sexual, que se pode vender, comercializar assim como a extrema relevância social de que independentemente da profissão que se exerça, o ser humano deve ser tratado de maneira digna e sem qualquer tipo de preconceito. A prostituição não é crime e, portanto não é ilegal, mas é vista como uma mancha vergonhosa em nossa civilização.

(METODOLOGIA) Este trabalho terá como base uma pesquisa bibliográfica e documental acerca da temática da dignidade da pessoa humana, onde buscaremos os variados conceitos dados por doutrinadores, e dessa forma, analisá-los no contexto em que se insere a prostituição, avaliando se o exercício da profissão de prostituta dá à mulher dignidade, no momento em que se considera o entendimento de um autor, ou se a coloca como indigna, na visão de outro.

(RESULTADOS) Através dos meios descritos vemos que, para o Prof. Ingo Sarlet, a dignidade humana é extremamente difícil de conceituar no momento em que remete a aspectos de uma qualidade inerente à própria existência humana, habitualmente colocada como valor próprio que identifica essa condição, e por isso, desenvolve-se numa constante concretização de delimitação de acordo com a prática, estabelecendo um contínuo processo de construção e desenvolvimento. Dessa forma, temos que a dignidade humana tem como características ser irrenunciável e inalienável, justamente por ser intrínseca a própria existência, tendo a obrigação de ser reconhecida, respeitada, promovida e protegida, não podendo ser criada, concedida ou retirada, embora seja algumas vezes violada. Outra dimensão se percebe quanto ao filósofo Kant, que alega que o ser humano jamais deve ser tratado como objeto, como um mero instrumento para que se realize um fim alheio, de forma a se negar a importância distintiva de suas próprias vidas. Como o homem constitui um fim em si mesmo, ele não pode servir como um meio para uso arbitrário de uma vontade. Nessa visão, a dignidade humana é entendida como a não-instrumentalização do ser humano.

(CONCLUSÃO) Sendo assim, teremos que a prostituta não se considera sem dignidade pela atividade que exerce. Apesar dela vender o seu corpo, não perde sua dignidade pois é uma característica indisponível e essencial à condição humana. Por outro lado, se desenvolve uma violação, pois utilizar o outro como meio para se alcançar uma determinada finalidade provoca a coisificação do ser humano. No caso específico, a prostituta é um objeto para a satisfação dos desejos do cliente e em decorrência disso, viola sua própria dignidade individualmente considerada, uma vez que não há possibilidades para um atentado em sentido amplo e abstrato, pois a dignidade é atributo da pessoa humana considerada em si mesma. Em síntese, constata-se que a mulher prostituta tem dignidade, pois é um atributo que a qualifica como indivíduo, apesar de sua profissão se considerar indigna por trazer a ela sua instrumentalização, e conseqüentemente não possibilitar que a mulher se veja digna em sua totalidade, o que a sociedade também assim considera, de forma equivocada.

A3 – DIREITO

DIREITO A TER DIREITO: UM ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PRATICADA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE NA CIDADE DE NATAL-RN

Neyber Auridéia Wanderley P. De Macedo

Bárbara Gabriele Santos Frota

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Pablo Capistrano

Vânia Cela Vaz

Ana Paula Cacho

Maria Aparecida Trindade

Lenice Silveira Moreira

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A criança e o adolescente, ao longo da história, tiveram sua cidadania ignorada. Na Roma antiga era permitido aos pais matarem os filhos, quando estes eram Portadores de Necessidades Especiais. Já na Idade Média, a família medieval não tinha função afetiva, ou seja, não havia necessidade de afetividade para a coesão familiar, sua missão era a manutenção dos bens, a prática de um ofício e a cooperação para sobrevivência. Ocorre uma mudança paradigmática no Séc. XV, quando a educação das crianças passa para o âmbito escolar. A situação da criança e do adolescente não melhorou, no entanto, muito pelo contrário, eles passam a ser educados de forma mais rigorosa, aumentando o abuso e a violência. A história social da criança e do adolescente foi permeada, durante séculos, por relações de violência que se irradiavam do âmbito das relações domésticas para as relações sociais e jurídicas, nas quais os atores, por ações ou omissões, não lhes reconheciam a condição de sujeitos de direitos. Na contemporaneidade, paradoxalmente, não obstante o reconhecimento jurídico como sujeitos de direito, o abuso e a violência ainda estão presentes no cotidiano das crianças e adolescentes. Este reconhecimento, especialmente no direito brasileiro, é constitucional e infraconstitucionalmente garantido. Nesse sentido, analisa-se, à luz da história e de dados estatísticos recentes sobre a violência doméstica no Brasil e na cidade de Natal/RN, o fenômeno da violência doméstica contra criança e adolescente, com fito de contribuir para o exercício pleno da cidadania infanto-juvenil. A relevância da pesquisa para o curso de Direito dar-se-á na medida em que o conhecimento adquirido servirá como subsídio para a atuação profissional de Juízes, Promotores de Justiça, Advogados, Legisladores e Gestores Públicos, no âmbito de suas atribuições junto ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

(METODOLOGIA) Este trabalho foi desenvolvido a partir da análise do referencial teórico, que trata do fenômeno da violência doméstica contra criança e adolescente historicamente, bem como análise de dados estatísticos coletados junto à Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente em Natal/RN e na pesquisa realizada pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo USP.

(RESULTADOS) A violência doméstica contra criança e adolescente na cidade do Natal pode ser visualizada por dados estatísticos, que apontam em 2006: 563 notificações de um total de 790 no Estado do RN, classificados por tipo de violência: 249 casos de violência física, 243 casos de violência sexual, 16 de corrupção de menores e 55 casos não identificados. Percebe-se um aumento da violência no ano de 2007, tanto na capital como no estado do RN, sendo 1067 casos confirmados no estado e 686 na capital. Desses casos, 319 foram de violência física, 275 de violência sexual, 11 de corrupção de menores e 81 não identificados. No Brasil os dados mostram situação semelhante, revelando ser a negligência uma das formas comum de violência praticada contra crianças e adolescentes.

(CONCLUSÃO) Com base nos dados de casos de violência doméstica contra criança e adolescente na cidade do Natal e no Brasil, bem como nas análises históricas sobre a mudança de paradigma da infância observou-se que a violência é um fenômeno antigo e a mudança ocorreu na forma de percepção desse fenômeno pela própria sociedade, que passou a repudiá-lo juridicamente na modernidade, sem, no entanto, encontrar meios suficientes para erradicá-lo. Nesse sentido, ficou demonstrado que o aumento dos casos notificados reflete que o Estado vem criando espaços institucionalizados para as denúncias, no entanto os infratores precisam ser punidos legalmente como forma de efetivação dos direitos da criança e do adolescente previstos no ECA.

A3 – DIREITO

DIREITO DE IMAGEM: ATÉ ONDE PODE SER RESPEITADO

Chiara Xavier Pinheiro

Juliana Dantas Rocha

Paula Ingrid Da Cunha Galvão De Albuquerque

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Pablo Capistrano

Ana Paula Cacho

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Ao nascer o ser humano possui um conjunto de características próprias, que o faz um indivíduo único. A Ciência e o Direito conferem tal fator como individualidade. Os direitos de imagem são considerados essenciais à pessoa humana, é este o objeto de estudo. Sob a denominação de direitos de personalidade, compreendem-se direitos considerados essenciais à pessoa humana, tal como o nome, a privacidade, a vida, a moral, a liberdade, e aquele que, por hora, é objetivo deste estudo, o direito de imagem; constando todos assentados na cláusula geral protetiva da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, da CRFB).

(METODOLOGIA) Neste utilizou-se a pesquisa de caráter qualitativo, bem como, recurso ao procedimento bibliográfico e de pesquisa virtual. Assim, investigou-se sobre o direito de imagem, analisando-se seu conceito, histórico e o uso de analogias úteis para a ilustração dos vieses explicativos e argumentativos sobre o tema.

(RESULTADOS) Sabe-se que o direito de imagem não foi discutido nos códigos jurídicos romanos, mesmo sendo notório que em Roma havia uma grande preocupação com o belo e o perfeito, porém, não constam registros a respeito da preocupação com a regulamentação da exploração da imagem alheia. Até porque este direito é algo novo, surgiu com a massificação e o extraordinário progresso dos meios de comunicação e a importância que a imagem adquiriu no contexto publicitário. Sua captação e a difusão na sociedade contemporânea, tendo em vista o desenvolvimento tecnológico, causou uma grande exposição, sobretudo de pessoas que obtiveram destaque em suas atividades. Consequentemente, à imagem foi agregado um valor econômico expressivo. Dotado de certas particularidades, o direito à própria imagem é essencial ao homem. Não podendo o titular privar-se desta, mas dela pode dispor para tirar proveito econômico. Esta característica fundamental implica em uma série de consequências no mundo jurídico, pois quando se utiliza a imagem alheia sem o devido consentimento do interessado, ou quando se ultrapassam os limites do que foi autorizado, ocorre uma violação deste direito.

(CONCLUSÃO) O direito de imagem é um dos direitos da personalidade que é disponível e possível de ser explorado pecuniariamente por seu titular. A Constituição Federal, bem como, o Código Civil, protegem a imagem e a honra das pessoas, garantindo-lhes a reparação pelo dano material ou moral que porventura surja em decorrência da má utilização da imagem alheia. A exploração deste deve ser feita tendo como parâmetro o princípio da dignidade da pessoa humana. A exibição irrestrita de imagens aviltantes e a exposição da pessoa ao ridículo em espaço público não pode ser tolerada pelo Poder Judiciário.

A3 – DIREITO

DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA PÓS MODERNIDADE

Osé Roberto Silva

Discente do Curso de Direito da Faculdade Câmara Cascudo

Orientador:

Vander Lima Silva De Góis

Instituição de Ensino: Faculdade Natalense Para O Desenvolvimento Do RN

(INTRODUÇÃO) Estamos diante de um tema extremamente importante para a Pós-modernidade que tem se correlacionado com as diversas áreas do conhecimento, desta forma o Direito não poderia se omitir frente aos desafios e perspectivas alavancados pela real e imediata necessidade de se tutelar de maneira efetiva este Direito Fundamental que se configura por Meio Ambiente. O Meio Ambiente, talvez seja um dos objetos mais discutidos hoje em dia pela Ciência mundial e local; desta forma não haveria necessidade de desenvolver-se o presente estudo e com tal complexidade é que entendemos ser o Meio Ambiente um fenômeno complexo e global, por isso parte-se da Legislação local, Constituição Federal de 1988 e normas infraconstitucionais, globalizando-a com o Direito Internacional, exemplificando e elucidando a Conferência de Estocolmo de 1972, a Conferência das Nações Unidas de Rio de Janeiro de 1992 e o Protocolo de Kyoto de 1997. Fez-se um olhar crítico e reflexivo sob uma perspectiva histórica dos avanços e retrocessos do movimento ambientalista mundial.

(METODOLOGIA) Através de pesquisa exploratório-descritiva, baseado em dados bibliográficos, buscou-se analisar, sob a ótica jurídica, o panorama hodierno marcado pela dubiedade do impasse entre o crescimento econômico e a degradação ambiental, ressaltando-se o social como fator de descontrole à estabilidade ambiental.

(RESULTADOS) Este trabalho trata do Meio Ambiente, situando a discussão sob o aspecto da tutela jurídica que lhe é dada pela Constituição Federal de 1988 e pelo Direito Internacional Ambiental, por meio de um sistema de proteção disposto no bojo desta Carta Magna e das Conferências supracitadas e na abordagem da participação do Estado e da sociedade no conhecer do assunto e na busca por sua concreta proteção.

(CONCLUSÃO) Procurou-se a definição concreta do que se trata o tão propagado “Desenvolvimento Sustentável” e sob a análise do referencial teórico metodológico escolhido chegou-se à conclusão de que o ponto de equilíbrio entre o social, o econômico e o ambiental se dá pela equidade, justa medida entre essas três vertentes funcionais para o desenvolvimento humano e para a efetivação dos Direitos Humanos no Brasil e no Mundo. Palavras-chaves: Desafios. Desenvolvimento Sustentável. Direito Internacional Ambiental. Pós - Modernidade.

A3 – DIREITO

DIREITO NATURAL E DIREITO MODERNO: INFLUÊNCIAS DA FILOSOFIA ARISTOTÉLICA

Emanuell Cavalcanti Do Nascimento Barbosa

Jéssica Thais Nascimento Santos Rufino

Bianor Francisco De Lima Júnior

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Noemi Favassa Alves De Queiroz

José Eduardo Moura

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Em todas as camadas da sociedade é perceptível a busca do conhecimento, seja na ânsia da criança inocente que deseja conhecer algo desconhecido, seja na tentativa intelectual de aprofundar o conhecimento adquirido durante a vida, no seu cotidiano, ou mesmo na experiência acadêmica. Procuramos sistematizar esta busca através da contribuição do pensamento filosófico de Aristóteles que nos serve de base para o aspecto jurídico, no âmbito do jusnaturalismo que se fundamenta nos Direitos Naturais. **(METODOLOGIA)** No presente trabalho, pretendemos refletir acerca do papel do conhecimento em Aristóteles, para tanto utilizamos o método de leitura de análise de textos filosóficos no que tange o conhecimento para conceituar e estabelecer uma sintonia com o universo do Direito, demonstrando suas implicações e contribuições para o comportamento dos indivíduos na contemporaneidade.

(RESULTADOS) O mundo jurídico detém diversos exemplos da Obra Aristotélica. Para exemplificar citamos a fundamentação das decisões judiciais baseadas no Direito Natural. Ou seja uma decisão que se permeia pelo uso da equidade, desse modo, dá-se a cada um, o que é seu por direito, faz-se justiça. Além disso, essas mesmas decisões judiciais devem ser elaboradas com uma argumentação lógica e válida, o que remonta ao Silogismo Aristotélico. Este último torna-se claro no art. 295, parágrafo único, inciso II do Código de Processo Civil, quando este obriga que o magistrado elabore uma sentença que narre os fatos de forma lógica. **(CONCLUSÃO)** Após analisar a obra de Aristóteles, observa-se, de fato, o envolvimento do raciocínio da filosofia na vida e podemos realmente concluir que todo homem é, na sua essência, um filósofo. Quer queiramos filosofar, quer não queiramos filosofar – somos filósofos. Mesmo que não queiramos filosofar, estamos usando a filosofia de não filosofar, portanto, somos filósofos ou mesmo filosofantes. Com isso, necessário se faz sentir ressoar em nossos ouvidos e perceber ao nosso redor um ambiente filosófico. Neste contexto, a filosofia deixa de ser um mero repetir de frases arcaicas do passado para tornar-se uma corrente motivadora para os avanços do tempo moderno. Não é por acaso, nem tampouco sem motivos que se introduz, em nossos dias, a disciplina de filosofia desde a infância, nas grades escolares, a qual acompanha nossa vida durante todas as etapas acadêmicas. A filosofia, portanto, não é algo do arquivo passivo, nem mesmo mera recordação do passado. Mas sim, um pensamento atuante e presente na vida das pessoas e nos acontecimentos do nosso cotidiano. Podemos identificar a filosofia nas definições dos que nos antecederam e que se repetem, constituindo-se como apelo e sugestões para transformar a sociedade contemporânea. Portanto, na cultura de morte que respiramos em nosso planeta, com os desafios encontrados no desmatamento irresponsável, causando ameaça à vida planetária, faz-se atual e pertinente o raciocínio aristotélico: que o Direito Natural possa inibir e combater a tentativa de avanços irresponsáveis, que causem prejuízos ao próprio homem, para isto nos valem dos estudos filosóficos, exemplificados pela máxima aristotélica: “ Podemos praticar atos nobres sem ter de dominar a terra e o mar”.

A3 – DIREITO

DIREITOS AUTORAIS E PROPRIEDADE INTELECTUAL

*Camilla Pereira De Santana
Ewerton Henrique De Macêdo Viana
Vanessa Dias Scherer*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Rita De Cássia De Andrade Silva
Alexandro Gomes Bezerra Dos Santos*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A propriedade intelectual compreende a legislação sobre a propriedade de criações intelectuais, particularmente as invenções tecnológicas e as obras literárias e artísticas. Trata-se de um tema ainda relativamente desconhecido da maioria da população, embora diga respeito a vários aspectos do nosso cotidiano. No direito brasileiro e na maioria absoluta das demais legislações estrangeiras, a propriedade intelectual engloba as proteções oferecidas, conjuntamente, pela propriedade industrial e pelo direito do autor. Sendo assim, nosso estudo pretende examinar o debate existente hoje, marcado por uma forte pressão dos países ricos pela liberalização do comércio e por uma maior proteção jurídica à propriedade intelectual, incluindo as mais diversas áreas do conhecimento. Tendo em vista que a propriedade intelectual industrial cumpre um papel fundamental no sentido de aprofundar as desigualdades tecnológicas.

(METODOLOGIA) Para cumprir tal objetivo, trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico a respeito do conceito de “propriedade intelectual” em literatura especializada, bem como um levantamento baseado na Lei n.º 9.279, de 14-5-1996, a fim de compreender a aplicação das regras referentes às invenções tecnológicas, e entender que a propriedade industrial vai além das patentes e engloba inclusive a disciplina jurídica referente à repressão à concorrência desleal. Buscando assim, mostrar que se faz necessário à fixação de uma política nacional de propriedade intelectual para o desenvolvimento sustentável do Brasil, contanto que não seja apresentado de forma isolada.

(RESULTADOS) Através da pesquisa realizada, revelou-se que noções eurocêntricas de propriedade e pirataria são as bases sobre as quais as leis de direitos de propriedade intelectual (DPI) do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade, GATT) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) foram fundadas. Sendo no coração daquela e suas leis de patente onde estão o tratamento da biopirataria como um direito natural das grandes empresas ocidentais, necessário para o desenvolvimento das comunidades do Terceiro Mundo. Que da maneira como estão sendo discutidas atualmente em plataformas globais, os DPI são a prescrição para a monocultura do conhecimento, que inevitavelmente levaria a um empobrecimento intelectual e cultural os países que o aplicam, ao sufocar outras maneiras de saber, outros objetivos para a criação do conhecimento e outros modos de compartilhá-lo.

(CONCLUSÃO) Conforme a questão da biopirataria ao falar das noções eurocêntricas quis mostrar que a errônea maneira de interpretar os direitos de propriedade intelectual, datam da época de Colombo (500 anos atrás), onde o papa comandava o mundo como fosse um instrumento em suas mãos, transformando atos de pirataria em vontade divina, através de cartas de privilégio e patentes. Não se tornando muito diferente 500 anos depois, já que a criação da propriedade por meio da pirataria da riqueza alheia permanece a mesma. No entanto é preciso reconhecer que o Brasil tem conseguido discutir os temas prioritários da propriedade intelectual graças ao posicionamento governamental adotado interna e internacionalmente. A quebra de patentes de medicamento Efavirenz, produzido pelo laboratório norte-americano Merck abriu um precedente internacional que balizou a conduta de outros países. O posicionamento do país com relação à biodiversidade também é inédito comparativamente e creio que o Ministério da Cultura também apresenta novidades quando defende o direito autoral como elemento essencial de uma política cultural: um direito autoral que privilegia o acesso à cultura, à informação e ao conhecimento.

A3 – DIREITO

DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE: COMO O DIREITO PENAL CHEGOU À DISTINÇÃO ETÁRIA

Luiza Morais De Souza Freire

Chiara Xavier Pinheiro

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

PABLO PAIVA CAPISTRANO

ANA PAULA CACHO

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O ser humano, ao nascer, possui características que ao longo da vida vão sendo modificadas, seja pelos conhecimentos adquiridos, seja pelo meio e pelas pessoas com as quais convive. Na formação do seu caráter, muitos são os vieses pelos quais ele pode enveredar, e é devido a esse período formativo que o Estatuto da Criança e do Adolescente define normas e regras, em forma de lei, que norteiam como a sociedade deve tratar esses indivíduos, inclusive aqueles que infringiram essas regras, prejudicando a outrem. Sendo assim, o presente trabalho tem como intuito discorrer acerca dos principais critérios que embasam o estabelecimento da maioridade penal no Brasil e instigar reflexões acerca da coerência e relevância desta convenção.

(METODOLOGIA) Utilizou-se a pesquisa de caráter qualitativo, com o recurso de procedimento bibliográfico, e a pesquisa virtual, investigando-se, assim, a pertinência dos dados.

(RESULTADOS) No Brasil, a idade em que o indivíduo é considerado penalmente responsável por suas ações ocorre aos dezoito anos. De acordo com o ECA, o tratamento conferido a estes sujeitos deve obedecer a alguns critérios específicos, tendo em vista a situação de vulnerabilidade em que eles se encontram e à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Em um breve contexto histórico acerca dos direitos da criança e do adolescente, percebe-se que eles não eram levados em consideração durante a Antiguidade, posto que as antigas legislações, incluindo a romana, autorizavam a morte de crianças deficientes ou “defeituosas” por parte de seus pais. Entretanto, até onde se sabe, o primeiro registro histórico que concede direitos aos menores encontra-se na Lei das XII Tábuas (450 a.C), em Roma, onde há uma distinção entre infantes, púberes e impúberes. Segundo esta diferenciação, os impúberes (homens entre sete e dezoito anos e mulheres entre sete e catorze anos) não eram passíveis de pena ordinária aplicada por juiz, podendo apenas receber uma pena especial - pena arbitrária -, desde que comprovado o seu discernimento. A pena de morte também era proibida para esta faixa etária. No atual ordenamento jurídico brasileiro, o critério adotado é puramente biológico, pois a adolescência é considerada um momento de extrema importância para a formação das pessoas como seres humanos e como cidadãos, já que é marcada por grandes mudanças físicas, cognitivas e psicossociais. Assim sendo, para que o desenvolvimento desse adolescente ocorra de forma plena e saudável, deve-se oferecer condições sociais que favoreçam e protejam tudo aquilo que lhe é de direito. A legislação brasileira, portanto, ao estabelecer uma pena diferenciada aos menores de dezoito anos, está levando em consideração esses aspectos, que pressupõem a idéia de que a criança e o adolescente ainda não têm discernimento suficiente para identificar aquilo que é lícito e ilícito e para ser conscientemente responsável pelas consequências dos seus atos.

(CONCLUSÃO) Alguns autores defendem a idéia de que não há indícios sobre o fato da idade de dezoito anos ser um marco preciso no advento da capacidade de compreensão do justo e do injusto e da autodeterminação para distinguir entre o certo e o errado na sociedade. É, entretanto, um limite razoável de tolerância recomendado pelo Seminário Europeu de Assistência Social das Nações Unidas, de 1949, sendo praticamente regra internacional, com somente pequenas variações entre os países. De toda sorte, o aumento da criminalidade infanto-juvenil faz com que a maioridade penal continue sendo foco de grande polêmica e discussões, sobretudo no meio jurídico. Existiriam alternativas para essa questão? Há como comprovar o discernimento de um adolescente? Será que a redução da maioridade penal não geraria a mesma problemática que hoje presenciamos? Estas são questões a serem pensadas, e qualquer mudança requererá uma ampla discussão.

A3 – DIREITO

DIREITOS FUNDAMENTAIS, EFETIVIDADE E LIMITAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: UMA PERSPECTIVA PÓS-POSITIVISTA.

Louisianne Paskalle Solano Maia

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Lenice Silveira Moreira

Rita De Cássia De Andrade E Silva

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O Brasil está completando vinte anos de uma Constituição conhecida por cidadã, pelo avanço normativo que outorgou em termo de garantias individuais e direitos sociais. No entanto, são constatadas filas em hospitais, falta de segurança, penitenciárias lotadas, ausência de creches, além de outros exemplos que expõem a carência de efetividade dos Direitos Fundamentais. Este estudo aborda algumas considerações acerca da promoção da efetividade desses Direitos, ultrapassando as barreiras que hoje lhe são impostas, a exemplo do conceito alemão de Reserva do Possível que confronta com o sensível tema do mínimo existencial. O conceito de Reserva do Possível está relacionado à alegação de limitação orçamentária quando do momento da implantação de Direitos. O mínimo existencial é aquela condição mínima de existência digna e que ainda exige prestação estatal positiva, e por sua característica de mínimo, não pode ser objeto de fraude ou inviabilização por aqueles que pretendem criar obstáculos artificiais a sua implantação. Tem-se, portanto a observar como esses princípios orientam as normas e critérios de definição orçamentária das políticas públicas essenciais à garantia da Dignidade Humana.

(METODOLOGIA) Com base em tais reflexões, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de orientação doutrinária e jurisprudencial através de métodos comparativos que buscaram levantar e refletir sobre os fundamentos que determinam esses dois estatutos: Reserva do Possível e mínimo existencial. Entender como são mediados e considerados pelos profissionais do Direito nas lides relacionadas à efetivação e acesso aos serviços e políticas sociais, bem como quanto às definições orçamentárias das distintas esferas de governo sobre as causas da não eficácia social dos Direitos Fundamentais no Brasil.

(RESULTADOS) Identificaram-se como contribuintes essenciais para a promoção da inefetividade das normas que ensejam Direitos Fundamentais: a responsabilidade do Estado e a responsabilidade da sociedade. Existem fortes indícios que demonstram que a atuação estatal está pautada na inobservância de critérios de moralidade e eficiência. Além disso, fatores econômicos influenciam as três esferas de poder do estado dito democrático, principalmente no âmbito legislativo, quando da aprovação de leis orçamentárias; o poder judiciário, por sua vez, permite que doutrinas e jurisprudências estrangeiras invadam sua seara de atuação, sem a necessária adequação fática local. Quanto à sociedade, podem ser verificados certos comportamentos que contribuem na não efetivação desses Direitos, tais como a sonegação de impostos, a compra de produto falsificado e o uso do poder de influência para tirar privilégios de qualquer fim, ou seja, uma demonstração do poder atuando de forma disseminada, e não somente, sendo problema daquela esfera distante, conhecida por governo. **(CONCLUSÃO)** Durante a vigência da orientação positivista, as disposições constitucionais eram apenas ideários principiológicos, abstrações carentes de normatividade. Ao entrar nessa era pós-positivista métodos e possibilidades inovadoras surgem para orientar a interpretação constitucional de modo a promover os valores que estão ali consagrados. O Princípio da Dignidade Humana, vetor de orientação do Princípio da efetividade, só se realiza com a concretização de Direitos fundamentais e dentre eles, os sociais. De fato, o orçamento não é abundante, e posto isto, é que se deve trabalhar com mais eficiência na administração pública. É imprescindível que o Judiciário tome posturas rigorosas no que diz respeito à vigilância e controle institucional dos processos de planejamento e definições orçamentárias, pois que a harmonia da sociedade depende do bom funcionamento dos três poderes, no contexto do sistema de freios e contrapesos. A realização da efetividade dos direitos fundamentais é um desafio não só do Poder Executivo e Legislativo, mas também do Judiciário, o qual, nessa era Pós-Positivista, torna-se agente ativo de transformação social e não apenas mero proclamador de decisões, distantes da realidade fática e que não contribui com a evolução da sociedade.

A3 – DIREITO

DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DE SUA EVOLUÇÃO PELA HISTÓRIA

*Evandro De Castro Alcântara
Gênesis Macedo Balduino
Valdecy Gabriel Campos Júnior*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Vânia Vaz Barbosa Cela

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho de iniciação possui como objetivo uma análise da evolução pela história da humanidade, possui como enfoque os direitos humanos da primeira, segunda, terceira e quarta gerações, bem como a abordagem da personalidade internacional do indivíduo e a sua proteção. Também fora incluído um esboço dos principais crimes contra a humanidade, como o tráfico de escravos e o trabalho forçado. A finalidade de tal estudo, se revela em uma abordagem do progresso da humanidade feito em relação aos direitos humanos, bem como uma amostra dos desafios que ainda persistem na humanidade, possui assim grande relevância social, pois tem sempre que evoluir e nunca regredir a proteção da pessoa humana.

(METODOLOGIA) O método utilizado no trabalho foi a colheita de textos e livros dos melhores e mais renomados doutrinadores do assunto, como Roberto Luiz Silva e Guido Fernando Silva Soares, os textos foram tirados de diversos sites da rede mundial de computadores. Os participantes da investigação foram os autores acima citados, com a orientação da Dra. Vânia Vaz, possuindo como abrangência a problemática levada em conta tanto na esfera nacional, quanto na global, sendo uma análise da evolução histórica do tema, por meio de um estudo bibliográfico. A forma utilizada foi de acordo com as regras gerais de apresentação de resumos que normatiza esta modalidade de trabalho acadêmico. Como é estabelecido por esta norma um resumo deve ressaltar o objetivo, o método, os resultados e as conclusões do documento.

(RESULTADOS) Tomada por base a problemática dos direitos inerentes à pessoa humana, fora constatado que a humanidade evoluiu na sua dignidade ao longo dos anos, apesar de terem ocorrido catástrofes como o holocausto e as duas guerras mundiais, é notório a preocupação em garantir o mínimo para o desenvolvimento saudável do ser humano. Por exemplo, o Direito à informação, à democracia direta e ao pluralismo cultural, ao conhecimento tecnológico e científico.

(CONCLUSÃO) Chega-se a conclusão que a espécie humana tende a um equilíbrio nas suas relações, apesar da ganância e do modelo econômico vigente, tendo em vista que os países estão mais sensíveis a problemática da garantia do desenvolvimento humanitário, e as catástrofes ocorridas em sua história serviram também para o progresso da humanidade, pois com os erros a humanidade está aprendendo a respeitar as diferenças e a coexistir com o próximo. Em nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interação harmoniosa ente pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como sua vontade de conviver. As políticas que favorecem a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz. .

A3 – DIREITO

DO DIREITO ROMANO AO NOVO CÓDIGO CIVIL

*Camila De Medeiros Fernandes
Camilla Cacilda Ferrão Marques
Eduardo medeiros c. Ferreira
Patrícia Monte Duarte*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Ana Paula Cacho
Pablo Capistrano*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem por finalidade analisar, na perspectiva do Direito de Família, a evolução de alguns institutos romanos da antiguidade até sua recepção pelo moderno Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002), na tentativa de demonstrar os ganhos do Direito privado na esfera familiar. A civilização Romana nos legou vários bens, sendo, sem dúvida, o Direito o mais importante. As instituições romanas tiveram suas bases fundadas na família, na religião doméstica e no poder do pater, e as regras, anteriormente consuetudinárias e depois codificadas, de constituição familiar, da relação entre seus membros e da sua dissolução, serviram de base para o Direito Civil que hoje temos. Dos inúmeros institutos romanos da antiguidade, dois foram selecionados para embasar as análises: o casamento e o divórcio.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que tem como pressuposto teórico fundamental comparar e analisar as informações sobre a civilização romana contidas na obra “Cidade Antiga”, de Fustel de Coulange, e o livro IV da Lei 10.406/2002 que versa sobre Direito de Família, especialmente, no que tange as normas sobre o casamento e o divórcio. **(RESULTADOS)** Com base na pesquisa bibliográfica, podemos perceber uma significativa evolução da sociedade destacando o avanço das famílias brasileiras comparadas com as famílias romanas antigas. A princípio podemos perceber que na antiga Roma o chefe da família era o pater, este detinha o domínio político, religioso e social sobre os demais membros da família e que na modernidade nem sempre a figura masculina se funda como o chefe familiar, pois as mulheres conquistaram espaço como mãe, como profissional e não raro como chefes de família. O casamento na Roma antiga, que era meramente religioso, não era visto como iniciador de uma família e sim como uma forma de mudança do culto religioso e aquisição de direitos perante uma comunidade, o que foge da atual realidade onde é visto, por alguns, como uma instituição em falência que atribui mais deveres que direitos. O divórcio outro instituto que também teve sua evolução, em Roma o casamento se dissolvia com a morte do seu cônjuge ou através do repúdio da mulher pelo marido, ao passo que o divórcio atual se concretiza quando os casais não possuem mais a compatibilidade de gênios.

(CONCLUSÃO) Concluímos com base nos institutos analisados que a sociedade brasileira chegou a um amadurecimento com relação a Roma antiga, garantindo menos burocracia e mais direitos aos cônjuges advindos do contrato nupcial. Verifica-se que as evoluções dos institutos romanos antigos para o atual Direito Civil trouxe para a sociedade brasileira benefícios, devido às conquistas feitas por cada ente social, como por exemplo, as conquistas da mulher contemporânea, antes submetida ao pater e ao marido, hoje, totalmente independente em todos os aspectos. Como consequência também pode-se dizer que o Direito teve sua evolução, dando a essas pessoas o poder de adotar um filho com o simples intuito de amá-lo, bem como, o fato do divórcio dar aos indivíduos outra chance de encontrar um parceiro ideal para construção da família verdadeira.

A3 – DIREITO

DOENTES MENTAIS: A IMPLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇAS JUNTO AOS HOSPITAIS DE CUSTÓDIA

Ítalo Augusto Costa Medeiros Oliveira

Daniela Carvalho De Lima Nobre

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Alexandro Gomes Bezerra Dos Santos

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise sobre a situação dos doentes mentais que dentro do sistema penal brasileiro são considerados inimputáveis ou semi-imputáveis, e por isto não seria possível impor contra eles penas privativas de liberdade ou direito, sendo estes encaminhados aos hospitais de custódia, para cumprir as chamadas medidas de segurança, onde lá farão tratamento psicológico e psiquiátrico, em caráter de internação ou não. Ainda sobre o tema será feito uma análise histórica, demonstrando como a situação dos doentes mentais é abordada dentro do Brasil e do mundo, além de uma leve explanação sobre o movimento antimanicomial este movimento atua há mais de 20 anos por uma sociedade livre de manicômios, em que os direitos dos doentes mentais sejam garantidos, buscando não só o tratamento humanizado dos doentes mentais, mas do desenvolvimento de técnicas e competências profissionais que representam alternativa concreta à hospitalização como medida de tratamento, mas, a substituição dos velhos manicômios psiquiátricos por serviços mais abertos, como hospital dia, centro de convivência, posto com equipe de saúde mental, entre outros. Outra previsão de mudança trata de efetivar a regulamentação da lei 10.216, que dispõe sobre a extinção dos manicômios. E ainda se faz uma reflexão sobre a atuação das autoridades públicas quanto a atenção deste para com os internados nos H.C. **(METODOLOGIA)** Para os fins deste estudo, realizou-se uma pesquisa de caráter teórico, qualitativo e de procedimento histórico-bibliográfico, desenvolvido com base em material literário e videográfico, além de entrevistas com profissionais das áreas de psiquiatria e direitos humanos da área de penal, além de estudiosos do tema.

(RESULTADOS) Nos levantamentos de dados realizados, verificamos que existe forte discrepância na realidade proposta pelo nosso código penal e nossa constituição, além da flagrante falta de estrutura dos hospitais ofertados aos doentes mentais para que estes efetuem seus tratamentos.

(CONCLUSÃO) No nosso sistema pena, os doentes mentais, quando do cometimento de algum crime, são levados ao cumprimento das chamadas de medidas de segurança, percebe-se que o grande problema é que estes são na realidade tratados como criminosos. A criminalização deste doente ocorre primeiramente da falta de estrutura dos supracitados Hospitais de custódia, da falta de remédios, equipamentos e pessoal suficiente para o tratamento dessas pessoas, acabando por muitas vezes se prolongar o prazo da medida de segurança não por causa da “cura” do paciente, mas, pela inércia das autoridades públicas que acabam por atuar com descasos com estes doentes. Percebe-se então que os Hospitais de Custódia na realidade se transformam em verdadeiras prisões perpetuas, na qual são “jogados” ali os excluídos da sociedade, voltando deste modo, àquele modo de pensar de antigamente.

A3 – DIREITO

FLEXIBILIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

*Marco Antônio Randel
Nathália De Araújo Lemos*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Françoies De Oliveira Ferreira

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O principal problema social da atualidade é o desemprego, sobre o qual se construiu, em diversas modalidades, um conjunto de consensos econômico-sociais, como o trabalho informal, a marginalização, e a carência de mão-de-obra qualificada. Para combater o desemprego, surge o movimento da Flexibilização dos Direitos Trabalhistas.

(METODOLOGIA) O método utilizado é o dedutivo em pesquisa bibliográfica.

(RESULTADOS) Segundo Karl Marx, a história da humanidade revela uma sucessão de estágios históricos correspondente ao desenvolvimento progressivo da produção material, partindo do comunismo primitivo, e passando pelo escravismo e feudalismo, chegando ao capitalismo, que seria suplantado pelo socialismo e, finalmente, pelo comunismo avançado. O comunismo primitivo, o escravismo e o feudalismo não apresentam resquícios de Direitos Trabalhistas. O esgotamento do modelo clássico começa a se manifestar progressivamente nos países de maior desenvolvimento relativo nos anos 60. Na década de 80, juntamente com a percepção de esgotamento progressivo e a necessidade de superar o padrão de acumulação e de regulação, desenvolve-se um debate em torno da legislação trabalhista que, nos termos até então concebidos, parece, sob diversos aspectos, inadequada às novas formas mais flexíveis e à constante mudança que assume a organização econômica. Vive-se, agora, a terceira revolução industrial oriunda dos avanços tecnológicos, principalmente a robótica. Essa nova tecnologia e a propagação da política neoliberal, que visa a omissão Estatal nas relações particulares, propiciou a globalização, refletindo na guerra econômica, unificando a produção e o consumo, visando a circulação de moedas serviços e produtos, e a formação de blocos econômicos. Nesta economia global, as multinacionais, para competirem e conquistarem o mercado de consumo, abaixam os custos da produção através da modernização das empresas, substituindo o homem pela máquina, ou mudando suas empresas para países super populosos onde os direitos trabalhistas são escassos, os sindicatos fracos, e o governo, forte. As empresas nacionais não conseguem competir e quebram. Estes movimentos ocasionam o desemprego ou a redução dos direitos trabalhistas. Na tentativa de diminuir os índices de desemprego, surge o movimento da flexibilização, que é uma fenda ou restrição ao Princípio da Irrenunciabilidade dos Direitos Laborais, onde reduz-se o custo do trabalhador incentivando a contratação do empregado. Esta flexibilização atinge o Princípio Basilar do Direito do Trabalho, que é justamente proteger o trabalhador, tentando conservar o motivo primeiro da existência do direito do trabalho, que é o emprego.

(CONCLUSÃO) O modelo econômico vigente tem que preservar o poder de consumo do consumidor, e isto só é possível através de uma melhor distribuição das riquezas e, em especial, pelo emprego e direitos trabalhistas. Logo, os Estados, por mais liberais que sejam, devem evitar o caos no capitalismo, intervindo nas relações laborais, preservando o emprego e os direitos laborais. Faz-se necessário a introdução de uma norma laboral mundial que registre as diretrizes básicas dos direitos trabalhistas, principalmente das multinacionais, como forma de garantir a dignidade do ser humano, o poder de consumo dos consumidores, e evitar o caos no sistema econômico mundial.

FLEXIBILIZAÇÃO TRABALHISTA E SUAS IMPLICAÇÕES: REFLEXÕES EM FACE DO FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO E DA PRECARIZAÇÃO DO EMPREGO

*Ana Cláudia Lima Da Silva
Felipe César Silva De Araújo
Joaquim Alves Da Câmara Atie
Ledílson Dos Santos Gutierre*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Marcelo De Barros Dantas
Lenice Silveira Moreira De Moura*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Marcou-se, a partir do final do século XX, um novo contexto nas relações de trabalho, caracterizado pela adoção de políticas neoliberais, o acirramento da concorrência global e o aumento do desemprego estrutural, potencializado pelo desenvolvimento da tecnologia e das novas técnicas organizacionais do trabalho. Estes mencionados fatores ampliaram o problema social do desemprego, bem como da heterogeneidade das relações trabalhistas em nosso país. Diante disso, a flexibilização da legislação trabalhista começou a ser difundida como alternativa para a atenuação da precarização do mercado de trabalho. Este entendimento parte do desígnio de que a fragilidade das relações empregatícias deve-se à rigidez das leis trabalhistas, que geraria custos extravagantes às empresas, tanto na contratação, como na demissão de funcionários. Muitas vezes, a flexibilização imoderada das regras laborais dá força a transferência aos trabalhadores de uma parte significativa dos riscos que fazem parte da atividade empresarial, não tendo como resultado a redução das taxas de desemprego ou do trabalho informal. **(METODOLOGIA)** Trata-se de um estudo de caráter qualitativo e em nível descritivo, por meio da revisão doutrinária de autores consagrados no campo do Direito do Trabalho e da consulta à literatura atinente a flexibilização trabalhista, suas consequências e implicações, além da utilização de algumas decisões judiciais com o intuito de demonstrar o posicionamento atual dos tribunais acerca destas medidas flexibilizadoras, tendo como objetivo o levantamento das informações teóricas necessárias à obtenção dos resultados propostos. **(RESULTADOS)** As relações trabalhistas passaram por transformações grandiosas desde a época do homem primitivo até os dias atuais, deixando na história um rastro de sofrimentos, reivindicações e conquistas por parte dos trabalhadores, passando por vários tipos de regimes, tais como, escravidão, servidão, corporações de ofício até que, com as idéias do Estado Liberal, chegou-se a Revolução Industrial, marco importante para o surgimento do Direito Laboral. A partir da globalização, provocou-se uma série de alterações no mundo empresarial, ocorrendo a necessidade de se fazer modificações neste ramo do Direito. A flexibilização recai, por exemplo, sobre a compensação de horários de trabalho em parâmetros maiores que o semanal, supressão de horas extraordinárias e sua não-integração nos cálculos dos demais pagamentos, redução de salários por acordo coletivo, participação nos lucros desvinculada dos salários, remuneração viável, desindexação dos salários, promoção da mulher para ter acesso ao processo produtivo, trabalhando em igualdade com o homem e reclassificação do modelo legal de dispensas, justificando-se as decorrentes de motivos econômicos, tecnológicos ou de organização da empresa. Em nosso país, diante da aprovação da flexibilização, os sindicatos possuem maior representatividade, sendo interlocutores dos acordos e convenções coletivas celebrados, isso sem mencionar o fato de que a flexibilização pode despertar a vontade de articular bons acordos para seus afiliados inaugurando-se um amplo diálogo social até então nunca possível na sociedade brasileira. **(CONCLUSÃO)** Constata-se que a flexibilização trata-se de uma solução razoável para adaptar o Direito Laboral às constantes mudanças sofridas pela conjuntura social, devido, especialmente, aos efeitos da globalização, aliados à competição cada vez mais acirrada no mercado mundial. Preocupando-se, principalmente, em modernizar o Direito Trabalhista, faz-se necessário que o mesmo transcenda a posição de protetor dos trabalhadores e passe também a fomentar legislações que promovam a negociação, ensejando, deste modo, a manutenção dos empregos formais. No entanto, é imprescindível que a implementação da flexibilização não deturpe a função mínima protetora que o Direito Laboral tem perante os trabalhadores, que são hipossuficientes em face dos detentores de capital. Ocorre que o não equilíbrio das propostas flexibilizadoras pode ensejar a desregulamentação dos direitos fundamentais do trabalho, o que resultaria na perda da eficácia protetiva de tal ramo do direito como disciplina reguladora das relações laborais.

GEOGRAFIA DA FOME A LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA: HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DE JOSUÉ DE CASTRO

*Jefferson Pereira Da Silva
Renato Pereira Campos
Vanessa Cristina Correia Porto*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Pablo Capistrano
Lenice Silveira Moreira De Moura*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Enquanto você passeia no shopping querendo comprar aquela bolsa que você viu na novela das oito, 854 milhões de mulheres, homens e crianças dormirão esta noite com o estômago vazio. Você já parou para pensar que algumas destas pessoas podem estar próximo da sua casa à procura de pão dormido no lixo? O mundo contemporâneo padece de vários tipos de calamidades, mas a pior de todas é a má distribuição de alimentos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 reconhece que o direito à alimentação tem sido fortalecido graças à aprovação de medidas internacionais. Josué de Castro travou o maior combate de sua vida pelo fim da maior das misérias humanas: A Fome. Se estivesse vivo teria completado cem anos no dia 5 de setembro de 2008. O presente trabalho se constitui na análise da Geografia da Fome, sua obra mais importante, a partir da discussão constitucional acerca do princípio da dignidade humana.

(METODOLOGIA) O presente trabalho tem cunho qualitativo, utilizando-se, ademais, de elementos metodológicos quantitativos. Observamos dados sobre a fome em nosso país, bem como analisamos tal realidade junto ao Projeto Ação na comunidade de Nova Cidade, mediante a realização de entrevistas, registros fotográficos e práticas participativas. Buscamos refletir sobre tal realidade tendo como referencial teórico a obra de Josué de Castro. **(RESULTADOS)** A carência alimentar enseja o não exercício pleno dos direitos fundamentais à vida, à saúde e à educação, pois o sujeito faminto encontra-se debilitado, inclusive, para o exercício de suas faculdades intelectuais. Nesse sentido, a fome atenta de modo direto contra um dos fundamentos do Estado Brasileiro, constituído pelo Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. A realidade descrita no livro “Geografia da Fome” é bastante presente em nossa cidade. Os dois mundos, o dos que tem acesso à alimentação e o dos que não tem, são separados por bairros ou apenas ruas. “Democracia e miséria são incompatíveis” segundo Herbert de Souza, o “Betinho”. A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), traz em si uma teia de significados ao elevar o acesso à alimentação à condição de política de Estado permanente. A referida lei foi aprovada pelo Senado no dia 5 de setembro, justamente no dia do aniversário de Josué de Castro. Isso é significativo. No entanto, resta-nos muito a ser feito.

(CONCLUSÃO) A fome compromete a eficácia social dos direitos fundamentais constitucionais. Tal realidade marca distintivamente a sociedade brasileira em duas esferas sociais, a daqueles que comem e usufruem amplamente os direitos fundamentais, e aqueles que têm fome. Diante disto, constatamos que essa mazela produzida pelo próprio homem deve ser por ele erradicada, através de ações solidárias, mas antes de tudo educativas, as quais sejam capazes de promover o desenvolvimento humano. “Denunciei a fome como flagelo fabricado pelos homens, contra outros homens”, disse Josué de Castro. Das 854 milhões de pessoas que passam fome no mundo, 13.921 milhões são brasileiros e, dentre estes, 710.883 mil estão em terras potiguaras. A partir do exposto, nos mobilizamos pela causa do combate à fome em parceria com o projeto Ação e a FARN, pois não podemos admitir que um projeto sobre a fome limite-se às fronteiras acadêmicas. Portanto, as reflexões teóricas deste trabalho nos impulsionaram à realização de práticas de combate à fome em nosso meio, o que ensejou a formulação de um projeto de extensão universitária, cuja execução inicia-se na abertura do VIII CONIC. A intenção é contaminar a todos com o espírito social, de modo a disseminar por toda a instituição, práticas voltadas para a concretização do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

A3 – DIREITO

GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E SEUS IMPACTOS NO MEIO AMBIENTE: UMA REFLEXÃO SOBRE A ADOÇÃO DE POLÍTICAS SUPRANACIONAIS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Regina Glecia Linhares Da Silva

Aluisio Antonio Nascimento

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Lenice Silveira Moreira De Moura

Ana Paula Cacho

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A globalização, como um conjunto de processos que permitem conceber, desenvolver, distribuir e consumir produtos e serviços em escala mundial, desde a sua gênese, trouxe conseqüências, especialmente em face da ação predatória do homem sobre o meio ambiente, o que ensejou à elevação da temperatura média global e a intensificação do efeito estufa, como reflexo de um sistema produtivo descomprometido com a sustentabilidade ambiental. Deste modo, o presente trabalho propõe examinar as relevantes características do processo de globalização e os seus impactos no meio ambiente.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo de caráter exploratório, consubstanciado em pesquisa teórica, qualitativa e descritiva, realizada por meio de análise bibliográfica, utilizando-se de reflexões interdisciplinares, as quais abrangem a ciência política, o direito ambiental, constitucional e internacional.

(RESULTADOS) Constatamos que a globalização causa um impacto muito grande no meio ambiente devido à intensa atividade de produção, a qual, mesmo com altos níveis de automação, tem uma tendência de concentrar-se nos países menos desenvolvidos, onde a mão-de-obra e a utilização dos espaços geográficos são exploradas com menores custos. Agrega-se a tais fatores, as baixas exigências legais de proteção ambiental nestes países, o que também serve de estímulo à concentração de atividades poluentes nos países em desenvolvimento. Por outro lado, o comércio internacional de produtos naturais, como madeiras nobres e derivados de animais apresenta-se como fator relevante para a degradação ambiental como conseqüência da globalização da econômica. Este comércio tem provocado sérios danos ao meio ambiente e colocado em risco a preservação de ecossistemas inteiros.

(CONCLUSÃO) A globalização econômica trata-se de um fenômeno histórico irreversível. No entanto, em face do modelo adotado, têm promovido uma nefasta degradação ao meio ambiente, sendo mister a adoção de políticas globais de combate a tais efeitos. Consideramos que a eficácia de tais políticas só será alcançada se houver a adoção de uma legislação de proteção ambiental supranacional, capaz de harmonizar as legislações ambientais nacionais em torno de um objetivo comum que transcende os interesses locais. O fortalecimento das instituições de proteção do meio ambiente, principalmente dos órgãos encarregados de implementar e manter o cumprimento das leis é igualmente fundamental. Para isto, seriam necessárias, além de ações dos governos dos países em desenvolvimento, assistência econômica e técnica das nações mais ricas. Estas são preocupações expressas em vários documentos, como a Agenda 21, resultante da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. No entanto, interesses econômicos imediatos, aliados ao grave problema do desemprego, que hoje assola boa parte do mundo, têm dificultado o avanço de acordos e ações eficazes nesse sentido, o que tem comprometido, gravemente, a efetividade de políticas ambientais globalizadas.

A3 – DIREITO

INICIATIVA POPULAR: CONCRETIZAÇÃO DO PRÍNCÍPIO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

André Barreto Medeiros

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Carlos Thompson Costa Fernandes

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A Constituição Federal de 1988 contemplou técnicas constitucionais que fazem inaugurar elementos normativos da democracia participativa no nosso sistema de natureza eminentemente representativo: o plebiscito, referendo e a iniciativa popular. A democracia participativa nada mais é que o célebre princípio “todo poder emana do povo”, positivado no parágrafo único do art. 1º da Constituição. Desse modo, é imprescindível o papel desempenhado por esses institutos democráticos no aprofundamento da participação política, que fazem robustecer o processo de democratização da própria democracia. Trazem assim, relevantes transformações do status quo, libertando o povo, através da participação popular no governo, das pressões reacionárias, marcadas pela arraigada tradição oligárquica e patrimonialista. Destarte, pretendo lançar discussões sobre a iniciativa popular, que ostenta um promissor instrumento na concretização do princípio da democracia participativa e do Estado Democrático de Direito. Ademais, a iniciativa popular, propõe-se singularmente como um direito político dos cidadãos de deflagrarem o processo legislativo, dando posição ativa ao colocar suas demandas nos centros decisórios do Estado, deixando de serem meros expectadores do que fora decidido pelos representantes eleitos. Contudo, discuto também o motivo que leva alguns doutrinadores pensarem a iniciativa popular como um instituto decorativo na Constituição.

(METODOLOGIA) A proposta aqui lançada, baseou-se em conhecer a tradição do Brasil em projetos de iniciativa popular. Desse modo, foi imprescindível analisar os três projetos de lei de iniciativa popular já aprovados, analisando as matérias sobre as quais seria dado aos cidadãos propor projetos. Foi feita também uma análise comparativa entre o uso das técnicas e métodos da iniciativa popular nas Constituições dos Estados-membros Brasileiros e da Suíça, tida como o berço da democracia participativa. Ademais, tive o lastro doutrinário, do jurista Paulo Bonavides, diante da obra “Teoria Constitucional da Democracia Participativa”, que se consagrou por defender a democracia como um direito de quarta geração. Inarredável também, o estudo do filósofo político Rousseau, expoente da teoria da democracia participativa. **(RESULTADOS)** Da análise comparativa, faço a distinção entre os Países com forte tradição democrática como a Suíça e as Constituições dos Estados-membros, com a Carta Magna, que não conferiu aos seus cidadãos o direito político de alterar suas próprias normas constitucionais. As Constituições dos Estados-membros demonstram que não apenas regulamentaram a iniciativa popular de forma diligente, mas na maioria deles, apresentam não somente para as leis estaduais, como para emenda à Constituição. Resta-nos criticar a exigência de elevado número de subscrições para a propositura da iniciativa popular, sendo nitidamente inadequados para a lacônica experiência da participação política da sociedade brasileira. Para muitos doutrinadores, a iniciativa popular ainda não foi arraigada no seio popular, pelo fato, que decorridos anos, poucos são o projeto que contaram com a mobilização popular, e que dessa maneira chegaram até a Câmara dos Deputados. Faz-se mister salientar da enorme dificuldade de superar o obstáculo das autenticidades das firmas, de no mínimo 1% de todo o eleitorado nacional, distribuído por pelo menos cinco Estados e, em cada um deles com não menos do que 3/10% dos seus eleitores. Ademais, a iniciativa popular na esfera municipal abre relevantes discussões de assuntos específicos.

(CONCLUSÃO) Pelo exposto, a iniciativa popular, além de consagrar a soberania popular, é um importante meio de promover a educação política do cidadão, além de motivar o comprometimento de um algum parlamentar de encampar o projeto, ou outro órgão legitimado de propor a iniciativa legislativa. Destarte, não é incompatível com a democracia representativa, pelo contrário, é um complemento. Deveras, ao colocar a iniciativa popular em pauta de discussão, penso na concretização da democracia participativa, que legitima o Estado e restaura o País da crise de representatividade sem precedentes na sua história.

A3 – DIREITO

INTERRUPÇÃO DE GRAVIDEZ DE FETO ANENCEFÁLICO: DESCRIMINALIZAÇÃO E ASPECTOS PROCESSUAIS DA ADPF Nº 54

*Adriana Karini Rocha De Andrade Paiva
Augusto Cesino Monteiro De Medeiros Neto
Francisco Antonio Veiga De Medeiros
Jerônimo Maciel Vilar
Vitor De Góis Ribeiro Dantas*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Anderson Leonardo De Oliveira Brito
Alexandro Gomes Bezerra Dos Santos*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Com o avanço da medicina é possível detectar, segundo especialistas, com 100% de certeza, a gestação de um feto anencéfalo. Sabe-se que a continuidade desta pode causar riscos à gestante. Ademais, ao nascer, o bebê terá apenas algumas horas de “vida”. A matéria é polêmica e envolve princípios e direitos constitucionais tais como: dignidade da pessoa humana, legalidade, autonomia da vontade e liberdade entre outros. Destarte, tem-se questionado o direito da mulher em decidir dar ou não prosseguimento a uma gravidez com tal característica, especialmente quanto à legalidade desta decisão. Reconhecendo a importância da questão, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde (CNTS), impetrou, em 17/06/2004, uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF-54), junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), pretendendo a garantia do direito à antecipação terapêutica do parto, cabendo à gestante manifestar tal vontade. Isso porque a legislação brasileira somente permite à antecipação do parto em duas situações: gravidez indesejada resultante de estupro e risco de morte à gestante. A questão foi provisoriamente acolhida pela Corte Suprema, tendo o ministro Marco Aurélio concedido liminar favorável em 01/07/2004, sendo esta revogada em 20/10/2004. Atualmente, discute-se a matéria em audiências públicas, o que certamente subsidiará a decisão final do STF.

(METODOLOGIA) Estudo mediante investigação teórica, qualitativa e bibliográfica em textos, livros, na legislação, “sites” jurídicos especializados, leitura da ADPF-54, buscando subsídios necessários ao desenvolvimento deste trabalho.

(RESULTADOS) Sobre a questão, estudos médicos-científicos apresentam a seguinte estatística: 100% dos fetos não sobrevivem, sendo que destes, mais da metade não ultrapassa o período intra-uterino. Aqueles que chegam a nascer, apresentam problemas de cegueira, surdez, deformação e sobrevivem apenas poucas horas. Não é possível também a doação de seus órgãos. Existe, como não poderia deixar de ser em um país majoritariamente católico, uma enorme resistência da Igreja, que encara a antecipação do parto como afronta à vontade de Deus, vez que defende a vida da fecundação até a morte natural. Entretanto, clinicamente falando, ocorre uma inadequação da denominação aborto, na medida em que se trata de feto sem vida, ou, numa linguagem médica moderna, trata-se de um feto com morte cerebral. Neste quesito adentra o Direito Penal, visto que ele não pode ficar alheio ao desenvolvimento da ciência, dos usos e costumes, bem como da evolução histórica do pensamento, da cultura e da ética, na sociedade em constante mutação. A evolução médico-científica reconhece que a morte cerebral põe termo à vida humana, ou seja, trata-se então de um natimorto, não se podendo falar em reprovabilidade social nem em censurabilidade da conduta de quem interrompe uma gravidez ante a inviabilidade de um feto anencéfalo, que a ciência médica assegura a absoluta impossibilidade de vida extra-uterina. Até esta data, ainda não foi julgado o mérito da ADPF-54 no STF.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que o feto, desde sua concepção até o momento em que se constatou clinicamente a anencefalia, era merecedor de tutela penal, pelo pressuposto da existência de vida. Mas, a partir do momento em que se comprovou a morte encefálica, deixou de ser amparado pelo art. 124 do CP, visto que, clinicamente falando, inexistia vida, constatando a atipicidade da interrupção da gestação de fetos anencéfalos, por não haver bem jurídico a ser tutelado, desde que comprovada e registrada por no mínimo 02 (dois) laudos médicos; possibilitando-se, assim, à gestante, a opção de antecipação terapêutica do parto do anencéfalo. É desumano exigir-se de uma gestante que suporte a gravidez até seu final, com todas as conseqüências e riscos, para que, no final, ao invés de comemorar o nascimento de um filho, pranteie o sepultamento de um feto disforme.

A3 – DIREITO

JUSTIÇA VIRTUAL: O AVANÇO DA TECNOLOGIA NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO, E SEUS EFEITOS DENTRO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL DO RN

Ítalo Augusto Costa Medeiros De Oliveira

Daniela Carvalho De Lima Nobre

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Anderson leonardo de oliveira brito.

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Este trabalho tem como objetivo fazer uma breve explanação de como a inclusão do sistema virtual no âmbito dos Juizados Especiais Federais influenciou na atividade jurídica no Rio Grande do Norte, sendo instrumento garantidor da maior celeridade processual possível. O Brasil é pioneiro quanto ao processo virtual, e o Rio Grande do Norte também não fica atrás, também aderindo a este novo mecanismo de utilização da tecnologia, que vem satisfazendo de forma cada vez mais efetiva os princípios da celeridade processual e da duração razoável do processo, atingindo a justiça para o caso concreto de forma mais rápida e efetiva. No nosso Estado, os efeitos ainda são reduzidos, já que o sistema ainda é novo, tendo pouco mais de cinco anos de implantação. Porém, muito se têm comemorado sobre os avanços quanto ao volume processual que se tem julgado, e até mesmo as partes que tem tido uma maior acessibilidade ao processo. É fato notório que este deverá ser um tema amplamente debatido a fim de tornar cada vez mais conhecido este meio inovador de jurisdição. A justiça virtual além de trocar o papel pelo armazenamento dos autos em meio digital, evita uma série de derivações causadoras de morosidade na justiça, e, além disso, o sistema virtual dá pleno acesso aos mesmos autos ao juiz, às partes e aos funcionários da justiça ao mesmo tempo, acabando com a carga processual que muitas vezes era a principal vilã quanto à demora do desenrolar processual. Destarte, o processo virtual ainda conta com outras ferramentas como a internet - importantíssima na atividade jurisdicional virtual -, a qual permite o acesso aos autos do processo de qualquer parte do planeta, garantindo assim a publicidade dos atos judiciais em tempo real, e de forma segura, visto que se comprovou que o meio virtual, por mais criticado que ainda seja, oferece maior segurança do que o papel, já que as partes podem fiscalizar toda a movimentação processual.

(METODOLOGIA) Para os fins deste estudo, realizou-se uma pesquisa de caráter prático, por meio de visita às instalações da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, em Natal, onde foi possível conhecer o sistema Creta, utilizado pela justiça virtual, valendo-se, também, de entrevistas com servidores da Justiça Federal e da base de dados fornecida por estes, além de entrevistas com advogados-usuários do referido sistema.

(RESULTADOS) Nos levantamentos de dados realizados, verificamos que existe um volume considerável de processos em tramitação ou finalizados (cerca de aproximadamente vinte mil) dentro do sistema da justiça virtual denominado Creta, sendo aferido também que o número de reclamações é mínimo, e ainda tendo sido apontado pelos servidores da justiça e pelos advogados como um grande avanço, tornando mais prático o dia- dia destes.

(CONCLUSÃO) Por fim, acredita-se que a implantação do processo digital não é miraculosa, mas proporciona muito mais rendimento à Justiça, agilidade, transparência e segurança, percebendo-se que este é visivelmente o futuro para todo o Poder Judiciário em todo o Brasil. No Rio Grande do Norte, ele é instrumento primordial para a resolução das causas propostas perante os Juizados Especiais Federais, onde se percebe que os processos ali ajuizados tramitam com maior agilidade e os conflitos são resolvidos mais rapidamente em comparação com outros Juizados - e até mesmo com os Juizados Especiais Federais anteriormente à implantação do sistema digital -, o que demonstra que a Justiça Virtual é mecanismo eficaz à efetivação dos princípios da celeridade processual e da duração razoável do processo, consagrados no art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal.

A3 – DIREITO

LEI MARIA DA PENHA: A CONSOLIDAÇÃO DA CONQUISTA DOS DIREITOS DA MULHER

Sarah Iduino Da Rocha E Silva
Fernanda Bezerra Coe
Maria Clara Damião De Negreiros
Isabelle Billa De Melo

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Rita De Cássia Andrade
Alan Dias Barros

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho objetiva mostrar a realidade da mulher em relação à violência de gênero, ressaltando as mudanças do universo feminino a partir da aprovação da lei Maria da Penha. Desde os primórdios, a cultura patriarcal colocou a mulher num lugar de submissão em relação ao homem, uma realidade que começa a ser mudada, principalmente a partir dos anos 1960, com a conscientização da mulher, que, a partir de então, torna-se independente e consciente e vai à luta pelos seus direitos. Justifica-se o estudo, considerando que a Lei nº 11.340/06 vem a promover uma discriminação positiva, em função da questão de gênero, para que se possa chegar a uma igualdade substancial e dessa forma fazer valer a Constituição quando diz que homens e mulheres são iguais em direitos e deveres. A mulher, porém, necessita de tratamento diferenciado. Serão ressaltados os direitos da personalidade infringidos pela agressão de gênero e a punição imposta ao agressor. Este trabalho é de grande relevância social, uma vez contribui para uma maior conscientização das mulheres que necessitam tomar conhecimento dos meios que a protegem, como por exemplo, as medidas protetivas de urgência que são tratadas no âmbito processual civil, para que dessa forma a violência de gênero possa ser combatida.

(METODOLOGIA) A metodologia aplicada no presente estudo é de cunho exploratório no tocante aos objetivos, visto que é necessário vasto levantamento bibliográfico, como o estudo da lei nº 11.340/06, além de visita à Delegacia da Mulher e ao ITEP, havendo, ainda, um intenso levantamento, através da interrogação direta das pessoas cuja opinião se quer conhecer, e análise de vários casos exemplares, tanto apresentados por pessoas experientes, quanto encontrados durante o levantamento bibliográfico. Os estudos de caso possibilitam o conhecimento amplo e detalhado do tema, permitindo também um conhecimento direto da realidade; o que contribui para conferir o aspecto teórico do estudo.

(RESULTADOS) O estudo realizado mostrou uma grande mudança no que diz respeito ao papel da mulher na sociedade, e em consequência disto a ampliação de seus direitos, em particular em relação às políticas de enfrentamento da violência de gênero. No tocante ao reflexo da lei perante a sociedade é plausível afirmar que em setembro de 2007, ao completar um ano de vigência, a nova legislação trouxe como consequência prática o aumento dos feitos junto aos Juizados especializados em violência doméstica e familiar; apenas a Delegacia da Mulher da Ribeira, teve em média 294 processos por mês, totalizando mais de 3.531 neste período. Apesar do avanço, ainda existem companheiros agredindo e voltando a agredir companheiras, indiferentes à nova lei.

(CONCLUSÃO) Com a pesquisa realizada notamos que o modelo de família patriarcal ainda faz parte da realidade moderna, porém houve uma grande evolução da condição e papel da mulher perante a sociedade, pelo seu ingresso no mercado de trabalho e ganho de maior autonomia financeira, pelo advento da pílula anticoncepcional que permitiu a expressão de uma nova sensualidade, dentre outros fatores. Devido à solidificação dos seus direitos adquiridos, a criação da Lei Maria da Penha teve grande importância no sentido de dar suporte às mulheres vítimas da violência de gênero, o que incentivou estas a denunciarem seus agressores; crescendo assim o número de punidos. Tem-se, porém, que promover uma ampla divulgação da lei e disseminar uma cultura de não violência em relação à mulher.

A3 – DIREITO

LEI MARIA DA PENHA: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E APLICABILIDADE

*Joao Eduardo De Carvalho Costa
Hermano José De Castro Leite*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ivanaldo Bezerra Ferreira Dos Santos

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como escopo a análise da Lei Maria da Penha no que tange a sua constitucionalidade, como também examinar a sua aplicabilidade (através de dados nacionais e locais, de pesquisas), eficácia, competência jurisdicional, legitimidade e as suas críticas. A relevância do tema reside na dimensão decorrente das inovações trazidas pela lei 11.340/06, a qual propicia à mulher proteção contra a violência doméstica e familiar historicamente sofrida por ela. Ademais, o tema em análise está intrinsecamente relacionado aos direitos humanos, pois a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui violação aos direitos humanos.

(METODOLOGIA) Partiu-se, primeiramente, da análise doutrinária acerca da constitucionalidade da lei 11.340/06, tendo sido coletado dados (Revistas Jurídicas Consulex, Folha de São Paulo, sítio www.jus.com.br) e pesquisas (Ibope/Themis), acerca da sua aplicabilidade, do número de Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher criados até o final do semestre do corrente ano, o percentual de mulheres vítimas de violência doméstica, o número de denúncias de violência doméstica registrada anualmente, o percentual do PIB brasileiro consumido no tratamento de vítimas da violência doméstica e o percentual de mulheres grávidas vítimas de violência doméstica. Em âmbito local, foi realizada entrevista com a juíza titular do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de Natal, em que se coletou a demanda de processos instaurados, o percentual das vítimas que desistem de prosseguir com as ações, bem como os motivos que as levam a tal desistência, aspectos relacionados com a competência para processar e julgar os feitos e eficácia (na prática) das medidas protetivas asseguradas na lei 11.340/06.

(RESULTADOS) Constatou-se que, em sede doutrinária, a lei é majoritariamente tida como constitucional, em face da evidente necessidade de propiciar proteção/tratamento especial à mulher vítima de violência doméstica e familiar. Quanto aos dados coletados, em âmbito nacional, tem-se que: 68% da população brasileira conhece a lei, dos quais 83% reconhecem a sua eficácia no enfrentamento à violência doméstica e guarida da unidade familiar; 25% das mulheres são vítimas de violência doméstica; 33% da população feminina admite já ter sofrido algum tipo de violência doméstica; em 70% das ocorrências de violência doméstica contra a mulher, o agressor é marido ou companheiro; os maridos são responsáveis por mais de 50% dos assassinatos de mulheres e, em 80% dos casos, o assassino alega defesa da honra; 1,9% do PIB brasileiro é consumido no tratamento de vítimas da violência doméstica; 11% das mulheres foram vítimas de violência durante a gravidez e 38% delas receberam socos e pontapés na barriga; São registradas por ano 300 mil denúncias de violência doméstica. Verificou-se também que até março de 2008 havia 18 Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no país. Ao final do primeiro semestre, esse número aumentou para 35 juizados. Em âmbito local, constatou que cerca de 30% das mulheres desiste de prosseguir com a ação. A demanda atual é de 1.402 processos. Mensalmente, o número gira em torno de 50 novos processos.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que, de acordo com os dados colhidos nas pesquisas e análises doutrinárias realizadas, a Lei Maria da Penha é constitucional, na medida em que é imprescindível a proteção especial conferida à mulher. Não há, portanto, afronta ao princípio da isonomia, pois necessário tratar os desiguais proporcionalmente às suas desigualdades. Pelos dados reais, percebe-se o quanto as mulheres foram e são vítimas de violência doméstica e familiar, necessitando, assim, de mecanismos para coibi-la, notadamente, a lei 11.340/06. Constatamos também que a lei vem sendo em grande medida difundida e aplicada, seja em escala nacional, seja em escala local, através da criação dos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, os quais propiciam maior celeridade e segurança jurídica, simplificação de procedimentos judiciais e democratização do acesso à justiça.

A3 – DIREITO

LEI SECA: ÁLCOOL X DIREÇÃO

Fernanda De Fatima Medeiros De Azevedo

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Rita De Cassia De Andrade Silva

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A Lei Federal 11.705 de 2008, a Lei Seca, determinou que fosse punido aquele que for flagrado ao volante com mais de 0,2 gramas de álcool por litro de sangue. Partindo desse pressuposto, destaca-se aqui a importância da nova lei, que ao diminuir a margem de tolerância de 0,6 para 0,2 gramas de álcool por litro de sangue, realizou um verdadeiro “milagre”, diminuindo em 50 por cento o número de mortos e feridos nas estradas do Brasil, e ocasionando uma enorme economia de recursos brasileiros que deixarão de ser gastos em atendimento hospitalar. Em detrimento disto, esta pesquisa tem como objetivo analisar a influência da Lei Seca sobre a sociedade em geral e seu comportamento, bem como refletir sobre os reais efeitos causados pela vigência da nova Lei.

(METODOLOGIA) Para a elaboração deste trabalho de cunho acadêmico, foi utilizada uma pesquisa exploratória, de caráter bibliográfico e documental, a fim de identificar o real efeito da Lei Seca sobre a sociedade, bem como artigos e textos virtuais, que acrescentados a uma pesquisa estatística, ajudou a levantar e esclarecer importantes dados fatos para a realização da pesquisa.

(RESULTADOS) Devido à implementação da Lei Seca (Lei 11. 705/08), o Brasil que tinha um índice elevadíssimo de acidentes provocado por consumo de álcool, diminuiu em 50 por cento o número do acidentes e mortes nas estradas brasileiras. Comparando-se, assim, aos índices anteriores, são 50 mortes a menos por dia e 1.500 a menos em um mês inteiro. Se o efeito da Lei perdurar até 2009, serão 18 mil mortos e 200 mil feridos a menos do que o esperado. Além de uma economia de 12,5 bilhões em atendimento hospitalar. A entrada da Lei em vigor gerou uma conscientização da sociedade sobre o uso de álcool ao volante. E sobre tudo, com sua grande repercussão e a redução do consumo de álcool, verifica-se, conseqüentemente, a diminuição da violência em geral, principalmente doméstica.

(CONCLUSÃO) Com isso, é possível observar que após a implementação da Lei, houve uma considerável redução de acidentes de trânsito provocado pelo uso de álcool ao volante, bem como a diminuição da violência e dos gastos com atendimentos hospitalares. O dispositivo provocou também uma maior conscientização da população sobre a combinação: álcool e direção, e suas conseqüências. Ressalta-se ainda a importância de maior clareza dos governantes quanto à responsabilidade pública do Estado de mediar e regular os interesses provados com vistas a garantir os interesses coletivos e voltados para o bem comum.

A3 – DIREITO

LIMITAÇÃO DO USO DE ALGEMAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA DIGNIDADE HUMANA

*Lara raissa gama torquato rego,
Sofia Morais De Souza Freire
Márcia Gabriele De Araújo Melo*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Carlos Wagner Dias Ferreira

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Discute-se com base na Súmula Vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal, a respeito do uso de algemas no território nacional e sua repercussão no âmbito do Estado Democrático de Direito, tendo em vista a importância da efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana. Abordar-se-á, ainda, a punibilidade exercida contra certos agentes ou autoridades que façam o uso indevido de algemas, uma vez que tal ato pode ferir o princípio da dignidade humana e o da intimidade. Em contrapartida, o presente trabalho irá vislumbrar também, o grave quadro de insegurança jurídica que esta súmula pode gerar, devido às inúmeras possibilidades de interpretações que podem ser feitas sobre seu conteúdo.

(METODOLOGIA) O trabalho acadêmico em questão, teve como método um estudo de cunho qualitativo com base em vasta bibliografia, decisões jurisprudenciais, artigos virtuais e acadêmicos, bem como a análise constitucional da Súmula Vinculante supracitada.

(RESULTADOS) A partir do estudo do tema em comento, obteve-se como resultado que o conteúdo integral da referida Súmula Vinculante é: "Só é lícito o uso de algemas em caso de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado". Dada a abrangência e o teor da referida súmula, constata-se a existência de várias críticas que divergem a respeito da sua aceitação. Os que a defendem, entendem que o STF almejou coibir o emprego de algemas como forma de evitar o espetáculo que humilha e degrada o preso, dando efetividade ao Princípio da Dignidade Humana enquanto princípio basilar do Estado Democrático Brasileiro de Direito. Outros prezam pelo entendimento do Ministro Cezar Peluso que ressalta que o ato de prender um criminoso e de conduzir um preso é sempre perigoso, por isso a interpretação deveria ser feita em favor do agente, do estado ou da autoridade, o que deixa claro seu ponto de vista a respeito da necessidade do uso de algemas. Há ainda os que entendam pela inconstitucionalidade da Súmula, uma vez que ela não atendeu os vários requisitos impostos pelo art. 103-A da Constituição, quando deveria ter sido elaborada após reiteradas decisões sobre matérias constitucionais e não o foi. Outro fato importante é que essa Súmula, inspirada pela elogiável intenção do STF de dar concretude aos direitos do preso, previu, desnecessariamente, a responsabilidade penal, civil e disciplinar de quem fizer o mau uso de algemas, dispositivos estes já previstos tanto pela legislação, como pela Constituição Federal.

(CONCLUSÃO) Após a exposição do estudo predisposto, conclui-se que a súmula em questão tem por objetivo resguardar a dignidade humana dos presos, porém coloca em risco a segurança e o direito de ir e vir, que possuem as pessoas que circulam em fóruns criminais e funcionários do sistema de justiça criminal. Isto posto, foi levantada em diversas ocasiões, uma grande polêmica no que diz respeito ao objetivo da criação desta súmula, uma vez que não ficou claro para população se a limitação do uso de algemas, foi criada com intuito de proteger a dignidade humana dos presos, ou de resguardar as aparências de pessoas de alto nível social que cometem os chamados "crimes do colarinho branco".

A3 – DIREITO

PLURALISMO JURÍDICO COMO FORMA DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO NA CONTEMPORANEIDADE

*Arthur Paiva Alexandre
Cynthia Maria Santos Moura De Medeiros
Fabiana Marcelino Da Costa
Marcus Vinicius De Carvalho Praxedes
Matheus Felipe Martins Feitosa*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Rita De Cassia De Andrade Silva Advíncula
Anderson Leonardo De Oliveira Brito*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tratará de algumas reflexões teóricas acerca da crítica que hoje se constrói em torno do Monismo Jurídico, modelo ainda vigente nos dias atuais que atribui a produção do direito a uma fonte exclusivamente estatal. Igualmente, levantaremos uma discussão sobre as possibilidades de se definir uma proposta mais democrática para o Direito, fundamentando-se na tese defendida pela corrente teórica do Pluralismo Jurídico que prega a fuga do modelo estatal de resolução de conflitos para meios extrajudiciais e pacíficos como o exemplo da mediação, da conciliação e da arbitragem.

(METODOLOGIA) Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa, de caráter teórico e eminentemente bibliográfico, no qual foram levantadas, junto à literatura especializada, referências teóricas a respeito do tema proposto.

(RESULTADOS) Do estudo realizado, constatou-se que o Monismo Jurídico corresponde ao modelo normativo da modernidade, que tem fonte na produção estatal, surgindo na Europa entre o final do séc. XVI e início do séc. XVII. Seu conceito se constrói sobre as bases da ideologia liberal, que se consolida no século XVIII com a intenção de conduzir e firmar a nova classe burguesa insurgente no poder. Esse modelo jurídico começa a declinar a partir da Segunda Guerra Mundial devido ao surgimento de novos fatores como as novas necessidades sociais, a integração de mercados, as privatizações, e a reordenação do capital mundial, dentre outros. Partindo do pensamento de que a estrutura normativista do Direito positivo estatal não atende às necessidades do universo complexo das atuais sociedades que passam por novas formas de produção, torna-se necessária a construção de um novo paradigma de regulamentação que possa melhor solucionar as necessidades dessas comunidades. Verificou-se através deste tema, que o Pluralismo Jurídico busca amenizar o abismo existente entre o burocrático e excludente Direito oficial (ordenamento jurídico positivado) e uma grande parcela da população que vive à margem deste, já que nosso Direito estatal se mostra insuficiente e incompetente para resolver a totalidade dos conflitos existentes.

(CONCLUSÃO) Do que foi analisado anteriormente pode-se concluir que o que há hoje é um esgotamento do paradigma hegemônico do Monismo Jurídico, fazendo com que este não consiga oferecer soluções satisfatórias aos novos problemas emergentes, pois o Direito não se trata de um livro fechado de normas imodificáveis, mas sim é um sistema mutável. Diante disso, a chamada teoria crítica do direito, doutrina que estuda sistemática e cientificamente os focos da atual crise do modelo vigente, na busca de soluções racionais e efetivas para a realização do direito nesta dinâmica sociedade, aponta alguns caminhos para a fuga da crise e da estagnação. Dentre as alternativas apontadas, surge com grande respaldo doutrinário e científico a nova visão do pluralismo jurídico, sob uma forma progressista e democrática, eleita por muitos como a via de acesso a um novo paradigma da teorização jurídica, na medida em que mune a sociedade politicamente organizada de mecanismos mais eficazes e descentralizados para a solução de seus conflitos tão distintos. Sob a idéia de descentralização do poder estatal de dizer e aplicar o direito surge, sob a seara do pluralismo progressista, novos meios de jurisdicalização, as formas extrajudiciais de resolução de conflitos, uma inédita compreensão do direito e a busca da ruptura do paradigma monista e instrumentalista que pauta a teorização do direito estatal e ora vigente.

A3 – DIREITO

MANDADO DE INJUNÇÃO: INSTRUMENTO PÓS-POSITIVISTA DE CONCRETIZAÇÃO CONSTITUCIONAL

Sabrina Cavalcante De Macedo

Jaime Mariz De Faria Junior

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Lenice S. Moreira de Souza

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O mandado de injunção é um remédio constitucional criado pelo Poder Constituinte Originário com o propósito de garantir a concretização da norma constitucional de eficácia limitada. O objetivo deste trabalho consiste em apresentar o mandado de injunção como um instrumento pós-positivista capaz de transformar a sociedade através da aplicação efetiva dos princípios e valores constitucionais, sendo, portanto, de grande relevância social. **(METODOLOGIA)** Para alcançar nosso fim, fizemos um estudo de pesquisa bibliográfica, qualitativo e representativo sobre o tema, aliado a um levantamento jurisprudencial do Supremo Tribunal de Justiça. O trabalho traz uma breve abordagem sobre o pós-positivismo apontando suas principais características e seus ideais. Após essa rápida explanação, o foco passará ao mandado de injunção.

(RESULTADOS) O pós-positivismo, movimento constitucionalista pós-moderno, busca a concretização do Direito Constitucional, dando-lhe máxima eficácia. O Direito deixa de ser um discurso legitimador das forças sociais dominantes, passando a instrumento de transformação social. Significa dizer que, através de uma nova hermenêutica, os valores presentes na Constituição, antes percebidos como meros ideários, passam a objeto de concretização para o aplicador do Direito. Já o mandado de injunção, previsto no art. 5º, inciso LXXI, CF, constitui um remédio constitucional posto à disposição de quem se considere titular de qualquer daqueles direitos, liberdades ou prerrogativas inviáveis por falta de norma regulamentadora exigida ou suposta pela Constituição. Diferencia-se da ação de inconstitucionalidade por omissão pois, enquanto esta configura instrumento de controle abstrato da constitucionalidade voltado para a defesa ("integridade") da Lei Fundamental, o mandado de injunção consiste em um remédio constitucional voltado, primordialmente, para a defesa de direito constitucionalmente definido, buscando uma solução para o caso concreto. No tocante aos efeitos da decisão, são quatro as posições assumidas pelo Judiciário: concretista geral, na qual o STF legisla no caso concreto, produzindo a decisão efeitos erga omnes até que sobrevenha norma integrativa pelo Legislativo; concretista individual direta na qual a decisão constitutiva do direito valerá somente para o autor do mandado de injunção; concretista individual intermediária, na qual julgado precedente o mandado de injunção, o Judiciário fixa ao Legislativo prazo para elaborar a norma regulamentadora. Findo o prazo e permanecendo a inércia do Legislativo, o autor passa a ter assegurado o seu direito; e não concretista, aquela na qual a decisão apenas decreta a mora do poder omissor, reconhecendo a sua inércia. Apesar de o STF ter, no decorrer dos anos, se posicionado predominantemente pela posição não concretista, recentemente ocorreu uma virada jurisprudencial, surgindo uma tendência a posições concretistas por parte do STF.

(CONCLUSÃO) Com o novo caminho que vem sendo trilhado pelo STF, admitindo a possibilidade de decisão concretista para o mandado de injunção, acreditamos ser possível o desenvolvimento de uma nova Hermenêutica de características pós-positivistas, direcionada à criação de um Direito transformador, voltado à construção de uma sociedade regida pelo princípio da dignidade humana.

A3 – DIREITO

“O MANDADO DE SEGURANÇA NO ÂMBITO DO DIREITO DO TRABALHO”

*Ana Carolina Santos Duarte
Ilogna Ramayanne Silva
Sammara Costa Pinheiro Guerra
Jose Leto De Medeiros
Nairy Lizandra De Souza
Lívia Alves Pessoa*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Carlos Thompson Costa Fernandes
Marcelo Barros Dantas*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente estudo tem como objetivo evidenciar de forma concisa alguns aspectos relevantes do Mandado de Segurança no Direito do Trabalho. Mandado de Segurança é a ação civil de rito sumaríssimo pela qual a pessoa pode provocar o controle jurisdicional quando sofrer lesão ou ameaça de lesão a direito líquido e certo, não amparado por Habeas Corpus nem Habeas Data, em decorrência de ato de autoridade, praticado com ilegalidade ou abuso de poder. Este instituto é disciplinado pela Lei n.º 1.533/51, e está previsto no art. 5º, LXIX, da Constituição Federal de 1988. A competência para processar e julgar o Mandado de Segurança é definida em função da hierarquia da autoridade legitimada a praticar a conduta, omissiva ou comissiva, que possa resultar em lesão ao direito subjetivo da parte. Deste modo, no processo trabalhista, o Mandado de Segurança é o remédio adequado para situações em que não houver recurso judicial ou administrativo para se atacar determinada decisão ou ato que venha a lesar ou ameaçar de lesão o direito líquido e certo da pessoa. É competente a justiça do trabalho para processar e julgar o Mandado de Segurança, não só contra ato judicial prolatado em processo trabalhista originário da relação jurídica de emprego ou de trabalho, mas, também, contra ato administrativo que se enquadre no inciso VII, do art. 114, da CF, bem como contra ato praticado por autoridade da justiça do trabalho, desde que tal ato seja ilegal ou arbitrário e, viole direito individual ou coletivo, líquido e certo.

(METODOLOGIA) Trata-se de pesquisa qualitativa, a qual visa perfazer uma abordagem sobre os aspectos deste “remédio constitucional”, enfatizando a sua utilização no direito do trabalho, através de posicionamentos doutrinários. Para o desenvolvimento desse estudo e sustentação do nosso entendimento, usamos como fundamentação os dispositivos da Constituição Federal e da Consolidação das Leis do Trabalho, relacionados ao tema, além de leis esparsas e súmulas de tribunais.

(RESULTADOS) Segundo o douto Uadi Lammêgo Bulos, a finalidade desse instituto “é instrumentalizar o poder judiciário na luta contra a ilegalidade ou o abuso de poder, cometidos por autoridades públicas ou agente de pessoa jurídica, no exercício de suas atribuições”. Consoante à regra do art. 769 da CLT, que prevê a aplicação subsidiária do direito processual comum, e considerando a ampliação da competência da justiça do trabalho para processar e julgar os litígios decorrentes da relação do trabalho (art. 114, CF), há inúmeras ações no processo trabalhista que usam o Mandado de Segurança. A presença do Mandado de Segurança no processo trabalhista é mais intensa do que no processo comum, isso porque o recurso de agravo no processo trabalhista é bem mais restrito (art. 897, “a” e “b”, CLT), portanto, quando a parte se sentir prejudicada, sofrer ameaça ou violação de seu direito, por ato do Juiz poderá se valer do Mandado de Segurança.

(CONCLUSÃO) O Mandado de Segurança apresenta-se como garantia constitucional e o mais notável e eficiente instrumento processual na entrega da tutela jurisdicional. Com a prática, este instituto se moldou à sociedade cumprindo a finalidade para a qual foi criado, além de também poder ser utilizado em vários ramos do direito, como no próprio direito do trabalho. Conclui-se, assim, que trata-se de um instrumento normativo criado para proteger os direitos individuais e coletivos, e que enobrece o Estado brasileiro de uma eficiente e especial garantia, destinada a ser o grande acessório no amparo de todos os direitos líquidos e certos violados pelas mãos do Poder Público.

A3 – DIREITO

MOVIMENTOS SOCIAIS: O DIREITO DE PROPRIEDADE E A FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA - MST

*Januario Diniz Silva
Silvio Lamartine Sousa Paiva
Eric Torquato Nogueira
Raphael Carvalho Barreto
Rodrigo De Melo Rosado Soares
Yuri Araújo Costa*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Rita De Cássia De Andrade Silva
Carlos Wagner Dias Ferreira
Alan Dias Barros*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho visa fazer uma análise sistemática sobre atuação dos movimentos sociais rurais à luz do neo-constitucionalismo brasileiro, correlacionando o direito de propriedade privada ao Princípio da Função Social da Terra, além de dispor acerca das políticas de execução relacionadas à desapropriação de terras (com ênfase à Reforma Agrária). O tema exposto ganha relevância na medida em que se torna cada vez maior o número de conflitos existentes entre os integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST) e os proprietários rurais, ambos reivindicando a posse da terra. Entendendo-se a função social da propriedade, confirmada e especificada na Constituição Federal de 1988, como uma vitória da atuação dos movimentos sociais contra a estruturação do Estado capitalista, apresenta-se como objetivo do nosso trabalho observar quais os princípios de âmbito social e do direito a serem considerados, tendo como ponto principal a relação conflitante entre aqueles que buscam seus direitos legais, entendidos, neste caso, como direito de propriedade privada, em contraponto à função social da terra que tem no MST um dos sujeitos que a reivindica. **(METODOLOGIA)** Para atingir aos fins propostos pelo trabalho realizou-se um estudo de caráter teórico e qualitativo com nível exploratório e descritivo de investigação, no qual se fez necessário identificar qual o marco legal a respeito do tema, enfatizando a Constituição Federal e o Direito Civil, além de um levantamento documental e bibliográfico, cuja análise se deu a partir de diferentes enfoques literários.

(RESULTADOS) Dos dados teóricos levantados, constatou-se, baseado nas legislações brasileiras, que os proprietários têm garantido o direito de propriedade condicionado ao cumprimento da função social da terra, visto que tal direito é relativo e a propriedade é inderrogável. Verificou-se que a luta pela terra é um meio de garantir o sustento próprio e cobrar do Estado o cumprimento da legislação, bem como forçar a elaboração de uma nova Reforma Agrária.

(CONCLUSÃO) Diante do exposto, é notório perceber que a defesa da propriedade é um direito tutelado e que o direito de propriedade, apesar de garantido, apenas ocorrerá se houver o atendimento a sua função social. O descumprimento dessa prerrogativa gera invasões por trabalhadores rurais, ressaltando-se que a disputa pela terra não pode acontecer de forma violenta e desumana, com uso indiscriminado da força em desrespeito ao direito à vida, seja por parte do proprietário ou do invasor. Dessa forma, deve-se assegurar os direitos inerentes a cada um, inibir os atos e as ações consideradas ilegais, estejam estas relacionadas a invasões ou a proteção da propriedade.

A3 – DIREITO

MULHERES ENCARCERADAS EM DELEGACIAS: DESRESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS

*Fabian Sândoli Da Silva
Arthur Rodrigo De Menezes*

*Ilana Do Nascimento Rêgo
Edivaldo Cesar Menezes De Oliveira*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Rita Andrade
Ana Paula Cacho*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente projeto tem como objetivo abordar a questão da mulher encarcerada em delegacias da grande Natal procurando analisar a importância da aplicação dos preceitos estabelecidos na Lei de Execuções Penais para promover a reabilitação e dignidade dessas mulheres. O tema em pauta tem fundamental importância por ser a população carcerária feminina um segmento que requer tratamento especial em virtude das especificidades do gênero tais como gravidez, parto e amamentação durante o período de encarceramento. Portanto, faz-se urgente levantar alguns questionamentos acerca dessa Lei tão necessária a ressocialização da delinqüente, e, no caso particular desse estudo, levantar questionamentos que se referem aos direitos das mulheres encarceradas.

(METODOLOGIA) Trata-se um estudo teórico bibliográfico feito em livros, artigos de revistas, informações obtidas na internet e bem como da observação direta, coleta de dados e a aplicação de questionários com as presas provisórias da 2ª Delegacia de Polícia de Parnamirim/RN. O assunto a ser abordado se insere nos campos do Direito, da Sociologia e da Psicologia.

(RESULTADOS) a presente pesquisa pretende chamar atenção para a situação de superlotação, da falta de assistência médica, condições estruturais do cárcere e as questões de gênero presentes no cotidiano da mulher encarcerada em Delegacias e contribuir com as autoridades responsáveis para a implantação de mudanças necessárias para que os direitos dessas mulheres sejam respeitados. Não se trata de privilégios, mas da aplicação da lei e das garantias.

(CONCLUSÃO) O problema da pena privativa de liberdade tem se mostrado preocupante porque o sistema prisional brasileiro se revela caótico, onde os estabelecimentos prisionais se encontram sempre superlotados, chegando inclusive a superlotar locais inadequados, como é o caso das celas das delegacias de polícia. Essa falha se mostra mais preocupante ainda quando se trata de delinqüentes do sexo feminino visto que, necessitam de tratamento especial, devido às peculiaridades do gênero, como gravidez e parto no período do encarceramento. Diante desse quadro esse projeto buscará conscientizar a sociedade e as autoridades da necessidade da aplicação da Lei de Execuções Penais em sua totalidade, ou seja, pretende mostrar que é preciso que ela deixe de ser uma utopia jurídica em nossa sociedade e passe a atuar na realidade prática.

A3 – DIREITO

NORMA E SANÇÃO: A OMISSÃO DO ESTADO COMO OBSTÁCULO À CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO

Luciana Karla De Lima França

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Lenice Silveira Moreira

Pablo Moreno Paiva Capistrano

François De Oliveira Ferreira

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A visão do fenômeno jurídico não pode ser completa se não for acompanhada pela noção de Estado e seus fins. O Poder Político, através do controle e aplicação da produção jurídica, vai permitir que o Direito cumpra o seu papel de realizar a justiça. A maioria das normas para o exercício dos direitos já existem, Contudo, o próprio Estado é normalmente omissor, tanto no cumprimento quanto na instrução dos cidadãos, a respeito das normas, comprometendo a garantia na realização da justiça. Nesse contexto, objetiva-se com a presente pesquisa analisar como a omissão do Estado se reflete na condição de vida do cidadão e em particular nos seus direitos sociais.

(METODOLOGIA) Este trabalho baseou-se tanto em pesquisas bibliográficas, como também, na leitura de textos relacionados à realidade social vigente, o que possibilitou o levantamento de matérias relevantes para o desenvolvimento do Estudo.

(RESULTADO) As grandes revoluções levaram a constitucionalização dos Direitos Fundamentais. Passou-se a exigir do Poder Público certas prestações materiais, devendo o Estado, através de leis, atos administrativos e da criação real de instalações do serviço público, proporcionar a efetivação dos direitos pré-estabelecidos. A onda de violência é um dos fatores que impulsiona a reflexão a cerca da importância da garantia das necessidades básicas para a formação do indivíduo. Especificamente, os Direitos Fundamentais Sociais tem provocado debates no que diz respeito à eficácia e efetivação do Direito. Questiona-se o empenho dos poderes públicos tanto na implantação de políticas que realmente satisfaça aos fins positivos indicados, quanto no controle de tais políticas. Mesmo depois de uma década da formalização dos catálogos de Direitos Fundamentais na Carta de 1988, ainda não é possível ver a efetivação desses direitos. As normas existem e não são concretizadas. A grande maioria dos serviços que deveriam ser prestados aos cidadãos, ou estão funcionando de forma bastante precária, ou, em muitas realidades sociais, estes nem se quer existem. Na visão de alguns autores, a falta de efetivação das garantias sociais está na atuação fiscalizadora entre os poderes.

(CONCLUSÃO) É reconhecida a importância do Estado para manutenção da ordem. No entanto verifica-se sua omissão enquanto garantidor do bem comum. Os representantes do Poder Político querem deixar transparecer que o setor público brasileiro apresenta entidades que se revelam organizações de primeira linha com administração sofisticada. Tal aparato não nos adianta uma vez que nos deparamos com a saúde pública desastrosa, educação deficitária e muitas outras situações de profundo desrespeito ao ser humano. O poder Público, totalmente omissor, garante a flexibilidade de suas ações e age convenientemente aos interesses de uma minoria. Posiciona-se como mero espectador, enquanto os indivíduos vivem num caos social. É necessária a real concretização do Direito para recuperar a confiança dos cidadãos na ordem jurídica como um todo. Portanto, compete ao Estado, na figura dos três poderes, estabelecer medidas enérgicas para o cumprimento de políticas públicas que venham a garantir as condições do mínimo existencial.

A3 – DIREITO

NOVA LEI DE DROGAS: DESCRIMINALIZAÇÃO, LEGALIZAÇÃO OU DESPENALIZAÇÃO DO CONSUMO PESSOAL?

Djanirito De Sousa Moura Neto

Fábio Sousa De Medeiros

Fernanda De Medeiros Farias

Maximiliano Serrano Soares

Neilton Santana Filgueira De Lucena

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Rita De Cássia De Andrade Silva Advíncula

Alexandro Gomes Bezerra Dos Santos

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho pretende esclarecer as dúvidas advindas da atual problemática gerada com a modificação da Lei 11. 343/ 2006, em seu artigo 28, referente à diferente punição para os usuários e traficantes de tóxicos ilícitos, explicando as diferenças jurídicas entre os termos: descriminalização, legalização e despenalização e quais os efeitos de suas diferenças para a nova lei de drogas e usuários.

(METODOLOGIA) Trata-se de pesquisa bibliográfica de nível exploratório e descritivo, fundamentada em artigos acadêmicos e de doutrinadores especializados no referente tema através dos quais se realiza uma análise comparativa dos distintos usos atribuídos aos termos supra e seus significados jurídicos.

(RESULTADOS) Com a nova lei de tóxicos, publicada no Diário Oficial, em 24 de agosto de 2006, usuários e dependentes passam a receber tratamento diferenciado do que é dado aos traficantes, uma das principais mudanças é que quem “adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou portar consigo droga para consumo pessoal”, sem autorização legal, não poderá mais ser preso. A nova lei, descriminalizou formalmente (continua ilícito, mas deixa de ser “crime”) a conduta da posse de droga para consumo pessoal. De modo algum é permitida a pena de prisão ao infrator, a sanção para esse tipo de ilícito passou a ser mais branda, e, portanto, não despenalizada.

(CONCLUSÃO) Como consequência da descriminalização formal, o usuário já não pode ser chamado de “criminoso”, ele é autor de um ilícito, pois a posse da droga não foi legalizada. A partir de então, o usuário pego em flagrante, estará sujeito a medidas sócio-educativas como por exemplo, advertência sobre os efeitos da droga, prestação de serviços à comunidade e participação em programas ou cursos educativos, aplicadas por juizados especiais criminais.

A3 – DIREITO

NOVO CONSTITUCIONALISMO: FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO

*Narayama Henriques Costa
Jullyana Kelly De Macêdo Cavalcante
Lara Rosalle Fonseca Xavier
Glaco José Borja Sena
Isabel Cabral Rocha De Medeiros*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Rita De Cássia Andrade Silva Advíncula
Alan Dias Barros*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem por escopo realizar um estudo sobre o Constitucionalismo Contemporâneo e a sua influência fundamental para o advento do Estado Democrático de Direito. Desta forma, também pretende explanar que o constitucionalismo fez nascer um sentimento constitucional que gerou a valorização de Princípios Constitucionais antes não abonados pelas Constituições e legislações infraconstitucionais anteriores às grandes guerras. Desenvolver-se-á tal estudo de forma interligada à força normativa da Constituição, não só a Constituição brasileira, mas também as demais, força esta adquirida apenas através da reconstitucionalização que foi o objetivo máximo de diversos movimentos no mundo inteiro, a fim de se buscar uma organização política democrática. Ante o exposto pode-se afirmar que se pretende desenvolver e explicar o paralelo existente entre o Constitucionalismo Contemporâneo – neoconstitucionalismo – e a força normativa que a Constituição vem conseguindo alcançar nos últimos tempos.

(METODOLOGIA) Para os fins deste estudo, foi realizada uma pesquisa de caráter teórico, qualitativo e de procedimento histórico-bibliográfico, desenvolvido com base em material literário.

(RESULTADOS) Através do levantamento de dados realizados constata-se que o pós-guerra fez surgir uma necessidade de valorizar os princípios constitucionais, principalmente aqueles ligados à dignidade da pessoa humana, e dar-lhes eficácia normativa. Percebe-se que se fez necessário desviar o centro do Direito, dos códigos monopolíticos, para a Constituição que passou a ser o alicerce e o núcleo dos direitos e garantias fundamentais, sendo tal processo constitucionalista o responsável pelo surgimento do Estado Democrático de Direito. Verificou-se a necessidade de buscar algo que pudesse ser o centro do ordenamento jurídico que fundamentasse todos os ramos do Direito, sendo assim, esse dever passou a pertencer a Constituição, atribuindo-lhe uma força normativa que antes não possuía.

(CONCLUSÃO) Desta forma, afirma-se que o cerne do Direito Contemporâneo e, portanto, do Estado Democrático de Direito é a Constituição e esta vem adquirindo eficácia normativa sendo a principal responsável pelo processo de redemocratização ocorrido na maior parte do mundo. Através da Constituição temos garantidos diversos direitos antes não valorizados, direitos estes fundamentados e que estão presentes nos princípios que regem toda a ordem social e jurídica. Assegura-se que a eficácia normativa da Constituição é demonstrada através da força que os cidadãos possuem na contribuição das decisões tomadas em seu país, seja através de referendo, plebiscitos ou eleições. O importante é que essa nova perspectiva constitucional está assegurando à Constituição a eficácia normativa e a força vinculante necessária a fim de garantir que seus preceitos sejam respeitados e cumpridos. Desta forma, todos serão tratados de forma isonômica, para assim, conseguir assegurar a justiça, que é o dever supremo da Constituição de qualquer país.

A3 – DIREITO

O ABORTO E A ANENCEFALIA: UMA ANÁLISE JURÍDICA

Rebeca Tindô Ferreira Da Silva

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ana Paula Cacho

Alan Dias Barros

Anderson Leonardo De Oliveira Brito

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Diante de tantas transformações científicas e da evolução do Direito, o qual procura adequar-se conforme o desenvolvimento da sociedade, ainda existem questões a serem analisadas, repensadas e até mesmo, modificadas, para que haja uma melhor condição de vida. Então, diante do exposto, este trabalho pretende analisar a questão e sugerir caminhos, tendências, etc. para esse caso tão conflitante que é o aborto de anencéfalos, o qual acaba gerando uma colisão de direitos fundamentais, o direito à vida e o direito de livre escolha da gestante. Tentar perfazer uma solução absoluta é uma atitude imprudente. Pretende-se contribuir para a solução do tema, não trazer a própria solução. **(METODOLOGIA)** Para a elaboração do trabalho, foram examinadas as doutrinas jurídicas mais recentes, principalmente nas esferas cível e penal. Na esfera cível, buscou-se observar a posição do nascituro para o Direito. No âmbito penal, as tendências com relação à criminalização do aborto e a possível descriminalização do aborto em caso de anencefalia. Com um resgate histórico, buscou-se analisar o aborto e o nascituro à luz do Direito Romano, por ser a base do nosso ordenamento jurídico. Além disso, foram realizadas pesquisas em livros de Direito Romano comparado, Introdução ao Direito, Direito Civil – Parte Geral, Direito Penal – Parte Especial e Direito Processual Civil. Também foi utilizada a internet como ferramenta para extrair dados estatísticos que demonstram a posição dos juristas e dos cidadãos a respeito do aborto, notadamente quando o feto é anencefálico. Consiste em uma análise situacional da legalização do aborto de anencéfalos, bem como a legislação e a consulta pública realizada recentemente pelo STF, onde tramita a ADPF-54, a qual tem como argüinte a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde (CNTS). **(RESULTADOS)** As doutrinas majoritárias defendem a legalização do aborto de fetos anencéfalos. No entanto, uma pesquisa recente de opinião pública realizada pelo Instituto de Pesquisas Datafolha, revela que 68% dos brasileiros considera que a lei que regulamenta o aborto no país atualmente deve continuar como está. Um estudo realizado em 2005 pelo Centro de Pesquisas em Saúde Reprodutiva de Campinas com os promotores de justiça revelou que 85,3% apontaram o diagnóstico de anencefalia como circunstância em que o aborto deve ser permitido. Em 2006, um estudo semelhante foi realizado com os magistrados, revelando que 79,2% apontaram a anencefalia fetal como circunstância excludente de ilicitude do aborto. **(CONCLUSÃO)** Dos resultados obtidos, é clara a adesão à legalização, à descriminalização do aborto de fetos portadores de anencefalia, para evitar o sofrimento tanto da mãe como do feto. O feto tem o direito à vida, porém, quando o tempo de vida é abreviado, durando, no máximo uma semana, sendo inviável, é digno interromper essa gravidez, como forma de mitigar o sofrimento da mãe, que saberá que está gerando uma criança sem cérebro e que morrerá logo ao nascer, sendo uma flor que já nascerá murcha. Todavia, a gestante deve ter o direito de escolha. Sendo a anomalia diagnosticada por um médico, a mãe, de acordo com suas convicções, bases religiosas e psicológicas, optará por interromper a gravidez ou não. A descriminalização da interrupção de gravidez de feto anencefalo servirá como um amparo à mãe que escolher mitigar sua dor.

A3 – DIREITO

O CASAMENTO ENTRE CASAIS HOMOAFETIVOS: REFLEXÕES HISTÓRICAS DESDE À ANTIGUIDADE ROMANA À CONTEMPORANEIDADE

Fernanda Colanzi Da Cruz

Kelly Larissa Moraes Figueiredo De Mendonça

Rebeca Passos De Albuquerque

Maria Tereza Saraiva De Araújo Santos

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ana Paula Cacho

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Não se sabe ao certo a origem da homoafetividade, assim como a união de pessoas sem diversidade de sexo. Porém, temos relatos que essa prática está presente nas sociedades desde a Antiguidade Romana, na qual, ainda que fosse uma prática censurável, era considerada comum. Com a disseminação do Cristianismo, esse exercício, além de ilegítimo, tornou-se uma afronta à moral, dando origem a um preconceito que perpetua até os dias atuais. Hodiernamente, a relação homossexual é um fato social, sendo necessário, portanto, que haja o reconhecimento jurídico de tais uniões. Considerando, que as bases do casamento sofreram muitas mudanças ao longo do tempo junto ao conceito de família, o objetivo da presente análise é afirmar que a não legalização deste tipo de casamento, como uma instituição de fato, é negar o princípio da dignidade humana, fundamentado pela Carta Magna, bem como o princípio de isonomia assegurado pela Constituição Federal Brasileira de 1988.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa é de caráter bibliográfico e descritivo, contando com a análise de juristas especializados no assunto. Há, ainda, a reflexão do tema à luz dos princípios assegurados pelos direitos fundamentais da pessoa humana, presentes na Constituição Federal, com estudos literários do Direito de Família. Além disso, consultamos a jurisprudência nacional sobre a referida questão de pesquisa.

(RESULTADOS) Apesar de amplamente discutidas, as uniões formadas por pessoas do mesmo sexo ainda não encontraram seu espaço na legislação brasileira, seja em sede constitucional ou infraconstitucional. De acordo com Maria Berenice Dias, a sexualidade integra a própria condição humana. Portanto, é totalmente incoerente o preconceito quanto às diferentes relações afetivas, devendo haver um abandono do conservadorismo, envolto em uma ideologia machista. Segundo os dados da Anistia Internacional, mais de 70 nações tipificam a homossexualidade como crime, e, em 30 países, foram verificados abusos aos direitos humanos dos homossexuais, entre eles o Egito, os países islâmicos e muçumanos. Contudo, os Estados modernos convergem a respeito do direito individual e inviolável e à aceitação das diferentes orientações sexuais, e aos desejos que delas são próprias, reconhecendo e regulamentando juridicamente tais uniões. Alguns dos países pioneiros nessa evolução foram: Dinamarca, Suécia, Islândia e Holanda, que se destaca por ser o principal país que reconhece a possibilidade de casamento, denominado Same-Sex Marriage. Portanto, a questão conta com um arcabouço jurídico que propicia a efetiva legalização de um contrato institucionalizado, como o casamento, no Brasil. Não obstante, já existe jurisprudência tratando de uniões homossexuais e expandindo, também, direitos constitucionais. Todavia, ainda não há um posicionamento definitivo do Poder Legislativo nesse sentido.

(CONCLUSÃO) Negar o direito do casamento às pessoas do mesmo sexo é desconsiderar a realidade social. Os princípios da isonomia e da dignidade humana impõem uma revisão do sistema jurídico, que deve passar a observar os aspectos pessoais e psicológicos do indivíduo, abandonando padrões de comportamento idealizados. Com o atual conceito de família, em que a significância recai sobre o comprometimento de seus membros e não mais sobre a reprodução, visando à perpetuação da cultura familiar; é necessário que haja um tratamento legislativo adequado às bases do constitucionalismo moderno em consonância com a idéia de concretização dos direitos fundamentais.

A3 – DIREITO

O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E OS PLANOS PRIVADOS DE SAÚDE NO BRASIL: UM OLHAR JURÍDICO SOBRE A QUESTÃO

José Roberto Silva

Discente do Curso de Direito da Faculdade Câmara Cascudo

Orientador:

Vander Lima Silva De Góis

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Esta pesquisa tem por objetivo fundamental discutir a importância do Código de Defesa do Consumidor, (Lei 8.078/90), como instrumento que tutela e garante reais defesas na efetivação e concretização do Direito Fundamental à saúde, correlacionando-o com a Constituição Federal de 1988, Arts. 196 a 200, no fenômeno de Constitucionalização do Direito Civil Brasileiro, bem como com a Lei 9.656/98, Lei dos Planos Privados de Assistência à saúde no Brasil e a MP nº 2.177/44 de 2001. O Direito à Saúde é um Direito Fundamental, Social e Humano que é garantido pela Constituição Federal; Outro ponto atacado neste presente trabalho é a respeito da transição do Estado neoliberal para o Estado de Democracia Social e qual as repercussões na Política de Saúde Brasileira; Neste diapasão discuti-se o papel do Instituto de Defesa do Consumidor na reação da mercantilização da saúde; a cobertura obrigatória de procedimentos em saúde e a crescente Judicialização da Saúde no Brasil.

(METODOLOGIA) Fez-se um olhar crítico e reflexivo sob uma perspectiva histórica dos avanços e retrocessos da abrangência da saúde no Brasil Através de pesquisa exploratório-descritiva, baseado em dados bibliográficos, buscou-se analisar, sob a ótica jurídica, o panorama hodierno marcado pela dubiedade do impasse entre a saúde pública e a saúde privada, ressaltando-se a importância do Código do Consumidor na tutela deste Direito Humano: a saúde.

(RESULTADOS) A Constituição Federal autoriza a implementação de uma saúde suplementar privada no País; o Desafio do presente trabalho é dar um olhar crítico e uma visão global sobre a temática, refletindo-se até que ponto esta prerrogativa neoliberal é interessante para a implementação de uma saúde de qualidade e concreta para todos os brasileiros.

(CONCLUSÃO) As conclusões são de que o Código de Defesa do Consumidor é uma legislação avançada que dá uma maior garantia na luta pela efetivação do Direito à saúde; As crescentes ações contra os Planos Privado de Saúde refletem o nível de insatisfação e a desumanização das relações e prestações de saúde no Brasil; tendo em vista que o processo de Judicialização da Saúde tem um efeito artificial; tendo por um olhar jurídico crítico de que deveria haver um respeito ao consumidor, hipossuficiente e na maioria das vezes altamente vulnerável quanto a relação contratual; Logo é de se admitir a interferência do Judiciário tanto numa maior garantia do Direito à saúde de qualidade, como na luta pelo Direito de efetivação de políticas públicas tanto para a saúde pública, como para a organização ética da saúde privada de qualidade no País.

A3 – DIREITO

O CONTRATO DE EMPREITADA NA CLT E A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO À LUZ DA EC 45/04

*Danilo Sabino Labanca
Débora Guedes De Carvalho Soares
Fernando Antônio Pereira Gomes Júnior
Roberta Gomes Barbosa*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Marcelo De Barros Dantas

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A caracterização do contrato de trabalho por meio do vínculo de subordinação jurídica configura-se suficiente para distingui-lo do contrato de empreitada. Tal concepção pode ser duvidosa, deste modo, faz-se necessário explanar a transferência, a partir do advento da Emenda Constitucional 45/04, da competência da Justiça Comum para a Justiça do Trabalho no tocante à responsabilidade decorrente da relação trabalhista, bem como analisar a OJ nº. 191 da SDI-I do TST em relação à tal responsabilidade, com o fim de esclarecer e facilitar o entendimento e a visualização do assunto em destaque. **(METODOLOGIA)** Através de conceitos encontrados nas mais variadas doutrinas, bem como analisando a CLT e o Código Civil de 2002, foi possível esclarecermos a distinção entre o contrato de trabalho e o contrato de empreitada, citando as principais características de cada um. No que tange à competência da Justiça do Trabalho, para chegarmos aos resultados desejados, necessário se fez observar tanto a mudança do art. 114 da Constituição Federal, com o advento da Emenda Constitucional 45/04, quanto a Orientação Jurisprudencial nº. 191 da SDI – I do Tribunal Superior do Trabalho.

(RESULTADOS) A partir das observações tomadas com base na análise da Consolidação das Leis do Trabalho e do Código Civil podemos apontar algumas diferenças existentes entre o Contrato de Empreitada e o Contrato de Trabalho, sendo a maior delas a não-subordinação no Contrato de Empreitada, sendo esta característica essencial ao Contrato de Trabalho. Além disso, suas remunerações são distintas, de modo que no contrato de trabalho a remuneração é proporcional ao tempo trabalhado, enquanto no de empreitada não se leva em conta tal condição, devendo-se ter em vista a obra ou peça a ser construída. Outra característica que serve para distingui-los gira em torno da finalidade de cada contrato: naquele regido pelo Código Civil, visa-se o resultado do trabalho, ou seja, a conclusão da obra, já no contrato regido pela CLT, tem por fim a prestação de serviço (trabalho). No tocante à análise da competência, percebemos que a Emenda Constitucional no 45/04 acrescentou algumas atribuições à Justiça do Trabalho, dentre elas as que tangem a relação de trabalho decorrente do contrato de empreitada. Em relação à responsabilidade decorrente da referida relação, temos que citar a Orientação Jurisprudencial nº. 191 da SDI – do Tribunal Superior do Trabalho, sendo ela responsável, devido à inexistência de previsão legal, por dizer não ensejar responsabilidade solidária entre o dono da obra e o empreiteiro.

(CONCLUSÃO) Com base nos resultados obtidos, vimos que, o Contrato de Empreitada se diferencia do Contrato de Trabalho em diversos aspectos. Também foi possível observar, antes da Emenda Constitucional no 45/04, que a competência da Justiça do Trabalho era bastante limitada, tendo sido expandida, de modo que todas as relações de trabalho devem ser regidas pela Justiça Trabalhista, como podemos perceber nos incisos do art. 114 da Constituição Federal. Além disso, por falta de disposição legal, é de grande importância perceber que o Contrato de Empreitada, segundo a Jurisprudência do TST, não gera responsabilidade solidária entre os contratantes.

A3 – DIREITO

O CUSTO DA VIDA: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO NO ÂMBITO DO JUDICIÁRIO NORTERIOGRANDENSE

Ítalo Augusto Costa Medeiros De Oliveira

Daniela Carvalho De Lima Nobre

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Rita De Cássia De Andrade Silva

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Este trabalho tem como objetivo analisar, do ponto de vista jurídico, a aquisição de medicamentos de alto custo através do judiciário, e mostrar quão problemático são o assunto, apontando sua relevância dentro do estado do RN. Percebe-se que muito se tem debatido sobre a questão da obtenção de desses medicamentos, prescritos com a finalidade de garantir cura ou, ao menos a sobrevivência do paciente. Muitos dos pacientes que não dispõem de recursos suficientes recorrem à justiça para ter acesso ao medicamento, porém, cada vez mais difícil é consegui-los, já que tanto o município, o estado e a União ficam repassando a obrigação de fornecimento desses medicamentos, de um para o outro. Ainda a cerca do assunto, questiona-se os argumentos do Estado, como os Princípios do mínimo existencial e o da reserva do possível, que são alegados como forma de obstar a aquisição dos medicamentos. Por fim, se faz uma reflexão sobre a Jurisdização da saúde e seus efeitos dentro do pensar jurídico no RN. Percebe-se também a tendência do provimento das ações propostas no judiciário sobre este tema, mas a também ineficiência na hora do fornecimento dos medicamentos.

(METODOLOGIA) Para os fins deste estudo, realizou-se uma pesquisa de caráter teórico, qualitativo e de procedimento bibliográfico, desenvolvido com base em material acadêmico, doutrinário e jurisprudencial a cerca do tema, além de entrevistas com médicos e advogados especializados na área. Ainda se faz uma busca sobre a questão desde a criação do Sistema Único de Saúde, suas premissas e ordenamentos, bem como, uma visão sobre a questão dentro do pensamento constitucional brasileiro. Estuda-se também a política de distribuição de medicamentos do governo e suas peculiaridades, como cadastramento das drogas e pesquisas sobre a funcionalidade do remédio para os casos em concreto.

(RESULTADOS) Foi percebido que a aquisição de tais medicamentos no RN é de fato ainda uma atividade muito penosa para aquelas que necessitam, sendo uma ação demorada e muitas vezes infrutífera. Mesmo quando se ganha, na justiça, o direito à prestação, o fornecimento, muitas vezes se dá de forma equivocada ou não mais a tempo de beneficiar o doente.

(CONCLUSÃO) Por fim, acredita-se que a implantação de uma nova dinâmica para o fornecimento de tais medicamentos se faz necessária, respeitando acima de tudo a dignidade da pessoa enferma. Entende-se também que atualmente tal sistema é falho e desrespeitoso, além de ser de difícil acesso para pessoas mais humildes. Também se percebe que a prestação do direito à saúde, sempre acaba por ser barreado pelas limitações de cunho material e/ou financeiro, que limitam a atuação da Administração Pública, isso sem mencionar as questões específicas quanto ao orçamento limitado da saúde. Destarte, entende-se que o estado só poderá programar as políticas públicas dentro de sua capacidade financeira, subordinando a efetiva aplicação do direito à saúde ao princípio da reserva do possível, mesmo que este não deva ser o um empecilho à salvaguarda do mínimo necessário para garantir a dignidade humana, devendo se buscar um equilíbrio entre os dois. E lembrando sempre que a atuação judicial não pode ser tida como uma intromissão que impeça os dirigentes da saúde de planejar melhor a gerência da oferta de medicamentos complexos ou de alto custo para atender às necessidades da população.

A3 – DIREITO

O DIREITO COMO CIÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE A HISTORICIDADE DO FENÔMENO JURÍDICO

*Caroline De Castro Alencar Amorim
Lorena Barreto Vasconcelos
Samuel Germano De Aguiar Júnior
Sâmela Rayane Marques De Paiva*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Ana Paula Cacho
Lenice Silveira Moreira De Moura
Maria Aparecida F. Trindade
Pablo Capistrano*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Estudando o Direito como Ciência, compreende-se a forma de conhecimento positivo da realidade social, segundo normas ou regras tornadas objetivas, as quais refletem uma concepção do fenômeno jurídico no espaço e no tempo. O Direito é o objeto da ciência, que tem por finalidade o ordenamento social, na busca pelo controle dos conflitos sociais pelo Estado. Nessa Ciência existem vários aspectos entrelaçados, como as normas, os princípios, a jurisprudência, a lei, entre outros. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é demonstrar a Ciência do Direito na realidade social, perfazendo uma análise multidimensional do fenômeno jurídico. O enfoque principal deste trabalho é demonstrar que o Direito Moderno tem suas bases alicerçadas na historicidade das relações sócio-jurídicas desde a antiguidade, as quais refletem realidade social em constante movimento. **(METODOLOGIA)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, embasada em referenciais clássicos, como Aristóteles e Miguel Reale, bem como outros autores, a exemplo de Venosa.

(RESULTADOS) Podemos constatar, em face do estudo realizado, que o Direito é, ou deve ser puro e justo a fim de proporcionar à sociedade uma ordem e um bem-estar social. O objetivo do Direito é ser a ciência do ordenamento. Como disse o grande filósofo Aristóteles, “é a arte do bem e do mal”, que surge para pacificar a convivência em sociedade, impondo regras e princípios que devem ser seguidos. Ao contrário disso, haverá punições, as quais serão ditas de acordo com o teor do “crime” cometido contra a própria sociedade. O principal objetivo do ordenamento deve ser buscar a justiça, que é uma característica difícil de ser alcançada, pois o que é justiça para uns é injustiça para outros, dependendo do grau de interesse que existe, mas é almejada em todas as sociedades do mundo. Por isso, esta justiça é colocada na mão da “minoridade”, que deve ser o “poder” escolhido pelo povo, para que procurem fazer o melhor para todos, sem que afete o Direito.

(CONCLUSÃO) Por fim, concluímos que o Direito é, sem dúvida, necessário. Uma sociedade não subsiste sem ele, assim como uma Constituição não é considerada Constituição se não possuir os Direitos e Garantias Fundamentais. Trata-se de um fenômeno histórico que não se apresenta isoladamente, já que é contextual e multidimensional, nos outorgando a noção do que é correto, justo. O Direito, sendo tanto condicionante da realidade social como por ela condicionado, torna-se relevante para que haja uma ordem social, mesmo tendo que ser reajustado a novas épocas e novos tempos, mas mantendo sua base histórica consolidada, a qual é refletida na Constituição e na evolução da proteção dos Direitos Fundamentais.

A3 – DIREITO

O DIREITO DAS MULHERES: REFLEXO DA HISTORICIDADE DOS DIREITOS HUMANOS

Thaís Ramos De Barros Cavalcanti

Isabele Ferreira Da Silva

Fernanda Sette Moreira

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ana Paula Oliveira Cacho

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A afirmação do senso comum social de que a mulher é um ser frágil, com aptidão natural apenas para as tarefas do lar e da maternidade, tem raízes históricas e pode ser investigada já no Direito Romano. Desde esta época remota, percebe-se que o Direito reflete a realidade dos homens e das mulheres, mas sempre na perspectiva do homem, de tal forma que, a mulher esteve historicamente afastada das instâncias do poder, sofrendo conseqüências de uma ideologia não-igualitária e injusta. Tal atitude, por sua vez requer a compreensão das relações entre a igualdade formal e a igualdade material, entre o direito e a sociedade e entre as mulheres e o Direito, bem assim a investigação das origens históricas da desigualdade de poder hoje experimentada. Nosso objetivo é compreender essa evolução que as mulheres tiveram desde a Roma Antiga até os tempos modernos na história brasileira. **(METODOLOGIA)** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com caráter exploratório, para a realização de uma análise histórica dos direitos das mulheres na Roma antiga até os tempos hodiernos, fundamentando-se em autores como Fustel de Coulange, Antonio Carlos Wolkmer, bem como na legislação pertinente.

(RESULTADOS) Através desse levantamento, podemos observar que a estrutura da família romana designava à mulher uma posição absolutamente desfavorável nas relações de poder. A condição da mulher na Roma antiga era de dependência, subordinação, incapacidade. Seu papel era de franca inferioridade em relação ao homem, sendo sujeita à tutela perpétua. Já no contexto atual, podemos observar que as mulheres estão conquistando seus direitos, como o direito ao voto, à igualdade no trabalho, como conseqüência das lutas sociais pela emancipação da mulher. Esse caminho para uma sociedade mais justa, igualitária e solidária, conforme proposto nos incisos I e III do artigo 3º da Constituição Brasileira de 1988, vem sendo galgado pela conquista do espaço feminino na sociedade e por sua indispensável atuação em diversas áreas.

(CONCLUSÃO) Com isso, perfazendo uma comparação com os dois períodos apresentados, observamos que antes o modelo patriarcal dominou a organização familiar. A estrutura da família romana designava à mulher uma posição absolutamente desfavorável nas relações de poder. O pater famílias era o chefe e senhor, e a ele submetia-se à mulher. Antes, de cada cinco mulheres, uma saía para trabalhar. Hoje, percebe-se a independência feminina nas relações de trabalho, nas relações familiares, não estando mais a mulher subordinada ao pai, e depois de casar, ao marido, como na Roma Antiga. Mesmo a mulher recebendo em média 25 por cento a menos que os homens, observa-se a conquista de direitos fundamentais em favor da mulher através das lutas do movimento feminista. Assim, com supedâneo nos princípios e valores insculpidos na nossa Carta Magna, as mulheres devem buscar não apenas a igualdade formal, como também a igualdade material em relação ao homem, para que haja eficácia social do direito fundamental à igualdade de gênero.

A3 – DIREITO

O DIREITO DO TRABALHO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO REFLEXÕES A LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA

*Felipe Matias Fernandes
Neuma Larissa Medeiros De Melo
Rafael Varella Gomes Da Costa
Vanessa Padilha Caricio Lambert*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Ana Paula Cacho
Lenice Silveira Moreira De Moura
Pablo Moreno De Paiva Capistrano*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Direito do Trabalho surge da luta pela proteção da dignidade da pessoa humana em prol da melhoria das condições de trabalho e da efetivação dos chamados direitos sociais. A globalização é um processo de aprofundamento da integração econômica, social, cultural e política no mundo. A presente pesquisa visa refletir as conseqüências do processo de globalização no contexto do Direito do Trabalho, englobando a história do processo de globalização e sua influência no campo do labor humano, do seu surgimento até os dias atuais. Buscaremos, ademais, demonstrar o reposicionamento do emprego na “Nova Ordem Mundial” até o momento em que esse desenvolvimento é favorável ao homem. **(METODOLOGIA)** O presente trabalho, baseou-se em pesquisas bibliográficas, especialmente a obra “Direito do Trabalho e a dignidade da pessoa humana, no contexto da globalização econômica”, de Dinaura Godinho P. Gomes. Por outro lado, faremos uma análise documental de textos e ativos especiais e documentais, que possibilitaram o levantamento de dados importantes para o desenvolvimento do processo histórico da globalização. **(RESULTADOS)** Desde o início do processo de globalização, no século XV, com a descoberta de novos continentes, o homem era explorado a partir de uma ideologia etnocêntrica que classificava o estrangeiro como população menos desenvolvida e inferior em aspectos políticos, econômicos e culturais. Em fase disso o trabalho era feito de maneira alienada, não sendo reconhecido os direitos do homem trabalhador, fornecendo-lhe péssimas condições de vida. Já na atual fase da globalização, o mercado mundial optou por uma produção mais desenvolvida em termos de pesquisa e tecnologia, atendendo as necessidades humanas, produzindo de maneira flexível, o que chamamos de modo de produção Toyotismo. Esse mercado opta por empregos flexíveis (temporário, previamente estabelecido sem a exigência de direitos), causando o enfraquecimento dos sindicatos, daí a necessidade da defesa estatal para evitar exploração e com isso respeitar a dignidade humana diante da globalização. **(CONCLUSÃO)** Durante toda a evolução do processo de globalização, há uma tendência de exploração do trabalhador. Muitos direitos sociais do trabalho foram conquistados, mas, atualmente, encontram-se sujeitos à precarização em face das transformações que o mundo está sofrendo. Diante disso, o complexo de direitos sociais conquistados é afetado pelas exigências do mercado global altamente competitivo, bem como pela constante ameaça do desemprego estrutural. Por isso, é necessário uma análise das conseqüências desse processo, o qual pode ensejar a ineficácia social dos direitos constitucionais fundamentais e a violação do princípio da dignidade da pessoa humana. Para isso, torna-se mister a promoção de políticas públicas destinadas à defesa dos direitos humanos, no sentido coibir a exploração sub-humana, a que, muitas vezes, os trabalhadores são submetidos, especialmente diante da insuficiente qualificação de mão de obra, incompatível com o desenvolvimento tecnológico hodierno.

A3 – DIREITO

O DIREITO E A CONDIÇÃO JURÍDICA DOS FILHOS HAVIDOS FORA DO MATRIMÔNIO

*Kayo César Alves Dos Santos
Artur Max Da Silva Pereira
Hugo Martins De Menezes
Arthur Luini Damasceno Alexandre*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Ana Paula Cacho
José Eduardo De Almeida Moura
Maria Aparecida Trindade
Noemi Favassa
Pablo Paiva Caspistrano*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Diz Aristóteles que devemos pautar nosso pensamento na eqüidade, desta forma, o objetivo deste trabalho é analisar o Direito dos filhos não reconhecidos juridicamente. O Direito ampara a maioria dos aspectos da vida social, bem como, se manifesta no comportamento dos indivíduos e define o papel social que esses mesmos indivíduos vão exercer. Reconhece a ordem Jurídica Brasileira, no que se refere o Direito Sucessório em relação à legitimidade dos herdeiros, a ampla igualdade entre os filhos, pouco importa se foram concebidos antes, durante ou depois do casamento ou mesmo se forem adotivos. Ao longo da história, a situação ou estado de filho considerado ilegítimo era circunstância de absoluto desprestígio. Na Roma Antiga, houve sempre repúdio a idéia de filhos ilegítimos, já que estes não podiam desempenhar o papel de filho, determinado pela religião. É sensível, a constante evolução pela qual passa o assunto em tela, qual seja a condição jurídica dos filhos havidos fora do matrimônio.

(METODOLOGIA) A pesquisa realizada em apreço, necessário se fez um levantamento bibliográfico, lançando-se mão do procedimento histórico para identificar os aspectos concernentes ao papel do filho ilegítimo na Roma Antiga, particularmente no que diz respeito à questão de sucessão testamentária. Igualmente, realizamos um estudo documental legislativo para identificar a mesma circunstância no cenário atual, a fim de, finalmente, estabelecer o paralelo proposto.

(RESULTADOS) Em face do Direito Romano, informa a obra A Cidade Antiga de Fustel de Coulanges que, sem a formalidade religiosa, portadora de força obrigatória em Roma, o recém-nascido não integrava a família e o seu nascimento se constituía em tão apenas um laço físico. Nesse ponto, os filhos provenientes de relacionamentos extramatrimoniais não eram considerados filhos e não tinham um pai. Já no que se refere ao Direito Brasileiro Contemporâneo, observa-se uma notável modificação em relação ao Direito Romano, principalmente no que tange as alterações desde o Código Civil de 1917 até a Constituição Federal de 1988, particularmente sobre o assunto em discussão no seu Capítulo VI. Nesse contexto, reconhece a ordem constitucional, a ampla igualdade entre os filhos, quer os biológicos, havidos na relação do casamento ou não, quer os não-biológicos, que integram a categoria dos adotivos, ao qual está definido no Art. 227 da CF.

(CONCLUSÃO) Com isso, foi possível observar a mudança social e jurídica, na evolução do pensamento racional. De resto, compreendam-se, acima de todos os benefícios, direitos e até mesmo obrigações, que a nova ordem defere à filiação extramatrimonial, aquilo que ela mais lhe conferiu foi à retirada de tal castigo, de tal sanção, de tal vexame dos seus ombros, admitindo-a agora, como aquilo que simplesmente é: uma realidade biológica que não pode contar com o descaso do Direito e da Lei!

A3 – DIREITO

O DIREITO SUCESSÓRIO NO DIREITO ROMANO EM PARALELO COM O DIREITO ATUAL.

Marcelo José Macedo Cordeiro Lira

Arthur Nobre Borges

Lívia Buenaño Uchôa Correia

Thiago Domingos De Medeiros

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ana Paula Cacho

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Para um melhor entendimento sobre testamento ou sucessão testamentária, convém inteirar-se do Direito das sucessões. Este ramo do Direito tem por finalidade disciplinar as relações jurídicas de uma pessoa após sua morte. Está inserida no âmbito do Direito privado e sua execução pode processar-se por duas vertentes: a sucessão testamentária e a sucessão legítima. O objetivo desse trabalho é explanar especificamente a sucessão testamentária, que é definida pelo jurisconsulto Modestino como a legítima disposição de nossa vontade a respeito daquilo que alguém quer que seja feito depois de sua morte.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo teórico exploratório que teve como base de pesquisa estudos bibliográficos diversos bem como, a pesquisa bibliográfica virtual.

(RESULTADOS) A sucessão testamentária está inserida no campo privado do Direito, sendo o ato da vida civil de maior responsabilidade. Possui características que o distinguem de outros atos jurídicos, entre os quais destacamos: é um ato formal, pois a expressão da vontade obedece a formalismos anteriormente estabelecidos; é ato unilateral, pois só depende da vontade do disponente (de cujus); é ato mortis causa, só adquire eficácia após a morte do testador. Podemos classificar o testamento em sete espécies distintas: comicial, militar, nuncupativo, imperial, írrito, rupto, destituto. Na Roma antiga, nem todas as pessoas tinham o direito de testar, como também existiam exceções com relação à instituição de um herdeiro. No período clássico, surge o sistema conhecido como testamento inoficioso, que tinha por objetivo garantir proteção aos herdeiros ab intestato, denominados legitimários. Tal sistema passou a limitar o poder do pater familias sobre seus bens. No Direito moderno encontramos o testamento como a continuação da personalidade jurídico-patrimonial do de cujus. Hoje o testamento pode conter disposição extra patrimonial ou mesmo limitar-se a ela, como exemplo, o testamento em que o testador efetua o reconhecimento dos filhos ou a nomeação de tutor. Os autores atuais são unânimes em acentuar a vestidez do direito de testar. Em cada dez sucessões legítimas ocorre uma sucessão testamentária, fixando-se uma proporção de dez para um. Um dos principais motivos encontrado na pesquisa para tal fato é a complexidade de regras para fazer testamento, pois são incompatíveis com o momento atual em que vivemos, quando as legislações tendem a simplificar a manifestação da vontade e os procedimentos judiciais.

(CONCLUSÃO) Verificamos que a sucessão testamentária configura-se como ato comum em Roma, sendo exceção encontrar um Pater que falecera sem deixar um testamento. No Direito Civil brasileiro, o testamento continua a configurar-se como ato pessoal, unilateral, solene e gratuito. No estudo comparado entre o Código civil de 1916 e o de 2002, encontramos uma redução no número de artigos que regulamentam o testamento. Apesar disso, a sucessão passa por outra esfera, a numerus clausus, e um dos principais motivos encontrado no atual Código é justamente o excessivo número de regras para interpretar a linguagem testamentária. A lei deveria acompanhar agora os novos fenômenos sociais, dinamizando-se as disposições do Código já anacrônicas, hoje mero exemplo de academismo jurídico.

A3 – DIREITO

O IMPACTO DAS CHUVAS NA CARCINICULTURA E AS POSSÍVEIS PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PARA A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA NO SETOR

*Aline Alves De Barros
Raissa Gomes Cabral
Lorena De Souza Galvão
Thaís Maria Santos Cabral
Viviane Kely Da Silva Moura*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Os primeiros experimentos com o camarão cultivado no Brasil, datam da década de 70, quando o Governo do Rio Grande do Norte criou o Projeto Camarão para estudar a viabilidade do cultivo desse crustáceo em substituição à extração do sal, atividade tradicional do Estado que, na época, confrontava séria crise de preço e mercado, com conseqüente desemprego generalizado nas áreas salineiras do Estado. Neste período, o Governo envolveu a EMPARN (Empresa de Pesquisa Agropecuárias do RN) para sistematizar e desenvolver os trabalhos de adaptação da espécie exótica às condições locais. Recentemente a Carcinicultura no Estado do RN vem enfrentando problemas devido às enchentes ocorridas nos meses de março e abril deste ano. Portanto, este trabalho visa mostrar o impacto causado pelas chuvas neste setor e as possíveis medidas a serem tomadas para a recuperação da economia na Carcinicultura.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa se caracteriza por ser descritiva e bibliográfica e foi realizada por meio de sites de busca, revistas atuais e jornais bem como entrevistas com pessoas do ramo da carcinicultura e visita à ABCC. As palavras-chaves utilizadas foram: “camarão”, “carcinicultura”, “chuvas”, “prejuízos econômicos”. A Análise dos dados pesquisados foi qualitativa.

(RESULTADOS) Porém, este quadro citado anteriormente está mudado no Estado. As enchentes que arrasaram cidades e deixaram dezenas de famílias desabrigadas no interior do RN, em março e abril deste ano, mostraram a importância de se investir preventivamente em infra-estrutura. Levantamento realizado pelo site Contas Abertas verificou que o Governo Federal gastou mais, nos primeiros três meses do ano, remediando ao invés de prevenindo. Segundo Itamar Rocha, presidente da Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC), afirma que 60% dos viveiros do Estado foram invadidos pelas águas. Municípios como Pendências, Porto do Mangue, Carnaubais e Macau, responsáveis por mais de 40% da produção de camarão em todo o RN, foram seriamente afetados. Para o dirigente, a grande preocupação agora é um sistema de contenção de cheias para evitar novos problemas. O prejuízo está estimado em R\$ 16,6 milhões; pontes e estradas que fazem parte do trajeto de escoamento do camarão foram totalmente destruídas; a estrutura física das empresas, junto com equipamentos e mercadorias estão em risco; o estoque de 1.440 toneladas de camarão e 720 toneladas de tilápias foram perdidos; cerca de 30% da produção de todo o Estado está comprometida e, os municípios com maiores prejuízos são: Macau, Pendências, Porto do Mangue e Carnaubais.

(CONCLUSÃO) As enchentes que arrasaram cidades e deixaram dezenas de famílias desabrigadas no Estado do RN, mostraram a importância de se investir preventivamente em infra-estrutura ao invés de se gastar milhões remediando problemas como estes. A desordem jurídica na interpretação da legislação ambiental brasileira, provocada principalmente pela profusão de leis dúbias e repetitivas, além de Resoluções inconstitucionais, adotadas com força da lei, tanto pelo Ministério Público, como pela própria Justiça Federal, inclusive nas instâncias dos Tribunais Regionais Federal, tem contribuído para a insegurança jurídica no setor de carcinicultura de forma particular e da aqüicultura de modo geral. Diante deste quadro surge a inevitável pergunta: Como crescer num estado de dúvidas e incertezas?

A3 – DIREITO

O INSTITUTO DA ARBITRAGEM APLICADO À INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL E SUA UTILIZAÇÃO NO CASO DE JAZIDAS CONTÍGUAS

Samuel Max Gabbay

Discente do Curso de Direito da UFRN

Yanko Marcius De Alencar Xavie

Docente do Curso de Direito da UFRN

(INTRODUÇÃO) A Arbitragem como mecanismo de solução de controvérsias é muito utilizado no âmbito da indústria do petróleo uma vez que representa um grande atrativo aos investidores que atuam neste ramo e possibilita para estes que as disputas decorrentes dos contratos de concessão sejam solucionados de forma célere e imparcial por especialistas no tema. Neste sentido, o artigo 27 da Lei nº 9.478/97 (Lei do Petróleo) que preceitua: no caso de jazidas contíguas as partes devem acordar sobre a exploração da mesma ou, em caso de não haver acordo, utilizarem-se da arbitragem quando se tratar de campos que se estendam por blocos vizinhos, onde atuem concessionários distintos, em prazo máximo fixado pela ANP, cabendo a esta determinar, com base em laudo arbitral, como serão apropriados os direitos e obrigações sobre os blocos. Contudo, o dispositivo legal evidenciado não vem sendo utilizado por falta de regulamentação própria e em decorrência das divergências hermenêuticas apresentadas pelos juristas que analisaram o dispositivo legal, quais sejam: a palavra “laudo arbitral” significa “laudo pericial”; a inconstitucionalidade do dispositivo legal em análise, uma vez que não poderia haver arbitragem obrigatória das partes envolvidas, ante a inexistência de cláusula compromissária entre os concessionários envolvidos; que o caso não se tratar da hipótese de arbitragem obrigatória, mas sim de uma simples recomendação; que a Agência Nacional de Petróleo atuaria como árbitra nesses casos, visando à proteção do interesse público. Em que pese as opiniões dos especialistas na temática, as mesmas não nos parece adequada ao caso, uma vez que inexistente possibilidade de arbitragem no caso de individualização de produção em jazidas contíguas (unitização), uma vez que, só é permitido o instituto da arbitragem nos casos de direitos disponíveis (Lei 9.307/96, art. 1º) e as jazidas de petróleo pertencem à União, tão somente passando a propriedade do concessionário quando retirado o petróleo da jazida, sendo portanto indisponível.

(METODOLOGIA) A fim de investigar o tema proposto, fez-se uso de uma metodologia teórico-comparativa e de uma investigação científica, analisando o instituto da arbitragem, com ênfase na incidência da mesma na Indústria do Petróleo. Ato contínuo, observou-se os dispositivos legais da Lei do Petróleo relativos à arbitragem e buscou-se as diversas interpretações feitas do referido dispositivo. Seguidamente, analisou-se criticamente as diversas opiniões com o intuito de encontrar a mais adequada. Nesta etapa do trabalho, percebeu-se que nenhuma das visões sobre o tema respondia satisfatoriamente à questão, sendo, portanto, elaborado uma nova visão hermenêutica sobre o tema. Por fim, elaborou-se um artigo científico sobre o referido tema.

(RESULTADOS) Passados onze anos da criação da Lei do Petróleo, podemos constatar que a mesma ainda é um incipiente casuístico que não regulamentou devidamente seus institutos, como é o caso utilização da arbitragem no caso de jazidas contíguas, razão pela qual o instituto não vem sendo utilizado na referida Indústria.

(CONCLUSÃO) A Lavra de Petróleo constitui monopólio da União por força da Constituição Federal em seu artigo 177, I, contudo, temos que essa atividade é cedida para exploração do particular, mediante contratos de concessões realizadas em rodadas de licitações. Assim, fica determinado que as jazidas de Petróleo ainda constituem propriedade da União e, em contrapartida, o que vier a ser produzido se torna de propriedade do particular concessionário. Assim, criamos um interessante quadro, com o Petróleo antes de ser retirado da jazida sendo de titularidade da União, mudando de titularidade quando explorado. Com isto, apresenta-se a impossibilidade jurídica de instituir-se arbitragem no caso de jazidas contíguas, uma vez que só se permite a utilização do referido instrumento nos casos de direito disponível e a propriedade da União, tais quais as jazidas de petróleo, é indisponível.

A3 – DIREITO

“O MANDADO DE SEGURANÇA NO ÂMBITO DO DIREITO DO TRABALHO”

*Ana Carolina Santos Duarte
Ilogna Ramayanne Silva
Sammara Costa Pinheiro Guerra
Jose Leto De Medeiros
Nairy Lizandra De Souza
Lívia Alves Pessoa*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Carlos Thompson Costa Fernandes
Marcelo Barros Dantas*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente estudo tem como objetivo evidenciar de forma concisa alguns aspectos relevantes do Mandado de Segurança no Direito do Trabalho. Mandado de Segurança é a ação civil de rito sumaríssimo pela qual a pessoa pode provocar o controle jurisdicional quando sofrer lesão ou ameaça de lesão a direito líquido e certo, não amparado por Habeas Corpus nem Habeas Data, em decorrência de ato de autoridade, praticado com ilegalidade ou abuso de poder. Este instituto é disciplinado pela Lei n.º 1.533/51, e está previsto no art. 5º, LXIX, da Constituição Federal de 1988. A competência para processar e julgar o Mandado de Segurança é definida em função da hierarquia da autoridade legitimada a praticar a conduta, omissiva ou comissiva, que possa resultar em lesão ao direito subjetivo da parte. Deste modo, no processo trabalhista, o Mandado de Segurança é o remédio adequado para situações em que não houver recurso judicial ou administrativo para se atacar determinada decisão ou ato que venha a lesar ou ameaçar de lesão o direito líquido e certo da pessoa. É competente a justiça do trabalho para processar e julgar o Mandado de Segurança, não só contra ato judicial prolatado em processo trabalhista originário da relação jurídica de emprego ou de trabalho, mas, também, contra ato administrativo que se enquadre no inciso VII, do art. 114, da CF, bem como contra ato praticado por autoridade da justiça do trabalho, desde que tal ato seja ilegal ou arbitrário e, viole direito individual ou coletivo, líquido e certo.

(METODOLOGIA) Trata-se de pesquisa qualitativa, a qual visa perfazer uma abordagem sobre os aspectos deste “remédio constitucional”, enfatizando a sua utilização no direito do trabalho, através de posicionamentos doutrinários. Para o desenvolvimento desse estudo e sustentação do nosso entendimento, usamos como fundamentação os dispositivos da Constituição Federal e da Consolidação das Leis do Trabalho, relacionados ao tema, além de leis esparsas e súmulas de tribunais.

(RESULTADOS) Segundo o douto Uadi Lammêgo Bulos, a finalidade desse instituto “é instrumentalizar o poder judiciário na luta contra a ilegalidade ou o abuso de poder, cometidos por autoridades públicas ou agente de pessoa jurídica, no exercício de suas atribuições”. Consoante à regra do art. 769 da CLT, que prevê a aplicação subsidiária do direito processual comum, e considerando a ampliação da competência da justiça do trabalho para processar e julgar os litígios decorrentes da relação do trabalho (art. 114, CF), há inúmeras ações no processo trabalhista que usam o Mandado de Segurança. A presença do Mandado de Segurança no processo trabalhista é mais intensa do que no processo comum, isso porque o recurso de agravo no processo trabalhista é bem mais restrito (art. 897, “a” e “b”, CLT), portanto, quando a parte se sentir prejudicada, sofrer ameaça ou violação de seu direito, por ato do Juiz poderá se valer do Mandado de Segurança.

(CONCLUSÃO) O Mandado de Segurança apresenta-se como garantia constitucional e o mais notável e eficiente instrumento processual na entrega da tutela jurisdicional. Com a prática, este instituto se moldou à sociedade cumprindo a finalidade para a qual foi criado, além de também poder ser utilizado em vários ramos do direito, como no próprio direito do trabalho. Conclui-se, assim, que trata-se de um instrumento normativo criado para proteger os direitos individuais e coletivos, e que enobrece o Estado brasileiro de uma eficiente e especial garantia, destinada a ser o grande acessório no amparo de todos os direitos líquidos e certos violados pelas mãos do Poder Público.

A3 – DIREITO

O (NEO)CONSTITUCIONALISMO E SUA COLABORAÇÃO PARA A EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Flávio Henrique Maia De Oliveira

Julyana Da Silva Ramalho

Felipe Kelsen Duarte Dantas

Roochelly Hellyzia Moura Gomes De Lima Rodrigues

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Carlos Wagner Dias Ferreira

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Tendo em vista a conectividade existente entre Direito e sociedade, é conveniente analisar o processo de evolução desses dois importantes institutos da humanidade haja vista sua essência mutante, sempre tendo em mente grandes trabalhos realizados por notáveis intelectuais das ciências humanas, postulados esses que representam, muitas vezes, uma resposta às conclamações sociais que surgem dinamicamente e insaciavelmente em virtude das constantes mudanças que a sociedade e seus valores sofrem. Desta forma, é obtido o embasamento teórico necessário para uma análise adequada de como a nossa realidade sócio-jurídica foi modificada, culminando no estágio de evolução atual da Ciência Jurídica representado na figura do (Neo)Constitucionalismo. Tais considerações proporcionarão uma visualização no plano prático brasileiro dos benefícios que esse novo panorama sócio-jurídico propiciou à sociedade como uma toda e o papel da nossa Constituição cidadã de 1988 nessa conjuntura e na organização de um verdadeiro Estado Democrático de Direito tão idealizado e desejado por todos.

(METODOLOGIA) Para atingir os fins do trabalho proposto realizou-se uma investigação de caráter teórico, qualitativo, com procedimento histórico-bibliográfico, que possibilitou o levantamento de dados importantes para o desenvolvimento da pesquisa a fim de identificar os aspectos concernentes ao (Neo)Constitucionalismo. Recorreu-se a um estudo aprofundado da sistemática jurídica brasileira na figura da Constituição de 1988, a qual é considerada a principal fonte de inspiração para o Direito. Bem como buscou-se o nosso alicerce teórico nas obras mais representativas acerca do Direito. Focar-se-á no presente trabalho uma visão atualizada e aprofundada do (Neo)Constitucionalismo com recurso, principalmente, à pesquisas na doutrina nacional.

(RESULTADOS) Pôde ser constatado que tal processo de evolução jurídico renovou a mentalidade do Poder Judiciário e da população no que se concerne aos conceitos humanitários mais importantes como, por exemplo, os direitos fundamentais, mostrando desta forma, que a Constituição não é um documento de resultante meramente política, mas possui, sobretudo, uma essência de cunho social e humanitário imensa. Proporciona, além disso, o reconhecimento de uma real e efetiva normatização e expansão jurisdicional da nossa Carta Magna e de sua base principiológica através do desenvolvimento de uma nova dogmática de interpretação constitucional no nosso sistema jurídico representada na figura da nova Hermenêutica Filosófica, fato este que proporcionou uma real e efetiva materialização da essência normativa inserida no corpo do texto legal em relação ao plano concreto. **(CONCLUSÃO)** O processo de evolução jurídico que culminou nos dias atuais com o novo constitucionalismo desenvolvido na Europa, ao longo da segunda metade do século XX, teve como marco no Brasil, a Constituição cidadã de 1988. O ambiente filosófico em que floresceu foi o do pós-positivismo, tendo como principais mudanças de paradigma, no plano teórico, o reconhecimento da força normativa da Constituição, a expansão da jurisdição constitucional e a elaboração das diferentes categorias de interpretação. Tendo em vista essa faceta prática do (Neo)Constitucionalismo, é imprescindível observarmos os benefícios de tal movimento jurídico perante a nossa sociedade, haja vista que nos dias atuais a “Justiça” em seu conceito mais clássico e puro vem se aproximando cada vez mais do que a sociedade idealiza para a materialização de um verdadeiro e efetivo Estado Democrático de Direito.

A3 – DIREITO

O NOVO CONSTITUCIONALISMO: FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO

*Narayama Henriques Costa
Isabel Cabral Rocha De Medeiros
Jullyana Kelly De Macêdo Cavalcante*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Rita De Cássia Andrade Silva Advíncula
Alan Dias Barros*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem por escopo realizar um estudo sobre o Constitucionalismo Contemporâneo e a sua influência fundamental para o advento do Estado Democrático de Direito. Desta forma, também pretende explanar que o constitucionalismo fez nascer um sentimento constitucional que gerou a valorização de Princípios Constitucionais antes não abonados pelas Constituições e legislações infraconstitucionais anteriores às grandes guerras. Desenvolver-se-á tal estudo de forma interligada à força normativa da Constituição, não só a Constituição brasileira, mas também as demais, força esta adquirida apenas através da reconstitucionalização que foi o objetivo máximo de diversos movimentos no mundo inteiro, a fim de se buscar uma organização política democrática. Ante o exposto pode-se afirmar que se pretende desenvolver e explicar o paralelo existente entre o Constitucionalismo Contemporâneo – neoconstitucionalismo – e a força normativa que a Constituição vem conseguindo alcançar nos últimos tempos.

(METODOLOGIA) Para os fins deste estudo, foi realizada uma pesquisa de caráter teórico, qualitativo e de procedimento histórico-bibliográfico, desenvolvido com base em material literário.

(RESULTADOS) Através do levantamento de dados realizados constata-se que o pós-guerra fez surgir uma necessidade de valorizar os princípios constitucionais, principalmente aqueles ligados à dignidade da pessoa humana, e dar-lhes eficácia normativa. Percebe-se que se fez necessário desviar o centro do Direito, dos códigos monopolíticos, para a Constituição que passou a ser o alicerce e o núcleo dos direitos e garantias fundamentais, sendo tal processo constitucionalista o responsável pelo surgimento do Estado Democrático de Direito. Verificou-se a necessidade de buscar algo que pudesse ser o centro do ordenamento jurídico que fundamentasse todos os ramos do Direito, sendo assim, esse dever passou a pertencer a Constituição, atribuindo-lhe uma força normativa que antes não possuía.

(CONCLUSÃO) Desta forma, afirma-se que o cerne do Direito Contemporâneo e, portanto, do Estado Democrático de Direito é a Constituição e esta vem adquirindo eficácia normativa sendo a principal responsável pelo processo de redemocratização ocorrido na maior parte do mundo. Através da Constituição temos garantidos diversos direitos antes não valorizados, direitos estes fundamentados e que estão presentes nos princípios que regem toda a ordem social e jurídica. Assegura-se que a eficácia normativa da Constituição é demonstrada através da força que os cidadãos possuem na contribuição das decisões tomadas em seu país, seja através de referendo, plebiscitos ou eleições. O importante é que essa nova perspectiva constitucional está assegurando à Constituição a eficácia normativa e a força vinculante necessária a fim de garantir que seus preceitos sejam respeitados e cumpridos. Desta forma, todos serão tratados de forma isonômica, para assim, conseguir assegurar a justiça, que é o dever supremo da Constituição de qualquer país.

A3 – DIREITO

O PANORAMA ATUAL DO MENOR TRABALHADOR NO BRASIL

Anderson Gustavo Lins De Oliveira Cruz

Bruno Figueiredo Cachoeira Dantas

Mariana Teixeira Da Cunha

Talita Motta Meira Pires

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Marcelo De Barros Dantas

Carlos Wagner

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente artigo visa analisar a situação atual do menor trabalhador no Brasil, sendo esse considerado todo e qualquer trabalhador que se encaixa entre a faixa etária de 16 a 18 anos. Para tanto, deve-se recorrer à legislação brasileira, posto que a Constituição Federal, com o advento da Emenda Constitucional n.º 20/1998, a Consolidação das Leis do Trabalho e o Estatuto da Criança e do Adolescente, prevêem regras protetivas concernentes a capacidade laboral, contratação e desligamento, trabalhos proibidos, limites a jornada e férias, recibos e prescrição, tudo isso visando coibir o trabalho do menor em condições que venham a afetar seu desenvolvimento, sua educação e sua integração à sociedade.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo de caráter qualitativo e em nível descritivo, por meio da revisão doutrinária de autores consagrados no campo de Direito do Trabalho e da consulta à literatura atinente ao Direito Constitucional, especificamente a proteção ao trabalho do menor, além da utilização de algumas decisões judiciais para mostrar como os Tribunais têm se posicionado acerca do tema, realizando ainda, uma análise quanto aos aspectos positivos e negativos no que diz respeito à problemática em estudo.

(RESULTADOS) Tendo em vista o caráter constitucional e objetivo do tema abordado, não se constata divergências significativas acerca da situação legislativa do menor trabalhador no cenário jurídico brasileiro. Entende-se, portanto, que possuem grande amparo jurídico as normas que visam à proteção fisiológica, cultural, moral e segura, devendo proporcionar dessa forma um trabalho digno ao menor labutador. Em contraposição ao cenário legislativo, ainda são encontrados no Brasil menores que se submetem a condições aviltantes e insalubres de trabalho, provando desta feita uma parcial eficácia no que diz respeito ao cumprimento das Leis.

(CONCLUSÃO) Face à análise acerca do panorama atual do menor trabalhador no Brasil, pode-se averiguar uma minuciosa assistência no que tange as atividades laborais desempenhadas pelo menor no cenário nacional. Todavia, não é difícil deparar-se com a inexistência de meios que proporcionem a aplicabilidade das normas asseguradas, acarretando assim, o descumprimento de tais manifestações legislativas, tendo em vista a falta de iniciativa por parte dos empregadores, que não proporcionam os devidos direitos assegurados ao menor.

A3 – DIREITO

O PAPEL DO SENADO NO CONTROLE CONSTITUCIONAL DIFUSO

*Joaquim Alves Da Câmara Atie
Ledílson Dos Santos Gutierre
Felipe César Silva De Araújo*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Carlos Thompson Fernandes

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem por escopo promover uma análise crítica acerca do papel desempenhado pelo Senado Federal no Controle Constitucional. Tal Fenômeno existe para examinar a compatibilidade de determinada norma jurídica com o texto da magna carta, protegendo o ordenamento jurídico do país, afastando normas eivadas de vícios de inconstitucionalidades. Este controle, quanto ao órgão realizador, pode caracterizar-se por ser político, judiciário, ou misto; sendo o segundo a modalidade realizada em nosso país. Quanto ao momento em que é realizado, o controle pode ser preventivo – quando ocorre antes de a norma entrar em vigor – e repressivo – quando o ato normativo objeto do controle já está concluído. Em seu modo repressivo, apresenta-se ainda sob duas distintas formas: concentrada (via de ação) e difusa (via de exceção). Sendo esta última o foco de nossa análise. Ocorre controle por via de exceção quando a constitucionalidade de uma norma é examinada em um caso concreto, incidentalmente, por qualquer juízo ou tribunal. Quando o STF proclama sua decisão definitiva e irrecorrível, a qual declara a inconstitucionalidade da norma, oficia-se ao senado, para que este, por meio de resolução, suspenda a execução desta norma, conforme preconiza o art. 52, X da Constituição Federal. Dispositivo jurídico o qual é ponto controvertido no estudo do Processo Constitucional, pois o texto da Lex Magna, em seu artigo 102, estabelece o Supremo Tribunal Federal como o guardião da constituição, aparentando certa incompatibilidade com o dispositivo anteriormente citado. Afinal, se o STF é o guardião da Constituição, por que submeter sua decisão ao Senado? E a quem caberia a última palavra no controle difuso? Não pretendemos aqui, entretanto, esgotar os possíveis pontos de vista, nem criar teorias dogmáticas. Outrossim apontar as diferentes posições doutrinárias, o entendimento dos tribunais, e outros posicionamentos a fins. Sempre que possível fazendo um paralelo e ponderando os diversos pontos de vista, buscando, desse modo, fomentar as discussões sobre o tema em pauta.

(METODOLOGIA) Para tal efeito, foi realizado um estudo sintético, baseado em pesquisas em bibliografia especializada, artigos científicos e jurisprudências. Alguns apontamentos são frutos de discussões com professores e colegas acadêmicos, e tantos outros refletem apenas nossos entendimentos pessoais, entretanto, sempre procurando atrelá-los a arrimos teóricos pacíficos.

(RESULTADOS) A república Federativa do Brasil constitui-se em Estado democrático de Direito, com poderes independentes e harmônicos entre si (legislativo, executivo e judiciário). Expondo explicitamente sua forte influência do legado jurídico-político da Revolução Francesa, e seus principais pensadores, como Montesquieu, por exemplo. O qual definiu a tripartição das funções típicas do Estado, as quais, através do princípio dos freios e contrapesos acomodam-se de forma harmônica e independente. Ainda em consonância com tais fundamentos filosóficos, os órgãos estatais seriam dotados de funções típicas, e atípicas, como forma de se auto-regularem. E é justamente com este fundamento, que explica-se a participação do Senado no controle Difuso de Constitucionalidade.

(CONCLUSÃO) Diante do exposto, mostra-se que não há entendimento pacífico que aponte claramente o real papel, e os limites da atuação do Senado Federal no Controle Difuso de constitucionalidade. A doutrina, e até mesmo os próprios membros dos órgãos em questão posicionam de forma distintas. Entretanto, podemos destacar duas grandes correntes: Uma na qual pode-se inferir que o legislador originário tenha concedido ao Senado competência para agir discricionariamente sobre a decisão do STF, pondo em xeque certos preceitos constitucionais; e uma outra teoria, da qual compartilhamos, que apregoa que o Senado guardaria apenas uma competência de residual, com feições formais, e desta forma não atacando o texto constitucional.

A3 – DIREITO

O PLURALISMO JURÍDICO E O "ESTADO PARALELO": UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A CRISE DE LEGITIMIDADE DO ESTADO

Leonardo Gonçalves De Almeida

Anderson Vicente Da Silva

Cláudio Márcio Valença Pascoal

Carlos Ronaldo Carvalho De Macêdo

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Pablo Moreno Paiva Capistrano

Lenice Silveira Moreira

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho reflete sobre a existência de um suposto “Estado Paralelo” no Brasil, que emergiria do poder do crime organizado, e sua espécie de relacionamento com o ordenamento jurídico vigente no país. A diversidade de grupos sociais existentes nos conduz a uma inevitável pluralidade sociológica, a qual, por sua vez, seria a gênese da relação entre os ordenamentos jurídicos emanados de tal variedade. Pretende-se demonstrar que a ineficiência estrutural ou inoperância do aparelho do Estado de Direito Oficial termina por incentivar o surgimento de ordens contra o Estado, desfigurando a idéia de um Direito único Estatal e reforçando a tese do Pluralismo Jurídico. A análise, ora desenvolvida, enfatiza as relações originadas nas sociedades excluídas, as quais o Direito Oficial não consegue alcançar.

(METODOLOGIA) Utilizou-se, predominantemente, o referencial bibliográfico, juntamente com textos de pesquisa virtual. A análise se deu também sobre fatos noticiados na mídia impressa e televisiva, os quais compuseram o arcabouço teórico-prático, no qual se desenvolveu o raciocínio crítico do grupo acerca do tema.

(RESULTADOS) A pesquisa revela que antes mesmo do Estado Nacional soberano controlar a produção do Direito, identificava-se o surgimento de práticas autônomas de forma normativa, viabilizando a resolução de conflitos e o enfrentamento das necessidades sociais, o que dá fundamento à idéia de que o Estado não é a forma exclusiva de organização social, ou seja, de que a ordem jurídica Estatal não é a única, conforme os ensinamentos de Norbert Rouland e Antônio Carlos Wolkmer. O Direito Estatal, como um componente do Pluralismo Jurídico, conforma-se com a Teoria Institucional do Ordenamento Jurídico de Norberto Bobbio, para quem aquele não é o único, nem em número, nem em espécie. Para Bobbio, existe um Ordenamento Jurídico onde existe uma Instituição, ou seja, um grupo social organizado. É nesse contexto que estariam inseridas as sociedades excluídas, com suas regras, estatutos próprios, escala de poder, economia, enfim, um microcosmo quase que auto-suficiente provavelmente estimulado pela incapacidade do aparelho Estatal atender devidamente à crescente demanda, inclusive judicial, das pessoas que vivem à margem da Sociedade. No entanto, não se deve esquecer o caráter absolutista de tais normas, originadas pela vontade de Soberanos locais e impostas pela violência. Nessas circunstâncias, fica clara a ausência da participação democrática na elaboração das normas que se originam no interior desses grupos, critério essencial à legitimidade do Direito, segundo Jürgen Habermas.

(CONCLUSÃO) Nesse sentido, pode-se classificar o Estado Paralelo como uma espécie de ordenamento Não-Estatal, embora inserido no conceito amplo de Pluralismo Jurídico. Nesse contexto, o chamado “Estado Paralelo” desenvolve-se como um tipo de “sistema jurídico contra o Estado”, desempenhando uma relação de recusa, ou seja, quando um ordenamento considera proibido aquilo que no outro é obrigatório (ou vice-versa). Portanto, considera-se que é mais adequado denominar o Estado Paralelo como um conjunto normativo Anti-Estado ou Contra-Estado, exatamente para distanciá-lo do Estado de Direito, visto que, se por um lado, naquele possam ser encontradas várias figuras jurídicas, por outro, carece de atributos que o forneçam a característica da completude, bem como o revistam da devida legitimidade.

A3 – DIREITO

O PORTADOR DE DEFICIÊNCIA E A ABERTURA DO ESPAÇO PROFISSIONAL NAS EMPRESAS

José Luís Leiros Cunha

Silvia Bezerra Dantas De Mendonça

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Vânia Vaz Barbosa Cela

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho de pesquisa objetiva conhecer a origem das dificuldades encontradas por portadoras de deficiência na busca do desenvolvimento do seu conhecimento, os pontos que estrangulam a sua inclusão social nas diversas faixas da estrutura educacional e sua chegada ao mercado de trabalho. Procuramos identificar as possíveis soluções e as políticas públicas empregadas para eliminar estes empecilhos. Neste ano que a Constituição Federal do Brasil completa 20 anos e a Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 60 anos, é o momento oportuno para reflexão desta inclusão social e seu espaço no ambiente profissional.

(METODOLOGIA) Foi desenvolvida uma pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica segundo autores, como: Flávia Piovesan (2008), Alexandre de Moraes (2004), Decreto nº 6.571/2008. Na pesquisa de campo realizamos entrevistas abertas com diretor de escola particular, professores da rede pública de ensino, diretor de faculdade de ensino superior e diretores de empresas privadas que possuem profissionais portadores de deficiência em seus quadros, além de entrevistar o próprio portador de necessidades especiais.

(RESULTADOS) De acordo com a pesquisa foram observadas, na fala dos entrevistados, relatos de pontos das duas extremidades, os conflitos e as soluções. Os pontos de conflitos convergem para despreparo dos docentes para lidar com os portadores de deficiência, a própria formação destes docentes, a cultura encontrada no seio familiar, a proteção exacerbada impossibilitando o desenvolvimento natural, o preconceito, dificuldades e todos aqueles anseios de se trabalhar com o novo e desconhecido. No campo das soluções se destaca a melhor formação do docente para desenvolver um trabalho significativo na inclusão e qualificação de portadores de deficiência, a reestruturação física dos ambientes, a eliminação das barreiras arquitetônicas e o emprego de políticas públicas, exemplo: A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

(CONCLUSÃO) No encerramento desta pesquisa, observamos que existe um grande trabalho que objetiva promover a inclusão social do portador de deficiência, uma ação contínua do docente e sua qualificação para atender esta inclusão, como também, a preocupação do poder público para garantir as políticas necessárias de adaptação arquitetônica das escolas e demais prédios públicos e a melhor qualificação profissional do portador de deficiência. É importante destacar que houve um grande progresso nesse sentido, porém, na prática, ainda falta implementar muitas ações, principalmente, na efetividade da legislação em vigor que já é suficiente para atender os anseios da maior minoria do mundo, mas que ainda precisa de uma maior sensibilidade, não só do ente estatal, mas do envolvimento de toda sociedade a fim de materializar os preceitos instituídos para que os portadores de deficiência possam exercer de forma plena, os direitos fundamentais inerentes a todo ser humano, e o trabalho produtivo, é uma forma de valorização, integração e inclusão.

A3 – DIREITO

O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL NA ATUALIDADE

*Renaissa Roberta De Macêdo Brito
Alan Rodrigo Do Nascimento Silva
Vivianni De Magalhães Medeiros
Débora Raíssa Soares Pinheiro*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Alan Dias Barros
Assis Rogério Maia Fernandes
Rita De Cássia Andrade Silva Advíncula*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O trabalho escravo no Brasil nos dias atuais é uma realidade concreta, pouco conhecida e explorada pelos meios de comunicação em massa, na qual trabalhadores são privados de sua liberdade e se submetem a uma forma de escravidão acompanhada de uma coerção física e moral para que os mesmos permaneçam nessa condição. Ao contrário do conhecido regime de escravidão presente no período colonial brasileiro, a maneira de escravidão atual está presente de forma tímida e não explícita e deliberada como nos tempos anteriores, principalmente em áreas rurais, fato que dificulta a atuação e fiscalização do Ministério Público do Trabalho. Como existe a ausência de alerta e preocupação sobre o assunto, o presente trabalho objetiva expor as condições que o trabalhador escravo atual é submetido e analisar sua relação com os diversos campos do Direito brasileiro. **(METODOLOGIA)** Para que a problemática da atual realidade do trabalho escravo no Brasil fosse compreendida, realizou-se um estudo investigativo, por meio de um levantamento bibliográfico e revistas jurídicas, no qual se buscou levantar as condições e de que forma se caracteriza o trabalho escravo no Brasil na atualidade, tendo como pontos de referência a questões vinculadas ao fenômeno jurídico, cuja análise se deu a partir das diferentes disciplinas que comportam seus estudos.

(RESULTADOS) Verificou-se que apesar dos esforços da pequena parcela da sociedade que tem conhecimento do assunto, do Poder Público e de Organizações Internacionais, os trabalhadores continuam sendo utilizados como instrumentos de trabalho descartáveis, fato embasado comumente na servidão por dívidas. De acordo com o Código Penal Brasileiro, é considerado crime no artigo 149 a prática de reduzir alguém à condição análoga de escravo, com "pena de 3/4 de reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência." A questão do trabalho escravo na esfera do Direito Civil é intimamente relacionada à personalidade do indivíduo. Anteriormente, escravo era pessoa, todavia não era sujeito de direito, e sim um bem. Sobre tal afirmativa, é ocorrente a negação da personalidade, a situação de sujeito de direitos para aquele reduzido à condição análoga à de escravo.

(CONCLUSÃO) Depois do exposto no presente trabalho, observou-se que direitos fundamentais, como o direito à vida e à garantia de não ser fisicamente maltratado, presentes a Constituição de 1988, não são respeitados por empresários que abusam de tal prática. Poucas são as pessoas que sabem da existência atual da escravidão no Brasil, fato que ocorre em locais isolados e afastados dos grandes centros urbanos, o que dificulta o acesso tanto dos fiscais do Ministério Público, como a própria saída dos trabalhadores e de sua subsistência, que precisam comprar produtos para seu consumo ao empregador, gerando assim uma dívida eterna que o empregado dificilmente terá condição de pagar, perpetuando desse modo a escravidão.

A3 – DIREITO

O USO DE ALGEMAS À LUZ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO

*Rodrigo De Melo Rosado Soares
Heloísa Pessoa Teles De Oliveiras
Milena Rangel De Brida
Luana Correia Borges
Taísa Pinto Nascimento*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Carlos Wagner Dias Ferreira
Alexandro Gomes Bezerra Dos Santos
Rita De Cássia Andrade Silva*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Os Direitos Fundamentais podem ser vislumbrados a partir da Declaração dos Direitos do Homem (França/1789) e da Declaração de Independência de Thomas Jeferson (1776), quando três princípios (liberté, igualité e fraternité) conduziram a um novo paradigma, que foi, ao longo do tempo, respaldado à medida que eram positivados em cada ordenamento jurídico. Os direitos humanos, sob o processo cumulativo e qualitativo, culminou no princípio corolário jurídico universal, o do respeito à dignidade da pessoa humana, que prima pelo individualismo, transpersonalismo e personalismo. No plano jurídico e no plano das conquistas sociais, este princípio tem sido basilar para consolidação dos Direitos Fundamentais. Essa evolução tem questionado práticas que eram aceitas e consolidadas e que hoje colidem com este corolário, a exemplo, o uso de algemas. O objetivo do presente trabalho é realizar um estudo sócio-jurídico do uso das algemas a luz dos princípios fundamentais, dentre estes, a razoabilidade, a proporcionalidade e a dignidade da pessoa humana.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo teórico, descritivo de investigação e teve como evento motivador a súmula vinculante de n. 11 proferida pelo Supremo Tribunal Federal em agosto de 2008. Para a realização do trabalho foi elaborada uma análise comparativa a fim de discorrer sobre os aspectos jurídicos da proporcionalidade e razoabilidade do uso das algemas nos atos processuais penais à luz do princípio da dignidade da pessoa humana. Foram observados princípios constitucionais basilares do ordenamento jurídico brasileiro, código penal, código de processo penal e lei de execução penal (LEP), constituição federal (1988), jurisprudências e acórdãos (STF e STJ), artigos científicos, bem como, posicionamentos doutrinários, com intuito de identificar os principais instrumentos legais que embasam o assunto em questão.

(RESULTADO) A pesquisa realizada, observou posicionamentos diversos sobre o tema. O STF, movido pela razoabilidade e proporcionalidade, entendeu que o uso indiscriminado de algemas fere a dignidade da pessoa humana, pois, apesar de ser uma medida adequada não é invariavelmente necessária, seguindo o mesmo raciocínio, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Entende-se que o constrangimento ilegal para o caso de se algemar um inocente, o que poderia caracterizar um abuso de poder, seria imensurável e fere o princípio do respeito à dignidade da pessoa humana. Outro aspecto discutido pelo STF remete ao caráter prévio de culpabilidade, pelo réu estar algemado, na decisão dos jurados. Já o STJ dispõe que o uso de algemas no Tribunal, pelo réu, embora possa causar constrangimento ilegal, não afasta a desnecessidade, principiológica, pois o direito à integridade física dos agentes policiais e de terceiros se sobrepõem a tal constrangimento imputado ao preso, compactuando com este entendimento, têm-se o posicionamento dos órgãos de segurança.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que a regulamentação do uso de algemas teve como intento preservar a dignidade humana do preso, coibindo seu uso arbitrário nos casos em que vise a humilhação, perseguição, prejulgamento ou discriminação. Contudo a sua utilização de forma correta não fere a dignidade do preso, caso contrário todo o sistema prisional deveria ser reformulado. Convém acrescentar também que a dignidade do preso não pode prevalecer sobre a segurança e conseqüente dignidade dos terceiros, devendo a decisão pela sua não utilização ser extremamente ponderada e prudente.

A3 – DIREITO

O USO DE ALGEMAS E A SUMULA VINCULANTE 11

Daliane Renata Araújo Alexandre

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Alexandro Gomes

Assis Maia

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A palavra algema vem do árabe al-djamia, que significa - a pulseira -. O dicionário jurídico da Academia Brasileira de Letras Jurídicas anota: “Algema... pulseira de ferro empregada para manietar alguém a fim de dificultar sua fuga quando em transporte fora do lugar de confinamento...”. No julgamento do HC 91.952, em 7 de agosto de 2008, em oposição ao Superior Tribunal de Justiça e ao Ministério Público Federal, o Supremo Tribunal Federal anulou a sessão de julgamento do Tribunal do Júri que condenou um homem por homicídio triplamente qualificado, ao argumento de que a manutenção do réu algemado perante os jurados, a despeito das outras circunstâncias, influenciou na condenação, o que configuraria violação ao princípio da dignidade da pessoa humana. O STF, após este HC, legislou, o que não é sua função típica, e criou a sumula vinculante 11, para regulamentar o uso de algemas, mas, após a publicação da sumula os corpos policiais de todo o país sentiram-se prejudicados, pois para eles o uso de algemas é uma prática comum e necessário para poderem cumprir sua obrigação com a sociedade. A Constituição da República, em seu artigo 5º, inciso III, em sua parte final, assegura que ninguém será submetido a tratamento degradante; no inciso X, protege o direito à intimidade, à imagem e à honra das pessoas; e no inciso XLIX, assegura aos presos o respeito à integridade física e moral. Contudo, o uso de algemas não deve ser utilizado para o fim de degradar a imagem do preso ou ferir sua integridade e sim garantir a segurança social, já que não se pode prevê o comportamento de um suspeito.

(METODOLOGIA) Este projeto adotará como ponto de partida a pesquisa e a opinião vários juristas à respeito do uso de algemas e a legitimidade da Sumula Vinculante 11, onde irá abordar os pontos favoráveis e desfavoráveis na esfera jurídica, buscando embasamento na Constituição, Código de processo penal no Código Pena e na LEP, para legitimar que tal súmula não se enquadra como constitucional.

(RESULTADOS) Com base na lei e nos fatos ocorridos antes e após a edição da sumula 11, demonstramos que a utilização da mesma poderá acarretar à insegurança pública e também caracterizá-la como inconstitucional, já que a mesma não preenche os requisitos para se tornar uma lei. Pois a falta de excepcionalidade ou da justificativa por escrito para o uso de algemas foram alçadas à condição de verdadeiros preceitos primários de norma incriminadora, pois, efetivamente, por força vinculante da súmula podem sujeitar o policial ou agente penitenciário à responsabilidade penal, mesmo que a conduta não configure vexame ou constrangimento ao preso. A edição da súmula não atendeu vários requisitos impostos pelo artigo 103-A da Constituição, sobre: 1) reiteradas decisões sobre matéria constitucional; 2) validade, interpretação e a eficácia de normas determinadas; 3) controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública; 4) grave insegurança jurídica; 5) relevante multiplicação de processo sobre questões idênticas. Uma súmula vinculante sobre algemas, nesse contexto, somente seria possível se versasse sobre nulidade pelo uso de algemas em júri.

(CONCLUSÃO) A utilização da Sumula vinculante 11, impõe condições para o uso de algemas que nem mesmo a legislação ordinária faz. Apenas os artigos 474, §3º, do CPP e o 234, §1º, do CPPM versavam, antes da Lei 11.689/08, sobre algemas. Mas nenhum deles exige explicação por escrito para uso da algema. Ou seja, o STF inovou por via contestável. Após estudo na área recomenda-se uma revisão na mesma para adequá-la a nossa realidade de forma a deixar claro que o uso de algemas é sim necessário e não uma excepcionalidade como exprime o STF no tocante ao uso de algemas.

A3 – DIREITO

O USO DE CÉLULAS-TRONCO SOB A ÉGIDE DOS DIREITOS HUMANOS

*Adriana Texeira Bezera
Érika Juliana Louzeiro De Lima
Natália Araujo Roque
Patrícia Mayara Souza Cruz
Viviane De Lima Bezerra*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Vânia Vaz Barbosa Cela

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O uso e manipulação de células-tronco para tratamento de doenças degenerativas é um assunto atual que tem provocado debates não só no Brasil, mas em muitas partes do mundo. Um tema bastante polêmico, que vai de encontro a vários princípios enraizados no seio da sociedade. Princípios éticos, morais e religiosos são confrontados quando se fala em células-tronco, tendo como maior embate a violação dos direitos humanos, que são resguardados não só pelo nosso Ordenamento, mas, internacionalmente. Princípios que defendem veemente a vida, bem como sua ininterruptão ou qualquer tipo de agressão que a ela se faça. Questão que é foco desta exposição, que mais detalhadamente veremos adiante.

(METODOLOGIA) Para este estudo, foi utilizado o Código Civil que dispõe sobre os direitos do nascituro, os quais a lei põe a salvo desde a concepção, como também a Constituição que resguarda, em seu artigo 5º, os direitos fundamentais inerentes à natureza humana. Além de embasamento no ordenamento jurídico brasileiro, buscou-se também respaldo em tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário, como o Pacto de San José, e a Carta da ONU dos Direitos Humanos. Foram também feitas pesquisas no âmbito científico, bem como estudo de artigos jurídicos que abordam o tema em questão e especialmente uma análise quanto ao assunto no contexto do Ordenamento Jurídico brasileiro, representado pelo posicionamento do STF diante da conjuntura polêmica de tal embate.

(RESULTADOS) Como resultado, pretende-se mostrar de forma ampla, as diversas implicações do tema sobre o uso de células-tronco, expondo de modo panorâmico, aspectos morais, éticos, religiosos, dando, portanto, ênfase principal à questão concernente aos Direitos Humanos. Analisando os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, onde por um lado, figura o direito maior que é o direito à vida, que assegura a proteção do material genético, pois quando se recorre à manipulação de embriões, que possuem toda a riqueza genética de um ser humano, fere-se a vida, se entendermos que ela começa com a concepção, não podendo desde então ser violada. Em contrapartida, existe o princípio da dignidade da pessoa humana, através do qual, o paciente tem como direito, buscar todos os recursos possíveis para o tratamento de sua enfermidade. Dois interesses tão importantes, quais sejam o direito à vida e a dignidade da pessoa humana, que neste estudo encontram-se em posições tão antagônicas. Procuraremos expor a problemática que gira em torno de um tema extremamente relevante para a humanidade, sopesando as questões primordiais, de forma a tentar esclarecer as facetas que este assunto possui, bem como, as divergentes posições que se mostram crescentes no Brasil e em além-fronteiras, por tratar-se de um contexto de repercussões internacionais.

(CONCLUSÕES) Conclui-se que a Ciência, sempre tem andado em passos muito mais largos que o Direito, pois as normas jurídicas sempre vêm a reboque das transformações sociais. Muitas vezes o avanço científico abala princípios morais, éticos e jurídicos relevantes, dos quais não se deve facilmente renunciar. Princípios acobertados não só pela Constituição, como também por tratados internacionais como o princípio à vida e a dignidade da pessoa humana, precisam ser preservados, porém o avanço da Ciência tem tentado mitigá-los. No entanto, a humanidade tem o papel precípua de defender seus direitos e princípios, mormente àqueles inerentes à própria vida humana. Deixando mais ameno, do ponto de vista jurídico o debate que se acirra sobre o conflito supracitado, fica submetido à análise do avaliador, qual seria seu ponto de vista, sua opinião clara, objetiva, e, sobretudo consciente a partir do conhecimento que se tem de um assunto com tamanha complexidade e amplitude mundial.

A3 – DIREITO

OS PARÂMETROS SOCIAIS E JURÍDICOS QUE FUNDAMENTAM A CRIMINALIZAÇÃO DO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

*Ana Paula Ramalho Dantas
Lissa Romana Costa Dos Santos
Raíssa Lorena Macedo Moura
Sílvia Lorena Figueiredo Fernandes
Viviane Miranda Da Câmara*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Alexandro Gomes Bezerra Dos Santos
Rita De Cássia Andrade Silva
Pablo Moreno Paiva Capistrano*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Esse trabalho visa analisar quais são os parâmetros, sociais e jurídicos, que determinam se o consumo de substâncias psicotrópicas (aquelas que agem no cérebro, modificando o seu funcionamento, trazendo como consequência alterações do comportamento e do psiquismo) constitui ou não um crime. A pesquisa possui o intuito de fazer entender por que drogas que pertencem ao mesmo padrão de classificação são tratadas distintamente pela lei. O trabalho dará especial enfoque às drogas que são objeto de uma discussão mais controversa acerca do assunto abordado, são elas: álcool e cigarro. Por mais que estas contenham as mesmas características das substâncias consideradas ilícitas, produzindo efeitos semelhantes, não se encontram em igual patamar de ilicitude. Ao se falar em ilicitude remete-se diretamente para o conceito de crime, que possui diversas concepções dependendo do campo de conhecimento explorado, que no estudo apresentado serão de cunho social, filosófico e jurídico. No âmbito social, um ato criminoso seria um ato reprovável pela sociedade, fugiria aos valores sociais direcionados à realização do bem comum. Do ponto de vista filosófico crime, na leitura utilitarista (MILL), seria aquilo que causa um prejuízo ilegítimo a um terceiro. Em se tratando da área jurídica, crime seria definido como fato típico, antijurídico e culpável.

(METODOLOGIA) Para atingir os fins propostos ao trabalho, optou-se por uma pesquisa de caráter teórico, qualitativo e de nível descritivo, com um levantamento bibliográfico, no qual se abordou critérios para classificar uma droga como lícita ou ilícita, tendo como um dos pontos de referência a busca por uma proporcionalidade entre o dano causado pelo uso da droga e a sanção imposta ao agente, em razão da Lei nº 11.343/06.

(RESULTADOS) Verificou-se com os levantamentos teóricos que houve uma mudança significativa no tratamento punitivo do agente que consome substâncias ilícitas, pois a natureza jurídica da sanção penal foi modificada, tendo em vista que o usuário, anteriormente punido com pena privativa de liberdade, é atualmente penalizado com pena restritiva de direitos. Ou seja, o preceito primário da norma penal (descrição da conduta) permanece o mesmo, enquanto o preceito secundário (previsão da pena) sofreu transformação, passou a ser mais brando.

(CONCLUSÃO) O agente que visa ao consumo pessoal de drogas ilícitas previstas legalmente, além de ser penalizado juridicamente por sua ação, é ainda vítima de seu próprio comportamento. O fato de viver em sociedade torna indispensável que cada um esteja obrigado a observar uma certa linha de conduta para com os demais, dessa forma, tal posicionamento consiste em não prejudicar os interesses uns dos outros. Conforme pode-se perceber os aspectos morais e culturais são fundamentais na determinação da criminalização ou não de uma conduta, ao contrário do proposto pelas correntes utilitaristas. Sendo assim, com base no neoconstitucionalismo que defende uma interligação entre o direito e a moral, deve o texto da norma jurídica ser elaborado e trabalhado em consonância com os valores presentes na comunidade, por isso determinadas condutas, na atualidade, não são consideradas crimes.

A3 – DIREITO

OS REFLEXOS DA NOVA LICENÇA MATERNIDADE NA INICIATIVA PRIVADA

Roberta Borelli De Souza
Marília Gabriella França Silva
Kamila Moura Rocha
Lais De Carvalho Pinheiro
Greyce Caroline Pinheiro De Souza
Gesane Borges Marinho Dantas

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Lenice Silveira Moreira
Marcelo De Barros Dantas

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Em 9 de setembro do corrente ano foi sancionada a Lei nº 11.170/2008, criadora do Programa Empresa Cidadã, que prorroga a licença maternidade em dois meses, mediante concessão de incentivo fiscal às empresas optantes do programa. A aludida lei tem gerado insegurança em empresários do âmbito privado, preocupados com os custos extras a ela inerentes, o que reflete a importância do tema em nosso ordenamento jurídico. **(METODOLOGIA)** Foi realizada uma pesquisa exploratória para aferir os impactos da lei na iniciativa privada, através de levantamentos bibliográficos, consultas à legislação, bem como recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e pareceres de profissionais da área jurídica.

(RESULTADOS) Foi constatado que, enquanto no serviço público as funcionárias gestantes já gozam desta prerrogativa desde a publicação da lei, no âmbito privado, a dilatação da licença maternidade só ocorrerá a partir de 2010, devido à adaptação a ser feita na Lei Orçamentária, por ocasião da renúncia fiscal, que reduzirá a arrecadação do Estado. A nova lei tenta adequar a atual legislação brasileira, que concede uma licença de quatro meses, à recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) de que o filho deve ser amamentado pela mãe por, no mínimo, seis meses. Outrossim, estudos indicam que, quanto maior a convivência entre mãe e filho nos primeiros meses de vida, maiores são os ganhos físicos, psicológicos e cognitivos. O tempo de contato que terão a mais virá a suprir carências sociais e outras oriundas do insuficiente aleitamento materno, bem como da ausência de afetividade entre pais e filhos adotivos, que foram igualmente contemplados com a nova lei. Contudo, muitas críticas surgiram com o advento desta lei, dentre as quais o fato de a adoção da nova licença ser uma faculdade da empresa. Para os críticos, uma lei não pode surgir para facultar algo, e, voluntariamente, não haverá adesão ao programa. O incentivo fiscal será concedido mediante permissão ao empregador de descontar os dois meses de salário em imposto de renda, que é feito uma vez por ano. Assim, a empresa terá de arcar com os custos até que o valor seja descontado no imposto de renda. Do mesmo modo, o prazo de seis meses pode ser um empecilho para a inserção da mulher no mercado de trabalho, pois em muitos cargos não há como se afastar por todo esse tempo. Porém, a principal crítica feita à lei é que a mesma não inseriu no projeto as micro e pequenas empresas, que adotam o regime de lucro presumido ou optam pelo Supersimples, que representam cerca de 99% das empresas e empregam, em média, 70% das mulheres que trabalham. De tal modo, apenas 1% das empresas, apenas aquelas tributadas com base no lucro real, poderão proporcionar o benefício às suas funcionárias em período gestacional.

(CONCLUSÃO) O grupo verificou, ao final da pesquisa, que o aumento do prazo da licença maternidade não acarretará grandes mudanças no cenário empresarial atual, em primeira análise, por ser o aumento da licença uma decisão optativa da empresa, que irá refletir acerca dos custos e benefícios da decisão, e, por deliberação própria, poderá aderir ou não ao programa, bem como o fato de a nova lei abranger apenas uma ínfima parcela das empresas privadas. Pôde-se perceber que a iniciativa legislativa foi extremamente pertinente, trazendo benefícios para a saúde física e psicológica de mães e filhos. Entretanto, com a exclusão das micro e pequenas empresas do programa, o campo de abrangência foi bastante reduzido, não alcançando, portanto, o fim pretendido. Tal supressão frustrou, em parte, os anseios populares.

A3 – DIREITO

PANORAMA HISTÓRICO DOS DIREITO FEMININOS: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

*Marina Fernandade De Moura
Raquel Maria Da Costa Silveira
Liana Ramalho Silva
Silvana De Sena Patrício*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Ana Paula Cacho
Lenice Silveira Moreira*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Desde a narrativa bíblica da criação a mulher foi colocada em posição de subordinação ao marido. Juntamente com a idéia de que a mulher provém da matéria-prima do homem, reforçou-se o ideário de inferioridade feminina, a qual dependeria do homem. As mulheres historicamente estiveram afastadas das instâncias do poder. O presente trabalho visa discutir a histórica inferiorização da mulher nos paradigmas sociais, além dos avanços obtidos em uma trajetória longa e árdua que acarretou conquistas e renúncias.

(METODOLOGIA) Este trabalho baseou-se em pesquisas bibliográficas, como também a leitura de textos virtuais e artigos que somados possibilitaram o levantamento de dados importantes para o desenvolvimento do estudo. A fim de obter as informações necessárias para alcançar seu objetivo, a pesquisa buscou dados históricos que norteassem a problemática do trabalho, assim como comprovassem as desigualdades com a finalidade de constatar o progresso do direito feminino.

(RESULTADOS) Em Roma, a família era um organismo social, religioso, econômico e por vezes militar reunido sob a autoridade do pater familias. Essa estrutura familiar estava subordinada à autoridade paterna, a sucessão estava na linhagem masculina. A mulher ao casar deixava de fazer parte da família do pai, deixando de ser seu parente, passando a fazer parte da família do marido, como se passasse a ser filha deste. Na Idade Média, a mulher era subjugada pelos homens e pela Igreja, os quais a reduziram à figura de mera procriadora e destituída de mentalidade racional. Eram consideradas pelo Clero criaturas débeis, incapazes, tendo assim, que estarem sempre sob a tutela masculina. A maioria das meninas era analfabeta, e as que estudavam não passavam das primeiras letras, mesmo nas classes mais abastadas. Na Idade Moderna, com a Revolução Industrial, a absorção do trabalho feminino pelas indústrias, como forma de baratear os salários, inseriu definitivamente a mulher na produção. Ela passou a ser obrigada a cumprir jornadas de até 17 horas de trabalho em condições insalubres e submetidas a espancamentos e humilhações, além de receber salários até 60% menores que os dos homens. Na Idade Contemporânea, percebe-se uma tendência a mudanças drásticas se comparadas às épocas anteriores, visto que, na maioria das constituições a mulher já é igualada em direitos ao homem, podendo exercer com maior liberdade seus direitos civis, fortalecidos com o Estatuto da Mulher Casada, pois a mulher deixou de ser considerada civilmente incapaz. No campo econômico, verificou-se a afirmação definitiva no mercado de trabalho e a participação efetiva da mulher na sociedade, mostrando que não prevalece mais a realidade anteriormente vista.

(CONCLUSÃO) Ao analisar o cotidiano da sociedade atual, constata-se a efetiva participação da mulher em todos os campos de atuação profissional, ocupando funções nos poderes executivos, legislativo e judiciário, e também cargos administrativos nas esferas municipais, estaduais e federais. O maior acesso à educação e à formação acadêmica demonstra o interesse de comprovar a sua capacidade e competência, além de ter papel ativo na sociedade, diminuindo o preconceito e as desigualdades. No entanto, mesmo após séculos de lutas e conquistas as mulheres continuam em situação de desigualdade em relação aos homens. Percebe-se, ao longo do tempo, um desrespeito à dignidade da pessoa humana da mulher e aos direitos de personalidade. Esses são os pontos fundamentais que compõem o problema de toda a sua evolução. A mídia contribui bastante para a formulação de pensamento machista. A mulher é apresentada como tendo a obrigação de ser mãe, esposa, dona-de-casa e ainda excelente profissional, sem descuidar da beleza. Esse último ponto é amplamente explorado pela mídia, a qual esbanja “corpos perfeitos” com fins lucrativos.

A3 – DIREITO

PEDOFILIA-UMA EMERGÊNCIA DO SÉCULO XXI

Náilson Magnus Da Silva
Marcelo Carlos Maia Pinto
Charles Lindbergh De Souza Costa
Diego De Andrade Barbalho

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Noemi Favassa
Ana Paula Cacho
Pablo Capistrano

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Este trabalho tem por objetivo o estudo sobre tema polêmico divulgado na mídia brasileira, não obstante, estar presente desde o início da humanidade. Assim sendo, tentaremos evidenciar as origens, motivos e conseqüências da pedofilia, tanto no âmbito moral/sociedade quanto da ética/indivíduo, uma vez que só atualmente, com a veiculação de casos pela mídia, é que a sociedade acordou para tal problema que surge principalmente no seio da própria família.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, em sites especializados no tema, revistas especializadas e contextualização histórico-jurídico do fenômeno criminal a partir de uma leitura doutrinária e sociológica a respeito do tema.

(RESULTADOS) Observamos que na antiguidade, mais precisamente na Grécia e no Império Romano, o uso de menores para a satisfação sexual de adultos foi um costume tolerado e até prezado pelas sociedades daquela época. Desta forma, partindo de uma perspectiva histórica ao analisar a existência do comportamento pedófilo já em épocas remotas, um questionamento poder ser feito: esse comportamento seria da natureza do homem? A pedofilia é definida simultaneamente como doença, distúrbio psicológico e desvio sexual (ou parafilia) pela Organização Mundial de Saúde. De acordo com os manuais de classificação dos transtornos mentais e comportamentais (CID 10 e DSM - IV) encontramos que a pedofilia caracteriza-se pela atração sexual de adultos ou adolescentes por crianças. O simples desejo sexual, independente da realização do ato sexual, já caracteriza a pedofilia, isso obviamente não do ponto de vista criminal (posto que sobre esse aspecto é necessário a consumação do ato para haver crime). Não é preciso, portanto, do ponto de vista do diagnóstico psicológico, que ocorram relações sexuais para haver pedofilia. O fato de ser considerada um transtorno, não reduz a necessidade de campanhas de esclarecimento visando à proteção de nossas crianças e adolescentes e nem retira a responsabilidade do pedófilo pela transgressão das barreiras geracionais.

(CONCLUSÃO) Percebemos mediante a pesquisa realizada que a pedofilia além de ser considerada uma doença, é também de outra forma considerada como uma vertente da violência haja vista que não se pode universalizar os atos de pedofilia como uma doença. Outrossim, pela divulgação cada vez mais acirrada pela mídia, as conseqüências desta prática nefasta, mostra uma mudança na sociedade, uma comoção e revolta generalizada não apenas contra o indivíduo pedófilo, bem como contra as autoridades públicas que muitas vezes não atuam de maneira eficaz no sentido de repreender este tipo de atitude. No aspecto penal, não existe um crime tipificado como “pedofilia” na legislação brasileira. As conseqüências do comportamento de um pedófilo é que podem ser consideradas crime. Os crimes geralmente cometidos por pedófilos são: Atentado violento ao pudor, Estupro, Pornografia Infantil. Atualmente tramitam pelo Congresso cerca de 6 projetos de lei que visam dar à justiça brasileira maior ação no combate a práticas sexuais envolvendo crianças.

A3 – DIREITO

PESQUISAS COM CÉLULAS-TRONCO: VISÃO JURÍDICA, CIENTÍFICA E RELIGIOSA.

*Renan Da Silva Fernandes
Luiz Henrique De Castro Ferreira
Marco Tulio Medeiros
Victor Bezerra
Pedro Gadelha*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Rita De Cassia Andrade
Alan Dias Barros
Carlos Wagner*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A presente investigação tem como finalidade apresentar algumas idéias sobre a pesquisa com células-tronco, a partir das diversas posições de ordem religiosa, jurídica e científica. A escolha do tema foi devido à grande relevância da questão, bem como por estar em debate público atualmente, nos veículos de comunicação de massa. O potencial curativo em estudo a partir das pesquisas com células-tronco tem dado esperança a pessoas com doenças chamadas de incuráveis. O estudo pretende ainda traçar breve idéia sobre a origem de ser o tema tão polemico mundialmente.

(METODOLOGIA) Foram levantados os posicionamentos da Igreja Católica, a partir dos documentos oficiais da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); No campo do Direito através dos códigos e leis; No campo da Ciência e da Medicina, através da produção bibliográfica de instituições de pesquisa, pesquisadores e médicos. Os procedimentos utilizados pelo nosso grupo para obter informações, documentos jurídicos, artigos científicos e opiniões acerca do assunto das células-tronco, foram pesquisas feitas na Internet, especialmente no site do STF, a fim de obter pareceres e decisões dos ministros; e também e artigos acadêmicos tratando do tema proposto. Foram consultadas, ainda, fontes bibliográficas do acervo da FARN. Além da legislação infra e constitucional acerca do tema, Com o intuito de identificar os posicionamentos de alguns segmentos, realizamos entrevistas pessoas das áreas envolvidas nesse debate, como médicos especializados nesse assunto, advogados e religiosos atuantes. Para tornar o trabalho científico mais prático, acrescentamos também processos que se perpetuam na justiça contra a lei de biossegurança, que autoriza as pesquisas com células tronco.

(RESULTADO) A partir da abordagem do tema, analisamos todas as visões dos envolvidos nessa questão, percebemos que através do artigo 5º da Lei de Biossegurança, é liberado o uso de embriões de acordo com alguns requisitos. A partir disso, surge uma polêmica com relação a essa lei, pois uns consideram-na inconstitucional, já outros alegam estar em concordância com a Constituição. Com relação ao descumprimento da lei da biossegurança, analisamos a lei nº 11.105/05 que fiscaliza as exigências permitidas para o uso das células tronco embrionárias, assim como proíbe a comercialização de material biológico e clonagem humana com conseqüências penais para o seu descumprimento. No âmbito penal e civil relacionado à lei da biossegurança, analisamos também dispositivos da Lei 10.406/2002 (Código Civil) e da Lei 9.434/97, que tratam, respectivamente, dos direitos do nascituro, da vedação à gestante de dispor de tecidos, órgãos ou partes de seu corpo vivo e do ato de não oferecer risco à saúde do feto. Com relação à Constituição Federal, o descumprimento ou não dos princípios da dignidade humana e do direito a vida são os dois maiores enfoques da matéria. **(CONCLUSÃO)** Depois de todo trabalho realizado pelo grupo, através de pesquisas, entrevistas, leitura de códigos, e da Constituição Federal, conseguimos ter um posicionamento a cerca do assunto tratado que é ser favorável, a essas pesquisas com células-tronco, ressaltando sua grande importância para o avanço da medicina regenerativa, e dizer que todo problema dessa questão, é o real uso que a civilização faz, para o bem ou para o mal de suas invenções.

A3 – DIREITO

PLATÃO DE ATENAS: INFLUÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE ATUAL

Gontran Costa De Azevedo Junior

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Noemi Favassa

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como objetivo o estudo da vida, idéias, contribuições e influências intelectuais de Platão de Atenas um filósofo grego do século IV a.C. Diante do que foi estudado pode-se inferir que o Filósofo contribuiu de forma bastante significativa para compreensão de diversos aspectos sociais atuais, preocupando-se em focar diversos temas tais como: ética ,política, metafísica, teoria do conhecimento, teoria das idéias, reminiscência **(METODOLOGIA)** O referido trabalho utilizou como fonte de pesquisa principal, diversos livros filosóficos de suma importância para a compreensão do pensamento Platônico, bem como do recurso da Internet para aprimorar e aprofundar os conhecimentos sobre o tema, afim de que seja um trabalho com aspectos científicos sobre o filósofo claramente apresentados. **(RESULTADOS)** A partir do estudo realizado, obtivemos como resultado que a influência de Platão na filosofia é certamente maior do que a de qualquer outro filósofo. A teoria das idéias de Platão sugere duas realidades, uma visível, transitória, outra transcendente, eterna, imutável, a partir dos estudos realizados sobre o citado filósofo, podemos constatar que Platão foi o primeiro a idealizar a noção de que o homem está em contato permanente com dois tipos de realidade: a inteligível e a sensível. A primeira é a realidade mais imutável, igual a si mesma. A segunda são todas as coisas que nos afetam os sentidos, são realidades dependentes, mutáveis e são imagens das realidades inteligíveis. Tal concepção de Platão constitui uma maneira de garantir a possibilidade do conhecimento e fornecer uma inteligibilidade relativa aos fenômenos. Para Platão, o mundo concreto percebido pelos sentidos é uma pálida reprodução do mundo das Idéias. Platão dizia a respeito das idéias que nós não estamos em completo estado de ignorância sobre elas, do contrário não haveria desejos do homem em procurá-las. Platão como filósofo buscava a verdade plena, em algo estável, pois a verdade não pode variar. Logo ela seria buscada em algo superior. O conhecimento seria do próprio homem enquanto alma, teria fins morais como levar o homem a bondade e a felicidade. No que se referia ao mundo material o homem só poderia ter a técnica e a opinião o que permitiria a sobrevivência do homem. **(CONCLUSÃO)** Conclui-se após esse trabalho que as obras de Platão são de suma importância para a compreensão da realidade que nos cerca através da abordagem de várias teorias importantes como teoria do conhecimento, teoria das idéias o que nos leva a compreender com mais clareza temas como justiça, diálogo ético, etc...

A3 – DIREITO

PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E O NOVO CÓDIGO CIVIL

Anna Kamilla Fernandes Da Cunha

Camila Café De Santana

Gabrielle Santiago Gomes

Lucianne Maria De Souza Valença

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Rita Andrade

Alan Dias Barros

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A história da humanidade nos mostra a dura e difícil batalha das pessoas com "deficiência" para conquistar um espaço na sociedade. São exemplos de luta que podem servir de base para a valorização do ser humano com "deficiência", para oportunizar seu ingresso no convívio social, especialmente no que diz respeito ao mercado de trabalho. No campo do Direito a pretensão a ser atingida com a referida pesquisa é levantar os diversos elementos garantidores ou cerceadores dos deficientes existentes no nosso ordenamento jurídico, em particular no nosso código civil, em relação às diretrizes contidas no novo tratado internacional assinado pelo Brasil que versa sobre o tema. Temos como exemplo a análise de aplicabilidade do instituto de curatela ao considerado incapaz, ressaltando o art. 1 e art. 4;(III) do tal Código. **(METODOLOGIA)** Trata-se de um estudo bibliográfico e documental cuja análise será orientada por preceitos de ordem do campo da Filosofia e Sociologia, no que se aos fundamentos inerentes aos Direitos Humanos. No campo jurídico está fundamentada no direito Civil. Foi procedida uma entrevista a um portador de deficiência visual e levantamento de dados estatísticos retirados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Para efeito desta investigação procurou-se incluir algumas noções básicas quanto à definição de deficiente que é reconhecido como condição psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho das atividades, dentro do padrão considerada normal para o ser humano. **(RESULTADO)** Segundo os dados levantados tem-se o seguinte: Foram mais de 22.000 pessoas portadoras de algum tipo de deficiência que passaram a trabalhar com carteira assinada, o maior número da história do MTE. A Região Nordeste está em segundo lugar no ranking de contratações, onde se registra mais de 4.704 pessoas portadoras de necessidades especiais com suas carteiras assinadas, no Rio Grande do Norte, mais de 612 pessoas se encontrando nesta mesma situação. Foram estabelecidas diretrizes nas diversas áreas de atenção à população portadora de deficiência, como a de emprego e renda, de seguridade social, de legislação, as quais os Estados membros devem considerar na definição e execução de suas políticas, planos e programas voltados a estas pessoas. Quanto às responsabilidades estatais com a garantia da dignidade humana da pessoa com deficiência constata-se uma ação ainda tímida dos governos na aprovação das leis que tratam dos direitos dos cidadãos. **(CONCLUSÃO)** A falta de informação contribui para a exclusão. No campo do direito, atualmente, a política Nacional para integração de pessoas portadoras de deficiências no mercado de trabalho e na sociedade em geral é disciplinada por leis, decretos, que compreendem um conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência. O tratado internacional assinado pelo Brasil se compromete à patrocinar políticas públicas de inclusão social, emprego e educação para os deficientes, o tratado a que se refere é a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (Decreto Legislativo nº 168/2008) o que culminou influenciando diretamente as normas jurídicas já existentes.

A3 – DIREITO

PÓS-POSITIVISMO E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

*Renata Carocha Seixas
Amanda Maia De Souza
Aldinízia De Medeiros Souza
Noêmia Joalina Alves Pinheiro*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Lenice Silveira Moreira De Moura
Rita De Cássia Andrade*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Este trabalho aponta algumas diferenças entre a concepção hermenêutica positivista, centrada no paradigma liberal-individualista, e a crítica pós-positivista, sobretudo na percepção de Lênio Streck, defensor de uma hermenêutica filosófica e de uma eficácia na aplicação da Constituição a fim de que o Direito assuma caráter transformador da sociedade, considerando aspectos sociais, políticos e econômicos na aplicação do direito ao caso concreto.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma investigação teórica, de caráter qualitativo, eminentemente bibliográfico sobre a literatura especializada na matéria, que permitiu uma análise comparativa a respeito da hermenêutica positivista e pós-positivista. Tal ideologia, já está sendo aceita e aplicada por alguns órgãos julgadores superiores, como a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais.

(RESULTADOS) A partir do estudo realizado identificamos que as concepções teóricas mais atuais sobre o direito vêm apontando para uma superação do positivismo jurídico, isto porque esse método revela-se ineficaz para resolver os conflitos sociais que extrapolam os direitos individuais, pois centra-se no paradigma racionalista, que parte da idéia de total compreensão das relações a partir de uma ótica racional – dedutiva, tendo como pressuposto a completude e auto-suficiência do Direito, interpretado por um processo silogístico de subsunção dos fatos à norma, preparado para resolver conflitos individuais. As interpretações envolvidas nesse sistema tornam o texto constitucional inócuo e obstruem a realização de direitos, pois são insuficientes para resolver os conflitos sociais que ganharam maior complexidade ao longo desse tempo. Nesse sentido, há uma crise da eficácia, que corresponde à incapacidade do sistema responder às necessidades da sociedade, o que gera um abismo entre a legalidade e a faticidade das regras jurídicas. Esse paradigma positivista mostra-se incompatível com o neoconstitucionalismo. Dessa incompatibilidade surge um novo paradigma hermenêutico, fundamentado na lingüística, levando-se em consideração os diversos sentidos do texto relacionado ao contexto da realidade concreta. Essa hermenêutica, apresentada por Lênio Streck, é fenomenológica e não uma mera técnica que extrai o significado da lei-em-si, mas um método para a aplicação dos princípios que norteiam a Constituição, a fim de cumprir as promessas do Estado Democrático de Direito.

(CONCLUSÃO) As percepções críticas acerca da hermenêutica constitucional têm aberto caminho para uma crescente preocupação com a eficácia da Constituição, fruto do pós-positivismo e do Estado Democrático de Direito, presentes nas concepções de Paulo Bonavides, Luis Roberto Barroso, Tércio Sampaio Ferraz Jr., Eros Grau, entre outros, preocupados com a inefetividade da Constituição, visto que há fatores que vão além da norma e requerem – obviamente – uma análise mais aprofundada de acordo com a complexidade da sociedade em que vivemos, o que já pôde ser lobrigado em órgãos julgadores superiores, como em decisão recente da Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais. Tal órgão decidiu pela incapacidade laboral de portador do vírus HIV, obrigando o pagamento de benefício assistencial pelo INSS sem necessidade de carência, mesmo com laudo pericial tendo afirmado inexistir incapacidade para o trabalho. A juíza federal julgou procedente o pedido do autor sob o foco dos aspectos sociais e culturais, fundamentado no princípio da dignidade da pessoa humana, considerando todo tipo de preconceito que ainda impera na sociedade e os efeitos colaterais que os coquetéis de medicamento produzem no portador desta doença, revelando um caráter pós-positivista e como este fenômeno vem ocorrendo na prática.

A3 – DIREITO

POSITIVISMO JURÍDICO: BREVE ESTUDO SOBRE A TEORIA IMPERATIVISTA DA NORMA JURÍDICA

Heloísa Pessoa Teles De Oliveira

Luana Correia Borges

Milena Rangel De Brida

Taísa Pinto Nascimento

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Pablo Capistrano

José Eduardo Moura

Rita De Cássia Andrade Silva

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O Positivismo jurídico considera que somente é Direito aquilo que é posto pelo Estado, sua tese básica é que o direito deve ser entendido a partir de alguns aspectos fundamentais, dos quais discutiremos um: a teoria imperativista da norma jurídica. É pela direta e profunda influência que este aspecto exerce sobre o nosso sistema jurídico, tendo, inclusive, a jurisprudência pátria uma vinculação permanente de seus ensinamentos, que são necessárias algumas considerações sobre este tema. Assim, este trabalho realizará uma breve análise lógico-jurídica acerca de aspectos da teoria imperativista da norma que afetam a argumentação jurídica.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo bibliográfico e exploratório, centrado na análise das obras: O Positivismo Jurídico de N. Bobbio; Os usos do argumento de S. Toulmin e das idéias filosóficas de Austin. Orienta-se para a identificação dos principais elementos caracterizadores da doutrina juspositivista e em especial para a Teoria Imperativista da Norma Jurídica e suas conseqüências lógicas. Realiza ainda uma análise da Teoria Imperativista a partir de uma visão lógica em Austin, não totalmente explorada em trabalhos científicos, sendo, porém idéias norteadoras do positivismo jurídico.

(RESULTADO) Baseando-se nos ensinamentos de Austin e outros autores positivistas, Bobbio definiu que as proposições que expressam as normas jurídicas são imperativos hipotéticos: ditam um dado curso de ação (comando) para se chegar a um fim específico. Sendo as normas jurídicas imperativos hipotéticos, elas têm a forma lógica de uma condicional, "Se A é, B deve ser". Assim, esse enunciado formaria a premissa maior "Se A, então B" do chamado silogismo jurídico, conhecido como modus ponens que, juntamente com a premissa menor "A", permite a conclusão "B". Isto é, três proposições declarativas se conectam de tal modo que se as primeiras duas, premissas, forem verdadeiras, sua conclusão será verdadeira. Sobre essas estruturas Toulmin (1958) introduziu novas idéias, aprimorando a visão tradicional do silogismo jurídico: as premissas têm funções diferentes na argumentação, ou seja, a premissa maior 'A, então B' tem a função de garantia (W), ou o que autoriza a passagem do dado (A) para a conclusão (B). Já o que é a premissa menor, no silogismo clássico, é agora dado (A), são os fatos que alegamos, que consideramos verdadeiros (mas podem ser falsos a depender de suas relações com a realidade). Toulmin ainda enriquece o critério da avaliação dos argumentos ao afirmar que não só existem argumentos analíticos, cuja validade depende, exclusivamente, de sua estrutura lógica, formal, mas também existem os argumentos substanciais, cuja validade depende de aspectos de sua matéria.

(CONCLUSÃO) Conclui-se, que, para Austin, as normas jurídicas são imperativos hipotéticos que têm a função de premissa maior em um silogismo clássico. No Direito, esse silogismo tem como premissa menor os fatos jurídicos e como conclusão o que decorre logicamente como a melhor solução para o caso concreto. Isso seria um modelo de argumento analítico. Já segundo Toulmin, tanto nos argumentos analíticos como nos substanciais, a norma jurídica, o imperativo hipotético de Austin, teria a função de garantia (W). O que Austin estabelece como sendo premissa maior, Toulmin entende como sendo a "regra" que permite a passagem do dado para a conclusão (sentença). Nesta perspectiva, a norma jurídica seria não só uma premissa, mas também uma "regra" de passagem do dado para a conclusão.

A3 – DIREITO

PÓS-POSITIVISMO E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

*Renata Carocha Seixas
Amanda Maia De Souza
Aldinízia De Medeiros Souza
Noêmia Joalina Alves Pinheiro*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Lenice Silveira Moreira De Moura
Rita De Cássia Andrade*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Este trabalho aponta algumas diferenças entre a concepção hermenêutica positivista, centrada no paradigma liberal-individualista, e a crítica pós-positivista, sobretudo na percepção de Lênio Streck, defensor de uma hermenêutica filosófica e de uma eficácia na aplicação da Constituição a fim de que o Direito assuma caráter transformador da sociedade, considerando aspectos sociais, políticos e econômicos na aplicação do direito ao caso concreto.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma investigação teórica, de caráter qualitativo, eminentemente bibliográfico sobre a literatura especializada na matéria, que permitiu uma análise comparativa a respeito da hermenêutica positivista e pós-positivista. Tal ideologia, já está sendo aceita e aplicada por alguns órgãos julgadores superiores, como a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais.

(RESULTADOS) A partir do estudo realizado identificamos que as concepções teóricas mais atuais sobre o direito vêm apontando para uma superação do positivismo jurídico, isto porque esse método revela-se ineficaz para resolver os conflitos sociais que extrapolam os direitos individuais, pois centra-se no paradigma racionalista, que parte da idéia de total compreensão das relações a partir de uma ótica racional – dedutiva, tendo como pressuposto a completude e auto-suficiência do Direito, interpretado por um processo silogístico de subsunção dos fatos à norma, preparado para resolver conflitos individuais. As interpretações envolvidas nesse sistema tornam o texto constitucional inócuo e obstruem a realização de direitos, pois são insuficientes para resolver os conflitos sociais que ganharam maior complexidade ao longo desse tempo. Nesse sentido, há uma crise da eficácia, que corresponde à incapacidade do sistema responder às necessidades da sociedade, o que gera um abismo entre a legalidade e a faticidade das regras jurídicas. Esse paradigma positivista mostra-se incompatível com o neoconstitucionalismo. Dessa incompatibilidade surge um novo paradigma hermenêutico, fundamentado na lingüística, levando-se em consideração os diversos sentidos do texto relacionado ao contexto da realidade concreta. Essa hermenêutica, apresentada por Lênio Streck, é fenomenológica e não uma mera técnica que extrai o significado da lei-em-si, mas um método para a aplicação dos princípios que norteiam a Constituição, a fim de cumprir as promessas do Estado Democrático de Direito.

(CONCLUSÃO) As percepções críticas acerca da hermenêutica constitucional têm aberto caminho para uma crescente preocupação com a eficácia da Constituição, fruto do pós-positivismo e do Estado Democrático de Direito, presentes nas concepções de Paulo Bonavides, Luis Roberto Barroso, Tércio Sampaio Ferraz Jr., Eros Grau, entre outros, preocupados com a inefetividade da Constituição, visto que há fatores que vão além da norma e requerem – obviamente – uma análise mais aprofundada de acordo com a complexidade da sociedade em que vivemos, o que já pôde ser lobrigado em órgãos julgadores superiores, como em decisão recente da Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais. Tal órgão decidiu pela incapacidade laboral de portador do vírus HIV, obrigando o pagamento de benefício assistencial pelo INSS sem necessidade de carência, mesmo com laudo pericial tendo afirmado inexistir incapacidade para o trabalho. A juíza federal julgou procedente o pedido do autor sob o foco dos aspectos sociais e culturais, fundamentado no princípio da dignidade da pessoa humana, considerando todo tipo de preconceito que ainda impera na sociedade e os efeitos colaterais que os coquetéis de medicamento produzem no portador desta doença, revelando um caráter pós-positivista e como este fenômeno vem ocorrendo na prática.

A3 – DIREITO

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

*Ana Carolina Rodrigues Chaves
Emanuela Cardoso Fontes De Lima
Lorena Garcia Divino
Raissa Gurgel Ponte*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ana Paula Cacho

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A Constituição Federal de 1988 caracterizou o patrimônio cultural brasileiro como conjunto de bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, e à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira. O preâmbulo de nossa Carta Constitucional diz “O bem que compõem o chamado patrimônio cultural traduz a história de um povo, a sua formação, cultura e, portanto, os próprios elementos identificadores da cidadania, que constitui princípio fundamental norteador da República Federativa do Brasil.” Dessa forma, todo bem, que se refira a nossa cultura, identidade e memória, deve ser reconhecido como parte do patrimônio cultural brasileiro e merece proteção especial do ordenamento jurídico e da comunidade. Nosso trabalho tem como objetivo mostrar o quão é necessário à preservação desses e as formas de proteção, como o tombamento e a lei, o que atualmente não é muito visto em nosso país.

(METODOLOGIA)

Os recursos metodológicos a serem utilizados para exposição do tema serão pesquisas bibliográficas, artigos publicados e imagens. Pretendemos dedicar um espaço aos patrimônios culturais do Rio Grande do Norte, valorizando a cultura de nosso estado.

(RESULTADOS)

A partir dos estudos realizados, e das imagens obtidas, nota-se que está havendo uma grande degradação dos patrimônios culturais, devido principalmente, à ação do tempo, à ineficácia do Ministério Público e de órgãos privados e ao crescimento imobiliário.

(CONCLUSÃO)

Baseando-se nos resultados, concluímos que é preciso que haja, o mais rápido possível, uma preservação dos patrimônios culturais, seja esse bem de valor cultural, tombado ou não, já que pode ter um acentuado valor cultural, mesmo que ainda não seja reconhecido ou até mesmo negado pelo administrador. É necessário também que o Poder público, juntamente com a colaboração da comunidade promova e proteja o patrimônio cultural brasileiro, pois assim, além de preservar bens materiais e imateriais, preserva nossa identidade e cultura.

A3 – DIREITO

PREVIDÊNCIA PRIVADA: SOLUÇÃO COMPLEMENTAR PARA O PROBLEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO

Raphael Nunes Tavares

Isabelle Sousa Martins

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Jean Soares Moreira

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A década de 80 foi marcada por uma crise fiscal do sistema previdenciário, pois a extensão dos benefícios ocorrida no período anterior não foi proporcionalmente compensada pela designação legal de novos mecanismos de financiamento do sistema de previdência. Desta forma, a proposta lançada na década de 30, e regulamentada somente em 1977 (Lei 6.435/77), a previdência privada complementar, têm sido vista por diversos juristas como a saída para os inúmeros problemas enfrentados pela previdência social. A presente análise apresentará o contexto social, econômico, político e primordialmente, o jurídico em que tais benefícios complementares surgiram e estão inseridos, tendo como principal escopo verificar a viabilidade deste regime, analisar as vantagens e desvantagens, visando garantir a proteção e o bem estar das categorias sócio – profissionais e até mesmo individual do cidadão. **(METODOLOGIA)** O artigo em comento resultou do estudo de diversas fontes bibliográficas, além de pesquisas efetuadas no espaço da world wide web. Muito embora não tenham sido realizadas pesquisas de campo, uma vez que não eram essenciais, buscamos elaborar o texto de maneira a aliar a teoria do instituto estudado com a prática verificada no dia a dia. O artigo foi, em sua integralidade, produzido pela dupla de estudantes que ora escreve, orientados e assistidos pelo professor da cadeira de Direito Previdenciário Jean Soares Moreira.

(RESULTADOS) Os resultados obtidos através de nossas pesquisas foram todos de cunho intelectual, uma vez que não foram realizadas visitas técnicas ou experiências práticas para o advento das conclusões que presentemente defendemos. Foi o estudo do tema, através de livros e artigos publicados, que exclusivamente possibilitou a feitura do trabalho em questão. Podemos, portanto, afirmar que os resultados do presente texto se confundem e se complementam com as conclusões obtidas.

(CONCLUSÃO) O esforço deste trabalho acadêmico resultou na abordagem particular que apresentamos para a questão aludida no título: A previdência privada como solução complementar para o problema previdenciário brasileiro. Através de exaustivas leituras e análises, concluímos que a eficiência e conveniência da previdência privada como sistema complementar e auxiliar é a alternativa mais viável para a problemática suscitada, além da segurança que tal instituto proporciona aos seus segurados. Explanamos sobre os principais benefícios oferecidos pelas entidades privadas de previdência, assim como não nos furtamos de analisar o papel destas em face ao Sistema de Seguridade Social brasileiro, cuja base assenta-se em texto constitucional. Todavia, prima face, salientamos que a iniciativa privada apresenta-se apenas como uma via complementar, auxiliar, posto que o Sistema Geral de Previdência Social deve ter sua existência e atuação garantida como instrumento do Estado para garantir direitos fundamentais do cidadão. Nesse diapasão, seguiu-se o cerne da nossa dissertação: que não se pode descartar a presença da previdência auxiliar, posto que há um momento de crise do Sistema Previdenciário básico, todavia, não há de se fazer uso unicamente de sistemas de previdência privada, uma vez que estes, sozinhos, não são capazes de suprir todas as necessidades do contribuinte, por mais regulamentação e fiscalização que exista, gerando um clima de insegurança e instabilidade ao associado. A solução para a previdência está em uma aliança entre ambos os institutos, organizada de forma coordenada, para que assim possamos minimizar os riscos de não ter a cobertura necessária diante da velhice ou infortúnios do trabalho, garantindo, de uma maneira sólida e satisfatória, o bem-estar do segurado.

A3 – DIREITO

REFLEXÃO SOBRE O DIREITO A DIFERENÇA

Danusa Regina F. B. Souza

Djalma Guimarães

Roberta Soares

Silvia Mendonça

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Pablo Capistrano

Ana Paula Cacho

Maria Aparecida Trindade

Rita Andrade

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Reflexões sobre os direitos e as garantias constitucionais das pessoas portadoras de necessidades especiais, a partir do conteúdo e aplicabilidade dos direitos garantidos nos textos constitucionais. Essa investigação contempla o estudo do tema, desde a época do Império Romano até os dias atuais. Com o intuito de analisar a evolução das conquistas adquiridas, também serão verificadas as novas leis, como por exemplo: Lei de Acessibilidade e Lei de Cota. Vale ressaltar, que a relevância filosófica desses direitos, decorre da distancia entre as garantias constitucionais que asseguram o direito de ser diferente e sua aplicabilidade.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que contém referências a vários autores que escrevem sobre este tema e os assuntos relacionados a ele, destacam-se: os portadores de necessidades especiais, Direito Romano, Cidadania, refletindo à luz da Constituição Brasileira.

(RESULTADOS) As pessoas portadoras de necessidades especiais representam um grupo muito discriminado pela sociedade, desde a antiguidade até os dias atuais. No Império Romano, por exemplo, as pessoas que não nasciam com a “forma perfeita” ou sem beleza física eram consideradas monstros ou prodígio. Essas deficiências eram consideradas castigo dos deuses, e os pais tinham o direito de rejeitá-las, desprezá-las e atirá-las em precipícios. Naquela época não existiam leis que garantissem seus direitos. No decorrer da pesquisa, observa-se uma evolução histórica na conquista desses direitos: surgiram as leis. Lei de Acessibilidade, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade dos PPNE, e Lei de Cota, que obriga as empresas a contratarem de 2% a 5% de deficientes para seu quadro de funcionário. Porém, os direitos “garantidos” não foram efetivados, e ao longo de décadas os portadores de necessidades especiais continuam sendo excluídos e tratados com preconceito pelos demais cidadãos. Por isso, identificou-se uma necessidade de aprofundar estudos sobre o tema, no sentido de tentar garantir que eles tivessem o direito de vivenciar sua própria diferença, conforme a Constituição Brasileira, que contempla a efetividade do exercício da cidadania. Aqui está fundamentada a reflexão filosófico/ética que diz que para a filosofia a diferença é a singularidade, no entanto, é pela moral que o homem é classificado como “pejorativamente” de diferente. Na ética o ser é em si singular, valoriza a si mesmo e aos outros na mesma medida. Na moral há classificações, e na sociedade os denomina de diferentes. A moral é injusta, a ética é igualitária. Assim sendo, faz necessário a rápida aplicabilidade de todas as leis que já constam na Constituição, tendo em vista que as mesmas são ferramentas que garantem o cumprimento destes direitos. A aplicação destas leis com base no Princípio da Isonomia e da Proporcionalidade, tem a finalidade de minorar os efeitos da hipossuficiência. Desta forma não haveria necessidade de recorrer ao Poder Judiciário em busca da efetividade do direito a diferença.

(CONCLUSÃO) Pode-se perceber que desde o período do Império Romano até os dias atuais, as pessoas portadoras de necessidades especiais, passam por preconceitos e discriminações, em face da exclusão social a que estão sujeitas. O direito dessas pessoas foi constituído ao longo de séculos. Além disto, mesmo sendo cidadãos brasileiros com direitos constitucionalmente garantidos, ainda assim, precisam recorrer à justiça para a efetivação destes direitos – inclusive o direito de ser diferente.

A3 – DIREITO

REFLEXÕES SOBRE A HISTORICIDADE DO SISTEMA VINDICATIVO E SUA INFLUÊNCIA NO DIREITO PENAL CONTEMPORÂNEO

*Alisson Bruno Lourenço Dos Santos
Caio César Ferreira Guimarães
Marco Cesar Dantas De Araújo
Ricardo Augusto Da Mata Dias*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Pablo Capistrano
Lenice Silveira Moreira De Moura*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Objetivando dissertar a respeito do sistema vindicativo, torna-se necessário per fazer menção ao modelo desenvolvido pelas sociedades tradicionais, assim como, a influência destas para a atual inaceitabilidade da vingança privada no nosso Direito Penal. Por meio de uma análise histórico-cultural, buscamos compreender as distintas interpretações existentes baseadas na vingança perpetuadas durante a história da humanidade, assim como, as razões para se desenvolverem, de acordo com as necessidades exigidas pelo meio. Inicialmente o sistema vindicativo caracteriza-se por fortalecer a unidade de um clã, não levando a uma punição proporcional para o ato cometido, como ocorre atualmente. No modelo atual de Direito Penal ocidental há a tentativa de ressocializar o criminoso, banir a idéia de suplícios e garantir a certeza das punições. É importante lembrar que tratar o sistema baseado na vingança somente como instrumento que caracteriza um modelo arcaico, primitivo e que se perpetuaria, é não entender como as penas desses períodos verdadeiramente funcionavam, já que hoje diversos programas são contestados na sua legitimidade, legalidade e eficácia.

(METODOLOGIA) Com fundamento em referências bibliográficas no ramo das ciências jurídicas e análises de dados coletados, partimos do método dedutivo de análise, ou seja, por meio do estudo de conceitos e casos concretos abordamos outra perspectiva relativa a respeito da idéia de punição do sistema privado, concomitante a origem do sistema de vingança público monopolizado pelo Estado.

(RESULTADO) Observou-se, pelas obras pesquisadas, que o sistema de vingança ainda existe na sociedade, só que de maneira razoável e proporcional devido a criação de um Estado de Direito para regularizar o ritual de como se deve proceder para a resposta ao agravo. Com a tentativa de compensar, parcialmente, seja a perda de um bem, ou de algum parente, o senso de justiça para a sociedade emerge segundo os costumes e práticas culturais de um dado momento histórico. A justiça, nos primórdios da civilização humana, está posta de maneira não tradicional (disputa sangrenta entre famílias), mas de forma racional e coerente com os preceitos sociais vigentes. É abordado também que as antigas práticas estabelecem métodos direcionados e não indiscriminados na busca daquele que desrespeita determinada família, ou seja, assim como hoje o Direito penal tenta compensar o dano sofrido.

(CONCLUSÃO) Podemos constatar que se tornou necessária a criação de um sistema penal adequado para as condições sociais atuais. Tanto o intervencionismo estatal, quanto a influência do cristianismo na época do imperador Justiniano contribuíram decisivamente para a criação de um direito oficializado e humanitário, tendo em vista o fato de que a cultura de vários séculos atrás estava comprometida com uma ligação de parentesco ou pelos menos de proximidade, pois não existia uma instituição que “regulasse” as condutas sociais de forma geral e abstrata. Todavia, vale salientar que independente da localidade analisada, ou sistema adotado, este está sujeito a imperfeição. Conforme observa Norbert Rouland: “O Estado venceu a vingança quando não a violência”.

A3 – DIREITO

REFLEXÕES SOBRE O DIREITO A DIFERENÇA DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Danusa Regina Filgueira.Beserra Souza

Silvia Mendonça

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Rita Andrade

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Trata-se de uma pesquisa que tem por finalidade realizar uma reflexão sobre os direitos e as garantias referentes às pessoas com necessidades especiais e a sua evolução ao longo da história. Análise feita desde a época do império romano, mesmo que de forma superficial, até os dias atuais, se aprofundando mais nas mudanças implementadas no nosso ordenamento jurídico com a Constituição de 1988. Além da atual Carta Magna, será analisado os principais direitos que a legislação infraconstitucional como a lei de acessibilidade e a lei de cotas se propõem garantir. É um tema de relevância nos dias atuais, em decorrência de ainda haver uma distância entre as garantias instituídas aos deficientes e a sua real aplicabilidade, e também por se tratar de direitos inerentes a uma categoria de pessoas que necessitam de um amparo legal especial e da proteção do ente estatal para garantia dos direitos fundamentais inerentes a qualquer ser humano.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter analítico, comparativo e correlacional que visa por meio de exames de textos da legislação e livros didáticos, alcançar os objetivos propostos. Também será averiguado nos órgãos estatais de proteção as minorias, como o Ministério Público, qual é a maior incidência de desrespeito as regras normativas existentes, fato que também será realizado por pesquisa na jurisprudência pátria e, principalmente, local, a fim de verificar quais são as maiores dificuldades encontradas na prática, por nossos portadores de necessidades especiais para o exercício pleno de seus direitos.

(RESULTADOS) Historicamente se percebe uma grande evolução de tratamento e de garantias aos portadores de necessidades especiais, que na atualidade estão amplamente assegurados, não só na Constituição Federal e nas leis infraconstitucionais, como também no campo internacional, como se percebe no primeiro Tratado de Direitos Humanos do século XXI que trata dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Apesar do amplo rol de direitos garantidos, ainda ocorre no cotidiano dessas pessoas, desrespeito aos seus direitos, fato que se espera, seja rapidamente superado, pois os portadores de necessidades especiais constituem a maior minoria do mundo, constituindo cerca de 650 milhões de pessoas. É inegável que a evolução está ocorrendo, visto que o Estado vem impondo normas a serem seguidas, como ocorre com a Lei de Acessibilidade, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade dos deficientes e a Lei de Cotas.

(CONCLUSÃO) Pode-se perceber que desde o período do Império Romano até os dias atuais, as pessoas portadoras de necessidades especiais, passaram por preconceitos e discriminações, Mas que atualmente os seus direitos estão assegurados nas leis nacionais e internacionais, o problema é que na prática, ainda falta por fazer, pois os obstáculos para o seu exercício são constantes na vida dessas pessoas. Contudo, é possível perceber a grande evolução que ocorreu, mas que ainda não apresenta ser suficiente para sua plena eficácia, motivo pelo qual as leis infraconstitucionais e os tratados internacionais estão sempre surgindo na busca de concretizá-los. Contudo, a realidade brasileira nos mostra que a plenitude total de todos os direitos garantidos aos portadores de algum tipo de necessidade, não é tão fácil acontecer, tendo em vista que são ações que a sociedade por si só ainda não é capaz de realizar se não houver uma obrigatoriedade legalmente instituída que imponha alguma sanção no seu descumprimento.

A3 – DIREITO

REFLEXÕES SOBRE O DIREITO A DIFERENÇA

Roberta Cristina De Souza Soares Da Silva

Djalma Da Costa Guimaraes

Danusa Regina Filgueira Beserra Souza

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ana Paula Cacho

Maria Aparecida F. Trindade

Pablo Capistrano

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Reflexões sobre os direitos e as garantias constitucionais das pessoas portadoras de necessidades especiais, a partir do conteúdo e aplicabilidade dos direitos garantidos nos textos constitucionais. Essa investigação contempla o estudo do tema, desde a época do Império Romano até os dias atuais. Com o intuito de analisar a evolução das conquistas adquiridas, também serão verificadas as novas leis, como por exemplo: Lei de Acessibilidade e Lei de Cota. Vale ressaltar, que a relevância filosófica desses direitos, decorre da distância entre as garantias constitucionais que asseguram o direito de ser diferente e sua aplicabilidade.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que contém referências a vários autores que escrevem sobre este tema e os assuntos relacionados a ele, destacam-se: os portadores de necessidades especiais, Direito Romano, Cidadania, refletindo à luz da Constituição Brasileira.

(RESULTADOS) As pessoas portadoras de necessidades especiais representam um grupo muito discriminado pela sociedade, desde a antiguidade até os dias atuais. No Império Romano, por exemplo, as pessoas que não nasciam com a “forma perfeita” ou sem beleza física eram consideradas monstros ou prodígio. Essas deficiências eram consideradas castigo dos deuses, e os pais tinham o direito de rejeitá-las, desprezá-las e atirá-las em precipícios. Naquela época não existiam leis que garantissem seus direitos. No decorrer da pesquisa, observa-se uma evolução histórica na conquista desses direitos: surgiram as leis. Lei de Acessibilidade, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade dos PPNE, e Lei de Cota, que obriga as empresas a contratarem de 2% a 5% de deficientes para seu quadro de funcionário. Porém, os direitos “garantidos” não foram efetivados, e ao longo de décadas os portadores de necessidades especiais continuam sendo excluídos e tratados com preconceito pelos demais cidadãos. Por isso, identificou-se uma necessidade de aprofundar estudos sobre o tema, no sentido de tentar garantir que eles tivessem o direito de vivenciar sua própria diferença, conforme a Constituição Brasileira, que contempla a efetividade do exercício da cidadania. Aqui está fundamentada a reflexão filosófico/ética que diz que para a filosofia a diferença é a singularidade, no entanto, é pela moral que o homem é classificado como “pejorativamente” de diferente. Na ética o ser é em si singular, valoriza a si mesmo e aos outros na mesma medida. Na moral há classificações e a sociedade os denomina de diferentes. A moral é injusta, a ética é igualitária. Assim sendo, faz necessário a rápida aplicabilidade de todas as leis que já constam na Constituição, tendo em vista que as mesmas são ferramentas que garantem o cumprimento destes direitos. A aplicação destas leis com base no Princípio da Isonomia e da Proporcionalidade, tem a finalidade de minorar os efeitos da hipossuficiência. Desta forma não haveria necessidade de recorrer ao Poder Judiciário em busca da efetividade do direito a diferença.

(CONCLUSÃO) Pode-se perceber que desde o período do Império Romano até os dias atuais, as pessoas portadoras de necessidades especiais, passam por preconceitos e discriminações, em face da exclusão social a que estão sujeitas. O direito dessas pessoas foi constituído ao longo de séculos. Além disto, mesmo sendo cidadãos brasileiros com direitos constitucionalmente garantidos, ainda assim, precisam recorrer à justiça para a efetivação destes direitos – inclusive o direito de ser diferente.

A3 – DIREITO

REFLEXÕES SÓCIO-JURÍDICA SOBRE O FENÔMENO “SERIAL KILLER”

*Andressa Romano Marinho
Larissa Gomes De Melo
Stéphanie Caroline De Lima Campos
Tetsy Karolyne S*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Ana Paula Cacho
Pablo Moreno De Paiva Capistrano
Maria Aparecida Da Silva Fernandes Trindade
Noemi Favassa*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O termo “serial killer” foi criado na década de 70 por Robert Ressler, ex- diretor do Programa de Prisão de Criminosos Violentos do FBI. Segundo Michael Newton e a especialista Ilana Casoy, podemos definir um “serial killer” como aquele indivíduo que comete uma série de homicídios, com intervalo entre eles, durante meses ou anos. Atuam normalmente sozinhos. Os padrões que ligam homicídios diferentes, a chamada “assinatura”, varia da posição do corpo ao local do crime. As vítimas têm o mesmo perfil (faixa etária, sexo, raça etc.) e são escolhidas ao acaso, sem razão aparente, sendo simplesmente objetos da fantasia do “serial killer”.

(METODOLOGIA) Este trabalho de cunho acadêmico, foi baseado em pesquisas bibliográficas e documentais, complementada com leitura virtual de textos e artigos, possibilitando o levantamento de dados importantes para o desenvolvimento do estudo.

(RESULTADOS) Pode-se falar em “serial killer” desde a antiguidade. O Imperador de Roma, Nero, desencadeou uma série de assassinatos (inclusive o de sua mãe e sua esposa). Elizabeth Bathory matou cerca de 600 jovens. Jack, “o estripador”, agiu em Londres assassinando prostitutas. Na atualidade, outros nomes marcantes são: Jonh Gacy (fazendo vítimas masculinas), Ted Bundy (assassinando e estuprando), Ed Gein (exumava cadáveres de cemitérios fazendo troféus e lembranças com eles). Santo Agostinho (345-430 d.C.) ajudará a entender o comportamento do “serial killer” ao dizer que o “livre-arbítrio” é um fator humano, portanto, somente o homem tem a liberdade e capacidade de não praticar o bem. Contudo, pela carga do Pecado Original, o homem está tendenciado a praticar ações que satisfaçam suas paixões (aplicado a um “serial killer”, seria a pratica de sua “fantasia”). Ao mesmo tempo sabemos que nossas ações não são totalmente livres. Estamos limitados pelas regras de convivência social, que se convertem nas leis jurídicas. Leis essas, que se tratando de um “serial killer”, são inexistentes, mas podem se adequadas. Esses assassinos podem ser classificados por habilidades organizacionais e sociais: organizados e não-sociais ou desorganizados e anti-sociais. Os primeiros são socialmente adequados, mantém um relacionamento saudável com outra pessoa, mantém esconderijo em casa, controlam a cena do crime, ataques são premeditados, conversam com a vítima, matam em um local e deixam o corpo em outro, fazem “joguinhos” com a polícia e voltam à cena do crime para acompanhar as investigações. Já os anti-sociais, nos principais pontos, são o oposto: afastam-se do convívio social, moram perto das áreas dos crimes, mantém um esconderijo em casa, fazem “joguinho” com a família da vítima, deixa à cena do crime um caos, provocam ataques repentinos e volta à cena do crime para reviver o assassinato. A maioria deles são “organizados e não-sociais”. Mais de 80% são homens brancos, na faixa dos 20 aos 30 anos. São inteligentes e sofreram abusos físicos e emocionais na infância. A polícia brasileira tem dificuldades de aceitar a possibilidade de um serial killer em ação. No Brasil, o serial killer é julgado segundo o Código Penal, como autor de homicídio qualificado, previsto na parte especial: titulo I - Dos crimes contra a pessoa, capítulo I: dos crimes contra a vida: §2º Se o homicídio é cometido: III – com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; IV – à traição, de emboscada, ou mediante, dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido. Tendo pena de reclusão, de doze a trinta anos. Um “serial killer” só para de matar quando está preso ou morto.

(CONCLUSÃO) O objetivo deste estudo foi apresentar uma visão, entre as várias áreas discutidas, sobre este intrigante mundo dos “serial killers”.

A3 – DIREITO

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS EMPRESAS QUE ATUAM NO SETOR PETROLÍFERO POR DANOS AMBIENTAIS

Samuel Max Gabbay

Discente do Curso de Direito da UFRN

Otacílio Dos Santos Silveira Neto

Docente do Curso de Direito da UFRN

(INTRODUÇÃO) A tutela do meio ambiente, devido sua importância, apresenta-se de forma diferenciada no ordenamento jurídico pátrio, principalmente ante a necessidade de reparar-lo. Por tal mister, nesta seara jurídica prevalece o princípio do poluidor-pagador que institui àquele que danificar o ambiente teria o dever jurídico de repará-lo. Presente, pois, o binômio dano/reparação. Não se pergunta a razão da degradação para que haja o dever de indenizar e/ou reparar. A responsabilidade sem culpa tem incidência na indenização ou na reparação dos “danos causados ao meio ambiente e aos terceiros afetados por sua atividade” (art. 14, § 1º da Lei 6.938/81). Como citado, a responsabilidade ambiental é objetiva, pois existe independente da incidência de culpa, desde que agente tenha contribuído de algo forma para que ocorresse o evento danoso (nexo de causalidade). No campo específico da Indústria Petrolífera, que é conhecida pela potencialidade danosa em termos ambientais, o princípio do poluidor-pagador se perfaz como uma eficaz e indispensável forma de tutela ao meio ambiente. A responsabilidade das empresas que atuam no setor, em especial as de upstream, decorrem em virtude da sistemática civil, ambiental e de previsão expressa nos contratos de concessão. **(METODOLOGIA)** A fim de investigar o tema proposto, fez-se uso de uma metodologia teórico-comparativa, contraponto o dispositivo legal contido nas lei do petróleo, nas portarias e resoluções editadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) , na Lei de Crimes ambientais, bem como dos contratos de concessão mantida pela supramencionada autarquia com as empresas vencedoras das rodadas de licitação. Ainda, se fez um estudo atento acerca o instituto da responsabilidade civil e suas modalidades, para a partir dele se criar subsídios teóricos concretos para analisar a responsabilidade civil decorrente de danos ambientais das empresas do setor petrolífero.

(RESULTADOS) Ao se flexibilizar o monopólio quanto à exploração petrolífera houve uma especial preocupação em se regular a Indústria do Petróleo em seus diversos aspectos, objetivando atrair investimentos a todos os setores da referida Indústria. Contudo, esse objetivo colimado pela referida flexibilização não abrandou as disposições ambientais pertinentes a essa atividade econômica. Em verdade, a disposição da Lei do Petróleo e o estipulado nos Contratos de Concessão vieram a dispor de forma expressa àquilo que a sistemática ambiental estipulava., determinando uma responsabilidade objetiva das empresas que deram causa ao dano ambiental e determinando que essa responsabilidade, prima facie, seja dada as empresas que deram causa ao dano, sendo a responsabilidade do ente estatal meramente subsidiária. **(CONCLUSÃO)** Mormente, pré-requisito para atribuir uma responsabilidade civil a alguém é a existência de culpa. Nosso sistema jurídico permite se utilizar de uma responsabilização objetiva independente da culpa como exceção. Dentre essas exceções, temos a responsabilidade causada ao meio ambiente. A razão para tanto, é o fato do meio ambiente ser um direito difuso, pertencente a coletividade. Diante desta situação, quando há um dano ambiental, a empresa que deu causa ao mesmo, pelo princípio basilar do direito ambiental, qual seja, o do poluidor pagador, tem o dever de reparar os danos ambientais a que deu causa – mesmo que não haja culpa, bem como de reparar a coletividade prejudicada por àquele dano.

A3 – DIREITO

RETÓRICA: DOS SOFISTAS AOS POLÍTICOS MODERNOS, ARMA DE PERSUAÇÃO DAS MASSAS À COOPTAÇÃO DE FALÉCIAS IDEOLÓGICAS

*José Nilson De Sá Neto
Dyego Fernandes Marreiros*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Pablo Capistrano

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Retórica é a arte de persuadir pelo discurso. Dado que o discurso acompanha o homem desde o domínio da linguagem, seria impossível indicar um marco objetivo de sua criação. Tal atitude nos levaria a descaminhos, pois a origem da retórica acaba por se confundir com a origem da fala. Seria impossível pensar que o homem, ao dominar a linguagem, não a tenha utilizado para convencer, desde os primórdios. Por isso, há muito tempo, a retórica tem subsidiado das conversas corriqueiras do popular às mais complexas disputas dialéticas. Restam-nos, contudo as seguintes perguntas: Retórica a serviço do direito implica-la-á a serviço da justiça? A serviço da política significará a serviço da verdade? Investigar as respostas para estas perguntas é a proposta do presente trabalho.

(METODOLOGIA) A metodologia adotada foi a de um estudo bibliográfico do tema, assim como análises áudio-visuais de materiais inextricavelmente associados à retórica. O presente trabalho encontra-se incipiente, necessitando ainda de pesquisas complementares.

(RESULTADO) É da natureza humana a busca pelo poder. A retórica é um instrumento de poder: ela convence, ela seduz, ela coopta. A retórica atravessa o tempo como instrumento que conduz à glória, porém, ambígua, leva também a desvios. O que há de nefasto na retórica aplicada tanto ao direito, quanto à política é o grande poder de manipulação de sentimentos, da alienação do indivíduo, através do uso da linguagem. O recurso a falsos silogismos o apelo a paixão humana, a inflamação da opinião pública, o olhar irônico, gestual dramático, por vezes patético, são alguns recursos retóricos que propiciam o desvirtuamento do sentimento de justiça. O “bom” advogado é, contudo, o bom encenador, tergiversador, o perspicaz. Trata-se de um estereótipo que condescende com a anti-ética e a esperteza mendaz. Quando não se possui verdade a que o discurso possa se sustentar, o grande recurso retórico utilizado é o da verossimilhança, assim o provável entra em face do real, o possível em face do certo. Na política, devido a sua pouca confiabilidade, as verdades perderam seus créditos Assim a retórica ganha grande soma ao discurso falacioso. Grandes déspotas, ideologias, são sempre impregnados por grandes recursos retóricos. A propaganda colabora para a alienação do indivíduo e ganha na modernidade, incisiva contribuição de artimanhas retóricas. A nascente burguesia industrial e a proposta liberal de igualdade para todos; Hitler através de discursos nacionalistas, inflamadores de multidões; Stalin e o militarismo da guerra fria, “avante revolução Russa”, a ditadura militar e o “Pra Frente Brasil”; contemporaneamente os EUA conduzem uma guerra de destruição no Iraque sustentada nas premissas de combate as armas de destruição em massa e ao terrorismo adredemente conhecidas como falsas. Não há como conceber que tais déspotas e ideologias não tenham furtado à retórica a essência de suas assertivas, senão para legitimar seus ideais e fazê-los prevalecer.

(CONCLUSÃO) O que se observa, portanto, é que tanto no direito, quanto na política a retórica é utilizada potencialmente para burlar os maiores princípios a que serve – no direito a justiça; na política a verdade.

A3 – DIREITO

SANÇÃO PENAL

*Ana Flávia Saldanha Crispim
Gabriela Laís Pires Teixeira
Ingrid Maria Almeida Gomes
Laiane Karenine Bezerra Fernandes Capistrano
Renata Barros Gomes Netto*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Pablo Moreno Paiva Capistrano

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O Estudo sobre a sanção penal procura o entendimento a respeito das penas em função dos delitos, fato que muitas vezes fere o conceito daquilo que para o senso comum seja o bem ou a felicidade. O bem é a forma de conduta do domínio da ética e em cada sociedade, os homens tendem a buscar o melhor desse bem para si. Porém, se para alcançar este bem as normas são transgredidas por condutas consideradas anti-jurídicas, o Direito Penal age, com o papel de limitar a ação criminal. O Direito Penal tem como objetivo: (1) prevenir que o crime seja cometido novamente pelo mesmo agente ou que o mesmo tipo de crime seja praticado por um outro agente, para que o índice de criminalidade seja reduzido a um nível suportável a fim de que não se comprometa a própria sociabilidade; (2) reparar o dano, sofrido pela vítima; (3) reabilitar o preso e (4) vingar-se, como forma de retaliação social pelo delito cometido. Uma das formas de prevenir estes delitos é transmitir à população conhecimento das leis. Quanto maior o número daqueles que lêem e compreendem o conteúdo da lei penal, menos delitos haverá. O conhecimento e a certeza da punição faz com que o indivíduo não se renda simplesmente às suas paixões. O objetivo desta pesquisa é analisar a finalidade da execução penal aplicadas a qualquer cidadão que venha a transgredir as normas penais. A partir de uma leitura da pena como o resultado de um processo histórico evolutivo que todo aparelhamento judiciário e coercitivo do Estado usa a serviço do controle social.

(METODOLOGIA) Esse trabalho de cunho acadêmico, foi baseado em pesquisas bibliográficas e documentais, assim como a leitura virtual de textos e artigos que somados ao conhecimento adquirido nas aulas, possibilitou o levantamento de dados importantes para o desenvolvimento do Estudo. Este trabalho acadêmico teve baseou-se nas obras de Jemmy Bentham (Teoria das Penas Legais) e de Cesare Beccaria (Dos Delitos e Das Penas).

(RESULTADOS) Esta pesquisa nos possibilitou a percepção de que para assegurar a eficácia da sanção penal é necessário que a pena tenha propriedades qualitativas. A pena deve ser análoga ao crime, para que com isso o mal da pena se sobreponha as possíveis vantagens que o delito possa vir a oferecer; deve ser exemplar, para assim intimidar a sociedade a fim de prevenir futuros crimes; deve ser econômica, gerando o menor gasto possível ao Estado e a maior eficácia social; deve ser reparável, no caso de erro de imputação; deve afastar do réu o poder de fazer o mal; deve predispor o réu a um melhoramento moral e não uma degeneração de sua condição e de sua dignidade humana; a lei deve ser clara e respaldada pela comunidade. Com isso proporcionar-se-ia uma melhor eficiência da sanção penal.

(CONCLUSÃO) Partindo do contexto social em que o Direito Penal está incluído, pode-se afirmar que o ponto crucial é a aplicação das sanções penais, para realização do controle social. Esse controle se dá na medida em que o objetivo da punição penal é alcançado e que os quatro sentidos básicos da execução penal (prevenir, reparar, reabilitar e retaliar) possam se equilibrar a partir de um princípio central de proporcionalidade.

A3 – DIREITO

SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: TEORIA X REALIDADE

*Glicerio Edwiges Da Silva Junior
Renan Santana Da Silveira*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Pablo Capistrano
Ana Paula Cacho*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem por objetivo expressar a realidade do sistema prisional brasileiro a partir da análise das causas da sua ineficiência e da precariedade do seu funcionamento. Com essa análise, o presente trabalho põe em pauta a sua eficácia social, atrelada a aplicabilidade da norma jurídica. O planejamento do sistema é interessante, porém, na prática encontra-se uma discrepância bastante significativa com o real objetivo de reintegração do apenado à sociedade, já que foi constatada uma série de falhas pertinentes ao sistema prisional. É necessária uma atenção especial ao que se diz respeito ao infrator que segundo o pensamento sociológico sofre a punição para coibir e fazer pensar quando for transgredir a Lei, e não para castigá-lo como em muita das vezes fica claro pelos detentos. **(METODOLOGIA)** O trabalho foi realizado mediante pesquisas bibliográficas, virtuais, apanhados históricos, coleta de dados e depoimentos concedidos por profissionais responsáveis pelo funcionamento do sistema prisional de Natal/RN. Foram realizadas pesquisas a partir do uso de recursos áudio-visual o que possibilitou a análise de imagens da realidade prisional, que atestam a violência, intolerância e acima de tudo a precariedade do sistema prisional brasileiro. Tivemos uma especial dedicação ao livro de Beccaria, Dos delitos e das penas. **(RESULTADOS)** Com a análise das pesquisas realizadas, verificou-se que o Sistema Prisional Brasileiro vem passando por diversos problemas, principalmente os abordados com as críticas relacionadas a sua eficácia social. O nosso sistema na teoria mostra uma grande tendência para ser um dos melhores que existe, haja vista que tem como objetivo transformar a conduta do indivíduo afim de reabilitá-lo ao convívio social. Através de levantamentos realizados constata-se um sistema precário e com aspectos negativos, é preciso buscar uma solução e atingir o melhoramento do setor. Baseado nas informações obtidas com as pesquisas, fica claro que o modo o qual o Poder Executivo administra o penitenciário, não é o mais adequado, visto que as políticas de re-socializar não são utilizadas na forma mais coerente. Isso deixa claro que a pretensão da Legislação Penitenciária não é atingida e o verdadeiro sentido não é alcançado devido ao acomodamento do Estado diante de tal situação. O Estado precisa também promover uma reflexão sobre o papel do agente penitenciário, definir suas responsabilidades, valorizar suas funções, dar-lhe condição de trabalho e segurança, como um dos pilares para a imediata reestruturação do sistema. Em contrapartida, deve ser cobrado o cumprimento das leis no sentido de punir delitos cometidos por esses agentes. A entrada de armas, telefones celulares e drogas, as ordens de execuções de crimes de dentro das unidades, contam freqüentemente com a participação de agentes públicos. **(CONCLUSÃO)** A administração tenta maquiagem a realidade ao indicar supostas soluções que na prática nunca ocorrem, usa a força bruta, mas é incapaz de ver onde realmente se encontra o problema, fazendo descaso da educação e socialização que deveria ser presente em nossos presídios com o objetivo de reabilitar preso. Observa-se um país com reais problemas penitenciários e um Estado pouco interessado em resolvê-los. Conclui-se através dessa reflexão que não é com a construção de novos presídios ou cadeias nem tornando o setor privado que será minimizado os problemas de criminalidade. É necessário que haja uma intromissão mais responsável baseada em sistemáticas científicas dirigidas a origem do crime. É essencial oferecer valores humanos como referências para a comunidade prisional. Cumprir as leis de execução penal, garantindo assistência judiciária, com a contratação de mais defensores públicos; aplicar as penas alternativas para infrações menos ofensivas; criar meios para a justiça restaurativa e a remissão de penas por educação e trabalho, concorrendo para o futuro egresso do apenado na sociedade. A solução do Sistema Prisional Brasileiro não esta apenas no número de vagas existentes e previstas nos presídios e sim na valorização da dignidade humana dos apenados, visando uma melhor educação para buscar uma ascensão da qualidade de vida da sociedade em geral. A medida mais cabível e adequada é a prevenção, onde busca-se o desenvolver de uma sociedade mais justa e coerente com o bem estar.

A3 – DIREITO

A ETERNA BUSCA DO CONHECIMENTO

*Roberta Cristina De Souza Soares Da Silva
Djalma Da Costa Guimarães
Artur Max Da Silva Pereira*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Noemi Favassa

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Na antiguidade o homem, que tinha a racionalidade primitiva, olhava para o céu em busca de uma resposta para suas curiosidades. Ele precisava saber de onde vinha e como teria surgido o universo. Sentia-se desamparado e angustiado face ao mundo desconhecido. Na realidade, estava em busca do conhecimento, como até hoje, pois sabemos que todo desenvolvimento científico/tecnológico depende cada dia mais de novos conhecimentos.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo realizado por meio de pesquisa bibliográfica.

(RESULTADOS) A busca do conhecimento fez surgir a Cosmogonia, que é a maneira de explicar o surgimento do universo através da sabedoria mítica, ou seja, através da crença de deuses e mitos, que são lendas passadas oralmente de geração em geração. Buscando explicações, as pessoas passaram a acreditar que as relações sexuais entre os deuses teriam dado origem a tudo no universo. Suas paixões não correspondidas causavam trovões, raios, desertos, terremotos, tempestades, etc. Os gregos e romanos transformaram as características dos astros no céu, em características divinas que controlavam os fenômenos da natureza. Existiram vários deuses famosos da Grécia Antiga, como: Zeus - deus dos deuses, Afrodite - deusa do amor, Ares – deus da guerra, Hebe - deusa da juventude, Apolo - deus da razão, da música e da profecia, Perséfone - deusa do mundo dos mortos, entre outros. As explicações através de mitos e deuses permitiam contradições, incoerências e fábulas em suas narrativas. Com o passar do tempo o homem começou a questionar as respostas cosmogônicas. Tais questionamentos fez surgir a Filosofia. Assim, o ser humano inicia um processo de pensamento diferenciado e racional que pudesse contrapor-se, de certa maneira, às tradições. Após o nascimento da Filosofia, a Cosmologia (origens naturais) começa a ser utilizada, com base na ciência. A palavra cosmologia é composta de duas outras: cosmos, que significa mundo ordenado e organizado, e logia, que vem da palavra logos, que significa pensamento e discurso racionais, conhecimento. A cosmologia está mais para o campo do pensamento filosófico do que para o pensamento mitológico e alguns autores vêem a cosmologia como o início do pensamento científico. Praticamente todos os filósofos antes de Sócrates (séc. VI – V a.C.), por isto chamados de pré-socráticos, tiveram como características do pensamento, noções que tentavam explicar a realidade da natureza. O pensamento cosmológico explicava a origem da natureza pela existência de um ou alguns elementos naturais (terra-seco, água-úmido, ar-frio, fogo-quente), que, por sua força interna natural, se transformavam, dando origem a todas as coisas e aos homens. Em cosmologia, o Big-Bang é a teoria científica que o universo emergiu de um estado extremamente denso e quente há cerca de 13,7 bilhões de anos. A teoria baseia-se em diversas observações que indicam que o universo está em expansão.

(CONCLUSÃO) A cosmogonia e a cosmologia têm em comum a busca pela explicação da origem do mundo e das coisas. Porém, cosmogonia está relacionada com os conceitos de mitos e deuses, e cosmologia está vinculada ao conceito da razão (ciência). O conhecimento existente hoje é devido a esta incessante busca, que a cada dia faz surgir novas descobertas, seja no mundo do direito ou em qualquer outra ciência. Se hoje o homem vê com naturalidade o conhecimento alcançado, não pode esquecer que nem sempre foi assim. Fizeram-se necessários muitos anos de dedicação e pesquisa para que tal conhecimento fosse adquirido. Muitos pesquisadores tiveram que sacrificar a própria vida devido a suas descobertas. Assim sendo, tudo o que o ser humano sabe hoje e o que descobrirá no amanhã, é conseqüência de sua eterna busca do conhecimento.

A3 – DIREITO

SOBRE A TEORIA DOS CASTIGOS OU DAS PENAS LEGAIS

Allan Kardec Ferreira De Souza

Carlos Luiz Ferreira Mendes

Cristoph Xavier Maciel

Gustavo Oliveira De Souza

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Pablo Capistrano

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A intenção deste estudo acadêmico é fazer uma análise crítica a respeito dos conceitos sobre o tema presente no título do trabalho, analisando a “Teoria das Penas Legais”, com ênfase nos aspectos sociais como forma de prevenção dos crimes. Por fim, o presente trabalho demonstra a importância da valorização do ser humano, como também da garantia dos Direitos e Garantias Fundamentais previstos na CF.1988, no campo da execução penal. **(METODOLOGIA)** Desta forma, este trabalho científico, constitui-se em estudo bibliográfico, respaldado na obra do autor Jeremy Bentham - Teoria das Penas Legais e na comparação com os dispositivos presentes no Art. 5º da Constituição Federal de 1988 e da moderna doutrina constitucional, principalmente no que diz respeito à questão dos direitos humanos. **(RESULTADOS)** Dentre outros podemos constatar no estudo realizado, que Bentham, dividiu a sua teoria em pontos específicos, para que assim os juristas e Legisladores pudessem colocar em prática os princípios da Proporcionalidade e Razoabilidade, princípios estes que são defendidos nas atuais constituições. Com isso, este grande teórico mostrava que a pena não poderia ir além do crime, e assim, provocar revolta no criminoso ou na sociedade, mais a pena não poderia ser branda a ponto de não punir o delituoso, e assim deixar uma sensação de não punição na sociedade. Com a aplicação da proporcionalidade ao direito penal, Bentham, buscou orientar aos juristas que a penas, deveriam ser usadas, não só para punir o delito, como uma forma de vingança da sociedade, contra quem não segue suas regras, mais que esta punição deveria ser utilizada com uma forma de prevenir o crime, pois, com o reconhecimento da punição tanto do criminoso, quanto da sociedade, estes pensariam muito mais antes de quebrar as regras impostas pela Sociedade/estado.

(CONCLUSÃO) A boa Legislação é aquela que se preocupa em evitar o crime, e não só em aplicar a Lei para se fazer Justiça. Prevenir crimes é mostrar o castigo que corresponde ao mal do crime, e fazê-la executar para que sirva de exemplo para todos. Mesmo assim a sociedade não pode esquecer que o réu é um membro do povo e que este é portador de direitos. Deve-se ter em mente quais os aspectos sociais que contribuíram para que essa pessoa cometesse o Delito. As penas devem possuir qualidades tais como: divisibilidade, certeza-igualdade, comensurabilidade, analogia, ser exemplar, econômica, reparável, atalhar o poder de fazer o mal, tender para o melhoramento moral, converte-se em proveito, simplicidade no modo de se dar a conhecer, e popularidade. De sorte que se o Estado reparar em todos os aspectos precitados, na hora de se fazer e executar as Leis, estará fazendo o papel de um pai que alerta seu filho para as conseqüências de seus atos e que mesmo quando seu filho desobedece tenta dar-lhe um castigo que sirva de exemplo para seus irmãos e ao mesmo tempo eduque o infrator para que não mais volte a errar, e também reflita sobre tais delitos, pois esses prejudicam a pessoa que sofreu a agressão, ao infrator e a toda família que sofrera o mal de primeira ordem e o mal e segunda ordem.

SUCCESSÃO ENTRE COMPANHEIROS

*Emanuele Cavalcante Pessoa
Larissa Nobre Cordeiro De Farias
Milenna Paiva Nicoletti
Pâmella Sarah De Carvalho Campos
Raquel Dantas Revorêdo
Sheyla Duarte Gomes Dos Santos*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Assis Rogério Maia Fernandes

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho visa a uma abordagem descritiva a respeito da atual polêmica sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da norma jurídica que disciplina a sucessão entre companheiros, qual seja, o art. 1.790, do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002). Observa-se que o dispositivo legal citado trata de maneira diferente a sucessão entre os companheiros, se comparada a sucessão entre cônjuges. Todavia, a regra sucessória inculpada no art. 1.790 do Código Civil contrapõe-se ao art. 226, §3º da Constituição Federal, que equipara a união estável entre homem e mulher à entidade familiar, tal qual a que decorre do casamento. Objetiva-se, outrossim, apresentar os mecanismos processuais para arguição da inconstitucionalidade da norma legal em comento, seja através do controle concentrado de constitucionalidade, com o ajuizamento de uma Ação Direta de Constitucionalidade (ADIn) perante o Supremo Tribunal Federal (STF), seja incidentalmente por meio do controle difuso de constitucionalidade, o qual pode ser exercido pelos diversos órgãos do Poder Judiciário.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa de nível exploratório e descritivo, de caráter teórico e eminentemente bibliográfico, no qual foram levantadas, junto à literatura especializada, a “sites” jurídicos na rede mundial de computadores e à base da legislação brasileira disponível no banco de dados da Presidência da República – em especial a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) e a Constituição Federal de 1998-, referências teóricas a respeito da polêmica em foco.

(RESULTADOS) Com base no art. 226, §3º da Constituição Federal, “é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”. Porém, o art. 1.790 do Código Civil discriminou os companheiros quando se trata de sucessão, pois, enquanto o cônjuge sobrevivente está classificado em terceiro lugar na linha de sucessão, o companheiro sobrevivente, de acordo com as regras estabelecidas pelo artigo citado, está em notável desvantagem. O Código Civil em vigor tratou de maneira diferente a união estável e o casamento. No tocante ao casamento, nenhum prejuízo sofreu o cônjuge que, inclusive, passou a ser herdeiro necessário. No tocante à união estável, o companheiro continua sendo herdeiro facultativo, podendo ser afastado da sucessão por simples testamento. Destarte, o companheiro não mais concorre sobre a totalidade da herança, como ocorria anteriormente, mas apenas quanto aos bens adquiridos onerosamente na constância da união estável. Por fim, o companheiro que anteriormente receberia a totalidade da herança se o falecido não deixasse descendentes nem ascendentes, passou a dividir a herança com os colaterais (1/3 para o companheiro e 2/3 para os colaterais). Em situações como essa, faz-se necessária a utilização dos mecanismos de controle de constitucionalidade da norma jurídica, o qual pode se dar tanto através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade com efeitos erga omnes, a ser ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal por qualquer dos legitimados ativos consagrados no art. 103 da Carta Magna, quanto através do controle difuso de constitucionalidade, exercido incidentalmente em cada caso concreto e com efeitos inter partes, pelos diversos magistrados do país.

(CONCLUSÃO) Vê-se, pois, que o art. 1.790 do Código Civil, diante das normas estabelecidas pelos artigos 1.829, 1.838 e 1.845, do mesmo diploma legal, os quais versam sobre a sucessão do cônjuge, malferiu diversas normas e princípios constitucionais, dentre os quais o princípio da isonomia. Embora oficialmente a inconstitucionalidade do dispositivo legal em análise ainda não tenha sido reconhecida em controle concentrado, a jurisprudência e a doutrina entendem que a união estável é reconhecida como casamento, além de ser uma prática culturalmente arraigada. Assim, conclui-se pela inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil. .

A3 – DIREITO

TENDÊNCIA DE ABSTRAÇÃO NO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE À LUZ DO STF

*Ana Lorena Silva Ramalho
Bernardo Hummel Borges Pinheiro
Júlia Ohana Alves Medeiros
Thaís De Brito Vilarouco Pedrosa*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Carlos Thompson

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Dentre as transformações do constitucionalismo moderno, bem como das tendências da Suprema Corte Constitucional destaca-se a recente mudança de postura do Tribunal no exercício de sua jurisdição constitucional em se tratando do Controle Difuso de Constitucionalidade. Com o estudo em tela buscamos fazer uma análise acerca da tendência de abstração no controle difuso de constitucionalidade no direito brasileiro. O tema em apreço é de fundamental relevância na área jurídica, tendo em vista que o posicionamento adotado pelo STF influencia o direito como um todo, sendo de suma importância o conhecimento por parte dos futuros juristas das modernidades no sistema jurídico e das tendências deste Tribunal. **(METODOLOGIA)** A fim de executar esta investigação científica utilizamos o método de pesquisa qualitativa, perfazendo um levantamento de dados a partir de pesquisa bibliográfica, bem como jurisprudencial com o intuito de lograr embasamento teórico para a realização da análise da tendência de abstração no controle de constitucionalidade na via difusa pelo Supremo Tribunal Federal.

(RESULTADOS) No controle difuso a declaração de inconstitucionalidade dá-se de forma incidental e este verifica-se diante de um caso concreto, tendo a decisão eficácia inter partes. Recentemente o Supremo Tribunal Federal vem adotando um novo posicionamento a respeito deste controle, inclinando-se no sentido de alargar os efeitos das decisões proferidas para além das partes envolvidas no processo. A manifestação dessa abstração tem se dado em recursos extraordinários, em mandados de segurança e em habeas corpus. O recurso extraordinário deixa de defender tão somente o interesse das partes e passa a assumir uma função de defesa da ordem constitucional objetiva. No âmbito dessa temática cabe trazer à baila vantagens e desvantagens dessa modificação. Em se tratando das vantagens vale destacar a economia processual e o acesso deste controle aos cidadãos comuns e no que tange as desvantagens vale salientar a hipertrofia do Poder Judiciário, bem como o desrespeito às competências estabelecidas constitucionalmente, uma vez que se estaria usurpando a competência do Senado prevista no art. 52, X, da Constituição Federal.

(CONCLUSÃO) Diante do exposto podemos constatar que a tendência de abstração do controle difuso de constitucionalidade pelo STF é inegável, entretanto deve ser analisada cautelosamente, haja vista o perigo iminente de fragilização constitucional, uma vez que o Senado não mais agiria suspendendo a execução de lei declarada inconstitucional, mas concentraria o STF o poder de declarar inconstitucional lei e atribuir-lhe efeito erga omnes em sede de controle difuso de constitucionalidade no direito brasileiro.

A3 – DIREITO

TEORIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO

Thiago Tavares De Lira De Lima Góes

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Pablo Moreno Paiva Capistrano

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O objetivo da presente pesquisa é demonstrar que o ordenamento jurídico regulamenta o comportamento individual, bem como controla a produção de regras jurídicas a partir de um princípio de hierarquia. É de se perceber também, que no âmbito da teoria do ordenamento jurídico, existe uma relação entre o Direito e a força, de maneira tal, que a validade de uma norma não depende estritamente de sua eficácia, de modo que, existindo uma norma regulamentando uma conduta, é possível que o descumprimento desta conduta não venha a gerar sanção. Sendo assim, para tornarmos válido o ordenamento jurídico, precisamos criar mecanismos garantidores à eficácia da sanção. A abordagem do tema se faz necessária para que diante dos casos concretos, possamos identificar as lacunas ou antinomias nas formas legais, e, portanto, a partir dos critérios, solucioná-las. A relevância científica do problema é justamente a resolução dos casos concretos de maneira que a justiça se constitua como objeto do Direito.

(METODOLOGIA) Com o propósito de ser apresentada de maneira expositiva, a presente teoria foi desenvolvida através de pesquisa bibliográfica em literatura especializada, sob o aspecto da obra de Norberto Bobbio “Teoria do Ordenamento Jurídico”. Buscou-se levantar as questões teóricas que se fazem necessárias com o objetivo de demonstrar as soluções para os possíveis conflitos gerados em um ordenamento, sejam na falta ou obscuridade da lei, como nas lacunas; seja na sobre de normas que regulam o mesmo caso, como nas antinomias. **(RESULTADOS)** Em análise às pesquisas obtidas, constatamos que o ordenamento jurídico, trata da regulamentação do comportamento de pessoas e da elaboração das regras. Assim sendo, podemos nos deparar diante de certas situações que venham a gerar conflitos entre as normas, seja no caso em que duas normas pertencentes ao mesmo ordenamento e possuidora do mesmo âmbito de validade, venham a regulamentar o mesmo caso, que é o que acontece na antinomia; ou ainda, que não haja nenhuma norma legal para a regulamentação de um caso concreto ou até mesmo a obscuridade na forma legal (a lei não foi posta de forma clara), que é o caso de lacuna. Desta feita, a maneira pela qual encontramos para solucionar tais questões nos casos de lacunas é a busca pelo ordenamento jurídico completo, que pode ser obtido a partir dos métodos: Heterointegração e Auto-integração. Entretanto, quanto às questões referentes às antinomias, para solucioná-las se faz necessário o uso de critérios, seja hierárquico, cronológico ou de especialidade. Existe ainda, o critério das normas imperativas, proibitivas e permissivas, para a resolução das antinomias, que em não sendo possível aplicar nenhum dos três critérios cabe ao intérprete eliminar uma ou as duas normas, ou ainda manter as duas. Todavia, constatamos também que ainda assim, os critérios são insuficientes. Mas existem regras para que os critérios prevaleçam uns aos outros, tais como: o critério hierárquico prevalece perante o cronológico; o critério de especialidade prevalece quanto o cronológico; quanto à questão do hierárquico e o de especialidade partimos para a ponderação de valores.

(CONCLUSÃO) Diante do exposto, podemos constatar que é através do ordenamento jurídico que o comportamento do indivíduo é regulamentado e constatar que no próprio ordenamento jurídico estão disciplinados os fundamentos de produção das regras jurídicas, com base em um princípio de hierarquia. Percebemos que o Direito deve estar intimamente ligado à força, a fim de existir ao mesmo tempo normas válidas e eficazes. E por fim, garantirmos que ao serem descobertas as lacunas ou antinomias na forma legal, a solução poderá ser realizada a partir dos critérios pré-estabelecidos, almejando, portanto, o próprio objetivo do Direito: Justiça.

A3 – DIREITO

TRÁFICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Ana Luiza Melo Bezerra De Oliveira

Izadora De Medeiros Souza

Raissa Orane

Silvania Matias Cavalcante

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Rita De Cássia De Andrade Silva

Pablo Capistrano

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O trabalho proposto possui o objetivo de expor um problema que só vem avançando com o tempo: a exploração sexual de crianças e adolescentes, um fenômeno complexo que combina fatores como gênero, idade, e condição sócio-econômica. Observa-se que a grande maioria dos explorados se constitui de adolescentes e crianças de baixa renda. Esta maioria tem a liberdade de escolha bastante reduzida, tanto pela incapacidade inerente a idade, quanto por questões sociais, de forma que as crianças muitas vezes são exploradas sexualmente pelos seus responsáveis. Tal exploração constitui gravíssima violação aos direitos humanos, na medida em que obstrui o exercício de direitos fundamentais tais como: a dignidade da pessoa humana, a liberdade de escolha, o direito ao próprio corpo e à vivência saudável da sexualidade.

(METODOLOGIA) Este trabalho de cunho acadêmico foi baseado em um estudo com caráter teórico, qualitativo, nível exploratório e pesquisa documental, por meio de um levantamento bibliográfico, além de entrevistas e visitas às instituições envolvidas com a causa, tendo como um dos pontos de referência à íntima relação dos conflitos sociais com a exploração sexual.

(RESULTADOS) Diante dos dados levantados, verifica-se que as maiores causas do problema são de ordem estrutural: Desigualdade social e econômica, discriminação de gênero, raça/etnia, orientação sexual, corrupção de autoridades/impunidade, confrontos entre o Estado desorganizado e o Crime organizado, ao mesmo tempo em que há a percepção da sociedade destoante que se vivencia, na qual os direitos são albergados na Constituição Federal. No entanto, na prática inexistem, havendo assim a necessidade de políticas públicas estruturantes que garantam condições de vida dignas para as famílias, bem como mecanismos de desenvolvimento e proteção para as crianças e adolescentes. Diante do levantamento de alguns dados da Pesquisa de Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins sexuais no Brasil - PESTRAF, foram mapeadas 241 rotas que comprovam o tráfico interno e internacional de crianças e adolescentes, onde se explicitou que a maioria das vítimas brasileiras vai para a Europa, ganhando destaque nas rotas do tráfico a Espanha, Portugal, Itália, Holanda, Alemanha e Suíça. Com relação ao tráfico interno, segundo dados levantados em 2007, foram detectados 1.819 pontos, demonstrando a necessidade de políticas sociais que assegurem o bem-estar das crianças e adolescentes, de caráter imediato, como campanhas intensas movidas pelo interesse público que possam mudar essa realidade. Faz-se necessário a criação de políticas sociais diretas de enfrentamento da exploração sexual, além de ser fundamental para o enfrentamento do tráfico com fins de exploração sexual, entender que se trata de um fenômeno do crime organizado de dimensão global.

(CONCLUSÃO) Diante do exposto, conclui-se que o tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual baseia-se principalmente na desigualdade econômica e social. É notório que no atual Estado brasileiro há poucos mecanismos políticos de combate eficaz a estes tipos de delitos (tráfico e exploração). Os interesses da população são marginalizados pelos seus governantes, ocasionando assim conflitos sociais, que geram e agravam diversos problemas, responsáveis por diversas violações, como à dignidade, liberdade e integridade da pessoa humana. Em relação a soluções para o problema, o Brasil vem timidamente avançando nesse aspecto, de forma que a ação de desmobilização das redes e a punição dos responsáveis são ainda inexpressivas facilitando assim o tráfico. Sendo assim, faz-se necessário evidenciar que a sexualidade e o direito devem ser revistos na construção do pensamento legal.

A3 – DIREITO

TRÁFICO DE ÓRGÃOS: MECANISMO DE COMBATE COM VISTAS À DIGNIDADE HUMANA

*Anna Carolina Stafuzza
Carolina Guerreiro E Medeiros
Cibelle Priscila Pinheiro Trindade
Israel Diógenes Dumaresq De Souza*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Alexandro Gomes
Carlos Wagner Dias Ferreira
Pablo Capistrano*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O tráfico de órgãos é um grave problema de âmbito social e criminal que decorre da carência de políticas públicas, atingindo diferentes classes sócio-econômicas. O presente trabalho visa analisar a questão do tráfico de órgãos sob a ótica jurídica e filosófica. Tem também como principal objetivo esclarecer a população sobre como se procede a doação legal de órgãos, mostrando a seriedade e eficácia do sistema. A falta de instrução e conscientização faz com que grande parte dos brasileiros sinta receio da doação, visto que para eles o transplante está intrinsecamente ligado à idéia de morte, e não como possibilidade de ajudar os outros. Dentre os itens inerentes ao crime em questão, desta feita o presente trabalho explora como este tipo penal se insere no âmbito do Direito caracterizando em que sentido ele contradiz aquilo que determinam as principais correntes da Bioética e o princípio constitucional da Dignidade da Pessoa Humana. É necessário entender por pessoa além do corpo, a vida, a liberdade, a integridade física, a honra, os sentimentos, e os direitos da personalidade. Isto não se negocia.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada foi pesquisa documental e bibliográfica de caráter descritivo baseada em artigos científicos, livros que tratam do tema da Bioética, assim como obras do direito penal. Realizou-se uma pesquisa de campo junto à equipe médica da Central Nacional de Notificação de Captação de Órgãos, do Rio Grande do Norte instalada no Hospital Walfredo Gurgel, na qual foram obtidos dados e orientações acerca de como se procede o transplante de órgãos. Foram levantados também dados estatísticos obtidos através de pesquisas feitas com a população Brasileira de todas as classes sociais, variados graus de instrução e faixa etária.

(RESULTADOS) Segundo dados da Organização das Nações Unidas, o tráfico de órgãos, é caracterizado como a terceira atividade ilícita mais lucrativa da América Latina, perdendo apenas para o narcotráfico e o tráfico de armamentos, arrecadando mais de 30 bilhões de dólares por ano. A partir de pesquisa populacional pudemos observar que há um pequeno contingente de pessoas que autorizam ou exprimem a vontade de doar em vida, por falta de esclarecimento e medo de que os médicos responsáveis pelos procedimentos e pareceres não sigam corretamente as regras do sistema. Na cidade do Natal, a totalidade dos transplantes é paga pelo Sistema Único de Saúde, havendo uma rígida política de prevenção ao tráfico de órgãos, buscando maior credibilidade quanto ao sistema. Porém as escassas equipes autorizadas de médicos dificultam esse trabalho, já que são responsáveis por todo o Estado do Rio Grande do Norte.

(CONCLUSÃO) O trabalho foi realizado com o intento de demonstrar o papel que a doação legal representa para a sociedade e como a violação e corrupção da estrutura estatal infringe os direitos humanos. Destarte, a pessoa humana não se insere no universo do comércio, devendo estar fora de qualquer tráfico ou mercadorização da vida, considerando os tratados e Convenções de Direitos Humanos, que inclusive, impõem limites à disposição sobre o próprio corpo. Conclui-se então que o motivo das grandes filas é o desconhecimento sobre a real situação do transplante de órgãos, que causa receio em relação à seriedade do sistema impossibilitando a doação para outras pessoas. Forma-se assim um ciclo vicioso que só pode ser sanado com o esclarecimento da sociedade através de políticas públicas em favor da conscientização da importância da doação e da confiabilidade no sistema.

A3 – DIREITO

TRANSEXUALISMO E DIREITO: POSSIBILIDADES E LIMITES JURIDICOS DE UMA NOVA IDENTIDADE SEXUAL (NOVOS PARADIGMAS)

*Adilson Cordeiro De Souza
Deborah Vieira De Alencar Maia
Deisy Sotero Leite Rodrigues
Mabelle Conceição Costa Cabral
Thompson Rocha Cavalcante*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Alan Dias Barros
Assis Rogério Maia Fernandes*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Os direitos fundamentais surgiram da necessidade do indivíduo ser protegido do poder estatal, a partir dos ideais do Iluminismo, mais particularmente com a concepção das constituições escritas. Na seara do direito privado, essa proteção se especializa de modo particular nos direitos da pessoa humana sob o aspecto da personalidade. A Constituição Federal no art. 1º, inciso III, tutela o direito à dignidade da pessoa humana, que deverá ser protegida e promovida individual e socialmente. O presente artigo visa contribuir e esclarecer acerca do tema transexualismo, traçando um paralelo entre o tratamento dado pela Constituição, o Direito Civil e a Lei dos Registros Públicos. Este paralelo além de informar acerca do tratamento recebido pelos transexuais informa, também, sobre aspectos como a mudança do nome e do gênero, em razão da cirurgia de transgenitalização. No que tange ao transexual e seu direito a uma nova identidade, há uma lacuna no ordenamento jurídico brasileiro. O transexual é o indivíduo que se identifica psíquica e socialmente como do sexo oposto ao que lhe fora anotado no registro civil. Diante disto, este trabalho objetiva identificar as tendências para a regulamentação jurídica da alteração deste registro, com o fim de assegurar que o transexual tenha o direito a obter documentos que correspondam a sua realidade física e psíquica.

(METODOLOGIA) Buscando alcançar tais metas, foi feito um estudo de caráter qualitativo, através de um levantamento bibliográfico, no qual foi tratada a necessidade da mudança do prenome e do gênero do transexual à luz do Direito Constitucional e Civil.

(RESULTADOS) Verificou-se que sob o âmbito do tratamento dado ao transexual que faz a cirurgia de transgenitalização não há garantias de alteração de seu prenome e do sexo registral, mas a jurisprudência tem dado respaldo a estes direitos, através dos fundamentos encontrados na Constituição Federal e no Direito Civil.

(CONCLUSÃO) Diante do exposto, podemos traçar um paralelo entre o tratamento dado as leis em vigor e a jurisprudência atual no que se refere às garantias civis dadas ao transexual após a cirurgia. A legislação positivada atualmente, ainda não confere tratamento a mudança do sexo e do prenome dos transexuais fazendo com que os mesmos busquem o reconhecimento desses direitos na esfera judicial. A forma como tem se decidido na justiça tem mudado ao longo dos anos, o que só foi possível através da jurisprudência, sempre atuando de maneira inovadora no reconhecimento dos direitos inerentes as minorias, o que contribui para a quebra do preconceito social e familiar. Apontamos também que o direito à opção sexual constitui um direito da personalidade, inerente à liberdade da pessoa e à sua dignidade. Entretanto, apesar de inúmeras solicitações ao judiciário, os transexuais, no Brasil, ainda não têm regulamentação para a mudança do nome, embora através do projeto de Lei nº n.70-B/95, de autoria do Deputado Federal José Coimbra, em tramitação no Congresso Nacional, propõe a alteração do art.129 do Código Penal, excluindo do crime de lesão corporal a cirurgia de redesignação sexual, e, também, propõe alterar o art.58 da Lei de Registros Públicos, permitindo a retificação do nome e estado sexual, se aprovado, será a primeira lei brasileira a tratar do assunto. Assim, observamos então um sério conflito entre os fatos, os valores e as normas, configurando-se um descompasso entre as três dimensões do fenômeno jurídico. No Direito Brasileiro, portanto, observa-se esta tensão, de modo a haver um reconhecimento ainda tímido e reduzido dos direitos inerentes aos transexuais nas relações da esfera jurídica, contrariando tendências de outros países ocidentais onde a lei já é amplamente aplicada.

A3 – DIREITO

TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO - ASPECTOS JURIDICOS E SOCIAIS

Daniel De Miranda E Silva
José Adolfo Xavier De Souza
Lucas De Brito Fernandes
Caio Henrique Bezerra Revoredo
Pedro Flávio Cardoso Lucena

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Jorge Aquino
Noemi Favassa

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A Transposição do Rio São Francisco vem trazendo constantes discussões ao longo dos anos, a polêmica gira em torno do projeto de transposição de partes das águas do mencionado rio, esta nomeada como “Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”. Esta polêmica gira em torno do grande impacto social e econômico que este projeto causará as populações afetadas, problemas estes que envolvem competências de governo, aspectos ambientais, jurídicos e principalmente a mudança de vida que ocorrerá nas populações ribeirinhas, onde algumas serão beneficiadas e outras prejudicadas. Neste trabalho de Iniciação Científica procuramos mostrar alguns destes pontos a favor e os contras, para a partir daí discutirmos suas conseqüências. **(METODOLOGIA)** Primeiramente pesquisamos a história deste projeto e o como é que funciona o mesmo, de forma que entendêssemos melhor o que se passa naquela região tão rica em água potável. Este projeto visa a irrigação do semi árido da região nordeste do país, levando água potável para a população que sofre com a escassez hidráulica nesta região, e foi idealizado primeiramente por Dom Pedro II, não sendo colocado em prática devido às limitações da engenharia da época, após vários chefes de Estado se preocuparam com este problema, desde Getúlio Vargas até Fernando Henrique, tendo este último assinado um documento de “Compromisso pela Vida do São Francisco”, propondo a sua revitalização e a construção dos canais de transposição, além de transpor o Rio Tocantins para o Rio São Francisco, porém os projetos não foram colocados em prática. No primeiro mandato do atual presidente, foi colocado em prática este projeto, onde contratou empresas para o estudo do caso, porém, após a conclusão deste estudo começou a discussão sobre de quem é a competência de aprovação do projeto. O projeto em pauta também gera interesses privados, pois irá beneficiar as empresas e indústrias que agem no semi árido nordestino, porém uma parte do governo colocou que as águas só poderiam ser utilizadas por pessoas e animais, com a comprovação de escassez hidráulica, e a outra parte do governo colocou que além desses as empresas e indústrias também poderiam utilizar esta água, com isso então, criando um certo clima incerto sobre o projeto. Tem também a parte social, de acordo com estudos sociais feitos, apenas uma pequena porcentagem será coberta, e ainda mais, esta chegaria apenas aos empresários da região, existem também as comunidades que vivem próximo aonde o rio vai para o mar, e duas dessas populações não existem mais por causa da salinização da água do rio nessa região, e ficará menos água e com isso maior facilidade de sua salinização. Um outro problema é a passagem das adutoras por terras indígenas, onde entra o aspecto jurídico tratado através do art. 49º, XVI e art. 231. Porém existe também alguns pontos positivos desta transposição, que vão trazer muitos benefícios à população, pontos estes temporariamente ocultados pelos negativos. **(CONCLUSÃO)** Pudemos ver neste trabalho que a questão é muito mais completa do que se imagina, exige-se um grande esforço do governo na área jurídica e social, mas um dos principais pontos a ser trabalhado é a parte psicológica da situação, onde a população que já é acostumada a viver a beira do “Velho Chico”, tem que ser tratada de forma especial, e fazer com que ela entenda que isto está sendo feito para um bem geral da nação, e junto com isso garantir que a sociedade ribeirinha não irá perder o seu sustento de vida, sendo feito isso aí sim, estará tudo pronto para, enfim, colocar o projeto de Transposição do Rio São Francisco em ação.

A3 – DIREITO

TURISMO RELIGIOSO: EXPRESSÃO DE FÉ, HISTÓRIA, CULTURA E ECONOMIA

Bianor Francisco De Lima Júnior

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Carlos Eduardo Marinho Diniz
Pablo Moreno Paiva Capistrano*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O direito etimologicamente significa justiça e mantém, historicamente, uma proximidade com a religiosidade. Na Mesopotâmia, por exemplo, o rei era considerado um representante de Deus. No Egito reconhecia-se no faraó o próprio deus na Terra. Os mitos, crenças, temor a um deus, inspiraram a criação de regras jurídicas em diversas sociedades, que, no decorrer do tempo, tornaram-se códigos jurídicos e leis que regem o povo e as coisas. Nesse sentido, o nosso objeto de estudo, a religiosidade popular, concorreu, ao longo da história, para construir condutas sociais perceptíveis no intercâmbio de culturas, expressas, por exemplo, no turismo religioso, que desemborça na geração de riquezas nos locais onde se manifesta.

(METODOLOGIA) O presente trabalho pretende discutir algumas implicações econômicas da religiosidade popular a partir do turismo religioso. Usar-se-á como método, leitura e análise de textos conceituais sobre religiosidade popular e escritos de conteúdo histórico acerca da devoção em torno do Bom Jesus dos Navegantes, padroeiro dos católicos no município de Touros-RN, configurando-se num estudo exploratório-descritivo. O período abordado abrange as últimas décadas do século passado à primeira década do presente século, apesar do necessário retorno aos momentos de construção da religiosidade tourense, no século XVIII. **(RESULTADOS)** Durante a festa do padroeiro, ocorre uma simbiose de sacralização e secularização, não sendo possível definir com quais objetivos as pessoas buscam a festa, se em função da religiosidade ou da diversão. Seja por um ou outro motivo, o fato concreto é o aumento das divisas econômicas do município de dezembro a janeiro. Prefeitura, Paróquia, comércio e população, todos lucram em função dos festejos. Pode-se afirmar, porém, que as principais divisas econômicas são geradas pelo caráter profano, apesar de a motivação religiosa ter propiciado a construção histórica dos festejos e preservar a essência das comemorações, assegurando o lado profano da festa. Em outras palavras, a festa se assenta na sacralização, que gera turismo religioso e na profanação, que gera a maior parte das divisas econômicas. O momento de maior emoção e religiosidade plena é o cortejo/procissão com a imagem do padroeiro num barco/andor, quando se observa os romeiros e moradores desejosos de tocar o suporte do andor. Os moradores das ruas por onde passa o cortejo decoram as portas, fachadas e janelas, soltam balões e foguetório, em agradecimento por graças alcançadas e/ou solicitadas e exibição de poderio econômico.

(CONCLUSÃO) A busca pela religiosidade é uma característica inerente ao homem no decurso da história. No Brasil, a rigidez religiosa do catolicismo português fundiu-se com as culturas indígena e africana, num sincretismo religioso que dá cor e vida à religiosidade popular no Brasil. Essa religiosidade cristã, apesar de o Estado brasileiro declarar-se laico, é claramente perceptível na sociedade brasileira, ao ponto de, no Preâmbulo da Carta Constitucional de 1988, os constituintes invocarem o nome e pedirem a proteção de Deus. Em Touros, a religiosidade popular construída em torno da imagem do padroeiro foi motivo de profundas transformações sociais, desde a construção da igreja, a emancipação política do município e, no tempo presente, as divisas geradas pelo turismo religioso. Nesse sentido, é possível para o morador de Touros, como para moradores de regiões circunvizinhas, a partir da festa do Padroeiro, descobrir o potencial econômico existente e montar uma estrutura que possa melhorar a qualidade de vida e colaborar para o desenvolvimento econômico da família e da sociedade.

A3 – DIREITO

TURISMO SEXUAL: REFLEXÕES EM FACE DO DIREITO À CIDADANIA

Marcy Keveny De Lima Freitas

Patricia Melo Ramalho

Lorena De Sousa Galvão

Rafaela Carla Melo De Paiva

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ana Paula Cacho

Lenise Silveira Moreira De Moura

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Pretende-se, com o presente trabalho, examinar o turismo sexual e suas conseqüências na sociedade. A prostituição é tida, pelo senso comum, como a profissão mais antiga do mundo. Historicamente, viagens e prostituição têm sido muitas vezes associadas. De fato, quando olhamos para a história do turismo, verificamos, através das ruínas das antigas cidades, que existiam bairros de prostitutas, que serviam aos viajantes comerciais e religiosos. O turismo sexual está baseado em relações desiguais entre países, reproduzindo ideologias e práticas racistas e sexistas, fundadas em relações de desigualdade social, econômica, política e cultural. Suas características incluem o deslocamento de homens e mulheres para outros lugares (cidades, Estados, Países), em busca, exclusivamente, de aventuras eróticas. A sociedade brasileira sempre tratou com dubiedade e certa hipocrisia as questões ligadas ao sexo, levando o turismo sexual a uma situação de clandestinidade, o que vem favorecendo o surgimento e proliferação de condutas criminosas correlatas a prática da atividade. Assim, o fenômeno alcança relevância para a ciência criminológica, uma vez que, em decorrência dessa modalidade de turismo, são alimentadas práticas, como o tráfico de entorpecentes, o estelionato, a exploração sexual de crianças e adolescentes, a pedofilia, a lavagem de dinheiro. **(METODOLOGIA)** Este trabalho, baseia-se em pesquisas bibliográficas, assim como na leitura virtual de textos e artigos que, somados a uma base estatística, possibilitou o levantamento de dados importantes para o desenvolvimento do estudo.

(RESULTADOS) O turismo internacional ganhou notoriedade na capital Norte-riograndense na década de noventa, com a chegada semanal de vôos vindo da Europa. Houve o aumento de número de vôos charters, de cinco, em 2002, para 17 vôos semanais em 2004. O turismo sexual na cidade do Natal tem o seu maior “point” na Rua do Salsa, situada no bairro de Ponta Negra. Na economia, segundo a secretaria de turismo do RN, a receita do turismo internacional na Grande Natal teve participação de 35% das despesas realizadas por turistas. A prostituição é proibida na maior parte dos países onde o turismo sexual acontece. No Brasil, está relacionada ao Código Penal, no qual não é prevista como crime, todavia, seu favorecimento o é. O legislador brasileiro sempre entendeu que a prostituição não é um problema penal, mas um problema social. Além de ser um problema moral e ético, haja vista que no ético, o sujeito não valoriza a si mesmo e, portanto, não valoriza o outro, e como conseqüência temos um problema moral. Entretanto, a exploração da atividade da prostituta é punida pelo Código Penal Brasileiro. São crimes, portanto, os atos relacionados com o induzimento à prostituição, ou à sua facilitação, bem como o rufianismo, ou seja, fazer-se sustentar por profissional do sexo. **(CONCLUSÃO)** O turismo sexual em nada valoriza as mulheres ou altera sua situação social. Ao contrário, considera-se que contribui para depreciar sua imagem, comprometendo o pleno exercício da cidadania. Do ponto de vista econômico, é um problema, pois se trata de uma prática clandestina, muitas vezes associada ao crime internacional, inclusive ao consumo e tráfico de drogas. Além disso, produz retração de demanda turística de outras modalidades, como por exemplo, o turismo cultural, artístico e familiar. O turismo sexual é um problema que vem começando a ser enfrentado contra a resistência de setores conservadores do empresariado, dos governos e da sociedade civil. Para o seguimento do debate na sociedade, o principal desafio é desenvolver argumentos não moralistas, que respeitem a opção das mulheres quanto à forma de viver sua liberdade sexual, mas que não estejam coniventes com a exploração e a opressão. As autoridades precisam agir duramente na repressão e punição desses turistas e agenciadores.

A3 – DIREITO

TURISMO SEXUAL, UMA ABORDAGEM ECONÔMICA

*Marcy Keveny De Lima Freitas
Patricia Melo Ramalho
Alexsandra Menescal De Carvalho Luna
Rafaela Carla Melo De Paiva*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Carlos Eduardo Marinho Diniz
Ana Paula Cacho*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Historicamente há registros de existência de prostitutas desde a Antiguidade, quando havia o domínio do patriarcado. Nesse longo período, em torno de 25 mil anos, havia a adoração à Deusa Ishtar, tida como provedora da vida e das atividades vitais. Na pré-história a cultura, a religião e a sexualidade estavam interligadas, por isso o sexo era considerado sagrado. A organização mundial do turismo (OMT – 1995) define o turismo sexual como “viagens organizadas dentro do seio do setor turístico ou fora dele, utilizando, no entanto as suas estruturas e redes, com a intenção primária de estabelecer contatos sexuais com os residentes do destino. Ryan (2001: x) por sua vez entende que se trata de um tipo de turismo no qual o motivo principal de pelo menos uma parte da viagem é o de se envolver em relações sexuais. Este envolvimento sexual é normalmente de natureza comercial. Apesar de ser um tema polêmico, ele não é muito discutido pela sociedade. A pesquisa apresenta o crescimento do turismo sexual no Rio Grande do Norte, mostrando os aspectos econômicos e sociais desse tema.

(METODOLOGIA) Com relação aos objetivos, a presente pesquisa é do tipo exploratória, pois objetiva entender determinado problema que afeta boa parte da população do estado, através de métodos qualitativos (analisando o problema a partir de gráficos sociais e econômicos) que envolveram visitas e entrevistas com prostitutas, associações e ONG's que se preocupam com tal problema social. Quanto aos procedimentos, a pesquisa pode ser classificada como pesquisa de campo, houve uma coleta de dados na ASPRON- associação das prostitutas do RN, considerando que as fontes de dados são basicamente as pessoas que foram entrevistadas e cederam material para a pesquisa.

(RESULTADOS) No Rio Grande do Norte, o turismo sexual tem crescido de forma considerável, atingindo diversos ramos da economia do Estado. Um exemplo disto seria a movimentação do aeroporto Augusto Severo, na realização de vôos fretados (charters), como uma das rotas preferidas para este tipo de turismo. Com base nos dados do Ministério do Turismo, cerca de 1514 destinos turísticos brasileiros, 398 tem esquemas de exploração sexual de crianças e adolescentes. Em Natal, a prostituição aumenta proporcionalmente ao fluxo turístico. O turismo sexual é muito banalizada no Nordeste do Brasil e a sensação de impunidade é tão grande que, em uma pesquisa realizada pela ONG Renascer sobre uma amostra de mil turistas italianos apenas desembarcados no aeroporto de Parnamirim, há perguntas sobre que tipo de turismo foram fazer no Brasil, cerca de 58% dos entrevistados admitiu que era em virtude de turismo sexual. No RN, as ONG's que lutam pelo combate ao abuso e exploração sexual, dizem que os investimentos em turismo no Estado estão crescendo, mas falta infra-estrutura.

(CONCLUSÃO) As mazelas dos problemas econômicos enfrentados pelos países pobres são de diversas ordens, mas os problemas sociais são os mais visíveis. As adversidades enfrentadas pela prostituição corrente e as saídas encontradas para sanar as necessidades mais básicas estão muito além da compreensão da moral burguesa predominante. Dentro dessa perspectiva, o turismo muitas vezes atua como um setor que coloca em contato com as diferenças econômicas do mundo globalizado. Esse encontro pode ser positivo e trazer benefícios para comunidades carentes, mas pode também além de usurpar dos bens culturais e materiais, deixando para a população local, um saldo negativo corrompendo a população e o que pode ser ainda mais complicado, agindo indiretamente na população infantil. Muitos setores turísticos são convenientes com o turismo sexual, pois esse tipo de atrativo ainda proporciona um fluxo de pessoas considerável do ponto de vista da lucratividade.

A3 – DIREITO

TURISMO SEXUAL

Danilo Medeiros Braulino

Adolpho Simonetti

Renato Azevedo

Luiz Fernando Daltra

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Pablo Capistrano

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O turismo sexual vem sendo tratado em nosso Estado, como algo economicamente explorável, principalmente em Natal, onde, ainda é montada toda uma estrutura para receber turistas, tendo por finalidade de viagem o prazer sexual, na exploração de mulheres, inclusive, as adolescentes, na grande maioria, pertencentes às classes sociais menos favorecidas, que, disponibilizam seu próprio corpo, vislumbrando a aquisição de retorno financeiro. Estes turistas movimentam grande capital, influenciando, direta e indiretamente na economia do nosso Estado. Apesar, do dinheiro que esses indivíduos injetam, é um numerário demasiadamente pernicioso, pois tal renda gerada é muito mais maléfica que benéfica à sociedade, vez que trás prejuízos de toda monta, indo de encontro a norma legal vigente, contrariando, desta feita, os preceitos contidos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, ou seja, o tema discutido por si só, é o problema que se almeja solucionar. O trabalho realizado resumiu-se em uma tentativa de esclarecer e evidenciar os malefícios que o turismo sexual promove aqui em nosso Estado, e como essa atividade interage com a economia do mesmo, além de uma relação do ponto de vista jurídico da prostituição atual com a romana. A pesquisa foi feita através de pesquisas online e por meio de experiências pessoais dos integrantes e uma avaliação geral da situação tendo critério base o senso comum.

(METODOLOGIA) Os sites utilizados foram, <http://www.unama.br/extensao/sit/modulol/paginas/artigos/Traficodemulherescriancaseadolescentes.doc>, www.geocities.com, Será feita ao longo do trabalho uma relação entre a situação da prostituição atual e a da antiga Roma, incluindo alguns códigos ou leis para tal.

(RESULTADOS) Através de tais estudos e aprofundamentos no tema abordado por nossa iniciação científica, notamos duas vertentes: a primeira delas é formada pelos estrangeiros que vem ao Brasil em busca de sexo fácil, barato e seguro no que se trata de legislação, caracterizada por “turismo sexual”; a outra vertente é referente as brasileiras que em busca de uma vida melhor para si e para sua família vão para o exterior atraídas por convites e propostas desses estrangeiros, esta vertente é caracterizada por “tráfico sexual”. Relacionamos a questão da prostituição com Roma antiga onde, a prostituição era algo legalizado e tratado como fator de ordem social, pois havia as mulheres para diversão e iniciação dos jovens, o que evitada das mulheres “puras” perdessem sua honra antes ou fora do casamento. Outra relação com o nosso trabalho encontra-se no fato de que as prostitutas da época eram geralmente estrangeiras, o que da mesma forma, tornavam mais integras as mulheres romanas. **(CONCLUSÃO)** Com nosso trabalho concluímos que a questão do turismo sexual e bem mais complexa do que pensávamos, como dito anteriormente na parte referente a resultados, chegamos a concluir certas características bastante peculiares desse tema, que envolve uma gama de fatores sociais, culturais, e econômicos, que propiciam a existência desse mercado muitas vezes ilegal. Logo conseguimos coletar informações com esse trabalho de pesquisa e obter informações sobre esse tema um tanto polemico e deveras banalizado pela sociedade. Com isso conseguimos conhecer melhor as pessoas que fazem parte desse mercado sexual, e vimos claramente os problemas e dificuldades sofridas por quem faz parte do contexto do turismo sexual, assim como chegando a distinguir quem são os vilões desse meio, conseguindo assim refletir sobre como resolver certos problemas.

A3 – DIREITO

TURISMO SEXUAL: REFLEXÕES EM FACE DO DIREITO À CIDADANIA

Marcy Keveny De Lima Freitas

Patricia Melo Ramalho

Lorena De Souza Galvão

Rafaela Carla Melo De Paiva

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ana Paula Cacho

Lenice Silveira Moreira De Moura

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Pretende-se, com o presente trabalho, examinar o turismo sexual e suas conseqüências na sociedade. A prostituição é tida, pelo senso comum, como a profissão mais antiga do mundo. Historicamente, viagens e prostituição têm sido muitas vezes associadas. De fato, quando olhamos para a história do turismo, verificamos, através das ruínas das antigas cidades, que há cerca de dois milênios, existiam bairros de prostitutas que serviam aos viajantes comerciais e religiosos. O turismo sexual está baseado em relações desiguais entre países, reproduzindo ideologias e práticas racistas e sexistas, fundadas em relações de desigualdade social, econômica, política e cultural. Suas características incluem o deslocamento de homens e mulheres para outros lugares (cidades, Estados, Países), em busca, exclusivamente, de aventuras eróticas. A sociedade brasileira sempre tratou com dubiedade e certa hipocrisia as questões ligadas ao sexo, levando o turismo sexual a uma situação de clandestinidade, o que vem favorecendo o surgimento e proliferação de condutas criminosas correlatas a prática da atividade. Assim, o fenômeno alcança relevância para a ciência criminológica, uma vez que, em decorrência dessa modalidade de turismo, são alimentadas práticas, como o tráfico de entorpecentes, o estelionato, a exploração sexual de crianças e adolescentes, a pedofilia, a lavagem de dinheiro.

(METODOLOGIA) Este trabalho, baseia-se em pesquisas bibliográficas, assim como na leitura virtual de textos e artigos que, somados a uma base estatística, possibilitou o levantamento de dados importantes para o desenvolvimento do estudo.

(RESULTADOS) O turismo internacional ganhou notoriedade na capital Norte-riograndense na década de noventa, com a chegada semanal de vôos vindo da Europa. Houve o aumento de número de vôos charters, de cinco, em 2002, para 17 vôos semanais em 2004. O turismo sexual na cidade do Natal tem o seu maior "point" na Rua do Salsa, situada no bairro de Ponta Negra. Lá circulam os profissionais do sexo, geralmente mulheres entre 20 e 30 anos. Na economia, segundo a secretaria de turismo do RN, a receita do turismo internacional na Grande Natal teve participação de 35% das despesas realizadas por turistas. A prostituição é proibida na maior parte dos países onde o turismo sexual acontece. No Brasil, está relacionada ao Código Penal, no qual não é prevista como crime, todavia, seu favorecimento o é. O legislador brasileiro sempre entendeu que a prostituição não é um problema penal, mas um problema social. Entretanto, a exploração da atividade da prostituta é punida pelo Código Penal Brasileiro. São crimes, portanto, os atos relacionados com o induzimento à prostituição, ou à sua facilitação, bem como o rufianismo, ou seja, fazer-se sustentar por profissional do sexo. **(CONCLUSÃO)** O turismo sexual em nada valoriza as mulheres ou altera sua situação social. Ao contrário, considera-se que contribui para depreciar sua imagem, comprometendo o pleno exercício da cidadania. Do ponto de vista econômico, é um problema, pois se trata de uma prática clandestina, muitas vezes associada ao crime internacional, inclusive ao consumo e tráfico de drogas. Além disso, produz retração de demanda turística de outras modalidades, como por exemplo, o turismo cultural, artístico e familiar. O turismo sexual é um problema que vem começando a ser enfrentado contra a resistência de setores conservadores do empresariado, dos governos e da sociedade civil. Para o seguimento do debate na sociedade, o principal desafio é desenvolver argumentos não moralistas, que respeitem a opção das mulheres quanto à forma de viver sua liberdade sexual, mas que não estejam coniventes com a exploração e a opressão. As autoridades precisam agir duramente na repressão e punição desses turistas e agenciadores, sendo necessário que haja divulgação dessas punições para inibir a procura do turismo sexual no País.

A3 – DIREITO

UM PAÍS DE CONTRASTES

*Alex Humboldt De Souza Ramos
Bruno Rocha De Almeida
Marcel Moraes Pinheiro
Mauricio César Da Silva Souza
Ramon Cavalcanti Asfora Alves*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Maria Aparecida Da Silva Fernandes Trindade
Pablo Capistrano
Ana Paula Cacho
Noemi Favassa*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Há no Brasil uma grande desigualdade. O aspecto mais simples para constatararmos esta variação é o social. A má distribuição de renda, exclusão social e pobreza são problemas que estão inteiramente relacionados a esta desigualdade. Na nossa sociedade, enquanto há pessoas que vivem em absoluta miséria. As desigualdades assumem feições distintas porque são constituídas por um conjunto de elementos econômicos, políticos e culturais próprios de cada meio.

(METODOLOGIA) O estudo foi desenvolvido mediante pesquisa bibliográfica e análise textual do livro de MAGNOLI (Projeto de Ensino de Geografia.), a qual obteve a base teórica para o estudo sobre a desigualdade social. Além disso, obtivemos dados importantes através de uma pesquisa de campo para melhor desenvolvimento sobre o tema em questão. Foram realizadas ainda pesquisas refinadas em sites de buscas na internet (Disponível em: http://www.carnatal.com.br/sobre_o_evento/), mostrando de forma clara e precisa estatística e fundamentações para o resultado do trabalho.

(RESULTADOS) O ponto relevante do nosso estudo consiste em demonstrar de forma clara e precisa a desigualdade social demonstrando todos os seus problemas e ressaltando algumas formas de compensação de séculos de atraso social. Tal implementação só será possível se medidas públicas de obrigação governamental sejam realmente cumpridas para que os cidadãos desprovidos possam estar em igualdade aos outros, como no âmbito financeiro jurídico e intelectual, sem que tenha nenhuma discriminação contra eles. Nos últimos anos percebemos que alguns programas assistencialistas do governo amenizaram o sofrimento de muitos, mas não resolvem o problema. Por outro lado é necessário que cada indivíduo reflita acerca da desigualdade social buscando realizar participações sociais.

(CONCLUSÃO) Analisando a situação de uma sociedade desigual, observa-se que o Estado é o grande responsável pela exclusão social, pobreza e má distribuição de renda. Entretanto, nós não podemos esperar que somente o governo solucione tais problemas. É necessária ação. A formação de mutirões para arrecadação de alimentos, doação de roupas, e visitas a instituições carentes são, sem dúvidas, iniciativas válidas para uma maior integração entre os contrastes existentes. No entanto o assistencialismo e somente uma parte nessa complexa questão é necessário a consciência individual juntamente com o assistencialismo para se obter melhorias para o futuro da sociedade, assim minimizado a desigualdade social.

A3 – DIREITO

UMA ABORDAGEM ECONÔMICA DAS POTENCIALIDADES DO RN –A IMPORTÂNCIA DOS ROYALTIES PARA A ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE PETRÓLEO

Eduarda Bernardino Corrêa Sobral

Shandra Lucena Marques

Ludimila Silva Gondim

Jamille Mendonça Martins De Sá

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A Economia de uma região deve ser apreendida como um método que tende a reservar recursos com meios alternativos para disponibilizá-los a um nível de bem-estar socioeconômico da população da região. Esse trabalho é focado na identificação da real parcela dos royalties distribuídos ao Estado pelas empresas concessionárias, com o objetivo de analisar o repasse desses recursos do Estado aos municípios e cidades produtoras de petróleo e a forma como essa receita é administrada e investida.

(METODOLOGIA) A realização desse trabalho foi conseguida com pesquisas feitas na Petrobrás, na Agência Nacional de Petróleo - ANP, na qual se analisou dados de quanto o estado do Rio Grande do Norte e seus municípios recebem pelo petróleo produzido em seus territórios. Também observou-se dados cedidos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E por último foi utilizado encartes de jornais locais que fez matérias relacionadas ao assunto abordado neste projeto.

(RESULTADOS) Com base nas pesquisas feitas, analisou-se que os municípios norte-riograndenses recebem um montante financeiro considerável por meio dos royalties de petróleo. No entanto, os municípios que deveriam ser beneficiados com esse dinheiro arrecadado são esquecidos pelos seus próprios governantes, que deixam a mercê da miséria a sua população, como é o caso de Guamaré, que tinha todo o suporte financeiro para ser o município mais desenvolvido do Rio Grande do Norte, chegando a receber no primeiro trimestre desse ano R\$ 9.154.587.55. Apesar, da má administração exercida por alguns municípios do Rio Grande do Norte que investem menos de 50% do valor pago pelo royalty de petróleo, Mossoró, é o município que mais investe em seu próprio desenvolvimento através desse tributo, pois a prefeitura deste investe quase 100% do dinheiro arrecadado em seu desenvolvimento socioeconômico.

(CONCLUSÃO) Apesar dos royalties de petróleo, objetos desse estudo, compor grande parte das receitas dos municípios norte-riograndeses produtores de petróleo, esse recurso não está sendo devidamente usufruído por alguns desses municípios. A receita dos royalties em alguns casos está sendo mal aplicada, geralmente não se vê investimentos que visam beneficiar a população. Faz-se necessário evitar desperdícios com gastos correntes e investir numa fiscalização mais rígida de modo a combater os desvios desses recursos. Deve-se investir agora em infra-estrutura, educação, saúde, enfim, o que é básico, para que no futuro, quando essa riqueza oriunda desse combustível esgotável se escassear, as cidades não venham a sofrer com as conseqüências, uma vez que dependem de modo considerável desses royalties.

A3 – DIREITO

UMA ANÁLISE ÉTICA SOBRE A PRÁTICA DE CRIME DE RESPONSABILIDADE

*Sabrina Cavalcante Macedo
Vanessa De Medeiros Soares
Ana Rosa Santos De Azevedo
Candice De Medeiros Azevedo
Jacquelline Setubal Nogueira*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Rita De Cássia De Andrade Silva Advíncula
Pablo Capistrano*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O crime de responsabilidade aparece como fato corriqueiro no cenário político brasileiro. Este estudo apresenta uma análise ética de nossos representantes, respondendo que tipo de ética está associada à prática de crimes de responsabilidade. O tema em pauta tem relevância social por se tratar de crime político-administrativo, cometido em exercício de função pública. Além disso, num Estado Democrático de Direito há a necessidade de uma ética voltada para o bem comum, assim como transparência por parte de seus governantes em respeito ao povo, legítimo titular do poder político.

(METODOLOGIA) Com o objetivo de alcançar o fim desejado, foi feito um trabalho de pesquisa bibliográfica, qualitativo e representativo, abordando o crime de responsabilidade. Paralelamente, fez-se um levantamento sobre os tipos de ética existentes, enquadrando entre elas, o tipo de comportamento ético que desejamos e aquele que encontramos em nossos representantes, destacando a concepção de ética política trazida por Maquiavel na obra “O Príncipe”. Para dar credibilidade ao estudo, foram selecionadas algumas jurisprudências do STF e do TJRN capazes de exemplificar o comportamento ético presente na prática do crime de responsabilidade.

(RESULTADOS) Do ponto de vista ético, é possível afirmar que a ação correta é aquela que maximiza a felicidade de todos e está de acordo com regras determinadas ou, ainda, aquela que pode ser justificada aos outros de forma razoável. A ética do dever, uma das correntes da ética deontológica, utiliza a noção do imperativo categórico para determinar o certo e o errado moralmente, ou seja, a ação é moral se puder ser observada e seguida por todos os seres humanos sem contradição. É nesta ética que as condutas de nossos governantes deveriam se enquadrar. Diferentemente, o que ocorre na prática é o predomínio da ética teleológica, que determina o correto de acordo com fim ao qual se pretende chegar. Contudo, nem sempre esse fim a ser alcançado é a busca do bem da coletividade, mas sim a busca da satisfação do interesse pessoal e individual do governante, o que podemos caracterizar como egoísmo ético ou um comportamento maquiavélico para se manter no poder e dele usufruir. Dentro do Direito Constitucional foi abordado o crime de responsabilidade, este composto por infrações político-administrativas definidas em lei federal especial, cometidas no desempenho da função pública e que poderão resultar na perda desta função. O crime de responsabilidade está previsto no art. 85, CF e uma condenação por este tipo de infração acarretará na perda do cargo mais inabilitação, por oito anos, para exercício de função pública sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis. Além do Presidente da República, também poderão ser responsabilizados politicamente e destituídos de seus cargos através do processo de impeachment o Vice-Presidente, os Ministros de Estado, Ministros do STF, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador Geral da República e o Advogado Geral da União, bem como Governadores e Prefeitos. A síntese das jurisprudências encontradas representa uma série de comportamentos individualistas, objetivando a satisfação de interesses particulares ou o benefício de outrem como troca de favores.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que, diante dos interesses políticos e do abuso de poder, ocorre uma substituição da ética deontológica, pelo egoísmo ético, tornando o cenário propício à prática de crimes de responsabilidade. Isto se deve à ineficácia dos mecanismos legais previstos para evitar esse tipo de infração, sendo necessário que se adotem medidas de fiscalização mais agressivas, evitando, assim, a impunibilidade. Enquanto essas medidas não aparecem, cabe ao cidadão se conscientizar da importância de sua responsabilidade na hora de escolher o seu candidato.

A3 – DIREITO

UMA ANÁLISE SOBRE CRIME DE RESPONSABILIDADE

Sabrina Cavalcante De Macedo

Discente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Rita Andrade
Pablo Capistrano*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O crime de responsabilidade aparece como fato corriqueiro no cenário político brasileiro. Este estudo apresenta uma análise ética de nossos representantes, respondendo que tipo de ética está associada à prática de crimes de responsabilidade. O tema em pauta tem relevância social por se tratar de crime político-administrativo, cometido em exercício de função pública. Além disso, num Estado Democrático de Direito há a necessidade de uma ética voltada para o bem comum, assim como transparência por parte de seus governantes em respeito ao povo, legítimo titular do poder político.

(METODOLOGIA) Com o objetivo de alcançar o fim desejado, foi feito um trabalho de pesquisa bibliográfica, qualitativo e representativo, abordando o crime de responsabilidade. Paralelamente, fez-se um levantamento sobre os tipos de ética existentes, enquadrando entre elas, o tipo de comportamento ético que desejamos e aquele que encontramos em nossos representantes, destacando a concepção de ética política trazida por Maquiavel na obra “O Príncipe”. Para dar credibilidade ao estudo, foram selecionadas algumas jurisprudências do STF e do TJRN capazes de exemplificar o comportamento ético presente na prática do crime de responsabilidade.

(RESULTADOS) Do ponto de vista ético, é possível afirmar que a ação correta é aquela que maximiza a felicidade de todos e está de acordo com regras determinadas ou, ainda, aquela que pode ser justificada aos outros de forma razoável. A ética do dever, uma das correntes da ética deontológica, utiliza a noção do imperativo categórico para determinar o certo e o errado moralmente, ou seja, a ação é moral se puder ser observada e seguida por todos os seres humanos sem contradição. É nesta ética que as condutas de nossos governantes deveriam se enquadrar. Diferentemente, o que ocorre na prática é o predomínio da ética teleológica, que determina o correto de acordo com fim ao qual se pretende chegar. Contudo, nem sempre esse fim a ser alcançado é a busca do bem da coletividade, mas sim a busca da satisfação do interesse pessoal e individual do governante, o que podemos caracterizar como egoísmo ético ou um comportamento maquiavélico para se manter no poder e dele usufruir. Dentro do Direito Constitucional foi abordado o crime de responsabilidade, este composto por infrações político-administrativas definidas em lei federal especial, cometidas no desempenho da função pública e que poderão resultar na perda desta função. O crime de responsabilidade está previsto no art. 85, CF e uma condenação por este tipo de infração acarretará na perda do cargo mais inabilitação, por oito anos, para exercício de função pública sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis. Além do Presidente da República, também poderão ser responsabilizados politicamente e destituídos de seus cargos através do processo de impeachment o Vice-Presidente, os Ministros de Estado, Ministros do STF, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador Geral da República e o Advogado Geral da União, bem como Governadores e Prefeitos. A síntese das jurisprudências encontradas representa uma série de comportamentos individualistas, objetivando a satisfação de interesses particulares ou o benefício de outrem como troca de favores.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que, diante dos interesses políticos e do abuso de poder, ocorre uma substituição da ética deontológica, pelo egoísmo ético, tornando o cenário propício à prática de crimes de responsabilidade. Isto se deve à ineficácia dos mecanismos legais previstos para evitar esse tipo de infração, sendo necessário que se adotem medidas de fiscalização mais agressivas, evitando, assim, a impunibilidade. Enquanto essas medidas não aparecem, cabe ao cidadão se conscientizar da importância de sua responsabilidade na hora de escolher o seu candidato.

A3 – DIREITO

VAQUEJADA: MANIFESTAÇÃO CULTURAL, ESPORTIVA, ECONÔMICA E JURÍDICA

*Airton Soares Costa Neto
Glicério Edwiges Da Silva Júnior
João Victor Macedo Marinho
Marcel Soares Abdon*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Pablo Capistrano
Ana Paula Cacho*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Através deste trabalho queremos resgatar a cultura popular nordestina e mostrar suas relações e influências com a economia, bem como, a contradição no âmbito jurídico visando as duas faces de correntes distintas, onde uma defende a prática da vaquejada e a outra que tenta justificar sua proibição através da idéia de proteção aos animais. No que corresponde ao surgimento dos jogos populares, abordamos desde o seu início na Roma primitiva, que assim como nas vaquejadas, havia uma movimentação e atração por parte da população.

(METODOLOGIA) A elaboração do trabalho foi efetivada a partir de pesquisas e entrevistas realizadas com pessoas envolvidas na organização e na prática desse esporte, em sites, revistas que resgatam informações sobre a antiguidade e no livro “Tradições Populares da Pecuária Nordestina” de Luís da Câmara Cascudo, no qual ele dedica um de seus capítulos à vaquejada. A coleta de dados, informações e material para anexo, possibilitam os entendimentos históricos, jurídicos, esportivos, econômicos e culturais que é formado com a vaquejada.

(RESULTADOS) A importância cultural dentro do contexto tradicional, leva para a sociedade uma parcela de participação no meio que a vaquejada ocorre, a regulamentação e o aprimoramento da vaquejada, é fruto de um intenso trabalho e dedicação dos amantes dessa belíssima festa. Apesar de todo o desenvolvimento adquirido com o aprimoramento desse esporte, ainda existe em nossa sociedade grupos de indivíduos que combatem a vaquejada, alegando que a mesma é um esporte cruel, porém é notável o preconceito vindo dessa parte da sociedade. A polêmica é grande e as correntes de pensamento são conflitantes. O costume tornou-se objeto amplo de discussão entre aqueles que exploram esse tipo de empreendimento e as entidades protetoras dos animais. Foi feito um paralelo da vaquejada com os jogos em Roma, onde as primeiras manifestações populares deram início. Os defensores das vaquejadas alegam que ela é um elemento arraigado em nossa cultura, amparada pelo disposto no art. 215, § 1º, da Constituição Federal, que diz que "o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais" e que "o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional", além de servir de atrativo para o incremento do turismo, movimentando a economia local, com a geração de vários empregos sazonais. Cultura popular, cultura do povo, resultado da interação de pessoas pertencentes a determinadas regiões. É o conjunto de práticas e tradições expressas através de festas, mitos, lendas, crendices, costumes, danças, superstições e outras tantas formas de demonstrações artísticas do povo, como alimentação, linguagem, religiosidade e vestimentas. Em sentido contrário, temos o art. 225, § 1º, VII, segundo o qual incumbe ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

(CONCLUSÃO) Com o intuito de demonstrar que a vaquejada é um esporte, aponta o presente trabalho para o fato de que a mesma não pretende agir de forma irresponsável e o seu principal objetivo é manter a cultura nordestina. A contestação de que a vaquejada e rodeio não são esportes dentro do ordenamento jurídico, isto é, conjunto de leis que regem uma sociedade, é puramente “achismo”, produto de um enfoque subjetivo. As opiniões devem ser respeitadas, mas as leis devem ser cumpridas.

A3 – DIREITO

VIGÊNCIA PLENA DE LEGISLAÇÃO EFETIVA PARA A PROTEÇÃO DE TODAS AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES CONTRA PUNIÇÃO E VIOLÊNCIA FAMILIAR

Emanuela Medeiros Dantas Nascimento

Lais Moraes Da Costa

Lidianne Dos Santos Bezerra

Silvana Nobre Silva

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Carlos Thompson Costa Fernandes

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Este artigo objetiva refletir sobre as várias formas de violência contra crianças e adolescentes, praticadas na família, e a importância da assistência diante desse fenômeno. Para isso, discutem-se as possibilidades de assistência e de prevenção da violência, bem como, os problemas que esta ocasiona à sociedade, mostrando que ela constitui um problema social e histórico, construído dentro desta. Mostraremos também como a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente disciplinam mecanismos para proteger essa parcela indefesa da sociedade, a qual não possui a aplicação efetiva de tais preceitos, na medida em que, não se toma conhecimento da ocorrência de tal forma de violência.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo teórico exploratório, realizado por meio de pesquisa bibliográfica e de artigos da internet.

(RESULTADOS) A violência, em diferentes formas, é um fenômeno que se estabelece por inúmeros fatores e que atinge a realidade familiar, compondo, atualmente, grave ameaça à vida. Conforme o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), anualmente, 6,5 milhões de crianças sofrem algum tipo de violência doméstica no país. No Brasil, 18 mil são espancadas diariamente e 300 mil crianças e adolescentes são vítimas de incesto. O que se tem percebido é que cada vez mais a problemática da violência sobrepuja o silêncio da esfera familiar, tornando-se, então, uma evidência na sociedade e notícia diária na mídia. A Constituição Federal determina como obrigação do Estado, da Família e da Sociedade, a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Infelizmente, tal determinação é insuficiente para ocultar a triste realidade brasileira em que a violência física, psicológica, sexual, a negligência, impedem o suprimento das necessidades básicas e elementares do contingente infantil. Segundo dados do Ministério da Saúde, as violências e os acidentes, juntos, constituem a segunda causa de óbitos no quadro da mortalidade geral brasileira. Entre os 5 e 19 anos é a primeira causa entre todas as mortes ocorridas. Dessa maneira, observa-se a gravidade do fenômeno, que acaba repercutindo em todo território nacional e que, apesar do reconhecimento constitucional, a legislação não garante plenamente o direito das crianças à proteção contra todas as formas de violência, fazendo-se necessário a inclusão de dispositivos legais de proibição explícita de punição corporal e da violência familiar. Além disso, compõe grande problema de saúde pública, devido, principalmente, à sensação de insegurança causada em todas as esferas sociais e ao custo financeiro que vem representando para todos.

(CONCLUSÃO) O caráter da globalidade do fenômeno violência precisa estar presente nas discussões das políticas públicas. Para isso, não basta somente ter, montar ou treinar equipes e pessoas, mas, principalmente, criar meios para que se efetive o cumprimento dos direitos garantidos em preceitos constitucionais.

A3 – DIREITO

VIGIAR PARA PUNIR: UMA ABORDAGEM FOUCAULTIANA PARA O PROBLEMA PENAL

*Bárbara Gabriele Santos Frota
Cláudia Rayanne Miranda Bernardo
Igor Cavalcante*

Mariana Medeiros De Albuquerque Nobre

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Pablo Capistrano
Ana Paula Cacho*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Baseando-se no pensamento de Michel Foucault, analisa-se a história da punição penal no ocidente. Com base nas observações sobre os temas presentes na obra foucaultiana, mapeia-se as possíveis soluções para o problema da execução penal na modernidade. Como objetivo específico, o presente trabalho visa compreender como se estrutura a análise de Foucault da punição penal a partir de uma lógica dos discursos de poder. **(METODOLOGIA)** O trabalho desenvolveu-se a partir de uma análise bibliográfica de “Vigiar e Punir” de Michel Foucault. Para apoio também foi usado o “Foucault” de Pierre Billouet e outros comentadores.

(RESULTADOS) Michel Foucault estudou amplamente o poder em sua trilogia “Vigiar e Punir”, “História da Sexualidade” e “História da Loucura”, preparadas como um desdobramento de “A Microfísica do Poder”. Sua preocupação básica era entender como os discursos se tornam “discursos de poder”, como as instituições o irradiam pela sociedade. Foucault se utiliza do método genealógico, já encontrado na obra de Nietzsche “A Genealogia da Moral”, para conseguir entender o poder em diferentes instituições. Tal método, como é usado, consiste em estudar a “história do presente na criação dos diferentes ‘saberes’”, focalizando os discursos do conhecimento. No livro “Vigiar e Punir”, essa análise se dá em um campo específico, a prisão. Ele percorre a mudança de episteme que acontece na área penal com os projetos e redações dos códigos modernos entre os sécs. XVII e XVIII. Com os novos códigos, há uma mudança do suplício para o encarceramento. Foucault mostra como ao longo dessa mudança há a criação de novos saberes para se associarem a tal poder coercitivo, como a criminologia, a sociologia e a psicologia. Foucault conclui que tal dicotomia saber/poder objetiva a criação de uma relação de docilidade-utilidade, com os “corpos dóceis”, e o novo no método é a escala, a modalidade ininterrupta. A institucionalização da prisão é paralela à transformação dela com a aplicação dessas novas técnicas de sujeição e métodos de controle, as disciplinas.

(CONCLUSÕES) Em cima do que Foucault discorreu em sua obra “Vigiar e Punir”, conclui-se que o apenado sofreria essa coerção, pois, a prisão realizaria uma economia, dividiria entre os delinquentes (os apenados) e aqueles que não o são e tal economia seria o seu real objetivo. As ditas falhas prisionais citadas naquela obra, o papel da prisão como disseminadora da violência e da corrupção e a incapacidade dos agentes carcerários, deixariam de existir, tendo em vista que tais falhas se dão pelo não cumprimento dos objetivos declarados e não dos reais. O processo de crítica das prisões, seguido pelos princípios conhecidos como “sete máximas da boa condição penitenciária”, seria então um processo dialético em que a prisão é dada como seu próprio remédio. Esse processo de reforma fracassa, pois não modifica a prisão. E o fracasso prova o sucesso da prisão, sendo uma parte integrante e fundamental do funcionamento e de continuação do status quo dessa mesma instituição.

A3 – DIREITO

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES

*Angélica Alves De Medeiros
Gabriela Dias Vieira De Queiroz Araújo*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Larissa Mattos
Carlos Wagner
Rita De Cássia De Andrade*

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Este trabalho tem como objetivo, tratar de um tema polêmico, porém presente na vida social: a violência doméstica. Ela não costuma obedecer a nível social, econômico, religioso ou cultural específico. É um tipo de violência que ocorre dentro de casa, nas relações entre as pessoas da família, entre homens e mulheres, pais, mães, filhos, entre jovens e idosos. Assim, dentro dos diversos tipos de violência doméstica existentes, daremos ênfase à violência doméstica contra a mulher. Pretendemos apresentar as inovações trazidas pela lei de violência doméstica e familiar contra a mulher, para abordando também a igualdade formal e material, seus conceitos e implicações. Com esse projeto, visamos alertar e principalmente informar como as vítimas devem agir diante dessa situação constrangedora de violência. Informando os dispositivos adequados, para a tutela da pessoa agredida.

(METODOLOGIA) O trabalho aqui apresentado utiliza de um método de pesquisa baseado em dados e estatísticas apresentados sobre o crescimento da violência doméstica no Brasil contra as mulheres. Tendo como fonte de pesquisa e estudos especializados no tema assim como sites de ONGS voltadas para a proteção das vítimas de violência. No decorrer do trabalho pode ser observado o rápido crescimento da violência doméstica no Brasil contra as mulheres, assim como também pode ser notada a conquista da tutela jurídica para as vítimas. Isso reflete no aumento das ONG especializadas que surgem dia a dia engajadas num apoio para essas vítimas, assim como o surgimento de leis que protegem e resguardam seus direitos. Também está sendo apontado o avanço do enfrentamento da violência de gênero trazido pela LEI Nº. 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006, essa apresenta mecanismos que visam proteger e garantir a integridade às vítimas de violência doméstica.

(CONCLUSÃO) Por mais que o número de casos de mulheres vítimas de violência doméstica seja periclitante, existem meios acessíveis e lícitos para coagir os agressores dessas vítimas. Porém deve haver uma conscientização das vítimas para que através de denúncias seja possível sanar esse problema, evitando a incidência de novos casos.

INFORMÁTICA

ANAIS



VIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FARN

DIREITOS HUMANOS, ÉTICA E CIÊNCIA:
NOVOS TEMPOS! NOVOS PARADIGMAS!

29 a 31 de outubro de 2008

Volume 1 - Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

A6 – INFORMÁTICA

ACESSO AO DIREITO ATRAVÉS DA INTERNET

Fausto Batista Da Cunha Filho

Discente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Vânia Vaz Barbosa Cela

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O avanço tecnológico é capaz de permitir uma melhor viabilização em diversas áreas, trazendo em muitos casos, além da redução de custos, significativos ganhos com a produtividade. Na área jurídica, o acesso ao direito vem sendo facilitado devido à implementação de sistemas informatizados, que tem entre seus objetivos a diminuição de custos e a abertura de novos horizontes, na busca de uma justiça mais livre, transparente e efetiva.

(METODOLOGIA) Por meio de entrevistas com profissionais da área e pesquisas sobre dois sistemas de automação judicial (PROJUDI e SAJ), foi possível fazer um levantamento sobre os principais benefícios à sociedade. O processo virtual elimina a tradicional carga, visto que os autos são disponibilizados integralmente na internet, tornando mais ágil o trâmite, já que há a possibilidade de movê-los ou alterá-los eletronicamente. Outro ponto positivo é a aproximação da justiça junto ao cidadão, devido à nova forma de operacionalização processual, que permite que os envolvidos possam acompanhar, via internet, seus processos integralmente, garantindo maior transparência aos atos judiciais, e interação com o judiciário pela web. O alto tempo de espera no processo judicial provoca, na população, um desinteresse na busca por seus direitos, resultando em submissões a diversos desrespeitos à cidadania. Com essa nova porta que se abre, o tempo é bastante reduzido e pode fazer com que a procura pelos direitos possa se tornar um hábito comum ao cidadão. A adoção desses sistemas na área jurídica veio a beneficiar profissionais da área e cidadãos que necessitam de tais serviços. O SAJ – Sistema de Automação Jurídica – é uma poderosa ferramenta que foi desenvolvida para a informatização de Tribunais, Ministério Público e Procuradorias. Esse sistema tem a finalidade de proporcionar uma solução completa e ainda promover uma automação de procedimentos, fornecendo alternativas e ferramentas de alta produtividade, além de atender necessidades peculiares de cada instituição, integrando entidades que promovem a justiça. O PROJUDI – Processo Judicial Digital – disseminado em órgãos ligados à justiça, é mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e teve uma grande expansão em todos os estados do país. Segundo o próprio CNJ, 26 dos 27 estados brasileiros aderiram a essa ferramenta.

(CONCLUSÃO) Numa rápida definição, esses sistemas de automação são capazes de reproduzir todo o procedimento judicial eletronicamente, vindo a substituir os processos realizados no papel por armazenamento e manipulação dos autos em meio digital. Tendo contato com os sistemas supracitados e em entrevista com profissionais da área, foi possível constatar diversos pontos positivos, como padronização e disponibilidade da informação, risco zero, forte integração, segurança, a possibilidade de cópias dos arquivos em mídias que trazem economia de espaço e custo. Foram encontrados alguns contratempos como a falta de cargo específico para suporte aos sistemas, que deverá ser sanado muito em breve com a criação destes. Outro contratempo é no caso das entrevistas gravadas, que causam um pouco de intimidação em algumas pessoas por saberem que estão sendo monitoradas. Em contrapartida, o benefício dessas gravações é bem mais significativo. Segundo a pesquisa, foi constatado que hoje é possível analisar nas gravações, reações e emoções expressas pelos depoentes no momento em que estão sendo interrogados, tornando mais claro a identificação de depoentes induzidos a fazerem determinadas afirmações perante o juiz. Anteriormente isso não era possível, visto que o processo era redigido por um escrivão, que transcrevia fielmente o que era dito pelo depoente, cabendo ao leitor uma interpretação, que poderia ser facilmente induzida.

A6 – INFORMÁTICA

ADOÇÃO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO PELOS VAREJISTAS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA NA CAPITAL DO RN

Lailton Montenegro De Vasconcelos

Discente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Josué Vitor

Docente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Muito se discute sobre os reais motivos, pela qual E-commerce na capital do Rio Grande do Norte não é tão valorizado pelos empresários e comerciantes de equipamentos de informática, inúmeras discussões a respeito do assunto, Já que no Brasil os números têm aumentado em relação à comercialização de bens, principalmente produtos de tecnologia. Este projeto tem como objetivo realizar um estudo nas empresas varejistas de equipamentos de informática em Natal, identificando os fatores desmotivadores na adoção deste tipo de comercialização na internet.

(METODOLOGIA) Buscando uma análise clara, fez-se necessário uma pesquisa do tipo aplicada, onde se busca a verdade e os interesses locais sobre determinado assunto. Foi de extrema importância a presença do entrevistador no ato da entrevista. A pesquisa se divide em duas partes: Perfil do entrevistado, onde se busca informações pessoais das empresas e a pesquisa principal, buscando informações sobre a estrutura física, informações financeiras e outras informações internas das empresas. Foram escolhidas dez empresas varejistas de equipamentos de informática de maior faturamento anual em Natal, onde ficaram responsáveis para respostas da pesquisa, os que exerciam o cargo de gerentes ou responsáveis pelo Setor de TI da empresa. A pesquisa contém treze questões objetivas e cinco questões dissertativas, onde essas não eram respondidas obrigatoriamente, dependiam da situação atual da empresa. **(RESULTADOS)** Das dez empresas entrevistadas observou-se que todas as empresas têm conhecimento do crescimento do E-commerce no Brasil e no mundo, e tem conhecimento do significado deste termo. Oito empresas entrevistadas conhecem alguma empresa que aumentou seu faturamento após entrar no E-commerce. Nenhuma delas conhece empresas que tenham seu faturamento diminuído após entrada no e-commerce, todas dez empresas entrevistadas têm certeza que a população em Natal tem interesse no comércio digital. Dos modos de comercialização mais utilizados por essas empresas se destacam em primeiro lugar as vendas feitas pessoalmente, em segundo vendas por telefone e em terceiro, vendas por email. Nas questões dissertativas a principal pergunta foi - Quais os motivos de sua empresa não realizar vendas pelo comércio eletrônico em Natal? A sete das empresas respondeu que não efetuam vendas pelos sites porque não investem na estrutura, duas afirma que o perfil dos clientes não esta voltada para esse tipo de negócio e uma não acredita que em Natal existe um espaço para esse tipo de negócio.

(CONCLUSÃO) Após avaliação de resultados um fato chama atenção. Em uma das questões objetivas, os varejistas de equipamentos de informática entrevistados acreditam que os clientes em Natal têm interesse na compra via internet, no entanto, nas questões dissertativas, eles não vêem no mercado em Natal uma cultura capaz de efetuar compras pela internet. Avaliando esse aparente desencontro entre as informações pode-se concluir que o mercado do e-commerce em Natal não existe com maior intensidade, tendo em vista que o e-mail é uma forma de comercio eletrônico e 80% dos entrevistados utilizam-no como forma de comercialização, pelo fato das empresas não acreditarem que podem criar uma nova cultura de comercialização pela internet na capital do Rio Grande do Norte, já que ficam indecisos em relação à verdade dos motivos de comercializar ou não pelos sites disponíveis em 90% dos entrevistados.

A6 – INFORMÁTICA

ANÁLISE DAS INTERFERÊNCIAS SOBRE REDES SEM FIOS

Paulo Lima De Mendonça

Discente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Aluizio Rocha

Docente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A explosão de tecnologias no mundo atual diminui distâncias e derruba fronteiras, nos deixando a par de tudo que ocorre no mundo praticamente on-line. Atualmente, vive-se na era digital, e essa era nos remete a outro grande advento tecnológico que é a mobilidade, que explodiu na forma de redes sem fios (wireless), e que cresce a cada dia, sendo adotada por tudo e todos. Elas nos trazem a mobilidade de está conectado ao “mundo” a todo tempo e em qualquer lugar. Mas como qualquer outra tecnologia as redes sem fios tem o seu outro lado que são as interferências, as quais prejudicam a qualidade e a estabilidade das mesmas, causando transtornos, lentidão e perda de conectividade. Partindo de tais, o presente artigo pretende analisar os tipos mais comuns de interferências e suas causas, mostrando uma possível solução ou minimização dos mesmo, para um perfeito funcionamento das redes sem fios e seus benefícios.

(METODOLOGIA) Para a aquisição de dados, foi realizada leitura de livros, artigos, revistas e reportagens sobre redes sem fios e interferências sobre as mesmas, também foram feitas pesquisas na internet. Feito ainda testes em redes sem fios reais e uma rede montada apenas para este fim, utilizando-se equipamentos como telefone celular, telefone sem fio, microondas, radio e TV, os quais geram interferências nas redes sem fios. Ainda observada as interferências naturais como o vento, a chuva, árvores, água e ainda paredes, vidros como espelhos, e distancias. E como obrigação um computador desktop, equipado com uma placa sem fio, um notebook, também com uma placa sem fio interna, um roteador sem fios e uma conexão de internet com modem de 300kbps.

(RESULTADOS) Desses testes comprovou-se que as redes sem fios apesar de serem ainda pouco estudadas, estão cada vez mais modernas e melhores, porém se trata de uma tecnologia ainda bastante nova, que está em constante mudança, e que ainda são bastante vulneráveis. Pois interferências sempre vão existir, mais que podem ser minimizadas e se aprender a conviver com elas, e que ainda a maior preocupação é a forma e a maneira de como se deve montar uma rede sem fios, quais os equipamentos utilizar, e o que deve ser feito para se evitar tais interferências, pois as mesmas sempre estarão presentes mesmo que de forma imperceptível ou de forma abrangente e desafiadoras.

(CONCLUSÕES) Interferências sempre existiram e sempre existirão, mas a forma e o tipo de equipamento que se utiliza para se montar uma rede sem fios podem fazer a diferença. Ou seja, quanto melhor for o equipamento utilizado, quanto mais estudo for empregado antes da montagem de uma rede sem fios, melhor será sua performance e menos interferência você terá. Tal entendimento, leva à conclusão de que, para se ter uma rede sem fios de boa qualidade e com pouca interferência basta um estudo detalhado e um bom equipamento, pois os testes mostraram que o nível de interferência é mínimo e descartável, quando se monta uma rede sem fios de forma correta, planejada, adequada ao local e ambiente, e com equipamentos de qualidades.

A6 – INFORMÁTICA

AValiação DA USABILIDADE DO SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS “TEBAS” NA JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Christiane Cunha Dos Santos

Discente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Josué Vitor De Medeiros Júnior

Docente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A tecnologia se faz cada vez mais presente em todas as áreas. Máquinas e softwares são desenvolvidos para auxiliar o ser humano nas questões de trabalhos e até o lazer. Sabe-se que a interface de um sistema qualquer deve ser avaliada quanto a sua usabilidade para se saber a eficácia ou não de sua utilização. O Objetivo geral deste trabalho é analisar aspectos de usabilidade do software TEBAS utilizado na Justiça Federal do Rio Grande do Norte, pelos Servidores e Analistas desta Instituição. O Objetivo específico para este trabalho é o estudo e Levantamento de critérios de avaliação de usabilidade, identificar dificuldades no manuseio deste software pelo usuário, analisar os dados coletados, elaborar sugestões de melhorias para a Instituição, usuários, desenvolvedores, sistema judiciário e para sociedade. A justificativa para este trabalho é auxiliar os desenvolvedores do Software TEBAS a melhorar seus aspectos de usabilidade, facilitando sua utilização pelos usuários desta instituição, levando a uma aceleração dos trâmites processuais desta seção judiciária. Um sistema que funciona, traz benefício para o sistema judiciário e conseqüentemente a sociedade que necessita deste serviço.

(METODOLOGIA) A metodologia deste projeto se caracteriza por um levantamento bibliográfico dos requisitos necessários à avaliação de usabilidade do sistema de informação TEBAS da Justiça Federal do Rio Grande do Norte. Serão apresentados caminhos para poder concretizar os objetivos gerais e específicos delimitados. Os pontos deste projeto que serão analisados são: Feedback (tempo de resposta do sistema), Facilitação (carga perceptiva e cognitiva do usuário quanto ao sistema), Controle do usuário (poder de interromper algum processo), Flexibilidade (personalização do sistema), qualidade das mensagens de erro (PUC – Rio, 2008). O tipo de pesquisa utilizado foi o de um questionário elaborado com os pontos a serem analisados. Para o questionário foi necessário analisar quanto a presteza do sistema, menu ajuda do sistema, atenção do usuário ao sistema, feedback imediato, flexibilidade sobre o sistema, controle do usuário sobre o sistema qualidade das mensagens de erro e perfil de usuários. Para esta pesquisa o universo compreende 25 servidores de secretarias diferentes. 1ª, 2ª, 5ª e 6ª varas. Foram selecionados dentre estes locais 25 usuários. A metodologia utilizada foi a de estudo de caso. A indução científica será a forma como as informações serão tratadas para a análise (LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina, 1991, p.89).

(RESULTADOS) Diante dos gráficos elaborados através do questionário aplicado. Encontramos que a maioria dos entrevistados consideram o sistema de fácil utilização. Podemos dizer também que 68% dos entrevistados consideram o sistema não possuir distinção visual, e que 100% dos usuários não percebem sistema não possui visualização clara de áreas que possuem diferentes funções. O sistema possui menu ajuda mas ele não auxilia os usuários. 91% dos entrevistados responderam que o sistema não permite personalização do sistema no quesito inserção de novos elementos.

(CONCLUSÃO) Comparando os resultados da pesquisa de usabilidade do Sistema Tebas, que classificou como sendo não satisfatório, na visão de seus colaboradores, nos quesitos de Menu Ajuda e Atenção do Usuário. Sistema não é flexível para introdução de novos elementos. Para o controle do usuário a pesquisa mostra que os usuários podem interromper um processamento s e até mesmo excluí-lo. Os resultados apontaram que para este sistema funcionar melhor é necessário que seja aprimorado o menu ajuda e substituir os códigos de erro por mensagens claras de movimentos inadequados.

A6 – INFORMÁTICA

AValiaÇÃO DE USABILIDADE DO SOFTWARE EDUCACIONAL: APRENDENDO COM O COMPUTADOR

Maria Edivaneide De Araújo

Discente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ytalo Rosendo Do Amaral

Docente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Em crescente expansão a tecnologia atua de forma determinante na educação de crianças, jovens e adultos de hoje. Não podendo se manter distante dessa realidade as escolas têm investido em produtos que essa tecnologia gera, como exemplo, os softwares educacionais. É o que fez a Escola Doméstica de Natal que desenvolveu um software com atividades (exercícios) para os alunos do Ensino Fundamental I. Este trabalho vem responder algumas questões sobre a qualidade da usabilidade de um sistema, realizando a avaliação do software “Aprendendo com o Computador”, usando critérios de usabilidade de sistemas para crianças e o embasamento pedagógico necessário para realização do mesmo. Essa pesquisa tem por objetivo fazer a avaliação deste software através do estudo de usabilidade e propor melhorias ao mesmo caso essas sejam necessárias.

(METODOLOGIA) Do ponto de vista da sua natureza a pesquisa realizada é do tipo aplicada, pois visa gerar conhecimentos a partir de questionário com questões sobre heurísticas de usabilidade. Serão cinco avaliadores que para Nielsen são suficientes para tal avaliação. A forma de abordagem será do tipo qualitativa / quantitativa, pois não serão utilizados apenas valores numéricos para definição dos resultados. A pesquisa será exploratória e descritiva, visa realizar o estudo da interface do software, levantamento bibliográfico, análise do material coletado e descreve as características de usabilidade que devem ser seguidas para o desenvolvimento de um bom software educacional para crianças. Quanto aos procedimentos técnicos serão bibliográficos e de estudo de caso, pois a pesquisa elaborada é com base em material publicado e envolve um estudo profundo da usabilidade do software. **(RESULTADOS)** Após a análise dos dados coletados é possível observar que dentre os aspectos de excelência destacam-se a Legibilidade, a coerência com o material didático utilizado e a coerência com o conteúdo programado, todos foram apontados como ótimos pela maioria dos avaliadores. Dos aspectos positivos podemos destacar a homogeneidade, padronização dos menus, adequação ente objeto e linguagem, opções de navegabilidade, comunicabilidade, esquema de cores, coerência com a realidade vivida pelos usuários, similaridade entre diferentes ambientes, vídeos e a compatibilidade com equipamentos do usuário muito embora o software seja desenvolvido para utilização em sistema operacional Windows e com resolução de tela 800 por 600 pixels, a maior parte dos avaliadores não considerou este fator como sendo crítico. A resposta do sistema as ações do usuário foi considerada com qualidade regular pelos avaliadores. Fatores críticos foram apontados por mais de cinquenta por cento do grupo de avaliação, e estes fatores são: mensagens de erro, opções e capacidade de busca, página de ajuda e agenda de atividades. Todos os indicativos citados acima foram referentes à maioria das respostas.

(CONCLUSÃO) Através dos resultados obtidos por meio do questionário heurístico é possível observar que o software possui em sua interface bons mecanismos de usabilidade e interação, mas, por outro lado, alguns itens necessitam de melhorias. Algumas dessas melhorias que podem ser realizadas são: a inserção de mensagens de erro, criação de ferramenta de busca, página de ajuda para que o usuário possa obter auxílio com relação à ferramenta utilizada, e melhorar as respostas do sistema com relação às ações do usuário. Faz-se importante ressaltar que o software em questão é desenvolvido para ser utilizado preferencialmente na escola e com auxílio dos professores e demais auxiliares.

A6 – INFORMÁTICA

CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS QUE COMERCIALIZAM E PRESTAM SERVIÇO DE ERP DE CÓDIGO LIVRE NO BRASIL

Rodrigo Gomes Do Amarante

Discente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Josue Victor

Docente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Hoje com o avanço cada vez mais rápido da tecnologia da informação, as empresas ou instituições passam a utilizar sistemas computacionais que possam suportar as suas atividades. Os sistemas integrados de Gestão, conhecidos como sistemas ERP (Enterprise Resource Planning), possibilitam que, de maneira integrada, sejam suportadas as necessidades das informações de uma organização, como também facilitado o acesso aos dados operacionais, favorecendo a adoção de estrutura organizacionais com maior controle uniforme das informações. Além disso, o movimento de código aberto também têm influenciado o mercado, e algumas empresas já prestam consultorias e treinamentos em sistemas ERP de código livre que tem como vantagens a não-necessidade de aquisição e possibilidade de que a empresa tenha um sistema mais customizado para suas necessidades. A proposta deste trabalho é apresentar as características das empresas que comercializam e prestam serviços de ERP de código onde foram selecionadas num total de três empresas no mercado brasileiro. **(METODOLOGIA)** Para este trabalho, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica do ponto de vista metodológico, que tem por finalidade orienta-se pelo método de pesquisa exaustivo e não-determinístico, onde todas as informações de pesquisa serem retiradas dos seus respectivos sites e através do envio de um questionário para as mesma, desta forma foram selecionadas três empresas de consultoria de ERP open source onde se tentou levantar o maior número de informações com relação ao modelo de negócio que cada uma adota, com isso aborda a necessidade que as empresas que trabalham no módulo de desenvolvimento ou de consultoria de ERP de código livre no Brasil através de seus sites.

(RESULTADOS) Devido as inúmeras empresas hoje no mercado que prestam serviço de consultoria de ERP, tenta-se caracterizar as empresas que comercializam e prestam serviços de ERP de código livre no Brasil, desta forma foram relacionadas as respectivas empresas e seu ERP. Megawork do ERP Compiere, Conceptia do ERP Adempiere e Setpoint do ERP Freedom. Uma vez identificado as empresas, a descrição, funcionalidades de cada ERP, e o modelo de negócios que as empresas adotam em sua comercialização que foi utilizado um conceitos chaves do modelo de negócios para compreensão do modelo de negocio adotado e analisando o questionário respondeu-se o produto qual a forma de entrega, qual o segmento adotado o seu relacionamento com o cliente, quais são seus parceiros e suas competências que são atribuídas ao mesmo e que forma e arrecadação financeira da empresa e realizada. Analisando os resultados do questionário respondido até o presente momento foi encontrado diversos questionamentos e os resultados não foram totalmente esclarecido. Mas pode-se até o momento concluir que a maioria das informações que as empresas tentam passar para os seus clientes e através de seus respectivos sites, até mesmo a divulgação do produto o primeiro contato com o cliente e uma primeira compreensão do ERP para download para testes.

(CONCLUSÕES) Diante do analisado até o presente momento neste projeto, ainda faltam duas empresas responderem o questionário, diante deste quadro não foram alcançados totalmente os objetivos do projeto, conclui-se que seria muito importante que as empresas divulguem maiores informações, os objetivos foram bastante claros para que as empresas possam avaliar o projeto, com isso os resultados tende a ser atendido, com relação as perspectivas futuras e que possa durante o andamento do projeto maiores informações possam ser disponibilizadas, durante o percurso do projeto, foram encontradas varias limitações como poucas informações sobre ERP open source e também a não disponibilização de material para uma melhor análise dos ERP's e sua respectivas empresas de consultoria.

A6 – INFORMÁTICA

RICHFACES:INTEGRAÇÃO DE JAVA SERVER FACES E AJAX

Raphael Vinicius Da Silva

Discente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Gleydson De Azevedo Ferreira De Lima

Docente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) As aplicações WEB enriqueceram muito desde o início de sua utilização, quando os sites possuíam apenas conteúdo estático. Com o tempo os sites passaram a oferecer páginas com conteúdo dinâmico e personalizado trazendo para os usuários da WEB a possibilidade de interagir com dados através de, por exemplo, internet bankings. A primeira tecnologia para construção de páginas dinâmicas foi CGI (Common Gateway Interface), elas porém, apresentam problemas de portabilidade e escalabilidade, além de mesclarem as regras de negócio com a visualização. Em seguida vieram os servlets, similarmente às CGIs, servlets são pequenos programas feitos em Java que encapsulam algumas funcionalidades inerentes à sua aplicação WEB, mas que não resolvem o problema da separação das regras de negócio da visualização, dificultando a manutenção. Posteriormente surgiram as páginas JSP (JavaServer Pages). Elas são facilmente codificadas e produzem conteúdos reutilizáveis. Assim como os servlets, as JSPs também não resolvem o problema da manutenção das aplicações. Logo em seguida surge o JSF (Java Server Faces), uma tecnologia que incorpora características de um framework MVC (Model View Controller) para WEB e de um modelo de interfaces gráficas baseado em eventos, capaz de desenvolver aplicações web de forma ágil. O sucesso do JSF levou a varias empresas desenvolverem frameworks que agregam mais valor ao mesmo. RichFaces, da Jboss, e um dos mais reconhecidos frameworks disponíveis no mercado para construção de aplicações WEB 2.0, o mesmo, adiciona capacidade de AJAX (Asynchronous Javascript and XML) dentro de aplicações JSF existentes sem a necessidade de recorrer ao JavaScript e alavanca o framework JSF inclusive no ciclo de vida, validação etc. Porém, a escassez de material em português a cerca da biblioteca de componentes, aumenta a curva de aprendizado, tanto para os desenvolvedores que não dominam o inglês, como também dificulta aos estudantes que venham a se interessar, mas que se intimidem devido a pouco conteúdo disponível na língua portuguesa. Baseado nisso, o mercado possui, de fato, necessidade de material gratuito e em português disponível, que apresente a tecnologia, mostre os requerimentos técnicos, conduza os primeiros passos e apresente os componentes. **(METODOLOGIA)** Projeto objeto de uma pesquisa exploratória da bibliografia oficial da Jboss sobre o RichFaces, na qual, realizou-se um processo de tradução dos item mais relevantes para entendimento da funcionalidade e utilização do framework. Foram eleitos, trabalhados e comentados alguns dos seus principais componentes.

(RESULTADOS) Obtido um material em português fiel a documentação oficial que contempla uma abordagem geral acerca da arquitetura do framework, das limitações e regras, otimização de requisições AJAX (re-render, opções de processamento de dados, interação JavaScript etc), configuração de filtros, como realizar requisições AJAX entre outros. Detalhamento dos principais componentes com comentários. Todo o material disponibilizado no formato html para publicação na internet como guia do usuário para RichFaces.

(CONCLUSÕES) Mesmo sem contemplar tudo que existe sobre RichFaces é possível através da documentação levantada o entendimento do framework RichFaces em virtude de parte significativa de sua documentação oficial se encontrar agora na língua portuguesa. Os modelos de componentes apresentados podem facilmente ser assimilados e de forma genérica podem servir de modelo para outros componentes não contemplados. O conteúdo permanecendo disponível na internet facilitará, para aqueles que necessitam ou pretendem trabalhar com o framework, uma curva de aprendizado menor.

A6 – INFORMÁTICA

CLUSTER DE SERVIDOR WEB: PERFORMANCE REDUNDANCIA

Andre Gomes Galvo Pereira

Discente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Gleydson Lima

Docente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Com a grande popularização dos sistemas Web através da Internet, estas aplicações tornaram-se críticas e com demanda e usuários crescendo em maior proporção que o avanço no poder de processamento de hardware. Equipamentos com grande poder de processamento possuem um elevado preço, motivado nisso, em 1994, dois pesquisadores na Goddard Space Flight Center (NASA) propuseram o primeiro modelo de Cluster denominado Beowulf. Este cluster era composto por 16 computadores 486 DX4 com a finalidade de somar o poder de processamento das máquinas, distribuindo as requisições entre as várias máquinas processadoras. O Cluster Beowulf teve um custo em torno de noventa por cento(90%) menor de que um equipamento que possuísse o mesmo poder de processamento. Um Cluster é um sistema que compreende dois ou mais computadores, ligados em rede, na qual trabalham em conjunto para executar aplicações ou realizar outras tarefas, de tal forma para que os usuários que os utilizam tenham a impressão que somente um único sistema responde para eles, criando assim uma ilusão de um recurso único. Este conceito é denominado transparência do sistema. Utiliza-se de um tipo especial de sistema operacional classificado como sistema distribuído. Como características fundamentais para a construção destas plataformas inclui-se elevação da confiança, distribuição de carga e desempenho, suas premissas básicas: alta disponibilidade, alta performance. Cluster de Servidor Web de alta disponibilidade tem a finalidade de manter um serviço ativo em seu funcionamento básico. Se um servidor falhar outro servidor o substitua mantendo a aplicação funcionando. Já o Cluster de Servidor Web de alta performance soma o poder de processamento das máquinas, dividindo os pedaços da tarefa para cada uma realizar, desta forma, com várias máquinas trabalhando ao mesmo tempo e uma única tarefa, sendo usado por aplicações que necessitam de um grande poder de processamento.

(METODOLOGIA) O presente trabalho tem a finalidade a criação e configuração de um Cluster de Servidor Web de alta performance, onde através de uma aplicação específica será testado a performance, utilizando somente aplicativos livres (open source) onde deverá estudar e utilizar o sistema operacional Linux, aplicativos como Jboss, Apache, VirtualBox. **(RESULTADOS)** Para a criação do modelo proposto é necessário que a máquina possua o sistema operacional Ubuntu, onde será necessário a instalação e configurações de alguns componentes como VirtualBox que é um aplicativo que faz virtualização semelhante ao Wmware, no próximo passo será a criação de três máquinas virtuais, com Ubuntu. Em duas máquinas virtuais será instalado o Jboss e na terceira o Apache, efetuando algumas configurações ficará com responsabilidade de receber as requisições e efetuar o balanceamento entre as máquinas que possui o Jboss instalado, com uma aplicação específica para testar o ganho de desempenho do Cluster com um servidor, com dois servidores e utilizando replicação de sessão.

(CONCLUSÃO) Espera-se que após a criação total do Cluster de Servidor Web utilizando ferramenta livres (open sources), forneça um aumento no poder de processamento, com um baixo custo financeiro.

A6 – INFORMÁTICA

CLUSTERIZAÇÃO DE DADOS ATRAVÉS DA LÓGICA FUZZY

Sinara Da Rocha Martins

Discente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ytalo Rosendo Do Amaral

Docente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) É fato que hoje, o mundo encontra-se num processo de informatização onde dados arquivados em fichas de papel é considerado um episódio retrogrado. Através de avanços tecnológicos, cresce diariamente a quantidade de dados produzidos em diversos campos e setores mundiais. Com isso, necessita-se de mecanismos que além de efetuarem a tarefa de armazenamento, extraíam informação significativa dos mesmos, de forma a aproveitar o conhecimento obtido para posteriormente efetivar um auxílio de apoio diagnóstico. À luz desses pressupostos, o objetivo do presente trabalho é utilizar uma das técnicas da mineração de dados, chamada clusterização, para detectar padrões de comportamentos válidos. Empregou-se na clusterização, o mecanismo da lógica fuzzy, pois é um dos mecanismos que melhor se adapta a clusterização de dados.

(METODOLOGIA) Realizou-se uma pesquisa aplicada, no intuito de gerar conhecimento em relação ao processo da clusterização de dados com a lógica fuzzy, e diante desse entendimento, atuou-se numa aplicação prática do tema abrangido. Constituindo-se de uma abordagem qualitativa, fez-se uma análise da atuante questão, procurando entender os fenômenos associados à mesma e identificando por meio de investigações, as qualidades propostas por determinadas formas de agrupamento de dados, que resultassem em conhecimento valioso para póstumadas tomadas de decisão. Dentre os principais procedimentos técnicos, foi abordado um estudo de caso observando a capacidade do algoritmo Fuzzy c-means (FCM) em gerar boas partições em um conjunto de dados e, uma pesquisa experimental, aplicando o FCM, no software MATLAB, para comprovação do levantamento bibliográfico em relação ao processo de clusterizar um conjunto de dados com a lógica fuzzy. **(RESULTADOS)** Para avaliar o algoritmo FCM, foi proposto um problema de clusterização, com dados criados artificialmente e com distribuições distintas, no ensejo de criar grupos ideais pertinentes à amostra. No MATLAB foi inserido um conjunto com 100 dados bidimensionais (latitude e longitude de 100 pontos onde ocorreram casos de Dengue num determinado local). Aplicando o algoritmo, os dados foram divididos em 5 classes e, expostos precisamente nos pontos de uma matriz. Como resultado, foram centralizados pontos estratégicos no centro de cada agrupamento exposto na matriz.

(CONCLUSÕES) Com base nos resultados, conclui-se que o algoritmo Fuzzy c-means, tem um bom desempenho para agrupar dados, e achar o centro de cada classe agrupada. No problema proposto, foram fixados 100 pontos de casos de dengue, e dentre esses 100 pontos, encontrou-se 5 grupos semelhantes com 5 pontos centrais, baseados na similaridade e centróides dos clusters. Como exemplo de uma tomada de decisão fundamentada nestes resultados, pode-se presumir que cada um desses centróides seja um foco do mosquito da dengue, e com esses centros à mostra, facilita-se a destruição dos focos, combatendo a doença transmitida pelo mosquito da Dengue.

A6 – INFORMÁTICA

COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO MÉDICAS ONLINE ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE METAVERSOS TRIDIMENSIONAIS VIRTUAIS VIA INTERNET

Lauro Otacilio Campos De Sousa

Artur Nobre Silva

Alessandro Marinho De Albuquerque

Discentes do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Luiz Gonzaga Damasceno

Docente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Nos últimos anos, o advento da Internet de banda larga, o crescente poder de processamento dos computadores e a sofisticação dos recursos gráficos das placas de vídeo permitiram a colocação em prática de uma idéia antes teórica: a tecnologia dos Metaversos Tridimensionais. Atualmente, Metaversos online como o Second Life têm sido usados cada vez mais como ferramenta educacional e de socialização e promovido um vislumbre de como será a Internet dentro de poucos anos. O Second Life, da empresa americana Linden Labs, é um mundo 3D virtual criado por seus residentes e conta atualmente com uma população de mais de 15 milhões de avatares (personagens). A área médica é uma das maiores beneficiadas com a utilização dos Metaversos devido à grande integração de diferentes tecnologias num mesmo ambiente (video, imagens, email, texto, slideshow, audio, voz, linguagem de programação de computador, etc...).

(METODOLOGIA) Para a realização deste trabalho, foi usada uma metodologia de criação de ambientes tridimensionais funcionais através da utilização das ferramentas de modelagem tridimensional presentes no Second Life onde, seguindo um planejamento prévio escrito de como seriam as estruturas, ambientação e recursos, e utilizando as ferramentas tridimensionais integrantes do Second Life através da manipulação de formas geométricas básicas, foi criado todo o ambiente tridimensional e suas funcionalidades. Posteriormente, foram colocados animais e vegetações tridimensionais com funções específicas atribuídas através de scripts (voar, andar, emitir sons, cair folhas, etc...) para dar mais vida à ambientação, telões programados com scripts que permitem a exposição online de slideshows, vídeos e aulas. Também foi configurado o clima que irá influir no balançar das árvores, vôo dos pássaros, permitir o amanhecer e anoitecer, etc...

(RESULTADOS) Foi utilizado o Metaverso tridimensional do Second Life uma vez que é, atualmente, o mais conhecido e tecnologicamente mais avançado. Numa área virtual de 32.788 metros quadrados foram construídos vários ambientes tridimensionais distintos: Anfiteatros abertos, Anfiteatro fechado, Cinema, CyberClínica, Edifícios, Galeria. Algumas destas construções são destinadas a exibição de aulas utilizadas em um Congresso Médico possibilitando interação entre os participantes; outras como locais de interação para discussão de casos clínicos por vídeo conferência, outras construções, como Salas de exibição de procedimentos cirúrgicos, entre outras. As construções virtuais foram construídas ao longo dos 32.788 metros quadrados de terreno virtual num período de 04 meses e atualmente encontra-se aberto ao público e em funcionamento ininterrupto (24 horas) sendo acessíveis através do browser do secondlife, disponível no site: www.secondlife.com.

(CONCLUSÃO) A grande e progressiva integração de mídias (video, imagens, email, texto, slideshow, audio, voz, etc...) presente no Metaverso do Second Life bem como a possibilidade de profissionais dos mais distantes lugares reunirem-se de maneira rápida e altamente eficiente para a troca de informações torna este mesmo Metaverso uma das mais importantes formas de comunicação e ensino da atualidade que se firma cada vez mais como plataforma base para a Internet dentro de poucos anos. Fato comprovado pela migração maciça de inúmeras instituições de ensino, universidades e grandes corporações nacionais e, principalmente, estrangeiras para colocar suas versões virtuais nos Metaversos Tridimensionais, principalmente o Second Life.

A6 – INFORMÁTICA

CONSTRUÇÃO VIRTUAL DE UMA RESIDENCIA UNIFAMILIAR: REPRESENTAÇÃO GRÁFICA EM ARQUITETURA

Rafael Cortez Dos Santos Silva

Discente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Luiz Gonzaga Damasceno

Docente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Atualmente, diversos escritórios de arquitetura procuram profissionais da computação gráfica para construir seus projetos em 3D, a fim de facilitar uma pré-visualização da obra a ser executada a partir de uma apresentação mais realista aos seus clientes. Muitas vezes o desenho técnico de arquitetura isolado não se mostra tão legível visto que são gráficos um tanto quanto complexos que podem gerar dificuldades em sua compreensão. Nesse ponto, cabe falar sobre os softwares que vêm se desenvolvendo no âmbito da computação gráfica, os quais proporcionam maior facilidade e prática para o desenvolvimento de perspectivas possibilitando representá-las com uma realidade mais nítida. No mercado da computação gráfica, existem variadas ferramentas com essa finalidade, diferindo em aspectos como: de complexidade, custo e facilidade de acesso. Ferramentas do tipo freeware estão sendo utilizadas e podem desenvolver uma estrutura de modelagem de maneira prática e com menos custos, como por exemplo o software Sketchup.

(METODOLOGIA) Após todo o estudo teórico sobre a computação gráfica e o Software Sketchup, será elaborada uma volumetria virtual nesta ferramenta tendo como base o projeto arquitetônico completo da residência unifamiliar proposta. Trata-se de desenhos técnicos utilizados na construção civil para orientar a construção da obra, assim como para nortear a elaboração de maquetes eletrônicas que representem fielmente a obra finalizada na realidade. Serão utilizados os inúmeros comandos do referido software e mostrados passo a passo no texto com a serventia de cada um.

(RESULTADOS) Ao conversar com um arquiteto que utiliza o software Sketchup, o cliente irá se sentir mais seguro em contratá-lo, conforme se constatou em algumas entrevistas informais realizadas a profissionais da área. Isso se explica pelo fato de a modelagem em três dimensões proporcionar uma leitura mais clara e objetiva do projeto.

(CONCLUSÃO) O Sketchup expõe claramente as diretrizes do projeto que se deseja elaborar e o desenvolvedor gráfico da proposta tem em suas mãos uma ferramenta que lhe proporciona criar um desenho 3D com cores e toda a volumetria exigida pelo cliente, apresentando assim, uma visão geral de como ficaria sua futura residência e significando fundamental importância na relação arquiteto/cliente.

A6 – INFORMÁTICA

CONSTRUÇÃO GRÁFICA DA IGREJA MATRIZ DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN

João Victor Matias De Souza

Discente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Luiz Gonzaga Damasceno

Italo Rosendo

Docentes do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Reproduzir virtualmente a igreja matriz da cidade de São José de Mipibu/RN, utilizando a computação gráfica com o uso da ferramenta Autodesk 3ds Max, permitindo assim que pessoas de qualquer parte do mundo possam visitá-la via web, levando o máximo de realidade a esses visitantes. Construção da Igreja de Sant'ana e São Joaquim da cidade de São José de Mipibu/RN segundo uma modelagem 3D (tridimensional) criando ambientes virtuais com base em objetos reais onde pessoas em qualquer parte do mundo possam visitar e aprender um pouco mais de sua cultura e história, identificando assim detalhes sem ao menos estar presente; assim com o avanço da Internet, tornou-se possível conhecer locais detalhadamente e todos os seus espaços, e aprender um pouco de sua cultura. Pois o principal problema deste projeto é levar o futuro turista a uma sensação de visita presencial mesmo estando na web, podendo mesmo assim conhecer sua história e cultura, identificando o máximo de realidade e detalhes, algo muito além de uma simples visita. **(METODOLOGIA)** Para a construção da Igreja Matriz da Cidade de São José de Mipibu/RN será necessário utilizar da Computação Gráfica, juntamente com o 3D Studio Max, que é a ferramenta utilizada para a descrição e reprodução de cenas e ambientes interativos em 3D. A primeira etapa da fundamentação teórica constitui de levantamento e análise bibliográfica, pois segundo Vergada, (1998: 45) a pesquisa bibliográfica é: "O estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, jornais, revistas, redes eletrônicas e etc. fornece instrumental analítico para qualquer tipo de pesquisa". Em meu estudo foi usado, portanto o critério proposto por Vergada. A metodologia desenvolvida é a dedutiva que parte os conhecimentos conceituais, aduzindo a conclusões específicas, de forma a ratificar as hipóteses evidenciadas no estudo. Já na segunda etapa o trabalho é dividido basicamente em dois pontos importantes: Construção do referencial teórico para servir como base de todo estudo; e o desenvolvimento prático, onde é feita toda a parte de criação do ambiente tridimensional, utilizando o 3D Studio Max. Portanto a Igreja Matriz da cidade de São José de Mipibu/RN, será mostrada em três dimensões onde as pessoas poderão entrar e conhecer todos os detalhes internos e externos que constituem o ambiente.

(RESULTADOS) Através de referências historiográficas onde designo não apenas o registro escrito da História, ou a memória estabelecida pela própria humanidade através da escrita do seu próprio passado, mas também a ciência da história onde defino passos relevantes a minha pesquisa, obtidas através da elaboração de um roteiro de pesquisas históricas conciliado a uma vasta procura de entrevistas.

(CONCLUSÃO) Além de Reproduzir virtualmente a igreja matriz da cidade de São José de Mipibu/RN e permitir assim que pessoas de qualquer parte do mundo possam visitá-la via web, levando o máximo de realidade a esses visitantes, procuro também conhecer um pouco mais sobre sua história (Construção, Tempo de duração da obra, etc), para que assim, eu como morador atuante desta cidade, possa conhecer mais sobre seu passado.

A6 – INFORMÁTICA

DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA PARA GERENCIAMENTO DE CURSOS E EVENTOS UTILIZANDO A TECNOLOGIA JAVA

Carlos Augusto Rodrigues Dias

Discente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Gleydson Ferreira De Lima

Ytalo

Docentes do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Muitas foram as tecnologias que surgiram para simplificar e centralizar as aplicações Web, na qual a linguagem Java se destaca pelo fato de absorver todo seu legado de qualidade comprovado na programação desktop para o ambiente cliente – servidor, na qual introduziu o conceito de Orientação a Objetos para Web em que se pode modelar o mundo real com classes e instâncias bem definidas que interagem entre si de modo a gerar o resultado esperado. Na estrutura do JSP, permite desenvolver páginas para internet e produzir aplicações para acessar banco de dados, manipular arquivos, capturar informações a partir de formulários entre inúmeras outras funções encontradas na programação desktop. **(METODOLOGIA)** O presente trabalho se constitui no desenvolvimento de um sistema para gerenciamento de cursos e eventos utilizando amplamente ferramentas open source em que deverá estudar e utilizar a linguagem Java Server Pages (JSP) além do Hibernate para o mapeamento do banco para a aplicação, autenticar os usuários administrativos em uma base LDAP (Lightweight Directory Access Protocol), o servidor de aplicação Tomcat e desenvolver relatórios utilizando a biblioteca Jasper Reports e a ferramenta Ireport. **(RESULTADOS)** Após a implementação da modelagem dos dados do sistema, o primeiro passo foi utilizar o hibernate para realizar a modelagem entidade (classes java) relacionamento (banco de dados), no caso específico foi utilizado o SGBD (Sistema Gerenciador de Banco de Dados) PostgreSQL em conjunto com o contêiner web Tomcat. O próximo passo foi desenvolver as classes para cadastro do consultor, curso, evento, alunos e alunos de uma empresa, e abertura de uma turma para receber as inscrições. Em seguida, foi implementada uma classe para realizar uma conexão JNDI para acessar o LDAP para autenticar os usuários administrativos do sistema. E por último será construído um relatório a partir dos cadastrados utilizando o JasperReports em conjunto com o a ferramenta Ireport. **(CONCLUSÕES)** Espera-se que após o desenvolvimento completo da aplicação, a mesma tenha sido realizada em sua total plenitude, com ferramentas livres (open sources), em que pode-se abranger todas as fases da implementação da solução.

A6 – INFORMÁTICA

DISPOSITIVOS MOVEIS: DESENVOLVIMENTO E COMUNICAÇÃO.

Petronilo Do Rosario Figueiredo Padilha

Discente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Gleydson De Azevedo Ferreira Lima

Docente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A evolução da tecnológica vem proporcionando um grande crescimento para os dispositivos móveis no mercado, como por exemplo: Celulares, smartphone, palmtops, entre outros. Com esse crescimento surgiu a necessidade de aplicações para estes dispositivos que permitam ao usuário realizar ações tais como: fazer compras pelo celular, acessar bancos de dados de empresas, realizar transações bancárias, dentre outras. Diante desse cenário este trabalho visa desenvolver uma aplicação que atenda as necessidades de um sistema de vendas de uma distribuidora.

(METODOLOGIA) O presente trabalho é uma pesquisa bibliográfica em livros, trabalhos acadêmicos e visa o desenvolvimento de um protótipo de um sistema de gerenciamento de pedidos para dispositivos móveis.

(RESULTADO) Como resultado tem-se um sistema de gerenciamento de pedidos que utiliza comunicação GPRS para transferir dados para um servidor, onde será gerado uma nota de pedidos para conferência na entrega dos produtos.

(CONCLUSÃO) O GPRS acrescido da linguagem de programação JME permite desenvolver uma aplicação para dispositivos moveis capaz de transferir dados de para um servidor, agilizando os processos internos das empresas.

A6 – INFORMÁTICA

DOCÊNCIA E O USO DA INFORMÁTICA

*Wabner Alves De Souza
Luiz Antonio Penha Barbalho
Marcia Andréia Rocha
Francisco Das Chagas Silva
Rodrigo Leite Pimentel*

Discentes do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Maria Da Apresentação Barreto

Docente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A sociedade do século XXI tem a marca das mudanças. Estas atingem as diversas áreas da vida: econômica, social, cultural, política e educacional. Sem dúvida alguma, os fatores que têm contribuído para essas mudanças passam pelo avanço tecnológico nas diversas situações cotidianas. Nesse contexto, a informática vem se estabelecendo como ferramenta de apoio na produção, disseminação e articulação da informação e dos conhecimentos. Esta pesquisa objetivou identificar, na visão dos professores da FARN, a importância do uso da informática no desenvolvimento das ações docentes.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada foi de caráter exploratório uma vez que na Instituição ainda não havia estudo abordando esse tema. O critério utilizado para a escolha dos participantes foi o da acessibilidade e 20 professores se dispuseram a colaborar. O instrumento de coleta de dados foi um questionário com questões abertas e fechadas que foi construído tomando como base o objetivo da investigação. Após a aplicação os pesquisadores fizeram a tabulação dos dados e discutiram os resultados.

(RESULTADOS) A amostra do estudo, composta por um total de 20 professores, revelou uma predominância de mestres e especialistas. Todos os professores utilizam com uma frequência bastante alta (90%) a informática como ferramenta de apoio na preparação das suas aulas, sendo a Internet, o Word e o PowerPoint as mais utilizadas. Uma vez que desde o ano de 2007 a Instituição vem implantando a Educação à Distância como modalidade de ensino, oportuno considerar que todos se pronunciaram de maneira positiva quanto à sua importância, embora somente 85% já esteja trabalhando com essa modalidade de intervenção. Quanto a sentir-se preparado para trabalhar e produzir material para o ambiente virtual, somente 55% se julgou capacitado, observa-se então que alguns professores ainda estão em processo de aprendizagem para trabalhar no ambiente virtual. Tratando a respeito do uso da informática como contribuição para as ações docentes os participantes enaltecem a agilidade que ganham no planejamento das aulas, a utilização dos recursos visuais e a ampliação das possibilidades de pesquisas na Internet.

(CONCLUSÃO) O estudo revelou a importância do uso da informática como apoio às ações docentes. É importante que a Instituição continue oferecendo aos professores treinamentos para que sintam maior segurança em trabalhar com a Educação à Distância.

A6 – INFORMÁTICA

ESTUDO DA QUALIDADE, SATISFAÇÃO E PERFIL DOS USUÁRIOS DA TECNOLOGIA DE CONEXÃO BANDA LARGA MÓVEL PARA COMPUTADORES 3G

Emerson Souza De Sena

Discente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ytalo Rosendo Do Amaral

Aluízio Rocha

Docentes do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Desde a chegada da Internet nas empresas e nas residências, novos paradigmas de conexão vem surgindo com o intuito de atender ao maior número de usuários e de melhorar o serviço no que diz respeito à disponibilidade, acesso e velocidade. Entre estas tecnologias está a 3G, que oferece vários serviços como: vídeo chamada a partir do celular, TV no celular, Internet banda larga móvel para celulares e computadores. Esta tecnologia traz um grande diferencial ao mercado de celulares e, se tratando de conexão de banda larga para computadores, o grande diferencial é a mobilidade, possibilitando a conexão banda larga por meio de um minimodem USB (Universal Serial Bus). Esta pesquisa tem como foco a conexão banda larga móvel 3G para computadores e o seu objetivo é identificar: a qualidade do serviço oferecido, o perfil e a satisfação dos usuários da tecnologia no município de Natal.

(METODOLOGIA) Para a realização deste estudo, utilizamos a pesquisa exploratória, de caráter quantitativo realizada entre 05/08/2008 e 15/10/2008, onde foram entrevistados 67 (sessenta e sete) usuários com a finalidade de atingir os objetivos da pesquisa citados anteriormente. O público alvo são os próprios usuários da tecnologia, aos quais foi aplicado um questionário com 10 (dez) questões abordando vários aspectos da tecnologia 3G e de seus usuários no município de Natal.

(RESULTADOS) Na pesquisa em questão, após a análise dos dados, chegamos aos seguintes resultados: 53,8% dos entrevistados utilizam a tecnologia para assuntos profissionais e pessoais; 23,1% utilizam a 3G apenas para assuntos profissionais; 53,2% dos usuários relataram que o serviço está sempre disponível, mas, com frequência, há quedas na conexão; 55,4% utilizavam conexão discada antes da 3G; apenas 27,9% dos entrevistados relataram que houve queda na velocidade em relação ao tipo de conexão utilizada anteriormente; 76,9% afirmaram que estão satisfeitos com a utilização do serviço e continuariam com o mesmo; 53,8% estão utilizando a tecnologia há apenas 3 meses, enquanto 46,2% estão utilizando há apenas 1 mês.

(CONCLUSÃO) Ao analisarmos as respostas dos usuários percebemos que: a maior parte dos usuários 3G utilizavam, anteriormente, a conexão discada pelo fato de não haver um provedor de conexão banda larga disponível em sua região e outros pela real necessidade de mobilidade no seu dia a dia; o serviço ainda é recente no Rio Grande do Norte e ainda necessita de uma maior estabilidade na conexão Internet ; em Natal, uma única operadora detém 62,9% dos usuários do serviço 3G para computadores, que se mostram satisfeitos e aprovam o serviço, apesar de conviverem com algumas falhas em certos momentos.

A6 – INFORMÁTICA

ESTUDO DE ESTRUTURAS ANATÔMICAS RELACIONADAS AO OSSO ESFENÓIDE ATRAVÉS DO USO DE RECURSOS AVANÇADOS DE COMPUTAÇÃO GRÁFICA

Artur Nobre Silva

Lauro Otacilio Campos De Sousa

Discentes do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Rui De Araújo Moreira

Discentes do Curso de Enfermagem da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

André Luiz Silva Davim

Docentes do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O esfenóide é um osso irregular, ímpar e situado na base do crânio anteriormente aos temporais e à porção basilar do osso occipital. Divide-se em corpo, asas menores, asas maiores e processos pterigóideos. Tem relação com diversas estruturas anatômicas. Sua porção central, o corpo do esfenóide, é constituída por tecido ósseo esponjoso, em que os espaços medulares estão preenchidos basicamente por tecido adiposo (daí o característico hipersinal na ressonância magnética de crânio). Essa complexidade anatômica torna-o objeto de difícil estudo e visualização tridimensional (uma vez que nos livros temos apenas imagens bidimensionais do mesmo). Para o cirurgião de base de crânio, novos e mais esclarecedores métodos de visualização tridimensional da anatomia relacionada ao esfenóide ajudariam numa compreensão maior sobre esta complexa estrutura óssea. O presente trabalho mostra o uso de recursos de informática para que facilitem a visualização dessa complexa estrutura óssea e de suas relações.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada consiste na montagem tridimensional do osso esfenóide a partir dos dados bidimensionais (centenas de tomos / fatias) obtidos por intermédio da Tomografia Computadorizada (TC) de um paciente através da utilização de software de montagem específico obtendo-se um objeto tridimensional inicial. A partir desse objeto 3D inicial (osso esfenóide tridimensional virtual básico), foi realizada a exportação para software de Computação Gráfica onde o mesmo foi corrigido e recebeu ganho de qualidade e resolução. Posteriormente, foram construídas cada uma das estruturas que se relacionam com o mesmo através de modelagem poligonal com a Técnica de Loft devidamente modificada para este fim e tomando como parâmetro de orientação figuras de Atlas de Anatomia. Finalmente, tiveram que ser criadas câmeras virtuais com lentes específicas e bastante reduzidas variando de 7 a 15 mm para que pudesse ser realizada a filmagem dos quadros (frames) no interior dos seios esfenoidais virtuais e aplicado transparência progressiva no osso esfenóide virtual a fim de permitir a visualização das estruturas que mantem relação com o esfenóide virtual. **(RESULTADOS)** Os resultados podem ser observados nos screenshots onde vemos cenas em vários estágios da criação das estruturas virtuais relacionadas ao modelo tridimensional virtual do osso esfenóide e sequências de quadros de uma animação de viagem virtual dentro do seio esfenoidal com concomitante visualização de todas as estruturas criadas por Computação Gráfica e que mantêm relação com a estrutura óssea do esfenóide.

(CONCLUSÃO) A utilização de recursos de Computação Gráfica aliada a Reconstrução 3D (a partir de dados radiológicos) para criar estruturas anatômicas relacionadas é uma técnica nova e promissora pois permite níveis de visualização tridimensional animada não obtidos com os aparelhos de imagem mais modernos de Tomografia Computadorizada (TC) e Ressonância Nuclear Magnética (RNM) ideais para planejamento cirúrgico avançado e estudos detalhados de anatomia.

A6 – INFORMÁTICA

ESTUDO DO IMPACTO DA UTILIZAÇÃO DO LINUX NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS E ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE NATAL.

Paulo Djailton Dos Santos

Emerson Souza De Sena

Discentes do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ytalo Rosendo Do Amaral

Docente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O movimento de Software livre pode ser considerado um dos fenômenos mais interessantes no setor de tecnologias da informação e comunicação, comparável ao surgimento da Internet comercial. Na verdade, ele guarda uma grande proximidade com este último fenômeno, pois foi a Internet que permitiu a disseminação dos seus conceitos e proporcionou a infraestrutura fundamental para o surgimento e consolidação das comunidades de desenvolvedores e usuários, que representam uma das características mais marcantes do movimento e uma das maiores novidades na indústria de software. Tendo em vista o grande aumento do uso do Software Livre, em específico o sistema operacional Linux, pretende-se, por meio deste estudo, identificar quais os principais benefícios e deficiências da utilização do sistema operacional Linux em relação aos sistemas operacionais proprietários, dentro dos órgãos públicos federais e estaduais do Município de Natal.

(METODOLOGIA) Para tanto, utilizou-se uma pesquisa exploratória, de caráter quantitativo, nos respectivos órgãos públicos federais e estaduais no Município de Natal: UFRN (Universidade Federal do RN), SEMPLA (Secretaria Municipal de Planejamento), CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica do RN) e EMATER (Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN), no período de 30/08/2008 à 17/10/2008, onde foram entrevistados 91 (noventa e um) servidores, com a finalidade de conhecer melhor a atual realidade em relação à utilização do Linux. O público alvo da pesquisa são os próprios usuários (servidores) do sistema operacional Linux no seu âmbito de trabalho, que responderam um questionário que abordou vários aspectos do Linux, e também o perfil dos usuários.

(RESULTADOS) Baseado na análise dos resultados da pesquisa realizada, ficou caracterizado que: 62,5% dos entrevistados possuem idade compreendida entre 26 a 35 anos; 64,3% dos servidores utilizam o sistema operacional Linux há mais de 3 (três) anos em sua repartição; para 75% o sistema operacional Linux atende suas necessidades no seu âmbito de trabalho; para 61,9% o sistema operacional anteriormente utilizado possuía melhor usabilidade; em 93,8% dos casos não houve nenhum tipo de treinamento para a utilização do sistema operacional Linux; para 50,0% não houve diferença na produtividade após a implantação do sistema operacional Linux, enquanto apenas 12,6% relataram que houve queda na produtividade; 53,3% optaram por continuar trabalhando com o sistema operacional Linux caso pudessem escolher, já 46,7% voltariam a trabalhar com o sistema operacional anterior se possível.

(CONCLUSÃO) Constatou-se com este estudo que o sistema operacional Linux vem sendo integrado cada vez mais ao cotidiano dos funcionários de órgãos públicos federais e estaduais no município de Natal, uma vez que o gasto do governo brasileiro federal e estadual com licenças para o uso de softwares proprietário é muito elevado. A grande maioria dos servidores públicos federais e estaduais estão adaptando-se com certa naturalidade, apesar de reclamarem da usabilidade do sistema operacional. Para eles, o sistema operacional Linux mostrou-se pouco usual, dificultando ainda mais a sua adequação. Contudo, ainda é pequena a preocupação da rede pública federal e estadual com o treinamento devido para seus servidores, o que com certeza amenizaria muito o impacto da implantação do sistema operacional Linux nos órgãos públicos federais e estaduais do município de Natal. Entretanto, este impacto é considerado mediano a nível de utilização do usuário, e bem tolerado quando se esclarece o benefício que ele traz para a sociedade como um todo.

A6 – INFORMÁTICA

ESTUDO SOBRE O PERFIL DO PROFISSIONAL DA ÁREA DE INFORMÁTICA E A CAPACIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS INTERPESSOAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO

Emerson Souza De Sena

Discente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Maria Da Apresentação Barreto

Docente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O mercado de trabalho é promissor para os profissionais de informática, porém, as empresas requerem um profissional de perfil qualificado, exigindo habilidades que vão além da capacitação técnica. Há algum tempo vem ocorrendo mudanças em relação ao perfil do profissional de informática como um todo. Está superada a visão de que bastam as competências técnicas para quem trabalha com informática. Hoje já se sabe que é preciso agregar a essas competências técnicas as competências humanas, ou seja, capacidade de relacionar-se bem no ambiente de trabalho, com clientes e colaboradores, possibilitando assim o trabalho em equipe e a criação de um bom ambiente para se trabalhar. Diante dessa nova visão em relação ao perfil do profissional de informática, decidimos realizar um estudo com o intuito de verificar como está a capacidade de desenvolvimento de competências interpessoais no ambiente de trabalho desses profissionais, avaliando também os aspectos que em sua formação contribuíram ou não para o desenvolvimento dessas competências.

(METODOLOGIA) Para a realização deste estudo utilizamos a pesquisa exploratória, de caráter quantitativo, com a finalidade de conhecer um pouco mais sobre o perfil do profissional da área de informática e a capacidade de desenvolvimento de competências interpessoais no ambiente de trabalho no município de Natal. Os participantes da pesquisa foram 153 profissionais da área de informática que trabalham em diferentes empresas. O instrumento de coleta de dados foi construído, tendo por base os objetivos mencionados anteriormente, e se materializou num questionário com 10 (dez) questões que abordam pontos como: a capacidade de relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho, contribuição da formação para o desenvolvimento interpessoal e também o perfil dos profissionais.

(RESULTADOS) Dentre os resultados obtidos ressaltamos os principais indicadores: 83,3% dos entrevistados tiveram algum tipo de treinamento ou pagaram alguma cadeira durante a sua formação acadêmica, que ajudou no seu desenvolvimento interpessoal; 94,1% consideram importante o treinamento que auxiliie no desenvolvimento interpessoal no ambiente de trabalho; 77,8% lidam diariamente com o público; 100% consideram fundamental o trabalho em equipe; 66,7% informaram que a sua capacidade de relacionamento interpessoal é boa; 44,4% já estão na área de informática há mais de três anos; Apenas 6,6% não têm nível superior completo ou em andamento; 77,8% investiriam hoje em algum curso que o ajudasse a aprimorar a sua capacidade de relacionamento interpessoal.

(CONCLUSÃO) Com este estudo fizemos algumas constatações pertinentes sobre o perfil do profissional da área de informática e a capacidade de desenvolvimento de competências interpessoais no ambiente de trabalho no município de Natal, são elas: o profissional da área de informática apesar de relatar ter um bom relacionamento no ambiente de trabalho, sente a necessidade de treinamentos que complementem ou reciclem a sua capacidade de relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho. Consideram de extrema importância o trabalho em equipe, sentindo porém necessidade de uma formação que os prepare melhor nesse sentido. Desta forma, aponta-nos um indicador que deve ser considerado pelas Instituições de Ensino Superior que trabalham com a formação de profissionais de informática, ou seja, o desenvolvimento de competências humanas deve ser melhor contemplado durante o período formativo, uma vez que além de formar bons técnicos, estas instituições precisam se preocupar em formar profissionais preparados para relacionar-se bem consigo, com outros profissionais e com os desafios impostos pelo mercado de trabalho.

A6 – INFORMÁTICA

FRAMEWORKS PHP: UM ESTUDO COMPARATIVO

*Adriano Pulz
Vilmondes Eracton
Jeffyson Rodrigues
Guilherme Santos Bragana*

Discentes do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Joseane Pinheiro

Docente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O objetivo desse estudo é coletar várias informações a cerca dos frameworks PHP mais utilizados nos aspectos de: arquitetura utilizada, facilidade na instalação e entendimento da sintaxe, desempenho, recursos disponibilizados, facilidade de manutenção da aplicação, atualização do framework, comunidade voltada pra ferramenta, etc. Todos open source, ou seja, possuem seu código aberto para estudo e possíveis colaborações. Com base nisso, iremos fazer uma comparação e, por fim, concluir qual ou quais frameworks irão atender melhor o que propõe.

(METODOLOGIA) O estudo foi feito com base em experiência dos próprios autores deste trabalho, a partir também, de pesquisas exploratórias visando levantamentos bibliográficos e opiniões de desenvolvedores. Foram visitados fóruns de discussões onde levantamos informações sobre as ferramentas estudadas. Também foi verificado a disponibilidade de documentação para as plataformas vistas bem como a sua facilidade de compreensão. **(RESULTADOS)** Frameworks são ferramentas desenvolvidas para aumentar a produtividade. Ao utilizá-lo o programador acrescenta estrutura ao código, levando-o a escrever melhor, mais legível e um código mais sustentável. A organização do código também é uma vantagem ao se utilizar um Framework, fazendo com que você adquira boas práticas de programação. Segundo testes comparativos realizados pelos usuários pesquisados, cada Framework trás vantagens ou facilidades maiores para os mesmos. O CakePHP é um framework estruturado que permite programadores de PHP de todos os níveis, desenvolverem aplicações web robustas sem perda de flexibilidade, o mesmo tem como vantagem o fácil desenvolvimento de aplicações rápidas, devido a sua linha de aprendizado rápido, gerando uma alta produtividade e como contra, possui muito suporte a PHP 4, não utiliza todos os recursos do PHP 5. Já o Code Igniter com uma curva de aprendizado pequena, uma boa documentação, é fácil de instalar e não precisa de quase nenhuma configuração por parte do usuário. Mesmo com essas vantagens alguns Frameworks ainda possuem uma grande dificuldade na manutenção do código. Devido a essa dificuldade uma das opções que se surgiu foi o Zend Framework com seus códigos reutilizáveis e mais fáceis de manter. Enquanto o Symphony foi escrito inteiramente em PHP 5 e projetado para aperfeiçoar o desenvolvimento de aplicações web, o mesmo é de fácil instalação, possui configuração em mais plataformas, código legível, documentação e fácil manutenção além de permitir a integração com outras bibliotecas.

(CONCLUSÃO) Através das informações coletadas e dos nossos conhecimentos sobre o assunto, destacamos como melhores Frameworks o Code Igniter e o Symphony. Definimos como melhor framework o Code Igniter na situação de um projeto simples (de pequeno porte) e para programadores inexperientes no assunto, devido a sua fácil utilização e boa documentação, atendendo bem a necessidades de um projeto pequeno e sendo simples de utilizar. Já o Symphony, encaixa-se numa situação em que se esteja trabalhando em um projeto mais robusto e complexo, pois este terá capacidade de atender a todas as necessidades do projeto por ser um Framework robusto, feito totalmente em PHP5 e dar possibilidades de integração com outras bibliotecas, assim dando-lhe maior campo de atuação.

A6 – INFORMÁTICA

IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROTÓTIPO DE REDE NEURAL RBF (FUNÇÃO DE BASE RADIAL) UTILIZANDO JAVA PARA ANÁLISE DA VARIAÇÃO ARQUITETURAL E COMPORTAMENTAL

Emerson Souza De Sena

Discente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Gleydson Lima

Docente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Atualmente, pode-se observar que a contribuição da IA (Inteligência Artificial) tem proporcionado avanços em áreas como: financeira, recursos humanos, marketing, medicina, engenharia e muitas outras, onde existem várias aplicações. Dentro da IA, há diversos paradigmas em relação à arquitetura computacional, dentre eles está o de RNA's (Redes Neurais Artificiais). As RNA's são sistemas não lineares fundamentados nos mecanismos de processamento do cérebro humano. A sua habilidade em formar mapeamentos não lineares com processamento paralelo e distribuído, formado por unidades de processamento simples denominados neurônios, tem tornado as RNA's prósperas na modelagem de sistemas heurísticos complexos. Implementou-se o modelo de RNA RBF (Função de base Radial), capaz de aprender funcionalidades dos operadores lógicos (XOR, AND e OR) para a análise do comportamento da rede em relação a variação arquitetural nos referidos operadores lógicos.

(METODOLOGIA) Para a implementação deste protótipo, realizou-se uma extensa pesquisa bibliográfica com intuito de obter conhecimento necessário para o desenvolvimento do algoritmo da RNA RBF, que utiliza a linguagem de programação Java com a tecnologia Swing . Este protótipo é constituído de 3 etapas: a) configuração na qual definiu-se a taxa de aprendizagem, o erro médio aceitável, erro de correção, a quantidade de neurônios na camada escondida e o operador lógico que será tomado como base para o aprendizado; b) treinamento – onde é realizado o aprendizado da rede, apresentando o gráfico do erro médio e o número de iterações feitas pelo algoritmo; c) teste - utilizou-se a rede para a operação lógica definida, anteriormente, visando o aprendizado.

(RESULTADOS) Realizou-se inúmeros testes com a RNA RBF por meio de parametrizações e configurações, com o intuito de observar o comportamento da rede em relação à sua camada escondida, que teve a variação de 2 (dois) a 80 (oitenta) neurônios. Foram feitos 10 (dez) testes para cada configuração, obtendo a média de iterações e a capacidade de convergência com cada configuração, sendo esta configurada da seguinte forma: taxa de aprendizagem 0.3, erro médio aceitável 0.01 e correção do erro 0.01. Obteve-se os seguintes resultados para a RNA RBF: a) a operação lógica XOR apresentou melhor performance na convergência quando a rede foi configurada com 34 (trinta e quatro) neurônios na camada escondida, que obteve média de 49.454 (quarenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e quatro) iterações; b) a operação lógica AND apresentou melhor performance na convergência quando a rede foi configurada com 11 (onze) neurônios na camada escondida, que obteve média de 16.310 (dezesesseis mil trezentos e dez) iterações; c) a operação lógica OR apresentou melhor performance na convergência quando a rede foi configurada com 25 (vinte e cinco) neurônios na camada escondida, que obteve média de 8.530 (oito mil quinhentos e trinta) iterações;

(CONCLUSÃO) A implementação do protótipo da RNA RBF utilizando a linguagem de programação Java mostrou-se satisfatória, uma vez que a rede conseguiu aprender as funcionalidades das 3 (três) operações lógicas definidas, possibilitando a observação de seu comportamento em relação à variação da sua arquitetura. Em virtude disso, concluiu-se que houve um ganho considerável na velocidade de convergência da rede e um menor número de iterações. O que indica que, para obter uma boa performance e eficácia, o que é de extrema importância quando se trata de sistemas heurísticos complexos, a RNA RBF necessita de uma configuração precisa em relação a quantidade de neurônios na sua camada escondida, pois uma configuração mal estruturada acarretará no aumento do custo computacional e, em determinadas vezes, inviabiliza o processo de convergência.

A6 – INFORMÁTICA

IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROTÓTIPO DE UM SISTEMA WEB PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM A UTILIZAÇÃO DO FRAMEWORK JPA

Paulo Lima Mendonça

Discente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Gleydson Lima

Docente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O cenário atual de desenvolvimento de software exige cada vez mais das linguagens de programação, IDE's (Integrated Development Environment), frameworks , um alto nível de produtividade, para que a mesma não se torne inviável no ambiente de desenvolvimento de softwares . Diante deste cenário, novos paradigmas surgem e as tecnologias evoluem para proporcionar maior praticidade, versatilidade e produtividade no desenvolvimento de softwares e a fim de não se tornarem obsoletas ou menos competitivas no mercado. A linguagem de programação Java , por sua vez, não fica em segundo plano, pois está sempre disponibilizando no mercado novas ferramentas e frameworks , que aplicados a modelos de programação proporcionam uma maior rapidez no desenvolvimento de softwares . Para tanto, faremos uso de algumas dessas ferramentas e frameworks , no desenvolvimento de um protótipo de um sistema web para locação de veículos.

(METODOLOGIA) As etapas para desenvolvimento deste protótipo correspondem à análise dos requisitos relacionados ao negócio, à modelagem dos casos de uso e aos diagramas de classe, à criação do banco de dados, à implementação computacional das camadas de visualização, controle, negócios e dados). Nestas etapas, utiliza-se: a ferramenta de modelagem UML (Unified Modeling Language) JUDE para a criação dos casos de uso e diagramas de classe; banco de dados PostgreSQL ; IDE Netbeans 6.1 para a codificação das camadas de visualização, controle, negócios e dados. As tecnologias Java utilizadas no desenvolvimento do protótipo foram JSP(Java Server Pages), Enterprise Java Beans 3, Java Persistence API (JPA).

(RESULTADOS) Na construção deste protótipo, obtivemos grande proveito das tecnologias anteriormente citadas por possibilitarem um desenvolvimento rápido e eficaz. Foi possível a implementação dos módulos de cadastro de veículos, cadastro de clientes, locação de veículos, devolução de veículos, relatórios de clientes e histórico de locação. Em especial, ressaltamos a utilização da tecnologia JPA, que possibilitou, por meio do mapeamento objeto-relacional, uma grande economia na escrita de códigos e comandos SQL(Structured Query Language), do tipo CRUD (create, retrieve, update e delete) que, geralmente, aparecem com bastante frequência no desenvolvimento de sistemas e na criação de tabelas e relacionamentos no banco de dados, onde com a JPA são criados automaticamente a partir das especificações das classes.

(CONCLUSÃO) Com a análise do desenvolvimento deste protótipo, concluímos que a linguagem de programação Java , IDE's e frameworks citados anteriormente, mostraram-se totalmente viáveis em relação à produtividade, questão que hoje é crucial para a escolha de ferramentas e linguagens a utilizar no desenvolvimento de sistemas web . Assim, obtivemos uma grande vantagem em relação a tempo de codificação, sem contar na economia de linhas a menos de no código fonte do sistema como um todo.

A6 – INFORMÁTICA

IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROTÓTIPO DO JOGO PONG DISTRIBUIDO COM A UTILIZAÇÃO DE SWING, JAVA 2D E SOCKET'S

Paulo Lima De Mendonça

Emerson Souza De Sena

Discentes do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Gleydson Lima

Docente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Atualmente os sistemas computacionais encontram-se num processo rápido de evolução, isto se deve em grande parte pela introdução das redes de computadores e pelos computadores pessoais. A junção destes dois desenvolvimentos tecnológicos deu origem aos Sistemas Distribuídos. Este tipo de aplicação se caracteriza pela distribuição de tarefas para mais de um equipamento, dividindo, de certa forma, o processamento das informações como um todo. Geralmente, os Sistemas Distribuídos são utilizados para resolver problemas onde é necessário um alto poder de processamento. Com o aumento da colaboratividade e interligação de computadores pessoais causado pela Internet, o desenvolvimento de aplicações distribuídas está se tornando algo bastante interessante e viável computacionalmente. Neste trabalho, busca-se utilizar o paradigma de sistemas distribuídos no desenvolvimento de um protótipo de um jogo pong utilizando a linguagem de programação Java.

(METODOLOGIA) Para o desenvolvimento deste protótipo, utilizou-se a linguagem Java com ênfase nas tecnologias Java 2D, Swing e Socket's. Inicialmente, foram implementadas as classes referentes ao levantamento de requisitos do jogo. Logo após houve a implementação do ambiente gráfico de configuração no qual o servidor informa seu nome e porta, já o cliente informa o seu nome, IP do servidor e a porta que o servidor está aguardando a conexão. Uma vez estabelecida a conexão entre servidor e cliente, os dois passam a trocar informações em tempo real sobre o posicionamento das barras, bola, placar e estado dos mesmos. **(RESULTADOS)** Com a implementação em Swing, conseguiu-se uma boa jogabilidade entre o cliente e o servidor, onde ambas as barras se movimentam de acordo com o posicionamento do mouse na janela do jogo. A troca de informações se mostrou estável entre o cliente e o servidor na maioria dos testes, porém, em alguns casos isolados, houve atraso na entrega dos pacotes UDP, causando rápidas falhas visíveis na movimentação das barras e das bolas na janela da aplicação. Após a observação destas falhas, o algoritmo da troca de informações foi revisado e, assim, detectou-se que havia uma sobrecarga no envio de informações de pacotes UDP e, por isso, houve uma perda em alguns momentos pelo fato de o cliente e o servidor estarem trocando informações, mesmo quando não havia mudança no estado do placar e das barras. Após a correção, foram feitos novos testes com máquinas distintas onde se verificou a normalidade da comunicação e das funcionalidades entre cliente e servidor.

(CONCLUSÃO) Hoje em dia, é comum a utilização de aplicações distribuídas. A implementação do protótipo do jogo pong distribuído utilizando Swing, Java 2D e Socket's, mostrou-se como uma aplicação distribuída viável e funcional, porém, como foi observado nos testes realizados, é importante observar a quantidade de pacotes a serem enviados e o intervalo de tempo para os envios, tanto para o servidor quanto para o cliente, a fim de não haver sobrecarga no recebimento, resultando na perda de pacotes e, conseqüentemente, em falhas na aplicação.

A6 – INFORMÁTICA

REDES DE COMPUTADORES BASEADAS EM TERMINAIS LEVES

Paulo Djailton Dos Santos

Discente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Aluzio Ferreira Da Rocha Neto

Docente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Diante do grande avanço tecnológico, muitas instituições, sejam elas públicas ou privadas, sentem a necessidade de atualizar constantemente os seus equipamentos de informática. Mas o que fazer com todo o investimento feito no passado, na compra de equipamentos que hoje são considerados ultrapassados? Na grande maioria das vezes esses equipamentos se tornam lixo tecnológico. Partindo desse cenário, este artigo pretende analisar algumas formas de “reciclar” esse lixo tecnológico, transformando, dessa forma, os equipamentos anteriormente ditos por ultrapassados em equipamentos que possam ser utilizados, novamente, pelas empresas. Ou ainda, criar uma nova rede sem a necessidade de grandes investimentos na compra de equipamentos que em pouco tempo também se tornarão lixo tecnológico. A idéia é utilizar esses equipamentos obsoletos de forma que eles possam substituir os computadores modernos, mas sem interferir na utilização dos recursos disponibilizados pela rede. Tais equipamentos, chamados de Thin Clients (clientes magros), estão presentes na maioria das soluções para a criação de redes baseadas em terminais de acesso a computadores de maior porte.

(METODOLOGIA) Para este artigo, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica quanto à leitura, análise e interpretação de periódicos, textos, etc. Os textos foram encontrados em sua grande maioria na própria Internet, em sites renomados sobre o conteúdo abordado por este artigo. A pesquisa foi por soluções para o reaproveitamento de equipamentos tecnológicos através da utilização de Redes baseadas em terminais leves que possibilitem a utilização de recursos, normalmente, utilizados em redes comuns.

(RESULTADOS) Das diversas soluções encontradas para a “reciclagem” desse lixo eletrônico, chega-se a conclusão que, dependendo da forma em que será utilizada ou em que cenário será utilizada, qualquer das soluções pode ser utilizada para o reaproveitamento dos equipamentos tecnológicos que se tornaram ultrapassada dentro das empresas. As soluções apresentadas possibilitam a utilização de recursos normalmente utilizados em uma rede comum, como por exemplo, a utilização dos serviços de impressão, Internet, etc. No entanto, para algumas soluções se faz necessário o investimento na compra de equipamentos, Thin Clients, que possibilitarão a criação de redes nas quais o retorno do investimento será na economia com a manutenção dos computadores em si, e em instalação de softwares que serão utilizados pelos usuários, visto que nestas soluções todos os serviços são instados em uma só máquina, o servidor, e disponibilizados para todos os usuários pertencentes à rede. **(CONCLUSÕES)** Diante desse grande avanço tecnológico que vivenciamos, muitas empresas estão preocupadas com os investimentos realizados na área tecnológica, pois em pouco tempo todo o parque de máquinas pode se tornar obsoleto. No entanto, as mesmas começam a perceber a possibilidade de “reciclar” os equipamentos dando uma nova forma de utilização aos mesmos. Através da utilização de soluções para terminais leves é possível reaproveitar grande parte dos equipamentos obsoletos na criação de novas redes que podem ser utilizadas de forma a compartilhar os serviços computacionais disponíveis na rede corporativa.

A6 – INFORMÁTICA

RICHFACES:INTEGRAÇÃO DE JAVA SERVER FACES E AJAX

Raphael Vinicius Da Silva

Discente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Gleydson De Azevedo Ferreira De Lima

Docente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) As aplicações WEB enriqueceram muito desde o início de sua utilização, quando os sites possuíam apenas conteúdo estático. Com o tempo os sites passaram a oferecer páginas com conteúdo dinâmico e personalizado trazendo para os usuários da WEB a possibilidade de interagir com dados através de, por exemplo, internet bankings. A primeira tecnologia para construção de páginas dinâmicas foi CGI (Common Gateway Interface), elas porém, apresentam problemas de portabilidade e escalabilidade, além de mesclarem as regras de negócio com a visualização. Em seguida vieram os servlets, similarmente às CGIs, servlets são pequenos programas feitos em Java que encapsulam algumas funcionalidades inerentes à sua aplicação WEB, mas que não resolvem o problema da separação das regras de negócio da visualização, dificultando a manutenção. Posteriormente surgiram as páginas JSP (JavaServer Pages). Elas são facilmente codificadas e produzem conteúdos reutilizáveis. Assim como os servlets, as JSPs também não resolvem o problema da manutenção das aplicações. Logo em seguida surge o JSF (Java Server Faces), uma tecnologia que incorpora características de um framework MVC (Model View Controller) para WEB e de um modelo de interfaces gráficas baseado em eventos, capaz de desenvolver aplicações web de forma ágil. O sucesso do JSF levou a varias empresas desenvolverem frameworks que agregam mais valor ao mesmo. RichFaces, da Jboss, e um dos mais reconhecidos frameworks disponíveis no mercado para construção de aplicações WEB 2.0, o mesmo, adiciona capacidade de AJAX (Asynchronous Javascript and XML) dentro de aplicações JSF existentes sem a necessidade de recorrer ao JavaScript e alavanca o framework JSF inclusive no ciclo de vida, validação etc. Porém, a escassez de material em português a cerca da biblioteca de componentes, aumenta a curva de aprendizado, tanto para os desenvolvedores que não dominam o inglês, como também dificulta aos estudantes que venham a se interessar, mas que se intimidem devido a pouco conteúdo disponível na língua portuguesa. Baseado nisso, o mercado possui, de fato, necessidade de material gratuito e em português disponível, que apresente a tecnologia, mostre os requerimentos técnicos, conduza os primeiros passos e apresente os componentes. **(METODOLOGIA)** Projeto objeto de uma pesquisa exploratória da bibliografia oficial da Jboss sobre o RichFaces, na qual, realizou-se um processo de tradução dos item mais relevantes para entendimento da funcionalidade e utilização do framework. Foram eleitos, trabalhados e comentados alguns dos seus principais componentes.

(RESULTADOS) Obtido um material em português fiel a documentação oficial que contempla uma abordagem geral acerca da arquitetura do framework, das limitações e regras, otimização de requisições AJAX (re-render, opções de processamento de dados, interação JavaScript etc), configuração de filtros, como realizar requisições AJAX entre outros. Detalhamento dos principais componentes com comentários. Todo o material disponibilizado no formato html para publicação na internet como guia do usuário para RichFaces.

(CONCLUSÕES) Mesmo sem contemplar tudo que existe sobre RichFaces é possível através da documentação levantada o entendimento do framework RichFaces em virtude de parte significativa de sua documentação oficial se encontrar agora na língua portuguesa. Os modelos de componentes apresentados podem facilmente ser assimilados e de forma genérica podem servir de modelo para outros componentes não contemplados. O conteúdo permanecendo disponível na internet facilitará, para aqueles que necessitam ou pretendem trabalhar com o framework, uma curva de aprendizado menor.

SEGURANÇA EM APLICAÇÃO WEB

*Paulo Djailton Dos Santos
Rodrigo Gomes Do Amarante
Carlos Leonardo Cabral
Carlos Augusto Rodrigues Dias*

Discentes do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ytalo Rosendo Do Amaral

Docente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A cada dia cresce mais e mais a quantidade de aplicações existentes na Web. A maioria das vulnerabilidades encontradas em aplicações Web está relacionada a falhas de segurança, onde podem ser exploradas e resolvidas. A proposta deste trabalho é apresentar formas de prevenir e detectar as principais falhas existentes em aplicações Web, as técnicas e as ferramentas que oferecerão suporte a identificação destas falhas, a fim de que os desenvolvedores e Testadores de Software possam produzir um software que além de ter uma melhor qualidade ofereça mais segurança para o usuário final.

(METODOLOGIA) Para este trabalho, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica quanto à leitura, análise e interpretação de periódicos, textos, etc; onde esses textos foram encontrados em sua grande maioria na própria Internet, em sites renomados sobre o conteúdo abordado por este artigo.

(RESULTADOS) Boa parte das vulnerabilidades encontradas em aplicações Web está relacionada a falhas de segurança. Porém, através da utilização de softwares específicos, tais como o Paros e o Conquary 1.7.3 que realizam teste de URL Manipulation; dotdefender, SQL Injector Me, SQL Power Injector e Wstool que realizam testes de SQL Injector, é possível testar a segurança nas aplicações Web. Onde todos esses softwares podem ser facilmente encontrados na Internet de forma gratuita para realização de downloads e a realização dos testes nas aplicações web. Uma vez identificadas, as vulnerabilidades, as aplicações devem retornar aos desenvolvedores para que os mesmos encontrem uma solução para o problema. Esse processo é repetido até que haja um consenso entre os desenvolvedores e os Testadores de Software, avaliando se o software realmente está apto para ser posto em produção. Sendo que nem todas as falhas encontradas durante dos testes são de extrema importância, uma vez que a mesma não representa grandes riscos para a aplicação e/ou os dados das mesmas, ela pode ser ignorada e não será testada.

(CONCLUSÕES) Diante do analisado neste projeto, conclui-se que seria muito importante a existência de testes periódicos durante todo o período de produção do software para averiguar a existência de algum tipo de vulnerabilidade. Dessa forma a cada vulnerabilidade encontrada os desenvolvedores já poderão trabalhar em busca da solução de tal vulnerabilidade, evitando que quando o software fosse para o período de testes não fosse devolvido diversas vezes diante da existência de vulnerabilidades que podem ser encontradas facilmente durante o desenvolvimento do software. Uma vez feito isto, o software passaria menos tempo na etapa de teste e, conseqüentemente, seria concluído no tempo menor.

A6 – INFORMÁTICA

SISTEMAS OPERACIONAIS SERVIDORES : O GERENCIAMENTO DE TAREFAS NO WINDOWS NT, UM ESTUDO DE CASO

Alessandro Marinho De Albuquerque

Breno Farias Fonseca

Joao Ferreira Da Costa Filho

Jailson Silva De Oliveira

Wagner De Vasconcelos Bezerra

Jean Gleydson Pereira

Discentes do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Joseane Pinheiro

Docente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte
(INTRODUÇÃO) Um sistema operacional quase sempre tem mais atividades à executar que a capacidade do processadores conseguem executá-las a contento. Assim, é necessário criar métodos para multiplexar o(s) processador(es) da máquina entre as atividades presentes. Além disso, como as diferentes tarefas têm necessidades distintas de processamento, e nem sempre a capacidade de processamento existente é suficiente para atender a todos, estratégias precisam ser definidas para que cada tarefa receba uma quantidade de processamento que atenda suas necessidades, o presente trabalho mostra o estudo de gerenciadores de sistemas como: sistema mono-tarefas e sistema multi-tarefas, seus respectivos diagramas de estados de tarefas, a implementação do conceito de tarefa em um sistema operacional multi-tarefas, desde as estruturas de dados necessárias para representar uma tarefa até as operações necessárias para que o processador possa comutar de uma tarefa para outra de forma transparente e finalizando um dos componentes mais importantes da gerência de tarefas o escalonador (task scheduler), que decide a ordem de execução das tarefas prontas.

(METODOLOGIA) A execução deste trabalho foi feita através de pesquisas bibliográficas em trabalhos acadêmicos, assim como livros e materiais da internet, essas pesquisas apontaram que os estudos deviam levar em conta a evolução do SO, mostrando características de um dos serviços, seu funcionamento através de textos e ilustrações, buscando como resultado satisfatório para esse trabalho um melhor entendimento do funcionamento de um dos elementos do sistema operacional chamado Gerenciador de Tarefas à um nível técnico para um usuário seja ele doméstico ou profissional. Segue nesse contexto também a cronologia dos sistemas operacionais servidores facilitando mostrar ainda mais a evolução tecnológica com o passar do tempo.

(RESULTADOS) O sistema operacional Windows surgiu como uma interface gráfica para o sistema anteriores em linha, em 1988 inicia-se o projeto do windows NT já então voltado para trabalhar com sistemas servidores. Um componente importante no Windows NT é o gerenciador de tarefas, pois ele gerencia toda criação, ordenação e execução de qualquer processo que venha a existir no Sistema Operacional, sua criação veio do Task List Application (Aplicação de lista de tarefas) em versões anteriores ao Windows NT 4.0 que possuía praticamente 4 funções: Desligar, reiniciar, logoff e hibernar, ou seja um sistema mono-tarefa, capaz de realizar funções simples e armazená-las em filas. A partir dele, surgiu o task manager (Gerenciador de tarefas) como sendo uma versão bem aprimorada em número de funções do task list, agora várias tarefas podiam estar em andamento simultaneamente: uma estava ativa e as demais suspensas, esperando dados externos ou outras condições. Sistemas que suportavam essa funcionalidade foram denominados monitores multi-tarefas. O escalonador do Windows NT é preemptivo com, onde as prioridades são organizadas em duas classes: tempo real e variável.

(CONCLUSÕES) O sistema operacional Windows NT evoluiu bastante e é base hoje de outros sistemas operacionais como o Windows Server 2003, que por sua vez já é base também do Windows Server 2008, e a cada vez mais, a cada novo lançamento ou atualização, há mudanças para melhoria de funcionamento e suporte para usuários. O funcionamento de grandes e médias empresas dependem do bom funcionamento desses sistemas operacionais servidores porque eles controlam e gerenciam a base de dados, as conexões, dentre outras funções vitais para a empresa em questão. Muitas empresas ainda usam o Windows NT e não desejam migrar para o Windows Server 2003 ou mesmo nem interesse na versão de 2008, pois o Windows NT já atende todas suas exigências, graças a bom desempenho de seu gerenciador de tarefas, além de outros aplicativos.

A6 – INFORMÁTICA

TELERADIOLOGIA: A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA MELHORA DO DIAGNOSTICO MÉDICO

*Jailson Silva De Oliveira
Galbo Rosandro Santos
Anselmo Medeiros De Souza
Milton Cassiano De Oliveira Junior*

Discentes do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Joseane Alves Pinheiro

Docente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A medicina não trabalha mais sozinha apenas com o profissional médico, ela hoje, e podemos dizer, há algum tempo, conta com a tecnologia da informação para se tomar decisões clínicas e diminuir em questão de tempo resultados (laudos médicos), e partindo desse contexto se apresenta, no mercado médico e de informática, a teleradiologia através da internet ou como podemos chamar também de laudos virtualizados, seja ele local ou remoto de algum ponto distante do paciente, enfim, com avanços da tecnologia já é possível se tirar um raio-x, ressonância magnética, ultra-sonografia, tomografia entre outros, e enviar o exame remotamente para ser laudado, e essa tecnologia será um diferencial maior em um futuro próximo. E cada vez mais buscando não só o desenvolvimento e descobertas médicas mas também o desenvolvimento de tecnologias que venha a facilitar e melhorar a rapidez dos diagnósticos. Juntas irão melhorar de forma significativa a vida do ser humano. Apresentamos um sistema que já é realidade em nosso dia a dia nos principais centros de diagnósticos por imagens no mundo, chamada teleradiologia.

(METODOLOGIA) A execução deste trabalho foi levantada em pesquisa de campo nos centros de diagnósticos médicos, prática já vivida em dois centros de diagnóstico por imagem (no nosso estado) que usam essa tecnologia sendo um ponto em Natal e o outro em São Paulo, onde eles trocam imagens on-line viabilizando uma segunda opinião do laudo médico. Vivenciando esse trabalho afirmamos que isso é uma revolução na área médica atual que não pode deixar de ser documentada e comentada para que todos venha a utilizar essa tecnologia. **(RESULTADOS)** Em Instituições pesquisadas que trabalham com essa tecnologia encontramos resultados positivos com a comunicação das imagens entre o médico solicitante do exame com o médico realizador, essa interação do caso torna-o um diagnóstico bem mais rápido e eficiente para o paciente. Um grande problema é com os profissionais que não tem o domínio da informática, criando assim uma barreira para o uso dessa tecnologia. Os pacientes sentem a diferença na rapidez da entrega dos resultados e levam armazenadas todas as imagens do seu exame em um CD-ROM, onde era impossível do caso de uma Ressonância, por exemplo, imprimir uma seqüência de mais de 200 imagens.

(CONCLUSÕES) O resultado desse trabalho nos mostrou como a tecnologia da informação junta com a pesquisa da área médica vem alcançando melhorias significantes para todos de uma forma geral e umas das principais melhorias realmente é a possibilidade de chegar a um diagnóstico rápido e não só de apenas uma opinião médica, por se tratar de diagnóstico virtualizados de pontos diferentes mas como se o médico estivesse presente frente a frente com o paciente e esta resposta é de fundamental importância para tranquilizar esse paciente diante do seu problema médico. Hoje todos esses trabalhos já possuem softwares capazes de fazer a comunicação entre os equipamentos por simples VPNs através do protocolo de transmissão dentro da comunicação da internet.

A6 – INFORMÁTICA

TESTE DE SOFTWARE: METODOLOGIAS, APLICAÇÕES E FERRAMENTAS

Jose Anchieta Soares De Paiva

Discente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Gleydson De Azevedo Ferreira Lima

Docente do Curso de BSI da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A busca incessante da qualidade atinge também as empresas de software, pois em um mercado cada vez mais competitivo, ela pode fazer toda diferença. Devido a esta necessidade, o teste de software aparece como fator decisivo para agregar qualidade ao produto. Uma das maneiras de controlar a qualidade, tanto do produto como do processo, é com o teste de software, que define um conjunto de atividades de validação e verificação, com o objetivo de encontrar defeitos no produto e no processo do mesmo. O presente artigo tem como objetivo apresentar uma visão geral de teste de software, bem como metodologias, ferramentas e aplicações que podem facilitar a vida das equipes de teste de software. **(METODOLOGIA)** Em relação aos procedimentos técnicos, é uma pesquisa tanto bibliográfica, como um estudo de caso, bibliográfica, pois como a maioria dos projetos é elaborada a partir de materiais já publicados, principalmente de livros e artigos da área. A análise indutiva dos seus dados e o processo é o foco da pesquisa. Como seu objetivo visa explicar e aprofundar os conhecimentos, procurar identificar fatores, está incluída em pesquisa explicativa. A pesquisa visa instruir e abordar os principais conceitos de teste de software, além de comparar modelos, ferramentas e padrões ela será executada no ponto de vista de sua natureza como uma pesquisa aplicada, pois gera conhecimentos para aplicações práticas, soluções de problemas e principalmente uma documentação que servirá como guia para quem desejar trabalhar na área.

(RESULTADOS) Constatou-se que o universo do teste de software estendeu-se de forma avassaladora, expandindo seu campo de pesquisa e de trabalho, salientando a importância da escolha correta da melhor metodologia e ferramenta. Outro fator importante identificou foi a dificuldade de material nacional da área, sendo necessário para os profissionais ou afins a busca em outros idiomas, principalmente autores americanos, mas nota-se que cada vez mais as grandes empresas brasileiras buscam a qualidade, sendo necessário e obrigatório o uso do teste para garantir um produto melhor e diferenciado. O mercado nacional não apresenta boas soluções de ferramentas para a área, mas isso abre porta para pesquisadores locais. **(CONCLUSÕES)** Diante todas as dificuldades para encontrar um bom material de estudo na área de testes, alguns fatores animam principalmente o fato de grupos de certificações nacionais e internacionais estarem chegando ao nosso país, sendo inclusive possível adquirir certificação em Recife, mas mesmo assim vale a pena entrar de cabeça no mundo dos testes, pois é algo muito pouco explorado, mas de grande importância para a área de softwares. As empresas que estão investindo na área conseguem constatar a economia gritante no projeto quando se trata o teste com um projeto dentro do projeto e não apenas procurar os erros após a versão lançada.